

INSTITUTO
HISTÓRICO
DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM



INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

PATROCIONADO E SUBSIDIADO PELA
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES
DIRECÇÃO REGIONAL DA CULTURA

S E D E

Convento de S. Francisco

www.ihit.pt

MESA (2004)

Presidente – José Guilherme Reis Leite

Secretário – Manuel Augusto de Faria

Tesoureiro – Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA
À DIRECÇÃO DO INSTITUTO

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, ideias ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art.º 15º do Regulamento do Instituto)

BOLETIM

DO

INSTITUTO

HISTÓRICO

DA

ILHA TERCEIRA

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM



VOL. LXII

2004

ANGRA DO HEROÍSMO, 2004

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

(31 de Dezembro de 2004)

SÓCIOS EFECTIVOS:

Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino
Dr. António Bento Fraga Barcelos
Director da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (Dr. José Elmiro Rocha)
Director do Museu de Angra do Heroísmo (Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias)
Director Regional da Cultura (Dr. Vasco Pereira da Costa)
Dr. Eduardo Ferraz da Rosa
Dr. Francisco dos Reis Madura Dias
Francisco Ernesto de Oliveira Martins
Jácome de Bruges Bettencourt
Dr. João Maria de Sousa Mendes
Dr. Jorge Eduardo Abreu Forjaz
Governador do Castelo de São João Baptista (Cor. Inf.^a José Manuel C. Cuba)
Dr. José Guilherme Reis Leite
Eng. José Henrique dos Santos Correia Guedes
Dr. José Leal Armas
Dr. José Mendonça Brasil e Ávila
Luís Manuel Conde Vieira Pimentel
Cor. Manuel Augusto de Faria
Dr. Miguel Corte-Real da Silveira Monjardino
Dr. Rui Ferreira Ribeiro de Meireles
Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves

SÓCIOS HONORÁRIOS:

Prof. Doutor António José Telo (Professor Universitário da Academia Militar)
Prof. Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires (Prof. Catedrático da Universidade dos Açores)
Dr. António Maria de Ornelas Ourique Mendes (Conselheiro Cultural da Embaixada de Portugal em Roma)
Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos (Professor Catedrático Jubilado)
Prof. Doutor Avelino de Freitas de Meneses (Reitor da Universidade dos Açores)
Dra. Elsa Brunilde Lemos de Mendonça (Professora Aposentada do Ensino Secundário)
João Dias Afonso
Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão (Presidente da Academia Portuguesa da História)
Prof. Doutor Joel Serrão (Professor Catedrático Jubilado)
Prof. Doutor José Enes Pereira Cardoso (Professor Catedrático Jubilado)
Dr. José Pereira da Costa (Presidente do Centro de Estudos de História do Atlântico)
Prof. Doutor Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz (Professor Universitário Aposentado)
General Manuel Amorim de Sousa Meneses
Prof. Doutor Walter Fernando Piazza (Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)

SÓCIOS CORRESPONDENTES

Doutor Alberto Vieira
Doutor P^o. António Manuel Machado Saldanha
de Albuquerque
Dr. Armando José Martins Mendes
Doutor Augusto de Atthaíde
Doutor Carlos Alberto da Costa Cordeiro
Dr. P^o Carlos F Santos
Dr. Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral
Arq. Francisco Riopardense de Macedo
Doutor George Monteiro
Dr. Gonçalo Andrade Pinheiro Nemésio
Doutor P^o Helder Manuel Fonseca Mendes
Dr. Henrique Aguiar de Oliveira Rodrigues
Dra. Isabel Cid
Almirante Jesus Salgado Alba
TCor. João Albino da Silveira
Dr. P^o Cónego José António Piques Garcia
João Gabriel Ávila
Dr. João Manuel Dinis da Silva Ventura
Doutor Jorge Couto
Dr. José Avelino Rocha Santos
José Leite Pereira da Cunha
Cor. Eng. José Carlos de Magalhães Cymbron
P^o José Carlos Vieira Simplício
Dr. José Elmiro Rocha
Dr. José Isaac Mendes Ávila
Doutor José Manuel Bettencourt da Câmara
Doutor José Manuel Damião Rodrigues
. Doutor Arq. José Manuel Fernandes
Doutor José Medeiros Ferreira
Dr. José Olívio Mendes Rocha
Dra. Judite Toste Evangelho
Padre Júlio da Rosa

Leonel Holmes
Arq. Luis António Guizado Durão
Doutor Luís Arruda
Dr. Luis Filipe Cota Bettencourt Moniz
Dr. Luís Manuel Machado Meneses
. Doutor Luis Manuel Vieira Andrade
Doutor Manuel Lobo Cabrera
Doutora Maria Alice Borba Lopes Dias
Doutora Maria Augusta Lima Cruz
Doutora Maria da Conceição Castro Ramos
Doutora Maria da Conceição Vilhena
Dra. Maria Helena Meneses Ormonde
Doutora Maria Margarida Roque Lalanda
Gonçalves
Doutora Maria Margarida Vaz do Rego
Machado
Doutora Maria Norberta Bettencourt Amorim
Ora. Marie Lyn Salvador
Dr. Miguel Figueiredo Corte Real
Doutor Nereu do Vale Pereira
Dr. Nestor de Sousa
Doutor Onésimo Teotónio Almeida
Oriolando Sousa da Silva
Doutor Paulo Drumond Braga
Doutor Paulo Lopes Matos
Doutor Paulo Patrício da Silveira e Sousa
. Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa
. TCor. Doutor Rui Carita
. Doutor Rui de Sousa Martins
Dra. Rute Dias Gregório
Dra. Vanda Belém
Doutor Victor Hugo Forjaz

VINTE ANOS NO PATRIMÓNIO MUNDIAL*

Álvaro Monjardino

I. Uma medida pioneira

1. Até ao dia 1 de Janeiro 1980 a cidade de Angra era considerada bonita, os seus habitantes gostavam dela, quem aparecia de fora achava-lhe graça, mas nada mais. Há tempos recordei a impressão referida por Júlio Verne em um dos seus romances escrito há mais de um século: *Colocados no centro da baía de Angra, os passageiros do Seamew podiam contemplar um dos mais admiráveis panoramas com que a terra-mãe alegra o olhar dos seus filhos. Por detrás deles o vasto mar, semeado de quatro ilhéus, os Frades e as Cabras; à direita e à esquerda, rochedos negros e ameaçadores baixando de um e outro lado, como que para formar uma cama imensa onde a cidade de Angra se estendia harmoniosamente. Flanqueada pelos seus fortes, ao norte e ao sul, elevava em anfiteatro, aos raios do dia que morria, as suas casas brancas, os campanários com as suas cúpulas. Mais longe, servindo de moldura ao quadro, elevavam-se colinas, esmaltadas de quintas, laranjeiras e vinhas, em escada suave até ao campo verdejante e fecundo que coroava os últimos cumes. (...) Encostados à balaustrada do spardeck, os passageiros admiraram este espectáculo, apenas inferior ao que oferece a baía de Nápoles pelas suas maiores dimensões...*

Entusiasmos destes não eram únicos mas não iam além de uma agradável referência panorâmica. E nem sempre. Entre os autores portugueses, Raul Brandão, nas *Ilhas Desconhecidas*, passa como gato por cima de brasas sobre a cidade de Angra, comparando-a a uma Braga – com praia... Já Ferreira de Castro, nos *Pequenos Mundos*, descreve a cidade em três pará-

* Centro Cultural e de Congressos, Angra do Heroísmo, 2003-12-13

grafos, mostrando-a *branca e pequenina na grandiosidade do panorama*, referindo-lhe ainda uma História definida a um lado pela resistência a Filipe II e a outro pela revolução liberal. Até Nemésio, em duas páginas do *Mau Tempo no Canal*, limita-se à nota descritiva de um burgo adormecido em dia santo e saudoso de tempos idos, com o seu portinho pacífico, fortalezas e torres de igreja.

2. É hoje com a visão da cidade alargada às quatro dimensões que se comemora a inscrição da sua zona central, há vinte anos, na lista do Património Mundial. Não desejaria contudo ver esta comemoração feita à *portuguesa*: isto é, com actos de comprazimento e mera contemplação da pretensa lança em África conseguida na reunião de Florença em Dezembro de 1983 e sobretudo nas que, antes dela, a prepararam em Paris.

O ter sido nossa a primeira proposta portuguesa que por mero arrastamento fez acordar os responsáveis pelo património cultural construído no nosso país; o ter sido trabalhada por nós, nomeadamente perguntando, ensaiando, emendando o que inicialmente se fizera com menor perfeição, argumentando perante peritos franceses mais ou menos *blasés*, discutindo um papel histórico, trazendo inclusivamente alguma mais-valia à definição de critérios para inscrições futuras, instando até junto de um ministério da Cultura entorpecido na função de subsidiar grupos teatrais e cineastas sem público que lhe frequentavam as antecâmaras – e cujos telefones, por acréscimo, não respondiam antes das onze da manhã – tudo isso pertence à pequena História. Não há que perder mais tempo com ela.

O despertar do interesse prático e público para o que representa o reconhecimento internacional desta realidade já apresentará outro interesse porque pode aprender-se com ele, incluindo nos atrasos, nos desvios e nas oscilações que sofreu. Porque cepticismos e indiferenças, altos e baixos, não faltaram. A apresentação de proposta para uma classificação *interna* do conjunto proposto à UNESCO fora decidida pelo Governo Regional em 8 de Fevereiro de 1983, quando a classificação internacional nada mais ainda era que uma hipótese, e de resultado incerto. Essa proposta (também ela pioneira a nível nacional) deu entrada na Assembleia Regional em 23 de Abril desse ano; aí, recebeu parecer favorável mas com emendas da comissão parlamentar para os Assuntos Sociais, vindo a ser votada por unanimidade em 31 de Janeiro de 1984 e ganhando finalmente valor normativo como decreto legislativo regional (15/84-A) em 13 de Abril seguinte. Mais de um ano, portanto, e com um processo legislativo pacífico.

Como frequentemente acontece em Portugal, uma coisa são porém os textos, outra o uso que se lhes dá e outra ainda as conclusões que de ambos se tiram. Por isso interessa lembrar algumas vicissitudes, acções e omissões ocorridas, umas antes, outras depois dessa classificação. E a partir justamente delas retomar umas tantas ideias sobre a vitalização do que, nestas duas décadas, veio de facto a reduzir-se ao *casco velho* da cidade – e digo *reduzir-se* porque ainda não o era uma mera geração atrás. Justamente com base nesta última consideração, cabe sobretudo reflectir sobre a autêntica mudança de fundo operada em Angra na esteira do sismo de 1980 que, quase a destruindo, teve o condão de a abrir para uma nova era.

II. O que se fez e o que se não fez

3. Já em 21 de Agosto de 1985 apontei publicamente a falta de um diploma regulamentar que desse vida ao *Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo*, criado por aquele decreto legislativo regional dezasseis meses antes. O Gabinete apenas viria a receber a sua estruturação normativa pelo decreto regulamentar regional 26/87-A de 26 de Agosto: um ano depois desse apelo, que o era... Por essa altura, a par dos inegáveis efeitos do enorme esforço da Reconstrução, haviam rolado já quase oito anos sobre o sismo, quase quatro sobre a classificação pela UNESCO, mais de três sobre a classificação regional – e muita coisa menos boa havia entretidamente acontecido. E isto devido em parte ao ímpeto dessa mesma reconstrução, em outra ao cepticismo das autoridades administrativas sobre o que a cidade valia e, por acréscimo, à indiferença prática (quando não mesmo hostilidade) perante o que a classificação internacional significava e implicava também. Havia sido, é certo, tomadas inicialmente providências para resguardar ou recuperar o aspecto das fachadas, mas descurara-se praticamente a preservação dos redutos e quintais, que foram indiscriminadamente invadidos, ocupados, integrados em acrescentos nos edifícios reconstruídos. Não se tinham defendido os telhados com a coerência e a determinação com que se defenderam as fachadas, e os seus pendores começaram a aparecer alterados, a receber torrinhas, andares recuados e coberturas com cor e forma diferentes das anteriores, pois apenas na década de noventa apareceram sucedâneos semelhantes às telhas tradicionais de canudo – e até melhores na qualidade. Nos dois pratos da balança da administração e mesmo da política pesavam nitidamente mais a ânsia

de reconstruir, o vector social e a solidez da reconstrução do que o respeito pela preservação do que devia ser protegido.

Tardiamente assim estruturado por via regulamentar o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, demoraria ainda a sua efectiva entrada em serviço, acontecida quando já um perito da UNESCO produzira dois relatórios pouco lisonjeiros sobre a preservação do património de Angra – os quais, em Outubro de 1987 fizeram chegar às autoridades portuguesas por via da embaixada junto da UNESCO, e através daquelas às regionais, os sinais de alarme levantados pelo ICOMOS sobre o que estava a *deixar fazer-se* na Zona Classificada.

4. Foi um período ingrato, em que o Instituto Histórico da Ilha Terceira e os seus membros se viram quase inteiramente sós numa espécie de cruzada pela defesa do património histórico da cidade – e em que aflorava mesmo já algum desalento. Ainda em 18 de Abril de 1988 esse estado de espírito se patenteava no que disse durante uma sessão comemorativa do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (havíamos promovido por essa altura aqui em Angra umas *Jornadas do Património* que culminaram com a assembleia geral da Comissão portuguesa do ICOMOS) e de que recordo as passagens seguintes.

É segundo um ponto de vista dinâmico que devemos olhar a cidade histórica e que se perspectivam as tarefas iniludíveis que estão e vêm aí: uma tarefa administrativa, uma tarefa técnica e uma tarefa política.

UMA TAREFA ADMINISTRATIVA. Tardou quatro anos, talvez irreparáveis, a criação do Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo. Criado que finalmente se encontra, é indispensável – para que possa exercer minimamente o seu leque de competências – dotá-lo dos essenciais recursos humanos. Porque sem eles não há boa vontade que valha, nem fiscalização que se faça, nem sequer respostas consistentes que se dêem.

UMA TAREFA TÉCNICA. Mais de quarenta itens da Declaração de Nairobi de 1976 e praticamente todo o texto da Carta Internacional de Toledo-Washington são explícitos quanto à indispensabilidade dos planos de salvaguarda sem os quais é impensável a recuperação e a valorização de uma cidade histórica. Um plano de salvaguarda é o resultado de estudos pluridisciplinares e exige o trabalho, ordenado e permanente, de um corpo técnico minimamente estruturado, preparado, devotado e diversificado. Este corpo técnico, para esta cidade, ainda não existe; e não parece

fácil de momento consegui-lo só com elementos fixados na Região. Há, por isso e para já, que estabelecer canais de informação, de formação e de cooperação com organismos e quadros, nacionais ou mesmo estrangeiros, para que esta tarefa não seja inexistente ou não seja traída.

UMA TAREFA POLÍTICA. Os textos são claros, a doutrina é óbvia: nenhuma recuperação, nenhuma valorização se mostram possíveis sem que a elas adira e nelas participe a comunidade – e, decorrentemente, os seus órgãos de poder. É, pois, uma tarefa colectiva cujas raízes têm de mergulhar na normalidade da vida social e que deve ser assumida pelas suas instituições. Sem que tal suceda, os esforços de alguns serão como os do dr. Semmelweiss, o obstetra de Viena que acabou num hospital psiquiátrico porque ninguém prestava atenção aos seus ensinamentos e os colegas até se ofendiam quando ele recomendava que lavassem bem as mãos... Semmelweiss enlouqueceu e – pior – muitas jovens mães ainda morreram de febre puerperal antes que as suas prescrições fossem aceites, as suas descobertas acreditadas e ele ficasse com o nome na história da Medicina. Ora bem, sem a efectiva adesão do comum das gentes e dos seus responsáveis políticos, os valores únicos desta cidade histórica podem também perder-se. Sem ela, os míopes interesses imediatistas assenhorear-se-ão deste núcleo urbano, cuja nobreza essencial vem ainda assim a resistir às agressões, à insensibilidade e à mediocridade de uns tantos. Sem ela, a perspectiva única de uma cidade histórica (...) pode diluir-se e desaparecer como virtualidade para uma recuperação exemplar e até geradora de novas e positivas funções.

É por isso que aqui deixamos (...) a injunção aos responsáveis políticos, desde o nível municipal ao regional e ao nacional, para que se tome verdadeiramente a sério a oportunidade que é HAVER esta cidade, no contexto presente e neste lugar geográfico, a um tempo povoada e disponível para tanta coisa boa ao serviço da cultura e da própria identidade nacional.

Aqui deixamos o desafio aos moradores de Angra, sem os quais – não haja quaisquer ilusões – nada de consistente se poderá, em última análise, imaginar e fazer. Foram eles, através dos tempos, quem a construiu e quem a amou. Foram eles, por isso, quem lhe deu o que ela tem de único e de perene. São eles, nos cidadãos e nas instituições, os depositários, os conservadores, os garantes, os agentes da salvaguarda desta cidade histórica, marco vivo da grande aventura dos homens e património comum da Humanidade.

5. O Gabinete da Zona Classificada tivera um director nomeado em Novembro de 1987, mas o quadro mínimo para que pudesse funcionar somente apareceu depois daquelas Jornadas sobre o Património. Assim, se três anos após o terramoto se obtivera a classificação na lista do Património Mundial, apenas cinco anos *depois dela* é que aquele Gabinete ganhou condições para funcionar com alguma eficácia. Não surpreenderá que a relativa roda livre em que antes se vivera permitisse erros e suscitasse as críticas externas que suscitou.

...E isto sem se falar, claro, nas críticas internas... É que, escravo da legislação regional de 1984, o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo passou a ser visto como um obstáculo abusivo e incómodo para quem queria licenciar uma obra de construção civil. O seu director aparecia como um *mr. Niet* erguendo-se perante qualquer pretensão de novidade. Os longos prazos para as suas pronúncias, cautelarmente legislados em 1984, exasperavam os requerentes e não se via capacidade mínima para os encurtar – o que desde logo supunha uma maior operacionalidade em matéria de apoios técnicos... De facto, esses prazos só foram reduzidos pelo decreto legislativo regional 29/99 de 31 de Julho, com que finalmente se ousou a revisão do 15/84-A, já velho de quinze anos e feito quando a experiência em preservação do património era pouca, forjada nas intuições e nas emergências da Reconstrução, e com imperfeições apontadas havia muito por peritos internacionais. Com tudo isto, o descontentamento generalizado tornara-se crónico e o Gabinete passou a ser apontado como o mau da fita, a *cabeça-de-turco* dos pretendentes a construções e dos proclamados arautos do progresso. O *climax* desta situação malsã foi incluir-lhe a extinção num programa eleitoral. Mais uma vez se tomou a árvore pela floresta. Se o Gabinete ainda hoje sobrevive, domesticada e precariamente embora, é por não se lhe ter ainda conseguido arranjar um substituto que todavia não poderá deixar de existir.

6. À margem de toda esta guerrilha sobre a vida ou morte do Gabinete e da evidente necessidade de uma regulamentação mais perfeita, há que reafirmar algumas ideias simples. A classificação na lista do Património Mundial é um valor inestimável para quem enxergar um pouco além do seu horizonte visual. Constitui em responsabilidade o país que a propôs, por menos consciente que tal proposta (nacional, que o foi) tenha sido. E, de acordo com uma partilha hoje expressamente prevista em letra de lei, é ao Estado e à Região que cabe em primeira linha garantir a preservação, a regeneração e a valorização do bem classificado. Ao município, aos cida-

dãos-moradores, caberá também isso na medida em que existem planos municipais e fiscalização correspondente, amor-próprio esclarecido e até mecanismos legais como a acção popular. Além do que vem depois e também não é pouco, pois se trata de tirar partido inteligente (e rentável: os espanhóis sabem bem como isso se faz...) de um capital destes. Porque o é pelos padrões aceites da civilização a que pertencemos. E isto supõe assumi-lo, mesmo que custe. Em qualquer caso implica – desejavelmente com gosto e até honra dos indivíduos, das associações e dos organismos públicos – encarar a classificação como ela efectivamente é: uma mais-valia obtida por poucos, invejada por muitos e cujas vantagens excedem amplamente as constringências a ela inerentes.

7. Reconheça-se porém que, independentemente das normas e das vicissitudes evocadas, as coisas têm vindo nos últimos tempos a mudar muito e boa parte do que se reclamava há quinze ou mais anos aconteceu já.

Timidamente embora, começou a *promover-se, dentro e fora das fronteiras portuguesas* esta cidade diferente das outras, e promovê-la como sendo mais do que paisagem, gastronomia ou folclore. Vai no princípio, certo, e faltam-lhe ainda os guias bem preparados, as carreiras aéreas e os outros meios de transporte com os horários adequados.

Está feita e a funcionar uma *via circular externa* que parcialmente libertou o centro histórico das suas serventias de trânsito, deixando-o mais disponível para um tráfego consentâneo com o que vale e merece. É pouco, mas é importante.

Começaram a realizar-se nesta cidade colóquios e reuniões com âmbito e nível internacional, muito especialmente ligados à História do Atlântico, às relações ibero-americanas e a temas gerais de intercâmbio cultural.

E sobretudo a Câmara assumiu finalmente os seus deveres de cuidado e criatividade para a valorização do centro histórico que de facto depende, e muito, da consciência, da vontade e da determinação dos seus órgãos municipais. Foi assim que se *despoluiu a baía*, livrando-a da interdição sanitária que sobre ela justamente pesava e abrindo-a à prática de desportos náuticos. Assim se está a levar avante a revisão e consolidação da *orla costeira* com intervenções de considerável fôlego. Assim se *iluminaram os monumentos* dando à cidade uma visão nocturna que o seu conjunto e o seu relevo mereciam. E se reactivaram *centros de convívio* público e momentos de *animação cultural*. Acima de tudo isto, caminha-se finalmente, após anos de hesitação – quando chegou a hesitar-se, porque às

vezes nem isso... – no sentido de haver o plano de salvaguarda cuja existência pelo menos desde 1987 se reclamava como indispensável.

III. O que ainda falta

8. É assim inegável que nos últimos anos a cidade de Angra foi acordada do seu letargo e à sua Câmara se deve em primeira linha a dinâmica de valorização de que são expoentes maiores a recuperação do teatro, este centro cultural e as obras ainda em curso para defesa e valorização da frente marítima, para só falar do que completa e realça a sua zona histórica. Queria ter esperança de que essa dinâmica presente abrisse caminho a várias outras coisas menos materiais que ainda faltam, algumas das quais tenho vindo a sugerir ao longo dos anos.

9. Assim, no alto do Facho, o pico mais alto do Monte Brasil, um jogo de lanternas e balões assinalava outrora à velha cidade marítima o movimento dos navios e o rumo que traziam, o que sucedeu até há uns sessenta anos. Algum tempo volvido, Frederico Lopes Jr. lembrava o interesse – já então meramente cultural – de restaurar este dispositivo para o que ainda existiam (e existem hoje) as bases e até o código de sinais. Com a reorientação do porto de Angra para os seus novos fins, o restauro dessa antiga sinalização encontra até razões acrescidas para se fazer.

10. Logo após a UNESCO ter classificado a zona central de Angra na lista do Património Mundial, pedi a Francisco Coelho Maduro Dias que imaginasse algo que, chamando a atenção para isso mesmo, pudesse eventualmente colocar-se em um ou dois miradouros da cidade. Algum tempo depois, Maduro Dias deu-me dois esboços que fizera a lápis. Um deles era para o Pico das Cruzinhas: o emblema do Património Mundial vazado em betão e alçado à ilharga nascente do monumento que já lá se encontra, com o mar em fundo: assim como (explicava ele) um ponto final para os olhos que houvessem percorrido, desde o lado oposto, aquele panorama único da cidade. Maduro Dias morreu pouco tempo depois. Entreguei na Câmara esses esboços que ele fizera mas nunca mais soube deles: e quando um dia perguntei o que lhes acontecera, eles tinham simplesmente desaparecido. Não conto isto para recriminar ninguém mas apenas para lembrar que é inteiramente possível retomar a ideia enquanto alguém ainda se lembra

dela e fazer-se no Monte Brasil aquele marco que a cidade merece. Seria, de resto, mais uma intervenção bem do nosso tempo, com a invulgar vantagem de ter na sua concepção um verdadeiro artista, contemporâneo de Antônio da Costa – cujo contributo, também só meramente esboçado, mesmo assim foi capaz de transfigurar o que restava do Adro Santo, ali no alto da Rocha de Santa-Galo.

11. Menos ambiciosa é a simples ideia (que, atenção, não exclui a anterior...) de os mais belos miradouros da cidade – pelo menos a Memória, o Corpo Santo, o Pico das Cruzinhas – serem dotados de elementos explicativos daquilo que de lá se avista. De facto, em qualquer lugar do mundo civilizado donde se desfrute um panorama, um simples painel de azulejos estendido como uma mesa mostra os lugares que estão a ver-se, com indicação escrita dos acidentes, monumentos ou lugares significativos. A legenda pode ser um pouco mais explícita, indicar a época do monumento, avançar mesmo com uma referência breve ao que no lugar se passou... Um painel destes custa decerto muito menos que a deslocação de um grupo folclórico ou de uma equipa de futebol.

12. Mais ousado decerto será um programa gradual de geminações culturais.

Em 21 Agosto de 1985 sugeri um conjunto de geminações que incluíam Havana, Cartagena de Índias, Sevilha e Goa, num eco das rotas das duas Índias; sugeri ainda uma geminação com a cidade inglesa de Bristol, por onde andou João Fernandes, o Lavrador, com fito no Noroeste atlântico que conhecia já. E até com Bruges, donde nos vieram o comércio do norte da Europa e os primeiros povoadores flamengos. Era uma proposta arriscada, reconheço-o – e tem-se visto porquê. Efectivamente, a cidade de Angra é gémea de Tulare, na Califórnia, de Taunton, no Massachusetts e de Évora, em Portugal. Propôs e conseguiu a sua geminação com Salvador da Baía, outrora capital do Brasil e cujo centro histórico, levantado sob a direcção de Francisco do Canto, vindo de Angra, se acha também inscrito na lista do Património Mundial. Tirando a mais antiga, que é a de Tulare, e de alguma maneira a de Évora, estas geminações não têm apresentado continuidade, ao menos em contactos de natureza cultural. Talvez por isso a proposta de então ficou no ar e no papel de quem a escreveu. Se aqui agora a relembro é por ter a noção do período de maior consciencialização e de dinamismo que presentemente se vive.

13. Em 1997 publiquei na imprensa sugestões para várias formas de animação cultural, quase todas centrados em episódios da história da cidade e susceptíveis de se realizarem anualmente, à semelhança do que vira feito em outros lugares do mundo – desde o sino de Granada à evocação de Cabrilho em San Diego da Califórnia. As sugestões que então me foram ocorrendo davam, ao menos, para uma por mês... Não as repetirei agora, mas recorro de passagem algumas. Desde logo, a do domingo de Páscoa – em que, no ano de 1641, se aclamou D. João IV como rei de Portugal com uma marcha pelas ruas da cidade a caminho da Sé debaixo do fogo das baterias espanholas de São Filipe do Monte Brasil. Ainda a do dia 22 de Junho de 1828, em que a sublevação liberal foi assinalada por foguetes lançados às nove da manhã do Castelo dos Moinhos – um acto simples mas simbólico e que, pelo menos até há muito pouco tempo, os descendentes de Teotónio de Ornelas ainda repetiam todos os anos nessa manhã. E uma evocação do combate da Salga que, não tendo propriamente cabimento em Angra, pode e deve fazer-se no próprio local onde se travou. Ainda lá está a casa em que os espanhóis puseram a sua bandeira e donde os desalojou a contra-ofensiva portuguesa. Com algum arrepio da verdade histórica mas em homenagem ao imaginário popular, não seria descabida uma simples largada de gado bravo para que não faltariam voluntários figurando os contendores de ambos os lados, quem sabe mesmo se alguma como a (mítica) Brianda Pereira...

IV. Um salto na evolução

14. Nas duas últimas décadas do século XX a cidade de Angra sofreu uma mudança fundamental que não pode deixar de ter-se presente. É ela que explica muita coisa do que aconteceu e continua a acontecer. E a sua menor compreensão é que deverá estar na base de vários dos conflitos que ainda surgem no entendimento do que há a preservar e do que se pode fazer, e como, e onde, e em que medida.

O que em nesta cidade foi sucedendo ao longo dos seus quinhentos anos de existência deixou-lhe marcas *físicas* que têm naturalmente a ver com a História da ilha e do arquipélago e até com a História portuguesa, a ibérica e a universal.

O século XV, correspondente à era dos Descobrimentos e à criação do núcleo urbano, deixou alguns desses testemunhos. Eles mostram a deter-

minação de fundar uma cidade nesta ilha oceânica e desabitada, aproveitando o troço costeiro onde havia uma enseada natural e abundava o suprimento de águas doces. Destes testemunhos restam fragmentos da levada da Ribeira dos Moinhos e os dois núcleos primitivos: o Corpo Santo e o Outeiro. Este desenvolvendo-se à sombra da fortaleza medieval edificada num alto, de que só resta hoje o lugar. Aquele empoleirado na Rocha de Canta-Galo. Subsiste ainda a ligação desses dois núcleos entre si e ao mar por ruas estreitas e íngremes – o Morrão, o Faleiro, a Baixinha por um lado, o Desterro, o Pisão, a Garoupinha por outro... – acompanhando os acidentes do terreno.

O século XVI viu a cidade crescer fisicamente e em importância portuária. Viu-a também afirmar-se politicamente na crise nacional de 1580, defender-se e ser finalmente conquistada. Os testemunhos da época são o traçado viário em quadriculado distorcido da Baixa citadina, a estrutura interna do seu casario com paredes-mestras contínuas e suportadas por arcaria, a porta do cais cuja ruína foi recentemente descoberta e as primeiras fortalezas marítimas – São Sebastião e os fortes orientais do Monte Brasil.

O século XVII foi de consideráveis mudanças, com uma ocupação militar, o afluxo de metais preciosos das Américas e uma acção sem paralelo no processo da Restauração de Portugal. Os testemunhos da altura revelam a maturação de uma prosperidade ainda decorrente das escalas intercontinentais. Melhorou-se a rede de distribuição de águas, ruas receberam calçadas, pela primeira vez apareceu o monumental e mesmo o sumptuário. São da época o castelo filipino do Monte Brasil, a (segunda) catedral, os grandes edifícios conventuais e a decoração rica dos templos.

O século XVIII conheceu uma gradual decadência, atalhada por medidas de regeneração e tentativas de progresso interno com a marca pombalina. Os seus testemunhos mostram o relevo da escala brasileira com as madeiras exóticas patentes em mobiliário e teias de igrejas. Mostram ainda efeitos do terramoto e do *tsunami* de 1755 e a presença autoritária da Capitania-Geral dos Açores, visíveis na nova concepção de uma entrada marítima para a cidade e na adaptação a palácio dos capitães-generais do que fora a casa da Companhia de Jesus.

O século XIX foi o da chamada era liberal, com a cidade feita núcleo de resistência, depois ponto de partida para a implantação nacional de um novo regime político e da sua revolução social. Testemunhos disto (além da perda, ainda hoje sensível, de quase todos os sinos das igrejas...) são a

conversão de edifícios conventuais, quase todos para serviços públicos ou de assistência; o aparecimento de um comércio de rés-do-chão nas ruas principais com edifícios acrescidos de mais pisos e uma nova casa municipal – a terceira Câmara – tudo por influência de uma burguesia imigrada; e finalmente a Memória de D. Pedro IV, monumento aos novos tempos alçado sobre as ruínas do que fora o castelo senhorial do século XV.

E assim se chegou ao século XX, com Angra despojada já das funções maiores que trazia de outrora. O seu porto, principal razão de ser dela, vira-se ultrapassado por estruturas mais modernas e ignorado por procura externa. A fortaleza filipina, que lhe dera proeminência militar e até política, perdeu definitivamente o seu peso condicionante em 1939. Ficaram hábitos de lazer e um marasmo que apenas o movimento de ideias havido na década de 60 conseguiu sacudir. Tal sacudidela contudo não se reflectiu de forma positiva no património construído. Pelo contrário. Quicá com a única excepção do solar dos Bettencourts-de-Trás-da-Sé, essa época deixaria sobretudo provas de insensibilidade perante o património construído que já vinham de trás. Eliminaram-se notáveis edifícios seiscentistas, continuaram a desfigurar-se as fortalezas de São Sebastião e do Monte Brasil, desactivou-se a plurissecular Ribeira dos Moinhos e alteraram-se fachadas harmoniosas e castiças em nome de um progresso mal entendido, ao querer-se mesquinamente uma cidade nova *dentro* de uma cidade velha e que valia como e por isso mesmo. De novo surgiu, é certo, um primeiro antepiano de urbanização em 1948. Traçava um tímido avanço da cidade para além dos seus limites históricos e na sua decorrência se urbanizou a zona da Pedreira e o mais que ia da Guarita e da Travessa das Hortas para nascente.

15. O que veio pôr tudo isto em causa foi o terramoto de 1980. Por um lado, o mundo culto descobriu esta cidade esquecida, marco da expansão europeia, apesar de tudo ainda preservada pela sua própria decadência. Por outro, começou localmente a consciencializar-se o valor intrínseco, em termos culturais e em possível qualidade de vida, deste testemunho do passado. E a cidade mudou, mudou mesmo de maneira irreversível, deixando de ser aquele espaço definido cujo débil crescimento não ia além de uma periferia imediata. Como que explodiu. Além das urbanizações de emergência, as ajudas financeiras concedidas aos sinistrados levaram muitos para mais longe desta periferia. Zonas residenciais surgiram sobretudo ao lado ocidental, para além do que até então se chamava (e ainda agora se

chama...) «a cidade»: designativo por si só sintomático de uma limitação que a circunscrevia àquele espaço entre os Portões de São Pedro, a ladeira de São Bento e os altos de Santa Luzia e São João de Deus. Por alguma razão subsistiram até há duas décadas as tendas de ferreiro na Guarita e nos Portões de São Pedro – uma presença já serôdia dessas antigas *estações de serviço hipomóvel* nas duas entradas/saídas da cidade...

Acabou pois essa limitação – mas, consciente ou subconsciente, a sua noção passadista subsistiu como categoria mental mesmo em governantes mais jovens e dinâmicos. E no entanto «a cidade» já não era, nem voltará a ser, o que efectivamente foi durante quatro séculos. É, assim, ao terramoto de há vinte e três anos que se deve o facto de a Angra histórica, a classificada internacionalmente em 1983 como «zona central» e as suas franjas viárias para nascente e poente, se ter finalmente reduzido ao «casco velho» de um aglomerado maior e mais esparsa, incluindo áreas dantes marcadamente rurais e quando muito de varaneio. Esse aglomerado urbano abrange São Mateus, São Carlos, os Folhadais, as Bicas, o Posto Santo, a Vinha Brava, estende-se até pelo menos à Atalaia e a Santo Amaro – para não falar da Ribeirinha, da Feteira e da Serretinha, e ainda da Terra-Chã, e de São Bartolomeu e das Cinco Ribeiras...

A estatística demográfica vem de alguma maneira confirmá-lo. Não diz tudo, mas ajuda. Desde logo, na dimensão humana, que era, é e provavelmente será sempre reduzida. Depois, naquela variação dos espaços habitados. Em 1970 a população das freguesias urbanas de Angra totalizava 18 294 habitantes; em 2001 passara para 14 316 – ou seja, para 78% de trinta anos atrás. Em 1970 as freguesias suburbanas – São Mateus, Terra Chã e Ribeirinha – somavam 7473 habitantes; em 2001, acrescidas do Posto Santo entrementes destacado de Santa Luzia, passaram para 9826: mais 31%. O maior esvaziamento deu-se na Sé, cuja rua principal ainda conheci tão povoada de gente como a da Igreja, na Ribeirinha, e que baixou de 2632 para uns escassos 1200 habitantes, portanto para menos de metade. Releva-se isto porque a Sé é a *única freguesia de Angra exclusivamente urbana* e ocupa a maior parte da área classificada internacionalmente, enquanto as demais ultrapassam bastante o perímetro oficialmente citado, incluindo arredores e espaços rurais.

16. Talvez ainda se não tenha assumido bem a autêntica revolução em termos de ocupação espacial que o automóvel, inventado há já um século, trouxe a esta população que, continuando urbana, desejava e subitamente

conseguiu obter não só casa própria como espaços mais generosos e até zonas verdes privativas. Porventura só essa falha possa explicar a anomalia que é, já em pleno século XX, a criação nesta cidade de ruas inteiramente novas com as mesmas características das do século XVI, manifestamente traçadas para peões e animais de tiro ou sela, numa altura em que nem o grande Leonardo da Vinci conseguia imaginar o que seria o trânsito, o estacionamento e até a poluição ocasionados pela existência, para mais generalizada, de veículos a motor.

Também só agora se tornou clara (e até realista) uma série de opções municipais para o futuro de Angra, mesmo alargada como já se encontra, ou talvez mesmo por isso: a deslocação para longe dela de certas actividades industriais, a redução do seu porto a fins de lazer e quando muito, a terminal de passageiros para embarcações com pequena dimensão. De facto, a angra, esse abrigo natural que fizera nascer o povoado do século XV e a cidade quinhentista logo depois, já não serve para o que outrora servia. Daí também a tendência para certas actividades económicas mais relevantes se aproximarem da Praia da Vitória onde uma alternativa portuária moderna nasceu, ainda que excessivamente devagar. A cidade de Angra não morre por via disto pois deixou simplesmente de depender dessa função portuária. Também a cidade do Porto perdeu tal função há muito tempo e nem por isso deixou de continuar com vida própria, igualmente conservando o nome do que fora a sua própria razão de ser... Só há agora que tirar partido das possibilidades que esta Angra, definitivamente diferente do que foi por séculos, abriu em termos residenciais alargados, culturais e de outros serviços. Afinal, porque o que alguns timidamente entreviram há uns trinta anos – a urbanização da ilha – está finalmente a acontecer.

17. Também por a cidade não voltar a ser o que era é que o seu casco histórico, só agora verdadeiramente distinto do que toda ela passou a ser, merece ser olhado como algo de diferenciado – e por isso a preservar ainda com maiores cuidados. E olhado *como o conjunto que é*, ou seja, como algo que vale pelo seu todo, não propriamente por nenhuma das suas partes. É esse todo que deve conservar-se pelo que tem de característico e correspondente aos critérios que justificaram a sua classificação. É ele, por isso, que dá o acento tónico para aferir o mérito do que de novo houver de se lhe introduzir. O que de maneira nenhuma contra-indica que se lhe estimule a vida e se lhe fomente a ocupação humana de acordo com as exi-

gências de uma sociedade civilizada. E que também não exclui intervenções abertamente contemporâneas onde a recuperação se mostrar impossível ou despendiosa. Mas só as que, assim, se harmonizarem com o conjunto pré-existente, em termos de volumes, de cores – e de qualidade. E a pedra de toque é esta, só esta, a *qualidade* – sem ser preciso dizer mais nada: senão que várias cidades da Europa por onde passaram as devastações da última guerra ensinam bastante do que, nesta perspectiva e com esta exigência, se pode e deve fazer.

Os documentos internacionais sobre a matéria são já conhecidos entre nós. Sem esquecer os textos que a precederam, a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas de 1987 constitui por si só um programa sólido e não deixa dúvidas sobre como preservar e valorizar

Quem viver o século XXI, já praticamente fechado à minha geração, tem aqui todo um legado para fruir e para desenvolver. Esse legado não se limita à materialidade da zona histórica de Angra. Ele inclui uma experiência vivida e mesmo algumas linhas ultimamente entre nós já traçadas, mostrando rumos que vale a pena ponderar e porventura seguir.

O MUNICÍPIO DE ANGRA NOS MEADOS DO SÉCULO XIX: PODER E CONSTRANGIMENTOS UMA LEITURA HISTÓRICA (1844-1859)

António Bento Fraga Barcelos

O estudo do município, na origem dele, nas suas manifestações, na sua significação, como elemento político, deve ter para a geração actual subido valor histórico, e muito mais o terá algum dia, quando a experiência tiver demonstrado a necessidade de restaurar esse esquecido mas indiscutível elemento de toda a boa organização social.

*Alexandre Herculano.
História de Portugal, IV,
Lisboa, 1983, p.34.*

1. Introdução

Em Portugal, a história dos municípios e o estudo sobre o municipalismo em geral tem vindo a merecer, desde a primeira metade do séc. XIX, a atenção dos historiadores e investigadores, não sendo a esse facto alheios os acontecimentos então verificados no nosso país: a revolução liberal e as reformas administrativas que se lhe seguiram.¹

Nos Açores, tem sido patente esta preocupação e atenção no estudo historiográfico do municipalismo, pelo seu alargado alcance, dado que as instituições municipais, algumas existentes há cinco séculos, têm marcado estruturalmente o curso da vida política, social, económica e até eclesiás-

¹ António Matos REIS, *Origens dos Municípios Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 9.

tica e militar destas ilhas. Também aqui, neste arquipélago atlântico, a história do povo se cruza incisivamente com a história dos seus municípios.²

Mas se é verdade que alguns municípios dos Açores têm vindo a ser objecto de investigação histórica, nas mais diferentes vertentes, também não é menos verdadeiro que estamos ainda numa fase muito embrionária dessas investigações, sendo certo que, para o estudo dos municípios mais antigos, as fontes existentes são consideráveis e, na sua maior parte, constituem documentação inédita.

Reforçaria esta constatação, exemplificando e referenciando a abundância de fontes manuscritas e impressas existentes na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, que dão corpo aos núcleos documentais da Administração do Concelho e das Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo, da Praia da Vitória e de S. Sebastião³, municípios da Ilha Terceira.

2. Município de Angra: Centro político e institucional

A cidade de Angra⁴, elevada a esta categoria em 1534, foi desde o início da nova divisão administrativa do país por distritos, em 1836⁵, a sede do Distrito de Angra do Heroísmo⁶, assim denominado devido ao nome da sua capital, formado por parte das ilhas do Grupo Central do Arquipélago,

² “A história do povo é a história das instituições municipais”, in Henrique de Gama BARROS, *História da Administração Pública em Portugal*, I, Lisboa, 1885, p. 476.

³ O Município de S. Sebastião foi formalmente extinto pelo Decreto de 20 de Outubro de 1855. Contudo, na prática, a sua total e definitiva extinção só veio a verificar-se a 1 de Abril de 1870.

⁴ Foi elevada à categoria de cidade pelo foral de 21 de Agosto de 1534, de El-Rei D. João III. Existem dúvidas quanto à elevação a vila. “...quem a fizesse villa certamente se não sabe, só se diz por conjectura que a fizera a Infanta D. Beatriz no ano de 1480”... cap. I, do livro III, sobre a Ilha Terceira, Crônicas da Província de S. João Evangelhista, de Frei Agostinho de MONT'ALVERNE, in *A Cidade de Angra, na Ilha de Jesus Cristo da Terceira que está em 39 Graus*, Edição Comemorativa dos 450 anos da Cidade de Angra, selecção, prefácio e notas de Maduro Dias, Angra do Heroísmo, 1985, p. 19.

⁵ A.H. de Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, vol. III, Palas Editora, Lisboa, 1981, p. 103-104.

⁶ O Distrito de Angra, até 1855, abarcava oito concelhos: os concelhos de Angra, Praia da Vitória e S. Sebastião, na Ilha Terceira, os concelhos de Velas, Calheta e Topo, na Ilha de S. Jorge e os concelhos de Sta. Cruz e Praia, na Ilha Graciosa.

ou seja, as Ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa, ficando as outras ilhas deste grupo, o Pico e o Faial, a constituírem, com as Ilhas das Flores e Corvo, o Distrito da Horta.

Foi é esta cidade de Angra a sede do Bispado dos Açores, criado também em 1534, sendo a Sé Catedral, dedicada a São Salvador, orago da freguesia da Sé, o centro donde o Bispo dirige eclesiástica e pastoralmente a Diocese de Angra e Ilhas dos Açores⁷.

Nos meados do séc. XIX o distrito estava provido, em termos da sua estrutura judicial, de três comarcas⁸ dotadas de um Juiz de Direito, sedeadas em cada uma das três ilhas, mais concretamente, na cidade de Angra do Heroísmo, Vila de Velas e Vila de Sta. Cruz da Graciosa.

A cidade de Angra sempre teve um papel importante no âmbito militar. Aquartelados no Castelo de S. João Baptista, existiam, no período em análise, dois batalhões⁹, um de artilharia e outro de infantaria, sob o comando de um general, que constituíam uma única unidade militar, a 10ª Divisão do Exército. Sede da Alfândega do Distrito, do Liceu Nacional, do Seminário Maior, da Capitania do Porto de Angra, da Repartição de Saúde Marítima e da Guarda Fiscal, tendo sido, outrora, também a sede da Provedoria das Armadas do Reino e da Capitania Geral dos Açores. Angra foi, por séculos, o principal centro da vida política dos Açores, e ainda nos meados do séc. XIX ocupava um lugar de destaque no âmbito político, cultural, económico, social, eclesiástico e militar, que extravasava o contexto do Arquipélago.

3. Uma regeneração tardia

A conturbada vida política portuguesa na primeira metade do séc. XIX, as lutas políticas e militares entre promotores e apoiantes das causas abso-

⁷ A Diocese de Angra foi criada pelo Papa Paulo III, por Bula datada de 3 de Novembro de 1534, desvinculando-se da diocese do Funchal, facto para o qual foi determinante a elevação da vila de Angra a cidade, dado que o Vaticano condicionava que as dioceses fossem sedeadas em cidades.

⁸ Francisco Ferreira DRUMOND. *Apontamentos topográficos, Políticos, Cíveis e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, transcrição, introdução e notas de José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, p. 121.

⁹ Ibidem.

lutistas e liberais, a instabilidade governativa e política constantes, os golpes e contra-golpes político-militares, a implementação de reformas administrativas que se mantinham instavelmente consolidadas e as sucessivas eleições¹⁰ para eleger os deputados às Cortes, todas estas realidades provocaram gastos elevadíssimos às instituições públicas, fragilizaram a economia, o comércio e a indústria, já de si débeis, e depauperaram as finanças do governo e dos municípios.

Tal situação grave a nível de todo o País, repercutiu-se com uma acrescida peculiaridade nos Açores e, naturalmente, na Ilha Terceira e nos seus concelhos.

Assim, o concelho de Angra do Heroísmo não foi indiferente aos rescaldos das sucessivas crises políticas, pelo contrário, viveu intensamente os avanços e recuos da “revolução” liberal.

O município de Angra, não só pela experiência política vivida no passado, centro da resistência à ocupação Filipina e do apoio a D. António Prior do Crato, candidato à Coroa de Portugal, sede, desde 1766, do principal poder político e militar do Arquipélago, a Capitania Geral dos Açores, e, mais tarde, base social e política da causa liberal de D. Pedro IV, era um centro politicamente nevrálgico, onde nada se lhe escapava das grandes mutações do tempo e foi um espaço de actuação de uma clientela política e económica, quase sempre a mesma geracionalmente, que ia detendo o poder e o mando das instituições, não só do concelho, mas também do distrito.

Este facto é observado por Paulo Silveira e Sousa no ensaio intitulado “As Elites Açorianas e os Espaços Políticos Locais na Segunda metade do séc. XIX: algumas notas sobre os concelhos do distrito de Angra”, ao afirmar, que “...dentro dos principais municípios açorianos, destacava-se o de Angra, um dos principais centros urbanos do arquipélago, [...] onde se encontravam os poderes, onde a malha das relações económicas e culturais se densificava, e onde exerciam o mando elites locais mais centralizadas, com os estatutos formais e mecanismos de distinção social mais sofisticados, e que funcionavam como os principais mediadores com o centro político.”¹¹

O titular do poder político distrital, o Governador Civil, que tem nítido estatuto institucional de representante do governo, face às oscilações político-partidárias que se iam verificando em Lisboa vai sendo substituído ou

¹⁰ A.H., de Oliveira MARQUES, *Ob. Cit.*, p. 60 – 67.

¹¹ Texto dactilografado, cedido generosamente pelo autor, p. 5.

não, conforme a vontade política do Partido no poder. Contudo, nem sempre tal aconteceu assim, como veremos.

É que, ainda de acordo com Paulo Silveira e Sousa, “...num território heterogéneo, dividido em nove ilhas e tão distanciado do centro político, é fácil perceber que as enormes falhas que a descontinuidade geográfica provoca nas comunicações e no exercício do controlo sobre o meio local, desde cedo desembocassem numa elevada autonomia das elites locais, constituídas de modo informal.”¹²

As lutas políticas em que Angra esteve envolvida no apoio a D. Pedro IV, os encargos financeiros que as mesmas exigiram aos mais diferentes níveis na defesa da causa liberal, as consequências destruturantes da extinção das ordens religiosas e dos conventos, aliadas ao afastamento físico do Reino, às limitações acrescidas duma economia agrária senhorial, comandada por uma pequena aristocracia “terratenente” e detentora do poder político e de influências numa clientela político-partidária fechada, todos estes factores geraram uma situação complexa com rescaldos que se repercutiram a longo prazo.

As verbas consideradas indispensáveis para o funcionamento das instituições do poder político-institucional distrital, ou sejam, o Governo Civil e a Junta Geral, bem como do poder municipal e financiamento dos investimentos e melhoramentos de extrema necessidade nas estradas, nos portos, nos edifícios públicos, na saúde, na salubridade e higiene públicas eram de todo insuficientes.¹³

¹² Paulo Silveira e SOUSA, “O Lugar dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores no Espaço Político e Administrativo Português durante o Antigo Regime”, in César Oliveira (Coordenador), *História dos Municípios e do Poder Local, desde os finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 105 – 113.

¹³ Cf. “Consultas da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo”, constituídas em forma de relatórios das necessidades do distrito para serem presentes à Coroa, no cumprimento da disposição do artigo 218 do Código Administrativo de 1842, referentes aos anos de 1845/1846, 1855, 1859, 1860, 1862 e 1864, BPARAH.

Cf. Relatórios das visitas feitas ao distrito pelos Governadores Cíveis, referentes aos anos de 1844, do Governador Civil José Silvestre Ribeiro, in *Miscelânea*, (p. 1 – 20), de 1848, do Governador Civil Nicolau Anastácio de Bettencourt, Edição – Imprensa do Governo, Angra do Heroísmo, (p. 101,106,109,131,138), de 1857/1858, do Governador Civil Cassiano Sepúlveda Teixeira, Imprensa Nacional, (p. 29 – 56), documentos que confirmam todas estas dificuldades financeiras e a falta de apoio do governo régio.

Os Cofres do Distrito e da Junta Geral estavam tendencialmente vazios e as receitas que as câmaras conseguiam obter pelos impostos directos eram também muito limitadas para cobrir a despesa obrigatória¹⁴, sendo todos os anos económicos e fiscais lançados impostos indirectos sobre o álcool, o vinho e outros líquidos, a carne verde, o sal e demais produtos susceptíveis de serem taxados no consumo, bem como, impostas fintas ou derramas, pagas em mão de obra, espécie ou dinheiro. Porém, estas receitas não garantiam orçamentos equilibrados nem asseguravam a capacidade financeira para a promoção do desenvolvimento e melhoria do estado social e educativo do povo e da sua economia de subsistência, que tão inferiorizados se encontravam.

Mesmo assim, nos anos de 1851/1852, a monarquia constitucional, o governo e as forças vivas da Nação promoveram a contracção e o recuo desta situação, globalmente grave. Houve uma notória estabilidade política e governativa na sequência das eleições de Dezembro de 1852, que asseguraram uma legislatura e um governo de 4 anos, 1852/1856, presidido pelo Duque de Saldanha¹⁵, dando-se início a uma nova etapa, indiscutivelmente mais favorável para Portugal, a denominada “ regeneração”.

Fruto das circunstâncias acima referenciadas que agravaram de sobremaneira a vida social e económica dos Açores e face à incapacidade de reacção dos poderes políticos instituídos e dos municípios, nomeadamente, do distrito de Angra e da municipalidade Angrense, os grandes objectivos da “regeneração” não foram aqui prosseguidos e concretizados neste período, e só nas décadas seguintes é que os efeitos da política regeneradora começaram a fazer-se sentir, duma forma muito ténua e com grande esforço da Câmara de Angra e a quase omissão do governo, na realização de melhoramentos indispensáveis, propiciadores de um pequeno salto qualitativo no desenvolvimento das populações.

Sobre esta matéria são bem claras as posições constantes da Junta Geral do Distrito, no capítulo das estradas, por exemplo, o que transcrevemos: “O estado das estradas e viações públicas n’este districto é ainda mui pouco satisfatório; já esta Junta o consignou na sua Consulta do anno pre-

¹⁴ Sobre despesas obrigatórias e facultativas, cf. Instruções que devem regular as Juntas Gerais dos Distritos e as Câmaras Municipais, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, que classificam quais as despesas obrigatórias e facultativas, bem como o Código Administrativo de 1842, arts. 133 – 155.

¹⁵ A.H. Oliveira MARQUES, *Ob.cit.*, p. 67.

térito, e alguns melhoramentos que lentamente se íam experimentando, devidos ao empenho e esforços das Camaras Municipaes, figurando distinctamente entre ellas a de Angra do Heroísmo, [...] teêm de cessar por certo pela diminuição e desfalque de um dos seus principaes rendimentos, as imposições indirectas lançadas sobre os vinhos e mais bebidas alcoolicas, causando este desfalque e diminuição pelo estrago das vinhas. E à vista d'este estado de cousas não póde esta Junta hesitar em propor à real deliberação de Vossa Majestade a urgente necessidade de conceder-se pelos cofres públicos da Fazenda Nacional uma verba que de algum modo venha suprir aquella sensível deficiencia de recursos, para que assim possam ir progredindo as obras das estradas, isto enquanto o Governo de Vossa Majestade não houver por bem prover definitivamente sobre este objecto, no sentido d'aquella Consulta do anno passado, já por vezes citada.”¹⁶

4. Dificuldades e projectos adiados

Nos Acórdãos das Vereações da Câmara de Angra, abarcando o período em estudo, ressalta inúmeras vezes a vontade política e empenho das Vereações na concretização dos melhoramentos reclamados pelo povo, imperativos para a vida das pessoas, para a economia, para o concelho e para a cidade.

Mas os constrangimentos são enormes e as dificuldades financeiras quase intransponíveis.

As pequenas obras de embelezamento e de alguns melhoramentos ainda se iam, muito lentamente, fazendo: a reposição de algumas calçadas¹⁷ nas

¹⁶ Cf. Consulta da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, ano de 1855, p. 195.

¹⁷ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.11v, acórdão de 29/Dez/1847, “... na rua de Cima de São Pedro [...] onde se está fazendo a nova calçada...”

• BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.76v, acórdão de 30/Ag/1848, “...o vereador Reis, deu conhecimento da conclusão da calçada e encanamentos da rua de cima de São Pedro e lembrava a reparação do chafariz também no mesmo sítio, que estava deteriorado. Tendo a Câmara assentado que por ora não poderia fazer esses consertos [...] por falta de meios, mas que se façam logo que o cofre municipal o permita...”

• BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.51v, acórdão de 17/Jun/1848, sobre a elevação da calçada da Rua do Barcelos, “...conhecendo-se que ella assim construída fica mais regular e aformoseada, e de mais duração, deliberou a câmara que ella continuasse no alinhamento que se lhe deu”.

ruas da cidade, encanamentos, ladrilhos e passeios públicos, construção de um cemitério em Angra¹⁸ e outras obras, algumas da responsabilidade do Governo Civil e Junta Geral que acabariam por serem concretizadas pela Câmara, nem sempre compensada desses gastos por transferências de verbas do cofre distrital para o cofre municipal¹⁹.

• BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.68v, acórdão de 9/Ag/1848. Faz referência à política de construção dos ladrilhos e passeios, exigindo, no caso de serem destruídos por obras particulares, a sua reposição em 4 meses, havendo lugar à aplicação de coimas de trinta mil reis para o município e se o município o fizer, por não cumprimento dos particulares, ficariam estes sujeitos ao pagamento adicional destas despesas, para além da coima, cujas receitas revertiam para o cofre municipal.

• BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.83v, acórdão de 27/Set/1848, "...um grande concerto na calçada da ladeira de S. Francisco d'esta cidade, que se achava muito deteriorada em todos os lados..."

• BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1853-1855), fl.128, acórdão de 2/Mar/1855, construção de novas calçadas na Rua do Palácio, desde a Rua da Sé, até à Rua do Rego, "...por se achar muito deteriorada..."

¹⁸ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.25v, acórdão de 11/Mar/1848, – na sequência de anterior determinação governamental, por razões de saúde pública, por já não ser permitida a utilização das igrejas e dos seus adros para o enterramento dos mortos, e dado que o cemitério da Santa Casa da Misericórdia se encontrava saturado e não existia outro cemitério para as freguesias da cidade, a Câmara projectou construir um cemitério público, sendo nesta data recebido pela Vereação o acórdão do Conselho Distrital, que o aprova, nestes termos, "...a revalidade da arrematação que a Câmara transacta fizera da cerca do extinto convento dos Capuchos por se convencer o Conselho da vantagem que resulta da aquisição do ditto terreno, uma vez que a camara tem em vista o louvável projecto de o converter em cemitério público, de que há mais urgente necessidade, e autorizando a camara para poder deduzir das diferentes verbas de despesa do orçamento a quantia necessária para poder efectuar o primeiro pagamento da prestação do preço porque foi arrematado à fazenda pública a dita cerca."

• BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.84v, acórdão de 28/Jun/1848, "...a camara recebeu do Governo Civil cópia da portaria do ministério da Fazenda, de 8 de Abril último, pela qual se concede à camara uma parte da cerca do extinto convento dos Capuchos d'esta Cidade, para ali se estabelecer o cemitério público, contando que esta concessão não prejudique a que já se acha feita do edificio e cerca e pertenças do referido convento, pela lei de 23 d'Abril de 1844, para estabelecimento de uma casa pia."

• BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.97v, acórdão de 18/Nov/1848, sobre a posição da Santa Casa da Misericórdia de Angra referente ao cemitério geral daquela instituição, afirmando que estava quase cheio.

¹⁹ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.19v, acórdão de 8/Fev/1848, estava em curso a reconstrução da estrada de S. Bento mas o Governo Civil deixou de assegurar o financiamento "...não obstante a deficiência de fundos do cofre central do

As ideias e as iniciativas camarárias são patentes, as discussões são vivas e entusiasmadas nas sessões da Vereação e na opinião pública, e os “periódicos” locais²⁰ alimentavam, nem sempre construtivamente, a reivindicação pela sociedade dessas concretizações.

Significativa, e a título de exemplo, é a vontade da Vereação na aquisição de uma “bomba” de combate a incêndios, para estar ao serviço da cidade, além da que existia no Castelo de São João Baptista para uso da unidade militar ali instalada, mas vê-se obrigada a adiar o projecto por dificuldades orçamentais²¹.

Em face de um pedido do Governo Civil de disponibilidade de uma verba do município para a reparação urgente de uma parte do Caminho da Rocha que desabou para o mar, a Câmara responde; “...a camara precisa é de ser auxiliada ou pelo cofre central do governo ou pelo cofre geral do

distrito [...] a camara vai tomar a seu cargo o mesmo auxilio...” que vinha já anteriormente a prestar.

- BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fls.23-23v, acórdão de 16/Fev/1848, “...obras em andamento do novo adro da igreja do Collegio, para afformosear aquelle sítio da cidade e melhorar a servidão pública, da importância de quinze mil e cem reis...” auxílio pecuniário prestado pela câmara, a pedido do Governador Civil.

- BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.46v, acórdão de 24/Mai/1848, “...a câmara recebeu o officio do Governo Civil participando estar expedida a ordem necessária para ser paga aoThesoureiro rendas do concelho [...] a metade da soma que a camara despendeu no concerto dos encanamentos que conduzem água ao chafariz da Boa Nova.”

²⁰ Cf. editorial do Jornal *A Terceira*, sobre críticas à actividade da Câmara Municipal de Angra quanto à falta de satisfação de necessidades públicas graves, edição nº 292, de 24/Set/1864.

Cf. editorial do Jornal *A Terceira*, sobre melhoramentos, edição nº 574, de 12/Mar/1870 e edição nº 590, de 2/Jul/1870.

²¹ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1850-1853), fls.17-12v, acórdão de 8/Jan/1851.

A câmara já por várias vezes levantara a questão da necessidade de adquirir uma “bomba”. Já tinha tido uma que não funcionou, que lhe fora entregue pelo Governo Civil e não teve possibilidades financeiras para a mandar reparar. Face à ocorrência de um grande incêndio verificado na noite de 31 de Dez. de 1850, a Câmara, que desde 1545 tenta a aquisição deste equipamento, decidiu fazer um orçamento suplementar para incluir a verba necessária. Mas teve de desistir “...não pode fazer o orçamento suplementar, não pode sobrecarregar mais os munícipes, sobre os quais já pesam muitas imposições graves e tendo mandado despedir a maior parte dos operários das obras por lhes não poder pagar ...”

distrito...” e acrescenta ainda “...por estar tão sobrecarregada de despesas obrigatórias...”.²²

5. Melhoramentos feitos pelo povo: as fintas ou derramas

Em 1844, José Silvestre Ribeiro²³, Governador Civil do Distrito de Angra, nos seus “Excriptos Administrativos e Litterários”, afirmava no início do seu texto “...qual deve ser o pensamento de todos quantos temos a cargo o regimem dos povos, qual deve ser o pensamento d’esses mesmos povos? Recuperar o precioso tempo que se perdêo nos sérios, e por vezes dolorosos cuidados de perigosa navegação, que fizêmos atravez do inquieto mar das revoluções. E como recuperaremos nós esse precioso tempo? Eu o digo em uma só palavra: Trabalhando [...]. Temos acaso estradas? Não; pois trabalhemos em fazer estradas. – Temos acaso pontes, fontes, [...], portos? Não; [...] pois trabalhemos [...]. – Temos acaso agricultura, e comércio? – [...] Pois trabalhemos ardentemente [...]. Temos acaso instrução primária e superior? Não; se attentarmos nas necessidades da época actual. Pois trabalhemos em dar desenvolvimento possível à instrução”.²⁴

Nestas palavras, prosaicamente dirigidas ao povo e às instituições, ficou bem patente a orientação política deste Governador Civil, que se manteve nos seus sucessores até às últimas décadas do século XIX.

Trabalho, trabalho, trabalho para o povo. E assim aconteceu.

De facto, os melhoramentos gritantes do concelho, principalmente ao nível das freguesias rurais, foram assegurados, impostamente, por via do lançamento de fintas ou derramas sobre o povo.

Todo o género de trabalhos de interesse público foram feitos. Melhoramentos nas igrejas paroquiais para reparar estragos e os desgastes dos tempos ou para lhes dar mais “capacidade e lustre”, nas estradas que “...estão em tal estado de ruína que demandão altamente a maior sollici-

²² BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1850-1853), fls.22-23v, acórdão de 26/Fev/1851.

²³ José Silvestre Ribeiro ocupou pela primeira vez o cargo de Governador Civil, de 27 de Setembro de 1839 a 13 de Novembro de 1844.

²⁴ Cf. *Colecção dos Excriptos Administrativos e Litterários* – Parte 2ª, 1844, organizados por Felix José da Costa – oficial da Secretaria Geral do Governo Civil do Distrito de Angra, in *Miscelândia*, BPARAH, Fundo Municipal, p. 1 – 20.

tude das Camaras e das Authoridades Administrativas Locais...”,²⁵ na abertura de novos caminhos, nos calcetamentos ou reposições de calçadas, na construção de pontes sobre algumas ribeiras tão indispensáveis para a comunicação com outras freguesias e à segurança das populações, no abastecimento de água às freguesias que durante o verão não a tinham (no inverno recolhiam as águas das chuvas nas cisternas), na construção de aquedutos, novos encanamentos e chafarizes, no entulhar de pântanos e charcos, espaços estes promotores de doenças e de transtornos para a circulação de pessoas e animais.

Por iniciativa das juntas de paróquia ou das comissões de melhoramentos, mais naquele caso do que neste, com a anuência prévia das elites políticas locais, (o regedor-representante do Administrador do Concelho, nomeado pelo Governador Civil, o pároco e presidente da junta da paróquia e outras pessoas influentes) frequentes foram as situações de imposição de fintas²⁶ ou derramas, lançadas sobre os paroquianos, para realizarem todo o leque de melhoramentos, como referimos, e até nalguns casos mais restritos, para financiar os honorários de “mestres de primeiras letras”, com vista ao funcionamento da escola. Sobre a implementação da instrução pública importa referir que, neste período, verifica-se a criação de um número significativo de escolas de instrução primária. No ano escolar de 1857/1858, no concelho de Angra, estavam criadas 15 escolas, repartidas pelas freguesias da Sé, Conceição, São Pedro, Ribeirinha, Santa Luzia, São Bartolomeu, Santa Bárbara e São Bento²⁷.

²⁵ Idem, *ob. cit.*, p. 14.

²⁶ Finta – Contribuição municipal lançada quando as rendas do concelho não bastavam para suprir determinadas despesas que, por vezes, a colectividade se via obrigada a suportar. Era um tributo extraordinário e consistia num *quantum* imposto a cada contribuinte, mais ou menos elevado segundo a sua fortuna e consoante era maior ou menor o valor da soma necessária. As fintas eram lançadas principalmente para obter fundos destinados a obras dentro do próprio concelho – reparações de muros, pontes, calçadas, edifícios públicos, à defesa da localidade, ao envio de procuradores às cortes e, algumas vezes, o seu lançamento fazia-se segundo prescrição régia. Cf. Iria GONÇALVES, “finta”, in *Dicionário de História de Portugal*, Direcção de Joel SERRÃO, Tomo III, p. 40.

Derrama – Lançamento de tributo ou contribuição repartida ou *derramada* por todos. Cf. VITERBO, “derrama”, in *Dicionário de História de Portugal*, Direcção de Joel SERRÃO, Tomo II, p. 287.

²⁷ Neste ano escolar eram administrados os níveis de primeiras letras, de primeiro grau e para as alunas os ensinamentos de labores. Na instrução pública frequentavam 321 alunos e 100 alunas, e na instrução particular, 137 alunos e 112 alunas. Cf. “Mappa do

Retomemos a questão das imposições. O processo de imposição de fincas ou derramas era, aparentemente, simples e rápido.

A “representação” da junta de paróquia era apresentada, formalmente, à Câmara, que em sessão de Vereação a apreciava²⁸ e a transformava numa postura camarária, com a explicitação do seu conteúdo, finalidade, duração, fiscalização e controle das obras, com as taxas e seus montantes aplicáveis (no caso de incumprimento da imposição)²⁹ e, posteriormente, era

movimento de instrução primária, relativo ao anno escolar que teve principio no 1º de Outubro de 1857, e que findou em 30 de Setembro de 1858”, in *Colecção dos Relatórios das Visitas feitas aos Distritos pelos Governadores Civis*, 1866, Lisboa, p. 24 – 25, referente aos anos de 1857/1858.

²⁸ Refira-se que da leitura das actas das vereações da Câmara de Angra, no período compreendido entre 1844 a 1880, não foi verificada nenhuma vez em que a representação não fosse aprovada.

²⁹ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.4, acórdão de 9/Dez/1847. Termos de uma Postura de imposição de uma finta ou derrama em espécie, (trigo) ou em dinheiro, para obras em igrejas e para escolas “de primeiras letras”. “Representando a junta da paróquia de São-Jorge das Doze-Ribeiras a necessidade de concorrerem os seus parochianos, na quaresma, como um auxilio para as despesas indispensáveis da egreja, e achando-se já estabelecido, por pastorais de vários prelados diocesanos, [...], pela autorização que lhe confere o artigo 325, [...], a camara da mui nobre leal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo autoriza a junta da parochia de São-Jorge das Doze-Ribeiras a lançar sobre os seus parochianos, para as despesas necessárias da parochia, e por tempo de um anno, uma finta ou derrama nos termos seguintes: – o lavrador de um moio de campo pagará um alqueire de trigo, o que cultivar meio moio, pagará meio alqueire de trigo, o que cultivar quinze alqueires de campo pagará uma quarta de trigo, o jornaleiro pagará o jornal de um dia – o parochiano que a isso se negar, sendo competentemente avisado será obrigado a pagar a dinheiro o respectivo valor.”

• BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1855-1859), fls.14-15v., acórdão de 25/Jul/1855.

Termos de uma Postura de imposição duma finta ou derrama em dias de trabalho (transporte de materiais de construção e faxinas).

“Em sequência do que pediu a junta da parochia de São Bartolomeu, fêz-se a seguinte Postura, deliberando-se se submetta a aprovação do conselho de distrito para poder ter execução. A camara da mui nobre legal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo, em vista da representação feita pela junta de parochia de São Bartholomeu, em officio de 24 do corrente mez, autorisa a mesma junta a lançar sobre os seus parochianos, desde o mez de Agosto próximo até o último de Junho do anno que se segue, uma finta ou derrama de dois dias de trabalho a cada jornaleiro ou trabalhador, um dia de trabalho a cada lavrador com um carro e bois para a condução dos materiais precisos, e o serviço pessoal de dois dias de trabalho a cada um dos outros paraochianos, sem excepção ou o dinheiro correspondente a dois jornaes, para se levarem a effeito os con-

submetida à aprovação do Conselho Distrital. Este exemplo identifica bem a centralização exagerada de competências no Governador Civil e, no órgão a que preside, o Conselho Distrital. De facto, as Câmaras eram seriamente controladas pelo Governador Civil.

O código Administrativo de 1842,³⁰ denominado “Código de Costa Cabral”, nos termos do seu artigo 325º, dava o enquadramento legal destas obrigações, que recaíam sobre os cidadãos capacitados física e mentalmente, excepto sobre os nobres, os cidadãos investidos em cargos públicos e os indigentes. Aliás, por existirem as duas primeiras escusas, os descontentamentos populares eram redobrados, como se compreenderá³¹.

Não temos elementos de comparação quanto à regularidade e até mesmo abuso destas imposições em relação aos outros concelhos e, em sentido mais lato, em relação aos outros distritos, mas foram excessivamente utilizadas estas obrigações sobre as populações das freguesias rurais do concelho de Angra.

Não encontrámos nenhuma orientação dos poderes públicos que tivessem determinado esta diferenciação, mas não será descabido aceitar-

certos necessários na estrada pública da mesma paróquia, especialmente no local da Cruz das Duas-Ribeiras, que se acha gravemente deteriorada. O parochiano que a isso se negar, sendo competentemente avisado, pagará por cada falta, sendo jornaleiro, cento e sessenta reis, sendo lavrador e tendo carro e bois, mil e duzentos reis, sendo proprietário, duzentos e quarenta reis, que serão applicados nas despesas das indicadas obras.

Artigo (único), [...] dar conhecimento dos resultados da obra e encargos gerais à camara.”

³⁰ Código Administrativo decretado em 18 de Março de 1842, publicado no D.G. n.º 73, de 1 de Abril daquele ano, da responsabilidade do Governo presidido pelo Duque da Terceira, em funções de 9 de Fevereiro de 1842 a 20 de Maio de 1846, sendo Ministro do Reino, António B. Costa Cabral. Veio substituir o código de 1836, consideravelmente alterado pelas leis de 27 de Outubro de 1840, 27 de Outubro de 1841 e duas leis de 16 de Novembro do mesmo ano. Foi um Código Administrativo altamente centralizador das competências administrativas e políticas nos Governadores Cívicos, em prejuízo das competências das Câmaras Municipais. Esta matéria foi objecto de muitas apreciações jornalísticas. Cf. Artigo sobre o Código Administrativo de 1842, in *Jornal, A Terceira*, 18/Abr/1863, edição n.º 217.

³¹ Estas imposições, de legalidade indiscutível, eram injustas, porque eram os jornaleiros, os assalariados e os assoldados, os mais frágeis económica e socialmente, a terem que cumprir em mais dias de trabalho, porque não tinham animais para a tracção dos carros (carros de bois) para o transporte dos materiais, nem tinham o dinheiro ou o cereal para pagarem a substituição do trabalho a prestar ou para satisfazerem as penalizações, taxas e multas que as Posturas de fintas ou derramas impunham.

se que, para as freguesias da cidade sempre se iam obtendo algumas verbas para os melhoramentos mais exigentes, já que a cidade estava mais sobre os olhares e as vontades pessoais e políticas das autoridades distritais e municipais e das suas clientelas, logo os incômodos e as críticas mais depressa se faziam sentir junto dos dignatários do poder³².

Para além do referido, “os olhares” dos jornais locais³³ e os seus editoriais, bem como a dificuldade de organizar e coordenar a realização destes trabalhos numa cidade envolvendo as populações residentes, parece-nos serem, também, razões ponderosas a considerar.

Sem se ser exaustivo, foram observadas sensivelmente duas dezenas de fintas ou derramas formais³⁴ em pouco mais de uma dezena de anos, sendo

³² Será de ter em conta que a cidade de Angra do Heroísmo seria o espaço de residência e das relações sociais dos titulares dos altos cargos políticos e da administração, do poder municipal e dos poderes judicial, militar e eclesiástico.

³³ Cf., por exemplo, o editorial do jornal, *A Terceira*, 24/Set/1864, edição nº 292, supracitada (nota 20).

³⁴ Existiram trabalhos que envolviam elementos da população e que tinham um carácter de interesse mais particular e sem nenhuma formalidade legal. É o caso da abertura de pequenos caminhos para acesso a terrenos de um conjunto de proprietários. Indicam-se as datas dos acórdãos da Câmara de Angra em que foram aprovadas Posturas de imposições de fintas ou derramas (das que foram identificadas), as freguesias a que se destinavam e quais os tipos de melhoramentos:

- BPAAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.4, acórdão de 9/Dez/1847, São Jorge das Doze Ribeiras, obras na igreja.
- BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.32, acórdão de 18/Abr/1848, Santa Bárbara, obras na igreja
- BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.57v, acórdão de 12/Jul/1848, Ribeirinha, caminhos públicos.
- BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.116, acórdão de 24/Jan/1849, São Jorge das Doze Ribeiras, obras na igreja.
- BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.147, acórdão de 11/Jul/1849, Ribeirinha, honorários do mestre de primeiras-letas da “Escola de instrução”.
- BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.267v, acórdão de 23/Out/1850, São Bartolomeu, construção de pontes e reparação de calçadas e caminhos.
- BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1851-1853), fls.35v-36v, acórdão de 30/Abr/1851, várias freguesias rurais, estradas e igrejas.
- BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1851-1853), fl.105v, acórdão de 11/Fev/1852, Ribeirinha, caminhos públicos
- BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1853-1855), fl.14v, acórdão de 20/Mai/1853, São Mateus da Calheta, abertura de uma nova estrada para substituir a antiga.

algumas freguesias “contempladas” com estas responsabilidades mais do que uma vez.

Naturalmente que os benefícios eram, na generalidade, para todos, mas, de certo, uns beneficiariam mais deles do que outros, dado que a classe pobre deles não chegava a usufruir em pleno.

Em suma. Não é possível negar a realização de um conjunto de melhoramentos nas freguesias e paróquias do Concelho, mas foi visível que as populações das freguesias rurais foram consideravelmente mais envolvidas nestes trabalhos, por obrigação, enquanto que nos melhoramentos efectuados, neste período, nas freguesias citadinas, as juntas de paróquia não propuseram o envolvimento, nestes termos, do povo. É lícito, pois, concluir que houve nesta matéria uma nítida diferenciação, tendo a Câmara, necessariamente, financiado as obras e investimentos efectuados nas cinco freguesias da cidade, o que não se passou com as restantes seis freguesias do campo.

Por outro lado, para fazer face às despesas resultantes dos empreendimentos que a Câmara desenvolvia directamente e na falta de receitas disponíveis no orçamento, o que era uma constante, a Câmara podia ainda recorrer, nos termos dos artigos 137º e 143º do Código Administrativo, ao lançamento de contribuições municipais directas e indirectas³⁵, o que agra-

-
- BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1853-1855), fl.15, acórdão de 20/Mai/1853, várias freguesias rurais, abertura de uma nova estrada.
 - BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1855-1859), fl.14v, acórdão de 25/Jul/1855, São Bartolomeu, abertura de estrada.
 - BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1855-1859), fl.198v, acórdão de 28/Abr/1858, Belém (Terra Chã), concertos e reparações em caminhos públicos.
 - BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1859-1862), fl.14, acórdão de 19/Out/1859, São Bartolomeu, idem.
 - BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1859-1862), fls.49v-50, acórdão de 14/Mar/1860, idem, idem.
 - BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1859-1862), fls.175-175v, acórdão de 9/Out/1861, idem, idem.

Na década de sessenta, não foram observadas significativas imposições de fintas ou derramas, pelo que verificámos uma tendência para a diminuição destas obrigações extraordinárias.

³⁵Cf. Art. 137 – “As contribuições municipaes directas podem ser lançadas em dinheiro de contado, em serviço das pessoas ou dos bens dos habitantes e proprietários do município, ou em todas estas espécies.” Art. 143 – “As contribuições municipaes indirectas só podem ser lançadas sobre os objectos destinados para consumo do concelho ” – são os casos do sal, do vinho, das carnes verdes e todos os bens passíveis de contribuição indi-

varia ainda mais a pressão sobre os munícipes, quando estes já eram confrontados com as fintas e derramas lançadas pelas juntas de paróquia, para além das contribuições normais para o Reino ou Fazenda Nacional e os dízimos que abrangiam todos os proprietários ou residentes no concelho, na proporção dos seus haveres.

A pressão destas imposições, fintas ou derramas e contribuições municipais, reflectia-se com maior gravidade sobre os pobres, assalariados, assoldados, doentes e idosos que não as podendo cumprir em dinheiro ou em bens, faziam-no pela via da prestação de trabalho aos domingos e dias santificados, para não perderem o “jornal” nos dias úteis, em que trabalhavam de sol a sol. Esta situação criou um diferendo entre o Bispo da Diocese e o Governador Civil, e por cadeia, a Câmara de Angra.³⁶

Com efeito, o Bispo, D. Frei Estevam Jesus-Maria, ao tomar conhecimento desta situação, em Nota Pastoral, toma a posição de defesa das populações, não permitindo que esta situação ponha em causa o descanso do povo aos Domingos e dias santificados, criticando as altas autoridades administrativas, neste caso o próprio Governador Civil do Distrito de Angra do Heroísmo e até a Câmara Municipal e, indirectamente, criticando os párocos que sendo os presidentes das juntas de paróquia, também tinham responsabilidades nesta situação e que deveriam dar exemplo na defesa da prática religiosa dos paroquianos.

Pelos vistos, esta posição do Prelado³⁷ não trouxe, nos anos imediatos, grandes alterações a esta política desenfreada de imposições municipais,

recta expostos à venda, a retalho. Art. 144 – “Nenhum indivíduo que seja proprietário ou residente no Concelho é isento das contribuições municipaes, na proporção dos seus haveres”. Código Administrativo de 1842, Edição anotada por José Máximo da Costa Neto Leite e Vasconcelos, Juiz da Relação de Lisboa e do Conselho de Sua Majestade, Lisboa, 1849.

³⁶ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1853-1855), fl. 98v, acórdão de 12/Jul/1854.

³⁷ Apenas uma curiosidade. O Bispo D. Frei Estevam Jesus-Maria, ao dirigir-se de Lisboa para a Diocese de Angra e Ilhas dos Açores, para onde fora eleito, escalou primeiro a Ilha de São Miguel e lá foi ficando por largos anos. Sendo a cidade de Angra a capital do bispado, sede da Sé Catedral e do Paço Episcopal, vários cidadãos requereram à Câmara que enviasse ao Governo de S.M. uma representação pedindo que o Bispo fosse mandado dar entrada na sua sede e residir nesta cidade, o que sempre foi feito pelos seus predecessores, há mais de 3 séculos. A Câmara, pelo seu Acórdão de 15/Dez/1852, “...achou justa e attendivel a representação, annuiu à requisição dos citados cidadãos, deliberando se enviasse a ditta representação ao Governo de Sua Majestade, por intervenção do Governo Civil.”

tendo-se até agravado, tal como a incidência de impostos sobre as populações.

A abordagem sobre a realização de obras e melhoramentos públicos no município de Angra ficaria incompleta, se não se referenciasse claramente que as grandes obras da responsabilidade das autoridades administrativas distritais não tiveram, neste primeiro período da “regeneração”, qualquer incremento.

Nos relatórios das visitas feitas ao Distrito, apresentados pelos Governadores Civis para conhecimento do Governo e das Cortes, são expressas vontades e projectos de obras que, de facto, não tiveram qualquer execução³⁸.

6. De projectos, em projectos...

O referido Governador Civil, José Silvestre Ribeiro³⁹, na fase final do seu primeiro exercício desta função⁴⁰, referia-se à necessidade de uma

A 21/Set/1859, e em face da chegada para breve do Bispo, volvidos 7 anos da representação da Câmara, a pedido de cidadãos, o Vereador Corte-Real propôs que a Vereação o fosse cumprimentar a bordo e acompanhá-lo no desembarque, tendo sido decidido, pela negativa, por voto de qualidade do presidente da Câmara, numa atitude crítica pela ausência abusiva do Bispo da sua Sé Catedral.

³⁸Cf. Referências mencionadas anteriormente sobre os Relatórios dos Governadores Civis e Consultas da Junta Geral do Distrito.

³⁹ Governadores Civis do Distrito de Angra do Heroísmo, entre 1844 e 1859, período de tempo que abrange o tema que estamos tratando: José Silvestre Ribeiro, de 27 de Setembro de 1839 a 13 de Novembro de 1844, Nicolau Anastácio de Betencourt, de 30 de Dezembro de 1844 a 1 de Junho de 1846, Francisco de Meneses Lemos e Carvalho, de 1 de Junho de 1846 a 10 de Outubro de 1846, Nicolau Anastácio de Betencourt, de 10 de Outubro de 1846 a 6 de Junho de 1848, António José Vieira Santa Rita, de 6 de Junho de 1848 a 8 de Setembro de 1849, Nicolau Anastácio de Betencourt, de 8 de Setembro de 1849 a 3 de Junho de 1851, António de Oliveira Marreca, de 3 de Junho de 1851 a 18 de Setembro de 1851, António Marcelino da Vitória, de 18 de Setembro de 1851 a 24 de Abril de 1852, Nicolau Anastácio Betencourt, de 24 de Abril de 1852 a 19 de Agosto de 1857, António Maria Cordeiro, de 19 de Agosto de 1857 a 31 de Maio de 1858, Cassiano Sepúlveda Teixeira, de 31 de Maio de 1858 a 6 de Abril de 1859, José Maria da Silva Leal, de 6 de Abril de 1859 a 15 de Fevereiro de 1861. António Manuel PEREIRA, *Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar*, Porto, 1959, p. 141-142.

⁴⁰José Silvestre RIBEIRO, *ob.cit.*, p. 1 – 20.

reforma na agricultura, para promover o aumento da produtividade agrícola, arroteando-se as grandes proporções de terrenos, para além do litoral da ilha, que estava cultivado e onde habitavam as populações, dando aqueles terrenos de “afforamento” a quem não tinha terras para cultivar. “Eia pois, Terceirenses, associai-vos para levardes a cabo uma tão proffícua empreza; reuni vossos conhecimentos, os vossos cabedães, os vossos esforços, e podem meter mãos à santa obra que vos inculco [...] incalculáveis serão os benefícios d’uma sociedade, [...] que se proposér [...] tudo quanto directa ou indirectamente poder promovêr o augmento da agricultura; [...] sollicitando do Governo, ou das Cortes, ou insinuando às authoridades subalternas as providencias mais efficazes para aquelle fim; já, exclarecendo convenientemente os lavradores quanto ao sistema e prática da sua lavoura; já, mandando vir sementes e plantas novas e úteis machinas, instrumentos, e utensílios agrícolas;”

O Governador Civil considerava que os progressos da agricultura se iriam verificar, influenciando positivamente o comércio interno e externo da Ilha Terceira, o que obrigaria à necessidade de se promover melhores vias de comunicação entre as povoações, melhores meios de transporte terrestre e favorecer a navegação, sendo carência enorme uma “...Doca para abrigo das embarcações que estiverem surtas na interessante bahía d’Angra.”⁴¹

Este fragmento de texto evidencia bem o total descomprometimento político-institucional do Governo para com a concretização das grandes e importantes obras, como é o exemplo e até no que se referia a outros

⁴¹Idem, *ob.cit.*, p. 12. O conteúdo deste apelo do Governador Civil é muito curioso, pelo que transcrevemos um pouco mais do mesmo “...esta obra he na verdade gigantesca, e demanda avultadíssimos recursos, mas o zelo e o fervor dos Terceirenses devem crescer na população na proporção das extraordinárias dificuldades d’esta empreza. Forme-se uma associação dos Proprietários e Negociantes da Terceira, destinada exclusivamente a cuidar d’um tão importante assumpto, que por ventura à custa do improbo trabalho alguma coisa chegará a conseguir-se. Chama-se a atenção do Governo e das Cortes sobre a urgentíssima necessidade de uma tal obra, invocando o seu poderoso auxilio em beneficio de um povo, que na luta contra a usurpação Castelhana mostrou a sua lealdade por entre sacrificios perusissimos, e que mais tarde foi a tábua de salvação do throno da Rainha, e da Liberdade – elaborar um plano que tenha por objecto criar alguns recursos annuaes, resultantes do producto de donativos particulares, sobejos de Confrarias e Juntas de Parochia, tributos temporários, [...] e de algumas economias que nos encargos públicos pudessem fazer-se [...].

pequenos portos, já que dizia, que o velho cais da alfândega carecia “...de um concerto radical, ou talvez de uma completa reconstrução [...] a vasta bahía da Praia da Vitória caréce indispensavelmente de um caes para embarque dos cereais que daquela Villa e seu termo se exportão, e para outros misteres do commércio”.

Estas obras não tiveram início no século XIX, e já foi em adiantado século XX que algumas se realizaram parcialmente, como é o caso do porto de Angra, em que apenas se construiu um cais acostável de limitadas capacidades operacionais e de segurança e o porto da Praia da Vitória, que só foi construído no âmbito da autonomia política e administrativa consagrada na constituição democrática de 1976, concretização que se verificou há poucos anos, quando são volvidos 150 anos da reivindicação desta importante obra. De facto, a “Regeneração” e o “Fontismo” e as suas políticas de lançamento de obras públicas não se fizeram sentir nesta ilha, o mesmo acontecendo nas restantes ilhas⁴².

As Vereações da municipalidade Angrense, ao longo dos vários mandatos do período em estudo, mostravam-se preocupadas com a premência destas obras de maior envergadura, para as quais não tinham qualquer possibilidade financeira para as concretizar. Nem tão pouco para as iniciar.

Esta atitude é sobejamente visível em relação à desejada construção da doca na baía de Angra, na continuidade do pequeno e rudimentar Porto das Pipas. A Vereação, responsável pelo mandato municipal de 1859/1860, 15 anos após o Governador Civil, José Silvestre Ribeiro, ter relevado a importância deste empreendimento, como referimos, toma desesperadamente uma nova posição reivindicativa desta obra⁴³.

Vendo publicado em Diário de Lisboa⁴⁴ a lei aprovada pelas Cortes sobre a realização de várias obras de interesse público, que compreende as das barras e dos portos, em que o Governo ficava autorizado a contrair um empréstimo até ao montante de mil contos de reis⁴⁵, a Câmara deliberou aprovar uma “representação” ao Rei para “ordenar” (foi este efectivamente

⁴² Tenha-se em conta, que o Governo presidido pelo Duque de Saldanha, que teve a duração de Maio de 1851 a Junho de 1856 tinha, pela primeira vez, um Ministério das Obras Públicas, criado por Decreto de 30 de Agosto de 1852, sendo nesse dia nomeado Ministro Interino Fontes Pereira de Melo. Cf. António Manuel PEREIRA, ob.cit., p. 34.

⁴³ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1859-1862), fl. 85v, acórdão de 24/Ag/1860.

⁴⁴ D.L. nº 184, 14/AG/1860.

⁴⁵ Um conto de reis corresponderia a um milhão de reis, pelo que, este empréstimo atingia um bilião de reis.

o termo usado) que o Governo mandasse construir a doca⁴⁶, “...cumprindo-se assim a soberana promessa constante do decreto nº 25, de 18 de Maio de 1832, e conformemente à portaria de 4 d’Agosto de 1834...” acrescentando, ainda, num tom de pouco convencimento no sucesso desta “representação”, a seguinte posição: “...quando porem não seja possível desde já emprender-se esta importante obra, então que o mesmo Govêrno applique, da sobredita somma, dez contos de reis para a continuação do varadouro ali ha muito começado, e que é de grave urgência e utilidade pública.”

Esperança, sempre a esperança! ...Mas a resposta prática destes anseios tardou, e, nalguns casos, não chegou!

Contudo, estavam também em curso diversas pequenas obras nas freguesias da cidade, que, no seu todo englobavam, mesmo assim, um volume significativo de trabalhos, assegurados pelo orçamento municipal.

Novos calcetamentos, reposição de outros, novos encanamentos de água para os chafarizes, nomeadamente, para o cais da Alfândega, Porto das Pipas e para a Casa do Peixe, a “macdamização” de ruas muito deterioradas que ligavam ao centro da cidade, centro que também estava a sofrer beneficiações nas suas calçadas e na canalização de água, com os cuidados não só de melhorar as condições de utilização das ruas e da distribuição de água para consumo doméstico, como, também, com o objectivo do “afformozeamento” da baixa de Angra e a preocupação de promover a saúde pública.

7. Novo paço municipal

Mas é de ter em conta a principal obra que a Câmara entendeu meter ombros, sob a sua total responsabilidade financeira. Criticada por uns e bem aceite por outros, sendo estes últimos moradores, negociantes, artífices e mestres de ofícios, elites políticas e suas clientelas, que foi a construção do designado “novo Paço Municipal”, o que levou à demolição do antigo “Senado Municipal” ou “Casa da Câmara”, como, no passado, se chamava ao edifício sede da edilidade.

⁴⁶ A Câmara tinha já providenciado a elaboração do projecto, que foi elaborado pelo Major Engenheiro Tibério Augusto Blanc. Acta da sessão citada.

No início do mandato de 1848/1849, a Vereação presidida por Manuel José Pereira Bettencourt⁴⁷ decide dar início à edificação do Palácio Municipal e o mesmo comunica ao Governador Civil, Nicolau Anastácio de Bettencourt, que não levanta quaisquer dificuldades. Pelo contrário, responde “...desejando coadjuval-la [a Câmara] no louvável empenho de mandar imprehender a obra do novo paço do concelho, que vai dar novo realce a esta importante cidade...”⁴⁸. Mas ainda antes da Câmara iniciar este singular empreendimento, a Vereação já se defrontava com constrangimentos de ordem financeira. Na preparação do orçamento ordinário para o ano económico de 1848/1849, no montante de catorze contos, quinhentos e oitenta e dois mil e cem reis (14.582\$100 reis)⁴⁹, a Vereação concluía não ser possível contemplar a vontade de elevar a gratificação anual do Administrador do Concelho⁵⁰, em trezentos mil reis, face “...à escassez de meios...” para canalizar esta diminuta verba para a edificação do novo paço municipal, por ser “...obra de reconhecida urgência, e já muito esperada do público, havendo a camara transacta votado uma verba para a demolição do actual edifício.”

Este panorama dá já uma ideia da extrema dificuldade financeira e orçamental que as sucessivas Vereações tiveram na construção do edifício.

A 11 de Agosto de 1849, era lançada a primeira pedra, com pompa e circunstância, e durante 17 anos⁵¹ a vida política e orçamental do município esteve continuamente condicionada por este empreendimento, que exigiu da municipalidade o recurso a um empréstimo⁵², que tornou cada vez mais periclitante as finanças do cofre municipal.

Será oportuno questionar. Qual o significado desta obra, numa fase difícil do município? Sendo já de si deficientes as receitas municipais, o que

⁴⁷ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl. 18v, acórdão de 26/Jan/1848.

⁴⁸ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl. 21-22v, acórdão de 9/Fev/1848.

⁴⁹ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl. 25v acórdão de 9/Mar/1848.

⁵⁰ Francisco Lúcio Duarte-Reys.

⁵¹ A inauguração verificou-se no mesmo dia, do ano de 1866, sendo presidente da Câmara, o primeiro Conde da Praia da Vitória, Teotónio de Ornelas.

O projecto foi feito na cidade do Porto, pelo arquitecto Joaquim da Costa Lima Júnior, tendo influências do Palácio Municipal do Porto.

BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl. 46v, acórdão de 2/Jun/1848.

⁵² Concedido por António José Rodrigues Fartura, abastado comerciante do Porto, que veio para a Terceira por razões políticas e que, em 1847, então vereador da Câmara de Angra, propusera a construção do novo Paço Municipal.

obrigou sucessivas Vereações a lançarem impostos extraordinários, motivando a já referida instabilidade entre os munícipes, o que era politicamente desfavorável, que razões, pergunta-se, estariam na base desta decisão?

As fontes documentais consultadas, principalmente os livros de acórdãos das Vereações e a correspondência entre a Câmara e o Governo Civil, não nos indicaram explicitamente as motivações dos responsáveis políticos municipais nesta decisão, que teve a anuência do Governador Civil, como vimos, e dos mais influentes líderes locais. Também a imprensa, nas edições que foram observadas, não problematizou o arranque deste empreendimento. Mas as motivações são entendíveis.

O município de Angra, que se impusera ao longo da sua história com preponderância política, administrativa, governativa, institucional, eclesiástica e até militar a todos os Açores (à excepção, em parte, ao município de Ponta Delgada, dotado de maior desenvolvimento económico, comercial e industrial), também sede do distrito, evidenciava, pelos projectos e consequentes actos dos seus responsáveis políticos, uma vontade de crescimento a todos os níveis, tendo, contudo, consciência das dificuldades e constrangimentos de vária ordem.

É certo que o município encontrava-se, em meados do século XIX, numa crise financeira, associada à falta de trabalho, de subsistências públicas, de redução da produção de cereais, até de fome da classe pobre e de focos de epidemias (aspectos que abordaremos mais à frente), o que torna compreensível a pressão forte pela emigração legal e clandestina, que atingiu neste período o seu auge,⁵³ e à fuga ao apertado recrutamento dos

⁵³ Cf. Nicolau Anastácio de BETTENCOURT, *Collecção de alguns escriptos administrativos do Governador Civil do Districto d'Angra do Heroísmo*, 1848, p. 54, 102, 103, 123, 133 – 138 e 155. Cf. José da Rocha RIBEIRO, *Collecção de Avisos Régios, officios, e mais papeis relativos à exportação de cereaes dos Açores, com humas observações*, Lisboa, 1821, p. 52. Cf. José Guilherme Reis LEITE, “Emigração Clandestina dos Açores para o Brasil no Século XIX”, in *II Congresso de Comunidades Açorianas*, Angra do Heroísmo, 1986.

Cf. Relatórios e Consultas da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo referentes aos anos de: 1845/1846, p. 5; de 1855, p. 195; de 1858, p. 141; de 1860, p. 3; de 1862, p.4.

Cf. Registo de correspondência expedida pelo Ministério do Reino e recebida no Governo Civil, livros 2 e 3, anos de 1851, 1855, 1857, 1858 e 1859, em que contém dezenas de fólios sobre o assunto.

Cf. Registo de correspondência do Governo Civil para diversas autoridades, livro 1, anos de 1860 e 1861, assunto tratado em vários fólios.

“mancebos hábeis” para o exército⁵⁴ e marinha, serviços militares rigorosos e prolongados que muito prejudicavam os rapazes e as suas famílias.

A agricultura, em declínio, não viabilizava o emprego de jovens e de toda a massa humana vocacionada para a actividade agrícola. As obras, de volume limitado e sem proporcionarem estabilidade de trabalho aos assalariados e assoldados, não absorviam o caudal de mão-de-obra disponível não especializada. A aristocracia senhorial “terratenente”, vivendo de rendas e foros, pagos, em parte substancial, em espécie, proprietária também de grandes prédios urbanos, de difícil e cara conservação, não investia em obras particulares, não gerava, pois, uma actividade económica e comercial visíveis. Por seu lado, a burguesia mercantil estava estabilizada e não se vislumbrava a curto prazo grande incremento nos seus investimentos. Ainda será de ter em conta, que tanto a sociedade urbana angrense, algo aberta ao exterior pela influência da actividade portuária, como a sociedade rural (se é possível fazer-se esta diferenciação), consideravelmente fechada e analfabeta, tinham um aspecto em comum: a grande interdependência da cidade, da vida das instituições públicas e, de uma forma preponderante, da Câmara de Angra.

As Vereações de tudo isto tinham consciência, e sabiam que era politicamente importante dar corpo a uma grande obra municipal,⁵⁵ que identificasse a presença do município, algo fragilizado pela crise existente, e proporcionasse uma imagem de poder, de capacidade empreendedora, de afirmação e

Cf. Registo de Correspondência do Governo Civil para as Câmaras Municipais do Distrito de Angra do Heroísmo, livros 1 e 3, anos de 1859 a 1861, tendo sido observados diversos fólios sobre esta temática.

Cf. Registo de correspondência do Governo Civil para os Administradores do Concelho do Distrito de Angra do Heroísmo, livros 1 a 3, anos de 1860 a 1864, igualmente abordados em vários fólios.

Em 1864, o problema da emigração clandestina fica quase sanado, conforme consta do Relatório e Consulta da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo daquele ano p. 4, onde se lê: “Tanto e tão acentuadas têm sido as medidas tomadas pelo Governo de V.M., fielmente executadas pelos seus delegados administrativos n’este districto, para obstar a este infame trafico, que esta Junta, vendo felizmente extreinado este grande mal, que tanto prejuízo causava à nossa agricultura, não pode deixar de patentear o seu reconhecimento por tão proveitosas e justas providencias.”

⁵⁴ Álvaro MONJARDINO, “Os Açores e as Forças Armadas”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIII, Tomo II, Angra do Heroísmo, 1985, p. 317.

⁵⁵ BPARAH, *Câmara de Angra, Vereações (1847-1850)*, fl. 185v, acórdão de 29/Nov/1849.

dignidade, compatíveis com a histórica e heróica cidade de Angra. A construção da nova “Casa da Câmara” corresponderia perfeitamente a este desiderato e era tida como uma necessidade evidente. Esta grande obra geraria, como aliás veio a confirmar-se, uma ocupação de mão-de-obra especializada e servil apreciáveis, a aquisição e transporte de materiais de construção, seus fornecimentos locais e exteriores, que ao longo de quase duas décadas, deram actividade ao comércio, às oficinas de artífices e promoveram um certo escape para a situação de tensão social e económica existentes.

Era assim a obra necessária, mesmo que dificilmente exequível, suficientemente imponente para calar as bocas e as consciências e justificar a falta de verbas para outras obras da responsabilidade da Câmara e do poder distrital, para as quais não existiam, como vimos, meios financeiros.

Temos que considerar, que foi uma decisão política inteligente e de alargado alcance, e hoje, volvidos 150 anos, é uma “peça” arquitectónica que enobresce a cidade, promoveu e promove um digno funcionamento da edilidade e um melhor serviço aos munícipes. A construção do Palácio Municipal dos Paços do Concelho de Angra marcou uma etapa significativa na história desta cidade e deste município⁵⁶.

8. A crise cerealífera e os interesses conflituais

Os meados do século XIX foram para os Açores anos muito difíceis. O Concelho de Angra, como já referenciámos, vivia neste período uma situa-

Em fase de final do mandato de 1848/1849 e portanto na proximidade de eleições municipais e paroquiais, para o biénio seguinte, de 1850/1851, a Vereação evidenciava preocupações com os resultados eleitorais em face dos pequenos e pouco significativos empreendimentos que executou, considerando, contudo, que eram positivos, para o “...partido que sustenta a camara...”

⁵⁶ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1853-1855), fl. 32v, acórdão de 6/Jul/1853.

Em 1853, o orçamento global da construção era calculado em dezassete contos e trezentos mil reis, pelo Capitão Engenheiro Francisco Maria Montano.

BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1859-1862), fl. 10v, acta da sessão, 12/Out/1859.

Em 1859, o custo geral era estimado em quarenta contos de reis.

Para outras generalidades sobre a construção do paço municipal consulte-se: Pedro de MERELIM, *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo*, 3ª Edição, Angra do Heroísmo, 1984.

ção económica, financeira e social graves. Problemas estruturais existentes foram agravados por um conjunto de acontecimentos e de conjunturas que atingiram duramente as populações, principalmente a classe pobre e desprotegida, mas não deixaram de atingir também uma fatia do povo assalariado e assoldado, totalmente dependente do trabalho para subsistir.

O declínio da agricultura, a falta de subsistências alimentares e a emigração clandestina para o Brasil funcionaram duplamente como causa e efeito de toda a malha complexa desta crise, à qual se associaram focos epidémicos que levaram muitos a sofrer no silêncio e no desânimo, outros a morrer precocemente, mas outros a reagir com força e, até, com raiva.

Ainda antes de se atingir a década de cinquenta e os almejados ventos de mudança preconizados pelo movimento da Regeneração, a agricultura fraquejava e com ela a economia, já de si frágil. A produção cerealífera diminuiu e a má qualidade de grande parte dos trigos fez perigar este ali-cerce de subsistência dos Angrenses⁵⁷.

Esta matéria tem três faces de difícil conciliação. Uma seria a necessidade imperiosa de serem produzidos cereais, em quantidade e qualidade suficientes, para alimentar as populações, já que o pão era a base fundamental da sua alimentação. A outra visaria a produção excedentária que garantisse o comércio, que era uma fonte de riqueza e uma base essencial para a subsistência financeira e económica dos agricultores. A última seria, por ventura a mais colateral das faces, por vezes de difícil equilíbrio, que era a pressão dos intermediários e comerciantes de cereais, com os seus estratégias de comprar barato para vender bem, armazenar e especular o mercado e os preços, correspondendo sempre aos contratos e encomendas que o exterior lhes faziam.

A Ilha Terceira e os municípios de Angra não podiam fugir a esta situação, e a pressão era consideravelmente forte, facilitada e determinada pelas leis vigentes, mas também porque se concentravam neste concelho grandes negociantes de cereais⁵⁸.

⁵⁷ Cf. Consultas da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, anos de 1845/ 1846, p. 2.

⁵⁸ Cf. Aviso da Secretaria d'Estado ao Governo Interino das Ilhas dos Açores em 22 d' Agosto de 1797, dirigido ao Bispo d'Angra, e mais Srs Governadores das Ilhas dos Açores: "...não ponhão impedimento algum a que Francisco José Teixeira de Sampaio, Negociante da Praça d'Angra, possa extrahir annualmente dessa Ilha quatro centos moios de trigo e milho, excepto no caso de haver alli necessidade urgente, que embarrace esta extracção [...] Palácio de Queluz, D. Rodrigo de Sousa Coutinho", in José da Rocha RIBEIRO, *ob.cit.*, p. 20.

São justificáveis os receios dos consumidores e do povo em geral quanto a esta dificuldade, de não conseguir-se sustentar a venda para a exportação de grandes quantidades de cereais, que pudesse pôr em causa o abastecimento regular do mercado em Angra, gerando depois a indesejada instabilidade social.

Também, em período mais recuado⁵⁹, foram necessárias medidas cautelares e de proibição provisória da exportação, nem sempre bem controlada e inspeccionada e muito criticada pela burguesia negociante.

Para além desta circunstância, de facto, a proibição não poderia ser por muito tempo e só aceitável nas situações especiais de falta de cereais para o fabrico do pão, já que, naturalmente, a maioria dos produtores necessitava da venda da sua disponibilidade de cereal para garantir as receitas indispensáveis à estabilidade económica e pagarem, em dinheiro, as rendas, os assalariados e jornaleiros que necessitavam de uns vinténs⁶⁰ para as compras dos mínimos consumíveis domésticos.

Estas eram as teses daqueles que defendiam, tendencialmente, a livre exportação, mesmo em situação de alguma crise na produção, argumentando ainda que o dinheiro recebido pelos lavradores e pequenos proprietários, trazido pelo livre comércio de cereais, não só afastava a fome, como “...concorria para que os habitantes se provessem logo no princípio do anno de todo o preciso para elles, e para todos os seus dependentes.”⁶¹

Por outro lado, defendiam que a certeza para os negociantes da prática do livre comércio, garantia que “...aquellas pessoas que fora desta ilha que tinham aqui posto os seus fundos [...], no feliz tempo de liberdade deste commercio, vendo que dependiam de huma licença, que lhes podiam ser negada, deram logo ordens para lhes serem remetidos os seus cabedaes, e

⁵⁹ Cf. *Colecção de documentos relativos à questão dos Cereais*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870.

“Tendo constado que na Ilha Terceira e na de São Miguel, apesar de ter sido o anno da mais abundante colheita, o susto de que pela exportação venha a haver falta tem motivado o Governo a não dar liberdade de exportação, senão a quem deixe a terça parte para consumo da terra, o que só deve praticar-se em annos de necessidade...”

Ibidem., p. 26.

⁶⁰ “Estes miseráveis, que antigamente sempre descalços, e com huma pobre cafua de palha com dois vinténs, que ganhavão, jámais podião saciar a fome a si, e à sua família...”

Ibidem., p. 41.

⁶¹ *Ibidem.*

em pouco tempo se viu esta ilha sem dinheiro d'ouro, e patacas, que nella giravão...”

No meio destas posições e destas políticas, “proteccionistas” no sentido da defesa dos consumidores e “mercantilistas”, digamos assim, na óptica dos comerciantes e exportadores dos cereais, pairava, efectivamente, o espectro da crise de subsistência, da fome, da pobreza e da recessão económica.

Nenhum poder político aparecia com soluções milagrosas, mas importava, por todos os meios possíveis, reagir perante estes tão graves problemas.

Convirá ter-se em conta que as autoridades políticas do distrito e municipais tinham, o que já era positivo, plena consciência destas realidades e da dificuldade⁶² em encontrar mecanismos e orientações para as fazer regredir. Esta matéria é ponto “da ordem do dia”, como não podia deixar de ser, nas sessões da Câmara de Angra, do Conselho do Distrito, da Junta Geral, e tema redactorial dos jornais.

Em 1845 e 1846, os Governadores Civis⁶³ e a Junta Geral consideravam ser difícil a situação “...A Junta reconhece quanto é lastimoso o quadro que offerece, o comércio de cereais...” e concluem que a redução quantitativa e qualitativa da produção dos trigos se devia a uma “...degeneração

⁶² O município de Angra estava, para além de outras razões, num só aspecto, em relação aos outros concelhos da ilha Terceira, em melhor situação, porque não tinha sido fortemente atingido pelo terramoto de 15 de Junho de 1841, como foram os concelhos da Praia da Vitória e São Sebastião, onde igrejas, habitações e estruturas de apoio à agricultura ficaram muito destruídas. Cf. José Ignácio d'Almeida MONJARDINO, *Collecção de Documentos sobre os trabalhos de reedificação da Villa da Praya, e Villa de São Sebastião, Fonte do Bastardo, Cabo da Praya, Fontinhas, Lajes, Villa-Nova, e Agualva, da Ilha Terceira, occasionados pelo terramoto de 15 de Junho de 1841*”, Secretaria do Governo Civil, Angra do Heroísmo, 1844, p. 14v. Cf. Mapa resumo das operações das comissões parciais de socorros – anexo às p. 49 – 50. A título de exemplo, cita-se o Relatório do Governador Civil, Cassiano Sepúlveda Teixeira, que sobre o assunto do comércio, afirma, “O Distrito de Angra, essencialmente agrícola, não à dúvida que convém ser animado e protegido no tocante à exportação dos seus cereaes, no entanto tem por tantas vezes apparecido casos graves e importantes quando os interesses dos exportadores estão em desharmonia com o dos consumidores (o que quasi sempre succede)...”, 1858, p. 140.

⁶³ Cf. Consultas da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, 1845/1846, p. 2. Exerceram este cargo, abarcando estes anos, os Governadores Civis, Nicolau Anastácio de Bettencourt e, por muito pouco tempo, Francisco de Menezes Lemos e Carvalho.

natural por não haverem introduzido de fóra novas sementes...” Pelo contrário, os lavradores justificavam que esta situação se devia à chegada ao distrito, como ao Reino e à Ilha da Madeira⁶⁴, de trigos do estrangeiro, que são de pior qualidade do que é produzido nos Açores e que não garantem ser de boa semente. Mas começa a existir, também aqui, a questão da concorrência de preços, com a entrada dos trigos estrangeiros.

Enquanto este diferente entendimento se vai gerando, as autoridades distritais e municipais vão incentivando os agricultores a virarem-se mais para a cultura da laranja, convidando os proprietários à plantação de novos pomares, com o incentivo de isenção do tributo do dízimo por quinze anos, benefício já em vigor, concedido pela Lei de 12 de Novembro de 1841, destinado aos lavradores dos Açores e Madeira que arroteassem solos incultos.

Outra alternativa complementar seria a cultura de tabaco, que a Lei de 25 e Abril de 1835 libertara de taxas, mas “...até agora não estão estes povos no goso desse bem, que seria talvez mais um remédio a evitar a sua decadência...”

Entretanto, como diz o provérbio, “um mal nunca vem só”.

A Vereação da Câmara de Angra, nos finais de 1848⁶⁵, a meio do seu mandato de 1848/1849, é surpreendida com uma exposição do Delegado do Conselho de Saúde Pública do Reino⁶⁶ que alertava para a existência da epidemia “cholera morbus asiática”, já existente em cidades marítimas onde operavam embarcações que escalavam a baía de Angra, pelo que se tornavam urgentes medidas sanitárias de precaução por parte da edilidade, de promoção da saúde pública.

A exposição considerava que nestas cidades marítimas não se cuidava da higiene pública e que o flagelo que se transmitia na atmosfera, desenvolvia-se com maior intensidade nos sítios onde existissem focos de infecção, passando para as povoações.

Nesta sessão e em face das propostas da autoridade de saúde, a Vereação faz aprovar um conjunto de medidas sanitárias⁶⁷ preventivas,

⁶⁴ À Ilha da Madeira fora concedido, pela carta de Lei de 2 de Agosto de 1839, a autorização para a importação de trigos estrangeiros com um imposto muito baixo que corre com o preço corrente dos trigos nos Açores e no Reino.

⁶⁵ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl. 99v, acórdão de 6/Dez/1848.

⁶⁶ O médico Nicolau Caetano de Bettencourt Pitta.

⁶⁷ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl. 100-101v, acórdão de 6/Dez/1848.

passando algumas delas por obrigações para os munícipes, como sejam, limpezas junto às suas habitações e a proibição da criação e circulação de porcos na cidade, entre outras.

A reacção de muitos munícipes não se fez esperar, principalmente dos criadores e vendedores de porcos que contrariavam o edital de proibição, e a Câmara viu-se confrontada com mais um foco de instabilidade social, acabando por decidir que esta actividade fosse permitida em currais e quintas apropriadas, tendo obtido a concordância do Delegado do Conselho de Saúde Pública Régia⁶⁸.

Também, para a eficiência destas medidas, se tornava necessário recorrer ao orçamento municipal, cujas dificuldades eram sempre evidentes. A comissão médica, constituída e presidida pela autoridade de saúde pública, propusera o encerramento de “...travessas da cidade, por serem focos de infecção, [...] que só dessem servidão aos quintais e graneis, [...] e a macademisação da parte restante da rua dos Canos Verdes por haverem ali muitos lamaças...” A Câmara decidiu fazê-lo, mas “...à medida que as forças do cofre do município o forem permitindo.”

São patentes a vontade da edilidade e a sua falta de verbas, mas é também patente a omissão da Junta Geral e do Governo Civil. Mesmo assim, a municipalidade não regateava a esforços para construir um lazareto⁶⁹,

Notas sobre as propostas e decisões tomadas pela Câmara:

Propostas: “1- Que não se deixe lixo na cidade; 2- Que não se deite nas ruas águas sujas, animais mortos, entranhas de peixe, com aplicação de penas pecuniárias, havendo vigilância dos zeladores da Câmara, a fim de participarem às autoridades; 3- Proibir que os padeiros criem porcos nas lojas e os tenham nas fábricas e a criação destes animais na cidade ou que divaguem pelas ruas; 4- Proibir os cortumes e palames na cidade, removendo-os para fora da cidade, bem como os fornos de cal; 5- Que se faça a limpeza dos açougues, matadouro, mercado do peixe, vendas e tavernas; 6- Que se limite as visitas aos hospitais, [...]”. Medidas: – “A Câmara tomou estes conselhos, ficou intellegenciada [...], e decidiu: 1- Fazer a limpeza da cidade por homens e carros pagos pelo cofre municipal; 2- [...] ; 3- Formular editais a publicar orientações e posturas; 4- Proibir a criação e circulação de porcos na cidade, permitindo-se que só sejam conduzidos ao mercado público no Lugar das Covas; 5- Proibir os cortumes e palames dentro da cidade e fornos de cal; 6- Estipular penas sobre as infracções desde mil e duzentos reis até trinta mil reis, [...] ficando entretanto suspensas todas as posturas que por ventura se opponham às disposições subreditas...”

⁶⁸ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fls. 106-107, acordões de 13/Dez/1848 e 20/Dez/1848.

⁶⁹ No meio destes constrangimentos de ordem financeira, económica (crise cerealífera), social (emigração legal e clandestina para o Brasil, epidemias, mortalidade acentuada e

recomendado pela autoridade sanitária, para colocar de quarentena as mercadorias passíveis de transmissão de epidemias.

Para além dos constrangimentos financeiros e sociais, outro constrangimento para a edilidade angrense era a sua limitada competência para os seus próprios actos de gestão municipal, quase todos dependentes de uma última apreciação e aprovação do Conselho Distrital, por imposição do centralizador Código Administrativo de 1842⁷⁰. Com efeito, toda e qualquer alteração ao orçamento municipal carecia da aprovação do Conselho de Distrito, que nem sempre aceitava, na totalidade ou em parte, a proposta apresentada pela Vereação, como podemos ver nesta situação: “...tendo a camara de fazer um lazareto, como deliberou em sessão de 11 do corrente e não havendo verba de despesa para esta obra no orçamento municipal, acordou-se que se peça ao Conselho de Distrito a necessária autorização para tirar das verbas do mesmo orçamento o que preciso for para se levar a effeito a indicada obra, e bem assim para se poder tirar ou mudar de umas verbas para outras do referido orçamento actual...”⁷¹

fome) e um maior surgimento de expostos, a edilidade consegue reagir às solicitações de construção de um lazareto e constrói “...o novo e bello estabelecimento municipal da Casa da Roda para os expostos...” inaugurado a 4/Abr/1848, dia natalício da Rainha, D. Maria II (1819/1853).

⁷⁰ Cf. Artigos 147 – 155 inclusivé, sobre a aprovação do orçamento municipal.

⁷¹ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl. 151, acórdão de 21/Jul/1849. BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1855-1859), fls.212v-222, acórdão de 15/Set/1858.

Esta dificuldade levou a Câmara, a uma posição extrema, de pedido de dissolução da “Corporação Municipal”, ao Governador Civil e ao Orgão a que preside, Conselho Distrital, comunicada pelo officio nº 230, de 8/Set/1858, exarada no acórdão de 15 do mesmo mês, que se transcreve, dado o interesse do seu conteúdo político-institucional: “A camara assim o disse, [...] mas infelizmente não foi attendida, como o não tem sido absolutamente nas ponderações que tem feito sobre objectos de interesse público. Esta camara municipal, composta de cidadãos independentes, zelosos do bem do município, e alguns com a prática de annos em objectos administrativos, não pode deixar de significar ao Governo-Civil que está profundamente magoada de vêr a maneira insólita com que o conselho de districto, em que apparecem só dois membros, alem do seu presidente, tem desattendido e desprezado, como por acinte, as reflexões duma corporação municipal que sempre merecera às autoridades administrativas superiores a maior deferencia e consideração. O que se estava estabelecido, a muitos respeito, desde annos, não era o effeito de incuria, irreflexão ou inadvertencia, mas o fructo de serias meditações, e de longa experiencia, que em administração ensina mais do que as theorias. Os inconvenientes das causas estabelecidas costumam apparecer paulatinamente, e uma administra-

Aliás, as Vereações evidenciavam grande dispêndio de gastos, energias e tempo, por um lado, com todos os processos demasiadamente burocráticos e “controleiros” relativos à actualização anual dos recenseamentos eleitorais, das eleições municipais e paroquiais bianuais (nem sempre realizadas e sendo mais vezes nomeados do que eleitos os membros das juntas de paroquia e os juizes-eleitos), das eleições sucessivas para as Cortes, do apertado processo do recrutamento militar com toda a pressão de pedidos de substituição dos mancebos e isenções e, por outro lado, com pedidos de escusa de vereadores ou ausências destes das sessões e sucessivas escusas dos membros eleitos ou nomeados para os cargos paroquiais.

Em 1850, a Vereação, no início do seu mandato de 1850/1851, presidida por Manuel Gomes de Sampaio⁷², vê-se confrontada com uma nova dificuldade, que atinge os rendimentos dos agricultores e a economia do concelho, que fica ainda mais abalado. Trata-se da epidemia “*cocus hesperidum*”⁷³ que invadira de bicho os laranjais, tendo promovido reuniões com

ção illustrada as vae emendando, por medidas e providencias adequadas, do modo mais proficuo aos interesses públicos. – Quando se chega a um resultado definitivo, e sancionado pelo tempo, destruil-o é aniquilar o bem e a ordem. As alterações feitas em grande parte nas verbas do orçamento por acordams do conselho de districto, destruindo o que a razão dictára e a diuturnidade do tempo havia firmado, não podem senão occasionar embaraços na administração municipal e detrimento grave ao município. – O acordam do conselho de districto de 9 do corrente, cuja a cópia acompanhára o officio nº 70, da mesma data, é mais uma prova de nenhuma consideração que lhe merece esta municipalidade; – nem ao menos se dignou declarar-lhe a quem fica pertencendo a metade das multas das tomadias. – que n’esta situação, a camara municipal, vendo não poder desempenhar convenientemente as suas funções, nem promover como deseja as commodidades e interesses dos povos do município, a que sempre se dedicára na esphera legal de suas attribuições, assim o representa ao Governo-Civil, sollicitando e pedindo respeitosamente a sua dissolução, que, na conjuntura actual, não pode deixar de lhe ser satisfatória.”

⁷² BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.210 acórdão de 13/Fev/1850.

Para além do presidente Manuel Gomes Sampaio, a Vereação era constituída pelos vereadores António José Vieira Rodrigues Fartura, João Toste Parreira, Eustáquio Francisco de Andrade, José Maria do Amaral, tendo pedido escusas os eleitos vereadores Thomaz José da Silva (que não foi aceite), António da Silva Baptista (havendo dúvidas se tal foi aceite ou não) e Visconde de Bruges (pede escusa a 6/3/1850, por ter sido nomeado Par do Reino e desejar “tomar assento na Câmara dos Pares”).

⁷³ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl.192 acórdão de 13/Jan/1850.

⁷⁴ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), acórdão de 20/Fev/1850.

Apresentamos algumas notas sobre as causas, que a Câmara considerou, que afectavam

os proprietários de pomares e as autoridades do distrito e constituída uma comissão central e filiais nas freguesias onde existiam pomares, com vista a contrariar o seu avanço.

Tal como na década anterior, o concelho de Angra e a actividade municipal, em toda a década de 50, enfrentaram uma situação generalizada de crise, principalmente cerealífera, o que tornou urgente a análise das suas causas, e obrigou a que se tomassem medidas⁷⁴, que visassem o aumento, pelo menos, da qualidade dos cereais produzidos.

Curioso notar que a actuação criteriosa desta Vereação, vai ao ponto de evidenciar a preocupação de ter ao seu alcance elementos estatísticos, que facilitassem a gestão municipal e a tomada das suas deliberações, encarregando um funcionário municipal que desenvolvesse essa acção⁷⁵, até por-

a qualidade do trigo desta ilha: 1- A falta de mondar as terras; 2- O trigo com sementes heterogénias; 3- As ciras estarem mal preparadas, mal calçadas e mal varridas, ficando os trigos cheios de pedras e terras; 4- Existirem pássaros daninhos que comem as cearas; 5- A colheita dos cereais antes de estarem bem “sazonados”; 6- A água com que muitos lavradores “burrifam” os trigos para os entregar nos graneios desenvolve com facilidade o grogulho e borboleta; 7- A excessiva nutrição das terras, utilizando extraordinárias porções de materiais orgânicos em putrefacção e calcárias, que fazem nascer cearas com muita folha mas com pouco e mau grão; 8- A pouca fiscalização no embarque; 9- A entrega pelos lavradores de trigos húmidos e sujos, de má qualidade, que nos mercados, alcançam um preço muito inferior ao das outras ilhas;

Apresentamos algumas medidas, que a Câmara aprovou, para levar os lavradores a apresentarem uma melhor qualidade dos cereais que produziam: 1- Aplicar a multa constante do artigo 12 da Postura municipal, na parte relativa, aos que entregam cereais em más condições; 2- Que nenhum proprietário possa vender ou embarcar trigo sem que este seja inspecionado por uma comissão para isso criada e que certifique do seu bom estado, enviando o respectivo certificado ao administrador da alfândega; 3- “...Poderá haver outra cultura, atenta à natureza dos terrenos, que substitua com vantagem a dos cereais? Entende a Câmara que não obstante parecerem os terrenos da ilha com condições para a cultura de vários géneros, como o café, o algodão, açúcar, tabaco, mamona, contudo os impetuosos ventos que dominam com regularidade hão-de embarçar essa cultura, excepto a do tabaco e mamona de que se pode tirar algum interesse; 4- [...] o estabelecimento nesta cidade duma companhia comercial para animar as transacções dos cereais; 5- Foi apreciada uma proposta da Vereação no sentido de se pedir ao Governador Civil que interceda junto da Câmara Municipal da Praia da Vitória para que esta faça uma Postura que proíba os lavradores e proprietários lançarem ervas ruins e mondas nos caminhos e ribeiras, que as águas levam para o mar e são depois introduzidas nas areias que se lançam nas terras, onde nascem, prejudicando as culturas”.

⁷⁵ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1847-1850), fl. 225, acórdão de 24/Jul/1850. Elementos solicitados pela Vereação para tratamento estatístico e gestão interna da

que verificara que alguns dados não eram seguros, e eram constantes os pedidos de informação do Governo Civil.

A crise cerealífera agravara-se ao longo da primeira metade da década de cinquenta, dado que a produção de trigo não foi suficiente para o consumo do concelho. Refira-se que, em 1857, o concelho de Angra produziu 72 mil alqueires de trigo, e consumiu 104.200. Produziu 144 mil alqueires de milho, e consumiu 191 mil, o que prova ser altamente deficitária a sua produção, sendo o concelho de S. Sebastião (nesse ano já formalmente extinto, mas existente na prática) e principalmente, o concelho da Praia da Vitória, a fornecerem o cereal em falta⁷⁶.

É neste contexto que, nos finais de 1855, Nicolau Anastácio Bettencourt (em funções de Governador Civil pela quarta vez neste Distrito, dado ter exercido idêntico cargo no Distrito da Horta, por duas vezes) participa à Câmara ter tomado providências para assegurar a subsistência do povo da ilha, e “lembra” a Câmara da faculdade que tem de contrair um empréstimo⁷⁷ para a construção de um depósito de milho destinado a abastecer regularmente o mercado da cidade, com vista não só a garantir a existência da quantidade suficiente deste cereal para esse abastecimento, mas também para evitar que o preço do pão subisse desproporcionadamente às possibilidades dos consumidores assalariados e dos mais pobres. Note-se que o tipo de cereal que é referido é o milho, o que nos pode indicar que a

Câmara: 1- Cereais; 2- Passageiros e navios (entradas e saídas); 3- Vinho maduro e verde consumido no concelho durante 1849; 4- Os orçamentos, escrituração e contabilidade da Câmara Municipal e o processo das contas se realizar por método uniforme “e com a devida clareza, exactidão e regularidade, por ordem do Governo, instruções e modelos de que tratam as mesmas instruções, para a Câmara as colocar em execução”; 5- Mandar fazer novos livros, numerá-los e rubricá-los; 6- Registo das amas dos expostos; 7- Animais abatidos e quantidades de carnes consumidas no concelho nos anos de 1848 e 1849; 7- Mapa da quantidade de pipas e almudes de azeite doce e de peixe; 8- Mapa dos expostos; 9- Mapa de contribuições directas e indirectas lançadas pela Câmara Municipal em relação aos anos de 1849 e 1850.

⁷⁶ Cf. Relatório do Governador Civil referente ao ano de 1857, p. 32-33, in *Collecção dos Relatórios das Visitas feitas aos Distritos pelos respectivos Governadores Civis*, Imprensa Nacional, 1868.

⁷⁷ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1853 – 1855), fl. 30 v, acórdão de 14/Nov/1855.

Nos termos da lei de 28 de Abril de 1855, a Câmara podia contrair um empréstimo para fazer face a problemas desta gravidade, para benefício público.

obtenção do trigo já não estava ao alcance da classe pobre nem dos assalariados e jornalheiros.

A Vereação, perante a comunicação do Governador Civil, que não seria tão só uma sugestão, mas muito mais do que isso, uma ordem disfarçada, decide não contrair o empréstimo, por “...não ter meios de o satisfazer, achando-se reduzida a uma situação tristíssima, pois que, consistindo o seu maior rendimento na imposição dos líquidos, essas imposições têm gravemente diminuído em consequência da terrível moléstia das vinhas. Em consequência, há obras públicas paradas e atrasos de cinco meses no pagamento do pessoal que recebe ordenados pelo cofre do município”...⁷⁸

O mandato desta Vereação⁷⁹, correspondente ao biénio 1854/1855, terminava, também, neste ambiente económico-social conturbado, agravado ainda com uma nova situação política, criada com a extinção do concelho de S. Sebastião (um dos três concelhos da Ilha Terceira), operada pelo decreto de 24 de Outubro de 1855, provocando uma movimentação das clientelas políticas locais e uma certa instabilidade institucional entre estes concelhos⁸⁰.

Toda esta problemática evoluiu negativamente até aos finais da década de cinquenta. A “desarmonia” entre a Câmara de Angra e o Governo Civil iria ter novos episódios, fundamentalmente provocados por decisões tardias das autoridades distritais e um procedimento unilateral em relação à edilidade, que se vê em dificuldades acrescidas e a falta constante de apoio institucional e financeiro do Governo Civil.

A Câmara sobrecarregada de despesas obrigatórias⁸¹, das quais não consegue libertar-se, e vendo diminuir progressivamente as suas receitas,

⁷⁸ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1853 – 1855), fl. 30 v, acórdão de 14/Nov./1855.

⁷⁹ Presidente – Visconde de Bruges; Vereadores – D. Henrique Brito do Rio, Diogo Álvaro Sarmento Forjaz de Lacerda, Manoel Inácio Cardoso, Joaquim José Marques Guimarães, António Sieuve de Seguiel Camello Borges e o Brigadeiro (reformado) Agostinho da Costa Monteiro.

⁸⁰ Cf. Consulta da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, ano de 1855, p. 193. (os documentos análogos dos anos seguintes também abordam esta problemática).

⁸¹ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereação (1855 – 1859), fl. 45 V, acórdão de 20/Fev./1856.

O número de expostos aumentara consideravelmente, com a agravante de não serem só do Concelho de Angra, mas também dos restantes Concelhos da Ilha Terceira e até das outras ilhas do distrito, o que leva a Câmara a solicitar ao Governador Civil a aplicação do Decreto de 19 de Setembro de 1836, que obrigava, entre outras providencias, que as

com uma dívida considerável⁸², confrontada com o desleixo e abandono⁸³ em que se encontrava a cidade, com evidentes responsabilidades também da Administração do Concelho, nomeadamente, na falta de policiamento e da ordem pública, com obras paradas por falta de verbas disponíveis, sendo

despesas das Casas da Roda e criação dos expostos, fosse assumida por todas as Câmaras do Distrito. Em 1852, excede os quatrocentos o número de expostos entregues na Casa da Roda e em mais no Concelho de Angra do Heroísmo.

Nestes anos, o encargo anual com os expostos era considerável, chegando a atingir os quatro e cinco contos de reis, num Orçamento municipal de, em média, 15 contos de reis, o que era um gasto muito elevado para a Câmara.

⁸² Em sessão da Vereação, de Janeiro de 1858, é referenciada uma dívida de 9 contos de reis, "... pode considerar-se em nove contos de reis..." Em Junho, do mesmo ano, é referido que a dívida é de, aproximadamente, 5,5 contos de reis, pelo que, não é coincidente esta informação e não foi possível confirmar o valor da dívida.

⁸³ BPAAH, *Câmara de Angra*, Vereação (1855 – 1859), fl.79 V, acórdão de 25/Jun./1856. Era Administrador do Concelho, João Augusto de Bettencourt Pitta, muito contestado pela Vereação deste mandato, correspondente ao biênio, de 1856-1857, que não foi eleita, dado não ter havido eleições municipais e quase nenhuma eleições paroquiais por, essencialmente, falta de eleitores, entre outros problemas derivados de todo o ambiente de crise que o concelho e as populações estavam a viver. Foram nomeados pelo Conselho de Distrito, nos termos do Código Administrativo, para constituírem a Vereação: Presidente – Visconde de Bruges; Vereadores – António Sieuve de Seguer Camello Borges, Joaquim José Marques Guimarães (que pediu escusa), João Borges Leal Corte-Real, Manuel Augusto Coelho Borges, Luís António Parreira e Bernardo de Bettencourt e Vasconcellos.

Período de grande conturbação política e institucional entre a Câmara, o Administrador do Concelho e o Governador Civil.

Identifica bem o ambiente político existente, o texto da proposta do Vereador Corte-Real, servindo de procurador fiscal, que levou a Câmara a deliberar nestes termos: "...oficiar ao Governo Civil para dar as providencias necessárias, a fim de cessar o grave desleixo que mostra o Administrador do Concelho João Augusto de Bettencourt Pitta, no tocante à polícia d'esta cidade e execução de posturas municipaes, achando-se tudo na maior relaxação e abandono, especialmente no que respeita a prostitutas, não havendo as visitas sanitárias por várias vezes recomendadas, nem repressão alguma tendente a evitar o escândalo público, cruzando essas mulheres infelizes e desgraçadas, a toda a hora da noite, as ruas da cidade, parando nos cantos das ruas e edificios, fazendo sair deste concelho aquellas prostitutas de outros concelhos; outros a galopar pelas ruas da cidade, encanamentos de água quebrados, moradores que não limpam as suas testadas, ruas na maior parte obstruídas e embaraçadas com maçames e entulhos, estabelecimentos públicos abertos em dias santificados nas horas defesas, enfim, todas ou quase todas as posturas sem execução alguma, o que tudo demanda promptas e adequadas providencias a bem da polícia, da ordem, da decência e commodidade públicas..."

a de maior impacto a da construção do Paço Municipal, e sem poder nem dever recorrer a agravamentos de impostos indirectos “...não sendo possível aumentar-se as contribuições lançadas sobre os povos por estarem já gravemente onerados com as que pagam effectivamente...”⁸⁴, vê-se na necessidade de tomar uma posição política determinada, e fá-la.

Com efeito, nas primeiras sessões do mandato de 1858/1859, a Vereação discutiu e fez aprovar uma “representação” dirigida aos deputados às Cortes eleitos pelo Distrito, José Silvestre Ribeiro e António Maria de Fontes Pereira de Mello, e ao Governo Régio, expondo a situação grave em que estava mergulhado o Concelho, solicitando, agora ainda com maior insistência e urgência, que a Câmara Legislativa aprovasse uma lei, de execução permanente, que exigisse que todos e quaisquer líquidos importados para consumo no Concelho fossem objecto de imposto, bem como uma lei especial para a criação extraordinária de uma contribuição de 10 reis por alqueire de cereal exportado, num período de dez anos, para fazer face à debilidade das finanças municipais para a conclusão da obra do Paço Municipal.⁸⁵

A “representação” não teve o seu efeito nem consta que tenha sido aprovada qualquer iniciativa legislativa sobre a mesma, já que, na sessão de 14 de Junho de 1859, nova “representação” municipal foi feita sobre estas solicitações.

A Câmara⁸⁶, nas suas sessões, não se cansava de cuidar dos problemas da carência alimentar e da necessidade imperiosa de ser restringida e até suspensão a exportação de batata e de cereais mas, confrangedoramente, continuava a ver autorizada a saída de algum cereal, matéria sobre a qual se mostrava incapacitada de proibir⁸⁷.

⁸⁴ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereação (1855 – 1859), fl.130 V, acórdão de 1/Abr./1857.

⁸⁵ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereação (1855 – 1859), fls. 178v – 197, acórdão de 16/Jun/1858.

Refira-se que o artigo 142 do Código Administrativo, ponto 2, isentava de impostos os líquidos que não eram colocados à venda, o que possibilitaria fugas fiscais, porque eram importados para consumo particular e depois, marginalmente, colocados no consumo público. Era objectivo da Câmara, que todos os líquidos recebidos do exterior, qualquer que fosse a utilização a dar-lhes, seriam taxados.

⁸⁶ Vereação que assegurou o mandato referente ao biénio de 1858/1859: Presidente – Visconde de Bruges; Vereadores – João Borges Leal Corte-Real, Luiz António Parreira, Manoel Ignácio Cardoso, Frederico Ferreira Campos, Zósimo do Rego Menezes Camello Borges e Francisco de Betencourt Pereira e Mello.

⁸⁷ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1855-1859), fl. 184v, acórdão de 24/Fev/1858.

Contudo, uma situação excepcional se lhe deparava, quanto à exportação de milho e batata. O Governador Civil do Distrito da Horta, Conselheiro António João Vieira Santa-Rita, dirigira à Câmara um pedido no sentido desta influenciar o Governador do Distrito de Angra do Heroísmo para autorizar a venda de 100 moios de milho, com vista a abastecer as ilhas do Faial e Pico, “...por os povos destas ilhas estarem [...] sofrendo os horrores da fome”, tendo a Vereação decidido pedir ao Governador Civil que considerasse o pedido em causa, dada a situação que toda a população das ilhas estava a viver, “...sendo os povos açorianos todos irmãos, devendo socorrer-se mutuamente.”

Mais tarde, em Julho do mesmo ano⁸⁸, em face de outro pedido do mesmo Governador Civil, neste caso para ser exportada batata para a Ilha do Faial, a Câmara toma uma posição contrária, enviando ao Governador Civil do Distrito de Angra, uma “representação”, dado considerar que “...esse género é um dos principais alimentos da classe pobre, e a sua exportação em grande escala para algumas ilhas, maiormente para a do Faial, não é com o intuito de socorrer ali a classe pobre, mas sim de especulação e interesse de uma ou duas casas ricas comerciais, que costumam comprar aqui a duzentos reis o alqueire e o vendem às baleeiras e a outros navios a seiscentos reis, tirando estas casas unicamente todo o interesse, com prejuízo grave da subsistência pública d’esta ilha, no tocante à classe pobre digna de protecção...” O Governador Civil autorizou a exportação, informando a Câmara de não poder proibir esta exportação, de acordo com “...as leis vigentes e as ordens do Governo”.

Esta decisão e comunicação do Governador Civil levantou na Câmara uma acentuada celeuma, não só por não ter atendido o seu apelo, mas também porque acrescentava o seguinte, o que caiu muito mal “...as camaras municipais também devem velar quanto possam pela manutenção das subsistencias públicas nos seus concelhos, o que esta camara se não descuidará de fazer, pela sua parte, o que esteja dentro da sua órbita legal, prevenindo-a da manifestação de quaesquer syntomas precussores de crise alimentícia...”

A Câmara, que acabara de solicitar ao Governador Civil a não autorização da exportação da batata pelas razões apresentadas, e tendo sempre desenvolvido as suas diligências para obstar ao agravamento da crise,

⁸⁸ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1855-1859), fls. 211-211v, acórdão de 26/Jul/1858.

entendeu responder ao Governador Civil, reforçando as suas posições, “...que as crises sobre subsistencias públicas é melhor previnil-as o que atalhal-as: – que quando se houver exportado toda a batata do paiz, de que já tem sahído amplíssimas porções, estando o resto da produção d’esse genero quasi todo comprado para o mesmo fim, que providencias se poderão dar? Aonde se ha-de ir comprar esse genero indispensável para a subsistencia da classe pobre?.” Estamos perante um novo diferendo nas relações institucionais entre a Câmara e o Governo Civil.

Este caso, verificou-se já com o novo Governador Civil, Bacharel Cassiano Sepúlveda Teixeira, que assegurou estas funções, apenas, de Maio de 1858 a Abril do ano seguinte. Entretanto, à “representação” da Câmara Municipal, se juntaram “representações” da Junta Geral e de algumas Juntas de Paróquia e apelos de moradores das freguesias, que levaram o Governador Civil a ouvir a Associação Comercial, entidade que confirmou que a continuação da exportação de milho e batata podia afectar “...as subsistencias das classes menos abastadas...”⁸⁹, o que obrigou o Governador Civil “...a restringir provisoriamente a liberdade de exportação de milho e batata...”. Contudo, esta posição tardia do Governador Civil não conseguiu conter as movimentações populares que, de imediato, se verificaram e que a Câmara já pressentia vir a acontecer.

De facto, a 24 de Agosto de 1858, uma significativa movimentação popular verificou-se em todo o concelho e muito especialmente na cidade. Populares ao saberem que a Vereação estava reunida, em sessão extraordinária, entraram pela sala das sessões exigindo uma solução para a fome e desgraça que percorriam o Concelho.

A Câmara reconheceu terem razão e garantiu-lhes que iria, de novo, apelar ao Governo Civil para a tomada de providências e medidas urgentes “...a bem das subsistencias públicas...”, tendo preparado e aprovado uma repetida “representação”⁹⁰ e decidido suspender, de imediato, a cobrança para o município de 10 reis em alqueire de trigo e 5 reis em alqueire de milho, vendidos no Mercado Público, com vista a não onerar a venda para consumo imediato destes cereais.

⁸⁹ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1855-1859), fls. 212v-213v, acórdão de 10/Ag/1858.

⁹⁰ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1855-1859), fls. 216-216v, acórdão de 24/Ag/1858.

Na sessão seguinte⁹¹, a Vereação tomava conhecimento de que o Governador Civil solicitara uma reunião extraordinária da Câmara com ele próprio, a realizar-se “...a não haver inconveniente...” no palácio do Governo Civil, tendo a Vereação decidido, o que é interessante constatar-se, “...que não podia haver sessão da municipalidade fóra dos paços do concelho...”, mostrando-se disponível a conferenciar com o Governador Civil, dadas “...as circunstâncias urgentes, pois se achavam as ruas da cidade cheias de povo das freguesias da Ribeirinha, Porto-Judeu e de Valle de Linhares, e de outras, deliberado a embarçar o embarque de trigo...”

Os populares tinham conhecimento que estava autorizada uma exportação de 2.373 moios de trigo, que não queriam deixar embarcar, o que garantiria o abastecimento público deste bem tão carenciado e há muito desaparecido do mercado local. A Vereação colocou-se ao lado do povo e apelou ao Governador Civil que mandasse suspender a exportação do trigo e que esta suspensão se verificasse até ao mês de Outubro próximo, “...época em que se poderia conhecer o resultado da colheita do milho...”

Toda esta postura da municipalidade angrense junto da população foi fundamental para a acalmia social e para a garantia da existência de algum cereal à venda no concelho, tendo sido, de certo, preponderante a sua acção junto do Governador Civil, levando-o a suspender a sua autorização de exportação de trigo, em vez de declarar a cidade em “estado de sítio” e pôr em execução a lei marcial, para possibilitar, “...usando a força armada...”, o embarque do cereal, que fora uma das duas medidas apresentadas pelo Governador Civil Cassiano Sepúlveda Teixeira, na citada conferência com a Vereação, em que estavam também presentes os membros do Conselho de Distrito, o Administrador do Concelho e a autoridade militar, transpondo essa decisão para um edital que desse garantias ao povo de que o seu apelo estava atendido.

Tornam-se evidentes os diferentes interesses em presença: o Governo, que pugnava pelo mercado livre de cereais, facilitando a exportação e tirava daí mais valias financeiras, os comerciantes e intermediários que exploravam o negócio e tiravam dele bom proveito, o Governador Civil que, a todo o custo, queria cumprir as leis e também agradar o Governo que representava, os principais proprietários e produtores de cereais, que desejavam vender os seus excedentes e os consumidores que exigiam e

⁹¹ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1855-1859), fls. 217-218, acórdão de 30/Ag/1858

careciam da compra de cereal para a fabricação do pão, base da subsistência alimentar. Neste complexo jogo de interesses e numa situação de crise prolongada, a Câmara de Angra desempenhou um papel importante de contra-poder, de equilíbrio de forças políticas e institucionais em presença de interesses conflituais.

Em 1859, a fome e a falta de subsistências públicas⁹² continuaram a verificar-se, atingindo, principalmente, os pobres, as epidemias foram atingindo as populações, a falta de trabalho para os jornaleiros agravou-se⁹³, a emigração para o Brasil⁹⁴ recrudescedeu, e a crise social e económica agravaram-se no Concelho de Angra (e em todas as ilhas em geral), à qual se juntou um velho problema, agora com maior incidência, que foi a tentativa de divisão dos baldios e a tomada por aforamento destes por parte de alguns proprietários, o que provocou grandes tumultos entre os beneficia-

⁹² Cf. Portarias do Ministério da Obras Públicas, Comércio e Indústria, providenciando sobre a falta de cereais que se sente nos Distritos da Horta e Angra do Heroísmo, datadas de 10 de Junho de 1859, publicadas nos Diários do Governo, de 13 de Junho, nº. 137. Cf. Portaria do Ministério dos Negócios do Reino, agradecendo ao Consul Geral dos E.U.A. o importante donativo de 25000 alqueires de milho, obtido em Boston, "...para sobreviver a ilhas...", datada de 13 de Agosto de 1859, publicado no Diário do Governo, de 20 de Agosto, nº. 195.

Cf. Portaria do Ministério do Reino, aceitando os serviços de uma comissão espontaneamente instituída em Tavira, para ali promover a subscrição em favor dos habitantes pobres dos Distritos do Faial e Angra, durante a crise alimentar, datada de 02 de Julho 1859, publicada no Diário do Governo, de 5 de Julho, nº. 155.

Cf. Portaria do Ministério dos Negócios do Reino, providenciando sobre a remessa e distribuição de donativos obtidos a favor dos "...habitantes pobres das ilhas oprimidas pela falta de subsistências...", datada de 12 de Julho de 1859, publicada no Diário do Governo, de 16 de Julho, nº. 165.

BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1855-1859), fls. 267-268, acórdão de 31/Mai/1859.

BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1855-1859), fls. 276-276v, acórdão de 14/Jul/1859.

BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1855-1859), fls. 10-10v, acórdão de 12/Out/1859.

⁹³ Cf. Portaria aceitando a oferta da Companhia das Águas de Lisboa, de empregar nas suas obras 1.200 operários do Açores, para assim acudir à miséria que se sentia, datada de 5 de Julho de 1859, publicada no Diário do Governo, da mesma data, nº. 159.

⁹⁴ Cf. Portaria do Ministério do Reino, obstando aos abusos da emigração para o Brasil, datada de 2 de Julho de 1859, publicada no Diário do Governo, de 5 de Julho, nº. 159.

dos e as populações não beneficiadas com este projecto⁹⁵, obrigando o Governador Civil a propor ao Governo medidas conjunturais de apoio alimentar, não obstante alguns desses apoios terem sido da iniciativa mútua dos concelhos atingidos pela desgraça.

Constatámos que toda esta grave situação de instabilidade geral levou à efectivação de substituições políticas, ao nível do Governador Civil e do Administrador do Concelho. Por decreto de 7 de Março deste ano, o contestado Administrador do Concelho, Bacharel João Augusto Betencourt Pitta, é substituído pelo Bacharel Manuel José da Fonseca, que passa a ter a responsabilidade, expressa no texto da sua nomeação, de administrar também o extinto Concelho de São Sebastião⁹⁶ e, a 6 de Abril, era exonerado o próprio Governador Civil, Cassiano Sepúlveda Teixeira, em menos de um ano das suas funções, o que é sintomático, sendo substituído pelo Comendador José Maria da Silva Leal⁹⁷.

Parece-nos evidente que as posturas políticas desajustadas destas altas autoridades, face às dificuldades de vária ordem do Distrito e do Concelho e aos desentendimentos com a municipalidade angrense, foram as razões próximas das exonerações havidas, não tendo sido observada, na documentação estudada, qualquer outra explicação para estes factos.

Por outro lado, a Câmara foi o garante da estabilidade política e da gestão da “causa pública” no Concelho, enfrentando todo este embate institucional e a crise generalizada, mantendo uma posição de considerável firmeza nas suas atitudes, de conhecimento do que se passava no território concelhio e na opinião pública, tendo o seu mandato chegado ao fim (1858-1859), não obstante o pedido de dissolução da “Corporação Municipal”, apresentado ao Governador Civil e Conselho Distrital, como vimos, que não teve qualquer execução prática, para além, o que fora importante, da tomada de uma posição política de alcance institucional visível.

⁹⁵ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1855-1859), fls. 237-238, acórdão de 1/Dez/1858.

BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1855-1859), fl. 271, acórdão de 14/Jun/1859.

BPARAH, *Câmara de Angra Câmara de Angra* (1855-1859), fl. 10-11v, acórdão de 12/Out/1859

⁹⁶ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1855-1859), fl. 264v, acórdão de 4/Mai/1859.

⁹⁷ BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1855-1859), fl. 267, acórdão de 25/Mai/1859.

Poder-se-á afirmar, com convicção, que foi a Câmara de Angra, nos meados do séc. XIX, o principal protagonista na defesa das populações, dando-lhes voz e atenção às suas dificuldades, confrontando-se com a generalizada omissão e desatenção dos Deputados, do Governo e dos Governadores Cíveis, enfrentando enormes constrangimentos materiais, financeiros, institucionais e até políticos, procurando, sempre, promover o desenvolvimento possível do seu Concelho, e confirmando ter sido o poder que esteve mais próximo do povo, mais conhecedor dos seus anseios e mais capaz de os satisfazer.

Fontes documentais

Livro de acórdãos das Vereações da Câmara de Angra do Heroísmo, nos anos (extremos) de 1844 a 1859 – Casa Forte – BPARAH

Livros de correspondência do Governo Civil para as Administrações dos Concelhos de Angra do Heroísmo, S. Sebastião, Praia da Vitória, Santa Cruz da Graciosa, Velas e Calheta, nos anos de 1849 (inc) a 1859 – Fundo do Governo Civil – BPARAH.

Livros de correspondência do Governo Civil para as Câmaras Municipais do Distrito, nos anos de 1849 (inc) a 1860 – Fundo do Governo Civil – BPARAH.

Livro de correspondência confidencial expedida pelo Governo Civil, nos anos 1858-1859 – Fundo do Governo Civil – BPARAH.

Documentos integrados no núcleo documental designado “Administração do Concelho” correspondentes aos anos referenciados.

Bibliografia complementar

CORDEIRO, Carlos (1992), *Insularidade e Continentalidade, Os Açores e as Contradições da Regeneração* (1851-1870). Coimbra: Livraria Minerva.

JOÃO, Maria Isabel, (1991), *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: Edições Cosmos.

JOÃO, Maria Isabel, (1995), “*Memória e construção da identidade regional: o caso dos Açores*”, *Portugal e as Regiões: Perspectivas Históricas, Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*. Coimbra: FEUS.

LEITE, José Guilherme Reis, (1995), *Política e Administração nos Açores de 1870 a 1910. O Primeiro Movimento Autonomista*. Ponta Delgada: Publicações Jornal de Cultura.

RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar (1983), “As Eleições de 1908 e de 1910 nos Açores”.

Arquipélago, número especial in Memoriam de João Teixeira Soares de Sousa.

RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar (1985), *A Geografia Eleitoral dos Açores de 1852 a 1884*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, Departamento de História.

DRUMOND, Francisco Ferreira, *Anais da Ilha Terceira*, reimpressão fac-similada da edição de 1859, Secretaria Regional da Educação e Cultural, 1981, III vol.

LEITE, José Guilherme Reis, "Emigração clandestina dos Açores para o Brasil no século XIX," in *II Congresso de Comunidades Açorianas*, Angra do Heroísmo, 1986.

LEITE, José Guilherme Reis, *Administração, Sociedade e Economia dos Açores*. 1766-1793, Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, Ed. do autor, 1968.

MEDEIROS, Fernando, "Um sistema social de espaços múltiplos – a autonomia do local na sociedade portuguesa", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 25/26, Dezembro, 1988.

MENESES, Avelino de Freitas, "A administração dos Açores e as raízes da Autonomia", in *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal de Cultural, 1995, vol I.

MENESES, Avelino de Freitas, "O Município da Madalena (Pico): 1740-1746. Subsídios para o seu estudo", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 1988, vol. XLV, Tomo II.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "Agentes e dinâmicas do poder", in *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, dir. de César Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores 1996.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "As famílias principais e os poderosos", in *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, dir. de César de Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, "Emigração e população açoriana", in *Arquipélago, Série Ciências Sociais*, n.ºs 3-4, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1988/89.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, *Dinâmica populacional dos Açores no século XIX*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991.

SOSA, Paulo Silveira e, "O lugar dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores no espaço político e administrativo português durante o Antigo Regime", in *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, dir. de César Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

SOSA, Paulo Silveira e, *As elites Açoreanas e os Espaços Políticos Locais na Segunda Metade do século XIX: algumas notas sobre os concelhos do distrito de Angra*, artigo que aguarda publicação em obra de conjunto, encontrando-se na forma dactilografada, e gentilmente cedido pelo autor.

VIEIRA, Alberto, *Guia para a História das Ilhas Atlânticas*, Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 1995.

PODER, TRADIÇÃO E UTOPIA: NEMÉSIO E A AUTONOMIA DOS AÇORES

Eduardo Ferraz da Rosa

1. Vasta e diversificada nos géneros, nos conteúdos e nos horizontes de sentido, a Obra de Vitorino Nemésio constitui uma das mais ricas produções da Língua e da Cultura Portuguesas.

– Pelo verbo luminoso e iluminado da sua Poesia, nunca será demais reafirmá-lo,

- desde a sua última *Sapateia Açoriana* (1976) ao debutante *Canto Matinal* (1916);
- pela procura diligente e sincera das possíveis respostas às mais necessárias e eternas perguntas do Homem e da Humanidade – desde *Era do Átomo/Crise do Homem* (1976) até *O Poeta Povo* (1917);
- da Crónica e do Artigo de Jornal ao Ensaio Histórico; da Poesia à Crítica Literária e à Teoria da Ciência; da Antropologia Cultural à Novela, ao Conto e ao Romance; da Estética à Religião e à Teologia; enfim, do Memorialismo e da Literatura de Viagens à Filosofia e à Teoria da Cultura e da Sociedade,

– de tudo isso se entreteceu o poderoso discurso nemesiano.

Todavia, a grande riqueza literária e humana de todas as facetas de Nemésio advém ainda, em parte maior, da grande ligação e da mútua competência que nele se foi criando – e que ele próprio sustentou e assumiu, crítica e existencialmente – entre a Vida e a sua vida, e a Obra sua, de tal modo que esta é mesmo a melhor revelação dos percursos daquelas.

– A vida vivida, os problemas que sentiu, as questões que pensou, as dúvidas, as crises e os mistérios que se lhe depararam, a par das crenças, descrenças e esperanças mais íntimas e profundas que idealmente o move-

ram, estão bem reflectidos em tudo o que disse, escreveu e impressionantemente legou à sua época e ao ainda nosso tempo.

Neste fecho cronológico do ano Comemorativo do I Centenário do Nascimento de Vitorino Nemésio, a melhor Homenagem que lhe poderemos continuamente ajudar a prestar é a da renovada leitura e a do integrado estudo das suas obras, no aprofundamento e no aproveitamento pleno das suas múltiplas e tantas vezes insuspeitadas dimensões, em todos os ramos disciplinares e na mais apelativa, exemplar e paradigmática integração autêntica e consistente dos saberes e do Saber.

2. O tema que resolvi aceitar abordar, embora de modo sucinto, no âmbito deste Colóquio sobre *Portugal e a Governação das Ilhas* – que em boa hora torna a decorrer aqui na Praia da Vitória, e a cuja Comissão Organizadora e Instituições realizadoras saúdo, felicito e agradeço pela iniciativa e pelo convite que me foi de novo endereçado para participar nos decorrentes trabalhos; – o tema, vinha a dizer, que abordarei hoje vem assim balizado logo pela precisa intitulação que optei por escolher: – *Poder, Tradição e Utopia: Nemésio e a Autonomia dos Açores*.

Devo confessar porém, e antes de mais, que, depois de formulado e assente o título desta Comunicação, e ao lê-lo, para mim próprio, alto – sabe-se lá se à procura de alguma inspiração rememorativa do muito e tanto sobre estas questões nemesianas e açorianas efectivamente pensadas e pesquisadas ao longo de tantos anos e frutíferas ou infrutíferas aplicações tematizadoras do apurado... – é que notei uma quase involuntária rima no arrimo dos vocábulos e das categorias, tornando-se com isso mais audível a simetria fónica terminal – uma espécie de *finesse* poética apenas... – entre *Utopia* e *Autonomia*, muito embora na estrutura *geométrica*, ou talvez até mais *aritmética* e silábica pura, já a palavra Autonomia ganhasse por uma marca alfabética àquela outra...

– Ainda imaginei pois substituir *Autonomia* por *Autodeterminação*, mas constatei que esta rimava logo mas era com *Tradição*; e quando experimentei depois mudar *Utopia* por *Ciência*, o que vinha responder-me, na rima, a essa entidade mais racionalista era então o termo *Independência*...

E foi assim, por essas e por outras proverbiais artimanhas da linguagem e da lógica dos conceitos, juízos e raciocínios, que me fixei, finalmente, na perspectiva dada do tema a tratar, – o que vou passar a fazer agora na esperança de poder contribuir para uma discussão antiga, disputável nos seus

contornos e *tropos* mais íntegros e integrais, é certo, mas que deve ser regida, parece-me, como nem sempre o foi ou é, por uma sustentada percepção crítica de que os *verbos* (ou seja, no essencial paradigmático e analógico das falas, mesmo eles – mas também como eles, no âmbito mais genérico de todo o discurso, afinal, os *substantivos* e os *adjectivos*) – são, todos, *equivocos falados*¹.

– Aqui, portanto, não se tratará de *Verbo* ou *Verbos unívocos* ou *sagrados*, para parafrasearmos Nemésio...

E é por isso, enfim, que o que direi não passa de *hipóteses* e, quanto muito, de alguns exercícios hermenêuticos sobre *vestígios de parábola ou de metáfora* – naturalmente quando analisar os textos poéticos de Nemésio, bem entendido, e muito embora recolham estes fundamento no real ou em matéria real de factos empíricos ocorridos e percorridos, como diriam, melhor do que os Juristas, o próprio Poeta e com ele os Escolásticos ou os Filósofos da História e do Direito,

*Pois, ainda e sempre, só por semelhança
Do Verbo se chega à esperança
Do que se quis.*²

– mas também depois, mais analiticamente sobre textos ensaísticos e estudos críticos e teóricos, a par de outros depoimentos, também relevantes ao seu nível particular e dimensão específica e estilística, embora neste último domínio aquele grau de amplitude, variabilidade, relatividade ou equivocidade, apareça, em boa verdade, menos susceptível de interpretação dúbia ou tacitamente instrumentalizável.

Mas vou simplificar:

– O que quero dizer é que, no tratamento do tema que nos interessa para hoje e agora, atenderemos tanto a *textos poéticos e ficcionais* quanto a *textos de prosa e ensaio* de Nemésio, porquanto uns e outros podem falar-nos *do mesmo*, embora podendo *não significar* nem valer, retórica, conceptual e argumentativamente, *o mesmo* sobre o mesmo!

Como se estará depreendendo, para o caso presente – isto é, para aquelas problemáticas afins da Autonomia, da Açorianidade, do Separatismo, da Autodeterminação, da Independência, ou quejandos e mutuamente implicados –, todavia, não nos deverão servir identicamente os *discursos*

¹ Cf. Vitorino NEMÉSIO, Poema “Verbo e Equívoco” em *O Verbo e a Morte*, p. 305.

² ID., Poema “O Verbo e a Morte” em *O Verbo e a Morte*, p. 299.

poético-figurativos e conotativos e os *discursos lógico-conceptuais, denotativos ou sistematizadores*, como é evidente e metodologicamente inultrapassável...

Isto não quer dizer que o *processo reflexivo* localizadamente em questão e intuito não fosse ali porventura movido por *alguns daqueles mesmos motivos*, – rigorosamente e desde logo devido aos circunstancialismos, diversos, que condicionaram, geraram ou delimitaram as suas *temporalidades situadas* e os seus *respectivos discursos*, – é preciso adiantar, os quais, realmente, não podiam ter sido sempre *iguais*, marcados por *historicidades distintas* como o foram, – embora junto aos seus eixos diacrónicos e sincrónicos nos seja possível detectar a presença recorrente e constante de núcleos temáticos e ideográficos bastante análogos ou, pelo menos, categorialmente muito interligados.

Porém, caberá ainda acrescentar que a *resposta* e a *categorização discursiva* da resposta à *multiplicidade dos aduzidos motivos daquela ordem real de factos e de razões* nos aparecem sempre simultaneamente mais fechadas e mais abertas nos *textos poéticos* nemesianos, como seria de esperar, já que a própria *matéria* geradora dos impulsos verbalizadores ou da inspiração literária do grande Escritor Açoriano também foi ali, paradigmática e

“poeticamente posta, por assim dizer, entre parêntesis de imagens e de metáforas entretecidas com a representação verbal concreta dos seres e das coisas, flutuando portanto entre o sentido comum e o simbólico, a evidência e a visão, o manifesto e o oculto. Ao contrário, pois, das condições de validade fenomenológica de uma filosofia do espírito [...], as de uma poesia do universo [...] repousam na positividade atribuída à descrição parentética. O filósofo deixa em suspensão o que não pode captar na rede de rigor das ideias: o poeta afirma precisamente o que suspende na indeterminação do enigmático. Ambos travam assim, com armas desiguais, luta idêntica. A guerra do idêntico verte diversamente um só sangue.”³...

– Perdoar-me-ão esta deambulação teórico-crítica e metodológica inicial, mas julgo-a absolutamente necessária como preâmbulo de método e posicionamento hermeneuticamente rigoroso e sério, e impeditivo assim, portanto, de um manuseamento arbitrário de textualidades, registos e valores, como tantas vezes acontece ao sabor de interesses alheios ao íntegro

³ ID., “Prefácio: Da Poesia”, pp. 706-707.

mundo dos textos e contextos, seja por excesso estratégico, seja por minoração de objectivos!

Se tivermos em conta, especial e nomeadamente – pois neles estou a pensar agora –, os textos do último livro de poemas de Vitorino Nemésio (a tão notável e justamente citada *Sapateia Açoriana*), tais precauções, julgo eu, deveriam ser sempre tidas na devida conta, para poder-se então elevar essa Poesia à sua legítima, legitimada e mais *pura virtuosidade*, lá onde, no mais profundo da sua *força espiritual e ética*, e nisso justamente de *utopia libertadora*, o Poeta e a sua Obra configuram, fundamentam e projectam, profeticamente, a *memória do passado* (a Tradição), a *angústia* ou a *melancolia do presente* (conquanto potencializadora de alguma práxis possível de Poder ou Contra-Poder) e a *esperança no futuro* (como Utopia ou como Prospectiva), como tentaremos sinalizar adiante.

Julgo também, aliás, que, ainda no caso de *Sapateia Açoriana* – onde há e permanece

“um sentimento tonificante de insularidade, em afirmada (e política) reivindicação de autonomia, mesmo quando o texto arranca de um propósito de circunstância”,

(como salientou Graça Moura) –, é essa tripla carga de *Tradição*, *Vontade de Poder* e *Utopia* – a par, como em *O Bicho Harmonioso*, dos sempre

“vigentes ecos de um simbolismo de intuições por vezes rilkeanas aliado a uma certa dramatização do ‘eu’ de raiz presencista, bem como uma sageza que, sabendo ser serena, consegue também ser irrequieta e curiosa na capacidade de amar a vida, as pessoas, as terras e as coisas”

– que retira ao livro uma outra mais imediatista ou primária feição político-panfletária, como é típico dessa outra, menor

“poesia comum [...] que evoca e relaciona jogateiramente as coisas, que aponta a estes e àqueles ingredientes do mundo, que transverte e comuta as aparências e propriedades do concreto, sem todavia citar de frente o rosto a enigma algum”,

tal como acabou materializado em tanta da contestatária e da medíocre

“chamada ‘poesia de circunstância’, a poesia descritiva, enfim as vastas massas de textos imitativos ou glossísticos dos grandes modelos poéticos que ciclicamente se impõem no movimento da cultura”.⁴

⁴ ID., *Ibid.*, pp.707-708.

Mas, seja como for, passemos então à matéria mais prosaica e de facto histórico, sociológico, cultural, antropológico, político e filosófico que mais nos propusemos aflorar neste Colóquio e nesta reflexão sobre Vitorino Nemésio, a governação das ilhas e os destinos dos nossos Açores.

3. Deixando aqui de parte as primeiras memórias da infância familiar e escolar – decisivas, porém que estas foram, como é sabido, na sua mundividência e cosmovisão, percepção, relato e transfiguração fictiva e axiológica do mundo, de si e dos outros –, datam de muito cedo na vida de Nemésio os sinais, tombados em testemunho escrito, da sua relação já tematizante, tematizadora e cônica com os Açores, com o mundo insular e com aquilo a que ele em 1932 baptizaria de *Açorianidade*⁵, isto é de “consciência açoriana”, “consciência de ilhéu”, “segredos do ser açoriano”, enfim, de “a nossa alma”.

Todavia, oito anos antes, em 1928, já produzira Nemésio aquele que ainda hoje é talvez o seu texto-base sobre o Homem Açoriano e os Açores – sobre o *Açorianismo*, que é o termo empregue ali – como *realidade existente e existencialmente específica*, e que, para tanto ser,

“não só geograficamente se manifesta, mas, que, sobretudo é viva numa ética própria, numa vida – em suma – em muitos pontos especializada e diferenciada”.⁶

– Acontece porém que, desatendendo agora da sua produção poética e das suas primeiras aflorações imagéticas de cunho local ou regional, este pendor nemesiano para a tematização *psico-antropológica* dos Açorianos vinha de bem mais cedo ainda...

Efectivamente, logo na sua *Estrela d’Alva* (1916), tinha Nemésio quinze anos, aparecem as primeiras composições mais ou menos impressionistas sobre as nossas Festas do Espírito Santo, que ele compara a “um quadro de Velasquez”; sobre a Sismicidade das ilhas, com referências ao Terramoto de 15 de Junho de 1841 aqui na Praia e ao magnífico José Silvestre Ribeiro – “orvalhemos a campa do ilustre liberal... com saudades colhidas no jardim do reconhecimento” [EA, 3 (17 de Junho de 1916)] – ou, a seguir, com surpreendentes apontamentos científico-positivistas sobre o psiquismo, a degenerescência dos povos, dos indivíduos e das raças, etc.

⁵ ID., “Açorianidade” [In *Insula*, n.ºs 7-8 (Julho-Agosto), Ponta Delgada, 1932], in *Antologia*, depois no jornal “Correio dos Açores” (6 de Setembro de 1932).

⁶ ID., “O Açoriano e os Açores”, in *Antologia*, p. 317.

Mas a primeira grande obrinha ensaística e crítica aparece só, melhor se diria logo..., em 1917, com *O Poeta Povo*, trabalho sintomaticamente dedicado a Teófilo Braga.

Ali, diz Nemésio que procurou

“escarvoar uma futura obra, que o estudo metodológico e minucioso das modernas questões psicológicas porventura me venha a ditar”,

– por “força do Dever”..., refere.

E explica assim o seu ideário de então:

– “E porque julgo menos preciso estudar a nossa Literatura pelos charadísticos pseudónimos da Arcádia ou pela graça conspícua dos elaboradores dos índices expurgatórios, radico ou pretendo radicar a preferência das fontes tradicionais populares, juntas às obras dos nossos Escritores”.

Tudo isto vem enquadrado na chamada *Teoria da Raça*, onde Nemésio articula e funde uma incipiente, mas sugestiva, *Demopsicologia* com o Folclore; a Literatura e Poesia Populares como *Sintomatologia* de dotes humanos; a Filologia e a História Literária com a “moderna ciência etognósia”, etc., conforme noutro local já referi.

Nesse escrito, por fim, tece Nemésio uma vigorosa crítica ao Decadentismo, à “degenerescência mórbida dos niilismos, dos nirvanas psicológicos, do sonambulismo” [Antero], do morbo ultraromântico, das danças macabras da inteligência, ou de tendências, como as de Eça, aonde outros se manifestavam

“nevróticos, angulosos, olheirentos, sequiosos de novas fórmulas artísticas e de novas teses científicas”...

– E para todos estes males, aquele jovem praiense apontava como remédio

“a socialização sistemática da Humanidade, para a síntese dos governos na única arquia tolerável – a da Consciência, a da Razão, a da Justiça”,

para a qual, mais entendia,

“urge partir do organismo celular, e, portanto da Tradição Nacional”!

Curiosamente, é esta figura da *Tradição* que, muito na linha de algum ideário do Saudosismo de Pascoaes e do Movimento da Renascença, vai

reger a figuração épico-poética de uma obra que foi integralmente impulsionada por uma intencionalidade tecida de grandes motivos ligados a uma *sistemática tropologia dos Descobrimentos*, cuja gesta aparece pela primeira vez significativamente na sua poesia no ano de 1922, naquele que foi o seu livro inaugural publicado no Continente (Coimbra), pela Imprensa Académica:

– Refiro-me, naturalmente, a *Nave Etérea*, título tão próximo, e ainda tão assim desatendido, nalguns encartados “nemesianos”, de um livro do Poeta do *Marânus*, companheiro de Sérgio e Proença na fase inicial de “A Águia”, de resto a mesma Revista onde (no Vol. I, no nº. XXXI de Novembro-Dezembro da 4.^a Série, em 1928) seria publicado o texto da Conferência já referida (“O Açoriano e os Açores”), que Nemésio proferira aliás poucas semanas antes, na Associação Académica de Coimbra, no dia 13 de Fevereiro desse mesmo ano.

– Trata-se de um longo poema, escrito entre os dias 23 e 25 de Julho de 1922 (“Em Memória do Descobrimento do Caminho Celeste para o Brasil”, ou seja, da 1.^a Viagem Aérea de Lisboa ao Rio de Janeiro, por Gago Coutinho e Sacadura Cabral), aonde se entrecruzam logo a própria história pessoal nemesiana e a história nacional lusíada, as memórias da ilha e os imaginários históricos do País, numa espécie de epopeia pátria e de diáspora interior, na antevéspera de um novo, redivivo e justo Império, mas no qual a contra-tese do Velho do Restelo de Camões (aliás com versos colocados em epígrafe geral) não deixa de ter forte voz e desencantado eco...

Evoca-se ali, enfim, *O Encoberto*, a Raça, o Sonho e o Delírio, a Glória e a Fama, Finisterra, a Tormenta e a Esperança,

E o infante D. Henrique, ressurgindo

Entre a estelar remota pairação

[...]

Em asas de vitória e de amplidão.

– Ora é precisamente à Época do Infante e à chamada *proto-história dos Açores* que Nemésio irá fazer remontar a *excelência originária e exponencial* do Povo das Ilhas – ali com

“um como que pré-açoriano que entronca em nobre e plebeu, contribuindo assim para informar a população das ilhas dos seus elementos superiores de civilização”

– que para aqui veio na

“primeira linha de colonização composta de alguma daquelas ‘gentes de diversas nações’, de que Fernão Lopes rodeia o Infante D. Henrique”,

e que, de facto, fizeram dos Açores

“um Portugal requintado porque receberam dele a forma e o pensamento quando Portugal na verdade era uma força em marcha”...

– “Gente desempenada, continua Nemésio, arguta, inquebrantável, cheia de avidez, é certo [...], mas não destituída do rasgo que dá às nações um corpo e um pensamento, esses homens do século porventura mais crítico da história do Ocidente nada tinham dos portugueses que, cem anos depois, em plena febre de descobrimentos e conquistas, se lançaram a parasitar meio mundo dessorando-se e dessorando-nos.

“Os outros, os que nas caravelas do comendador de Almourol largaram para as ilhas [...] pertenciam com certeza à grei que nos assegurava a existência em bases possíveis e inabaláveis, enraizando nas terras e não fazendo delas a teta sangrenta e escorchada dum regabofe de alguns anos”.

Estão pois aqui desenhadas as pistas que quero fazer ressaltar:

- a posição de Nemésio face à proto-história dos Açores;
- a excelência do pré-açoriano – o Português – dos Descobrimentos, e a decadência da Colonização;
- a constituição dos Açores como um berço, “um nateiro”, é o termo nemesiano, do qual do Século XVI para cá, “têm partido as contribuições [nacionais] de algum preço” e a vários proveitosos títulos;
- o enunciado nemesiano, ainda “vago”, confessa ele, “das propensões do açoriano e do condicionamento histórico dos seus cinco séculos de vida” e, enfim,
- aquele insistente aceno redentor à mais autêntica Tradição Lusíada, da qual os Açores, e tudo o que daqui foi saindo em diáspora euro-atlântica e americana, seriam como que os mais legítimos herdeiros e guardiães, numa reclusão interior e numa solidão prototipicamente insular e insulada (geo-histórica, psico-antropológica, caracterológica e exis-

tencial), tanto mais decantada quanto, nas horas de “torpe obnubilação” da consciência gregária nacional, como teriam sido aqueles anos 20 e 30 do início da Ditadura, mais profundamente se podiam ir cunhando, como foram, os traços do *génio açoriano* e da *consciência açoriana* na assistência a uma *tomada de conta de si*, como Nemésio já escrevia apenas quatro anos volvidos sobre a Conferência saudosista e republicana de 28, contribuindo assim para que os Açores,

“como *corpo autónomo* de terras portuguesas (um autêntico viveiro de *lusitanidade* quatrocentista), entrem numa fase de actividade renovada, de reconstrução, de esforço humano e cívico”...

– Acertou e equivocou-se Nemésio, simultaneamente...

Só passado quase meio século conquistariam os Açores uma nova consciência, um novo estatuto de razão teórica e prática, por entre avanços e recuos da história, dos homens, das mentalidades e das vontades que entreteceram a vida histórica e espiritual do Arquipélago, do País e do Mundo.

Não será talvez exagerado dizer que, de certo modo, a caminhada dos Açores para a sua *auto-determinação* cônica, cultural, institucional e civicamente assumida, encontrou nele, tão profundamente ligado ao mais *autêntico e pensado estofo interior da Açorianidade*, um foco de compaginada comunidade de destino...

Vejamos, para terminar, em dois últimos registos seus, o ponto final da sua reflexão sobre os Açores, para comprovarmos de como, também neles, e a par da sua *Sapateia Açoriana*, se enlaçam dialecticamente os fios lógicos de toda a sua obra e de toda a sua existência, – ele que de si dizia, ao receber o Prémio Montaigne que era

“ao mesmo tempo e acima de tudo português açoriano europeu, americano brasileiro, e por tudo isto românico hispânico e ocidental, e gostava de ser homem de todo o mundo. E até mesmo o apátrida [...]”!

4. Entre 1928/32 e 1976 – respectivamente datas da 1ª. publicação de “O Açoriano e os Açores”, de “Açorianidade”, de *Sob os Signos de Agora* e da *Sapateia Açoriana* medeiam cerca de 50 anos de laboriosíssima vida literária, profissional e cívica de Vitorino Nemésio, e não é assim possível, no espaço de uma pequena Comunicação como esta aflorar sequer com detalhe mínimo toda a variedade, multímoda em género, número, estilo, contexto cultural, histórico-biográfico, sociológico e político toda a produção

nemesiana no seu conjunto e na indissociável combinatória hermenêutica das suas muitas peças e arquitecturas intencionais, discursivas e accionais.

– E nem seria, de resto, possível igualmente seleccionar, por exclusão de partes, uma única obra ou produção intelectual e afectiva sua aonde os nossos Açores não estejam presentes, de modo directo, indirecto, subjacente ou subentendido.

É esta, aliás, uma faceta da obra de Nemésio que raramente é salientada, numa lamentável desatenção crítica à integralidade do seu *corpus* mesmo, que não poderá – mesmo sem constituir um *sistema*, no sentido filosófico que tal categoria comporta – deixar de ser estudado como uma certa modalidade *integrada e una* de apercepções fenomenológicas, conceptuais e literárias à volta de uma *intuição* fundamental, modelar e sistematicamente retomada e desenvolvida, inter e pluridisciplinarmente no âmbito da Filosofia, dos Saberes Filosóficos e Teóricos, e das Ciências Humanas, aí incluídas todas as estéticas, todas as noéticas, todas as éticas e... todas as poéticas...

– Pois é!... Como tão finamente escreveu Vasco Graça Moura:

“Tudo isto servido por um léxico vastíssimo, usado com descontraída precisão, e pela impressiva naturalidade de formulação em que os diminutivos, os coloquialismos, a referência às realidades mais mezinhas [...] fazem contraponto constante com os mais altos vãos da cultura, da erudição e do abstracto pensamento especulativo”.

– “Eu acho graça – cita logo Nemésio, Graça Moura adiante – quando vejo certos bons servidores da Filosofia fecharem-se ao segredo da Poesia, que a prepara ou que, pelo menos, concita: os que não querem ou não sabem ver, nos ritmos e metáforas do poema, ao menos os primeiros lineamentos da face do mistério, como vêem ou dizem ver o rosto da Esfinge no alinhamento dos conceitos”!

Ora, deste ponto de vista, uma abusiva apropriação científica ou académica parcelar de uma obra tão aberta à universalidade disciplinar e temática como a de Nemésio, além de lavrar num grosseiro erro científico, hermenêutico e metodológico, revelador afinal de um deficientíssimo conhecimento competente do objecto visado, só pode continuar a fomentar um estafado rotineirismo de comentaristas mais ou menos a moer em farinha moída e na mesma saca, enquanto que o grão, e antes dele, a maior parte das vezes, a própria seara permanece esquecida, ignorada e entregue

aos pardais, para usarmos metáforas de pássaros tão caras a Nemésio (como se sabe, por exemplo, na parelha do Rouxinol e do Mocho...).

Mas outro tanto, é claro, poderia dizer-se da sua Vida e Obra até 1928, embora, por relação a um tratamento temático mais específico, conceptualizado e criticamente explicitado com alguma sistematicidade sobre a Açorianidade, o Regionalismo, a Autonomia, etc., nenhum outro escrito nemesiano – de maneira directa, saliento! – tenha sido produzido com esse intuito primacial.

– Os subsídios para tal afloramento temático *conceptualizante* apenas de modo indirecto poderão ser recolhidos (e devem e merecem sê-lo, com insuspeitadas lições e achegas a recolher para a mesma sistemática circular de uma compreensão desejável e nunca acabada...): Artigos de Imprensa, Entrevistas, Correspondência, Crítica Literária, Recensões, etc., como o próprio *Sob os Signos de Agora*, aliás, muito bem, sinaliza e documenta ao fazer balanço, no seu “transe pessoal aos trinta anos”, da sua correlata *ordem ideada* (conquanto, como Nemésio confessa, revestida da “frescura das coisas que não repassaram todo o espírito”, porque ainda se ficaram nos “roteiros de uma sensibilidade lírica – demasiado lírica – no momento em que se começava a tentar a volta da cultura”).

Para além do mais, é importante fazer ressaltar que esse livro *melancólico* – que traz um Prefácio do próprio autor datado precisamente do dia do seu trigésimo aniversário –, contém uma fortíssima crítica ao *estado da cultura portuguesa* de então, ao “drama do espírito português”, ao desnível mental e à “baixa pressão do meio”, num “corpo nacional [onde se supõe] a persistência de ideias mortas, por sobre cuja carcaça ainda à vista” apenas se sentia “abrolhar um renovo” com o projecto de Joaquim de Carvalho e o seu

“subtil instinto de historiador das ideias, que tenta surpreender nos que já subiram à vida os sintomas da justa revolução”.

– Todos os seus percursos, como salientou Duarte Faria para o caso poético, combinaram antes e depois dessa época,

“uma interioridade sólida [...] com uma grande diversidade de terreno, fruto de uma quase raivosa juventude através dos anos”:

*A minha vida está velha
Mas eu sou novo até aos dentes
[...]
Bendita a Milha, o espaço ardente,
E a mão cerrada
Contra a vida esmagada.*

Este extracto de um poema da *Sapateia Açoriana* diz bem do ânimo e do génio açorianos sempre cantados e assumidos por Nemésio ao longo da sua vida e da sua obra.

Tão denegrido inicialmente pelos publicistas anti-autonomia e por certas linhas político-partidárias e seus intelectuais orgânicos – que não vem necessariamente ao caso enfrentar a frio, mas que agora tanto se deleitam nas heranças e casticismos “separatistas” (não era?) de Nemésio em 75 e 76 –, aquele livro, todavia – datados e dados em

“primeiro lugar por razões óbvias: a nossa naturalidade insular e a actualidade dos Açores”,

como ele próprio fez questão em registar no pórtico da obra, em 4 de Maio de 1976 – apenas contém 9 poemas (número revelador...) cuja temática realista vem rente aos desafios, aos riscos e às promessas do período pós-revolucionário em Portugal e nos Açores.

– E tanto bastou, efectivamente, para o que deu e veio a seguir...

Vamos pois, abreviando muito, agora direitinhos à volta de fecho rápido, deixando o resto para outra ocasião, ou para debate...

Em 1924, publica Nemésio o *Paço do Milhafre* (Contos), com Prefácio de Afonso Lopes Vieira, um ano depois da morte do pai e da sua iniciação na “Revolta”; em 25, entra na “Questão Sebástica”; em 26, casa; em 27, *A Varanda de Pilatos*; em 28, as grandes lutas académicas e republicanas e “O Açoriano e os Açores”; em 29, o nosso, infelizmente ainda tão pouco conhecido, *Memorial* (parece que ainda há “nemesianistas” que nunca lhe puseram a vista em cima do conteúdo, nem da capa, uns, nem sequer... da ficha bibliográfica, outros!); em 32, *Sob os Signos de Agora*; etc., etc., por aí fora, até 1975 e 76!

Note-se que já lá bem perto tínhamos estado, quando falámos atrás da *Sapateia Açoriana*...

– Ou não nos recordaremos que todos os 9 poemas, datados, daquele livrinho (os tais da dita “actualidade açoriana”...) foram escritos entre os

dias 11/12 de Março e o dia 5 de Maio, precisamente a 11/12, 13 e 31 de Março, 24 e 25 de Abril, 1 de Maio e 5 de Maio (três poemas, os que fecharam a volta das ilhas, Pico, Flores e Corvo...)?

Ora, precisamente desses mesmos dias é que é também uma famosa *Entrevista* que Nemésio concedeu a António Valdemar para o jornal “O Primeiro de Janeiro”...

– O longo depoimento foi *publicado* no dia 10 de Maio, pelo que não andaremos longe de precisão se dissermos que são quase coincidentes, ao dia, o *estado de alma* do Romancista do *Mau Tempo no Canal* ao pensar e sentir e poeticamente escrever o que de si a si imaginou e disse, e o seu *estado de espírito* ao responder, tematizar e argumentativamente conceitualizar e retorquir a outrém (um grande jornalista coloquialista e conversador inveterado...).

Nessa Entrevista os principais núcleos de ideias e afirmações são os seguintes:

- 1) Os Açores foram e são uma Colónia de Portugal;
- 2) a *Açorianeidade* (como Nemésio ali pronunciou, não sei se intencionalmente...) é a forma existencial que caracteriza, individualizadamente, os Açorianos, como variedade, mundo à parte, no espaço português;
- 3) as questões internas, de administração, da capitalidade, etc., podem e devem ser analisadas e resolvidas a contento de todos;
- 4) os Açores devem ter uma expressão própria, desde logo na sua simbólica, iconografia, etc., e deviam ser independentes, “*real e efectivamente independentes*” e muito mais do que apenas “autónomos” – porquanto “autonomia está muito marcada das conotações do direito administrativo e de autarquismo de regedoria local” –, porém

“unidos a Portugal. Jamais separados. Unidos especialmente, umbilicalmente. Não é uma coisa do tipo confederativo que se pensa em termos de utopia, uma confederação de países de língua portuguesa. Dentro da ligação que preconizo têm de ser independentes”.

– Mas vamos aos escritos do ano anterior, ou melhor, de nove meses antes, ou seja, de Setembro/Outubro de 1975. Refiro-me aos (4) chamados *Artigos do “Jornal Novo”*, que na altura toda a Imprensa regional divulgou e que João Afonso foi coligindo, cotejando e com eles tentando dialogar...

Não é possível, neste âmbito, desenvolver mais a abordagem que, noutra ocasião, não deixarei de fazer, com sistematicidade analítica, a esses textos, especialmente ao último (“Açores: De onde sopram os ventos”),

– pois é ali que é discutida a questão do “vocabulário político [que] é sempre analógico pela origem, mais do que nenhum outro, e resolutamente ambíguo no seu emprego”, ou seja a questão da filosofia da linguagem e da essência do discurso político; as figuras modelares da *independência*, da *autodeterminação*, da *autonomia*, do *emancipalismo* e do *separatismo*, todas suscetíveis de “expressar a vontade de unificação açoriana”;

– pois é ali que é abordada a adopção do termo *Açorianidade* como outro “sintoma linguístico da impulsividade afirmativa dos Açores como etnia e espaço geográfico originais”, a qual, depois de, em 1932, ser por ele introduzida e analogada a partir das categorias da *hispanidad* ou da *argentinidad* de Unamuno ou Pi y Margall, e aí explicada como traduzindo a “consciência açoriana”, a “consciência de ilhéu”, os “segredos do ser açoriano”, enfim, de “a nossa alma”, acaba aqui por ser sintetizada quase como uma “qualidade”, muito mais até do que um como que novo mas mero *padrão antropológico* – do género definido, por exemplo por Ruth Benedict, para os *padrões de cultura*, ou das formas de Kroeber, que tanto potenciaram a antropologia histórico-cultural brasileira e gilbertiana –, porém, antes, uma *qualitas*, no sentido Escolástico de *entificação* formal de um ser ou de modos do ser, e que, assim, para “nós outros, ilhéus natos, contumazes, [...] é o nosso modo de afirmação no mundo, a alma que sentimos, na forma do corpo que levamos”;

– e depois, porque é ali que Nemésio se separa, pela primeira vez radicalmente, de Luís Ribeiro e da sua *paradigmática tutoria consciencial* dos e sobre os Açores e os Açorianos!

É muito importante essa contraposição, que Nemésio faz questão em precisar, certamente de modo não inocente, escrevendo que, apesar do que ele próprio lhe devia, e de tudo o que os Açores deviam à sua figura de “insigne etnógrafo e jurisconsulto açoriano”, o seu “opúsculo de grande valia” [*Os Açores de Portugal*] estaria em flagrante “posição de contraste, para o emancipalismo de hoje”...

– Nemésio parece ter levado esta questão de princípio bem a peito, pois retoma o assunto da sua contraposição a Luís Ribeiro na *Carta-*

Advertência a João Afonso, dizendo-lhe claramente e para que não houvesse dúvidas de leitura e de interpretação:

“Aí se vê que estou longe de coincidir com o grande açoriano e meu venerando amigo Luís da Silva Ribeiro [– note-se que escreve solenemente o nome completo, como se quisesse afiançar que sabia bem de quem estava falando] – na sua conferência-opúsculo *Os Açores de Portugal*. Citei-o como peça essencial, que é, da bibliografia para o problema, hoje tão agudo, do estatuto político do povo açoriano. Mas considero-o uma obra naturalmente desactualizada no modo de tratar a relação ‘açoriano/português’, e foi escrita num compreensível estado de espírito patrioticamente influenciado pelas posições inter-insulares que ao tempo polemicamente se viviam”.

Ora é preciso todavia fazer notar ainda que, neste pormenor – que se prende mais com a vertente político-administrativa e constitucional-estruturante que estava em efervescência na altura, a posição de Nemésio é completamente diferente, face a Luís Ribeiro e às suas teses, daquela que tinha manifestado em 1928, quando parecia subscrever o *nacionalismo português* do autor dos *Subsídios para um Ensaio sobre a Açorianidade*, de resto obra que o angrense escreve em 36, oito anos volvidos, portanto, sobre “O Açoriano e os Açores”.

– Ali cada um cita o outro, em aparente sintonia, indo Nemésio ao ponto de, irmanado nas gestas dos nossos “principais avós da prolífica grei”, sumariar que, “como o demonstrou Luís Ribeiro em hora de lama e suspeitas, os açorianos são portugueses e *querem* sê-lo, – o que é mais”!

É claro que Nemésio não podia então sequer imaginar que Luís Ribeiro, ali em 1919, no meio do seu afã anti-americano, anti-doutrina Monroe, animando a patriótica *Associação de Classe dos Empregados no Comércio de Angra do Heroísmo*, a par do cosmopolita, precursor e iluminado Montesquieu de *L'Esprit des Lois* (que sobre a influência do meio geográfico e do clima sobre os feitos e as leis dos homens tanto havia teorizado), lhes estava eclética ou indiscernidamente citando, entre outros Oliveira Lima e Jean-Marie Antoine de Lanessan:

– O primeiro, como dele notou Gilberto Freire, que pretendia erguer uma filosofia da história do Brasil, com um misto algo contraditório de melancolia, optimismo, saudosismo e monarquismo; o outro, etno-franco-europeísta ferrenho, que não tinha pejo em declarar que a sua maior satisfação era “prestar alguns serviços à expansão colonial da França”, desmon-

tando com suprema perícia retórica e estatística todas as evocáveis razões para a Descolonização, enquanto também não podia deixar de reconhecer (passagem esta que Luís Ribeiro não cita...) que

“L’esprit local qui anime les hommes est toujours avivé et transformé en tendance révolutionnaire et séparatiste par les maladresses et les abus de pouvoir de la métropole”!...

Também por tudo o que aqui andaré histórica e filosoficamente envolvido e a merecer estudo científico e académico abalizado, é que valeria a pena aprofundar vários estudos que confrontassem as proximidades e as distâncias entre Nemésio e Luís Ribeiro..., até porque as suas heranças e posteridades críticas, que às vezes tão diversamente vão sendo assumidas em *revisitações* (como agora se diz) ou em *revisionismos* (como outrora e a outros propósitos se dizia), ainda hoje deles e dos seus pensamentos e obras se servem estrategicamente, quando convém...

E na verdade, hoje, de tudo se lê:

– Desde a tentativa de catalogar Nemésio como um “separatista” e como um “salazarista”, até querer puxá-lo à viva força para lençóis e aventais que ele, não os achando à medida, abandonou;

– desde colocar-lhe a foto em Comício do então PPD (de Emídio Guerreiro, aliás seu velho *compagnon de route* republicana nos verdinhos anos vermelhos de Coimbra e Porto), até o colocarem nos embandeirados braços róseos do PS de Mário Soares (como o próprio surpreendentemente relatou a Maria João Avillez!), e as fotos da sua proximidade dialogante no Aeroporto das Lajes o documentam;

– e depois, desde insistirem uns no perfil, afinal, ora liberal, ora republicano, ora monárquico de Luís Ribeiro, até outros, sempre à procura dos seus *intelectuais e poetas orgânicos*, que a este herói do regionalismo anti-separatista – talvez porque, como se ressalta, por ter, na sua passagem por Coimbra, convivido “com rapazes liberais e alguns com tendências mais ou menos revolucionárias” (cito Belissário Pimenta) –, logo se lhe endossa e enlupa uma enterneçada

“metodologia para a construção do ‘espírito açoriano’ que demonstra o conhecimento do pensamento marxista e a assimilação de concepções filosóficas materialistas” (sic)!

Estamos pois assim esclarecidos quanto à novel profissão de fé autonómica de velhos e empedernidos militantes, intelectuais e poetas *gauchistes*,

enquanto outros, os da velha guarda da *resistência autonómica açoriana*, que conquistou com os Açores e para os Açorianos um direito histórico nunca antes adquirido ou merecido, se vai acomodando à espera de um Godot eleitoral, ainda enquanto vai encenando rigores e solidariedades que talvez não levem a lado nenhum...

– Não sabemos, ninguém sabe, o que aí vem; mas talvez que se possa, pelos menos, desejar que

“Seja qual for a configuração [...] que o povo dos Açores venha a tomar [nesta hora bem trágica da vida nacional portuguesa, a verdade é que ele assume impetuosamente o seu destino], [pois] o que é notável, imediatamente histórico, é o grau de consciência a que chegou da sua singularidade territorial e cívica”.

Se Nemésio pensou e escreveu estas palavras em 1976, é certamente porque a sua percepção da *vida histórica* dos Açores e da *comunidade de destino* dos Açorianos as indiciava como estando então suficientemente *maduras ou amadurecidas* para um exercício novo e participado de Poder, com base na mais pura Tradição fundadora da Açorianidade.

– Apesar dos seus contornos simultaneamente *utópicos e desencantados*, esse projecto, que acabou por concretizar-se sob a forma da Autonomia que agora possuímos, não deixa, ainda hoje, de constituir um desafio e um apelo à inteligência e à vontade do Povo dos Açores!

Praia da Vitória, Novembro de 2002

A VELHA DA MANTA

Luís Conde Pimentel

Em todas as comunidades, ao longo dos tempos, surgem figuras e personagens que, por actos praticados ou por factos que as atingem, não se vão da lei da morte libertando, mas ficam na memória das gentes, e são perpetuados seus êxitos, ou constatados seus infortúnios, através de tradição geracional

A ilha Graciosa não foi excepção à regra e, pela sua pequenez e hábitos de vida, maior propensão apresenta para o aparecimento de tipologias comportamentais que, de todo, fogem ao comum do quotidiano social.

E, então, quando desponta a pena habilitada de um escritor ou poeta que, com arte e engenho, transpõe para o papel uma dessas histórias, em que se salientam os aspectos marcantes na vida de uma personagem, por mais insignificantes, banais ou irrelevantes que sejam, constituem motivo suficiente para uma certa imortalidade que recai sobre os actos e factos narrados.

Assim se verificou em relação à “Velha da Manta”, que o poeta e prosador graciosense António Gil immortalizou em folhetim escrito aos 26 anos de idade, na ilha Terceira, onde passou a maior parte da sua curta existência de 37 anos, já que deixaria a sua Graciosa para iniciar os estudos liceais, não tendo, por motivos de saúde, completado formação superior.

A história foi escrita em 1872, mas retrata um episódio que decorreu na 1ª metade do século XIX, todavia com personagens que lhe foram ainda contemporâneas, já que este poeta e comerciante (foi proprietário de uma livraria, em Angra do Heroísmo) viveu entre 1846 e 1883. Embora escrito naquela data, o Folhetim só viria a ser publicado em 1874, e compreensivelmente, pois uma das personagens centrais da história faleceria neste ano, o que, como se verá, deixou António Gil mais “à vontade” para a dar a conhecer aos seus leitores.

Recordando os acontecimentos, vamos dividi-los em três partes: na parte primeira, transcreveremos o Folhetim, tal qual foi republicado em

1899, no periódico “A Ilha Graciosa”, desde o nº 232, de 9 de Agosto, até ao nº 248, de 20 de Novembro; na segunda parte, procederemos à análise do documento e, numa terceira parte, hierarquizaremos dados genealógicos.

I – O FOLHETIM

MARIA DO OURO
OU
A VELHA DA MANTA
--
A
ERNESTO REBELLO,
O ELEGANTE E ILLUSTRADO
ESCRITOR DOS CONTOS AÇORIA-
NOS

I – HERODIAS

É na Villa de Santa Cruz, cabeça de comarca da Ilha Graciosa. Ruas irregulares e mal calçadas vêm, quasi todas, desembocar no *Rocio*, o maior largo das cidades e villas deste archipelago. Bonitas casas particulares alindam a Villa, mal collocada e sem outra belleza que não seja o magestoso e pittoresco pico da *Ajuda*, que ao sul lhe fica, e em cuja fralda ainda ella se estende. Quem houvesse subido o caminho amurado que conduz ao alto do monte e, do atrio de qualquer das três ermidas em que lá se venera a Senhora da Ajuda, São Salvador e São João, olhasse para a Villa, veria atravessar o *Rocio*, pela calçada junta ao paul, uma mulher velha, de pernas nuas até ao joelho, com um sacco de serapilheira a servir-lhe de camisa, de saia e vestido, com um bocado de esteira aos hombros, com um trapo velho amarrado no alto da cabeça, e com uma grande trouxa envolta numa manta de retalhos.....

.....No interior da ilha se estende a formosa planície das *Courellas*. É um vasto

campo em que os milhos e as cearas, vestindo-se de verde e ouro, se desentranham depois em abundantes colheitas, que abastecem o lavrador, que vão aos mercados de fora obter os melhores preços, e que vão até às exposições estrangeiras colher menções honrosas para os progressos agrícolas da ilha. Quem, passando pela Igreja do Guadalupe, orago desta freguezia, olhasse para a Canada das Courellas, que atravessa toda esta planície, veria caminhar uma mulher com peitos e costas nus, uma saia de chita rôta a cobrir-lhe mal as pernas umas farripas desgrenhadas na cabeça, e sobraçando uma trouxa volumosa numa manta rota.....

.....Agora é à beira mar. Na costa de noroeste e sobre um terreno de pedra solta e negra de fogos vulcânicos se ergue a ermida da Senhora da Victoria, centro d'uma povoação florescente que tende pelo seu desenvolvimento a erigir-se em freguezia, separando-se assim da de Guadalupe, a que pertence. Os povos de remotas eras, agradecidos pelo auxilio da Virgem em repellirem um ataque da mourama vil que andava ao corso, ergueram este padrão da sua fé religiosa e do seu denodo patriótico no mesmo lugar da acção. Pois quem por ali andasse veria deitada nas pedras do caminho uma mulher magra, velha, semi-nua e tendo junto de si uma grande trouxa em manta esburacada.....

.....É ainda à beira-mar, mas do lado opposto, ao sul da ilha. O lugar do

Carapacho vai perdendo este nome primitivo pelo mais interessante de *Águas Novas*. É que ali brotam as miraculosas águas minerais, que tantas e tão surprehendedentes curas fazem todos os annos a muitas dezenas de pessoas que para ali vão em redes e muletas e saem por seu pé, curadas e valentes por vezes, melhoradas sempre. E essas lá vêm passar uma mulher andrajosa, com braços e pernas nus, com umas gre-nhas brancas a voajarem-lhe ao vento, e uma trouxa debaixo do braço embrulhada em um pedaço de manta.....

...Passamos agora pela fralda da *Caldeira*, maravilha vulcânica destas ilhas. É na freguezia da *Luz*, onde o solo pedregoso mal tem uma clareirinha de terra para o linho e para a batata doce por entre as mattas e vinhas que por ali se podem nutrir somente. É o mais triste, o mais pobre, e o mais infeliz dos logares da ilha. Para ali empenham suas maiores forças os tremores que abalam a terra, excepto unicamente os últimos em 1868. E sobre aquellas lages denegridas lá está sentada uma mulher, que, d'uma trouxa de manta velha, tira tira uma camisa e uma saia rotas para substituir outras negras de terra e de bichos, que despe e arruma na manta.....

...Chegamos finalmente à formosa Villa da *Praia*, sede do extincto concelho deste nome. Pequeninna, com poucas mas airosas ruas, está situada à beira do Oceano, de cujas fúrias a defende alta e comprida muralha. As areias, revolvidas pelas ondas, rebri-llham em mil partículas os raios de sol ou da lua que as illumina. O sargaço empilha-se na praia para ir depois estrumar os campos que reluzem no luxo da natureza e no labor dos homens. E a serra do *Facho* ao Oeste e o pico da *Cocha* ao sul miram-na enamora-das das naturaes lindezas. E por ali vae pas-

sando uma mulher triste, isolada, pobre, faminta, velha, rota, immunda, e levando debaixo do braço uma trouxa de manta.

II – O CHARAMBA

O Senhor Bom Jesus festeja-se numa pequenina ermida da sua invocação, collocada n'um vasto campo todo occupado de vinhas, que fica ao noroeste da ilha e que devia constituir um curato suffraganeo da matriz de Santa Cruz.

Em 1836 teve logar a sua festa no domingo 5 de Setembro.

Dos logares mais distantes – da *Luz*, da *Praia*, de Santa Cruz, accorriam grande numero de romeiros, sem falar nos de mais perto – da *Victoria*, do *Bairro*, e das *Dores*.

A alegria dominava em todos, porque ao fervor da devoção juntava-se a esperança do interesse.

Nesse anno foi a colheita do vinho a mais abundante de que há memoria na *Graciosa*.

Os *pezos* fazendo guinchar os *fusos* abatiam as *madres* por entre as *virgens* sobre as *pranchas*, que expremiam dos *feixes* ao correr das *taniças* o vinho que sahia abundante dos *lagares* em jorros que enchiam os tinotes, as dornas, as pipas, os tonéis e tudo quanto podia conter liquido.

Os homens descantavam toadas ao desafio, em quanto, arregaçados até às coxas, pisavam a uva.

As mulheres – as raparigas – com grandes chapéus de palha rachada, vindimavam soltando cantigas d'alegria e de amores.

Os feitores mediam o vinho riscando com giz no fundo das pipas o numero dos potes que contavam com monótona cantilena.

Os carros chiavam sob o peso das pipas que conduziam para os armazéns e adegas.

Por aqui andavam os cobradores do dízimo arrecadando o imposto.

Por ali passavam os Mordomos e Imperadores do Espírito Santo pedindo d'esmola o vinho para as bodas.

Por acolá iam homens e mulheres com potes e outras vasilhas d'água que trocavam por vinho, porque neste e n'outros annos havia mais abundância de vinho do que d'água.

E acima de todo este labutar, por entre estes mil barulhos diversos, o pequeno sino da ermidinha do Senhor Bom Jesus tangia festivo e garrido chamando os fieis à oração. Sublime poesia da religião! singella grandeza do culto! Ante uma imagem sem grandezas artísticas, dentro dumas paredes sem tapeçarias custosas, prostrava-se a multidão, que punha de parte os seus interesses, para os agradecer ao Deus do Calvário, que tão significativamente reverenciavam na invocação simples e grandiosa de Bom Jesus.

Depois continuavam as lides da vindima. E o vinho crescia, crescia. Enchia-se o vasilhame próprio, enchiam-se talhões, enchiam-se caixas, enchiam-se lanchas, enchia-se tudo.

E a abundância era dos grandes e dos pequenos. E com a abundância vinha a alegria, e com a alegria a viola, e com a viola o *charamba*.

Bailava-se numa caza contigua à ermida e pertencente a um dos maiores proprietários de vinhas naquelles sítios – o morgado Raimundo Martins Pamplona.

O *charamba* nos Açores é a unica expressão do jubilo popular. Com elle se festejam o nascimento das crianças, os baptisados, casamentos, a devoção com todos os santos de romarias e principalmente o Espírito Santo.

E por ser esta a unica distracção destes povos naturalmente trabalhadores, é que eu não louvo nem approvo que os parochos

tentem affastar da devoção do Espírito Santo o divertimento do *charamba*. Vigiem-se as irreverências e desacatos, mas não se tire ao povo o unico folguedo que elle tem para as suas canceiras.

Naquelle dia do Senhor Bom Jesus, em que ia falando, o *charamba* attrahia às suas voltas e cantigas mais do que a gente do povo. Muitos janotas das villas se misturavam com os vinhateiros. E muitas mãos, que calçariam luvas, se ellas então estivessem tão vulgarisadas como hoje, se apertavam com mãos callosas e que se não poderiam prender n'um envolvero de peliça.

E entre estes janotas notava-se António F. de S., proprietário abastado do logar das D. nos arredores de Santa Cruz. Era um homem de cerca de quarenta annos, em que ainda fulgiam os ardores da mocidade.

O seu par era uma gentil rapariga, filha de Sebastião Corrêa do Ouro, do lugar do Bairro. Chamava-se Maria Rosa e devia ter pouco mais de vinte annos. Era alta e corada, como as saudáveis raparigas do campo; tinha olhos pretos, buliçosos e vivos; farto cabello castanho lhe estendia na fronte aquellas pastas, que são hoje substituídas por essas pyramidas de farelo e algodão, e ia depois formar-lhe na nuca um açafate de tranças presas com um pente de prata.

Gentil lhe chamei eu: era gentil e linda.

António prendeu-se dos encantos da formoza rapariga e logo no *charamba* lhe cantou:

Apalpei no lado esquerdo,
Não achei o coração;
De repente me lembrou
Que estava na tua mão.

Logo ali ella lhe tornou:

Rapariga, não te fies
Em palavras de rapaz:
São como o calhau miúdo
Que a maré leva e traz.

Não se deu por vencido o tentador e depois no *São Macário* continuou:

Quando o somno me accomette
Entro comigo a sonhar;
Ou acordado ou dormindo
Vivo só para te amar.

Esperou Maria pelo *chamarrita* para lhe responder:

Quando eu tiver amores
Hão-de ser eguaes a mim;
Não diga a prata co' o ouro,
Mas o ouro com o rubim.

António, despeitado já, retorquiu-lhe logo:

Quem se cala vence tudo,
Cal'te amor que assim serás,
O que Deus talha no céu
Ninguém no mundo o desfaz.

E calou-se, que em todo o baile ninguém mais lhe ouviu cantiga. Maria esperou pelas cadeias do *sapateia* e disse-lhe:

Inda não tomei amores,
Nem tenção de os tomar
Se um um dia me resolver
Stás em primeiro logar.

III – AMOR

Houve tempo em que eu estudei muito toda a latitude da significação desta palavra – amor. Mas não cheguei a concluir nada. E agora bem precisava eu mostrar as causas que influenciaram no animo de Maria, depois do *charamba* no Bom Jesus, para a levarem ao resultado a que o amor a arrastou.

Há uma tendência notável na gente do campo para perpetuar patriarcalmente as suas gerações. Se as primas não casam com os primos, casam com os vizinhos; muito poucas vezes vão escolher noivo aos con-

fins da freguezia e raríssimas saem della.

E isto explica-se muito naturalmente pelo viver continuo em singella família de todo um povoado rural.

Daqui pois o grande desprezo pelos habitantes das villas ou cidades, a que chamam *cazacas*, significativa e desdenhosa expressão que atira às faces da moda illustrada com o mais ridículo dos seus trajos.

O pae de Maria era o mais abastado lavrador do logar. Alem das suas terras, fazia muitas de renda; e o fructo do seu trabalho economicamente administrado, luzia-lhe n'elle, na família e nos seus haveres. O apellido *Ouro* viera-lhe dos grossos cordões e grandes cabaças, com que a mulher e a filha se apresentavam nas romarias.

Maria era por tanto requestada pelos mais guapos mocetões do Bairro e circumvisinhanças.

Ella porém desattendia a todos.

Seria que o amor não a tivesse ainda ferido de suas mythologicas settas? seria que reconhecendo-se superior em teres, mais altas aspirações lhe enchem o peito, ao envez da regra que acima fica exposta?

Não sei.

Há inexplicáveis caprichos no coração da mulher, que se diz da alta da sociedade. Porque as não haverá também na rústica filha dos campos?

Aquellas enlameiam muitas vezes as sedas dos seus vestidos de baile, no sangue vermelho dum filho do povo. Estas porque não hão-de erguer as suas chitas domingueiras até às alturas do sangue azul do rico ou do nobre?

Aquellas fazem bordel dos seus quartos atapetados e occultos por custosas bambinellas. Estas porque não farão templo d'amor na habitação do grande que se avilta e infama?

Eu creio que o amor não sabe fazer distincções.

Nasce e desinvolve-se: eis tudo.

Maria nunca tinha amado, porque o coração lhe não palpitava ainda em desordem, enviando-lhe às faces todo o seu sangue à vista d'um homem.

Nem os filhos dos lavradores lhe mereciam atenção, nem um pobre rapaz creado do carro de Sebastião Corrêa, que no intimo d'alma a estremecia em religiosa adoração.

Manoel Betancór (assim se chamava o apaixonado carreiro) sentira-se tomar d'amores pela filha de seu amo, e ao principio tentara resistir à loucura d'uma afeição que que elle via só poder trazer-lhe pezares, pois que o rico lavrador nunca lhe daria a filha em casamento.

No entanto via-a todos os dias e uma sensação imperiosa lhe agrilhoava o coração à formosa rapariga. Deixou de lutar com o que elle chamava a sua sorte e procurou elevar-se no conceito do amo pelo bom desempenho do seu serviço e pela rigorosa economia das suas soldadas, que todos os annos applicava na compra d'alguuma maquia de terra, que a pouco e pouco o ia tornando proprietário.

E com a propriedade crescia-lhe a esperança, porque via Sebastião Corrêa satisfeito do seu serviço e ouvia-lhe muita vez dizer a respeito das suas economias: Andam sempre assim rapaz; que hás-de fazer casa e hás-de achar mulher que te faça contente a ceia quando à noite vieres do trabalho.

Porque não seria essa mulher Maria? perguntava Manoel de si para si.

Cresceu-lhe pois a confiança, apenas aguada pela pouca atenção que obtinha da sua apaixonada.

Neste ponto se achavam as cousas quando teve logar o *charamba* no Bom Jesus.

Maria ouvia as cantigas de António F. e uma grata impressão lhe entrou n'alma.

Quando se recolheu a casa levava no peito e na mente gravada a imagem do seu par.

Amava-o.

Não o sabia ella talvez, porque nem sabia conhecer o que significava aquelle bater do coração ao pensar no homem que encontrara, nem sabia até que iria amar um homem muito acima della pelos seus teres e pela sua posição.

Que me digam pois agora que havia ali um calculo!

É mentira.

Calcular um amor é partilha exclusiva das salas.

Calcula a mulher sem dote. E calcula a mulher sem honra.

Aquella pensa no futuro. Esta lembra-se do passado.

Aquella quer enganar uma bolsa. Esta pretende illudir um coração.

A primeira zomba. A segunda martyrisa.

A primeira pode ser desculpada; a segunda, nunca.

Porque a primeira procura a sua felicidade material, podendo talvez dar em troca a felicidade do coração.

Porque a segunda, nem busca felicidade para si, nem desconhece que há-de fazer mil vezes desgraçado o homem que illudir.

Não era pois cálculo a nascente afeição de Maria por António: era verdadeira e irrevogavelmente o amor que se lhe apoderara do coração.

Nem ao menos lhe veio à ideia lutar com aquelle affecto que lhe poderia trazer deshonra e infortúnio, porque o peito, singello e descuidoso até então, só via ahi a realização de venturas e pezares que sonhava já.

E isto era natural, soberanamente natural, porque Maria não lia os romances que hoje lêem as meninas da moda, e não aprendia portanto na *San Felice* d'Alexandre

Dumas, a amar mais do que lhe permitia a sua condição, nem na *Christina* de Luiz E'nault a recalcar hypocritamente os ardores da paixão que sentia.

Maria amava porque se sentia amar, porque tinha necessidade de amar.

IV – PERDIDOS!

Manoel Betancór tinha estado também no *charamba* do Bom Jesus. Sabeis vós o que é sentir no peito o espinho do ciúme, agudo, lancinante, abrasador, mortal?

Sabeis o que é dar vida, hora por hora, aos affectos d'uma mulher, que, atirando-nos às faces cruciantes desprezos, se vae lançar nos braços doutro homem?

Sabeis o que é sacrificar a crença da eternidade aos gozos ephemeros deste mundo ante uma mulher, que, desconhecendo a magnitude do sacrifício, nos volta a cara para enviar a outro olhares do affecto que nos rouba, sorrisos da vida que nos mata, venturas do céu que nos faz perder?

É horrível!

É uma tortura que se não explica, porque é uma morte que não acaba.

É o esphacelamento da matéria e o aniquilamento do espírito.

É o coração que se enregela.

É a alma que se entenebrece.

Manoel conheceu naquelle dia, pela intuição da desventura, que o amor de Maria era todo dali em deante para António F.. Foram-se-lhe no tufão de tamanha dor os alentos do trabalho, o apego da vida, as crenças da religião. Dali em deante já não era o moço cuidadoso que madrugava no trabalho e nelle anoutecia. Já não ajudava o alvião com a cantiga. Já por vezes o ganho, que dantes guardava com severa economia, se gastava agora na taberna com admiração dos que o conheciam.

Fora uma mudança completa.

O seu maior afan d'agora era espreitar de continuo as entrevistas dos dois namorados.

E que suprema lucta de encontradas sensações não soffria o desgraçado nessas horas que passava escondido detraz duma parede ou dentro da seve dum carro, sem respirar, sem se mexer, escutando os collóquios amorosos dos dois amantes que lhe enchiam o peito, d'amargura quasi sempre, de ligeira esperança raras vezes!

Quasi dois annos lhe correu a vida assim. Um dia morria-se de dor por ver que Maria ia cedendo aos desejos de seu seductor. Outro deixava entrar n'alma a esperança porque a via luctar com tenacidade. Umas vezes queria apparecer de repente e suffocar entre os braços o homem que lhe roubava a mulher dos seus affectos. Outras, deliberava contar tudo a Sebastião Corrêa e obstar assim à perdição da infeliz.

Nada fazia porém.

E o soffrimento crescia-lhe no peito e a dor trucidava-lhe a alma.

.....

Era numa noute tépida de Julho.

O céu azul, sem nuvens que o maculassem, ostentava-se matizado de milhares d'estrellinhas luzentes.

Uma viração branda trazia de longe os perfumes da giesta que embalsamavam o ar.

E o estridulo canto dos grillos enchia o espaço de suaves harmonias.

Eram já horas adiantadas da noute, quando um homem embuçado em longo capote de baetão saltava uma pequena parede das propriedades contíguas à casa de Sebastião Corrêa. Caminhou cauteloso até junto duma janella da térrea casa do lavrador e bateu de mansinho. Abriu-se o postigo e uma voz trémula se sentia perguntar de dentro:

– Não apparece ninguém?

– Não, respondeu-lhe o homem do capote.

E logo, abrindo-se as portas da janella, appareceu Maria, deslumbrante daquelle indefinivel encanto que tem sempre a mulher, quando se presta a estas scenas fortuitas d'amor e paixão.

E o estridulo canto dos grillos enchia o espaço de suaves harmonias.

– Então, Maria, resolves-te finalmente a ceder aos meus desejos, sahindo desta casa para ires comigo viver num paraizo que eu te saberei proporcionar?

– Não, António, não. Sinto que seria grande felicidade para mim o viver ao teu lado. Mas não posso ... não posso ainda abandonar meus pães; arrostar com as maledicências do mundo; e, quem sabe?, passado algum tempo lutar talvez com o teu aborrecimento, filho duma posse que já não ambicionas.

– Louca! Não há quasi dois annos que tu me vês sempre dedicado, sempre extremo a mostrar-te que te prefiro a tudo e a todos? E então depois de possuir-te, depois de seres minha para sempre, é que desprezaria o que hoje desejo com tanto ardor d'alma? Louca! louca que tu és!

– Não é loucura, António; é ... uma tolice, se o quizeres ... é um pressentimento.

– Pois tu crês em presentimentos?

– Creio, sim; e creio também nos sonhos.

– Então sonhaste alguma cousa comigo ou com o nosso amor?

– Por mais duma vez já tenho tido noutes terríveis em que se me apresentam cousas horrorosas, que, se devem acontecer, antes eu morresse agora aqui a ouvir-te dizer-me o que talvez depois me não digas.

– Tenho curiosidade de saber o que sonhaste. Anda comigo dar um passeio, que está linda a noute, e me contarás então os teus sonhos.

António F. ajudou Maria a saltar pela janella e lá foram pelos cerrados a fora, de braços enlaçados, sem notarem que um homem se destacara da sombra duma parede e os seguia cauteloso.

Uma viração branda trazia de longe os perfumes da giesta que embalsamavam o ar.

– Sonhei, prosseguiu Maria, que sahia uma noute de casa contigo. E era uma noute de medonha tempestade. Ao chegar à pousada que me destinavas, achamol-a ardendo por effeito d'um raio que a incendiara. Tu então fugiste-me e eu achei-me abandonada sem poder voltar para casa de meus pães. Era o castigo na terra depois do castigo do céu.

– Mas tu não deves ligar importância a esses sonhos que são loucos caprichos da imaginação que se desvaira.

E conchegando Maria ao peito cobriu-lhe a bocca de beijos como querendo obstar-lhe a que tentasse ainda proseguir nos seus sustos e temores. Fallou-lhe muito do seu amor, das delicias que fruiriam quando podessem entregar-se aos transportes da sua paixão e accumulava a perplexa rapariga de febricitantes carícias que lhe inoculavam nas veias um estremecimento desconhecido.

Haviam chegado à eira e sentaram-se sobre uns molhos de palha encostados a um frescal de trigo.

E o estridulo canto dos grillos enchia o espaço de suaves harmonias.

António cingiu Maria pela cintura com os braços que a estreitavam e coava-lhe ao ouvido doces palavras d' embriagante amor.

– Ai! António, que me vão fallecendo as forças para resistir à perdição a que me arrastas.

– Não, querida. O que tu chamas perdição é a ventura pelos gosos do amor. O que tu chamas eu arrastar-te é a voz do teu coração que comprehende o meu.

– Quizesse Deus que me mentissem os presentimentos que me dominam sempre, e eu me lançaria nos teus braços sem hesitar, sem medir a altura donde me precipitava.

– A noute está tão linda! Este silencio que nos cerca convida aos mysterios do amor.

– António! António! deixa-me fugir.

– Não, Maria: em vez da tempestade que sonhaste olha as estrellas que nos miram; em vez duma casa em chamas, terás uma morada onde se aninhe a nossa felicidade; em vez de raios que te assustem, aqui tens mil beijos d'amor ardente e apaixonado.

E mais e mais a estreitava em phreneticos abraços, cobrindo-a com beijos ardentes.

Maria, com o coração em pulsações desordenadas, com as faces incendidas de calor febril, com os olhos vedados em mórbida volúpia, pendeu, cahiu, e um débil gemido se perdeu na viração branda que trazia de longe os perfumes da giesta que embalsamavam o ar.

.....
.....

Por detraz do frescal ergueu-se Manoel Betancór, lívido, com os olhos esbugalhados, e murmurando com voz suffocada:

Hei-de vingar-me! ...

V – CONSUMA-SE A PERDIÇÃO

Eram decorridos sete mezes depois que tivera lugar a scena esboçada na capitulo antecedente.

Numa frígida noute de Fevereiro vamos encontrar outra vez àquella mesma janella aquelle mesmo homem de capote em animada conversa com pessoa que estava dentro.

– Já não posso, António, occultar por mais tempo a minha desgraça; é preciso que

esta noute me leves para essa casa que me destinas e onde eu devo esconder a minha vergonha e chorar a saudade de meus pães.

– Sim, Maria, sim. Vais sahir esta noute daqui; já tenho tudo preparado na tua casa nova para te receber.

– A tua casa, dizes tu, como dirias – o preço de tua deshonra. Ai! que é desses tempos saudosos em que tu me fallavas com aquelle ardor que me perdeu embriagando-me o coração e os sentidos?! Agora é só essa frieza que me gela e que me não faz morrer, porque sinto no seio dos estremecimentos de vida do meu filho, que me dão coragem para soffrer e resistir. O meu filho ... o nosso filho, António! É por elle que eu vou abandonar meus pães, é por elle que eu vou acceitar essa casa, que me offereces, para que lhe não dê com uma vida de vergonhas, uma vida de miséria! É por elle ... porque tu ... tu já me não tens o affecto que me juravas e pelo qual tudo te sacrificarei!

As lágrimas resaltaram pelas faces desbotadas de Maria, silenciosas e abundantes.

António, com signaes de enfado, respondeu-lhe, sem uma carícia, sem um affago:

– Deixa-te dessas lamurias e arranja-te, porque se vae fazendo tarde e ainda temos de andar bom caminho para chegarmos a casa.

– Sim, filho; complete-se a ruína. Deixa-me ir beijar a porta do quarto de minha mãe e já te acompanho.

Momentos depois ajudava António F. a saltar a parede das propriedades de Sebastião Corrêa à filha que elle perdera e que agora levava para longe da casa paterna a esconder o seu opprobrio.

No mesmo instante Manoel Betancór appareceu junto da janella que Maria deixara aberta, e, seguindo com a vista os dois fugitivos, exclamou com voz sepulchral:

– Despedaçaram-me o coração! Agora ... a minha vingança!

E saltou de mansinho para dentro da casa de Sebastião Corrêa.

VI – A MALDIÇÃO

– Vamos, Sebastião, vamos. É preciso que eu vá hoje à Missa cumprir o voto que fiz no dia em que nos fugiu aquella má filha. Deus deu-me hoje estas melhoras; é mister que as aproveite, porque sinto que não estarei muito tempo cá por este mundo.

– Cal’te dahi, mulher. Não me deites mais fel neste coração que já está mais negro do que tinta. Tudo se me juntou. Fugiu-me a filha e roubou-nos; tu adoeceste-me; e o Manuel, que era tão bom rapaz e tão bom creado, lá se foi para esse Brazil sem dó do velho que aqui ficava com este transio para amanhã sosinho. Tens razão, mulher; vamos à Missa, a fim de ver se Deus Nosso Senhor nos dá alguma consolação para as nossas tristezas.

E lá foram os dois, cabisbaixos e taci- turnos, em caminho daquella poética ermi- dinha do Senhor Bom Jesus, em cuja festa démos começo à narrativa desta verídica historia.

Singular coincidência! No logar em que a filha começara a perder-se, ahi mesmo iam agora os pães em busca do conforto religioso para as penas que ella lhes acarreta- ra.

Começara a Missa, esse augusto sacri- fício em que se representam os mysterios tremendos da redempção da humanidade, esse poema miraculoso em que é protago- nista um Deus que se sacrificou pela salva- ção dos homens que haviam esquecido as bondades que lhe deviam, esse conjuncto de orações universaes em que todo o mundo tem o seu quinhão de preces e de rogativas.

A voz do velho ministro officiante erguia-se trémula, mas vibrante e solemne, acima do murmúrio indistincto das orações singellas e ferventes que o povo dirigia às aras da Divindade.

Não se ouviam ali as conversas ruidosa- as, as risadas indecentes, as desattenções sacrílegas dos templos das cidades.

Não chegara ainda ali a civilisação que tem por thema o aniquilamento das mais sanctas e das mais puras crenças, que embalam o homem no colo maternal.

Não chegara ainda ali o desprezo pela oração e pelo padre, pela Igreja e pela Religião.

Porque não havia ainda ali o padre, que esquecido do seu carácter sagrado, calca aos pés a dignidade das doutrinas que devia ensinar e se torna capataz de centros de des- moralisação.

Chegara o momento solemniissimo, em que o ministro eleva à contemplação dos fieis a Hóstia, symbolo miraculoso da eterna união entre o homem e a divindade, penhor valiosíssimo das bondades do Mestre dos Apóstolos, mysterio venerando que enleva as almas na adoração do Filho da virgem.

As fronte de todo aquelle povo curva- vam-se ante a magestade do Deus Eucharistico, as orações eram mais fervoro- sas, e as mãos batiam nos peitos o arrepen- dimento das culpas.

Quando a Hóstia desceu, elevou-se um pouco dentre o povo uma voz feminina; e os que mais próximos estavam da mulher de Sebastião Corrêa, da mãe de Maria, pode- ram ouvir-lhe estas palavras tremendas:

“Meu Deus, meu Jesus, entre a eleva- ção da vossa Hóstia e do vosso Cálix, esta mãe, que chora o abandono, a ingratição e a maldade duma filha, lhe lança – a essa filha desnaturada – a sua eterna maldição. Não tenha ella abrigo de noute nem de dia,

o sol e a chuva a encontrem sem saia e sem camisa, nas pedras do caminho se deite, e os bichos da terra lhe roam as carnes”

E o padre então erguia o Cálix sacro-santo que contém a bebida da eterna vida.

Compleudara-se a maldição solemne, que a crença do povo ensina a lançar naquella hora augusta do mais sancto dos mysterios do Christianismo.

VII – PORMENORES

Somos chegados quasi ao fim desta narrativa. Antes porém cumpre esclarecer o que poderia restar de dúvida sobre alguns acontecimentos passados. Não é isto um romance em que se deixem ficar à imaginativa do leitor lances de mais ou menos effeito. É uma historia verdadeira e como tal deve descer a todas as minuciosidades, para que se não possam inventar situações que lhe tirem o seu carácter principal – a verdade.

Na manhã seguinte à fuga de Maria, levantara-se a mãe de madrugada, como é costume na gente do campo, e indo à *caixa grande* buscar o capote velho com que se queria cobrir para ir pedir lume à vizinha, achou-a aberta.

Causou-lhe estranheza o facto e o seu primeiro cuidado foi procurar no escaninho o cofre em que se guardavam promiscuamente os objectos d'ouro e prata de toda a família.

Achou-o ... mas vasio.

– Valha-me o Senhor Bom Jesus! exclamou a pobre mulher levando as mãos à cabeça.

E assim se quedou extática por alguns momentos, como fulminada pela horrível verdade que havia descoberto.

Quer duvidar ainda. Procura de novo, no escaninho, na caixa toda. Mas aquelles cordões, aquellas cabaças, aquelles cruces,

aquellas conceições, aquelles pentes, aquelles anéis, que faziam a inveja dos vizinhos e que lhes trouxeram o apelido do ouro, tinham desaparecido.

O suor aljofrava-lhe em camarinhas o enrugado rosto. As pernas tremiam-lhe em caimbras nervosas. Os dentes estalavam-lhe em rangido convulsivo.

A triste mulher estava sosinha na *casa do meio* com a porta da rua ainda fechada. Uma rajada de vento matutino de Fevereiro veio, despertando-lhe uma sensação de frio tremor, chamal-a à realidade donde a affastara aquelle golpe terrível.

Voltou-se e viu a porta fechada.

Foi então que pensou pela primeira vez no modo como lhe poderiam ser roubados os seus oiros e por quem.

A rajada viera-lhe do lado do quarto da filha.

Foi ver.

A janella estava aberta. A cama mostrava não se lhe ter ninguém deitado.

– Maria! Maria! foi a exclamação angustiosa que em grito agudo lhe sahiu do peito ao cahir esmaecida no leito da filha.

E este grito penetrante e forte foi despertar Sebastião Correia que ainda estava deitado.

Levantou-se elle à pressa e, estremunhado ainda, dirigiu-se ao quarto da filha. Não comprehendeu o que viu, porque não attentou, nem na cama por desmanchar, nem na janella já aberta.

Começou de chamar pela filha, primeiramente do quarto, depois pela casa toda, e finalmente à porta e à janella da rua. Ninguém lhe respondeu e a afflicção do velho era extrema.

Passado algum tempo foi tornando a si a mãe de Maria, até que um choro copioso e abundante lhe veio diluir no santo bál-samo das lágrimas a angustia que lhe suffocava o coração.

Sebastião todo era o perguntar-lhe:

– Mas que é isto, mulher, que é isto? onde está Maria? o que foi que succedeu?

E a cada pergunta redobrava o pranto da triste mulher, até que poudo dizer por entre soluços e lágrimas: – Fugiu, fugiu aquella filha desnaturada e roubou-nos.

Sebastião ficou assombrado.

É que o pobre do homem nada sabia ainda dos amores da filha, em quanto que a mãe havia já descoberto aquelle segredo e logo comprehendeu toda a extensão do infortúnio em que a filha cahira.

Não a lastimava porém, porque dois crimes muito graves havia ella commettido. E por entre as lágrimas sabiam-lhe as queixas, as pragas e as maldições.

Terrível prejuízo das gentes do campo, que assim soffoca até o mais nobre sentimento do coração humano – o amor e o perdão de mãe.

Pelo meio da manhã adeante já toda a visinhança sabia da fuga de Maria e do roubo dos oiros.

A casa de Sebastião Correia estava literalmente cheia dum mulherio fallador, que em infernal vozeria commentavam por mil formas diversas os acontecimentos da noite.

Umas já previam tudo aquillo havia muito tempo. Outras diziam que Maria sempre fora uma doida e que nunca lhe tinham agourado bom fim. Outras que o castigo lhe viria em breve.

E nenhuma tinha uma desculpa, um perdão para a desgraçada que o amor tinha vencido e a seducção perdedora.

Boccas falsárias, que ainda ontem beijavam aquella que maldiziam!

Corações viperinos, que esqueciam a grandeza dos affectos humanos!

Almas vis, que não poderiam por certo erguer a pedra contra a delinquente, mas uivavam-lhe de longe improperios de male-

dicência!

Passados alguns dias estava Sebastião Correia junto à cama onde a mulher gemia as dores duma febre que a salteara depois daquella fatal madrugada, quando se lhe achegou Manuel Betancór, dizendo-lhe:

– Senhor amo, eu estou triste como tudo nesta casa; não posso viver por aqui mais tempo. Anda ahi para a banda da Villa um navio da Terceira que vem buscar passageiros para o Brazil e eu vou-me esta noite mais outros rapazes embarcar à *Affonso do Porto*. Hei-de sempre alembrar-me de V. Mercê: e oxalá que as suas tristezas não o amofinem ainda mais. Perdoe-me, se o deixo nesta occasião; mas é que eu também cá dentro no peito sinto uns apertões que quero ver se espalho por esses mundos de Deus. Com bem se fique, senhor Sebastião Corrêa; eu vou-me da minha terra para fora com este coração bem negro.

O bom do velho Sebastião ainda tentou dissuadir o moço do seu intento. Mas o propósito era firme e passados alguns momentos desprendiam-se dos braços um do outro com os olhos turvos de lágrimas.....

Naquella casa onde pouco tempo antes tudo era paz, abundância e alegria, reinava somente agora o desasocego, o desalento e a dor!

E somente o amor transviado pela seducção fora necessário para tamanha mudança fazer.

VIII – FILHA E MÃE

Maria, recolhendo-se à casa para que a levava o seu amante, não levava já aquelle coração confiado nas doces promessas que a seduziram, não tinha já a alma embalada pelas esperanças fagueiras duma vida tranquilla e feliz passada nos braços dum amor que nunca

lhe faltaria. Não. Maria soffria muito. Perdera já a confiança no amante; levava n'alma a saudade do lar paterno, que abandonara e o remorso desse abandono; e ... chorava.

Uma só cousa lhe mitigava essa dor tremenda que lhe rasgava uma por uma as fibras todas do coração. Maria ia ser mãe. E esses estremecimentos que sentia no seio eram ao mesmo tempo o estremecer duma nova esperança com que Deus lhe acenava, promettedôra de venturas sem fim.

Ser mãe! Sentir palpar sobre o peito o coraçãozinho innocente duma creança que bebe a vida do seu sangue: espreitar-lhe no sorriso a vida que se avigora e desenvolve: estremecer com a lágrima que lhe escorrega pela face de setim: debruçar-se sobre o berço pequenino rezando orações intimas que o Céu acolhe sem demora!

Ser mãe! era a ventura que Maria esperava para lhe compensar os dissabores amargos e cruéis que lhe tinham envenenado a vida até então risonha e ditosa.

Corria-lhe, pois, o tempo triste e annuvelado pelo presente, mas mais alegre naquella esperança em que se embalava pelo futuro.

É que o mesmo presente para ella não era mais do que um recordar sem fim das suas illusões mentidas.

António F. só de longe em longe lhe apparecia e sempre com modos bruscos para as lágrimas silenciosas que ella não podia reter.

Convivência estranha nenhuma tinha, porque lhe doía a vergonha do abandono em que deixara seus pães e a ninguém pois se atrevia a apparecer.

Era um isolamento doloroso para o coração duma mulher que sentira no peito todo o aspirar dum affecto puro, vendo depois que sobre elle lhe escarravam a vergonha que devia esconder e o desprezo próprio a que não poderia fugir.

Situação terrível e infernal a que são arrastadas tantas virgens incautas que uma sedução vil e torpe ali atira, quando lhes resta ainda a ellas a força para fugirem de maior atoleiro que a prostituição lhes prepara para as livrar da fome e do frio.

Eu não sei de castigo condigno para tamanho crime. A justiça divina não pode perdoar. E a justiça da terra devia ter um stygma de malvado para imprimir na fronte do miserável.

Era assim o viver de Maria.

Numa tarde tristonha dum dos primeiros dias de Março de 1839 estava ella absorta nas suas dolorosas recordações, quando o vento ainda invernoso lhe trouxe o som distante do sino da ermida do Senhor Bom Jesus tangendo os toques carpidos e lúgubres que annunciam a morte dum filho da igreja.

Maria estremeceu, sentindo um aperto indefinível no coração.

Abeiros-se insensivelmente da janella que deitava sobre o caminho e espreitou por dentro dos vidros.

Estava assim havia alguns momentos, quando avistou duas mulheres que se encontravam no caminho e que fallavam. Applicou o ouvido à vidraça e escutou:

— Que me dizeis, tia Antónia? lá se foi a mulher de Sebastião do Ouro. (Maria soltou um grito suffocado e susteve-se contra à janella.).

— É verdade, Catharina. Tudo aquillo foram obras da má filha que Deus lhe deu. Fugiu-lhe de casa, roubou-lhe os oiros e a pobre da mãe nunca se levantou da cama senão quando foi à Igreja para lhe botar a maldição entre o Cálix e a Hóstia.

Maria não pôde mais; soltou um grito horrível e cahiu semimorta no lagedo do quarto.

As duas mulheres que fora fallavam, ouvindo aquelle grito d'angustia infinita

entraram-lhe em caza, onde a triste vivia sozinha. Conheceram-na; mas o rancor, com que há pouco se expressavam, cedeu à compaixão que lhes causava o estado em que a viam.

Levaram-na para a cama sem sentidos. Mas pouco depois ergueu-se ella num estorcer de dores lancinantes, gritando convulsa: O meu filho! o meu filho!

E aos gritos stridentes da pobre mãe respondeu um débil vagido do filhinho que nascia.

IX – LOUCA

Longo e terrível foi o soffrer de Maria. Uma perigosa febre lhe sobreveio aos padecimentos do parto, que quasi a arrastou aos extremos da vida. Um delírio continuo e porfiado se lhe apoderou do espírito que se perdia na recordação dos transeos dolorosos, por que em tão pouco tempo lhe passara a existência.

Causava profunda dó vel-a prostrada no leito e depois erguer-se em arrebatamentos rápidos chamando por entre soluços o pae e a mãe, pedindo-lhes que a não amaldiçoassem porque lhes ia levar um coração arrependido e purificado pelo amor maternal. E logo, como lembrando-se e sentindo no coração uma dor violenta, bradava com os olhos esbugalhados e as mãos erguidas em supplica fervente: – Mas eu não roubei ou ouros de minha mãe! Vão buscal-os, que são para enfeitar o meu filho!

Passada a crise violenta do delírio, seguiu-se um estado de prostração absoluta, em que por muitos dias permaneceu, até que começou a melhorar, mas tendo perdido completamente a ideia de tudo que se passara. Levantou-se do leito, mas já não era aquella rapariga que dois annos antes estivera risonha e cheia de vida na festa do

Senhor Bom Jesus.

As faces desbotaram-se-lhe: os olhos amorteceram daquelle brilho com que outrora fulgiam: as carnes desgastaram-se no soffrimento e só uma pelle engillada e como que denegrida lhe cobria os ossos salientes: o riso franco e prompto que lhe brincava nos lábios murchou-se com o tufão da desventura, como a rosa se murcha com o vento da tempestade.

E António F. que fazia – elle, o causador de tamanhos infortúnios?

Não satisfeito ainda com o mal que occasionara à filha casta e bella que era a alegria de seus pães, cuidava já na realisação final do ultimo attentado contra a triste que se lhe entregara confiada e amante.

Há homens assim. O primeiro mal que praticam como que os embriaga na voluptuosidade sinistra da malvadez; e só param quando a victima ou victimas se lhe rolam examines aos pés. Atrophiam a alma dilacerando-lhe uma a uma e lentamente as crenças que a sustentavam e fazem-na resvalar no aniquilamento da morte ou no tremedal da desreança.

E para estes homens há muitas vezes, há quasi sempre, na sociedade a consideração e a estima. E os seus feitos são públicos; e a luz do sol alumiou-lhes os crimes, como alumia o galardão que o mundo lhes dá.

António só de longe em longe ia ver Maria e já não tinha para a infeliz aquellas ternuras e carícias com que a rebaixou da virtude e da innocencia à mísera existência de dor e vergonha que a triste passava.

Uma manhã, porém, achegou-se com affagos e blandicias da desventurada que jazia inerte e desmemoriada sobre o estrado da janella. Maria estremeceu com o primeiro beijo do malvado e furtou o corpo ao abraço com que elle a queria prender.

– Porque me foges, Maria? que mal te fiz eu?

– Não sei. Sinto que o senhor me repugna, me parece recordar duma má acção que praticou ... Espere: parece que sinto na cabeça uma dor muito forte. Jesus! parece-me que enlouqueço. Diga-me, senhor, onde estou? o que me aconteceu? onde está meu pae e minha mãe?

– Pois tu não sabes, Maria, que tua mãe morreu e que deves agora ir fazer companhia a teu pae, mesmo porque já acabou o tempo porque se arrendou esta casa?

Maria escutava António como se mal entendesse os horrores e infâmias que o malvado proferia. De repente ergueu-se como a leoa que dá pela falta do filho e agarrando no braço d'Antonio exclamou num phrenetico transporte:

– Já me recordo; agora lembra-me tudo. Onde está o meu filho? Dê-mo; quero beijal-o; quero fugir d'aqui com aquelle thesouro que só pode fazer agora a minha felicidade. Dê-mo, Senhor; dê-me o meu filho.

– Socega, Maria; bem sabes que não podias ter aquella creança contigo, e então livre-te della mandando-a expor. Por isso te digo que o melhor que agora fazes é ir viver para a companhia de teu pae.

– Cal'te, malvado! gritou Maria crescendo para Antonio num ímpeto de cólera. Cala-te e dá-me o meu filho. Fizeste-me deshonrar meu pae, fizeste-me matar minha mãe, roubaste-me o meu filho, roubas-me a casa que para elle eu te acceitara e propões-me agora a infâmia de apparecer deante de meu pae cuja vida já não será muita?! Não quero. E vou matar-te para depois ir correr o mundo em procura do meu filho que quero enfeitar com os ouros de minha mãe. Ah! ah! ah! os ouros roubaram-nos ... E o sino já tocou à Missa e lá vae tanta gente para ser testemunha da maldição que minha mãe me vae deitar ... E foi ali mesmo que um homem me perdeu com cantigas mentirosas ... Que luar tão lindo! que tremor

estranho me percorre o corpo! estes beijos embriagam-me! ... oh! deixa-me fugir, que ainda é tempo ... Ah! ah! ah! já é tarde! estreitam-me nuns braços de ferro; comprime-me os lábios uma bocca fria que me gela! ... Meu Deus! meu Deus! perdoae-me! ... Corram todos, todos, que lá foge o ladrão com os meus ouros ... Lá se esconde numa casa e essa casa é minha ... É minha, minha, que m'a deram. Ah! ah! ah! mas tiraram-me! ... É preciso fugir. Vou sosinha, sosinha! Ah! ah! ah! ah!

E Maria, a abastada filha de Sebastião do Ouro, a gentil romeira do Senhor Bom Jesus, fugiu louca da habitação em que deixava todas as recordações do seu amor e do seu infortúnio.

CONCLUSÃO

São decorridos 33 annos depois das scenas que acabamos de narrar.

Quem vir percorrer, vagamunda e errante, toda a Graciosa, uma pobre louca, velha, desgrenhada, immunda, e quasi nua; pedindo d'esmola o pão de cada dia, que mais não acceita; não se abrigando nunca sob um tecto que se lhe offereça, junto ao lar que lhe desse calor aos membros esquilidos: quem a ouvir com vozes doridas e pranteadas, correndo todas as casas, batendo a todas as portas, a pedir justiça para que lhe dêem a casa e os seus ouros: quem a encontrar hoje ao Norte da ilha, amanhã no Sul, depois junto à praia do mar, outro dia no cume duma serra, sempre com a sua trouxa de farrapos debaixo do braço, sem nunca lhe deslizar um riso nos lábios, a gemer no verão os ardores do sol, a tritar no Inverno os regelos do frio, sem roupa e sem pão, sem lar e sem água; quem a vir assim, mal se lembrará da triste história que contámos escrupulosamente duma filha

pura e estremecida de pães felizes que a sedução arrastou a tamanho infortúnio.

A maldição da mãe subiu com os fumos do incenso aos pés da Divindade e lá desceu em castigo tremendo sobre a filha que enodou os dias de seus velhos pães.

E o infame seductor, cúmplice, ou antes o perpetrador de todos esses males, também recebeu do Céu o justo castigo da sua malvadez. É rico, mas não lhe serve a riqueza: porque não há luz para os seus olhos cegos, porque não há som para os seus ouvidos surdos, porque não há movimento para o seu corpo paralisado, porque não há alegria para a sua velhice cheia de remorsos.

Ambos vivem ainda, porque talvez os manes de Sebastião Corrêa e de sua mulher não estejam vingados do muito que soffreram na terra.

O perdão divino deve por certo esperar a infeliz Maria nos umbraes da eternidade.

Não sei se porém o castigo na vida será sufficiente para a perversidade de António F.

— —

Disse que são decorridos 33 annos depois da acção desta historia e ainda ficam sem explicação alguns factos que o decorrer de todo este tempo não tem decifrado. Que fim levaram os oiros de Sebastião Corrêa? Ninguém o sabe. Mas talvez que um dia eu possa concluir esta narrativa, quando porfiadas investigações me habilitem a escrever outra história em continuação à da “Maria do Ouro.

Angra do Heroísmo – 1872

A. Gil

II

António Gil, de seu nome completo António Gil da Silveira Machado Bettencourt, nasceu em 3 de Junho de 1846, na Vila da Praia da ilha Graciosa, no seio de uma família tradicional, tendo-se distinguido sobretudo pelos seus escritos, reveladores de uma mente brilhante. Politicamente, foi marginalizado, já que não pactuando nem com progressistas nem com regeneradores, afirmando-se antes como um liberal convicto, esse facto lhe iria trazer dissabores vários, não lhe permitindo uma integração plena na sociedade do seu tempo.

Tinha um grupo de amigos, que o acompanhavam na sua luta contra os poderes instituídos e nas tertúlias do Grémio Literário, entre os quais o faialense Ernesto Rebelo, que poucos anos lhe sobreviveria, e a quem ele dedicara este Folhetim, em reconhecimento à excelência dos contos açorianos que aquele publicara. Não vemos que outro paralelismo possa ter acontecido entre o percurso de vida destes dois jovens, a não ser o das lides literárias e, eventualmente, casos amorosos por que ambos tenham passado em suas vidas.

Com efeito, o principal sentimento que remanesce da leitura deste Folhetim é o do amor, em torno do qual António Gil urde a sua história,

verídica como faz questão de frisar, e que relata a triste sina de uma rapariga do povo do campo, que apenas cometeu o “erro” de se perder de amores por um “janota” da Vila de Santa Cruz.

Como teve conhecimento António Gil desta história, ocorrida bem antes de seu nascimento? Quem lha terá contado e com que finalidade? Não foi certamente a própria Maria do Ouro, por insana que estava, nem tão pouco o seu “carrasco”, de quem o Autor apenas cita o nome próprio, quedando-se por iniciais nos apelidos (António F. de S.). É bem provável que este António pertencesse aos “cazacas” que o Autor denuncia como uma espécie de parasitas que se valiam do labor do povo rural.

Mas, quem era este António F. de S.?

Antes de o identificarmos, iremos fazer prova de que a história contada por António Gil, apesar de verídica, não decorre nas datas relacionadas pelo escritor, mas sim algum tempo antes.

Este é, aliás, face ao escrito no Folhetim, um trabalho de investigação genealógica, tendo em vista o deslindamento de personagens, datas e locais, onde decorre a acção da novela.

1. A história tem quase dois séculos de existência, não estando assim posto de parte o recurso à tradição oral. Foi esse, pois, o nosso ponto de partida. Percorremos toda a área descrita no Folhetim, entre as Ermidas das Dores e do Bom Jesus, questionando várias pessoas idosas (com mais de 80 anos) as quais, com uma única excepção, invariavelmente nos afirmavam nunca terem ouvido falar de nenhuma Maria do Ouro: “Isso é história de bisavós” – diziam alguns.

A excepção foi D. Georgina Picanço Mendonça, de 84 anos, moradora entre o Bairro e a Ermida do Bom Jesus, que disse saber da Maria do Ouro o que lhe havia sido contado por sua avó, que falecera muito velha. Todavia, a história tem algumas diferenças em relação ao relato de António Gil: Maria do Ouro moraria na casa das Dores (em frente à Ermida), juntamente com os progenitores e, como ficou grávida de um criado, os pais revoltaram-se e ela foi morar para o Bairro, onde esperou o nascimento da criança. Vindo um dia à janela do quarto, ouviu pessoas dizerem que a mãe tinha falecido. Então, caiu no quarto, teve o parto e perdeu o juízo, começando algum tempo depois a percorrer a ilha, louca e mal trajada. Lembra-se D. Georgina da eira de que fala o Autor, e que ficava junto à casa das Dores. Não sabe, ao certo, o sexo da criança, tendo a vaga ideia de ter sido uma menina, que terá falecido.

Apesar de a narração não ser concordante com a de António Gil, já que o “janota” não faz parte desta versão, fornece ao investigador uma certeza: a de que, de facto, existiu a Maria do Ouro.

2. Perante a confirmação, por tradição oral, da existência da Maria do Ouro, e colocado perante duas versões algo distintas, como deve proceder o investigador?

Deverá ser feita uma busca aos registos paroquiais, sendo o primeiro objectivo o de localizar o registo de óbito da mulher de um Sebastião Correia, em Março de 1839, data referida no Folhetim.

Não encontrando tal registo, nem neste mês, nem no anterior ou no posterior, o investigador começa a ter dúvidas sobre a identidade das personagens citadas pelo Autor, aventando mesmo a hipótese de se tratar de ficção do escritor, neste aspecto.

Para dissipar estas dúvidas, recorre o investigador à busca nos registos paroquiais de casamentos, a fim de tentar localizar matrimónios de indivíduos de nome Sebastião Correia, realizados antes de 1815, já que o Autor refere que, em 1836, Maria Rosa era uma rapariga de pouco mais de vinte anos de idade.

E qual o resultado desta busca? Surgem três registos hipoteticamente concordantes com o Sebastião Correia do Folhetim: Sebastião Correia Picanço com Maria do Rosário (em 1773), Sebastião Correia Picanço com Ana Maria do Rosário (em 1779) e Sebastião Correia da Silva com Josefa Rosa (em 1781). Embora qualquer uma destas datas, fizesse “disparar” a idade da Maria Rosa do Folhetim, muito para cima dos 20 anos, em 1836, o investigador procura registos de baptismos dos filhos destes casais, tentando encontrar uma Maria, o que aliás não seria tarefa vã, já que quase todos os casais, por aquelas épocas, tinham muitos filhos e, se os tivessem fêmeas, uma delas certamente se chamaria Maria.

No decurso da busca, depara-se ao investigador o assento de baptismo de uma Maria, em 21 de Março de 1790 (cfr. Livro 8 de Baptismos de Santa Cruz, fol. 52 fr.,BPAAH), filha de Sebastião Correia da Silva e de sua mulher Josefa Rosa, com a particularidade de, à margem, a lápis, se poder ler transversalmente e com óptima caligrafia: “É a célebre Maria do Ouro”.

Contudo, e como adiante se verá, esta não era a Maria do Ouro. Não nos é possível determinar a época deste tão despropositado quanto indevido apontamento, nem tão pouco o respectivo autor. Mas, porque a histó-

ria narrada por António Gil é dada à estampa em 1874, tendo repercussão jornalística na viragem do século, o autor desta “façanha” terá sido alguém que, até meados do século XX, tinha acesso aos livros de registos paroquiais, eventualmente algum dos párocos que exerceu seu ministério na Igreja Matriz de Santa Cruz. Não é, todavia, importante a identificação deste “informador”, pois certamente já não constará do número dos vivos. Importa sim realçar o facto desse “informante” ter procedido de forma indevida (tal anotação nunca deveria ter sido feita na página do livro) e despropositada, já que, como se comprovará, não corresponde à realidade. Quem fez esta anotação não teve o cuidado de proceder a uma investigação minimamente exaustiva, e induziria em erro qualquer incauto que tomasse tal indicação por facto consumado.

A inexactidão desta pista é imediatamente comprovada mediante o recurso aos inventários orfanológicos, um instrumento de consulta obrigatória para quem pretenda complementar e enriquecer a história das famílias, e que são sempre levados a efeito quando existam menores ou ausentes, à data da morte dos inventariados. Podem também ser levantados a requerimento de alguém, específica e comprovadamente, habilitado à herança

A dita Josefa Rosa faleceu em 18 de Outubro de 1819, no Caminho do Bom Jesus, com 64 anos de idade, casada com Sebastião Correia da Silva (cfr. Livro 5 de Óbitos de Santa Cruz, BPAAH). Em 1827, o cônjuge sobrevivente, e seus herdeiros, requereram inventário dos bens do casal (cfr. Processos da Comarca da Graciosa, Maço 91, doc. 5092, BPAAH), onde consta a relação de todos os filhos do casal, 5 no total, entre os quais, a “suposta Maria do Ouro”, que mais não é do que Maria Joaquina, casada desde 1811 com António José Furtado. E, tão bem casada estaria, que até se absteve da aceitação da parte que lhe cabia na herança, embora pouquíssimos fossem os bens a que teria direito.

Está assim desmontada a “categórica” informação constante da anotação ao registo de baptismo supracitado. Aliás, o “informador” nem sequer teve em atenção um facto óbvio: o de que, nascida em 1790, esta Maria teria 46 anos em 1836, muitos mais do que os viçosos vinte e poucos referidos pelo Autor do Folhetim. A não ser que as datas da história estivessem erradas?!

E, de facto, as datas estão erradas, mas não tanto, como se verá.

Dos outros dois casais, atrás mencionados, e como se poderá verificar através dos registos de baptismo dos respectivos filhos, apenas um gerou

uma filha de nome Maria, baptizada em 4 de Novembro de 1798 (cfr. Livro 9 de Baptismos de Santa Cruz, fol.46 verso, BPAAH), filha de Sebastião Correia e de sua mulher Ana.

Mas, mesmo esta Maria, filha de Sebastião Correia Picanço e de sua mulher Ana Maria do Rosário, último rebento do casal que se unira pelos laços do matrimónio em 1779, na Igreja Matriz de Santa Cruz, teria 38 anos de idade em 1836, e não pouco mais de 20, como nos diz António Gil.

Contudo...é mesmo esta a personagem central da verídica história que o escritor nos legou, como se pode comprovar através do registo de óbito da desafortunada mulher, ocorrido em 30 de Setembro de 1876, demente, no Hospital da Misericórdia, aos 77 anos de idade (cfr. Livro 10 de Óbitos de Santa Cruz, 1876, BPAAH).

O que se pode constatar do que até aqui fica provado, é que António Gil não teve conhecimento directo do episódio que narrou e romanceou, pois nasceu em 1846: contaram-lhe (possivelmente alguém que não simpatizaria com António F. de S.) e, então, o escritor inventou as datas, quicá tomando por base o ano de maior colheita de vinho na Graciosa (que nós não temos como provar).

No romance, apenas teve que estabelecer, por cálculo, as restantes datas, em função do desenrolar da história que lhe contaram. E daí resultou uma “mimosa novela”, como referiria, em 1899, nas páginas do diário angrense “A União” (nº 1703, de 7 de Setembro) Costa Rebelo, pai de Ernesto Rebelo, em preito de homenagem a António Gil, íntimo amigo de seu falecido filho.

Mas...e António F. de S., proprietário do lugar das D.? Quem era?

Foi fácil ao investigador identificar a personagem: trata-se de António Fogaça de Sousa Bettencourt, nascido na Vila de Santa Cruz e, de facto, morador nas Dores, como se pode constatar da leitura do Rol de Confessados, outro dos instrumentos fundamentais para a história de localidades, personagens e movimentos migratórios das populações.

E quanto a Manuel de Betancór, criado de Sebastião Correia? Quem seria?

O nome Manuel é muito vulgar, pelo não é possível identificá-lo. Admito que tenha embarcado em “Afonso do Porto”, como narra o Autor. Todavia, se rumou para as “nossas Américas”, fê-lo clandestinamente, já que seu nome não consta dos registos de passaportes emitidos na ilha Terceira. Terá sido ele o ladrão dos oiros?



Recorte do mapa da ilha Graciosa, onde decorre a acção narrada no Folhetim, com as referências aos locais mencionados pelo Autor e aos relacionados pelo investigador, neste trabalho complementar à novela: A – Ermida de N^a S^a das Dores e início do Caminho com o mesmo nome; B – Bairro (ou Bairo); C – Bairrinho; D – Ermida do Bom Jesus, termo do Caminho do mesmo nome; E – Charco Velho, no fim do Caminho do Rebentão; F – Afonso do Porto (actualmente denominado Porto Afonso)

3. As personagens do Folhetim são pois reais. As datas é que são fictícias, já que os acontecimentos se verificaram cerca de uma década antes do início da história narrada. E porquê? Porque, de acordo com os termos dos registos paroquiais, verifica-se que:

- António Fogaça de Sousa Bettencourt nasce em 18 de Março de 1787;
- Maria Rosa do Ouro nasce em 21 de Outubro de 1798;
- Ana Maria do Rosário, mãe de Maria Rosa, morre em 7 de Julho de 1830, no Bairro, aos 70 anos de idade pouco mais ao menos, sendo seu corpo sepultado na Ermida do Bom Jesus;

- Raimundo Martins Pamplona Corte Real, proprietário da casa contígua à Ermida do Bom Jesus, morre em 14 de Fevereiro de 1831, solteiro, natural de Angra e fidalgo da Casa Real;

- Sebastião Correia Picanço (Sebastião Corrêa do Ouro), pai de Maria Rosa, morre em Setembro de 1835, viúvo, no Bairro, Caminho do Bom Jesus, com 77 anos de idade, sendo seu corpo encomendado na Igreja de São Francisco e sepultado no cemitério público.

Nasceu pois Maria Rosa do Ouro em 1798, e foi a única filha do casal Sebastião Correia Picanço/Ana Maria do Rosário, que também teve (nascidos anteriormente), cinco filhos: os três mais velhos (Manuel, José e Felisberto Correia Picanço), no Caminho do Bom Jesus; o registo de baptismo do quarto filho (Joaquim Correia Picanço) não refere o local de nascimento; e o último (João Correia) nasceu no Caminho do Rebentão.

Pressupõe-se assim que o casal teria duas residências: uma no Caminho do Bom Jesus e outra no Caminho do Rebentão (que deveria ser no Charco Velho), nesta nascendo Maria Rosa.

A principal residência, onde viveriam mais tempo, e onde faleceriam, foi a do Caminho do Bom Jesus (na localidade então denominada “Bairro”, por contraposição ao Bairro, contíguo, junto à cruz que, actualmente, é improvisada em pedra, por eventualmente ter desaparecido a de ferro, a pouca distância da Ermida onde teve início a história que António Gil narrou em estilo folhetinesco.

Ao lermos o Rol de Confessados da freguesia de Santa Cruz da Graciosa (que existe desde 1836 a 1871) podemos constatar que, apesar do carácter errático e demencial da vida da pobre Maria Rosa, seu nome lá se encontra relacionado, sempre no mesmo local, sozinha, mas com vizinhança familiar, por altura das épocas quaresmais, na casa onde terão vivido seus pais, e que foi o principal palco da acção da primeira parte deste Folhetim.

Quanto à diferença de “status” entre as duas figuras centrais da novela, ele de facto existia, quando se deram os acontecimentos, mas, se fosse do conhecimento de ambos e a sociedade da época não fosse “classista”, quer por norma quer pela aparência, talvez esta história não tivesse tido um fim tão dramático, como se pode induzir das referências contidas na parte III deste trabalho.

Todavia, à época do desfecho de toda a história (pelo menos, da parte final), António Fogaça de Sousa deveria estar já de casamento arquiectado com D. Rosa Máxima Coelho (filha órfã de Frutuoso José Coelho e de D. Francisca Leocádia, falecidos respectivamente em 1825 e 1820), nascida em 1793, na Vila de Santa Cruz, já que o matrimónio se realizaria em 5 de Julho de 1830, dois dias antes do falecimento de Ana Maria do Rosário, mãe de Maria Rosa. Que magnífico “alibi”!

Daí talvez a pressa manifestada por “António” para que “Maria” abandonasse a casa, já que certamente para lá iria morar com a futura mulher, o que de facto aconteceu, conforme confirma, a partir de 1836, o Rol de Confessados.

Dúvida que também ficará a pairar (tal como em relação a Manuel de Betancór), é a de ter ou não sido o móbil de todo o comportamento de “António” os oiros do casal. A nobreza de “status” não implicava riqueza material.

Todavia, quer quanto ao criado de Sebastião Correia, quer quanto a António Fogaça de Sousa, nada podemos concluir nesse sentido, nem é esse aliás o objectivo da evocação deste Folhetim.

4. Convém referir que o “mau da fita”, António F. de S. talvez não fosse assim tanto quanto o pintou o escritor!

De facto, e já na constância de seu matrimónio com D. Rosa (de quem não teria descendência) terá sido o pai de uma Maria, baptizada na Igreja Matriz de Santa Cruz, em 22 de Dezembro de 1834, filha de pai incógnito e de Prudência (ou Prudenciana) Rosa, esta filha de Mateus Correia e de sua mulher Joaquina Rosa, moradores no Caminho de Nossa Senhora das Dores. Esta Prudência, bem poderá ser a que está relacionada, como mulher livre, no Rol de Confessados de 1836, coabitando, no Bairro dos Abades, às Dores, com um Manuel Espínola, mulher e filhos, deixando nos anos seguintes de o estar.

Como se poderá verificar no Rol de Confessados a partir de 1845, aparece-nos como vivendo em casa de António Fogaça de Sousa Bettencourt

uma Maria, referenciada não como “criada”, mas como “assistente”, com idade correspondente à data daquele registo de baptismo. Por experiência, que nos advém de exame minucioso a qualquer Rol de Confessados, julgamos poder afirmar que a designação de “assistente” implica, em regra, um grau de parentesco com o proprietário do fogo onde a mesma está relacionada.

Esta jovem “assistente” é Maria José que, aos 17 anos de idade, em 1852, casaria, na Igreja Matriz de Santa Cruz, com Pedro António de Quadros. Para fazer o prévio contrato esponsalcio, e conforme se pode constatar dos Processos da Comarca da Graciosa (Maço nº 306, doc. nº 285, 1852, BPAAH), foi necessário reunir o Conselho de Família, tendo sido nomeado um tutor, a fim de aceitar a doação para o casamento, feita por... António Fogaça de Sousa Bettencourt, a favor da menor Maria José do Coração de Jesus. Nesta data, a mãe de Maria José, de acordo com o documento, está ausente no Império do Brasil.

Ora, tendo procedido assim com esta Maria José, por que não teria agido do mesmo modo com o filho (ou filha) que teve com Maria Rosa do Ouro, ao invés de a ter exposto, como narra António Gil?

Investigámos os registos de baptismos de expostos, na ilha Graciosa, após a data da morte da mãe de Maria Rosa. Não encontramos nenhum entre Julho e Dezembro de 1830.

Poder-se-á pois pressupor que a criança da novela não tenha sobrevivido, até porque, nessa época, houve grande mortalidade entre os recém-nascidos.

Mas também se pode ter dado o caso de o nascimento não se ter verificado na data correspondente à acção da novela. Também aqui poderá o romance ter-se sobreposto à realidade.

III

Como atrás deixámos aflorado, o recurso à Genealogia, para além de ter permitido “acertar” os dados referentes às personagens do Folhetim, pode também comprovar a ascendência das figuras centrais da novela: Maria Rosa e António F. de S..

E, se o “janota” da vila de Santa Cruz tinha uma ascendência correspondente ao “status” social que lhe era atribuído, não se poderá dizer que a rapariga do povo rural, pelo simples facto de não ostentar sua família os privilégios então concedidos à nobreza, tivesse uma ascendência de some-nos importância.

Ora, vejamos, em simples esboço genealógico:

A. Os Sousa Fogaça

São família antiquíssima e muito nobre, e acham-se ao tempo em que o Reino de Portugal foi conquistado aos mouros

No século XVI, da cidade do Porto veio para a Graciosa André Gonçalves Neto, viúvo, homem nobre, trazendo seu filho Manuel de Sousa Neto que, por via de sua mãe era Fogaça e Sousa.

Assim:

1. ANDRÉ GONÇALVES NETO, viúvo de F.....FOGAÇA DE SOUSA, pais de:

2. MANUEL DE SOUSA NETO.

Casou na ilha Graciosa, no século XVI, com Catarina Gomes de Antona, filha de Jorge Gomes Barreiros e de sua mulher Apolónia Gonçalves de Antona. Tiveram 9 filhos, entre os quais:

3. CATARINA GOMES DE SOUSA

Casou, nos finais do século XVI, com Belchior Gaspar Abade, de quem teve pelo menos 3 filhos, entre os quais:

4. GERARDO AENES DE SOUSA

Casou, na 1ª metade do século XVII, com D. Maria de Bettencourt e Ávila, filha de Manuel Gonçalves Maduro e de Inês de Ávila Bettencourt. De entre sua geração, consta:

5. GERARDO AENES DE SOUSA BETTENCOURT

Clérigo de ordens sacras. Antes, tivera, de Violante da Silva:

6. FABIÃO DE SOUSA E SILVA BETTENCOURT

Casou, na freguesia da Luz, em 7.3.1707, com D. Beatriz de Melo, filha de Manuel Gomes Real e de D. Catarina de Melo, pais de:

7. ANTÓNIO FOGAÇA DE SOUSA

Casou, na Igreja Matriz de Santa Cruz, em 28.8.1747, com Teodósia Maria de São José (viúva de António Vieira da Fonseca), pais de:

8. ANTÓNIO FOGAÇA DE SOUSA BETTENCOURT

Casou, em Santa Cruz, em 7.1.1787, com D. Maria de Aragão, natural da Luz, filha do Licenciado André Gonçalves Neto e de D. Maria Rosa Gil da Silveira Bettencourt. Tiveram, na rua do Boqueirão, na dita Vila, em 18 de Março do mesmo ano:

9. ANTÓNIO FOGAÇA DE SOUSA BETTENCOURT

(ANTÓNIO F. DE S.)

B. Os Correia Picanço

De acordo com anotação a manuscrito do século XVII, feita pelo capitão José Correia de Melo Pacheco Vasconcelos (daí ser conhecido pelo “Livro do Capitão”), Martim Afonso Picanço, natural do Algarve, morador

em Mértola, casou com Margarida Correia (dos “Correias”, descendentes de Pedro Correia, que foi Mestre de Calatrava).

Teve este casal vários filhos, entre os quais Diogo Afonso Picanço, que foi Criado do Infante D. Fernando, que o casou com Maria Afonso de Medeiros.

Tendo cometido homicídio no Reino, e a fim de fugir à justiça, Diogo vendeu os bens de raiz que tinha, e fretou um navio, onde, com a mulher e os filhos, zarpou em direcção aos Açores, para montar aposento na primeira ilha a que aportasse. Aconteceu ser a ilha do Faial, onde, desembarcando com a mulher, dois filhos e uma filha, se estabeleceu na Praia do Almoxarife, onde comprou quantidade de fazenda.

Os dois filhos chamavam-se Sebastião Dias Picanço e Bartolomeu Dias Picanço: o primeiro, fixou-se no Faial; o segundo, transitou para a ilha Graciosa.

Assim:

1. BARTOLOMEU DIAS PICAÑO

Casou na Graciosa com Margarida Afonso de Lira, filha de Pedro Aenes Carração e de Margarida Vaz Freire, esta neta materna de João Fernandes Raposo, “o do Sul Grande”. Tiveram vários filhos, entre os quais:

2. CATARINA CORREIA PICAÑO

Casou com Diogo Homem, da ilha da Madeira, c.g.; e 2ª vez, com Tomás Nogueira, na Graciosa, cerca de 1520, de cujo matrimónio nasceu:

3. MARIA NOGUEIRA PICAÑO

Casou, cerca de 1550, com Manuel Pires Vulcano, do Reino, tendo vasta geração, entre a qual Manuel Correia Picanço, clérigo em Santa Cruz, “de grande virtude e exemplo”. Também tiveram:

4. TOMÁS NOGUEIRA PICAÑO

Casou na Graciosa, cerca de 1580, com Catarina de Sena da Silveira, e tiveram, pelo menos, 3 filhos:

5. Diogo Nogueira Picanço, clérigo em São Miguel. Instituidor de vínculo na Graciosa;

5. Apolónia Nogueira Picanço, que casou com João Veloso Peralta, c.g.;

5. MARIA NOGUEIRA PICAÑO

Casou em 1610, em Santa Cruz da Graciosa, com Miguel Afonso Neto e foram pais de:

6. CATARINA DE SENA NOGUEIRA

Casou em 1640, em S Cruz, com Pedro Furtado de Mendonça, pais de:

7. DIOGO NOGUEIRA PICAÑO, clérigo.

Teve, de Catarina Álvares, 4 filhas, que legitimou. Uma delas:

8. MARIA PICAÑO

Casou na Luz, em 17.6.1702, com Sebastião da Costa Miranda:

9. SEBASTIÃO CORREIA PICANÇO

Casou na Luz, em 1745, com Ana Rosa de Jesus, com muita geração, havida na Fajã, entre a qual:

10. SEBASTIÃO CORREIA PICANÇO (O do Ouro)

Nasceu em 1757, na Luz, e casou, em 29.5.1779, com Ana Maria do Rosário (nascida em 1758), pais de:

11. MARIA ROSA (MARIA DO OURO).

Este folhetim, “Maria do Ouro ou A Velha da Manta”, foi pois escrito pelo seu autor, em Angra do Heroísmo, em 1872, conforme traslado feito em 1899, no periódico “A Ilha Graciosa”. Todavia, só veio à estampa em 1874, de acordo com Costa Rebelo, no preito de homenagem a António Gil, atrás aludido.

E porque aguardara o Autor estes dois anos para a sobredita impressão? Não será difícil imaginar! Com efeito, António F. de S. faleceu precisamente em 1874, a 24 de Abril, na casa das Dores, aos 88 anos de idade, viúvo, e sem geração legítima. Terá então o escritor aguardado o passamento do “carrasco do amor”, não fosse o diabo tecê-las...!

Quando nos debruçámos sobre o Folhetim, obviamente que o objectivo não era a descoberta do ladrão dos oiros, mas sim o destino da criança, fruto do amor de Maria Rosa e, eventualmente, seus descendentes.

Entretanto, ao proceder às investigações documentais, viria a constatar tudo o que atrás fica explanado, ou seja, a sábia narração de uma história verídica, mas em que o Autor troca caminhos por atalhos, o que, não tira nenhum mérito ao Folhetim, pois todo o escritor, neste género, tem sempre a possibilidade dar largas à sua imaginação.

Aliás, não tem o autor deste modesto trabalho de pesquisa a veleidade de contraditar, na essência, as belas páginas de prosa e poesia que, na imprensa da época, nos legou este escritor graciosense, que teve a desdita de tão prematuramente deixar o mundo dos vivos, “sem ter escrito outra história em continuação à da Maria do Ouro”.

Tal como, ao finalizar a sua novela, António Gil profetizava em relação ao destino dos ouros, agora, volvidos 132 anos, diremos que talvez um dia, “após mais porfiadas investigações”, consigamos descobrir qual foi o destino da criança, perdido que está o ouro na bruma da memória!

PARA UMA HISTÓRIA DA VINHA E DO VINHO NOS AÇORES (1750-1950)

Paulo Silveira e Sousa

1. Introdução

A vitivinicultura constituiu desde o século XVIII um dos mais importantes sectores da agricultura portuguesa, dando origem a um dos principais produtos de exportação. O seu peso na economia era enorme, se bem que desigualmente distribuído pelas várias regiões do País. Nos cerca de 200 anos que aqui iremos estudar, da segunda metade do século XVIII à primeira metade do século XX o conjunto de actividades em torno da cultura e da produção de vinho enfrentou profundas transformações. Por um lado, sofreu o impacto de várias doenças que afectaram decisivamente os vinhedos de toda a Europa; por outro, passou por uma série de processos de reconversão, transformação e alteração nas configurações dos mercados que atingiram quase todas as suas etapas produtivas. Este conjunto de processos acelerou-se a partir de 1852, após os primeiros ataques do oídio. Neste contexto os agricultores e as autoridades portuguesas tentaram acompanhar, com graus de sucesso **variáveis**, a trajectória de mudanças que se operava na vitivinicultura e nos mercados europeus. As transformações manifestaram-se em **diversas áreas e tomaram** a forma de diferentes processos de modernização e adaptação. A chegada faseada do oídio, da filoxera, da antracnose e do míldio obrigou a enormes processos de replantação, de mudança no uso das castas e das técnicas de cultivo que passaram a integrar novos produtos de origem industrial nas várias e recentes etapas de prevenção das doenças. Simultaneamente, a configuração dos mercados alterou-se com o crescimento do consumo de massas, com o aparecimento de novos mercados internacionais e de novas áreas **produtoras** concorrentes. Os mecanismos de circulação, transporte e distribuição modificaram-se, assim como as próprias técnicas de produção numa tentativa permanente de adaptação a novos gostos e às oscilantes modas dos

consumidores. A evolução e difusão dos saberes científicos e técnicos conduziu também à necessidade de mais investimentos, de uma maior escala das explorações, e ao crescimento das modalidades de intervenção estatal e de associativismo num sector que permaneceu vital para as agriculturas mediterrânicas. Nada ficaria como antes¹.

Se este vasto conjunto de transformações teve trajectórias e resultados diferentes de país para país, o mesmo se verificou dentro das fronteiras de cada Estado. Em Portugal houve regiões que conseguiram modernizar e reconverter a sua vitivinicultura e outras houve onde estas tentativas foram, pelo menos parcialmente, goradas. Contudo, faltam ainda hoje estudos intensivos e comparativos que nos permitam aquilatar o **percurso** das várias regiões produtoras².

Este estudo é uma versão provisória e condensada de um livro que estamos a preparar sobre a História da Vinha e do Vinho nos Açores (1750-1950). A vitivinicultura integra um conjunto de actividades transversais a diferentes áreas da economia e da sociedade. Ao analisar os seus vários aspectos e a trajectória que tiveram ao longo de 200 anos estamos igualmente a produzir uma história da agricultura, da economia e da sociedade açorianas. O texto que aqui apresentamos, devidamente trabalhado e organizado, não corresponde, contudo, a uma versão definitiva. Novas informações poderão surgir e outras estão ainda à espera de mais tempo e de mais alguma reflexão. A nossa intenção ao publicá-lo é fazer circular a informa-

¹ Uma primeira versão de algumas secções deste estudo foi já publicada em Paulo Silveira e Sousa (2004) "Materiais para o Estudo da Vinha e do Vinho nos Açores durante a Segunda Metade do Século XIX", *Revista Povos e Culturas*, CEPCEP, Universidade Católica Portuguesa, nº 9, pp. 471-509. Nesta nova publicação o texto foi substancialmente alargado, modificado, nalguns casos, corrigido.

² Para um testemunho da época sobre uma grande área produtora, o Minho, veja-se Alberto Sampaio (1923), "O presente e o futuro da viticultura no Minho: estudo de economia rural", in *Estudos Históricos e Económicos*, vol I, Porto: Livraria Chardron. Para uma monografia recente e bastante completa sobre uma das grandes áreas produtoras de vinho de pasto do continente ver Maria Goretti Matias (2002), *Vinho e Vinhas em Tempo de Crise: o oídio e a filoxera na região Oeste (1850-1890)*, Caldas da Rainha; para a região do Douro ver Gaspar Martins Pereira (1989), "A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera", *Sep. Rev. Fac. Letras do Porto*, 2ª série, vol. 6, pp. 311-353 e (1991), *O Douro e o Vinho do Porto: de Pombal a João Franco*, Porto: Afrontamento; e Conceição Andrade Martins (1990), *Memória do Vinho do Porto*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

ção e a reflexão já obtida e sistematizada, tentando assim criar algum debate em torno deste tema.

2. A vinha e o vinho nos arquipélagos Atlânticos (Açores, Madeira e Canárias)

Os Açores, enquanto arquipélago, nunca foram uma região de grande produção e exportação de vinho, muito embora esta cultura tomasse uma importância assinalável em três das suas ilhas: Pico, Graciosa e, mais secundariamente, São Jorge. Apesar de existirem referências a uma exportação permanente de vinhos finos do Pico para mercados externos e exigentes, os vinhos açorianos nunca alcançaram a notoriedade da maior parte dos seus congêneres nacionais, nem sequer se consubstanciaram em tipos próprios ou criaram as redes de comércio e de distribuição internacional que fizeram a fama de um Madeira, um Jerez ou, mais tarde, de um Marsala, ou mesmo de um Málaga³. A Grã-Bretanha e as suas colónias foram, desde cedo, um dos principais mercados de consumo dos vinhos mediterrânicos e das ilhas atlânticas. Desde o fim da Idade Média que o Malvasia de Creta alimentava as mesas britânicas. A ocupação desta ilha pelos turcos, em meados do século XVII, veio alterar as principais áreas abastecedoras. A procura de vinhos das Canárias e da Madeira, cujas castas e características se assemelhavam, aumentou, então, exponencialmente. Segundo alguns autores, na segunda metade do século XVII, as Canárias produziam anualmente cerca de 30.000 pipas, sendo 20.000 procedentes da ilha de Tenerife. A produção do apreciado Malvasia canário rondava, nesse mesmo período, entre as 12 e as 16.000 pipas, das quais a maior parte era exportada para Inglaterra⁴. Estes números estariam acima da produção açoriana, mas aproximavam-se da madeirense. Apesar da ausência de fontes e cálculos conhecidos podemos tentar estimar, de forma grosseira, em cerca

³ Para o Jerez e para um período semelhante ao que aqui estudamos veja-se James Simpson (1985), "La produccion de vinos en Jerez de la Frontera 1850-1900", in Pablo Martín Aceña, e Leandro Prados de la Escosura (dirs.), *La Nueva Historia Economica de España*, Editorial Tecnos, pp. 166-191. Benedita Câmara (2000), "O vinho da Madeira e o vinho Marsala 1870-1914", *Douro: Estudos e Documentos* nº 10, pp. 103-116.

⁴ Antonio Bethéncourt Massieu (1991), *Canarias e Inglaterra: el comercio de vinos (1650-1800)*, Las Palmas: Cabildo Insular de Gran Canaria, p. 29.

de 18.000 a 24.000 pipas, pouco mais ou menos, o vinho produzido no arquipélago, em anos de boas colheitas, durante a segunda metade de Seiscentos⁵. No início do século XVIII algumas fontes apontavam para valores na ordem das 30.000 pipas que já nos parecem demasiado elevados⁶. Contudo o vinho açoriano não atingia a cotação dos seus congêneres dos arquipélagos mais a sul. Na segunda metade do século XVII, na sequência dos tratados posteriores à Restauração de 1640, entre Portugal e o Reino Unido, seria a Madeira a suplantiar as Canárias como a principal área produtora e exportadora de vinhos finos⁷. As produções insulares sofriam de constrangimentos vários: elevados custos e volume limitado da produção, flutuações nas políticas aduaneiras dos países consumidores, eventuais diferenças de interesses entre os agentes económicos insulares e os agentes económicos nacionais. Contudo, tinham nestes anos uma grande vantagem: localizavam-se em pontos importantes da navegação atlântica e serviam de Portos de refresco.

Os Açores estavam integrados nas mesmas rotas comerciais que no Atlântico uniam a Grã-Bretanha, portos do norte da Europa, como Hamburgo, a península ibérica, as colónias inglesas da América do Norte, o Brasil e a América Espanhola. Parte dos seus vinhos eram não só genericamente semelhantes aos seus congêneres canários e madeirenses, como permitiam igualmente encher o lastro e garantir um porão cheio no retorno ao porto de origem. Após o tratado de Methuen, em 1703, os direitos alfandegários iriam proteger claramente os produtos portugueses em detrimen-

⁵ Apesar da enorme disparidade das avaliações atribuímos, com base nas referências citadas por Avelino de Freitas de Meneses (1994), *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, vol. II, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, pp. 80 e segs, um número em torno das 10.000 a 12.000 pipas de produção média à ilha do Pico, 2000 a 3000 a São Jorge, 3000 a 4000 à Graciosa e um lote de entre 4000 a 5000 para as restantes ilhas, pouco mais ou menos. Segundo António Lourenço da Silveira Macedo (1871), *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, vol. I, Angra do Heroísmo: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, p. 168, em 1649 ano de importante colheita o Pico havia produzido cerca de 8000 pipas, valor que posteriormente seria ultrapassado, variando entre as 12000 e as 15000 pipas anuais. Estes últimos são os valores sempre repetidos pela tradição oral e pelo senso comum.

⁶ Frei Agostinho de Montalverne, *Crónicas da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores*, vol III, p. 185 e Avelino de Freitas de Meneses (1994), *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, vol. II, p. 81.

⁷ Antonio Bethécourt Massieu (1991), idem. Ver também Andrew L. Simon (ed.) (1928), *The Bolton Letters. Letters of an English Merchant in Madeira 1670-1714*, Londres.

tos dos castelhanos (e dos franceses), cuja presença no mercado Britânico decairia ao longo do século XVIII. Apesar do Tratado de Utrecht (1713) ter reaberto parcialmente os mercados coloniais ingleses às exportações das Canárias, o facto é que a Madeira já tinha conquistado estas redes comerciais. Beneficiada por melhores condições climáticas, dotada de áreas mais generosas e expostas onde cultivar, tendo já fortes relações económicas com a Grã-Bretanha e as suas colónias, a Madeira tornar-se-ia a principal área exportadora de vinhos nos arquipélagos da macaronésia⁸.

Em 1773, na longínqua e importante cidade de Filadélfia, entre os vários vinhos de origem portuguesa (Madeira, Port, Lisbon, red Lisbon wine) anunciados por um dos mais conhecidos comerciantes de vinho da cidade, já surgia o açoriano Fayal⁹. Contudo, a quantificação de uma amostra bastante significativa do vinho entrado pelos principais portos da América do Norte Britânica, entre 1700 e 1775, revela-nos que 58% do total importado era vinho Madeira, 9% oriundo das Canárias e apenas 7% vinho açoriano. A preponderância dos vinhos insulares neste mercado pode ser facilmente explicada pela posição geográfica e estratégica dos arquipélagos nas redes comerciais, e pelo facto de esta ser uma forma de garantir um melhor aproveitamento do lastro dos navios.

Existem já alguns trabalhos sobre a vitivinicultura e o comércio de vinho nas Canárias e na Madeira durante o Antigo Regime. Neste conjunto,

⁸ O tratado de Methuen e depois a guerra da Sucessão de Espanha acabaram por conduzir ao progressivo fecho dos portos da Grã-Bretanha e da América do Norte Britânica aos vinhos canários. Os elevados direitos impostos tornaram a sua produção pouco competitiva. Do velho Malvasia canário passava-se agora à progressiva preponderância do Madeira, no comércio de vinhos no Atlântico. Porém, o vinho canário, tal como o Madeira ou os vinhos açorianos não se limitavam a ser exportados para a Grã-Bretanha e as suas colónias, seguindo igualmente para o norte da Europa, para portos da Holanda e de Hamburgo. A partir do último quartel do século XVIII os vinhos licorosos portugueses entram no mercado russo, por portos como Riga e São Petersburgo. Em 1783 seriam exportadas 2608 pipas de vinho do Porto. A este seguir-se-ia a exportação de Madeira e de vinho licoroso do Pico. Para as Canárias, apesar de datado, veja-se Antonio Bethéncourt Massieu (1991), *Canarias e Inglaterra: el comercio de vinos (1650-1800)*, pp. iv-v. Para o vinho do Porto e o comércio com o norte da Europa e a Rússia ver Conceição Andrade Martins (1990), *Memória do Vinho do Porto*, p. 303.

⁹ David Hancock (2002), "The emergence of an Atlantic Network Economy in the Seventeenth and Eighteenth Centuries: the case of Madeira", in Diogo Ramada Curto e Anthony Molho (dirs), *Commercial Networks in the Early Modern World*, Florence: European University Institute Working Papers, p. 38.

os Açores têm sido a região menos estudada. No entanto, continuam a faltar quer séries consistentes das exportações de vinhos madeirenses, açorianos e canários, quer uma comparação clara entre estas séries e entre as suas trajetórias. Por exemplo, nada sabemos sobre o eventual impacto provocado nas exportações de vinhos açorianos pela Guerra dos Sete Anos (1756-1763). No caso do vinho do Porto este conflito permitiu reforçar a posição dos produtos portugueses no mercado inglês¹⁰. Da mesma forma, desconhecemos os efeitos da Guerra **da Independência da América, entre 1773-1783**, e ainda pouco sabemos sobre o impacto dos conflitos com a França revolucionária e napoleónica que duraram de 1793 a 1815¹¹. Em 1801, o sueco Gustave Hebbe escreveu sobre a Horta: “Durante a guerra, de 1793 a 1801, os ingleses fizeram no Faial grandes especulações mercantis. Uma casa opulenta da Londres tinha ali um comissário que comprava anualmente 5 mil pipas de vinho e as enviava às Antilhas e, sobretudo, à Martinica. Os americanos e os habitantes da Nova Escócia enviam madeiras e bacalhau e tomam como carga, no seu retorno, o vinho das ilhas”¹². Porém, pouco mais sabemos sobre estas décadas.

Parece-nos provável que o final do século XVIII e inícios do século XIX tenha sido um período de prosperidade para o vinho do Pico e para o Porto da Horta, acompanhando, aliás, a trajetória do comércio de vinhos madeirense. Esta última ilha exportava na época uma média de 20.000 pipas de vinho para a América Britânica e Antilhas, situação que apenas se iria alterar depois de 1815, quando as quebras se foram acentuando perante a concorrência de outras regiões produtoras¹³. Para novas conclusões serão

¹⁰ Conceição Andrade Martins (1990), *Memória do Vinho do Porto*, p. 294.

¹¹ Ver algumas achegas ao estudo deste período nos Açores em José Guilherme Reis Leite (1988), “Os Açores e os interesses ingleses no Atlântico durante a Guerra Peninsular”, *Arquipélago*, nº especial, pp. 101-122, e Ricardo Manuel Madruga da Costa (1993-1995), “Faial 1808-1810: um tempo memorável”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Vol. 11, pp. 135-284.

¹² Marcelino de Lima (1943) *Anais do Município da Horta*, p. 190 e 400-402; e G. Hebbe (1802), *Description des Iles Açores*, p. 342.

¹³ Maria de Lurdes Freitas Ferraz (1994), *O Dinamismo Sócio-Económico do Funchal na Segunda Metade do Século XVIII*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical; ver também os vários trabalhos de Alberto Vieira (1998), “A vinha e o vinho na Madeira nos séculos XVII-XVIII”, in A. Vieira (org.), *Os Vinhos Licorosos e a História*, Funchal, pp. 99-119. Do mesmo autor ver uma antologia de textos em Alberto Vieira (dir) (1993), *História do Vinho da Madeira: documentos e textos*, Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico e ainda (1991) *Breviário da Vinha e do Vinho na*

necessários mais estudos sobre este período da História dos Açores. Uma certeza fica contudo, se os vinhos dos arquipélagos atlânticos dominavam os mercados da América do Norte e das Antilhas no século XVIII, os vinhos açorianos forneciam aqui o menor contingente, apesar da importância dos seus portos como pontos de escala e de refresco nas rotas marítimas¹⁴.

O denominado vinho Madeira, ao longo do século XVIII, transformar-se-ia numa mercadoria fina e de luxo, uma produção cara destinada à exportação para os mercados mais exigentes da Grã-Bretanha, norte da Europa, América Britânica e Antilhas. A qualidade dos produtos e os mercados a que se destinavam diferenciavam a produção madeirense da restante produção dos outros arquipélagos atlânticos, que frequentemente produziam vinhos licorosos semelhantes ao Madeira e que concorriam com este na secção de gama mais baixa¹⁵.

Desde as primeiras décadas do século XIX que a prosperidade crescente das classes médias das economias em expansão da Grã-Bretanha, América do Norte e norte da Europa aumentaram a procura de mercadorias agrícolas do Mediterrâneo e, mais tarde, de outras áreas do Globo. Os Açores integraram-se e tiraram benefícios destes circuitos no que respeita à cultura da laranja, pelo menos até inícios da década de 1880. Porém, os vinhos do arquipélago tiveram uma trajectória muito diversa; para entendê-la convém colocá-la em contexto e enquadrá-la entre os vários vinhos oriundos das outras ilhas do Atlântico.

Em 1836 um distinto enófilo britânico, Cyrus Redding, referia que as Canárias produziam 40.000 pipas de vinho branco. Deste total eram exportadas 25.000 pipas, sendo as restantes 15.000 reservadas para o consumo

Madeira, Ponta Delgada. Cyrus Redding dá-nos dados da importação de vinho Madeira para a Grã-Bretanha (1785-1834), não se referindo, contudo, às suas colónias; cf. C. Redding (1836), *History and Description of Modern Wines. Second edition with considerable additions and a new preface developing the system of the Port Wine Trade*, London: Whittaker & Co, p. 383.

¹⁴ David Hancock (2002), "The emergence of an Atlantic Network Economy in the Seventeenth and Eighteenth Centuries: the case of Madeira", p. 45.

¹⁵ A imitação e o fabrico de versões do Madeira eram comuns na época. Em 1822, o futuro visconde de Vilarinho de São Romão escreveria mesmo algumas páginas sobre o "modo de imitar o Madeira seco"; cf. António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão (1822), *Tratado Teórico e Prático da Agricultura das Vinhas, da Extração do Mosto, Bondade e Conservação dos Vinhos e da Destilação das Aguardentes*, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 157-159 e a nota respectiva na p. LXIII.

local ou transformadas em aguardente, parcialmente destinada à exportação para a América Espanhola. Apenas a ilha de Tenerife produzia mais de metade, 22.000 pipas, mesmo assim uma percentagem inferior à referida por James Holman em 1840¹⁶. Segundo este último viajante inglês as videiras cresciam copiosas e aqui eram produzidos **três quartos** de todo o vinho exportado no arquipélago. Os vinhos de Tenerife eram descritos como semelhantes, mas inferiores, ao Madeira produzido na costa sul. Embora mencionasse a existência de variedades como o “**Tinto**, Verdelho, Gual, Listan e Malvasia”, James Holman referia que estes vinhos de Tenerife podiam ser divididos em duas variantes principais, o seco e o doce. O seco era também conhecido genericamente pelo nome de Vidonia e o doce como Malvasia. Além deste ainda se produzia o vinho que os ingleses na altura denominavam “**Sack**” e que fazia as delícias do mercado britânico durante a primeira metade do século XIX¹⁷.

Segundo avaliação do citado Cyrus Redding, a Madeira produzia no início da década de 1830 cerca de 25.000 pipas de vinho. Destas apenas 3000 podiam ser consideradas de qualidade superior¹⁸. Contudo, o Madeira era aqui novamente considerado superior aos melhores vinhos de Tenerife, avaliados como os mais notáveis do arquipélago das Canárias. Aliás, alguns mercadores de vinho menos importantes e honestos vendiam, no mercado britânico, a compradores menos esclarecidos e sofisticados, vinhos das Canárias como sendo Madeira. Cyrus Redding atribuía a inferioridade do vinho Canário à falta de cuidado na vinificação e preparação. Segundo ele, na ilha da Madeira, existiu uma grande procura que estimulou o aumento da qualidade, muito auxiliada pela presença de mercadores estrangeiros que tentavam produzir os melhores vinhos, adaptando-os ao paladar exigente dos consumidores. Porém, páginas adiante, refere que mesmo a qualidade do próprio Madeira era muito variável. Segundo o autor, o mesmo excesso de procura tinha feito com que fossem colocados no mercado lotes de qua-

¹⁶ Cyrus Redding (1836), *History and Description of Modern Wines*. pp. 196-197.

¹⁷ James Holman (1840), *Travels in Madeira; Sierra Leone, Tenerife, St. Jago, Cape Coast, Fernando Pó, Princes Islands, etc, etc*, Londres: Georges Routledge, pp. 36-37. Nas pp. 16-22 o autor descreve o cultivo e as qualidades do vinho Madeira que divide em três grandes tipos “**Tinto**, Malvasia e **Sercial**”. Refere que a grande procura que este vinho teve levou a grandes misturas e adulterações que atribuía, sobretudo, aos próprios comerciantes britânicos. O termo “sack” era na época aplicado a vinhos secos e doces como o Xerez, Málaga ou Vidonia.

¹⁸ Cyrus Redding (1836), *History and Description of Modern Wines*. pp. 236-237.

lidade inferior que se tentavam fazer passar por bons vinhos, conduzindo à depreciação do produto entre os consumidores¹⁹.

Tal como as restantes ilhas atlânticas produtoras de vinho, Tenerife também seria bastante afectada pelo oídio. A sua chegada em 1852 causou uma vasta destruição da área plantada e fez declinar consideravelmente a produção e a exportação. Por algumas décadas Tenerife abandonaria a vitivinicultura para se concentrar na produção de cochinilha. Apenas o fim desta última **exportação** daria origem a um lento processo de replantação. Porém, não tendo sido tão bem sucedido como o Madeira na retoma das exportações, o vinho de Tenerife continuou a ser **vendido**, mesmo que em menores quantidades. Durante a sua viagem realizada no final da década de 1870 Henry Vizetelly diria que o mercado inglês continuava a receber 300 a 400 pipas de vinho. Nos Açores, e no Pico em particular, na mesma data, a exportação já havia definitivamente cessado²⁰.

Nestas descrições dos vinhos insulares os Açores entravam sempre em último lugar e tinham referências marginais. Por exemplo, o já citado Cyrus Redding, daria ao arquipélago uma produção de cerca de 5000 pipas, sendo os vinhos de melhor qualidade o chamado vinho *Passado*, que o autor refere como sendo uma espécie mais leve de Malvasia, e o vinho *Seco*, também ligeiro e de pouca durabilidade. Ambos eram produzidos na ilha do Pico. Os vinhos açorianos eram igualmente descritos como tendo sempre sido de qualidade inferior ao Madeira, uma avaliação que Redding dava como aceite por quase todos os entendidos²¹. Apesar destas diferenças de preço e qualidade, na primeira metade do século XIX, quer os vários tipos de Madeira quer o vinho licoroso do Pico entravam na mesma classe genérica de vinhos, tinham mercados e grupos de consumidores aproximados. O vinho do Pico surgia como um Madeira inferior, mas mesmo assim de qualidade aceitável. No entanto, escrevendo em 1885, Ernesto Rebelo contraria um pouco esta ideia de relativa proximidade entre o Madeira e o vinho do Pico. Acrescenta que embora ambos excelentes, a diferença entre eles era notável, factor que atribuía ao clima e diversidades de terrenos, esquecendo-se, contudo, de detalhar as eventuais diferenças ou proximidades nos sempre complicados processos de vinificação. Em qualquer deles,

¹⁹ Idem, pp. 196-199 e pp. 235, 237-238.

²⁰ Henry Vizetelly (1880), *Facts About Port and Madeira with Notices of the Wines Vintaged around Lisbon and the Wines of Tenerife*, Londres: Ward, Lock & Co, pp. 203-211.

²¹ Cyrus Redding (1836), *History and Description of Modern Wines*. pp. 238 e 383.

e tal como no Porto, era interrompida a fermentação dos mostos através da adição de aguardente, prática que no Douro se iniciou por volta de 1727²². Da mesma forma, em ambos se procedia à estufagem para acelerar o seu envelhecimento²³.

Os dados disponíveis para a produção açoriana ficam sempre aquém quer dos registados na Madeira, quer nas principais áreas de produção do continente. Provavelmente com algum exagero, no arquipélago vizinho dá-se como exportação média, entre finais do século XVIII e inícios do XIX, as 18 a 20.000 pipas, embora o conjunto da produção devesse ser ainda mais elevado, pois aqui não estaria contabilizado o consumo interno. Sensivelmente para o mesmo período e para todo o arquipélago dos Açores, alguns autores apontavam para um intervalo de exportação na ordem das 15.000 a 20.000 pipas, números que nos parecem exagerados e que merecem novas análises²⁴.

Esta falta geral de notoriedade, de mercados externos preferenciais e de uma ampla e constante produção não quer dizer que a vinha e a produção de vinho nos Açores tenham sido esquecidas. Na verdade, nunca deixaram de ser equacionadas como uma boa oportunidade para investir e ganhar dinheiro e, em certos momentos, para abastecer e diversificar a produção e a exportação de algumas das principais ilhas do arquipélago. O estudo da pequena vitivinicultura açoriana permite-nos ver como esta formava um conjunto de actividades com um interesse económico significativo em todo

²² Apenas uma história mais detalhada dos processos de transformação do vinho do Pico e uma consequente comparação com os métodos utilizados no Madeira, durante a mesma época, poderão, futuramente, dar-nos respostas definitivas. Ernesto Rebelo (1885), “Notas Açorianas”, in *Arquivo dos Açores*, vol. VII, Ponta Delgada: Tip. do Arquivo dos Açores, pp. 74-75; Conceição Andrade Martins (1990), *Memória do Vinho do Porto*, p. 289.

²³ Para uma descrição dos tipos, produção e transformação do vinho Madeira na década de 1830 ver Paulo Perestrelo da Câmara (1841), *Breve Notícia sobre a Ilha da Madeira ou Memórias sobre a sua Geographia, Historia, Geologia, Topographia, Agricultura, Commercio, etc, etc, oferecida a sua magestade fidelíssima a Sr^a D^a Maria II por seu fiel e amante súbdito*, Lisboa: Tip. da A. das Belas Artes, pp. 67-82. Ver também Cyrus Redding (1836), *History and Description of Modern Wines*, pp. 235-237. Este autor britânico refere também o envio de pipas **de Madeira** para as Índias Orientais como forma de acelerar o processo de maturação e de produzir vinhos de excepção.

²⁴ Alberto Vieira (dir) (1993), *História do Vinha do Madeira: documentos e textos*, pp. 11, 95-97, 181-182. Avelino de Freitas de Meneses (1994), *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, vol. II, pp. 80 e segs.

o Portugal e como, mesmo em espaços periféricos e em condições ecológicas nem sempre favoráveis, esta cultura nunca foi esquecida, tendo sido tentados esforços semelhantes aos realizados no continente. Da mesma forma, os agricultores açorianos não estavam alheios ao investimento, à modernização e à procura do lucro; nem mesmo no caso da pequena exploração que leva tradicionalmente o fatal labéu de arcaizante e pouco inovadora. Contudo, aqui, o campo de possibilidades era bem diferente do que se podia encontrar nas regiões do continente ou na Madeira, onde as redes do comércio e da distribuição, a qualidade do produto e as condições naturais acabaram por permitir um muito maior sucesso na reconversão dos seus sectores vitivinícolas.

Ao nível interno do arquipélago um estudo destes permite-nos ajudar a perceber como a vinha ocupava diferentes pesos nas várias ilhas e como estas posições tiveram trajetórias particulares e nem sempre lineares, associadas à reconversão de parcelas importantes da economia insular. Durante os cerca de **200** anos que acabaremos por analisar a vitivinicultura nunca se limitou **ao Pico e, mais secundariamente, à Graciosa**. Por um lado, ela alimentava quer uma exportação para mercados longínquos, quer um comércio regional pouco referido e ainda menos estudado; por outro lado, os processos de reconversão a que esteve sujeita, a partir da década de 1850, fizeram da vitivinicultura uma actividade, igualmente, importante na economia agrícola de outros territórios dos Açores, onde à partida o seu peso era bem menor, como a Terceira e São Miguel²⁵.

Em último lugar, este trabalho pretende colmatar a falta de estudos sobre os processos de reconversão do sector vitivinícola açoriano durante o século XIX, provavelmente a época de maior transformação das suas estruturas e características. Se existem trabalhos como os de Avelino de Freitas de Meneses e de Susana Goulart Costa para o Antigo Regime, a verdade é que para o século XIX pouco mais temos que algumas páginas de boa caracterização geral na obra de Maria Isabel João. Infelizmente, não pudemos consultar alguns trabalhos de Ricardo Madruga da Costa. Quer a Universidade dos Açores, quer algumas instituições como a Sociedade Afonso de Chaves ou o Instituto Cultural de Ponta Delgada simplesmente

²⁵ Mesmo assim a maior parte dos poucos estudos e trabalhos de divulgação mais recentes têm continuado a incidir sobre a produção feita a partir de castas europeias (normalmente o Verdelho), sobre os produtos considerados de maior qualidade e sobre as suas principais áreas produtoras (quase sempre o Pico).

não enviam as suas teses e publicações para o depósito legal da Biblioteca Nacional²⁶.

3. A vinha e o vinho nos Açores: uma trajectória de longa duração (séculos XVI-XIX)

A vinha foi introduzida nos Açores durante os primeiros tempos do povoamento. Tal como outras culturas mediterrânicas começou a ser cultivada, em boa parte, para satisfazer os hábitos alimentares dos primeiros habitantes. O vinho era um suplemento nutricional que fornecia satisfação física e estimulação, quando não diferentes níveis de intoxicação e a entrada fácil em paraísos artificiais. O seu consumo, distribuição e exportação mantiveram-se desde cedo muito dependentes dos oficiais municipais, dos distribuidores a grosso e a retalho e dos consumidores que o compravam para o beber em suas casas ou frequentavam vendas e tabernas. Em todas as fases deste feixe de processos ele era taxado, armazenado, manipulado, por vezes adulterado, e adaptado aos gostos oscilantes da clientela, numa trajectória temporal em que assumia sempre novos cambiantes. Um viajante sueco que visitou o Faial e o Pico no fim do ano de 1800 e inícios de 1801 escreveria que a bebida mais comum entre os camponeses faialenses era um vinho jovem, fraco e misturado com água. Nada que se assemelhasse aos vinhos licorosos e alcoólicos que então faziam as delícias dos consumidores cultos das ilhas Britânicas, América do Norte e Norte da Europa. O vinho mais antigo e mais forte atraía, por vezes, os habitantes da mesma ilha para as tabernas, onde também se vendiam aguardentes. Contudo, segundo o mesmo comentador, o seu consumo era moderado, sendo a população frugal²⁷.

²⁶ Susana Goulart Costa (1997), *O Pico: séculos XV-XVIII*, Ponta Delgada: Associação de Municípios do Pico, Avelino de Freitas de Meneses (1994), *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*..., Maria Isabel João (1991), *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos.

²⁷ Gustave Hebbe (1802), *Description des Iles Açores*, reproduzido em Jean Mawe (1816), *Voyages dans l'intérieur du Brésil particulièrement dans les districts de l'Or et du Diamant*, traduits de l'anglais par J.-B.-B. Eyriès, Paris, Gide Fils, Libraire, pp. 303-362, no caso ver a p. 353.

Se a produção de cereais se assumiu, desde cedo, como a principal cultura, a vinha veio ocupar áreas marginais do ponto de vista agrícola, que nunca poderiam ter sido utilizadas como terras de pão. A irregularidade da sua distribuição acompanhou assim a irregularidade do próprio relevo e das condições climáticas das diferentes ilhas. Dentro do arquipélago esta produção foi-se desenvolvendo ao longo dos primeiros séculos em zonas importantes da orla litoral **do Pico, Graciosa e São Jorge**, ocupando um lugar mais secundário na Terceira, em São Miguel, Santa Maria e Faial, sendo quase inexpressiva nas Flores e no Corvo²⁸.

No entanto, se em São Miguel a sua importância era menor, isto não quer dizer que a sua produção total não fosse mais elevada do que em ilhas mais dependentes desta cultura, consequência lógica da diversidade de escala e de dimensão das várias parcelas do arquipélago. Neste caso, apenas queremos enfatizar que ela não ocupava um lugar tão destacado na economia agrícola local²⁹. Por exemplo, na pequena ilha Graciosa, a vinha e o vinho tomaram um papel muito importante em todo o ciclo produtivo. Na segunda metade do século XVIII deixou-se mesmo de semear nas terras mais fracas, para aí fazer plantações de vinha, as quais no final do mesmo século alimentavam já uma larga exportação de aguardentes³⁰.

Muita da agricultura das ilhas e da economia doméstica das explorações camponesas era construída acompanhando um modelo de apropriação vertical dos recursos que começava nas terras mais pobres do litoral e ia até ao baldio ou às pastagens mais frias da serra, onde apenas a urze e a queiró conseguiam vegetar. O labor humano de gerações e a construção de diversos e interdependentes andares ecológicos permitiu criar uma pequena agricultura multifacetada e dotada de um património botânico muito diver-

²⁸ Veja-se o resumo feito por Carlos Alberto Medeiros (1994), "Contribuição para o estudo da Vinha e do Vinho nos Açores", *Finisterra*, vol XXIX, nº 58, pp. 199-229.

²⁹ Maria Margarida Vaz do Rego Machado (1994), *Produções Agrícolas, Abastecimento, Conflitos de Poder: São Miguel 1766-1806*, Ponta Delgada: Jornal de Cultura, pp. 124-128 refere mesmo a importação de vinho das "Ilhas de Baixo" no final do século XVIII e princípio do XIX. Em 1826, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque escreveria igualmente que esta ilha importava vinho, ver *Observações sobre a Ilha de São Miguel Recolhidas pela Comissão Enviada à mesma Ilha em Agosto de 1825 e Regressada em Outubro do mesmo Ano*, Lisboa: Imp. Régia, p. 28.

³⁰ Francisco José Teixeira e Sampaio (1798), "Relatório...", in *Arquivo dos Açores*, vol. X, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, p. 527.

sificado que associava plantas autóctones a plantas subtropicais, mediterrânicas ou a espécies oriundas das áreas temperadas³¹.

Nesta agricultura a vinha era, apesar de tudo, uma produção de destaque. À custa de um enorme esforço em termos de construção da área de plantio e da sua manutenção ela permitia utilizar um andar ecológico aparentemente pouco propício a qualquer uso agrícola, desenvolvendo uma produção com uma enorme capacidade de integração nas redes de troca. Com uma agricultura que sempre teve que se confrontar com o excesso de humidade e de chuva, o aparecimento de pragas nas culturas agrícolas só poderia estar especialmente favorecido. O oídio, a antracnose e o míldio na vinha, outros fungos nos cereais, insectos e lagartas várias nas frutas tinham o seu crescimento potenciado pelo clima insular, que dificultava ainda a granação dos cereais e a maturação dos frutos, fazendo com que muitas culturas se tivessem que recolher às terras mais secas da orla marítima, dotadas de uma boa exposição solar³².

Todas as referidas ilhas (Pico, São Jorge e em menor escala a Graciosa) continham extensas áreas pedregosas resultantes da actividade vulcânica mais recente. Nos *biscoitos*, *lagidos*, e *mistérios* mais secos e quentes da beira mar, impróprios para os cereais, apenas os pomares de laranja e alguns matos de lenhas tomaram, igualmente, algum peso, desde finais do século XVIII até inícios da década de 1880³³.

No interior do arquipélago, as diferenças de qualidade e as necessidades de consumo cedo ditaram um rede de rotas comerciais que faziam circular o vinho entre as várias ilhas, e entre estas e o exterior, onde o porto da Horta fazia de importante centro de distribuição da produção do Pico e de São Jorge, e o de Angra recebia o vinho da Graciosa e abastecia as rotas

³¹ Paulo Silveira e Sousa (1994) *Território, Poder, Propriedade e Elites Locais: a Ilha de São Jorge na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa: tese de licenciatura apresentada no ISCTE, 270 pp.

³² João Viegas Paula Nogueira (1900), “L’ Agriculture aux Açores et à Madère”, in Bernardo Cincinato da Costa e D. Luís de Castro (orgs), *Le Portugal du Point de Vue Agricole*, Lisboa: Imp. Nacional, pp. 801-824, e (1908), “O arquipélago dos Açores”, in António Teixeira Júdice (org.), *Notas sobre Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional, p. 408.

³³ Ver uma definição destes diferentes tipos de solo em Manuel Ribeiro da Silva (1950), “A Ilha do Pico sob o ponto de vista vitivinícola”, *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*, nº 14, pp. 45-46. Ver também o clássico estudo de José Agostinho (1938), “Nomenclatura geográfico das ilhas dos Açores (subsídio)”, revista *A Terra*, Coimbra, republicado no *Arquivo Açoriano*, vol. XVI, 1971, pp. 5-18.

transoceânicas no refresco³⁴. Do século XVI ao século XVIII a cultura da vinha foi-se, pois, desenvolvendo gradualmente nos vários espaços insulares³⁵. No século XVII a produção de vinho concentrava-se nas ilhas do grupo central, com destaque para o Pico. No século seguinte, em torno do triângulo Pico-Faial-São Jorge, o vinho sustentaria a inserção destas ilhas no comércio internacional com a América do Norte e o Brasil, tendo a Horta servido de principal porto de escoamento da produção.

Porém, ao contrário do vinho Madeira durante o século XVIII, os vinhos açorianos não foram transformados de mercadoria barata (destinada à mesa do cliente menos exigente) em vinhos caros e de distinção, com complexas formas de produção, lotação e transformação, tendo como mercado alvo uma clientela exigente e cosmopolita. A generalidade dos vinhos açorianos permaneceram sempre como um dos menos considerados dentro daqueles que se produziam nos arquipélagos atlânticos das Canárias, Madeira e Açores, nunca tendo alcançado de forma plena tipos próprios, claramente identificáveis e assim reconhecidos e exportados para mercados exigentes. Mesmo o vinho licoroso do Pico só parcialmente escapou a esta trajetória. Da mesma forma, não criaram densas redes comerciais de distribuição, com um número razoável de firmas estabelecidas, dotadas de elevado renome e confiança junto dos clientes e dos agentes de redistribuição nos mercados de exportação. Novamente, ao contrário do Madeira, os vinhos açorianos não deram origem a uma sólida, densa, mas descentralizada infra-estrutura comercial³⁶. Com o advento da navegação a vapor, no

³⁴ Veja-se Maria Olímpia da Rocha Gil (1979), *O Arquipélago dos Açores no século XVIII. Aspectos Sócio-Económicos (1575-1675)*, Castelo Branco: Edição do Autor; Susana Goulart Costa (1997), *O Pico: séculos XV-XVIII*, Ponta Delgada: Associação de Municípios do Pico e (1998), "A economia picoense entre os séculos XV e XVIII: o exemplo ambíguo de uma periferia" in AAVV, *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta: Núcleo Cultural da Horta, pp. 91-101.

³⁵ Mesmo numa pequena ilha como Santa Maria a viticultura desenvolveu-se bastante nas localidades da costa leste e da costa sul, ganhando particular peso no século XVIII. Cf. João de Medeiros Constância (1982), "A Ilha de Santa Maria: evolução dos principais aspectos da sua paisagem humanizada (sécs. XV a XX)", *Arquipélago* vol IV, p. 237. Em 1851 a produção de vinho em Santa Maria era avaliada por António Bonifácio Júlio Guerra em 50 pipas. A exportação em apenas 7 pipas e 54 canadas. Ver *Revista dos Açores*, 1853, vol. II, Ponta Delgada: Tip. da Sociedade Auxiliadora das Letras Açorianas, pp. 229-230.

³⁶ Sobre o Madeira (embora numa visão claramente centrada sobre o Atlântico anglo-saxónico e as suas redes comerciais) veja-se David Hancock (2002), "The emergence of an

século XIX, e a maior periferação do arquipélago seriam reduzidas e depois anuladas estas antigas oportunidades de exportar o vinho dentro das antigas embarcações à vela, garantindo lastro e um porão cheio no retorno ao porto de origem.

Apesar da relativa escassez de estudos, o último quartel do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX parecem-nos ter sido um período florescente para a vitivinicultura açoriana³⁷. Esta trajetória cronológica aproxima-se da registada por alguns estudiosos para o Madeira e o Porto³⁸. Muito se tem escrito sobre o peso da exportação de laranja na economia açoriana durante o século XIX, tomando provavelmente a nuvem por Juno e a ilha de São Miguel por todo o arquipélago. Infelizmente, continuam a faltar estudos e informação quantitativa trabalhada sobre a distribuição geográfica irregular da produção de laranja, sobre a própria trajetória dos valores exportados e dos seus preços nos vários espaços insulares. A um outro nível, não existem muitos estudos sobre a configuração do mercado regional e dos mercados externos preferenciais dos produtos açorianos³⁹. Estes factos têm conduzido à subavaliação de outras produções e exportações como o vinho, os cereais, a batata e o gado, quase sempre referidas num plano muito inferior, por vezes mesmo, obliteradas⁴⁰.

Atlantic Network Economy in the Seventeenth and Eighteenth Centuries: the case of Madeira”, pp. 27-28, 30-40; e (1998), “Commerce and conversation in the Eighteenth Century Atlantic: the invention of Madeira Wine”, *Journal of Interdisciplinary History*, vol. 39, pp. 197-219.

³⁷ Veja-se, por exemplo, o monumental e várias vezes citado estudo de Avelino de Freitas de Meneses (1994), *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*.

³⁸ Entre outros veja-se Benedita Câmara (2002), *A Economia da Madeira no Século XIX*, Lisboa: ICS e Conceição Andrade Martins (1990), *Memória do Vinho do Porto*.

³⁹ Uma das poucas exceções é o estudo publicado por Sacuntala de Miranda (1989), *O Ciclo da Laranja e os “Gentlemen Farmers” da Ilha da São Miguel*, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada. Sobre o mercado interno açoriano existem vários capítulos no notável trabalho sobre a Casa Bensaúde realizado por Fátima Sequeira Dias (1996), *Uma Estratégia de Sucesso numa Economia Periférica: a Casa Bensaúde e os Açores (1800-1873)*, Ponta Delgada: Jornal de Cultura. Infelizmente, nem um nem outro tiveram seguidores.

⁴⁰ Para uma análise que tenta recuperar e consolidar-se com informação quantitativa apreciável veja-se também Maria Isabel João (1991), *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas...*, e Sacuntala de Miranda (1989) *O Ciclo da Laranja e os “Gentlemen Farmers” da Ilha da São Miguel...* Infelizmente, quer uma quer outra obra não deixam de estar demasiado centradas em São Miguel.

Infelizmente sedimentou-se um conjunto de lugares comuns, com quase nenhuma prova empírica, que tendem a tomar as Ilhas Atlânticas como o ponto de partida de uma dita economia e agricultura de Plantação, onde, aparentemente, todos os interesses se sujeitavam a umas poucas colheitas de exportação, cujos ciclos e redes económicas eram geridas por agentes externos, com a cumplicidade local de umas elites tradicionais avessas à modernização e ao investimento e que monopolizavam a terra sem atender aos interesses da maior parte das populações, normalmente agentes passivos e dominados da História. Seria quase como se os camponeses Madeirenses, Canários e Açorianos, fechados numa autarcia e auto-abastecimentos completos apenas produzissem para exportar, apenas exportassem para fora dos arquipélagos e quase só produzissem açúcar, vinho, cereais ou laranja por ordem dos senhores morgados, representantes de uma maligna Coroa longínqua, não comendo, trocando ou vendendo outras produções. A monocultura intensiva ou extensiva, generalizada, estava longe de existir nas ilhas. Esta é somente uma pequena parte do retrato. O crescimento económico não estava apenas baseado numa interacção positiva entre a produção de autoconsumo e algumas outras de exportação. A realidade é bem mais matizada, o papel e desempenho dos agentes, individuais e colectivos, bem mais decisivo. A cronologia da história económica da agricultura dos Açores está longe de se poder dividir unicamente em ciclos produtivos principiando pelos cereais, pastel, vinho, laranja, álcool e acabando na pecuária e nos lacticínios, como infelizmente e de uma forma preguiçosa tem sido descrita⁴¹.

Dentro do arquipélago a principal zona produtora e exportadora localizava-se no grupo central. Daqui também saíam os vinhos mais apreciados

⁴¹ Esta perspectiva parte da repetição ritual de textos históricos tornados canónicos e aos quais não se tenta proceder a uma verificação das informações. Alicerça-se quer na ausência de dados e séries quantitativas trabalhadas e organizadas, quer ainda na inexistência de um olhar empiricamente sustentado sobre o mercado interno. Por último, apoia-se em pressupostos ideológicos, onde se misturam interpretações de carácter regionalista e proteccionista, e onde a desconfiança face ao Mercado, aos seus agentes e mecanismos se opõe uma crença providencialista no papel e capacidade do Estado, tornado, quando ocupado pelos talentos demiúrgicos de uma nova elite localmente enraizada, o deus ex-machina da sociedade e da economia. Para a questão das relações de poder e de dominação no âmbito regional veja-se o artigo já clássico de Pierre Bourdieu (1980), "L'identité et la représentation: éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 35, pp. 53-72.

e considerados de maior qualidade. Mesmo a populosa ilha de São Miguel, nos finais do século XVIII e inícios do XIX, não conseguia fazer face à concorrência dos vinhos mais baratos e de melhor qualidade provenientes do grupo central. A sua viticultura era dada como muito decaída. **Em 1821, o dr. J. W. Webster escreveria que “não obstante fazerem-se muitos milhares de pipas de vinho em S. Miguel, nenhum dele era exportado, sendo esta quantia apenas suficiente para o consumo da ilha”**⁴². No início de 1800, segundo F. Ferreira Drummond, o arquipélago exportava de 15 a 20.000 pipas de vinho, nem sempre da melhor qualidade, produzidas na sua maioria no **Pico, Graciosa, São Jorge e Faial**. Embora escasseiem estudos parece-nos que estes números da exportação estão francamente sobreavaliados. Uma escassa área de cultivo e as dificuldades em estender a produção para lá de um certo e acanhado patamar poderiam ser a causa de um volume limitado de exportações que fazia com que a eventual concorrência com áreas produtoras de maior envergadura fosse sempre desigual. Em alturas em que a procura era maior do que o stock de vinhos disponível propiciava-se a falsificação do produto e a prazo o descrédito nos mercados, num movimento que permanece por estudar no arquipélago.

A classificação tradicional dos vinhos açorianos diz-nos que por ordem decrescente o melhor era produzido no Pico, seguindo-se o de São Jorge, em terceiro o da Graciosa, em quarto o do Faial, só depois entrando as ilhas maiores, como São Miguel e a Terceira, onde a sua produção só se desenvolveu, em maior escala e **intensidade**, a partir da década de 1880⁴³.

Tomás José da Silva, inspetor de agricultura nomeado pelo Capitão-General do Arquipélago, escrevia, em 1822, que na Terceira as vinhas eram “tratadas com suma ignorância e graves erros, pelo que os seus vinhos ordinariamente são inferiores”⁴⁴. A maior zona produtora localizava-se já nos Biscoitos que, em 1843, continuava a ser descrito como “o lugar mais

⁴² Francisco Maria Supico, Escavações, nº 169 e 215, in *A Persuasão* nº 1922 de 16/11/1898 e nº 1968 de 4/10/1899. Mesmo assim Francisco Afonso Chaves e Melo atribuíra a São Miguel, em 1817, uma produção de cerca de 5000 pipas, cifra que nos parece corresponder a um ano de boa colheita e que fica abaixo das apontadas para o **Pico**, cf. *Arquivo dos Açores*, vol I, p. 224. Para São Miguel em 1821, cf. *Arquivo dos Açores*, vol. XIII, pp. 154-155.

⁴³ Ernesto Rebelo (1885), “Notas Açorianas”, pp. 66-67 e 69.

⁴⁴ Tomás José da Silva (1822), *Reflexões sobre a Agricultura, Indústria e Comércio da Ilha Terceira oferecidas ao Il. e Exmo. Senhor Manuel Inácio Martins Pamplona*, Lisboa: Tip. Rolandiana, p. 8.

extenso em vinhas da ilha Terceira, donde se tiram os melhores vinhos, e onde em muitos anos se faz uma grande cópia de aguardentes”⁴⁵. Outra área importante situava-se em Porto Martins que, segundo o Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, era no Verão “um lugar dos mais aprazíveis da ilha, mui abundante de excelentes vinhos e fornecido de ótimas frutas. Aqui se reúnem no tempo das vindimas os proprietários circunvizinhos e aqui passam dias deliciosos de prazer e de alegria. A natureza ali ostenta suas riquezas por uma maneira nova e assombrosa. Aquelas ásperas penedias, que de Inverno metem horror pela sua negrura e escabrosidade, no estio aparecem transformadas num jardim de delícias e de abundância. Nada pode encantar tanto os olhos do observador como a imensidade de vinhas, estendidas por cima das pedras, carregadas de cachos, e tantos arvoredos vergados com o peso de saborosos pomos. À razão humana custa-lhe compreender como pedras sejam capazes de produção e como dum solo tão duro e seco se possam tirar frutas tão suculentas e tão extraordinária cópia de vinhos”⁴⁶. Por outras palavras, a forma de cultivo e o tipo de solos utilizados na Terceira não diferiam do padrão das restantes ilhas.

Na década de 1820, em anos de abundância, esta ilha ainda produzia alguma aguardente para exportação. Porém, a maior parte do vinho consumido e utilizado no abastecimento dos navios vinha das outras ilhas. Para Tomás José da Silva, ainda pouco influenciado pelas doutrinas livre-cambistas da Economia Política, a entrada franca de vinhos era prejudicial ao desenvolvimento da vitivinicultura terceirense, território onde esta produção tinha despesas de maior monta. Apenas o estabelecimento de direitos à entrada de vinhos oriundos de outros pontos do arquipélago poderia servir de mecanismo compensatório. A economia era ainda gerida em termos do território de cada concelho, não se pensando nos efeitos positivos que o fortalecimento da liberdade de laços comerciais entre os vários espaços poderia trazer⁴⁷. Como veremos adiante passados mais de 20 anos, na década de 1840, havia já quem discutisse, na Graciosa e em São Miguel, as vantagens de um mercado regional mais integrado, complementar, aberto e em concorrência.

⁴⁵ Jerónimo Emiliano de Andrade (1843-1845), *Topografia ou Descrição Física, Política, Civil, Eclesiástica e Histórica da Ilha Terceira dos Açores*, 2ª ed., 1891, (notas e comentários do Pe. José Alves da Silva) Angra: Livraria Religiosa, p. 274.

⁴⁶ Idem, p. 197.

⁴⁷ Tomás José da Silva (1822), *Reflexões...*, p. 8.

Apesar da falta de obras e referências dedicadas à viticultura açoriana, em 1822, o futuro visconde de Vilarinho de São Romão publicava uma lista das videiras brancas e tintas, segundo os nomes vulgares por que eram conhecidas, existentes na Ilha de São Miguel. Assim, tínhamos nas castas brancas o Boal, Dona Branca, Galego, Malvasia, Moscatel, Talía, Teta de Cabra e Verdelho; nas tintas encontrávamos o Sobrão e Negramorta. Embora nunca entre em grandes detalhes sobre a vitivinicultura açoriana, António Teixeira Girão, ressaltava já que “as névoas costumavam ser muito nocivas a todas as videiras da ilha”. Nas ilhas do Faial e Pico a lista das castas era ligeiramente diferentes. Aqui tínhamos a Alicante, Boal, Galego, Verdelho, e Verdelho Valente ou Terrantez do Monte. A Alicante dava-se bem nos *lagidos* e nos *biscoitos*, mas era o Verdelho a casta mais usada. Quanto às tintas, este autor apenas referia o Bastardo e a Tinta. Era pouco, mas dava pelo menos a imagem do que se podia produzir e de qual seria o fundo original ampelográfico insular, antes da chegada das pragas na década de 1850⁴⁸. No seu artigo de 1950, o agrónomo Manuel Ribeiro da Silva, adiantaria que as castas responsáveis pelo antigo vinho do Pico eram apenas o Verdelho, Arinto, Terrantez e Bastardo⁴⁹.

Na ilha de São Jorge uma vasta zona da costa sul da ilha oferecia condições ecológicas muito propícias a esta cultura. Ela correspondia aos tradicionais terrenos baixos e pedregosos onde o plantio de cereais estava impossibilitado. A vinha era, em grande parte, cultivada nesta área do litoral sul, numa faixa que se estendia entre a Ribeira do Almeida, a Fajã das Almas e a Fajã de São João, em terrenos de *biscoito* e *mistério* não ultrapassando uma faixa que rondava os 200 metros de altitude⁵⁰. Em 1827, num ano considerado de boa colheita, a produção desta ilha atingiria as 3380 pipas, valor próximo das 2000 a 3000 pipas anuais que fora a média calculada, em 1766, pelo provedor da fazenda real. Destas apenas se expor-

⁴⁸ António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão (1822), *Tratado Teórico e Prático da Agricultura das Vinhas...*, pp. XXVI-XXVIII.

⁴⁹ Manuel Ribeiro da Silva (1950), “A Ilha do Pico sob o ponto de vista vitivinícola”, p. 48.

⁵⁰ João Duarte de Sousa (1897), *Ilha de S. Jorge, Apontamentos Históricos e Descrição Topográfica*, Angra do Heroísmo: Tip. União, pp. 114-116. Na costa norte, a vinha era ainda cultivada em muitas fajãs com condições microclimáticas específicas e a cotas baixas, embora com custos maiores e uma produtividade em princípio menor. No concelho da Calheta as principais zonas vinícolas concentravam-se na Fajã Grande, principalmente o Verdelho de *vinha de embarrado*. Seguindo esta orientação as vinhas espalhavam-se ainda em manchas irregulares por todas as outras Fajãs do lado sul.

tariam, nesse mesmo ano de 1827, 393 pipas. De qualquer forma, e segundo o governador militar da ilha, a residir nas Velas, “o vinho era o melhor ramo do negócio desta ilha”, constituindo juntamente com **o gado, o milho e a batata** as principais riquezas de São Jorge⁵¹. Porém, se era importante, não constituía uma cultura e uma ocupação do solo maioritária, **nem sequer tão preponderante como no Pico e na Graciosa**. Em 1825, a vereação do pequeno concelho vizinho da Calheta declarava de forma mais prudente que “há mais campos de pastos do que de lavoura, sendo o resto árvores, e matos silvestres de faias, álamos e urzes, que nos sítios mais próprios têm vinha, e inhame sendo quase toda a vinha por cima das faias, e árvores, que produzem vinhos verdes, sendo raros os anos de abundância os quais são mais próprios para se fabricar deles aguardente do que permanecerem sólidos, e tanto vinho como aguardente se costumam exportar para Angra, e São Miguel; do dito género, isto é do vinho, se paga de subsídio literário real por canada. Não há outros géneros a exportar à excepção de gado vacum e queijos, pois não há comércio e a não ser a produção de inhame, e batata, que supre de algum modo a falta do pão, teria desertado uma grande parte dos habitantes obrigados da fome”⁵². O vinho não parecia nesta parte de São Jorge a vasta riqueza que alguns apontam para algumas freguesias do concelho das Velas.

No Pico a principal zona vitícola abrangia, sobretudo, a parte da ilha virada para o Faial, concentrada esmagadoramente no concelho da Madalena, entre as freguesias da Candelária, São Mateus e Bandeiras. As duas ilhas viviam numa espécie de complementaridade económica. O porto da Horta era um dos melhores e mais abrigados do arquipélago. Durante a

⁵¹ Artur Teodoro de Matos, “A ilha de São Jorge nas vésperas da Vitória Liberal (1825-1831), contributo para o estudo da sua história política, social e económica”, p. 193; Avelino de Freitas de Meneses (1994), *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, vol. II, p. 82. Poucos anos mais tarde nas notas retiradas da sua estadia na ilha em 1831 o capitão Boid escreveria que a melhor zona vinícola era a dos Casteletes, próximo da Urzelina. A sua produção era toda enviada para o Faial e tal como a do Pico exportada sob a denominação de Faial. Captain Boid (1835), *A Description of the Azores or Western Islands. From personal observation, comprising remarks of their particularities topographical, geological, statistical, etc. and on their hitherto neglected condition*, Londres: Edward Churton, p. 245.

⁵² Ver as “memórias históricas sobre os concelhos das Velas e Calheta preparadas pelas vereações em 1825”, BPARAH, *Cartório Casa Morgado Borges Teixeira*, maço 12, pasta 7. Actualizamos a ortografia e parte da pontuação do texto citado. Agradeco ao Paulo Lopes de Matos a cedência da cópia deste documento.

segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX conseguiu manter um forte dinamismo alicerçado, em boa parte, nas relações transatlânticas com os EUA e, mais secundariamente, com o Brasil. O Faial abundava em milho e trigo que exportava para a deficitária ilha do Pico que, por sua vez, lhe enviava sortimentos de gado, lenha, carvão, frutas e vinho⁵³. À falta de um bom porto nesta última ilha era na Horta que se concentrava o armazenamento, preparação, lotação e exportação dos vinhos. Normalmente produzidos no Pico, e parte em São Jorge, eles eram exportados sob a denominação Faial. Os grandes negociantes estrangeiros residentes nesta cidade, como o conhecido Charles Dabney, tinham especiais interesses neste comércio⁵⁴. O vinho era também a principal fonte de riqueza das maiores casas vinculares do Faial que, na época, eram proprietárias da maior parte deste tipo de terras na vizinha ilha do Pico⁵⁵. Porém, pouco mais se sabe sobre a organização económica desta actividade. Continuam a faltar estudos detalhados que nos indiquem se nos Açores

⁵³ Embora saibamos que a produção de vinho não constituía uma das riquezas agrícolas da ilha do Faial, mesmo assim existia um pequeno sector vitivinícola. Faltam, contudo, elementos para a sua História. Para algumas notas dispersas sobre esta ilha ver Jácome de Bruges Bettencourt (2000), “A Ermida do Varadouro: subsídios para a sua história”, Separata do *BIHIT*, vol. LVIII, pp. 16-17, 50-52 e (2000), “António José Ferreira Rocha: um emigrante de sucesso”, *Atlântida*, vol. XLV, pp. 133-152.

⁵⁴ Os de melhor qualidade atingiam o preço de 60 dólares a pipa, cf. Captain Boid (1835), *A Description of the Azores or Western Islands*, pp. 282-283. Já em 1821 o dr. J. W. Webster tinha referido que apesar de ser exportado muito vinho do Faial nenhum era ali feito. A Ilha nem sequer produzia o suficiente para o consumo local. Segundo o autor, todo o vinho exportado provinha do Pico. Os principais mercados eram as Índias Inglesas e os Estados Unidos, cf. *Arquivo dos Açores*, Vol. XIV, p. 540.

⁵⁵ Está, igualmente, por realizar um estudo sobre as principais *casas* terratenentes destas duas ilhas. Supõem-se que os grandes morgados e negociantes faialenses detinham uma ampla fatia dos vinhedos do Pico, sobretudo no concelho da Madalena. Contudo, não existe qualquer informação quantitativa ou qualitativa sobre o peso que, eventualmente, poderiam deter no resto da ilha e em outras áreas da economia agrícola do Pico; da mesma forma, desconhecemos a provável posse por parte de casas vinculares picarotas de fatias importantes de terrenos dedicados a esta cultura. Com alguma informação veja-se o recente artigo, um tanto enfatuado, de Natália Correia Guedes (2004), “Os últimos vínculos Arriaga Brum da Silveira e o herdeiro Manuel de Arriaga”, in Sérgio Campos Matos (dir.), *O Tempo de Manuel de Arriaga*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 153-190. As contas apresentadas relativas aos cálculos de rendimento dos vínculos e da área dos prédios no Faial e Pico merecem-nos vários reparos. A autora confundiu o alqueire “medida de superfície” com o alqueire “medida de capacidade”.

existia uma rede de produtores-exportadores de vinhos ou de grandes negociantes que fossem simultaneamente armazenistas e transformadores em quantidade razoável ou mais, simplesmente, donos de extensos vinhedos.

No caso do Madeira eram os grandes armazenistas e negociantes exportadores do Funchal que transformavam os vinhos. Comprados em bruto aos lavradores e proprietários era-lhes depois definido um tipo que se pretendia sempre aproximado ao gosto dos mercados de consumo. Esta função requeria conhecimento, alguns factores tecnológicos e capitais abundantes. No caso do vinho do Pico as poucas evidências parecem apontar para um modelo semelhante, havendo de um lado os grandes vinhateiros, muitos deles morgados do Faial, que vendiam a produção em bruto, e do outro os negociantes da Horta que o preparavam e exportavam. Estes negociantes e armazenistas necessitavam de uma procura regular nos principais mercados para conseguir ter capital e espaço de armazenamento suficiente para assegurar a compra contínua de novos vinhos e novas colheitas. Porém, falta-nos também uma série contínua da exportação do vinho do Pico para poder adiantar mais dados.

Também desconhecemos se na organização da produção vinícola eram preponderantes as pequenas ou as grandes explorações. Se o cultivo era realizado de forma indirecta, sendo os pequenos produtores foreiros ou rendeiros de *casas* maiores que fraccionavam assim a sua parcela fundiária; ou se pelo contrário eram os grandes proprietários que exploravam directamente os seus vinhedos. Seria importante averiguar até que ponto a produção de vinho do Pico se organizava em torno de explorações de tamanho já razoável para o meio local, em Quintas dotadas de infra-estruturas, de uma contabilidade e gestão mais profissionalizada. Estas explorações poderiam, **assim**, tornar-se os lugares de destaque para a introdução e experimentação da inovação agrícola. Tarefas bem mais difíceis de alcançar em pequenas explorações de base camponesa. Da mesma forma, teríamos que descobrir se estas explorações comercializavam directamente a sua produção, se a sua gestão estava nas mãos de proprietários empreendedores ou de rendeiros directamente envolvidos em actividades e circuitos mercantis⁵⁶.

Perante a escassez de estatísticas sobre o consumo interno é-nos, para já, impossível avaliar qual o grau de dependência dos vinhos açorianos face

⁵⁶ Para o caso do Minho ver José Viriato Capela (1984), "Produção e Comércio do Vinho dos Arcos 1750-1850: alguns dados e problemas", Braga: Gráfica da Editora Correio do Minho, pp. 47-48.

aos mercados de exportação. Sabemos que o vinho consumido localmente era o de pior qualidade e o mais barato, mas provavelmente este seria também o mais produzido e aquele que atingiria maiores volumes de venda, embora não necessariamente o mais rendoso. Caso idêntico sucede com a produção e exportação de aguardente que vários comentadores dão como avultada em finais do século XVIII e inícios do XIX. Infelizmente, o estudo detalhado do peso e da trajetória deste subsector permanece por realizar⁵⁷.

Quadro 1. Exportação de Vinho pelo Porto da ilha do Faial, 1818-1820

Anos	pipas	barricas	Barris
1818	3307	110	831
1819	2405	115	130
1820	4559	370	198
Total	10560	1	1

Fonte: Manuel José de Arriaga Brum da Silveira (1821), *Memória Geográfica, Estatística, Política e Histórica sobre as Ilhas do Faial e do Pico...*, quadro nº 1. Cada pipa contém duas barrica, cada barrica dois barris.

Num pequeno opúsculo, datado de 1821, o então deputado às Cortes, Manuel de Arriaga Brum da Silveira, dá-nos alguns dados estatísticos interessantes para a exportação dos vinhos do Pico. Nos 3 anos decorridos entre o início de 1818 e o fim de 1820 tinha saído pelo porto da Horta uma média de 3520 pipas que o autor avaliava em 211.200\$000, uma soma colossal para a altura e para territórios de tão pequena escala⁵⁸. Era a maior exportação das ilhas do Faial e do Pico e a que mais riqueza originava,

⁵⁷ Manuel José de Arriaga Brum da Silveira (1821), *Memória Geográfica, Estatística, Política e Histórica sobre as Ilhas do Faial e do Pico Oferecida na Sessão de 2 de Novembro com os documentos que a ela se referem ao Augusto e Soberano Congresso pelo deputado das referidas ilhas*, Lisboa: Impressão de Alcobia e Avelino de Freitas de Meneses (1994), *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, vol. II, pp. 80 e segs.

⁵⁸ Manuel José de Arriaga Brum da Silveira (1821), *Memória Geográfica, Estatística, Política e Histórica sobre as Ilhas do Faial e do Pico*. Ver também algumas monografias sobre a história da vitivinicultura picarota em Tomás Garcia Duarte Jr. (2001), *O Vinho do Pico*, Madalena; Manuel Ribeiro da Silva (1950), "A Ilha do Pico sob o ponto de vista vitivinícola", pp. 45-58; João Augusto Laranjo (1927), "O Pico", in *Brotéria (número especial sobre agricultura)*, pp. 32-53.

ultrapassando largamente quer os proventos da exportação de laranja e limão, quer de aguardente. A esmagadora maioria destas pipas vinha do Pico já que o Faial pouco vinho produzia, por exemplo, em 1820 assinalava-se aqui um quantitativo de apenas 380 pipas⁵⁹.

O Capitão Boid escreveria em 1835 que o vinho era nos Açores um importante e muito rentável ramo do comércio⁶⁰. Em números que pensamos muito exagerados, mas que nos fornecem, pelo menos, os principais mercados de destino da produção açoriana, o autor adiantaria que eram aproximadamente exportados, anualmente, para Inglaterra, 2000 pipas de vinho e aguardente; 5000 de vinho e 1000 de aguardente destinavam-se ao Brasil; 6000 pipas de aguardente e vinho indiferenciadas dirigiam-se para Hamburgo e Rússia; e 4000 de vinho e 200 de aguardente iam para os EUA. O total dá a extraordinária soma de 18.200 pipas de vinhos e aguardentes, números que de modo algum subscrevemos. Contudo, novas investigações deveriam avaliar estes exageros e trazer as estimativas para intervalos mais fiáveis⁶¹. Segundo o mesmo autor, a ilha do Pico produzia cerca de 25000 cascos e apenas o porto da Horta chegava a exportar 12000 pipas anualmente. Contudo, escrevendo em 1835 depois de uma estadia nos Açores durante o ano de 1831, acrescentava que a procura externa do vinho insular tinha diminuído nos últimos anos e que esta exportação entrara em decadência. Mesmo assim via-lhe um futuro risonho, inclusive nas circunstâncias de se limitar ao mercado do arquipélago⁶².

Em 1838-1839 seriam os irmãos Bullar a descrever o milagre picaroto que havia transformado vastas extensões de pedra em férteis campos de vinha, repartidos numa filigrana de apertados muros de lavra preta. Os vinhedos eram como as malhas de uma enorme rede que parecia estender-se sob a montanha. As vinhas do Pico eram bastante produtivas e davam

⁵⁹ Manuel José de Arriaga Brum da Silveira (1821), *Memória Geográfica, Estatística, Política e Histórica sobre as Ilhas do Faial e do Pico...*, quadro 2.

⁶⁰ Captain Boid (1835), *A Description of the Azores or Western Islands*, p. 30.

⁶¹ Boid exagerou a riqueza e o movimento comercial do arquipélago como forma de atrair a atenção quer dos negociantes ingleses, quer do governo britânico para um território que ele considerava apetecível como eventual possessão ou “protectorado” inglês (em favor desta interpretação leiam-as as páginas iniciais e a conclusão do referido livro), Captain Boid (1835), *A Description of the Azores or Western Islands*, principalmente as pp. 325-335.

⁶² cf Captain Boid (1835), *A Description of the Azores or Western Islands*, pp. 38-39, 282-283, 302.

melhor vinho do que qualquer uma das outras ilhas⁶³. Várias experiências haviam sido feitas para a preparação do vinho, registando-se mesmo tentativas de produção de espumantes, referidos como “champagne”. Segundo os mesmos viajantes ingleses, uma prova deste último assemelhou-o em sabor e aparência ao vinho do Reno, de razoável qualidade. Produzia-se também em pequenas quantidades um vinho semelhante ao Madeira de segunda ordem, bem como uma execrável bebida, ardente, forte e embriagante, da cor e do sabor do Xerez escuro, chamada “vinho de estufa”, por ser preparada em estufa ou coisa semelhante e exportada em grandes quantidades para a Inglaterra e América⁶⁴. Em Inglaterra, embora os importadores o conhecessem por vinho do Faial, era geralmente procurado por consumidores incautos sob o agradável rótulo de Xerez e adquirido por taberneiros, para navios e armazéns. Além disto, produzia-se grande quantidade de vinho vulgar do Pico, de qualidade mais fraca, que era exportado apenas para as outras ilhas do arquipélago. Segundo estes viajantes, quando bom não era de todo desagradável ao paladar, sendo fácil distingui-lo dos seus congêneres de São Miguel, mais ácidos e turvos⁶⁵. Porventura com algum exagero, os irmãos Bullar adiantavam em nota “diz-se que se remetem todos os anos do Pico para o Faial 25.000 cascos de vinho para exportação”⁶⁶. Mais tarde, em 1871, Silveira Macedo daria números diferentes. Segundo ele a ilha do Pico produzia, termo médio, 12 a 15.000, pipas antes do flagelo destruidor do oídio em 1852-1853⁶⁷. De facto, toda esta realidade iria alterar-se radicalmente com a chegada dos

⁶³ Segundo o já citado capitão Boid que visitou o arquipélago uns anos mais cedo, no início da década de 1830. apesar de situadas em zona aparentemente árida, as vinhas do Pico mostravam uma extraordinária exuberância e fertilidade. Estava ainda longe ainda a devastação causada pelo oídio. Ajudadas pelos solos pedregosos e pela boa exposição solar as vinhas produziam copiosamente. Cf. a descrição da ilha do Pico em Captain Boid (1835), *A Description of the Azores or Western Islands*, pp. 298-314.

⁶⁴ Nas Canárias, durante o século XVIII, também se procedeu à elaboração de falsos vinhos Madeira com vista a aproveitar o mercado da América Britânica e a contornar os elevados direitos alfandegários que a Inglaterra havia colocado sobre os produtos espanhóis; veja-se Antonio Bethéncourt Massieu (1991), *Canarias e Inglaterra: el comercio de vinos (1650-1800)*, p. viii.

⁶⁵ Ver Joseph e Henry Bullar (1841) *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, Ponta Delgada: Edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1949, pp. 196-197.

⁶⁶ Joseph e Henry Bullar, *idem*, p. 196.

⁶⁷ António Lourenço da Silveira Macedo (1871), *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, vol. III, p. 75. O governador civil da Horta, José Vieira Santa Rita,

primeiros agentes fitopatológicos, no início da década de 1850.

Os processos de produção e transformação do vinho do Pico em produto generoso ainda estão, em boa parte, por estudar, mas a partir de um conjunto variado de fontes podemos já adiantar algumas informações. Na produção do sempre referido como afamado vinho Verdelho do Pico, depois de armazenado em pipas e lotado com aguardentes, era utilizado um sistema de aquecimento artificial para acelerar o seu período de envelhecimento. Neste sentido aponta Ernesto Rebelo que em 1885 referia que “antigamente, no tempo das grandes colheitas preferiam os tonéis às pipas, que deviam estar bem lavadas e levemente enxofradas para evitar o engrossamento do líquido, devendo este conservar-se em adegas ou armazéns, resguardados do frio, estando sobre as fezes ou borras desde a vindima até ao seguinte mês de Janeiro, época em que convém então passá-lo e fortificá-lo com algum álcool, cuja porção deve ser em harmonia com a sua qualidade, pois sendo fraco deve levar menos espírito e ser decantado repetidas vezes e de cada vez moderadamente fortificado”. O processo de envelhecimento durava entre 3 a 7 anos, para Manuel Ribeiro da Silva, e entre 3 a 4 anos para Marcelino de Lima⁶⁸. O referido agrónomo, Manuel Ribeiro da Silva, no seu artigo de 1950 escreveria que as castas responsáveis pelo antigo vinho do Pico eram apenas o Verdelho, Arinto, Terrantez e Bastardo. O espectro ampelográfico era diferente e mais reduzido que o do vinho Madeira. Este, em 1836, segundo o enófilo Britânico, Cyrus Redding, tinha como principais castas “Malvasia, Pergola, Tinta, Bastardo, Moscatel Vidogna, Verdelho, Cercial or Esganuacao, **Bagoual** and others” ⁶⁹.

avaliava, igualmente, em 1867 uma colheita regular antes do oídio em 12.000 pipas. Pouco menos de 20 anos mais tarde, Ernesto Rebelo, para idêntico período, apontava para um intervalo médio de produção anual entre as 12 e as 15.000 pipas, originando uma receita de cerca de 300.000\$000 réis; em anos excepcionais a vindima chegava a render 25.000 pipas, cf. (1885), “Notas Açorianas”..., pp. 66-67 e 69.

⁶⁸ Ernesto Rebelo (1885), *idem*, pp. 66-67 e 69. Marcelino Lima em 1940 corroborava estas afirmações escrevendo que o vinho do Pico era alcooolizado com aguardente, normalmente da terra, e depois estufado; ver *Anais do Município da Horta, Ilha do Faial*, Famalicão: Minerva, p. 401. Manuel Ribeiro da Silva (1950), “A Ilha do Pico sob o ponto de vista vitivinícola”, p. 54. Para um estudo bastante completo das técnicas de vinificação do vinho Madeira ver Benedita Câmara (1998), “O vinho da Madeira 1850-1814”, in Alberto Vieira (org.), *Os Vinhos Licorosos e a História. Seminário internacional 19 a 24 de Abril 1998*, Funchal: CEHA, pp. 121-139.

⁶⁹ Manuel Ribeiro da Silva (1950), “A Ilha do Pico sob o ponto de vista vitivinícola”, p. 48; Cyrus Redding (1836), *History and Description of Modern Wines*, pp. 233-235.

Na Graciosa a produção e o comércio do vinho eram já actividades antigas. Em finais do século XVIII, constatava-se mesmo um aumento da área cultivada que deixava de ocupar apenas os *biscoitos* da ilha, para passar a abranger terras lavradas de menor produtividade, dando origem a uma exportação relativamente importante, à escala local, de aguardente para o mercado brasileiro⁷⁰. Durante a primeira metade do século seguinte as vinhas desta ilha eram ainda “geralmente de Verdelho, qualidade mais saborosa e de melhor proveito. Aparecem alguns pés de Alicante, de **Mourisca**, Saborim, Moscatel, Ferral e Dedo de Dama, mas em pequena quantidade. Nas vinhas do lado de Santa Cruz, há em abundância a uva Boal, e de magnífica qualidade. A vinha da jurisdição de Santa Cruz é toda criada no chão, e quando os frutos principiam a amadurecer, é que são sustentados em estacas de cana. A da jurisdição da Praia é criada nos arvoredos, sobre os quais é prendida, e isto sucede tanto no interior como na beira-mar”. A produção média da ilha **era** avaliada por Félix J. da Costa em duas a três mil pipas de vinhas anuais: “no entanto tem havido anos em que as vinhas chegaram a produzir cinco a seis mil pipas de vinhos como sucedeu no Verão de 1836”⁷¹. Em 1835, sempre generoso nas contas, o capitão Boid atribuía-lhe uma exportação de 1500 pipas de vinho e aguardente⁷². Anos antes, o deputado vintista Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo referia, com algum exagero que a “Graciosa produz acima de 4000 pipas de vinho de que a maior parte é reduzido a aguardente”⁷³.

Na verdade, os vinhos da Graciosa não eram muito considerados nesta época. Eles apenas achavam mercado nas ilhas Terceira e S. Miguel e por

⁷⁰ Cf. Francisco Teixeira de Sampaio (1798), “Memória sobre as plantações e criações oferecida ao governador interino (relatório agrícola)”, in *Arquivo dos Açores*, vol XIII, pp. 518-528.

⁷¹ “A sua cultura é uma das maiores da ilha e o ramo mais interessante da sua agricultura que tem merecido sempre os mais sérios cuidados dos lavradores. (...) a produção é muito variável e precária, no entanto as vinhas da Graciosa produzem mais que as das outras ilhas porque foram quase todas plantadas em terras que noutro tempo eram lavradas”, Félix José da Costa (1845), *Memória Estatística e histórica da Ilha Graciosa*. Angra do Heroísmo: Imprensa de Joaquim José Soares, pp. 40 e 109-110.

⁷² Captain Boid (1835), *A Description of the Azores or Western Islands*, p. 253.

⁷³ Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo (1821), *Memória Histórica Sobre as Ilhas dos Açores Como Parte Componente da Monarquia Portuguesa, Com Ideias Políticas Relativas à Reforma do Governo Português e Sua Nova Constituição*, Lisboa, Of. António Rodrigues Galhardo, p. 33.

preços baixos. Por esse motivo boa parte deles era convertida em aguardente e angelica, produtos de maior valor comercial. Como causas para esta má qualidade do vinho eram apontados os poucos cuidados e método na colheita e conservação, críticas que encontraremos até bem mais tarde⁷⁴.

Também os irmãos Bullar, na sua curta passagem por São Jorge em Maio de 1839, para além dos vestígios ainda frescos do vulcão de 1808, referem este último tipo de cultivo das vinhas (*vinha de enforcado*), tão usual em outras áreas de Portugal com um clima temperado e atlântico, como é o caso da região do Noroeste, cuja fronteira desce, nesta e noutras produções até ao Vouga⁷⁵. Segundos os Bullar “as vinhas são educadas para treparem pelas altas faias, árvores de vinte a vinte e cinco pés de altura e quase se tocavam por sobre o caminho. Era época da rebentação e as suas folhinhas verdes e tenras formavam agradável contraste com o verde escuro das árvores sobre as quais cresciam, e com o cinzento claro da casca. A graça que lhes emprestava compensava bem as faias da força que as vides lhes tiravam”⁷⁶. Mas esta técnica não era utilizada para todas as castas. Por exemplo, o Verdelho era produzido quer em *vinha de embarcado* (ou seja, em sistema de vinha alta, encostada a árvores, à semelhança do que no norte de Portugal se denomina vinha de enforcado) quer de *podadia* (vinha baixa junto ao solo)⁷⁷.

Os vinhedos eram uma preciosa garantia de elevados rendimentos para uma boa parte das elites locais do Faial, do Pico, da Graciosa e de São Jorge. Eles estavam protegidos por uma série de disposições emanadas das instituições de poder concelhio. Várias disposições camarárias defendiam-nos de ladrões ou de animais que vagueassem soltos, normalmente, cães

⁷⁴ Félix José da Costa (1845), *Memória Estatística e histórica da Ilha Graciosa*, pp. 111-112. Já em 1801 Gustave Hebbe referia que na Graciosa se produzia um vinho de qualidade medíocre, sendo necessário 5 a 6 pipas para produzir uma pipa de aguardente in G. Hebbe (1802), *Description des Iles Açores*, p. 316. Anos mais tarde, em 1821, J. W. Webster repetiria as mesmas afirmações dizendo que o vinho da Graciosa era inferior ao do Pico e em boa parte transformado em aguardente. De 5 ou 6 pipas de vinho, obtinha-se uma de aguardente, cf. *Arquivo dos Açores*, vol. XIV, p. 546.

⁷⁵ Orlando Ribeiro (1945), *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa: Sá da Costa.

⁷⁶ Joseph e Henry Bullar (1949), *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, p. 286.

⁷⁷ Manuel do Carmo Rodrigues de Moraes (1907), *Viticultura Prática Portuguesa*, Porto: Livraria Moreira, pp. 132 e segs.

ou porcos⁷⁸, apertando-se esse controle por alturas do Verão. Em fins de Agosto, ou em Setembro se o ano agrícola havia atrasado um pouco mais a maturação das uvas, as freguesias assistiam à intensa movimentação das vindimas. Os grandes proprietários que passavam o Verão nas localidades vinhateiras encarregavam-se de dar as ordens aos feitores ou de dirigir directamente todas as operações, desde a colheita ao lagar. Os ranchos de homens e mulheres que dobrados ou esticados apanhavam os cachos do chão ou das árvores por onde a vinha se desenvolvia, constituíam uma mão de obra ainda vasta de pequenos camponeses e trabalhadores rurais sempre necessitados de recursos – já que a emigração, apesar de sempre presente no arquipélago, ainda não tinha começado a esvaziar as ilhas. Das ensolaradas vertentes do *biscoito* as uvas eram transportadas às costas ou em carros de bois para os lagares, onde eram pisadas e espremidas. O precioso néctar extraído era então amealhado nas adegas e mais tarde exportado para as outras ilhas e para o exterior do arquipélago.

Várias fontes dão-nos argumentos para crer que as décadas iniciais da primeira metade do século XIX tenham sido um período de crescimento da produção e da área plantada em quase todo o arquipélago e não apenas nas três principais ilhas produtoras. Apesar de secundária face à cultura dos cereais e da laranja, as poucas informações que temos apontam **mesmo** para um aumento da área e da produção de vinho em São Miguel, nas décadas de 1820 a 1850⁷⁹.

No relatório apresentado à Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (SPAM), em Dezembro de 1847, a direcção escreveria que “o plantio de vinhas nestes últimos anos tem-se estendido tão largamente, mas não tanto que nos isente de uma importação muito considerável (...). Os

⁷⁸ Padre Manuel de Azevedo da Cunha 1981 (1906), *Notas Históricas, vol II, Anais do Município da Calheta (S. Jorge), (Recolha introdução e notas de Artur Teodoro de Matos)*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, pp. 722-723 e António dos Santos Pereira (1987), *A Ilha de São Jorge (Séculos XV-XVII)*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, p. 118. Ver também a recolha de posturas de várias câmaras municipais do arquipélago, reunidas por Manuel Augusto de Faria, em <http://www.ihit.pt/new/posturas/htm>.

⁷⁹ *Almanaque Rural dos Açores para o ano de 1851, mandado publicar pela sociedade promotora da agricultura micaelense*, Ponta Delgada: Tip. de Manuel Cardoso de Albergaria e Vale, 1850, p. XXX. *O Agricultor Micaelense* de Fevereiro de 1844 avaliava a produção de vinho no distrito de Ponta Delgada, em 1841, em 18000 almudes; em 1842, ela desceria aos 14000, para atingir um recorde de 60000 almudes em 1843, ver p. 71.

melhoramentos no processo de vinificação e de extracção da aguardente são pontos culminantes.” Muito ao gosto do optimismo da época acrescentava-se que se estes últimos fossem tidos em consideração a ilha de S. Miguel poderia suprir o seu mercado local, variar segundo o gosto dominante as qualidades de vinho, e até produzir vinhos espumosos, tão geralmente estimados. Para a direcção da SPAM a variedade dos terrenos e da situação em que o vidonho medrava na ilha dava azo a estas e outras esperanças⁸⁰.

Porém, tal proposta, não era consensual no arquipélago. No *Agricultor Micaelense* de Junho de 1848 um anónimo da Graciosa publicava uma carta em que discutia a proposta da direcção SPAM de desenvolver o mais possível a produção vinícola desta ilha, tomando como lema “nada importar, tudo exportar”. Alicerçando-se nos debates da Economia política inglesa, este anónimo tentava defender quer a complementaridade das produções dos vários territórios do arquipélago, quer os interesses das outras ilhas produtoras. As ilhas do Pico, S. Jorge e Graciosa não eram capazes de fornecer a mesma variedade de produtos que a fértil e mais extensa ilha de S. Miguel. As suas economias alicerçavam-se na produção de vinho. Mesmo que a Graciosa produzisse cereais, o rendimento destes era menor que o alcançado com a cultura da vinha. “Querer variar de género de cultura e introduzir outros produtos seria trocar um lucro certo por um duvidoso ou por uma perda certa.” Muito mais racional segundo este comentador seria a ilha Graciosa continuar a sortir-se de fazendas, chá, açúcar, café e outros muitos objectos de consumo diário e avultado na ilha de S. Miguel, pagando-os com os lucros da sua exportação de vinho de pasto⁸¹.

A direcção da SPAM **recuaria um pouco. Responderia** apelando para o necessário livre-cambismo e liberdade de produção dos agentes económicos. Acrescentaria que apesar de não ser central **na economia da ilha**, ainda se produzia em S. Miguel grande quantidade de vinho. Embora não existam estatísticas os mesmos indivíduos apontavam uma produção média de 10 mil pipas, mesmo assim insuficientes para bastar a uma população de cem mil almas. O aumento do plantio das vinhas em S. Miguel datava, segundo eles, de 25 a 30 anos sem que a sua prosperidade tivesse sofrido

⁸⁰ O *Agricultor Micaelense*, nº 1, Jan. 1848, p. 20. A direcção da SPAM era então constituída por André do Canto, José do Canto, Manuel José Ribeiro, Luís Quintino de Aguiar, Nicolau António Borges de Bettencourt.

⁸¹ O *Agricultor Micaelense*, nº 6, Jun. 1848, pp. 111-114.

quebra. Pelo contrário, a produção continuava a crescer. Contudo, permanecia incapaz de garantir o auto-abastecimento completo⁸². Sob o argumento de que se queria apenas aumentar a riqueza pública da maior ilha do arquipélago parece-nos que se esconde um outro. Sabia-se que o vinho dava rendimentos certos, que existia mercado em São Miguel e que era mais fácil desenvolver a produção se uma fatia de mercado ficasse na própria ilha.

Apesar desta situação de relativa prosperidade no que respeita ao mercado insular e aos vinhos mais comuns na maior ilha do arquipélago, os vinhos licorosos do Pico, produtos bem mais afamados e valorizados, não estavam em tão boa trajectória. Olhando para o contexto nacional vemos mesmo que no final da década de 1840 o grosso das exportações portuguesas estavam em franca quebra face à crescente concorrência e aumento da produção dos vinhos espanhóis e franceses, tendência que era seguida nas ilhas, com quebras nas exportações do Madeira⁸³. Simultaneamente, começava a registar-se uma crescente alteração no gosto dos consumidores que passariam a preferir vinhos menos alcoólicos⁸⁴.

Correspondendo a essa fraca conjuntura, já referenciada pelo capitão Boid em 1835, em 1849, o *Agricultor Micaelense* não fazia uma descrição muito optimista do estado da agricultura no distrito da Horta. No entanto, achava que existia um vastíssimo campo para as tentativas de melhoramento: havia tão pouco feito que era sem limites o por fazer. “Houve um tempo em que a grande reputação granjeada aos vinhos do Faial reputação

⁸² Idem, p. 116.

⁸³ Entre outros veja-se Benedita Câmara (2002), *A Economia da Madeira no Século XIX*, e Conceição Andrade Martins (1990), *Memória do Vinho do Porto*. Em 1848-1850 seria mesmo desencadeada por Rodrigo da Fonseca Magalhães e por Palmela uma ofensiva diplomática, com vista a incrementar as exportações nos mercados tradicionais e conquistar outros novos. Estas iniciativas visavam sobretudo o vinho do Porto, mas acabavam por ter efeitos globalmente positivos em todo o sector, cf Conceição Andrade Martins, op. cit., p. 335-336.

⁸⁴ Aqui seria importante saber mais não só sobre os processos de vinificação do vinho do Pico, mas principalmente, conhecer a forma como estes se foram adaptando aos gostos oscilantes dos consumidores e dos mercados. Para as quebras associadas às mudanças nos gostos dos consumidores britânicos, relativas ao vinho do Porto durante as primeiras décadas do século XIX, cf. Conceição Andrade Martins (1990), *Memória do Vinho do Porto*, p. 91. Sobre o processo de construção e afirmação dos vários tipos de vinho do Porto, entre o século XVIII e o início do século XX, veja-se Gaspar Martins Pereira (1991), *O Douro e o Vinho do Porto: de Pombal a João Franco*, pp. 94-117.

aliás bem adquirida, foi tal que custaria hoje acreditar o auge da riqueza a que deu causa esse comércio. Vinte e tantos anos de adversidade constante não destruíram de todo aquela opulência.” No entanto, era precisamente aos excessivos lucros da cultura das vinhas e ao facto de todos os capitais disponíveis nela terem sido empregues que o *Agricultor Micaelense* atribuía a decadência do sector agrícola nestas “Ilhas de Baixo”. Acostumados aos interesses fabulosos das vinhas os proprietários faialenses e picarotos haviam esquecido os velhos hábitos fundados nos modestos lucros que a lavoura como um todo normalmente era capaz de dar⁸⁵.

O que hoje se conhece sobre a organização e os processos de produção, sobre a exportação, ciclos e preços do vinho do Pico é ainda manifestamente insuficiente. O espaço para novos estudos é amplo e nesse sentido gostaríamos de levantar algumas questões e hipóteses. Em primeiro lugar, seria interessante conhecer melhor as suas relações com o Madeira durante o século XVIII e a primeira metade do século XIX, e, perceber se a trajectória do vinho do Pico acompanhou ou não, a sua produção e procura externa; os dois vinhos tinham mercados semelhantes, parecenças no produto e uma relativa sobreposição nas rotas de navegação e comércio. Em segundo lugar, e na hipótese de um menor desenvolvimento do comércio do vinho do Pico, seria importante levantar um conjunto de outras questões; discutir se este não se desenvolveu mais porque a produção e a área disponível eram reduzidas e as hipóteses de intensificá-las pequenas; ou se tal trajectória se ficou a dever ao facto de não se terem criado tipos específicos de vinho, identificáveis junto do consumidor e que iam ao encontro da evolução dos gostos e da procura nos principais mercados de destino; por último, será que as redes comerciais entre o grupo central e os mercados de destino não eram suficientemente fortes e articuladas, limitando-se, sobretudo, a aproveitar o lastro vazio dos navios para exportar um produto local, relativamente competitivo mas sem grande reconhecimento, decaindo o seu interesse quando estas rotas se alteraram com o crescente peso da navegação a vapor? No fundo, trata-se de perceber porque é que o Pico foi sempre sendo identificado como um Madeira de segunda categoria. O seu comércio e exportação já atravessavam uma crise relativa antes do final da década de 1840. Porém, o grande marco nas alterações profundas, nalguns casos irreversíveis, sofridas por esta cultura viria, pouco depois, com a chegada ao arquipélago do oídio, em 1852.

⁸⁵ O *Agricultor Micaelense*, nº 15, Mar. 1849, pp. 258-260.

4. segunda metade do século XIX: um período de ampla reconversão da viticultura açoriana

A reconversão levada a cabo, paulatinamente, durante a segunda metade do século XIX deu origem a um novo posicionamento da vitivinicultura na economia agrícola do arquipélago. O ataque do oídio e depois da filoxera e da antracnose conduziram ao quase desaparecimento das castas europeias tradicionais e alteraram os vinhos e os gostos do consumidor local. Simultaneamente, as rotas e os mercados de destino mudaram. Nestes anos a viticultura açoriana sofreu uma profunda transformação que a colocou como uma cultura destinada, sobretudo, ao mercado interno, apesar de algumas tentativas de reconversão e de reinserção nos mercados exteriores.

A partir de inícios da década de 1850, sensivelmente em 1852-1853, o oídio levou a cabo uma verdadeira destruição nas vinhas do arquipélago, atacando preferencialmente as latadas e as vinhas altas⁸⁶. Vastas áreas, antes produtivas, onde a vinha se entrelaçava com as faias ou com o reticulado de pedra vulcânica tornaram-se verdadeiros matos ou pedregais cascalhentos e incultos. Apesar das diferentes tentativas e técnicas utilizadas para o conter e para o debelar, este fungo tornar-se-ia endémico na região, aproveitando um *habitat* húmido e temperado que o protegia.

Uma ilha tão estreitamente articulada com a produção vinícola como o Pico sofreu uma enorme quebra na produção de vinho nas décadas de 1850 e 1860. Em 1862 José do Canto escrevia a seu primo, José Jácome Correia, dizendo que pela primeira vez, em 7 anos, as suas vinhas do Pico lhe tinham dado 6 a 7 pipas de vinho de qualidade razoável⁸⁷. No final do mesmo ano a consulta da Junta Geral do distrito da Horta apontaria para a mesma ligeira recuperação e corroborava as palavras do proprietário micaelense. Ao pedir mais uma vez o auxílio do governo central na construção de um porto de abrigo os notáveis do distrito recordavam a má situação económica das duas ilhas. O Faial havia perdido por muitos anos a produção de batata que apenas em 1861 começaria a recuperar; havia visto os seus laranjais invadidos por pragas e quase dizimados, levando a um lento e dispendioso processo de replantação; mas o pior havia sido a destruição

⁸⁶ João Nogueira de Freitas (1890), *Relatório da Décima Segunda Região Agronómica, Onde Foi Exercido o Tirocínio de João Nogueira de Freitas*. Dissertação apresentada ao Conselho Escolar do Instituto Geral de Agronomia, Lisboa: (manuscrito), pp. 74-75.

⁸⁷ *Cartas Particulares do Sr. José do Canto aos Srs. José Jácome Correia e Conde de Jácome Correia 1840-1893*, Ponta Delgada: Tip. do Diário dos Açores, p. 81.

das vinhas. O solo vulcânico onde estas eram cultivadas não se prestava a nenhuma outra cultura. E apenas em 1862, depois de 7 anos sem quase produção alguma, onerados com os custos de manutenção dos vinhedos, os proprietários haviam visto uma pequena colheita de 300 a 400 pipas, quando antes ela orçava pelas 16 a 20.000 pipas. A crise económica era um facto e traduzia-se ainda numa forte emigração⁸⁸.

As destruições causadas pelo oídio foram, pois, de grande monta e mesmo passadas largas décadas as sequelas ainda estavam presentes na paisagem do arquipélago. Em 1891 nos concelhos de Velas, Calheta e Santa Cruz da Graciosa existiam grandes extensões de antigos vinhedos destruídos por este fungo, numa versão açoriana dos mortórios durienses e que, ao invés de muitos destes, rapidamente se foram enchendo, novamente, de matos de faias e de uma nova planta invasora: o incenseiro⁸⁹.

Porém, os Açores não foram apenas atacados pelo oídio. Na década de 1880, seria a vez da entrada da filoxera e, na viragem do século, temos notícias da luta contra o míldio e a antracnose, doenças que já afectavam outras áreas de Portugal. Supõe-se que o míldio chegou ao continente durante a década de 1880. Em 1893, o agrónomo Elvino de Brito, então director-geral da Agricultura, adiantava que esta praga era já um flagelo, principalmente nos vinhedos do litoral e em determinadas condições atmosféricas de maior humidade. No ano anterior tinha sido já a responsável por enormes prejuízos na vitivinicultura do Minho, propondo-se a generalização do tratamento preventivo da moléstia com a chamada calda bordalesa, à base de sulfato de cobre e cal⁹⁰. Embora as fontes consultadas pouco nos tenham ajudado a conhecer melhor a introdução, a expansão e o elevado peso das destruições causadas pelo míldio nos Açores, sabemos que esta criptogâmica teve efeitos muito negativos no arquipélago, sendo mais um elemento na cadeia de pragas que atingiram a viticultura insular⁹¹.

⁸⁸ “Consulta da Junta Geral do Distrito da Horta” in *Consultas das Juntas Gerais dos Distritos Administrativos do Reino e Ilhas Adjacentes relativas ao ano de 1862*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

⁸⁹ Arbusto de rápido crescimento, de origem australiana (*pittosporum undulatum*), atinge por vezes o porte arboreo. Foi introduzido no arquipélago através da ilha de São Miguel por volta da década de 1840 como planta ornamental.

⁹⁰ *Instruções Relativas ao Tratamento das Vinhas Atacadas de Míldio a que se refere a ordem de serviço nº 6 de 17 de Maio de 1893*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

⁹¹ Pedro de Castro Pinto Bravo, depois da sua visita ao Pico e ao Faial em 1926, referia o grande impacto desta doença criptogâmica. Bastava “uma noite de nevoeiro, uma ligeira

Estas sucessivas pragas conduziram a uma vasta recomposição das castas cultivadas no arquipélago, levando ao quase desaparecimento das plantas europeias menos resistentes que foram sendo substituídas por castas americanas de inferior qualidade.

A casta Isabela destacou-se de longe neste panorama⁹². A sua introdução nos Açores foi contemporânea dos ataques do *oidium tuckeri*. Ela chegou em inícios de 1854, tendo vindo para São Miguel incluída num grande lote de plantas exóticas importadas por António Borges da Câmara Medeiros para melhorar os seus amplos jardins. Nos primeiros dez anos foi apenas tratada como uma planta ornamental, servindo para cobrir as latedas dos parques micaelenses. A sua difusão foi feita lentamente à medida que as castas europeias decaíam. Pela mesma década de 1850 chegaram uns pés de Isabela ao Faial, aos quais, durante os primeiros tempos, não foi, igualmente, dedicada qualquer atenção.

A sua introdução, um pouco mais tardia no Pico deveu-se ao naufrágio de um navio francês que atirou à costa vários pés. Após alguns anos de desinteresse, a partir de 1856, esta casta começaria a ser aqui cultivada por Manuel Maria da Terra Brum, barão da Alagoa, substituindo, a pouco e pouco, o Verdelho⁹³. O processo de introdução da casta Isabela no arquipélago foi, portanto, demorado, não se iniciou, em grande escala, logo na

chuva que durante horas humedeça as partes verdes da videira para que os seus esporos germinem, penetrem nessas partes, se insinuem pelo interior da planta e poucos dias depois se manifeste pela destruição total ou parcial dos órgãos atacados”, facto que, segundo ele, era muitas vezes erradamente atribuído à queima pelos ventos marítimos, cf. Pedro Pinto Bravo (1934), *Viticultura: Fabrico de Vinhos nos Açores. Indicações aos Viticultores das Ilhas, especialmente aos do Faial e Pico*, Angra: Tip. Angrense, p. 16. Mais desenvolvimentos sobre a sua cronologia terão que ficar para um outro trabalho. Aqui centrar-nos-emos no oídio, na filoxera e na antracnose, aquelas que aparentemente mais preocupavam os agricultores e agrónomos durante o período em estudo.

⁹² A Isabela é uma variedade da família “labrusca”, considerada pela esmagadora maioria dos agrónomos uma casta de inferior qualidade. Pela sua elevada produtividade, resistência aos agentes criptogâmicos e adaptação ao clima húmido das ilhas tornar-se-ia a preferida dos viticultores açorianos, tomando o nome popular de “uva de cheiro”. Do mesmo modo, se espalhou por áreas do Norte Atlântico do continente, onde o seu vinho ácido e de coloração forte ficaria conhecido como “vinho morangueiro”.

⁹³ José Cândido da Silveira Avelar (1902), *Ilha de São Jorge (Açores)...*, pp. 150-151. O barão da Alagoa tornar-se-ia mais para o fim do século um dos maiores produtores de vinho dos Açores. Mais uma vez temos os grandes proprietários da elite tradicional a tomar um forte protagonismo na reestruturação da agricultura do arquipélago, ao contrário do papel pouco interventivo que lhes é normalmente atribuído.

década de 1850, nem deve ter tido uma trajetória temporal semelhante em todas as ilhas⁹⁴. Por exemplo, de acordo com o agrónomo Jácome de Ornelas Bruges, só no ano de 1870 foi introduzida na Terceira esta casta de uva, numa época em que após os ataques do oídio o Verdelho pouco ou nada produzia⁹⁵.

Nos primeiros tempos a Isabela permanecia indemne aos ataques dos fungos, enquanto as plantas europeias definhavam e morriam. E se bem que o seu vinho de cor violácea e aroma forte, muito diferente do das castas primitivas de origem mediterrânica, fosse de má qualidade, não havia qualquer outro que o substituisse na região, proporcionando, apesar de tudo, um lucro remunerador. A verdade é que, com o tempo, o paladar das populações das ilhas se foi adaptando ao gosto *foxy* deste vinho, atribuindo-lhe mesmo propriedades tónicas e digestivas excepcionais. Se o cultivo continuado desta casta fez mudar o gosto dos consumidores locais e fez com que a Isabela produzisse um vinho relativamente aceitável localmente, também fez com que deixasse de estar indemne às destruições do oídio e da antracnose que passaram a atacar, igualmente, esta casta, desde que fosse cultivada em parreiras ou latadas, um pouco mais afastadas das áreas mais secas da beira mar. Porém, os estragos ficavam bem longe dos que eram provocados nas castas europeias e rapidamente a Isabela e castas americanas afins passaram a ser cada vez mais cultivadas em vinha baixa⁹⁶.

Se a Isabela e as castas americanas se tornaram, com o passar do tempo, maioritárias foram, mesmo assim, feitas algumas tentativas de replantio com castas europeias, sobretudo em áreas da Terceira e do Pico. Como veremos, durante os anos de intensa exportação vinícola da década de 1880 assistiu-se a um esforço importante de reconversão das vinhas do arquipélago. A produção de vinho foi então encarada como uma das hipóteses de reconversão produtiva depois da queda definitiva da exportação de laranja. Contudo este processo teve uma repartição espacial particular. Em ilhas como a Terceira, a Graciosa e o Pico ele seria relativamente bem sucedido.

⁹⁴ João Nogueira de Freitas (1890), *Relatório da Décima Segunda Região Agronómica*, p. 65, ver o artigo de Francisco José Gabriel em *A Terceira*, de 31-12-1881.

⁹⁵ Jácome de Ornelas Bruges (1915), *A Ilha Terceira: notas sobre a sua agricultura, gados e indústrias anexas*, Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, pp. 43 e 75.

⁹⁶ “Relatório do agrónomo chefe da 12ª Região Agronómica, sobre serviços agrícolas e filoxéricos no ano de 1891”, *Boletim da Direcção Geral de Agricultura (BDGA)*, nº 12, 1892, pp. 1229 e 1235. A 12ª Região agronómica englobava os distritos de Angra e da Horta.

Pelo contrário, em ilhas como São Jorge ou o Faial a produção de vinho ficou afectada definitivamente. A opção pelos mercados exteriores e pela exportação não seria conseguida e o vinho açoriano tornar-se-ia um produto regional, desvalorizado face às produções da Europa continental ou de outros arquipélagos atlânticos, como a Madeira, fechando-se num mercado que se resumia ao consumo local e regional. Porém, este pequeno mercado, se bem aproveitado, nunca deixaria de ser rentável e vantajoso para o pequeno e médio produtor açoriano, que na verdade constituía a maioria dos viticultores das ilhas.

5. O ataque das pragas da vinha: o oídio, a filoxera e a antracnose

O *oidium tuckeri* foi identificado pela primeira vez nas latadas de um jardineiro inglês em 1845-1846, William Tucker. O fungo manifestava-se sob a forma de um pó branco que cobria os cachos e as folhas da vinha, impedindo o desenvolvimento destes órgãos. Pouco depois, as folhas enrugavam-se e os frutos mirrados começavam a rebentar. Em 1848 a doença chegava à Bélgica, após ter já alastrado pela Inglaterra. Instalada na Europa continental a sua progressão seria rápida e terrível. Em 1849 manifestava-se em vinhas das proximidades de Paris, em 1850 estendia-se pelo sul de França, havendo já vinhedos atacados no Piemonte, na Suíça e na Toscana. Em 1851 e 1852 quase toda a parte ocidental e central do continente europeu estava a braços com esta devastadora praga que se estendeu por Espanha, Portugal e Hungria. Nos anos seguintes atravessaria mesmo o Mediterrâneo surgindo em Argel, na Síria e na Ásia Menor⁹⁷.

1851 é o ano normalmente citado para o aparecimento do oídio em Portugal continental, tendo o seu primeiro surto sido registado **em** vinhas do Vale do Douro. Apesar das grandes destruições a sua progressão foi relativamente lenta, consumando-se o quase total aniquilamento da produção vinícola continental em 1853-1854⁹⁸. Se 1853 ainda seria o último ano

⁹⁷ João de Andrade Corvo (1854), *Memória sobre a Mangra ou doença das Vinhas da Madeira e Porto Santo. Memória apresentada à Real Academia das Ciências de Lisboa na sessão de 3 de Fevereiro de 1854*, Lisboa: Imp. Nacional, 28-29.

⁹⁸ Visconde de Vila Maior (1875), *Manual de Viticultura Prática*, Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 387-403, faz a descrição deste fungo, da sua acção e das formas de combate à praga. Outros detalhes existem em António Narciso Alves Correia (1882), *O Oidium e os Filoxeras: sua origem e modo de os combater*, Porto: Tip. Ocidental.

de colheita razoável, entre 1854 e 1858 seguiram-se sucessivos anos de quebra contínua da produção. Em 1858 a colheita continental recuperaria, mas tornaria a cair para valores bastante baixos no início da década de 1860. A retoma iniciar-se-ia durante esta década, continuando pelo decénio seguinte⁹⁹. Num dos mais destacados trabalhos sobre o tema, datado de 1991, Conceição Andrade Martins sublinha que as destruições provocadas pelo oídio tinham sido bem mais devastadoras que as causadas mais tarde pela filoxera na década de 1870¹⁰⁰. Como veremos, nos Açores onde a recuperação foi mais lenta, os efeitos do fungo foram, de facto, devastadores e tomaram um carácter mais permanente que o pequeno afídio que lhe sucedeu décadas mais tarde.

Supõe-se que o oídio chegou à Ilha da Madeira em 1851. No ano de 1852, o primeiro em que a moléstia das vinhas influenciou na produção de vinho, foram ainda exportadas dos depósitos existentes 5626 pipas, número que diminuiu para 3284 em 1853. Ora, em 1852 a produção havia já caído para 2110 pipas de vinho, na maior parte dos casos bastante ordinário. Em 1853 a produção desceu para 690 pipas e a sua qualidade era ainda inferior à da colheita do ano precedente. Em 1854 a qualidade continuava fraca, mas a produção teria um ligeiro acréscimo, atingindo as 900 pipas. Até 1855, de todos os remédios aconselhados para combater a moléstia, nenhum tinha sido eficaz, sendo muitos outros inexecutáveis¹⁰¹. Em apenas três anos, de 1852 a 1854, a destruição dos vinhedos foi devastadora. A média de produção que em 1851 era de 50.000 hectolitros passou para cerca de 600 hectolitros. As perdas causadas pelo fungo, ou seja, pela quebra na produção de vinho, apenas na Ilha da Madeira, foram oficialmente calculadas em 1.137.990\$000 réis, uma soma fabulosa para a época¹⁰².

⁹⁹ Paulo Silveira e Sousa (1997), “Estatística e Produção Agrícola em Portugal (1846-1915)”, *Working Paper*, policopiado, Lisboa: Departamento de Estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal, pp. 49-53.

¹⁰⁰ Conceição Andrade Martins (1991), “A filoxera na viticultura nacional”, *Análise Social*, nº 112-113, pp. 653-688.

¹⁰¹ José Silvestre Ribeiro (1857), *Resoluções do Conselho de Estado na Secção do Contencioso Administrativo*, Tomo VI, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 201-202. Barão de Castelo de Paiva (1855), *Relatório do Barão de Castelo de Paiva Encarregado pelo Governo de Estudar o Estado da Ilha da Madeira considerada debaixo das relações agrícolas e económicas*, Lisboa: Imp. Nacional, p. 10.

¹⁰² João de Andrade Corvo (1854), *Memória sobre a Mangra ou doença das Vinhas da Madeira e Porto Santo...*, pp. 19-20 e 29-32.

Contudo, como veremos, a recuperação da viticultura madeirense será muito mais rápida e eficaz que a sua congénere açoriana, tendo as tentativas de replantação com castas europeias começado mais cedo¹⁰³.

Em 1850 o *oidium tuckeri* manifestava-se pela primeira vez no arquipélago dos Açores, na ilha de São Miguel. Pouco depois chegaria às restantes ilhas, sendo a sua expansão ajudada pela temperatura suave e humidade constante que se observam em todo o arquipélago. As colheitas nos dois anos posteriores, 1851 e 1852, foram ainda abundantes. Contudo, a progressão do parasita foi tão rápida que posteriormente a 1852 quase deixou de haver uvas nesta primeira ilha. Em 1854 e 1855 as quebras na produção eram já enormes em muitas freguesias de São Miguel. Em 1859 o governador civil referia que o oídio continuava a produzir importantes prejuízos: a colheita de vinho fora nesse ano inexpressiva, não passando das 18 pipas e 18 almudes. A chegada de tão terrível praga não havia apenas reduzido os lucros de lavradores e proprietários. Com a perda quase total do vinho as câmaras municipais micalenses tinham visto baixar consideravelmente os seus rendimentos, pois era sobre este produto que incidiam as contribuições locais mais importantes¹⁰⁴. No seu relatório do ano seguinte, 1860, o mesmo governador civil, Félix Borges de Medeiros, referia que a mesma doença havia ainda devastado as vinhas do distrito, sendo por esse motivo a produção de vinho muito reduzida¹⁰⁵. Em 1862 a produção mantinha-se a um nível mínimo, ficava-se pelas 12 pipas e 3 almudes; por sua vez, o consumo era avaliado em 690 pipas e 19 almudes¹⁰⁶. No relatório de 1864 o governador civil dava alguns sinais de mudança. Referia que apesar de ainda escassa a produção havia sido melhor, estando igualmente as vinhas a recuperar algum do seu antigo vigor. A produção tinha atingido as 95

¹⁰³ Veja-se Benedita Câmara (2002), *A Economia da Madeira no Século XIX*. Sobre estas tentativas precoces de replantação com videiras do norte da Ilha da Madeira ver Barão de Castelo de Paiva (1855), *Relatório do Barão de Castelo de Paiva...*, p. 10.

¹⁰⁴ Félix Borges de Medeiros (1859), *Relatório da Administração do Distrito de Ponta Delgada em 1859, feito e dirigido ao Governo de Sua Majestade pelo Governador Civil*, Ponta Delgada: Tip. A. das Letras Açorianas, pp. 7, 14.

¹⁰⁵ Félix Borges de Medeiros (1860), "Relatório do Distrito de Ponta Delgada", in *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente e Ilhas adjacentes*, p. 8.

¹⁰⁶ Félix Borges de Medeiros (1864), *Relatório da Administração do Distrito de Ponta Delgada em 1864, feito e dirigido ao Governo de Sua Majestade pelo Governador Civil*, Ponta Delgada: Tip. A. das Letras Açorianas, p. 15 e quadro 23.

pipas e 13 almudes. Contudo, o consumo era avaliado em 743 pipas e 12 almudes¹⁰⁷. Esta melhoria seria curta. Em 1866 a produção continuava baixa. A colheita de vinho apenas iria registar 46 pipas e 19 almudes¹⁰⁸.

Quadro 2. Média da Produção de Vinho no Distrito de Ponta Delgada 1845-1850 e 1858-1863 (em pipas e almudes)

Concelhos	Média 1845-1850 (pipas)	Média 1858-1863 (pipas)
Ponta Delgada	6988	—
Ribeira Grande	1535	41 alm
Vila Franca	510	—
Lagoa	4190	50
Povoação	1835	5
Nordeste	400	42 alm
Vila do Porto	1030	30
Total	16388	89 e 3 alm

Fonte: *Almanaque do Arquipelago dos Açores para 1866*, Ponta Delgada, 1865, p. 63.

Francisco Maria Supico no seu *Almanaque* de 1866 apresenta-nos dados para o termo médio da produção nos cinco anos anteriores a 1850 e nos cinco posteriores a 1858, referindo que estes dados provinham de um mapa oficial. Contudo, parece-nos que os dados para o período de 1845-1850 estão inflacionados, a menos que estes tenham sido anos de colheitas excepcionais¹⁰⁹. Apesar disso, através destes números podemos constatar como as quebras registadas na produção foram avassaladoras. Em São Miguel concelhos houve, como Ponta Delgada, onde quase se deixou de produzir vinho, facto que pensamos estar relacionado com a provável

¹⁰⁷ Idem, p. 3 e mapa 19.

¹⁰⁸ Félix Borges de Medeiros (1867), *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada na sua Sessão Ordinária de 1867 pelo Governador Civil do Mesmo Distrito*, Ponta Delgada: Tip. da Crónica dos Açores, p. 7 e mapa 29.

¹⁰⁹ Uma colheita média de 16.000 pipas ultrapassaria as 12 a 15.000 pipas que António Lourenço da Silveira Macedo atribuía ao Pico antes de 1853, cf. A. L. da Silveira Macedo (1871), *História das Quatro Ilhas...*, vol. III, p. 75. De qualquer forma, sabemos pelo *Agricultor Micaelense* (nº 44 de Agosto de 1851, p. 729) que a colheita de 1851 foi extraordinariamente abundante, facto que não sucedeu em 1850, ano em que a produção vinícola do distrito de Ponta Delgada foi avaliada em 1333 pipas cf. *Almanaque Rural dos Açores para o ano de 1851, mandado publicar pela Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense*, Ponta Delgada: Tip. de Manuel Cardoso de Albergaria e Vale, 1850.

reconversão das áreas de vinhedos em pomares. Na verdade, estava-se em plena euforia da exportação de laranja e os prédios de vinha eram adequados a uma transformação rápida.

Dois anos mais tarde, em 1868, a produção de vinho no distrito de Ponta Delgada permanecia bastante escassa, apenas 279,44 hectolitros, enquanto que o consumo atingia os 3753,90 hectolitros de vinho tinto e 1500 de branco. Curiosamente a produção de aguardente seria muito mais elevada, registando-se um total de 3202,19 hectolitros, o que nos leva a pensar que muita da produção das vinhas micaelenses era, dada a sua má qualidade, destilada e transformada em bebidas brancas. De vinho os micaelenses passariam a consumir outras mistelas alcoólicas, provavelmente mais fortes, mais nocivas à saúde e igualmente mais baratas. Do mesmo modo, esta passaria a ser uma possível exportação micaelense quer para o mercado açoriano quer para o abastecimento de navios¹¹⁰.

A mais seca das ilhas do arquipélago, Santa Maria, não deixou de ser atingida pelo oídio. Em 1869 um viajante micaelense escrevia que a baía de São Lourenço era um lugar pitoresco, de terreno pedregoso “e só susceptível da cultura de vinhas, que hoje quase nada produzem em razão do oídio”. Porém, os proprietários e agricultores da ilha não tinham abandonado totalmente esta cultura continuando a laborar em parte dos vinhedos e a produzir algum vinho¹¹¹. Os abalos na vitivinicultura das duas ilhas mais orientais seriam fortes, mas as alterações que este poderoso agente fitopatológico provocou não se ficariam por aqui. Rapidamente passaria a todos os outros espaços do arquipélago, dando origem a vários processos de transformação das economias agrícolas locais: as ilhas mais afectadas seriam as do chamado triângulo Pico-Faial-São Jorge.

Na segunda metade da década de 1840 a agricultura do Faial e do Pico já tinha sido flagelada com pragas nos batatais e nas quintas de laranja. A

¹¹⁰ Vicente Machado de Faria e Maia (1869), *Relatório da Administração do Distrito de Ponta Delgada feito e dirigido ao Governo de Sua Majestade em 1869 pelo Secretário-Geral servindo de Governador Civil*, Ponta Delgada: Tip. de Manuel Correia Botelho, quadro 14. A produção de aguardente, em 1868, havia sido de 3202,19 hectolitros e o consumo apenas atingia os 1527,8 hcl. O valor do vinho oscilava, nos cinco anos anteriores a 1850, entre 12\$000 a 30\$000 réis a pipa. Nos cinco anos posteriores a 1858 a pipa oscilou entre 80\$000 a 100\$000 réis, *Almanaque do Arquipélago dos Açores para 1866*, Ponta Delgada, 1865, p. 63.

¹¹¹ Mariano José Machado (1870), *Uma Viagem à ilha de Santa Maria*, Ponta Delgada: Tip. de M. A. Tavares Resende, pp. 24-28.

partir de 1842 o *cocus hesperidum* ataca os citrinos fazendo grandes devastações¹¹². Apesar das perdas, estas seriam parcialmente compensadas com a reconversão dos terrenos para a produção de cereais e de inhames. Contudo, estes eram produtos destinados ao consumo local das populações e não importantes culturas de exportação de elevado rendimento. Se as produções do Faial se centravam nos cereais, em boa parte do Pico a vinha e o vinho eram a única e principal riqueza. Em 1852 o termo médio da produção de vinho faialense era avaliada em 200 pipas que se vendiam geralmente a 10\$000 réis a unidade¹¹³, uma insignificância quando comparado com os milhares de pipas que todos os observadores atribuíam à ilha vizinha. Contudo, a economia dos dois territórios estava desde há séculos estreitamente articulada. Uma perda num lado, provocava efeitos consideráveis do outro lado do canal.

No Verão de 1852, chegava a nova praga. O oídio iria nessa ano começar a sua lenta progressão pelo Faial e pelo Pico, iniciando as suas devastações na freguesia das Bandeiras. E neste caso não havia reconversão possível. Os *biscoitos*, *mistérios* e *lagidos* de vinha não suportavam nenhuma outra cultura. O oídio começou por atacar, sobretudo, as vinhas levantadas em latada ou árvores. Um pó branco aparecia nas plantas “cobrindo os cachos desde o estado da florescência até à maturação, mudando depois para uma cor pardacenta e ultimamente preta, paralisando logo o desenvolvimento do fruto, ficando os bagos tão duros que só a maço se lhes podia extrair o vinho e este mesmo inferior”¹¹⁴. Em 1853 a moléstia espalhava-se ao concelho de São Roque e à vila da Madalena, coração da zona vitícola.

Mesmo assim, de acordo, com os dados nacionais da exportação de vinho, a Alfândega da Horta tinha exportado, em 1852, um total de 543 pipas de vinho, um número muito abaixo das 5626 que passaram pela sua congénere do Funchal e, igualmente, muito abaixo da média de 3520 pipas registada por Manuel José de Arriaga Brum da Silveira para o período de 1818-1820. No continente apenas o porto de Aveiro exportava uma quan-

¹¹² Em 1852 escrevia-se que a ilha havia já produzido cerca de 10.000 caixas de laranja, vendidas a 1\$200 réis a unidade, rendendo à volta de 12.000\$000. Contudo, nesta data a produção estava já significativamente afectada pelas pragas e consideravelmente diminuída; cf. o pequeno artigo “Ilha do Faial”, in *Revista dos Açores, folha mensal publicada pela Sociedade Auxiliadora das Letras Açorianas*, vol II, 1853, p. 115-119.

¹¹³ Idem, *Revista dos Açores*, vol II, 1853, p. 118.

¹¹⁴ António Lourenço da Silveira Macedo (1871), *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, vol. II, p. 214.

tia aproximada, 432 pipas, sendo bastante ultrapassado pela Figueira com 1612 pipas, ponto de saída de parte dos vinhos do Dão e da Bairrada, que tinham como grande mercado o Brasil. Para termos uma imagem da relativa pequenez destes números quando comparados com outras áreas produtoras de Portugal continental basta pensar que por Lisboa e Porto saíram, em idêntico ano, respectivamente, 32980 e 31726 pipas. Ao contrário dos outros portos do país que tinham na Inglaterra o principal mercado de consumo, na Horta, a esmagadora maioria do vinho era exportada para outros Portos, não especificados, do norte da Europa (369 pipas), para os EUA (110 pipas) e o Brasil (64 pipas). Portos como Hamburgo e Bremen eram a porta de entrada para os mercados sueco, norueguês e russo. Tal composição aproximava-se da existente no vizinho porto do Funchal, onde apesar da importância do mercado britânico eram igualmente importantes os portos de Nova Iorque e São Petersburgo¹¹⁵.

A decadência da produção continuaria nos anos seguintes. Em 1857 a câmara da Horta nomeou uma comissão para examinar a situação e procurar remédios para destruir o parasita, porém a colheita seria nula¹¹⁶. O impacto negativo do oídio seria acrescido por uma série de maus anos agrícolas em 1857, 1858 e 1859 que puseram as ilhas do Faial, Pico e São Jorge sobre o negro espectro da fome. A crise, sobretudo na Ilha do Pico, foi devastadora e alimentou ainda mais uma corrente de emigração que desde cedo tomou o Brasil e, rapidamente, os EUA como lugares privilegiados de destino. Os grandes proprietários e morgados do Faial e Pico assistiram à desvalorização das suas terras e à queda acentuada das suas rendas¹¹⁷; os lavradores mais abastados ficaram sem a sua principal produ-

¹¹⁵ *Almanaque de Portugal para 1856*, Lisboa: Imprensa Nacional, p. CLIX. Em 1851, José Silvestre Ribeiro, então governador civil do Funchal, calculava a produção de vinho na Madeira e Porto Santo, no ano precedente de 1850, em 20.000 pipas. Em idêntico período a exportação havia atingido as 7125 pipas. Os principais destinos dos vinhos madeirenses, por ordem de grandeza, eram os portos de Nova Iorque (1707), Londres (1679) e São Petersburgo (1010); apenas em quinto lugar aparecia o porto de Lisboa com 584 pipas. A maior parte da exportação ia, pois, para fora do espaço português. Cf. José Silvestre Ribeiro, ofício dirigido ao MNR a 16-01-1851 in António Jacinto de Freitas (org.) (1852), *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de Outubro de 1846*, Funchal: Tip. Nacional, vol. III, pp. 45-46.

¹¹⁶ António Lourenço da Silveira Macedo (1871), *História das Quatro Ilhas*, vol. II, p. 239.

¹¹⁷ Júlio de Castilho (1886), *Ilhas Ocidentais do Arquipélago dos Açores*, Lisboa: David Corrazi, p. 17-18.

ção para o mercado; os trabalhadores e jornaleiros, carreiros, tanoeiros e outros artífices viram-se quase sem recursos, atirados para uma situação de ainda maior precaridade e subemprego¹¹⁸. Do lado do Faial, o giro comercial da cidade da Horta foi sobrevivendo graças ao contínuo movimento dos baleeiros americanos que dominaram o seu porto entre a década de 1850 e inícios de 1880.

No relatório de 1861 o governador civil da Horta adiantava que nesse ano a produção de vinho tinha sido novamente nula, em resultado do ataque da moléstia¹¹⁹. No ano seguinte, em 1862, a colheita foi ligeiramente melhor, tendo-se produzido 272 pipas. Se bem que o governador civil referisse que estes números nada eram comparados com os registados anteriormente ao oídio, mesmo assim, apontava alguma esperança para os proprietários de vinhas¹²⁰. Em 1863 a produção continuava a sua lenta ascensão, registando-se 503 pipas, sendo superior, quase o dobro da do ano precedente¹²¹.

Na Terceira a situação era pior. Em 1861, o Jornal *O Angrense* referia que nesse ano o oídio atacara com menos vigor as vinhas, permitindo alguma produção. Contudo, a viticultura estava em acentuada decadência e os proprietários de vinhedos não davam a estas parcelas a atenção e os cuidados devidos. Mesmo a reprodução das plantas se tornava difícil pelo mau estado das poucas que existiam¹²². Porém, esta era uma ilha onde a vitivinicultura tinha menor importância, estando a sua economia agrária mais dependente dos cereais (milho e trigo). Os efeitos da crise vinícola não seriam aqui tão pronunciados. Cerca de 10 anos antes, em 1852, um publi-

¹¹⁸ Infelizmente, continuam a faltar estudos sobre os efeitos desta crise nos salários dos trabalhadores agrícolas; muito menos existe evidência empírica disponível para elaborar séries relativas aos salários de algumas das principais profissões ligadas à vitivinicultura. Em 1885, Ernesto Rebelo escrevia que para a construção dos currais de vinha havia que contar com um jornal diário para os trabalhadores entre os 240 e os 300 réis, cf. “Notas Açorianas”, p. 72.

¹¹⁹ “Relatório do Governo Civil do distrito administrativo da Horta para 1861”, in *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente e Ilhas Adjacentes no ano de 1861*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.

¹²⁰ “Relatório do Governo Civil do distrito administrativo da Horta para 1862”, in *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente e Ilhas Adjacentes no ano de 1862*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.

¹²¹ “Relatório do Governo Civil do distrito administrativo da Horta para 1863”, in *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente e Ilhas Adjacentes no ano de 1863*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

¹²² *O Angrense* nº 1136, de 4-10-1861.

cista escrevia na *Revista dos Açores* que na Terceira havia poucas vinhas, sendo por isso o produto importado do Faial, Pico, São Jorge e Graciosa; tal comércio poderia ser evitado se se plantassem com esta cultura os terrenos desde a Salga até à Baía das Mós, na Ponta da Mina, assim como outros sítios da beira-mar de toda a ilha. No entanto, a reconversão vitícola e a expansão desta cultura na Terceira só chegariam bem mais tarde¹²³.

Apenas em 1867-1870 temos notícias de colheitas mais regulares e de algum controle sobre as infestações na Ilha do Pico. Contudo, não se havia iniciado o processo de replantação e de uso de castas americanas¹²⁴. Arrancar as cepas seria sempre muito custoso e uma destruição de valiosos bens. Ao mesmo tempo, os baixos preços reduziam a disponibilidade de capital dos proprietários. Era mais fácil deixar as vinhas ao abandono ou a cuidados minimais à espera de melhores dias. O governador civil da Horta sublinhava no seu relatório de 1867 que a principal riqueza da ilha do Pico, as suas vinhas, haviam sido aniquiladas quase completamente pelo oídio¹²⁵.

Quadro 3. Produção de Vinho na Ilha do Pico em 1871

Concelhos	Produção em Hectolitros
Lages	119,3
São Roque	76,9
Madalena	336
Total	532,2

Fonte: António Lourenço da Silveira Macedo (1871), *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, vol. III, p. 198.

Em 1871 esta ilha estaria a produzir 532 hectolitros de vinho, 114,30 de aguardente e 210 de vinagre¹²⁶. Contudo, era ainda pouco e alguns anos mais tarde, segundo os *Almanaques do Faialense* para 1874 e 1875, o dis-

¹²³ *Revista dos Açores*, 1851-52, vol. I, nº 103, p. 417.

¹²⁴ António Lourenço da Silveira Macedo (1871), *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, vol. II, p. 363.

¹²⁵ José Vieira Santa Rita, *Relatório do Governador Civil da Horta para 1867*. Em 1869 José Acúrcio Garcia Ramos escreveria que a principal riqueza do Pico “consistia em generosos vinhos que deixou de exportar desde o aparecimento do oidium”, ver a *Notícia do Arquipélago dos Açores e do que de mais Importante Existe na sua História Natural*, Angra: Tip. Terceirense, pp. 121-122.

¹²⁶ **Dados de** António Lourenço da Silveira Macedo (1871), *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*.

trito da Horta havia importado, em novos anos de colheita insuficiente em 1872 e 1873, 207,48 e 178 hectolitros de vinho¹²⁷. Por aqui podemos ver o pequeno mercado potencial que, apesar de tudo, se poderia abrir para quem se dispusesse a produzir algum vinho a bom preço no distrito. Se a década de 1870 parece um período de relativo impasse ele não se registou apenas no Pico e na Terceira, onde após os ataques do oídio o Verdelho pouco ou nada produzia e menos ainda se exportava. Em 1870 o cônsul português em Hamburgo, um dos antigos mercados do vinho do Pico, escrevia que do “Faial, há anos que não recebemos suprimentos”. Embora se continuasse a registar alguma importação de vinho do Porto, da Madeira, da Figueira da Foz (Beira) e de Lisboa (tintos e brancos) o vinho açoriano tinha cessado a sua exportação. Sem grandes rodeios acrescentaria que “estes vinhos do Faial nunca estiveram muito introduzidos e mesmo não se consumiam geralmente com o seu próprio nome. Serviam para lotações e entravam no consumo os vinhos brancos, como vinhos *pequenos* da Madeira, e os tintos preparados e adulterados como vinhos ordinários do Douro, ou se usavam para dar força a vinhos franceses”¹²⁸.

Na vizinha São Jorge, outra ilha de produção vinícola antes de 1853-1854, a devastação foi ainda maior. A área dedicada a esta cultura iria mesmo sofrer uma progressiva redução e transformação, tanto mais significativa quanto até ao ano de 1854 este havia sido “o melhor pedaço da ilha, o mais estimado e lucrativo”. Na região entre a Ribeira do Almeida e a Fajã das Almas as “vinhas, produziam assombrosamente, sem maior dispêndio nem desvelados cuidados, as videiras carregavam imensamente lançadas sobre as faias mais velhas e gigantescas”¹²⁹. Passados cerca de 20 anos, em 1875, segundo o administrador do concelho das Velas, este muni-

¹²⁷ *Almanaque do Faialense para 1875*, 3º ano, Horta: Tip. Hortense, 1875: p. 144.

¹²⁸ *Relatórios Especiais dos Cônsules de Portugal acerca da Produção, Fabrico e Consumo dos Vinhos, coligidos e publicados por ordem do Ministério dos Negócios Estrangeiros*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 20-23. Para a vitivinicultura na Terceira e os ataques do oídio ver Jácome de Ornelas Bruges (1915), *A Ilha Terceira: notas sobre a sua agricultura*, pp. 43 e 75.

¹²⁹ João Duarte de Sousa (1897), *Ilha de São Jorge...*, pp. 114-116. As *terras de vinha*, em zonas de *biscoito*, seriam portanto, as mais valorizadas durante esses anos. **O sítio dos Casteletes, na Urzelina, ocupava uma área de uma dúzia de hectares. Sendo considerada a melhor zona vinícola não havia família importante da elite terratenente tradicional que não possuísse aqui, pelo menos, de uns alqueires de vinha e uma adega.**

cípio não tinha mais de 100 hectares de terreno de vinha em bom estado, estando a sua produção limitada a 180 ou 200 hectolitros por ano. Como substitutivo para abastecer a ilha de álcool existia então uma fábrica de aguardente de melaço. No vizinho concelho da Calheta a situação mantinha-se mais animadora e a produção rondaria em média os 500 a 700 hectolitros, todos eles consumidos na localidade. Mesmo assim estávamos muito longe da exportação que esta ilha fez durante séculos¹³⁰.

Em 1869, José Acúrcio Garcia Ramos, escrevia que a produção vinícola da Graciosa tinha permanecido importante apesar do oídio que, desde 1853 e principalmente 1854, atacou os vinhedos do arquipélago tornando-os improdutivos. Ela manteve um termo médio entre as 1000 a 1200 pipas, nunca descendo, contudo, abaixo das 500¹³¹. Esta praga não deixou de ter efeitos negativos na ilha, embora estes não tivessem sido tão devastadores como em São Jorge. De acordo com António Borges do Canto Moniz o fungo ao atacar fortemente as vinhas do lado do concelho da Praia, provo-

¹³⁰ *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1875, pelo Secretário-Geral servindo de Governador Civil Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares*, Angra: Tip. do Governo Civil: 1875, pp. 58 e 60. A produção de vinho manteve-se relativamente mais regular no concelho da Calheta que no de Velas, como poderemos constatar adiante no respectivo quadro. Porém, tal facto não exclui a existência de quebras. Por exemplo, em 1885, a superfície cultivada com vinha neste município era avaliada em apenas 24 hectares. Poder-se-á ter dado o caso desta zona de São Jorge ter sido menos afectada pelas pragas que a zona vitícola do concelho das Velas. Dados definitivos terão que acompanhar as novas investigações. Números retirados da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH), “Produção vinícola de 1885”, Fundo do Concelho da Calheta (por catalogar). Agradeço ao Paulo Lopes de Matos a generosa disponibilização destes dados. Infelizmente, este Fundo, ainda por catalogar, é o único disponível para quem quiser estudar este concelho da ilha de São Jorge. Na década de 1990, durante a presidência do senhor José Leovegildo de Azevedo, sendo vereador da cultura, o senhor Aires Reis, actual deputado à Assembleia Regional, deu-se o ainda inexplicado desaparecimento de todo o Arquivo Municipal da Câmara da Calheta, do qual nem os livros de Actas das Vereações se salvaram. Existe, contudo, um inventário deste acervo (cujo paradeiro continua incerto, mesmo para os funcionários da autarquia), efectuado por uma equipa da Universidade dos Açores, coordenada pelo Professor Doutor Artur Teodoro de Matos, na década de 1980. Se este é um caso de incúria ou de polícia deveria ser responsabilidade das autoridades competentes (Direcção Regional da Cultura) averiguar.

¹³¹ José Acúrcio Garcia Ramos (1869), *Notícia do Arquipélago dos Açores e do que de mais Importante Existe na sua História Natural*, pp. 57 e 101-102.

cou uma crise importante nesta povoação, cujo município, tendo já fracos rendimentos, acabou por ser definitivamente extinto em 1870¹³².

Apesar da diminuição das colheitas provocadas pelo oídio desde 1853, a sua produção foi-se mantendo mais estável que nas outras ilhas. E se certas áreas de *biscoito* foram abandonadas, outras zonas de antigas terras lavradas foram ocupadas com vinha americana, tendo também passado a enxertar-se o verdelho em cavalos destas últimas castas. Tal como aconteceu mais tarde no continente, as pragas na viticultura poderão ter tido, também aqui, um papel positivo na modernização e na expansão desta cultura, passados os primeiros anos de quebra. De facto, ao contrário das outras ilhas mais húmidas, como é o caso da vizinha São Jorge, na Graciosa o vinho continuou uma das principais fontes de riqueza.

Em 1883, António Borges do Canto Moniz confirmava que o vinho era ainda o principal comércio da ilha e a sua principal exportação. Mesmo assim a produção havia diminuído desde os primeiros ataques do oídio em 1853. Os mercados de destino, também, não tiveram grande alteração. Continuava-se a exportar o vinho quase exclusivamente para o mercado de Angra, onde ele enfrentava agora dificuldades acrescidas, dado quer os elevados impostos com que era sobrecarregado pelo município da cidade, quer as falsificações dos comerciantes e retalhistas¹³³. Para este autor outro perigo começava igualmente a surgir com o desenvolvimento em maior escala, na Terceira, da produção de “vinho de cheiro”, concorrência para a qual os viticultores da Graciosa se deviam preparar melhorando a produção local¹³⁴.

No terceiro quartel do século XIX a zona vitícola da Graciosa concentrava-se nas imediações de Santa Cruz, nos sítios do Barro Vermelho e do

¹³² António Borges do Canto Moniz (1883), *Ilha Graciosa (Açores): descrição histórica e topográfica*, Angra: Imprensa da Junta Geral, pp. 199 e 202-204. Apesar da crise provocada a extinção desse município era um processo em marcha desde a reforma territorial de 1855.

¹³³ António Borges do Canto Moniz (1883), *Ilha Graciosa (Açores)*..., pp. 199. Para uma primeira impressão sobre os impostos municipais e o controle camarário sobre esta produção no último quartel do século XIX ver os regulamentos em *Cobrança e Fiscalização do Imposto Municipal sobre Álcool, Aguardente, Bebidas Alcoólicas, Vinho e Vinagre produzidos na Ilha Terceira e Consumidos no Concelho de Angra do Heroísmo. Regulamento de 3-11-1880 e de 2-01-1896 superiormente aprovados*, Angra: Imp. Municipal, 1906.

¹³⁴ António Borges do Canto Moniz (1883), *Ilha Graciosa (Açores)*..., pp. 199 e 202-204.

Pico Negro. No lugar da Vitória a área cultivada com vinhedos ocupava também uma superfície ampla, podendo ser considerada a cultura mais importante desta zona da ilha, e a principal fonte da prosperidade dos seus habitantes. De facto, segundo o já citado António Borges do Canto Moniz, escrevendo no início da década de 1880, esta era cerca de 60 anos atrás uma das povoações mais pobres da ilha, enquanto que em 1883 podia ser considerada como uma das prósperas. Esta mudança era toda ela atribuída ao cuidado que os seus habitantes tinham posto no desenvolvimento da produção vinícola, muito auxiliado pelo uso de sargaços na adubação dos solos¹³⁵. Não seria por isso estranho que a Graciosa, fosse considerada, em 1879, a ilha mais próspera em termos agrícolas, entre as três do distrito de Angra do Heroísmo. Não o era tanto pelo aperfeiçoamento da alfaia agrícola utilizada ou dos métodos culturais seguidos, mas antes pelo facto da sua superfície agrícola útil corresponder quase por inteiro à área da própria ilha. Os terrenos da Graciosa estavam quase todos entregues às culturas da cevada, do trigo, das leguminosas, das batatas e de algum milho, restando ainda uma enorme área aplicada à produção de vinho. No entanto, a colheita de 1878 fora bastante fraca não apenas em consequência de um feroz ataque das moléstias, como ainda pelos intensos ventos que destruíram grande parte dos cachos quando estes se começavam a desenvolver. Segundo o relatório, a Graciosa necessitava de um maior investimento na área vitivinícola. Para tal seria era apontada a receita usual: reforçar o tratamento das vinhas, introduzir castas menos sujeitas aos ataques do *oídio* em substituição das existentes ou por enxertia a cavalo, e aperfeiçoar os processos de vinificação¹³⁶.

Se o panorama nas ilhas dos Açores era quase esmagadoramente pouco animador, no vizinho arquipélago da Madeira as vinhas iam-se renovando e a produção crescia lentamente. Segundo dados do agrónomo Eduardo Grande, publicados em 1865, na década de 1850 a produção de vinho na Madeira tinha baixado consideravelmente. De 1854 a 1859 as duas ilhas deste arquipélago produziram sempre menos de 800 hectolitros de vinho, quando em 1850 esta produção se elevava a 54.448 hectolitros. No entanto, a situação não era de todo catastrófica, em 1865. Os ataques do fungo havia

¹³⁵ Idem, pp. 174-175.

¹³⁶ *Relatório Apresentado pela Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 19 de Julho de 1879*, pp. 48 e 51.

diminuído, ao mesmo tempo que o entusiasmo por esta cultura se mantinha vivo. Por um lado procedia-se a um esforço de replantação, por outro era comum o recurso à enxofração como meio preventivo. Eduardo Grande pensava que a produção de vinho só poderia ver reforçada a sua crescente recuperação nos anos seguintes. Contudo, alertava para o facto da crise da vitivinicultura madeirense não ter sido apenas causada pelo oídio, mas de estar também relacionada com o descrédito dos vinhos locais nos mercados e com os maus processos de transformação: questões que deveriam preocupar, cada vez mais, uma produção destinada a um mercado em profunda mudança e onde a concorrência se revelava feroz¹³⁷.

Desde finais do século XVIII e até à primeira metade do século XIX a preferência dos consumidores britânicos ia para os vinhos espessos, doces e mais alcoolizados que se bebiam normalmente depois das refeições. Vinhos como o Porto, o Madeira, o Málaga e o Jerez eram os mais apreciados. **Contudo, o próprio gosto iria alterar-se, passando a ser mais cotados os vinhos menos alcoólicos, mais leves e secos, utilizados como aperitivo ou como acompanhamento da refeição**¹³⁸.

Em Fevereiro de 1860 o governo britânico reataria as relações comerciais com a França. Os direitos alfandegários sobre o vinho originário deste país baixariam consideravelmente, fazendo uma forte concorrência à produção portuguesa. Um ano mais tarde, em 1861 pelo tratado Cobden-Chevalier, a Inglaterra passaria a taxar de forma diferenciada os vinhos, de acordo com a sua graduação alcoólica. Os vinhos generosos portugueses, aguardentados e mais fortes ficavam novamente em desvantagem. O tratado comercial definitivo entre a Inglaterra e a França, em 1866, veio beneficiar com direitos alfandegários mais reduzidos os vinhos de baixo teor alcoólico. Ou seja, os vinhos finos de Portugal e Espanha enfrentavam agora não só a mudança de gosto dos consumidores como a sua tradução nas leis reguladoras do comércio¹³⁹.

¹³⁷ Eduardo Grande (1865), *Relatório da Sociedade Agrícola do Funchal*, Funchal: Tip do Distrito do Funchal, pp. 70-80 e 91.

¹³⁸ James Simpson (1985), "La produccion de vinos en Jerez de la Frontera 1850-1900", p. 170.

¹³⁹ James Simpson, idem, p. 173 e Conceição Andrade Martins (1990), *Memória do Vinho do Porto*, p. 342. Para uma visão panorâmica sobre a vitivinicultura espanhola ver Juan Pan-Montojo (1994), *La Bodega del Mundo. La vid y el Vino en España (1800-1936)*, Madrid: Alianza Editorial.

A partir dos finais da década de 1860 a produção de vinho na Madeira conseguiu uma progressiva recuperação. Seria, porém, travada pela invasão da filoxera em 1872-1873. Em pouco mais de 10 anos, até 1883, a área cultivada a vinha reduziu-se de 2500 para 500 hectares¹⁴⁰. Os vinhedos e a actividade vitivinícola sofreram nova crise, embora tivesse sido posteriormente colmatada através de novos processos de replantação com castas americanas e da progressiva utilização de novas técnicas de prevenção e combate às pragas. Novo arranque dar-se-ia no final do século XIX¹⁴¹. Nos Açores e no Pico em particular, quer as dificuldades seriam maiores, quer os resultados menos satisfatórios.

Desde 1852 que a história da vinha nos Açores se tornara triste e repetitiva. Todas as primaveras o oídio fatalmente reaparecia. A produção tornara-se cada vez menor e menos remuneratória, conseguindo-se, ainda assim, algum vinho em anos mais secos. Apesar de nada se saber sobre as técnicas e os processos utilizados no combate às pragas durante as décadas de 1850 a 1870, pensamos que dificilmente as pequenas explorações açorianas conseguiriam desenvolver um uso generalizado da pulverização com enxofre, tal como sucedeu no Douro, logo em 1853¹⁴². No arquipélago, nem o clima, nem a economia ajudavam. O uso crescente do enxofre e a progressiva replantação com castas americanas viriam bem mais tarde, a partir da década de 1870, numa geografia irregular que está também por fazer. A partir do oídio nada seria como dantes, na vitivinicultura insular. A praga viera para ficar, adaptando-se com grande facilidade ao clima húmido e ameno dos Açores.

¹⁴⁰ F. Almeida Brito (1883), *Relatório da Inspeção do Distrito do Funchal e Instalação dos Serviços na Ilha da Madeira*, Comissão Central Anti-Filoxérica do Sul do Reino, nº 2, Funchal.

¹⁴¹ Henry Vizetelly (1883), *Facts About Port and Madeira*..., 149-202; E. M. Taylor (1882), *Madeira: its Scenery and How to See*, pp. 69-76 in Alberto Vieira (1993) (dir.), p. 385 e pp. 404-405. Benedita Câmara (2002), *A Economia da Madeira no Século XIX*...

¹⁴² Conceição Andrade Martins (1990), *Memória do Vinho do Porto*, p. 339.

Quadro 4. Produção de Vinho no Arquipélago dos Açores em 1873 (hectolitros)

Ilhas	Produção (Hcl)
Terceira	182
Graciosa	9600
São Jorge	944
Faial	160
Pico	1315
Flores	—
Corvo	—
São Miguel	667
Santa Maria	65
Total arquipélago	21429

Fonte: Gerardo Pery (1875), *Geografia e Estatística de Portugal e Colónias*, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 301-303.

Em 1875 Gerardo Pery apresentava uma estatística da produção do continente e ilhas para 1873¹⁴³. Nesse ano, das 9 ilhas dos Açores, as maiores produtoras de vinho eram ainda a Graciosa, Pico e São Jorge, todas elas com assinalável vantagem face à Terceira e a São Miguel: uma situação que se iria alterar nas décadas seguintes.

5.1. A chegada da filoxera

Tal como constatou para o continente, Conceição Andrade Martins, os estragos causado pelo oídio no arquipélago foram bem mais significativos que aqueles produzidos posteriormente na sequência da crise da filoxera¹⁴⁴. Segundo João da Câmara Leme, a filoxera foi identificada pela primeira vez na América em 1854. Em 1863 manifestava-se já em Inglaterra. Nesse mesmo ano começavam a surgir sinais da sua presença em França, embora os primeiros grandes ataques só tenham chegado em 1866. Em Portugal, este agente fitopatológico, na verdade um pequeno insecto, seria

¹⁴³ Gerardo Pery (1875), *Geografia e Estatística de Portugal e Colónias*, Lisboa: Imp. Nacional, pp. 301-303. No quadro original existe uma gralha, aqui corrigida, que faz multiplicar por 10 a produção da ilha de São Jorge.

¹⁴⁴ Cf. Conceição Andrade Martins (1991), “A filoxera na viticultura nacional”, *Análise Social*, nº 112-113, pp. Sobre a filoxera e as formas de combate ver o “clássico” Visconde de Vila Maior (1875), *Manual de Viticultura Prática*, pp. 404-414.

assinalado no final de 1868, inícios de 1869, no Vale do Douro¹⁴⁵. Em 1872 invadia já várias Quintas desta região. A plena difusão a nível nacional viria, um pouco mais tarde, na década de 1880, levando a um vasto movimento de replantação que fez expandir a vinha noutras regiões do continente, onde esta cultura era, até então, menos importante¹⁴⁶.

Em 1873, a direcção da sociedade agrícola do distrito de Angra aconselhava por ofício o governador civil a proibir a importação de baceiros, quer nacionais quer estrangeiros, tentando assim acautelar os vinhedos dos ataques da filoxera que, por enquanto, era ainda desconhecida no arquipélago¹⁴⁷. Em 1883, 1884 e 1885 os distritos dos Açores ainda não surgiam no *Anuário Estatístico de Portugal* como área afectada pela filoxera¹⁴⁸. Porém, alguns autores dão notícias da sua presença desde o início da década de 1880¹⁴⁹. Contudo, o relatório do inspector de agricultura, Alfredo Vilanova V. Correia de Barros, em 1886, continuava a não referir os Açores. Na vizinha ilha da Madeira os 2500 hectares cultivados já se achavam todos invadidos, sendo dados como perdidos 2000. A produção média antes da invasão, calculada em 62.400 hectolitros estava reduzida a 22.023¹⁵⁰.

¹⁴⁵ João da Câmara Leme (1872), *Carta sobre a Nova Moléstia do Vinho da Madeira Dirigida ao Chefe Civil do Distrito do Funchal*, Funchal: Tip. da “Voz do Povo”, pp. 3-4 e Conceição Andrade Martins (1991), “A filoxera na viticultura nacional”, pp. 653-654.

¹⁴⁶ Regiões como, por exemplo, o Oeste e o eixo Lisboa-Leiria vinham já reforçando o seu peso. Várias áreas do Ribatejo e península de Setúbal viram também o seu peso crescer, cf. Conceição Andrade Martins (1991), “A filoxera na viticultura nacional”, pp. 680-683, Maria Goretti Matias (2002), *Vinho e Vinhas em Tempo de Crise: o ódio e a filoxera na região Oeste (1850-1890)*, e o clássico de Miriam Halpern Pereira (1971), *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade do século XIX*, Lisboa: Sá da Costa.

¹⁴⁷ *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1874*, p. 39.

¹⁴⁸ *Anuário Estatístico de Portugal ano de 1885*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1887, pp. 368-369.

¹⁴⁹ Ver António de Andrade Albuquerque, “A vinha e a filoxera na ilha de São Miguel”, *A Agricultura Contemporânea*, Revista Mensal Agrícola e Agronómica, tomo II, 1887-1888, pp. 163-165 e 247-248.

¹⁵⁰ Alfredo V. V. Correia de Barros (1887), *Os Serviços Anti-Filoxéricos em Portugal no ano de 1886. Carta filoxérica do continente do reino e da ilha da Madeira*, Lisboa: Imprensa Nacional, p. 49 e dados do mapa final.

Embora seja difícil datar exactamente a chegada desta praga ao arquipélago, o facto é que as suas consequências se tornaram verdadeiramente graves a partir de 1887, quando irrompeu em força na Terceira e em São Miguel¹⁵¹. Em 1889 apenas a Terceira, e especialmente o concelho de Angra, era dado como claramente afectado, supondo-se que a filoxera havia sido introduzida na região por umas estacas procedentes do Douro. À data, alguns particulares já haviam começado a combater a praga com a aplicação de sulfureto de cobre, sem que os resultados fossem muito animadores. Se no princípio o plantio de Isabela se fazia a pé franco, o ataque da filoxera obrigou a enxertar esta casta nos pés de Riparias e de Rupestris, outras vinhas americanas. O oídio atacava as folhas e os frutos em maturação, o minúsculo insecto da filoxera fixava-se ainda nas raízes e no caule, onde voraz se instalava, provocando tumores nas raízes que em poucos anos enfraqueciam as cepas¹⁵².

Em 1890 com a Terceira já afectada pelo parasita, apareceriam notícias de alguns pequenos focos na ilha do Faial que foram prontamente debelados. No ano seguinte, em 1891, a Terceira era a ilha mais dizimada pela filoxera, estando infectados os dois concelhos da Praia e de Angra. O terrível insecto ainda não tinha atacado as vinhas dos concelhos de São Jorge, mantendo-se também arredado do Faial, depois de primeiros mas inconclusivos sinais¹⁵³.

A mudança nas castas não podia deixar de acompanhar estas alterações e o ataque persistente dos agentes fitopatológicos. Na Terceira, as variedades mais abundantes em finais da década de 1880, de acordo com João Nogueira da Freitas, eram o Verdelho, a Alicante, a Malvasia, o já pouco vulgar Verdelho roxo, o Arinto e a Isabela. Para além destas e não contando

¹⁵¹ No entanto, é hoje difícil estabelecer uma data precisa para a chegada ao arquipélago deste parasita pois algumas destas pragas eram confundidas umas com as outras. Se há quem fale na sua chegada a São Miguel no início dos anos 80 (A. de Andrade Albuquerque, 1888), e quem revele a sua manifestação no Faial, pelos mesmos anos (J. Nogueira de Freitas, 1890), também existe quem situe a sua chegada ao Pico em 1873. Contudo, seria neste ano de 1887 que “O Agricultor Português” (de 10-1887, p. 247) escreveria que “as notícias da invasão da filoxera nos vinhedos tomavam a cada dia proporções mais alarmantes”.

¹⁵² João Nogueira de Freitas (1890), *Relatório da Décima Segunda Região Agronómica*, p. 97, e Jácome de Ornelas Bruges (1915), *A Ilha Terceira*..., p. 75.

¹⁵³ “Relatório dos Serviços Agrícolas da 12ª Região Agronómica”, in *BDGA*, nº 11 de 1892, pp. 1134-1135; João Nogueira de Freitas (1890), *Relatório*..., pp. 79-80.

com a casta Isabela, existiam já outras variedades americanas como a Jacquez, Delaware, Elvira e Black Pearl. De todas elas só verdadeiramente o Verdelho e a Isabela eram cultivadas em grande quantidade e de forma intensiva, produzindo a maior parte do vinho das ilhas. No entanto, o Verdelho, normalmente cultivado como vinha baixa, estava em crescente regressão nos lugares e nas ilhas mais húmidas. Apenas na Graciosa, e também no Pico, continuou a ter uma produção relativamente regular, não obstante a presença crescente de castas americanas mais resistentes. Em 1885, Ernesto Rebelo, referia como principais castas existentes no Pico o Verdelho, o Verdelho Silvestre, Boal, Bastardo, Dedo de Dama, Terrantez, Alicante, Moscatel, Uva Tinta, Galega, e a Isabela. Esta última, recentemente importada, produzia abundantemente, convindo ser pouco podada. Ela estava a generalizar-se em grande escala, substituindo o antigo Verdelho, dando já a sua cultura óptimos resultados. No Pico existiam ainda outras variedades como o Moscatel de Jesus, Diagalves, Uva do Monte, Ferral, etc. No entanto, mais do que para produção em grande escala elas completavam o lote das castas maioritárias na feitura do vinho e serviam para uva de mesa. Antes da moléstia, ou seja do oídio, esta diversidade ampelográfica era muito maior¹⁵⁴.

Na Graciosa, toda a faixa que ia da zona da Barra, próximo de Santa Cruz, até Jorge Gomes tinha especial aptidão para a produção de castas europeias. No entanto, tal como nas restantes ilhas, as castas americanas foram ganhando preponderância, dado que resistiam melhor às doenças e garantiam uma produtividade mais elevada. Na Terceira, a presença do Verdelho foi ficando limitada à freguesia dos Biscoitos, onde se conseguiu manter através dos tempos e das doenças, graças a um contínuo labor de replantação¹⁵⁵. Na década de 1880, a casta Isabela e outras americanas forneciam já uma produção abundante, existindo muita plantação de vinhas resistentes em que se tinham enxertado as novas castas. Sobretudo na Terceira, a produção de “vinho de cheiro” foi sempre aumentando, depois de ter quase atingido um nível zero na década de 1870 (veja-se adiante o

¹⁵⁴ No entanto, estava ainda por fazer um trabalho sério de classificação destas diferentes qualidades, ver Ernesto Rebelo (1885), “Notas Açorianas”, p. 74.

¹⁵⁵ Já num pequeno relatório sobre a agricultura terceirense, datado de 1798, se escrevia que a freguesia dos Biscoitos era das mais avançadas na actividade vitivinícola, “capaz de exceder hoje a todas as mais freguesias desta ilha neste género de produção”. Ver *Arquivo dos Açores*, vol. XIII, p. 526. No século XIX a vitivinicultura continuava também consolidada na zona de Porto Martins.

quadro 6). A presença do afídio causador da filoxera foi-se também tornando esperada. Os agrónomos distritais e as câmaras municipais das Velas, São Roque e Horta criaram os seus viveiros de cepas americanas para se precaverem contra a sua expansão¹⁵⁶.

Em 1886 temos notícias que indiciam a chegada de mais uma doença da vinha: a antracnose¹⁵⁷. Nesse ano o agrónomo distrital de Angra adiantava que nas três ilhas, Terceira, Graciosa e São Jorge, tinha aparecido uma moléstia na vinha semelhante ao oídio. Depois da colheita, a produção revelar-se-ia mais baixa que a do ano anterior¹⁵⁸. Pouco tempo mais tarde, em 1891, a antracnose, conhecida localmente pelo nome de *gota* ou *alforra*, era já, depois do oídio, a doença que maiores prejuízos causava aos vicultores das “Ilhas de Baixo”, atacando sobretudo as vinhas altas e mais afastadas do litoral, não escapando sequer à sua voragem a casta Isabela. Os seus ataques não só comprometiam as colheitas do ano, como ainda deixavam sequelas graves nas varas frutíferas que impediam a planta de produzir novamente no ano seguinte. As comparações entre a devastação provocada pelo oídio e a que a antracnose agora fazia diziam que os estragos aumentavam e se acumulavam.

Mesmo sem a manifestação da filoxera, o oídio e a antracnose eram suficiente por si só para destruir, em grande escala, a produção das ilhas de São Jorge e Faial, facto que se acentuava nos anos mais húmidos. Em 1891, o agrónomo chefe da 12ª região agrónómica escrevia mesmo que nestas pequenas ilhas o oídio era ainda uma doença perigosa: “no concelho de Santa Cruz da Graciosa e no de Velas e da Calheta, de São Jorge, ainda se vêem hoje extensões enormes de vinha que nada produzem devido a este parasita”¹⁵⁹.

O Verdelho, a antiga casta dominante, permanecia a mais atacada. Ela era cada vez mais substituída, na ilha de São Jorge, pelo Tarrantez e Arinto e na do Pico pela vinha Isabela e pela Malvasia da Madeira, castas que ofereciam maior resistência ao oídio. Mas ao nível do grupo central era a Isabela a que mais tinha sido utilizada nas novas plantações, principalmente no Pico, Faial e Terceira, onde a produção deste vinho era já grande.

¹⁵⁶ “Relatório do agrónomo chefe da 12ª Região Agrónómica, sobre serviços agrícolas e filoxéricos no ano de 1891”, *BDGA*, nº 12, 1892, p. 1230.

¹⁵⁷ A antracnose era mais um fungo que atacava as vinhas cobrindo os sarmentos, as folhas e os cachos de manchas negras.

¹⁵⁸ *Boletim dos Serviços Agrícolas*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Novembro de 1886, p. 51.

¹⁵⁹ “Relatório do agrónomo chefe da 12ª Região Agrónómica...”, *BDGA*, nº 12, 1892, p. 1229.

Em 1891, 4/5 da produção do distrito da Horta era constituída por vinho proveniente da casta Isabela e outras americanas. Se ela tinha tomado grande desenvolvimento graças à sua produtividade e resistência às criptogâmicas não era, contudo, apreciada nos mercados externos, não conseguindo exportação para fora do arquipélago¹⁶⁰.

Em 1891, a situação dos viticultores da Terceira era de franco desânimo. Durante o ano não foram feitos quaisquer tratamentos nas vinhas filoxeradas. Aqueles que empregavam o sulfureto de carbono em doses culturais abandonavam esta prática, passando a utilizar as videiras americanas. Para mais, nesse mesmo ano, as copiosas e quase sempre imprevisíveis chuvas de Verão apodreceram grande parte da colheita de uva, tornando muito baixa a qualidade do pouco vinho produzido. Os crescentes ataques da filoxera farão alterar ainda mais o panorama das castas da região. A Isabela nem sempre resistia bem ao afídio invasor, o que levava os viticultores das diferentes ilhas a optarem por enxertos com outras castas americanas como a Riparias, a Rupestris e o Jacquez, que se haviam revelado adequadas a quase todo o tipo de solos e garantiam uma maior resistência às doenças da vinha; apenas secundariamente se utilizaram castas europeias. Estava instalada uma confusa diversidade na qual as castas americanas e os seus híbridos se tornaram hegemónicas¹⁶¹.

No arquipélago a distribuição das pragas não era totalmente uniforme. Por exemplo, em 1891, ao contrário da Terceira e de São Miguel, no Pico, em São Jorge e, em parte, no Faial a filoxera era ainda desconhecida, sofrendo as vinhas dos ataques do oídio, da antracnose, da erinose e em menor escala da *dermatophora necatrix*¹⁶². No caso de São Jorge, onde o oídio continuava a fazer grandes destruições, a filoxera só chegaria anos mais tarde. Seria em 1897, numa visita à ilha realizada pelo agrónomo distrital Duarte Patten de Sá Viana, que se encontrariam fortes marcas do parasita. Examinando-se as vinhas da Fajã Grande, na Calheta, verificou-se que estas se encontravam já atacadas. Passando ao concelho das Velas

¹⁶⁰ “Relatório dos Serviços Agrícolas da 12ª Região Agronómica”, in *BDGA*, nº 11 de 1892, p. 1137, e “Relatório do agrónomo chefe da 12ª Região Agronómica, sobre serviços agrícolas e filoxéricos no ano de 1891”, *BDGA*, nº 12, 1892, p. 1229.

¹⁶¹ “Relatório dos Serviços Agrícolas da 12ª Região Agronómica”, in *BDGA*, nº 11 de 1892, pp. 1134-1135.

¹⁶² “Relatório do agrónomo subalterno da 12ª Região Agronómica, sobre serviços agrícolas e filoxéricos no ano de 1891”, *BDGA*, nº 12, 1892, p. 1235.

encontrou-se a mesma invasão nas vinhas de Amaro Soares de Albergaria, nos Casteletes, e da viscondessa de São Mateus, nos Terreiros¹⁶³. Esta pequena ilha seria de todos os antigos e principais territórios produtores dos Açores aquele onde as destruições provocadas pelos agentes fito-patológicos foram mais importantes e definitivas. Apesar das várias tentativas, realizadas durante a segunda metade do século XIX, a exportação de vinho perdeu, em São Jorge, a enorme centralidade que havia tido na primeira metade deste século. A partir da catástrofe provocada pelo *oídio* em 1853, a já importante exportação de gado, os lacticínios, os cereais e a laranja, ocuparão o lugar central na economia da ilha.

A partir da década de 1870 e contra a persistência de alguns proprietários uma vasta área que estava ocupada pelo gigantesco quadriculado de muros de pedra basáltica dos *currais* começou a cobrir-se de silvados e de matos de faia e de incenceiro. O abandono das vinhas terá produzido uma enorme alteração na paisagem da vertente sul, provocando uma grande desvalorização de muitas propriedades, reduzindo algumas famílias das elites locais a um lento e continuado declínio, enriquecendo aqueles que eram donos de amplas propriedades fora da zona vinícola. Entre sensivelmente a Ribeira do Almeida e a Fajã das Almas, o ordenamento tradicional de um primeiro andar de currais e matos de faias usados para produção de vinho, seguido de socalcos agrícolas nas encostas, terminando em pastagens e na *Serra Municipal*, vê o primeiro andar ser quase condenado ao abandono.

Esta transformação foi nitidamente acompanhada pelo desenvolvimento da especialização no sector pecuário e nos lacticínios. No seu número de 1 de Janeiro de 1873 o *Jorgense* é já claro, ao defender o aproveitamento dos antigos vinhedos da costa sul para a cultura de prados artificiais temporários, durante o Inverno, ou para a cultura de milho bastos para forragens. Provavelmente, a necessidade de grandes investimentos para rentabilizar novamente e de uma forma decisiva os vinhedos, o crescente interesse noutras culturas e actividades e talvez a violência do ataque dos agentes fitopatológicos, terão sido as razões pelas quais em São Jorge não houve uma reconstituição desta produção, tal como sucedeu no Pico ou na Graciosa.

¹⁶³ *O Ilhéu*, nº 15 de 20-03-1897. Duarte Patten de Sá Viana era na época um reputado técnico em princípio de carreira. Depois da sua passagem pelo Açores trabalharia no sul do continente, na Escola Prática de Agricultura de Santarém, da qual seria director, e em serviços de inspecção do Ministério da Agricultura. Em 1921, 1922 e 1925 seria eleito senador nas listas do Partido Democrático.

A cultura da laranja garantiria, até meados da década de 1870, um balão de oxigénio a toda esta zona, dando rendimentos aos morgados e grandes proprietários, donos da maior parte da antiga zona vinícola, permitindo que ela fosse aproveitada por uma produção alternativa. Todavia, não seria por muito tempo e o retorno dos matos recrudesceria com o aproximar do século XX.

No caso do Pico, a maior zona vitícola do arquipélago, ainda hoje não sabemos até que ponto esta crise provocou uma reconversão do sistema de aproveitamento e exploração da área agrícola semelhante à que sucedeu em toda a zona sul da ilha de São Jorge. Comentadores como Ernesto Rebelo acrescentariam em 1885 que à minguia da antiga cultura, os habitantes do Pico “despedaçaram a alvião a lava solidificada que recobria aquela parte da ilha, na fenda da qual cresciam as parreiras, para ir mais fundo encontrar boa terra arável e própria para variadas culturas, como a do milho em que já hoje abunda a ilha, quando anteriormente importava aquele género em larga escala”¹⁶⁴. Mais do que uma tentativa de criar uma outra produção alternativa, de elevado rendimento e boa integração nos mercados, procurava-se garantir o auto-abastecimento das famílias e suprir o défice histórico em cereais da própria ilha, numa altura em que já não se podia trocar o vinho pelos cereais, nem conseguir os antigos quantitativos em numerário fresco. Na prática, em vez do difícil e caro desenvolvimento em direcção a uma agricultura capitalista e orientada para o mercado, caminhava-se tranquilamente a senda de uma versão modernizada da exploração camponesa, que mantinha parte da sua habitual autarcia relativa.

Porém, mesmo com este eventual aumento da produção de cereais, a viticultura não desapareceu da paisagem do Pico. Provavelmente, devido à própria configuração ecológica específica desta ilha, não existia nenhuma outra actividade ou produção alternativa capaz de substituir duradouramente os elevados rendimentos do vinho. Difícilmente, ou em escala limitada, as antigas zonas produtoras poderiam ter uma outra ocupação capaz de níveis razoáveis de rentabilidade. E sem a garantia dessa rentabilidade transformar e reconverter profundamente esta antiga zona seria estar a desperdiçar todo o investimento já realizado ao longo de gerações na sempre pesada e dispendiosa “infraestrutura vitícola”. Mesmo que o vinho rendesse menos e se destinasse agora ao mercado interno esta sempre era uma alternativa mais rentável que abandonar parte da superfície agrícola útil da ilha.

¹⁶⁴ Ernesto Rebelo (1885), “Notas Açorianas”, p. 69.

Apesar de nos faltarem séries de preços dos vários tipos de vinho produzidos nos Açores podemos arriscar aqui algumas hipóteses que necessitarão de confirmação posterior. Pode ter sucedido, tal como na zona do Jerez, em Espanha, que os preços baixos do vinho de colheita e os elevados custos da mão-de-obra tenham conduzido parte dos proprietários a acomodar-se a um sistema de exploração diferente, baseado na parceria ou mesmo no arrendamento¹⁶⁵. Perante uma situação destas as alternativas eram continuar a acumular perdas, tentando minimizá-las ao máximo, vender as terras, arranjar novas formas contratuais de exploração, ou no caso dos mais abastados tentar alterar as práticas de exploração. De facto, apenas estes puderam replantar os seus vinhedos, utilizar os novos factores de produção e esperar por tempos melhores. Mesmo assim, eventuais baixos preços não criariam grande margem para elevados investimentos na intensificação da produção, modernização e uso de novos factores, como os produtos químicos de recente uso no combate às pragas¹⁶⁶.

6. As tentativas de reconversão no arquipélago: os processos de replantação e o crescimento da produção em São Miguel, na Terceira e no Pico

A necessidade de proceder a um enorme e dispendioso esforço de modernização e reconversão produtiva não fez com que a vinha e o vinho deixassem de ser áreas de actividade lucrativas. A nível do continente, a década de 1880 seria particularmente feliz para a viticultura, sobretudo para o sector dos vinhos de pasto. De 1880 em diante, a região francesa de Bordéus, fortemente atacada pela filoxera, tornou-se grande importadora de vinhos portugueses, espanhóis e mesmo italianos, de qualidade sofrível, que eram agora destinados a lotar a sua declinante produção. De 1880 a 1889 as exportações portuguesas subiram a níveis excepcionais, aproveitando a gigantesca quebra nas vinhas francesas. Entre 1880-1884 as exportações de vinhos comuns aumentariam quase 270%, entre 1885-1889 elevar-se-iam 200%¹⁶⁷. Contudo, o nível da procura não iria manter-se,

¹⁶⁵ James Simpson (1985), "La produccion de vinos en Jerez de la Frontera 1850-1900", p. 183.

¹⁶⁶ Sobre o processo de replantação e transformação da estrutura agrária, da propriedade e da sociedade local, associada à invasão filoxérica, na zona do Douro ver Gaspar Martins Pereira (1991), *O Douro e o Vinho do Porto: de Pombal a João Franco*, pp. 48-67.

¹⁶⁷ Conceição Andrade Martins (1990), *Memória do Vinho do Porto*, p. 350.

começando a decair em 1889-1890. Esta enorme exportação trouxe a ilusão de um crescimento continuado da procura dos produtos portugueses e levou a um importante esforço de plantação e de reconversão das vinhas. Porém, a viticultura francesa recuperou rapidamente, tal como a de outros países mediterrânicos. Na viragem do século a produção vinícola portuguesa viu-se a braços com enormes excedentes que não conseguia colocar nos mercados externos. Se bem que as exportações tivessem mantido um crescimento regular, embora pautado por pequenas quebras, não foram capazes de absorver um tão rápido e contínuo crescimento da produção nacional. Tinha-se aumentado enormemente a área cultivada por todo o continente e as vinhas produziam copiosamente ano após ano. No entanto, o mercado de consumo quer interno quer externo, mantinha-se semelhante e os preços baixavam. A crise não tardou a afectar o sector, sendo acompanhada por pedidos de maior intervenção estatal¹⁶⁸.

Esta primeira conjuntura de forte crescimento dos mercados internacionais fez com que, pelo menos, durante a segunda metade da década de 1880, mesmo nos Açores, a vitivinicultura fosse vista como uma actividade altamente lucrativa e próspera. Os grandes proprietários e lavradores açorianos não deixaram de tentar aproveitar o ciclo, sobretudo numa altura em que a agricultura das principais ilhas se via a braços com problemas nas suas maiores exportações: a laranja e os cereais¹⁶⁹.

Alguma recuperação havia já começado um pouco mais cedo, através da replantação com castas americanas. Na Ilha de São Miguel, em 1876, já se produzia e vendia nas tabernas, com bom lucro, o “vinho de cheiro”. Nesta década e no início da década seguinte esta cultura teve algum desenvolvimento¹⁷⁰. Mesmo assim, em 1877 a Junta Geral de Ponta Delgada, numa conjuntura de progressiva crise económica a que não era alheia a depreciação da laranja, continuava a referir que o oídio tinha tido efeitos devastadores, nunca depois compensados¹⁷¹. As castas europeias haviam

¹⁶⁸ Veja-se por exemplo Bernardo Camilo Cincinato da Costa (1908), *Produção e Comércio dos Principais Géneros Agrícolas de Portugal*, Lisboa: Tip. A Editora, pp. 18-20, e Jaime Reis (1988), “Pan y vino: la crisis agrícola en Portugal a finales del siglo XIX”, in Ramon Garrabou (dir.) *La Crisis Agraria de fines del Siglo XIX*, Barcelona: Editorial Crítica, pp. 306-328.

¹⁶⁹ Para as quebras na produção de laranja e para a ilha de São Miguel veja-se o já referido estudo de Sacuntala de Miranda (1989), *O Ciclo da Laranja e os “Gentlemen Farmers” da Ilha da São Miguel*.

¹⁷⁰ Francisco Maria Supico, “Escavações”, n.º 507, *A Persuasão* 2271 de 26/7/1905.

sido destruídas pelo terrível fungo, contra o qual mesmo as enxofrações eram impotentes ou, quando muito reiteradas, se tornavam economicamente inviáveis. Em 1880 nas Actas da Junta Geral do distrito de Ponta Delgada pode ler-se que “é sabido que a indústria vinícola esteve totalmente morta neste distrito pelo dilatado espaço de um quarto de século”. Não seria por muitos mais anos, pois em 1885, Ernesto Rebelo, escreveria que São Miguel estava já “produzindo bom e muito abundoso vinho da uva Isabel, americana ou de cheiro, como trivialmente é denominada pelo povo”¹⁷². As partes mais baixas do concelho de Vila Franca e Lagoa viriam a constituir uma das principais áreas vitícolas da ilha.

Em São Miguel, na década de 1880, procurar-se-ia, transitoriamente, na vinha americana e no seu vinho de pasto um dos remédios para a perda dos laranjais. De início, ainda esperançados que os laranjais se habituariam e viveriam com a *lágrima* como haviam vivido com o *cocus hesperidum*, os agricultores conservaram as árvores e entre elas plantaram as cepas¹⁷³. Só à medida que as destruições se acumularam e que os mercados se tornaram cada vez mais difíceis e fechados, confrontados com a feroz concorrência da produção de citrinos do Sul de Espanha, é que se foram destruindo os pomares e arrancando os abrigos, para desenvolver o plantio da vinha.

Apesar da qualidade duvidosa dos dados, os números do quadro 5 permitem-nos ter uma imagem da distribuição geográfica da vinha no arquipélago, durante um período decisivo do seu processo de reconversão¹⁷⁴. Mesmo não sendo inteiramente fiáveis podem-nos servir para apontar tendências e apresentar algumas ordens de grandeza¹⁷⁵.

O crescimento do número de hectares cultivados no distrito de Angra vem confirmar a evolução que temos vindo a descrever, embora em

¹⁷¹ *Relatório e Consulta que a Junta Geral de Ponta Delgada Dirigiu ao Governo de Sua Majestade em 18 de Dezembro de 1877*, Ponta Delgada: Tip. das Letras Açorianas, p. 10.

¹⁷² Ernesto Rebelo (1885), “Notas Açorianas”.... p. 75.

¹⁷³ Nomes das duas principais pragas e doenças que atacavam a produção de citrinos nos Açores.

¹⁷⁴ O mesmo *Anuário Estatístico de Portugal ano de 1885*, tem dados para a superfície cultivada em hectares nos distritos da Horta e Ponta Delgada em 1883. Contudo, os seus números são de tal modo desproporcionais e elevados que não nos merecem qualquer confiança. A serem verdadeiros seria preciso que toda a superfície do Pico estivesse ocupada com vinha. De qualquer modo cf. pp. 364-365.

¹⁷⁵ Tal como noutras estatísticas da época tivemos que corrigir os dados referentes ao concelho da Ribeira Grande (1885). A sua superfície cultivada com vinhas rondaria os 227,3 hectares e não os 2273 como surge na fonte original.

nenhum dos seus concelhos se encontrem áreas tão extensas como as registadas na Madalena do Pico ou em Ponta Delgada. No conjunto do arquipélago, o distrito da Horta e em particular a ilha do Pico, mantinha ainda a preponderância, porém, a ilha de São Miguel via o número de vinhedos aumentar consideravelmente.

Quadro 5. Superfície Cultivada em 1882, 1885 e 1892 por concelho e distrito (ha)

	Sup cult 1882	Sup. Cult 1885	Sup. Cult. 1892
Angra	14	90	204
Praia	206,1	30	200
Santa Cruz	—	—	325
Velas	1	69	50
Calheta	125,84	24	30
Total distrito	346,94	213	809
Horta	172,8	—	165
Madalena	810	—	1979
Lages do Pico	324	—	412
S. Roque	432	—	466
Santa Cruz	—	—	—
Lages das Flores	—	—	—
Corvo	—	—	—
Total distrito	1738,8		3022
Lagoa	—	226	—
Nordeste	—	30	—
Ponta Delgada	—	698	—
Povoação	—	103	—
Ribeira Grande	—	227,3	—
Vila Franca do Campo	—	54	—
Vila do Porto	—	103	—
Total distrito		1441,3	—

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal ano de 1885*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1887, pp. 364-365; *Anuário Estatístico de 1892*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 280-283.

Em São Miguel, por volta de 1886, face à conjuntura exportadora muito favorável aos vinhos de pasto nacionais, iniciar-se-ia uma tentativa oficial e institucionalizada de desenvolvimento desta cultura que acompanhava a tendência de boa parte da grande agricultura do continente. A comissão vinícola do distrito de Ponta Delgada, subsidiada pela Junta Geral tinha como objectivo estudar os meios de promover a produção do “vinho ame-

ricano”. Nos meses seguintes a Agosto de 1886 promoveria a estadia de um técnico francês na Ilha, contratado a seu pedido pelo cônsul português em Bordéus. O seu trabalho consistiria em estudar o aperfeiçoamento da cultura da vinha americana e estabelecer um tipo próprio para o vinho da casta Isabela, tendo em vista a sua exportação para o mercado francês e para o Brasil. Estabelecida uma adega apropriada no centro da cidade, mobilada e preparada pela Sociedade Agrícola Micaelense e fornecido o vinho voluntariamente pela maior parte dos principais produtores, foram preparadas as primeiras pipas nesse mesmo ano. Um dos objectivos destes esforços seria o de eliminar o gosto *foxy* que caracterizava estes vinhos açorianos e os afastava dos consumidores mais exigentes. Para isso, foi também contactado o químico e enólogo Silva Pinto para quem se remeteram várias amostras. Em 1887 o vinho produzido em São Miguel era já excedentário em relação ao consumo da ilha e a principal saída para o desenvolvimento desta cultura continuava a colocar-se na sua exportação. Apesar das intenções da comissão, esta produção nunca chegou a ser exportada em quantidade para França¹⁷⁶. Pelo contrário, a sua exportação para o Brasil teve algum sucesso, embora curto. Posteriormente, iniciou-se a sua colocação neste mercado sob o nome de vinho *Açor*. Tratava-se de um produto pouco alcoólico e taninoso que se pretendia quase um sumo de uva de fácil digestão. Estava-se muito longe dos antigos vinhos generosos que tinham feito a fama dos produtos da ilha do Pico¹⁷⁷.

Em 1887, segundo as palavras do agrónomo António de Andrade Albuquerque, os solos pobres e cascalhentos outrora entregues às culturas dos laranjais, matas e mesmo cereais encontravam-se, agora, na sua quase totalidade, povoados de cepas americanas¹⁷⁸. O aproveitamento destas áreas tornava a cultura da vinha uma das mais destacadas da ilha, mesmo que para António de Andrade Albuquerque as suas grandes produções se centrassem ainda nos cereais, nos legumes e nos tubérculos, tudo culturas

¹⁷⁶ Gabriel d' Almeida (1887), *A Vinha – Notas Vitícolas e Vinícolas*, Ponta Delgada: Tip. Imparcial, pp. 6-9.

¹⁷⁷ Ver também Manuel Ferreira (1987), *A Cultura da Vinha em Santa Maria e São Miguel e o Centenário da Exportação do Vinho Açor*, Ponta Delgada.

¹⁷⁸ António de Andrade Albuquerque, “A vinha e a filoxera na ilha de São Miguel”, *A Agricultura Contemporânea*, Revista Mensal Agrícola e Agronómica, tomo II, 1887-1888, pp. 163-165 e 247-248 e Francisco Maria Supico, “Escavações”, nº 507-511, *A Persuasão* 2270-2274 de 19/7/1905, 26/7/1905, 2/8/1905, 9/8/1905, 16/08/1905.

que não necessitavam de grandes amanhos nem adubações, para além da tradicional sideração, e que contavam com solos ubérrimos.

Se bem que se tentasse investir no desenvolvimento da viticultura, a situação desta actividade estava longe de ser perfeita. Na segunda metade da década de 1880, os escassos cuidados postos no seu cultivo, que eram o prolongamento das fracas práticas culturais tradicionais, permaneciam e associavam-se aos primeiros ataques de várias novas doenças. Mesmo tratando-se esmagadoramente de campos de vinha Isabela, mais resistentes ao oídio que dizimara as antigas castas europeias, a verdade é que estes se achavam já então invadidos por outros fungos e parasitas. A antracnose, a podridão das raízes e a conchenilha tinham precedido a filoxera. Todos eles, atacavam as vinhas, enfraquecidas pela falta de estrumações e de amanhos convenientes, levando à miséria as povoações vinhateiras do litoral.

O morgado dr. José Pereira Botelho, homem ligado à agricultura e à grande propriedade, foi um dos primeiros a desenvolver nas suas terras da Lagoa o cultivo da resistente casta Isabela, tornando-se um dos maiores produtores locais de “vinho de cheiro”. Tendo tentado acompanhar este esforço com a adopção de providências eficazes contra a filoxera, as suas tentativas não seriam bem sucedidas a médio prazo. A filoxera e as outras pragas invadiriam os seus vinhedos¹⁷⁹. Se no início a casta americana se expandia e parecia imparável, sendo igualmente mais resistente às pragas que as europeias, com a chegada da filoxera, em finais de 1887, a situação em São Miguel iria alterar-se, e, mesmo a Isabela começou a ser atacada pelo implacável afídio¹⁸⁰.

Em 1888, procurando corresponder ao exemplo das iniciativas dos seus vizinhos micalenses, os viticultores e vinicultores da Terceira criaram uma associação, sob a protecção das autoridades e da sociedade agrícola do distrito, para tentar promover o vinho americano produzido localmente¹⁸¹.

¹⁷⁹ José Pereira Botelho, um dos mais destacados gentlemen farmers de São Miguel, seria, igualmente, um dos introdutores e mais pertinazes cultivadores de ananás da Ilha. Manuel Emídio da Silva (1893), *São Miguel em 1893*, Ponta Delgada: Biblioteca da Autonomia dos Açores, p. 34; ver também António Augusto Riley da Mota (1954), “O Dr. Botelho e o seu Tempo”, separata do vol. X, 1º semestre, da revista *Insulana*, Ponta Delgada, p. 128.

¹⁸⁰ Francisco Maria Supico, “Escavações”, nº 507-511, *A Persuasão* 2270-2274 de 19/7/1905, 26/7/1905, 2/8/1905, 9/8/1905, 16/08/1905.

¹⁸¹ *Livro das Actas das Sessões dos Viticultores e Vinicultores desta Ilha Terceira, no sentido de se estudar os meios de tirar o maior proveito possível da cultura da vinha Isabel, e do vinho que ela produz. 1888*. BPARAH, Fundo do Governo Civil em organização.

Uma comissão chefiada por José Inácio de Almeida Monjardino, tendo como secretário José Maria Leite Pacheco, intendente de pecuária do distrito, foi encarregada de preparar uma vasta reunião de viticultores e vinicultores. Os outros membros desta comissão preparatória eram o barão do Ramalho, o visconde de Nossa Senhora das Mercês, Emídio Lino da Silva, José Luís de Sequeira, Bento José de Matos Abreu, dr. José Augusto Nogueira Sampaio, Francisco José Gabriel, e Duarte Patten de Sá Viana, chefe da 12ª Região Agronómica.

Na acta da sessão preparatória de 18 de Junho de 1888 afirmava-se com optimismo que a vinha Isabela se estava a cultivar e produzir em grande escala na Terceira. Para pontos de discussão entre os presentes levantaram-se as seguintes questões que nos dão hoje uma imagem do que estava em causa e dos problemas com que se debatia esta cultura:

- 1) como fixar um tipo específico ao vinho resultante das cepas de Isabela, não só para consumo interno no país, mas como forma de o tornar conhecido e acreditado no estrangeiro;
- 2) o que fazer para conseguir concorrer com os vinhos continentais da Bairrada, de Torres, e da Ericeira que vieram inundar o mercado local e que os consumidores preferiam, por serem talvez mais alcoólicos;
- 3) como conseguir criar métodos de fabrico que dessem origem a tipos diferentes de vinho;
- 4) ponderar a eventual criação de uma companhia para exportar os vinhos, por exemplo para o Brasil e que pouco a pouco fosse escoando a sua melhor produção;
- 5) como criar, a partir desta companhia, uma marca que zelasse pela qualidade do vinho exportado;
- 6) para a constituir, discutir se se deveria começar por estudar os estatutos da companhia formada no Porto sob o nome de “Liga dos Lavradores do Douro” para se aproveitar dos mesmos o que melhor conviesse;
- 7) ponderar o estudo do decreto de 1886 que criava os sindicatos para a defesa ou tratamento das vinhas filoxeradas;
- 8) tendo-se manifestado a existência da filoxera defendeu-se finalmente que seria conveniente e prudente constituir uma cruzada cientificamente organizada para a debelar.

Depois de alguma discussão chegar-se-ia à conclusão que, apesar de idêntica casta e de regras gerais de fabrico, o vinho alcançado dificilmente conseguiria formar um tipo comum, dadas “as grandes desigualdades dos terrenos e de outras causas”. Era o primeiro escolho. Por outro lado, para tal fim, seria necessário constituir uma adega central devidamente equipada para o analisar e lotar, sem dúvida um equipamento caro. Ora a produção era ainda pequena e a existência de um mercado que absorvesse os vinhos não estava garantida, apesar da hipótese do Brasil (que pretendia aproveitar as vantagens do tráfego marítimo, da numerosa comunidade portuguesa, retomando uma exportação que fora importante até à crise do oídio).

Na acta da segunda sessão da comissão preparatória, datada de 21 de Junho de 1888, o agrónomo Sá Viana adiantava que se se fez largo uso de vinhos importados, foi porque os proprietários vinhateiros locais exigiram preços demasiado altos ao consumidor, adiantando que seria necessário reduzi-los, avisando desde já importadores e comerciantes. Esta proposta seria aceite pela assembleia, mas ninguém se lembrou de referir que os custos da produção local eram elevados. Depois de vasta discussão chegar-se-ia à conclusão que para tornar o vinho terceirense um só tipo característico seria necessário lotá-lo. Todas as outras opções eram inviáveis e não havia meios, como em São Miguel, para chamar enólogos. Ou seja, seria necessário recorrer a uma técnica que dava, normalmente, bons resultados apenas em vinhos de pasto de qualidade sofrível. Decidiu-se então que cada vinicultor devia preparar o seu vinho como melhor lhe aprouvesse. Era uma maneira de ultrapassar o problema, esquecendo-o.

Contudo, Sá Viana parecia mais incomodado com outro assunto. O combate à filoxera deveria ser uma prioridade. Se não se tomassem as devidas medidas, podia bem suceder que num prazo de 5 a 6 anos o parasita acabasse por arruinar todas as vinhas da ilha. Com vista a impedir semelhante prospectiva lembrou a possibilidade de se formar uma sociedade de agricultores para combater a praga, aproveitando a legislação favorável.

Na reunião geral de 25 de Junho estiveram presentes quer as autoridades dos dois concelhos e do distrito, quer boa parte dos grandes viticultores e vinicultores da ilha, muitos simultaneamente os seus maiores proprietários¹⁸². Seria eleita uma nova comissão para tratar da criação do sindicato

¹⁸² Pedro de Menezes Parreira, conde de Sieuve de Menezes, Francisco de Sieuve de Menezes, Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos, Joaquim da Costa Franco, José Borges Leal Corte Real, Francisco Corvelo Machado, Raimundo Martins Pamplona

de agricultores. Dela fariam parte todos os antigos membros, sendo apenas agregado o conde de Sieuve de Menezes. Faltam-nos actas completas para saber que fim exacto tiveram estes esforços. No entanto, tentando segui-los através dos ecos da imprensa local, parece-nos que o assunto viria a morrer depressa. Não tinha passado de um excesso de boa vontade e de voluntarismo que dificilmente poderia vingar num meio tão pequeno e sem os necessários vastos recursos associados a uma ampla reconversão vitivinícola¹⁸³. Esta viria mais tarde, e de forma bem mais lenta, através da replantação e do esforço constante de alguns lavradores, como Francisco Maria Brum, nos Biscoitos.

Em São Miguel, nesse mesmo ano de 1888, os vinhedos maioritariamente compostos pela casta Isabela continuavam a ocupar os solos mais pobres, a sofrer com amanhos fracos e pouco adequados, tendo ainda como inimigo o clima húmido e temperado que fazia desenvolver com uma violência particular os fungos e parasitas. Para mais em 1888, um ano depois de noticiada a sua chegada, e apesar de ainda se registarem elevadas produções por hectare (35 pipas por ha), a filoxera começava a invadir com uma rapidez inaudita a zona vinícola de São Miguel¹⁸⁴. De cerca de 3562 hectares plantados, 380 estavam já totalmente invadidos, e o parasita atacava quer as castas europeias – que sucumbiam rapidamente –, quer as

Júnior, Francisco de Paula do Rego Camelo Borges, João Carlos da Silva, João Correia Maduro, Luís Jacinto Pacheco, João Hermeto Coelho de Amarante, Francisco de Azevedo Cabral, José Gonçalves de Melo, Manuel Joaquim dos Reis, Joaquim José de Castro, José Inácio de Almeida Monjardino, Luís Maria de Brito Bettencourt, António de Almeida, João Homem de Menezes, barão do Ramalho, visconde de N. Sra das Mercês, Emídio Lino da Silva, José Luís de Sequeira, Bento José de Matos Abreu, dr. José Augusto Nogueira Sampaio, além de representantes da diocese e de José Maria Leite Pacheco, intendente de pecuária, e Duarte Patten de Sá Viana, chefe da 12ª Região Agronómica.

¹⁸³ Infelizmente só existem 3 actas, duas das sessões preparatórias (18 e 21 de Junho) e uma da primeira reunião geral (25 de Junho).

¹⁸⁴ Segundo António de Andrade Albuquerque era voz corrente que este parasita tinha chegado a São Miguel através de cepas importadas do continente pelo reverendo prior da Matriz de Ponta Delgada, plantadas na freguesia da Fajã de Baixo, no início da década de 1880. Em relação à Terceira, o mesmo autor escrevia que muitos afirmavam que a filoxera havia chegado do continente em cepas importadas pelo bispo da diocese. Apesar de não se conhecerem de facto os seus introdutores, a verdade, acrescenta, é que pouco ou nenhum cuidado, houve por parte das autoridades que deveriam fazer o controle fito-sanitário, para evitar o contágio das ilhas, “A vinha e a filoxera em São Miguel...”, p. 247.

americanas, embora com menos intensidade. De facto, a situação era complicada, já que dois dos principais métodos utilizados no combate à filoxera, a submersão e o tratamento pelo sulfureto de carbono, viam-se dificultados pelas características do relevo e pela porosidade dos solos. Por outro lado, muitos dos vinhedos eram parcelas de pouco mais de 1/2 alqueire (7 ares), pertença de pobres camponeses e rendeiros pouco dados a inovações agronómicas, e que ainda desconfiavam das inspecções dos serviços, tidas como avaliações disfarçadas das propriedades com potenciais fins fiscais. António de Andrade Albuquerque punha aqui uma suspeita de acção política e afirmava que nalguns casos a desconfiança se mostrou tão grande que as lupas dos agrónomos eram suspeitas de conterem um veneno para “evitar que o bom vinho produzido pela nossa Isabela não fosse concorrer com as zurrapas do continente”, concluía o autor com evidente ironia¹⁸⁵. Para este agrónomo, as únicas e mais seguras soluções para manter viável um ramo da agricultura que tantos proveitos rendia, seriam quer o uso de sulfureto de carbono dissolvido em água nas poucas áreas de solos profundos, quer o repovoamento com as cepas americanas resistentes e mais produtivas, quer ainda o melhoramento e a maior exigência nos cuidados dispensados a esta cultura. Segundo o autor, se estes factores fossem despoletados a vinha teria um futuro feliz no arquipélago. Contudo, todo este conjunto de novas técnicas e de novos produtos químicos exigia capitais e iria sempre encarecer o preço final. Integrados num mercado internacional extremamente concorrencial, onde novas e importantes áreas produtoras estavam a surgir, estes vinhos açorianos não tinham um grande futuro à sua frente, fora das portas do estreito mercado interno.

Apesar dos esforços, os resultados da nova exportação do mais rico torrão do arquipélago não se mostraram à altura das expectativas. Os primeiros ataques da filoxera a partir de 1887-1888 puseram também em causa a continuação destas tentativas de melhoramento dos vinhos micalenses. Se em 1888 a filoxera apenas atacava parte da área cultivada, em 1891 o agrónomo dos serviços agrícolas de Ponta Delgada escrevia no seu relatório que quase todos os vinhedos da sua circunscrição se achavam já infectados, à excepção dos poucos hectares existentes sobre areias na Ilha de Santa Maria. Apesar de tudo o repovoamento continuava a ser feito com cepas americanas, principalmente com as Riparias, Ruprestis e Jacquez, enxertando-as com as castas europeias. Alguns viticultores ainda utiliza-

¹⁸⁵ “A vinha e a filoxera em São Miguel”.... p. 248.

vam adubos químicos nos seus vinhedos, mas o baixo preço do vinho já não permitia tais cuidados¹⁸⁶.

Em todo o processo de reconversão houve sempre algum voluntarismo e excesso de confiança. Num outro relatório datado do mesmo ano de 1891, o citado agrónomo achava a qualidade do vinho produzido tão má que nem sequer se prestava às adulterações necessárias para o rectificar, acrescentando que não eram necessárias quaisquer medidas para garantir a sua genuinidade. Os ensaios de exportação do vinho micalense tinham sido até então mal sucedidos, dada a sua fraca qualidade. Quase todos os produtores e agentes económicos já haviam desistido da sua exportação e a comissão vinícola tentava agora substituir a cultura da Isabel por castas europeias resistentes que, enxertadas em castas americanas igualmente resistentes, pudessem garantir algum futuro à viticultura local¹⁸⁷.

Na Exposição Distrital de Artes e Indústrias de Ponta Delgada de 1895, entre os 30 produtos expostos na secção dedicada aos vinhos, 14 eram oriundos de Santa Maria, ilha mais seca e menos afeita às pragas. Estes 30 produtos eram maioritariamente formados por amostras de vinho Verdelho, *Isabel*, ou “de cheiro”. Pouco parecia ter mudado, mas o facto é que a ilha já se auto-abastecia em vinho. Entre os expositores é fácil identificar os nomes dos descendentes dos morgados e das antigas famílias de grandes negociantes que, claramente, estariam mais dispostos a participar neste tipo de iniciativas¹⁸⁸. O maior capital cultural, escolar e social destes indivíduos, dava-lhes, uma vez mais, uma maior visibilidade. No entanto, surgiam já outros protagonistas como, no concelho da Lagoa, Francisco Pacheco do Amaral, ou no de Ponta Delgada, Francisco Alves de Oliveira, André de Viveiros, ou José Dias de Sousa Lopes. Se apenas podemos suspeitar que estes homens sejam oriundos das burguesias rurais, parece-nos também que os grandes lavradores das freguesias, os médios proprietários, mesmo alguns camponeses mais abastados, dinâmicos e afeitos à inovação, nos campos e em silêncio, poderiam estar a desenvolver a agricultura das

¹⁸⁶ “Relatório dos Serviços Agrícolas da 11ª Região Agronómica”, in *BDGA*, nº 11 de 1892, p. 1131.

¹⁸⁷ “Relatório do agrónomo chefe da 11ª Região Agronómica, sobre serviços agrícolas e filoxéricos no ano de 1891”, *BDGA*, nº 12, 1892, p. 1220.

¹⁸⁸ *Catalogo da Exposição Distrital de Artes e Industrias de Ponta Delgada, realizada em 18 de Maio de 1895, no edifício da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense*, Ponta Delgada: Tip. Elzeviriana, pp. 49-50.

ilhas, permanecendo até hoje escondidos nas entrelinhas de alguns documentos¹⁸⁹.

Na verdade, não podemos cair numa linha de interpretação que nos diz que os grandes proprietários eram apenas rentistas e não se interessavam pela exploração das suas terras. Vários exemplos em diferentes ilhas do arquipélago mostram-nos o contrário. E mesmo que o seu perfil não fosse necessariamente o do investimento de risco do moderno empresário eram já investidores esclarecidos e empenhados¹⁹⁰. Contudo, também não podemos esquecer a profunda transformação da agricultura das ilhas do grupo central realizada, sobretudo, por médios lavradores, num esforço associado aos dinheiros da emigração, muitos deles explorando casas de feição ainda camponesa, mas que iam já incorporando doses moderadas de inovação e uma maior preocupação com a intensificação da produção¹⁹¹.

Os problemas da vitivinicultura açoriana na segunda metade do século XIX não se restringiram aos violentos ataques de fungos e insectos. Tal como ficou claro nas discussões e tentativas de reconversão e criação de um tipo único de vinho, os processos de vinificação eram ainda demasiado

¹⁸⁹ Estes novos protagonistas começam a surgir, igualmente, ligados aos sindicatos agrícolas que vão sendo criados a partir de 1895. Cf. *Estatutos do Sindicato Agrícola do Concelho da Lagoa aprovados por alvará de 22 de Junho de 1895*, Lisboa: Imprensa Nacional.

¹⁹⁰ Paulo Silveira e Sousa (1998), *As Elites Periféricas: Poder, Trajectórias, e Reprodução Social dos Grupos Dominantes no Distrito de Angra do Heroísmo (1860-1910)*, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

¹⁹¹ Na História agrária inglesa uma interpretação “Tory” (que traduziremos livremente para português por conservadora) tende a realçar o papel modernizador das elites tradicionais e o seu espírito empresarial. Em Portugal, o caso tem sido o oposto com muitos historiadores a considerar as elites terratenentes tradicionais como pouco afeitas à modernização e ao investimento. Para uma interpretação aproximada, tomando como exemplo os Açores, veja-se Maria Isabel João, (1991), *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, para uma revisão desta interpretação, tomando como exemplo a grande lavoura alentejana, cf. Helder Adegar da Fonseca (1996), *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa: Imprensa Nacional. Mais uma vez pensamos que a realidade é bem mais complexa, continuando a faltar estudos de caso que nos dêem: a) um retrato aproximado da trajectória da distribuição social da terra nos vários territórios do arquipélago, b) uma imagem mais clara dos modelos e práticas de gestão da grande propriedade açoriana, c) uma descrição do desempenho dos médios proprietários, lavradores e camponeses ricos e do seu papel transformador do sector primário. Este último grupo tem sido um dos grandes ausentes dos poucos trabalhos realizados sobre o sector durante o século XIX.

tradicionais e artesanais, não estando a acompanhar a verdadeira revolução que o século XIX trouxe a esta produção. Na década de 1880 o vinho da Graciosa era quase todo ele exportado para a Terceira, onde grande parte era consumido ainda em mosto, bastante turvo. Até estes anos nunca se procurou encontrar processos de vinificação adequados, a fim de melhorar a sua qualidade potencial. O vinho do Pico era, deste lote, o mais considerado, quer pela maior força alcoólica, quer pelo fabrico mais aperfeiçoado e pela lotação mais cuidada das castas¹⁹². À maior qualidade juntava-se o preço comercial mais baixo por hectolitro quer nos vinhos brancos, quer nos tintos. Por volta de 1900, no distrito da Horta estes eram de 5\$700 réis para o tinto e 8\$600 para o branco, no distrito de Angra subiam para 7\$835 e 10\$545, para atingir o preço de 10\$000 réis e 12\$000 em Ponta Delgada. Em qualquer dos casos os vinhos eram muito mais caros que os seus congéneres continentais¹⁹³.

Os problemas de qualidade não afectavam apenas a Graciosa. Em 1891, quando no Pico e no Faial a produção de vinho da casta Isabela prosperava, o agrónomo responsável desconfiava deste entusiasmo. Apesar da aceitação local pelos consumidores açorianos, a casta Isabela não produzia um vinho aceitável para os padrões dos mercados externos. Para mais, o vinho destas ilhas era mal confeccionado e não se regia por métodos modernos e uniformes de fabrico. A vinha Isabela era uma boa solução se pensada apenas para o mercado regional e para os seus segmentos menos exigentes, mas sem dúvida maioritários. Na verdade, no final do século XIX, o vinho produzido nas ilhas a partir das castas americanas, não era admitido na mesa dos mais ricos e sofisticados e muito menos servia para estes estabelecerem práticas de distinção social em torno do consumo de bebidas espirituosas, semelhantes às ensaiadas pelas restantes elites europeias. Pelo contrário, ele era considerado o vinho menos apetecível e o mais banal, ficando pelas casas dos camponeses e lavradores e pelas vendas e tabernas dos distritos. O vinho considerado de boa qualidade, bebido pelos consumidores mais exigentes, antes, durante ou após a refeição, vinha do continente ou então do arquipélago da Madeira.

O ataque das pragas, as condições ecológicas particulares dos Açores e o fim dos velhos circuitos da navegação atlântica podem ajudar-nos a com-

¹⁹² João Nogueira de Freitas (1890), *Relatório...*, pp. 62-64.

¹⁹³ *Anuário Estatístico de 1900*, Lisboa: Imprensa Nacional, p. 333.

preender esta trajectória e a entendê-la como um opção racional por parte dos agentes económicos. Contudo, para melhor perceber porque é que os vinhos licorosos do Pico não conseguiram manter e aumentar a sua reputação, consolidar e expandir as suas redes de comércio e os seus mercados seria interessante comparar a sua trajectória com a de alguns seus congéneres nacionais, como o moscatel de Setúbal, que tiveram um percurso de franco sucesso¹⁹⁴. Tal como no Pico, toda a zona de Palmela e Azeitão, onde era cultivado este vinho, foi fortemente afectada pelo oídio e pela filoxera. Porém, o Moscatel encontrou nos Riparias e seus híbridos um cavalo com boa afinidade e voltou a ocupar a sua localização preferida. Simultaneamente, este vinho licoroso, muito parecido ao Marsala e ao Málaga, localizava-se numa região que também produzia abundantes vinhos de pasto de qualidade reconhecida, tendo o amplo mercado da capital a algumas dezenas de quilómetros¹⁹⁵. As possibilidades de fazer lucros e de diversificar investimentos e produtos eram bem maiores.

Todo o movimento de replantação que vivificou os lagidos, mistérios e biscoitos do Pico depois das grandes destruições do oídio havia sido feito através do plantio continuado de castas americanas¹⁹⁶. Elas estavam agora, estreitamente ligadas à esfera da produção das explorações açorianas. Mesmo pensando que os viticultores açorianos pudessem apostar todos nas castas europeias, na intensificação do factor trabalho, no uso de novas técnicas e de produtos químicos, nada vinha alterar o facto de que os seus produtos estavam agora em desvantagem clara nos mercados internacionais, face a produtos mais baratos, menos alcoólicos, de melhor qualidade e que se adequavam aos novos gostos dos consumidores.

¹⁹⁴ Por decreto de 10-05-1907 o governo reconheceria oficialmente a marca regional “moscatel de Setúbal”. A designação e a área demarcada foram confirmadas pelo decreto de 1-10-1908. Outra hipótese seria uma comparação com o “Carcavelos”.

¹⁹⁵ A denominação deste vinho associava-se, tal como o Porto e o antigo Faial, ao seu principal porto exportador. O moscatel de Setúbal começou a ter fama a partir do século XIX, estando o seu desenvolvimento muito ligado ao grande proprietário, negociante e viticultor, José Maria da Fonseca, que continuaria e expandiria uma rede de negócios já iniciada por seu pai. Ver António Porto Soares Franco (1938), “O Moscatel de Setúbal”, comunicação apresentada ao *V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho em 1938*, Lisboa: Editorial Império, pp. 15, 19-21.

¹⁹⁶ “Relatório do agrónomo subalterno da 12ª Região Agronómica, sobre serviços agrícolas e filoxéricos no ano de 1891”, *BDGA*, nº 12, 1892, pp. 1236-1237.

Os antigos vinhos finos do Pico dificilmente seriam agora rentáveis. Os seus custos de produção eram elevados, o mercado interno não os absorvia e no mercado externo a concorrência era grande. Mesmo vinhos prestigiados como o Porto, o Madeira ou o Jerez lutavam com dificuldades de exportação e com as alterações nas tendências do gosto dos consumidores. Não será por isso de estranhar que em 1892, segundo o mapa da exportação de vinhos desse ano civil, os Açores tivessem apenas vendido para o exterior quantidades diminutas. O único mercado era o dos EUA, havendo igualmente algum deste produto utilizado no gasto das embarcações. Da mesma forma, não aparecia sequer registada a produção e exportação de qualquer tipo de vinho licoroso¹⁹⁷.

Em 1892 os dados oficiais atribuíam ao distrito de Ponta Delgada uma área de apenas 108 hectares de vinha europeia, contra 3926 de vinha americana, num total de 4034 hectares¹⁹⁸. Um publicista micaelense, apesar de tudo muito optimista em relação à qualidade das castas americanas escrevia que a casta Isabela, muito exigente e nada recomendada, só depois de muito modificada pelo clima é que chegava a produzir um vinho capaz de ser consumido na ilha, e, na estação calmosa, de ser exportado para o Brasil. A fabricação de um vinho a partir destas castas foi, pois, até à sua exportação para o Brasil sobre a designação de *Açor*, apoiada por uma campanha de promoção e propaganda. Contudo, o seu comércio não se manteria por mais de uma década, acabando por se extinguir por completo¹⁹⁹. Infelizmente não temos números para esta exportação. Porém, apesar de todo o entusiasmo e de todo o esforço, ela parece-nos ter sido sempre relativamente residual no conjunto da economia da ilha.

Apesar das tentativas para debelar a praga, os ataques da filoxera em São Miguel foram ruinosos. Nos Açores, em 1892, a área das vinhas filoxeradas concentrava-se no distrito de Ponta Delgada, atingindo já o elevado número de 4994 hectares. A área infectada nos outros dois distritos açorianos era consideravelmente menor: 18 ha em Angra e apenas 1 na

¹⁹⁷ BDGA, – Economia Vinícola -, 5º Ano, Nº 11, 1894, p. 934.

¹⁹⁸ Infelizmente os dados dos outros distritos são pouco consistentes, não permitindo uma leitura correcta. Neles estão misturados os hectares de vinha europeia e americana. Cf. *Anuário Estatístico de 1892*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 282.

¹⁹⁹ Carlos Alberto Medeiros (1994), “Contribuição para o estudo da Vinha e do Vinho nos Açores”, p. 215 e também Gabriel d’ Almeida (1887), *A Vinha – Notas Vitícolas e Vinícolas*, pp. 6-9.

Horta, de acordo com os números oficiais²⁰⁰. Em 1893, um conhecido jornalista lisboeta, Manuel Emídio da Silva, registava em viagem aos Açores que até a produção de “vinho de cheiro” se achava muito reduzida, em virtude do ataque do terrível parasita²⁰¹. Perante as dificuldades e os elevados dispêndios que passou a exigir a cultura da vinha, a agricultura micaelense concentrou-se na produção de tabaco, de batata doce para destilação de álcool industrial nas fábricas locais e, a partir da viragem do século, no cultivo do ananás em estufa²⁰².

Passados poucos anos, em 1894, a acção da filoxera já havia devastado as maiores ilhas do arquipélago. No distrito de Angra, fruto em grande parte dos ataques do oídio e da antracnose, a Isabela e o resistente Verdelho branco eram as únicas castas que se cultivavam com destino à vinificação. Mesmo assim, muitas vezes, elas tinham que ser enxertadas a cavalo em plantas de outras castas americanas mais resistentes à filoxera, como a *Rupestris* ou a *Riparias*²⁰³. A destruição provocada pela filoxera tinha progredido consideravelmente nestas três ilhas. Em 1894 referia-se que, em cerca de 800 hectares de área total ocupada por castas europeias, 404, ou seja metade, já estariam filoxerados²⁰⁴.

²⁰⁰ *Anuário Estatístico de Portugal para 1892*, p. 284. Curiosamente e só para realçar a fraca qualidade das estatísticas oficiais note-se que o distrito de Ponta Delgada apresentava no mesmo *Anuário* um total de 4034 hectares de superfície cultivada com vinha e que esta avaliação da área aproximada das vinhas filoxeradas subia aos 4994 hectares! Pensamos que quer uma, quer outra estimativa estão sobreavaliadas.

²⁰¹ Manuel Emídio da Silva (1893), *São Miguel em 1893*, p. 38.

²⁰² Presume-se que o ananás foi introduzido nos Açores antes de 1847, embora a sua cultura só tenha começado a tomar forma a partir de 1872. Na viragem do século e nas primeiras décadas do século XX esta exportação tomou proporções significativas na ilha de São Miguel, cf *Açores: breves informações sobre a vitivinicultura (Pico e Graciosa), a cultura do ananás, o tabaco e a sua industrialização, o chá*, Ponta Delgada: Sec. Regional da Agricultura e Pescas/ Sec. Regional do Comércio e Indústria, 1977, pp. 19-26. Em 1901 o número de frutos exportados pelo distrito de Ponta Delgada atingia os 801.449, em 1902 subia para 882.569, em 1903 estava em 889.682, em 1904 chegava aos 982.270, em 1905 situava-se nos 1.207.656, *Boletim do Mercado Central de Produtos Agrícolas*, Lisboa, 1905, p. 213.

²⁰³ BDGA, nº 12, 1894, pp. 1054-1056. Sobre as castas americanas, suas características, resistência às pragas, utilização e primeiras hibridações veja-se o relatório de António Batalha Reis (1892), *Memória Sobre Vides Americanas e suas Híbridas. Missão agrícola ordenada por portaria de 2 de Junho de 1890, realizada desde 16 de Julho de 1890 a 24 de Novembro de 1890*, Lisboa: Imprensa Nacional.

²⁰⁴ “Relatório da comissão de estatística vitícola e vinícola” in BDGA, nº 11, 1894, pp. 909.

As tentativas de reconversão não se ficaram pelas ilhas de maior dimensão. Em São Jorge os grandes proprietários de vinhedos também tentaram recuperar esta cultura. A receita foi a usual e já experimentada: apostaram nas castas americanas, sem contudo esquecer parte das castas originais mais apreciadas. O barão do Ribeiro, Amaro Soares de Albergaria, o morgado Miguel Teixeira Soares de Sousa, José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa Júnior e D^a Marta Joaquina Pereira da Silveira e Sousa, os principais proprietários, foram tentando recriar a cultura da vinha. Os resultados serão escassos, apesar de algumas boas colheitas de “vinho de cheiro” em anos ocasionais. A ilha era muito húmida e os novos custos de produção associados ao combate das pragas incomportáveis²⁰⁵. A filoxera faria aqui a sua aparição em 1897. Poucos anos mais tarde, em Março de 1901, João Caetano de Lacerda escrevia numa carta a seu filho Francisco, que havia ido à “Fajã podar uns bacelos de vinha Terrantez que ainda não foram devorados pela filoxera. Quanto à vinha de cheiro essa foi-se de vez”²⁰⁶. A chegada da filoxera parece ter vindo destruir o que o oídio poupava ou o que tinha sido plantado posteriormente nas zonas de biscoito da ilha.

Apenas a Graciosa persistiu, durante todo o século XIX, ligada às suas produções tradicionais mediterrânicas: o vinho, a cevada e o trigo. Produzidas em pequenas quantidades e favorecidas pelas condições ecológicas particulares desta ilha conseguiram sempre alimentar um mercado regional carecido. Porém, Júlio Máximo Pereira, em 1893, faria um retrato menos ameno da sua economia: a indústria da ilha era nula e a produção ficava-se pelos cereais e pelo vinho, cultura que mesmo assim estava em franca decadência devido aos efeitos desastrosos do oídio. Todo o vinho era exportado para a Terceira e algum cereal também, principalmente cevada, que era enviado para Lisboa²⁰⁷.

Ao contrário de ilhas como a Graciosa ou o Pico onde, não obstante o grande impacto do oídio e da filoxera, esta cultura conseguiu recuperar e manter uma razoável prosperidade, a situação vinícola de São Jorge ficará irremediavelmente afectada. Em 1890, o Pico e a Graciosa ainda têm uma pequena produção regular de Verdelho e exportam “vinho de cheiro” para

²⁰⁵ João Duarte de Sousa, (1897), *Ilha de São Jorge...*, pp. 114-116, e José Cândido da Silveira Avelar (1902), *Ilha de São Jorge (Açores)...*, p. 150.

²⁰⁶ João Caetano de Sousa e Lacerda (1988), *Cartas a Francisco de Lacerda*, p. 63.

²⁰⁷ Júlio Máximo Pereira (1893), “Recordações dos Açores”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 12^a série, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 331-372.

outras ilhas do arquipélago, enquanto em São Jorge a situação, apesar de várias oscilações, nunca se recomporá. Em São Jorge o ataque das moléstias foi muito forte. Na primeira década do século XX parecia nem poupar a “uva de cheiro”, fazendo destruições nas fajãs e nos biscoitos que reduziam a pequena produção a um mínimo incapaz de subsistir e de ser rentável²⁰⁸. Apesar de algumas plantações de vinha resistente e de enxertos, a produção nesta ilha era sempre em pequena escala, feita em reduzidos prédios de biscoito que dificilmente poderiam permitir uma reconversão desta cultura, assim como um combate eficaz aos fungos e parasitas. João Caetano de Sousa e Lacerda que nas suas cartas se vai sempre queixando ao filho Maestro das fracas colheitas que alcançava escrevia-lhe em 1910: “Da pouca vinha que deixou a filoxera ainda fiz 30 potes, ou seja 360 litros. Ainda dará para vinagre e para molhar o bico nos dias de festa”²⁰⁹. De facto, esta era uma imagem aproximada da ruína a que ficou reduzida a produção de vinho em São Jorge. Tornara-se uma cultura local destinada sobretudo ao autoconsumo, enfrentando sempre os ataques incertos das pragas. Longe estavam os anos de exportação do final do século XVIII e inícios do XIX. O quadro 6, ao permitir observar detalhadamente a trajetória da vitivinicultura nos 5 concelhos e nas 3 ilhas do distrito de Angra, vem confirmar boa parte destes comentários. Contudo, conviria num futuro próximo tentar alargar esta primeira recolha às outras ilhas produtoras, pelo menos ao Pico e a São Miguel.

Quadro 6. Produção de Vinho do Distrito de Angra do Heroísmo por Ilhas e Concelhos (Hectolitros) – Anos de 1862, 1865, 1868-1969, 1871-1874, 1880-1911

Anos	Terceira			São Jorge			Graciosa	Distrito
	Angra	Praia	Total Ilha	Velas	Calheta	total Ilha	Sta Cruz	Total distrital
1862	-	50,7	50,7	89,1	1422,5	1511,6	2527,5	4089,8
1865	-	101,5	101,5	-	97,2	97,2	4885	5083,5
1868	4	198	202	66	155	221	2783	3206
1869	-	33	33	125	126	251	3061	3345
1871	59	198	257	72	390	462	5000	5719
1872	28,49	157,85	186,29	96	270	366	4800	5352,3
1873	13	169,12	182,12	384	560	944	9600	10726
1874	17	132	149	240	610	850	5000	5999

²⁰⁸ João Nogueira de Freitas (1890), *Relatório da 12ª Região Agronómica...*, pp. 61 e 64 e João Caetano de Sousa e Lacerda (1988), *Cartas a Francisco de Lacerda*, pp. 37, 80, 185, 281.

²⁰⁹ João Caetano de Sousa e Lacerda, *idem*, p. 281.

Anos	Terceira			São Jorge			Graciosa	Distrito
	Angra	Praia	Total Ilha	Velas	Calheta	total Ilha	Sta Cruz	Total distrital
1880	900	400	1300	500,4	560	1160,4	3840	6200
1881	100	660	760	48,6	560	608,6	2 600	3968,6
1882	180	167,2	347,2	59,1	240	299,1	1800	2446,3
1883	260	220	480	82,2	240	322,2	2500	3302,2
1884	800	242	1042	153,6	240	393,6	1800	3235,6
1885	900	352	1252	415	360	775	27	2054
1886	4900	440	4900	280	150	430	1800	7570
1887	960	835,5	1795,5	300	100	300	1350	3545,5
1889	1173	2 486	3659	250	400	650	1 350	5659
1890	1160	3 150	4310	250	400	650	1500	6460
1891	1099	5280	6379	400	720	1120	1300	8799
1892	990	1469,6	2459,6	300	825	1125	1680	5264,6
1893	146	330,2	476,2	200	65	265	1640	2381,2
1894	927,6	4840	5767,5	300	150	450	220	7113,2
1895	941,2	4840	5341,2	300	935	1235	30	4626,2
1896	1720,4	4840	6560,2	1500	2760	4260	400	11220,4
1897					1300			
1898	977,4	520	1497,4	500	450	950	32	2479,4
1899	1039	790	1829	300	450	750	2000	4579
1900	706	3040	3746	240	380	620	14400	18766
1901	832	4045	4877	120	320	440	11000	16317
1902	655	3030	3685	60	150	210	1040	4899
1903	817	5050	5867	60	255	315	3000	9182
1904	585	8920	9505	40	90	130	2400	12035
1905	1020	10000	11020	60	850	910	2000	13930
1906	580	1000	1580	180	200	380	960	2920
1907	1200	1400	2600	1200	288	1488	4320	8408
1908	1700	4800	6500	171	346	517	3810	10827
1909	1500	9000	10500	106	20	126	2016	12642
1910	880	4000	4880	105	375	480	1800	7160
1911	575	1000	1575	143	275	418	1800	3793

Fontes: Dados 1862 e 1869-1873, AHMOP, DGCI, RA, IS (os dados em pipas foram convertidos pelas medidas dos concelhos, agregando-se os municípios extintos aos sobreviventes). Dados 1874, *Relatório Apresentado à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo na sua Sessão Ordinária de 1875, pelo Secretário Geral servindo de Governador Civil Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares*, Angra: Tip. do Governo Civil, 1875, p. 141. Dados 1880-1886, João Nogueira de Freitas (1890), *Relatório da 12ª Região Agronómica*, ..., p. 70, e *Anuário Estatístico de Portugal, ano de 1892*, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 280-281. Dados 1887-1911, *Livros de Registo da Correspondência da Comissão Distrital de Estatística do Distrito Administrativo de Angra do Heroísmo (1888-1914)*, BPARAH, Fundo do Governo Civil.

Dados para o concelho da Calheta em 1887 e 1897. BPARAH, "Mapa da produção de vinho, vinagre e aguardente no ano de 1895", fundo do concelho da Calheta (por catalogar). Agradeço ao Paulo Lopes de Matos por me ter generosamente disponibilizado estes dados.

Debatendo-se contra o feroz ataque dos agentes fitopatológicos, com um clima e uma orografia pouco favoráveis, formas de plantio e práticas culturais demasiado tradicionais, o rendimento por hectare das vinhas do arquipélago não podia deixar de se manifestar escasso quando comparado com outras regiões produtoras. Segundo dados da Comissão Nacional de Estatística Vinícola e Vitícola²¹⁰, baseados na análise da colheita de 1893, o rendimento em vinho por hectare de superfície cultivada era mais baixo nos Açores que no resto do país, como aliás o demonstra o quadro seguinte. Se a média nacional do rendimento rondava os 18,6 hectolitros por ha, nas ilhas esta baixava para uns modestos 13,4²¹¹.

Quadro 7. Rendimento em Hectolitros de Vinho por Hectare de Superfície Cultivada nos Distritos dos Açores (1893)

Distritos	Rendimento em hectolitros
Angra	14,0
Horta	5,3
Ponta Delgada	21,0
Média regional	13,43

Fonte: Bernardo Camilo Cincinato da Costa (1900), "Les vignobles et les vins", in B. C. Cincinato da Costa e D. Luís de Castro (dirs.), *Le Portugal du Point de Vue Agricole*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 338.

Novos dados, publicados cerca de 10 anos mais tarde, em 1903, pela Comissão Nacional de Estatística Vitícola e Vinícola darão um rendimento médio da produção ainda mais afastado dos números registados em Portugal continental. Se a média era aqui de 19,84 hectolitros por hectare, no distrito de Angra esta não passava dos 12,72, descendo no da Horta a 7,45 para atingir o mínimo nacional em Ponta Delgada onde este rendi-

²¹⁰ Comissão constituída por Paulo de Moraes (relator), Alfredo de Vilanova Vasconcelos Correia de Barros, Manuel Rodrigues Gondim, Ramiro Larcher Marçal e Joaquim Gomes de Sousa Belford.

²¹¹ Bernardo Camilo Cincinato da Costa (1900), "Les vignobles et les vins", in B. C. Cincinato da Costa e D. Luís de Castro (dirs.), *Le Portugal du Point de Vue Agricole*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 338. Existem igualmente números para a produção média por hectare em 1894 no *Anuário Estatístico de 1900*, p. 333. Estes dados não nos parecem, contudo, credíveis pois apontam para uma produção de 37 hectolitros por hectare no distrito da Horta, a mais alta a nível nacional, superior a excelentes zonas de vinho de pasto como o distrito de Leiria (36,4 hl) ou Santarém (25 hl).

mento apenas alcançava os 2,07 hectolitros²¹². Estas cifras reflectem diferentes formas de cultivo da vinha – também visíveis nos números apontados para as cepas por hectare -. Enquanto um hectare de vinha nas zonas mais pobres de lagido e biscoito apenas comportava 700 a 1000 cepas, noutras áreas de terra de melhor qualidade e em encosta, como por exemplo nos arredores de Angra, a mesma superfície poderia comportar 2000 a 5000 barbados. Contudo, o normal era as cepas andarem num intervalo de cerca de 700 por hectare para o primeiro tipo de solos e de propriedades e de 1000 a 1100 no segundo caso²¹³. A viticultura insular não dispunha de margem de manobra para competir com as regiões mais avançadas do continente. Restava-lhe, contudo, o espaço ocupado pelas castas americanas e pelo mercado regional.

O panorama não era totalmente negro. Apesar das pragas, o cultivo da vinha avançou e teve alguma recuperação. Mas o crescimento da produção deveu-se mais à replantação e ao aumento da área cultivada do que a alterações na organização produtiva, nos processos de transformação, na intensificação do factor trabalho ou na introdução de inovações tecnológicas e de novos factores.

Em 1903 o distrito de Ponta Delgada liderava a área cultivada com 4034 hectares, seguindo o da Horta com 3022; bem mais atrás ficava o de Angra com apenas 809 hectares de vinhas. Eram números superiores aos já referidos para 1885 e que traduzem um sucesso relativo no processo de replantação e reconversão. Esta tendência para a expansão da superfície cultivada acompanhava inclusive o continente do país, onde, em 1903, a vinha ocupava 313.000 hectares, mais 110.000 do que em 1867, ou seja, 6,1% da superfície cultivada²¹⁴. Contudo, no caso dos Açores, os mercados externos e os nichos de qualidade estavam definitivamente perdidos. Em 1907 o governo de João Franco aprovava o decreto de criação de regiões vinícolas demarcadas. Para além da do Douro, produtor de Vinho do Porto e já existente desde os tempos do Marquês de Pombal, eram criadas as seguintes: Carcavelos, Colares, Vinho Verde, Vinhos de Pasto do Dão, e Vinhos de Pasto do Douro. Nenhuma se localizava nas ilhas. Parte desta

²¹²“Produção e comércio dos vinhos portugueses: algumas notas e dados estatísticos”, *Boletim de Estatística e Informação Agrícola*, 1928, ano II, nº 3, p. 10.

²¹³“Relatório da comissão de estatística vitícola e vinícola”, BDGA, nº 11, 1894, pp. 866, 890-891.

²¹⁴Conceição Andrade Martins (1990), *Memória do Vinho do Porto*, p. 361.

legislação seria alterada em 1908, sendo então estabelecidos os primeiros passos para a futura regulamentação do sector do Vinho Madeira²¹⁵. Esta regulamentação chegaria com o decreto de 11 de Março de 1909, assinado pelo então Ministro e lente de Agronomia, D. Luís Filipe de Castro. A nova legislação estabeleceria regras específicas de comércio, exportação e fiscalização, bem como as primeiras disposições de determinação da origem e o conjunto de procedimentos burocráticos a observar. Numa vertente mais relacionada com o fomento seria criada uma comissão de viticultura da região da Madeira²¹⁶.

Em 1908, no capítulo sobre o vinho de um livro escrito por um importante agrónomo da época, versando a produção e comércio dos principais géneros agrícolas em Portugal, não surge uma única palavra sobre os vinhos açorianos. Nem sobre os de pasto, nem sobre os licorosos²¹⁷. A sua produção era não apenas reduzida, como a qualidade geral duvidosa.

Poucos anos depois, em 1910, o Estado continuava as políticas de enquadramento, regulamentação da produção e demarcação das regiões vinícolas do continente. O ministro Manuel António Moreira Júnior assinaria nesse ano vários decretos relativos ao comércio de vinhos de pasto do tipo regional de Colares e do Dão, criando comissões de viticultura nas referidas regiões, regulamentos para a sua exportação e uma primeira série de regras a observar no controle e qualidade da produção²¹⁸.

A vitivinicultura açoriana estava, sem dúvida, esquecida. A trajectória de reconversão e de redução da qualidade do vinho produzido que se vinha sentindo desde o aparecimento do oídio, não tinha tido qualquer inflexão no sentido de criar tipos regionais ou produtos mais exigentes. Resta apurar se a assistência agronómica aos viticultores açorianos foi suficiente e, se não foi, quais as prováveis razões que conduziram a esta orientação. Tal análise terá que olhar tanto a receptividade e as práticas dos produtores, como o desempenho das redes institucionais envolvidas. No continente, a assistência agronómica aos vitivinicultores constituiu um sector importante

²¹⁵ Conceição Andrade Martins, idem, p. 365. Ver Decreto nº 1 de 10 de Maio de 1907 e Decreto de 2 de Dezembro de 1907. Para as alterações ver a Carta de Lei de 18 de Setembro de 1908.

²¹⁶ *Regulamento para o Comércio do Vinho da Madeira aprovado por Decreto de 11 de Março de 1909*, Lisboa: Imprensa Nacional.

²¹⁷ Bernardo Camilo Cincinato da Costa (1908), *Produção e Comércio dos Principais Géneros Agrícolas de Portugal*, pp. 5-31.

²¹⁸ Ambos os decretos são de 25 de Maio de 1910.

no nascimento e crescimento dos serviços de enquadramento e modernização agrícolas, dando frutos satisfatórios no aumento constante quer da área cultivada, quer da produção, bem evidentes nas décadas finais do século XIX e inícios do século XX.

Nos principais territórios produtores dos Açores, as castas americanas tinham vindo para ficar, assim como a extensa panóplia de doenças e fungos. A Isabela continuou a ser largamente enxertada. A sua resistência, produtividade e adaptação ao clima insular valeram-lhes uma preponderância crescente. O repovoamento com castas americanas foi sendo feito, um pouco por todas as ilhas, à medida que a fraca resistência das castas europeias as ia consumindo. Mas tal não foi suficiente para garantir qualquer fluxo continuado de exportação de vinho. Apenas se alterou a produção e o vinho regional passou a ser, quase esmagadoramente, o denominado “vinho de cheiro”, ao qual o paladar das populações e a mão do agricultor se foram habituando. As ilhas não tornaram a produzir um vinho aceitável para os padrões estrangeiros e continentais e as pipas açorianas, cheias do vinho acídulo e forte da Isabela, ficaram restritas a um estreito mercado de consumo local, tanto mais pequeno, quanto a produção para autoconsumo era elevada e o vinho, produzido em quase todas as ilhas e com características semelhantes, não permitia nem uma especialização dos territórios insulares, nem fluxos de interdependência entre eles. As ilhas, demasiado parecidas entre si, continuavam a produzir para si próprias: um mercado regional mais integrado e interdependente permaneceu uma miragem.

7. Principais viticultores e comerciantes de vinho em 1892

Em 1892 o ministro das Obras Públicas, Pedro Vítor da Costa Sequeira, criava a Comissão Promotora do Comércio de Vinhos e Azeites. Esta instituição tinha como missão estabelecer a ligação entre a vitivinicultura nacional e o comércio internacional, promovendo a adequação da produção portuguesa aos gostos e aos mercados externos. Com vista a construir uma política económica e alguma regulação nestes sectores, a comissão desenvolverá uma série de levantamentos dos agentes envolvidos e da sua distribuição geográfica. No Boletim de 1894 apresentar-se-ia uma relação dos principais comerciantes por atacado de vinhos e azeites em todos os concelhos do país. No entanto, tal como era prática comum desde há décadas, nem todas as câmaras municipais satisfizeram este pedido de informações.

À partida, nos Açores, não poderiam existir grandes comerciantes de azeite, já que esta árvore não é cultivada nas ilhas, sendo aqui a gordura vegetal substituída pela banha de porco. As listas ficariam aqui cingidas ao comércio de vinhos. No caso do distrito de Angra, as câmaras de Angra, Praia e Velas afirmaram que nestes concelhos não havia este tipo de comércio, e as da Calheta e de Santa Cruz não enviaram, simplesmente, qualquer resposta. No distrito da Horta, a situação foi semelhante, Corvo, Lages do Pico, Madalena, Lages e Santa Cruz das Flores, responderam negativamente. As câmaras da Horta e de São Roque não enviaram a respectiva relação à Comissão. No distrito de Ponta Delgada apenas as autoridades da capital deram conta da existência de três comerciantes de vinho: Domingos Dias Machado – nessa altura já residente na sua Quinta da Picanceira, em Mafra, de onde provavelmente exportaria vinho de pasto a granel para São Miguel -, Francisco Xavier Pinto e José de Medeiros Cogumbreiro, estes dois últimos residentes na cidade de Ponta Delgada. As câmaras da Lagoa, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo enviaram respostas negativas, e a de Vila do Porto não respondeu ao pedido²¹⁹.

Num país onde o vinho e azeite constituíam alguns dos principais géneros agrícolas de consumo e exportação, pode-se atentar da fraca importância que estes tinham nas ilhas açorianas, ganhando apenas algum destaque no maior centro urbano do arquipélago, onde as necessidades de abastecimento das populações deviam compensar o tráfego e a sua compra e venda regular.

Neste mesmo Boletim foi publicado uma relação, por concelhos, dos principais viticultores do país, embora apenas nos sejam dados os seus nomes e moradas, sem qualquer referência a superfícies cultivadas, quantidades produzidas, ou a qualquer relação de ordem de grandeza entre eles. Assim, devemos ter no lote não só os grandes viticultores, mas também outros cujas produções deverão ser manifestamente inferiores, não se podendo avaliar quais eram, de facto, os maiores produtores e proprietários envolvidos nesta actividade. Em São Jorge, por exemplo, nas vindimas dos pequenos proprietários, a uva era esmagada à mão em pequenas dornas nas minúsculas adegas dos seus produtores, dando resultado a quase ínfimas produções que vinham apenas reforçar a autarcia da casa camponesa, abastecendo-a de vinho e aguardente.

²¹⁹ *Boletim da Comissão Central Promotora de Vinhos e Azeites*, MOPCI. DGA, ano I, nº 1, pp. 119-120.

No distrito de Angra, apenas as câmaras de Santa Cruz da Graciosa e de Angra responderam à Comissão, não tendo sido recebidas as respostas dos restantes concelhos (Praia da Vitória, Velas e Calheta). A falta desta fonte para o concelho da Praia da Vitória deixa-nos um retrato muito incompleto dos viticultores terceirenses. Seria neste último concelho que se faria um dos maiores esforços de replantação e de intensificação desta cultura na ilha. Durante os últimos anos do século XIX e os inícios do século XX, em que o oídio e a filoxera atacavam ainda com vigor, Francisco Maria Brum, um importante lavrador e influente político, foi arroteando áreas importantes de vinhedo na freguesia dos Biscoitos. Se bem que não esquecesse as castas americanas que nos Açores se tornaram quase hegemónicas, este lavrador expandiu sobretudo a área do tradicional Verdelho, que se tornou uma especialidade nesta localidade, num exemplo que foi sendo seguido posteriormente por outros proprietários²²⁰.

Quadro 8. Relação dos Principais Viticultores do Concelho de Angra (1893)

Viticultores	Residência
Visconde de N. Sra das Mercês	Angra
Barão do Ramalho	Angra
Conselheiro José Inácio de Almeida Monjardino	Angra
Vital de Bettencourt Vasconcelos e Lemos	Angra
Francisco de Paula de Barcelos Machado Bettencourt	Angra
Francisco Sieuve de Menezes	Angra
João Correia Maduro	Angra
Conselheiro Luís Merens de Tavora	Angra
Francisco José Gabriel	Angra
Bento José de Matos Abreu (herdeiros)	Angra
Dr José Augusto Nogueira Sampaio	Angra
António José Veríssimo dos Santos Pacheco	Angra
João Belo de Moraes	Angra
Total 13	—

Fonte: *Boletim da Comissão Central Promotora de Vinhos e Azeites*, MOPCI, DGA; ano I, 1894, n.º 1, p. 208-209.

Deste conjunto de 13 nomes apenas João Correia Maduro e Francisco José Gabriel escapavam às listas dos 40 maiores contribuintes prediais e

²²⁰ Ver Augusto Gomes (1993), *A Alma da nossa Gente: Repositório de Usos e Costumes da Ilha Terceira (Açores)*, Angra: Edição da DRAC, pp. 95-101.

industriais do concelho de Angra. Boa parte dos herdeiros das principais casas vinculares da ilha continuavam a fazer parte deste grupo, assim como estava já representada uma das grandes fortunas da Angra burguesa: a de Bento José de Matos Abreu. Curiosamente, todos estes homens habitavam em espaço urbano e não nas suas Quintas, onde apenas passavam temporadas. Os prédios de vinha da ilha tinham uma dimensão pequena, estavam normalmente agregados a outros espaços de exploração agrícola e esta estava entregue a feitores ou arrendada. Por algum interesse que pudessem ter nas actividades ligadas à terra estas eram secundárias face à multiplicidade de níveis e de áreas de actividade em que normalmente estes notáveis actuavam. Eles eram proprietários, funcionários públicos, advogados, negociantes e capitalistas e não lavradores a tempo inteiro. O vinho nunca foi nos Açores uma produção de grandes unidades fundiárias que necessitavam de uma elevada especialização e dedicação dos proprietários.

Quadro 9. Relação dos Principais Viticultores do Concelho de Santa Cruz da Graciosa (1893)

Viticultores	Residência
Francisco da Cunha Silveira Bettencourt	Santa Cruz
Comendador Manuel de Simas	Idem
José Correia de Mendonça Pacheco e Melo	Idem
Francisco de Mendonça Pacheco e Melo	Idem
D. Catarina Amália da Cunha Silveira Bettencourt	Idem
Francisco de Paula Bettencourt e Melo	Idem
Manuel de Sousa Machado da Cunha	Idem
Raimundo Menezes e Cunha	Idem
Francisco Teles Pinto de Leão	Santa Cruz
Tomás Machado Bettencourt	Santa Cruz
António Correia Eiró	Santa Cruz
José Spínola Bettencourt	Santa Cruz
Padre Manuel de Sousa e Silva	Santa Cruz
José João Medina	Santa Cruz
Numa Pompílio Bettencourt	Santa Cruz
Melchíades Augusto Miranda	Santa Cruz
José de Castro do Canto e Melo	Santa Cruz
Manuel de Simas e Cunha	Santa Cruz
José Leite Bettencourt	Santa Cruz
Francisco Vicente Pamplona Ramos	Santa Cruz
D. Isabel Maria de Mendonça Pacheco e Melo	Santa Cruz

Viticultores	Residência
José João da Cunha Vasconcelos	Santa Cruz
Dr João Álvaro de Brito Albuquerque	Fonte do Mato
João Inácio de Melo	Caminho da Vitória
João Spínola Bettencourt	Caminho da Ribeirinha
Sebastião Correia de Sousa e Silva	Caminho da Ribeirinha
Dr Diogo de Barcelos Machado Bettencourt	Angra
José Borges Leal Corte Real	Angra
D. Maria Carmira Mesquita	Angra
António Martins Pamplona	Angra
D. Maria do Carmo de Ornelas Bruges	Angra
Teotónio Martins Pamplona	Angra
Total	—

Fonte: *Boletim da Comissão Central Promotora de Vinhos e Azeites*, MOPCI, DGA; ano I, 1894, nº 1, p. 208-209.

Para o distrito da Horta existem listas para os concelhos das Lages do Pico, Madalena e Horta, não tendo sido recebidos as relações de São Roque e dos municípios das Flores, onde a produção de vinho era irrelevante; quanto à câmara do Corvo respondeu não existir qualquer produção na sua área. O mais interessante destas listas dos principais viticultores do distrito, são as sobreposições dos mesmos indivíduos em mais do que um concelho. Assim, dos 47 viticultores recenseados no concelho da Horta, 16 surgem igualmente na lista da Madalena do Pico²²¹. No concelho das Lages, menos vinícola que o precedente, a lista é toda ela composta por proprietários locais.

Quanto ao distrito de Ponta Delgada, esta fonte não nos adianta qualquer lista de nomes. Ela somente refere que sendo diminuta a produção de vinho, ela é “unicamente destinada a consumo local²²²”.

²²¹ Nestas listas destaca-se Manuel Maria da Terra Brum, barão da Alagoa, que, caso único, à frente do seu nome, na lista da Madalena, tem a cifra de 1000 hectares, um número que a nosso ver é muito exagerado, não correspondendo sequer aos valores, bastante mais reduzidos, existentes no seu inventário por óbito em 1906.

²²² *Boletim da Comissão Central Promotora de Vinhos e Azeites*, MOPCI, DGA, ano I, 1894, nº 1, pp. 211.

Quadro 10. Relação dos Principais Viticultores do Concelho da Horta (1893)

Viticultores	Residência
Manuel Maria da Terra Brum	Horta todos
José de Bettencourt Vasconcelos Correia e Silva	Horta
António Mariano C. de Oliveira Ribeiro	Horta
Visconde de Santana	Horta
José António de Freitas Eduardo	Horta
Luís Garcia da Rosa	Horta
Francisco Pereira Ribeiro	Horta
Rodrigo Alves Guerra	Horta
António Fernandes de Carvalho	Horta
José Rodrigues	Horta
Laureano Pereira da Silva	Horta
Tomás de Ávila Boim Laranjo	Horta
José Augusto de Sequeira	Horta
José Augusto Laranjo	Horta
José Sebastião Bettencourt	Horta
José Baptista da Silveira	Horta
António Silveira de Lemos	Horta
D. Elisa Baptista	Horta
Conselheiro Manuel Francisco de Medeiros	Horta
Manuel Inácio B. do Canto Lacerda	Horta
Manuel Francisco da Silva Ribeiro	Horta
João Carvalho de Medeiros	Horta
António Correia de Melo	Horta
Pompeu Marques da Silva	Horta
Francisco Soares de Lacerda	Horta
Henrique de Sousa Furtado	Horta
Justino Augusto Rocha	Horta
José N. Ferreira Madruga	Horta
Dr. Manuel Maria de Melo e Simas	Horta
Conselheiro António Patrício da Terra Pinheiro	Horta
Augusto César de Sá Linhares	Horta
Dr. António Emílio Severino de Avelar	Horta
Dr. José Bressane Leite Perry	Horta
D. Deolinda da Silva Reis	Horta
Francisco Ribeiro Pamplona Corte Real	Horta
Francisco Pereira da Silveira Ramos	Horta
D. Francisca Borges de Lacerda	Horta
Sebastião Pereira de Lacerda	Horta
Fortunato Lacerda Pereira	Horta

Viticultores	Residência
José Cândido de Bettencourt Furtado	Horta
António José de Medeiros	Horta
António Pereira de Lacerda	Horta
Frederico Xavier de Mesquita	Horta
Manuel Pereira do Amaral	Horta
Roque Monteiro Furtado de Melo	Horta
José de Lacerda Azevedo	Horta
António Miguel da Silveira	Horta
Total	—

Fonte: *Boletim da Comissão Central Promotora de Vinhos e Azeites*, MOPCI, DGA; ano I, 1894, nº 1, p. 209-210.

Quadro 11. Relação dos Principais Viticultores do Concelho das Lages do Pico (1893)

Viticultores	Residência
Amaro Adrião de Azevedo e Castro	Lages
José Maria Bettencourt	Lages
João Manuel Rodrigues de Sousa	Lages
António L. de B. Cardoso Machado	Lages
Dr. João Soares de Lacerda	Lages
Pe. João Pereira da Terra	Lages
José Francisco Fidalgo	Lages
Pe. Manuel Joaquim da Costa	Ribeira
José Silveira Jorge	Ribeira
Pe. António Silveira d'Ávila Furtado	Piedade
Fortunato Costa	Piedade
Marcos da Silva Neves	Piedade
Pe. Serafim d'Ávila Furtado	Calheta
José Fernandes Leal	Calheta
Total	14

Fonte: *Boletim da Comissão Central Promotora de Vinhos e Azeites*, MOPCI, DGA; ano I, 1894, nº 1, p. 210.

Em 1885, Ernesto Rebelo escrevia que no Faial “residiam e ainda residem grande número de proprietários de vinhas”²²³. No entanto, em 1893,

²²³ Ernesto Rebelo (1885), “Notas Açorianas”, p. 69.

de um universo de 46 viticultores recenseados no concelho da Madalena do Pico, apenas 22 habitavam na Horta. Os restantes eram já naturais desta ilha, residentes da Madalena, Bandeiras e Criação Velha. Se este é o sinal de um movimento de venda das suas vinhas por parte da antiga elite da Horta ainda é cedo para dizer. No entanto, demonstra como a interacção entre as duas ilhas contava com um número elevado de agentes do lado do Pico²²⁴.

Quadro 12. Relação dos Principais Viticultores do Concelho da Madalena do Pico (1893)

Viticultores	Residência
António Correia de Melo	Horta
António Fernandes de Carvalho	Horta
António Joaquim Serpa Peixoto	Bandeiras
António Garcia	Madalena
António Miguel da Silveira	Horta
António Mariano César de Oliveira Ribeiro	Horta
António Rodrigues da Silveira Amaral	Madalena
Augusto César de Sá Linhares	Horta
Cláudio de Faria Jorge	Criação Velha
Augusto Dally	Lisboa
Francisco Augusto de Mesquita	Madalena
Francisco Machado Joaquim	Madalena
Francisco Pereira da Silveira Ramos	Horta
Francisco Silveira Tavares	Criação Velha
Henrique de Sousa Furtado	Horta
João António da Silveira Sarmento	Madalena
João de Ávila de Freitas	Criação Velha
João Carvalho de Medeiros	Horta
João Garcia da Rosa Baptista	Madalena
Joaquim Pereira da Silveira	Madalena
José António de Freitas Eduardo	Horta
José Augusto de Sequeira	Horta
José de Bettencourt Vasconcelos Correia e Ávila	Horta
José C. de Sousa Faria	Horta

²²⁴ Marcelino Lima refere que a pequena obra, já várias vezes citada, de Manuel José de Arriaga Brum da Silveira (1822) conteria uma relação com o nome dos cerca de 150 maiores vinhateiros do Pico. Contudo, quer o exemplar existente na BNL quer o da BPA-RAH não dispõe de tal quadro nos seus anexos.; cf. Marcelino Lima (1940), *Anais do Município da Horta, Ilha do Faial*, p. 399.

Viticultores	Residência
José Francisco dos Santos Mendonça	Bandeiras
José Francisco da Silveira	Bandeiras
José Lourenço de Medeiros	Madalena
José Prudêncio Teles de Bettencourt	Madalena
D. Laura da Silva Correia	Horta
Laureano Pereira da Silva	Horta
Luís Garcia da Rosa	Horta
Manuel António de Bettencourt	Madalena
Manuel Dutra Martins	Criação Velha
Manuel Dutra de Faria	Criação Velha
Manuel de Faria e Miranda	Madalena
Dr. Manuel Francisco de Medeiros	Horta
Manuel Francisco da Silva Ribeiro	Horta
Manuel Inácio B. do Canto Lacerda	Horta
Manuel Joaquim da Silva Meneses	Horta
Dr. Manuel Maria de Melo e Simas	Horta
Manuel Maria da Terra Brum (1000 hectares)	Horta
Manuel Pereira da Silveira	Madalena
Manuel Ribeiro Terra	Madalena
Manuel Rodrigues Ferreira	Madalena
Pompeu Marques da Silva	Horta
Plácido de Sousa Garcia	Madalena
Total	

Fonte: *Boletim da Comissão Central Promotora de Vinhos e Azeites*, MOPCI, DGA; ano I, 1894, nº 1, p. 209-210.

Um facto curioso, é a referência escrita na fonte, à frente do nome de Manuel Maria da Terra Brum como sendo proprietário de mil hectares de vinha. O conjunto de propriedades que constam do seu inventário orfanológico é mais modesto. Provavelmente alguém terá trocado 1000 alqueires por 1000 hectares.

8. A situação do sector na década de 1920: o caso do Pico

Em Agosto de 1926, pouco antes do sismo que afectou o Faial e o Pico, ambas as ilhas receberam a visita de um respeitado enólogo e professor de agronomia, Pedro Pinto Bravo. Este havia sido enviado pelo ministério da Agricultura, depois de diligências várias por parte do então governador civil da Horta, Manuel Francisco das Neves²²⁵. Os seus conselhos seriam,

sobretudo, dirigidos aos viticultores picarotos, a ilha que ele refere como sendo mais importante nesta produção. Pedro Bravo distinguia os vinhedos do Pico entre aqueles que se situavam em terrenos pedregosos de lagido, mistério e biscoito e aqueles que estavam em chão de terra. Nos primeiros a vinha era cultura indisputada e os vinhos normalmente de melhor qualidade; nos segundos, ela competia com o milho e a batata-doce pelo mesmo espaço, produzindo com mais abundância um vinho de qualidade inferior. Mesmo assim, quer num local quer noutra, as castas maioritárias eram as americanas, com destaque para a Isabela, que fornecia um vinho de qualidade medíocre que ele aconselhava a fazer desaparecer de forma eventualmente lenta, mas consistente. Apesar da Isabela se manifestar pouco sensível ao míldio, dever-se-ia caminhar para o uso de novas e melhores castas, utilizando porta-exertos americanos mais bem escolhidos²²⁶. Contudo, os viticultores picarotos não pareciam muito abertos a estas novidades. Segundo o autor, esqueciam a enorme alteração das castas operada desde, sensivelmente, a década de 1860, e continuavam, muitas vezes, a atribuir ao clima e à influência nefasta do ar marítimo o que, com frequência, não passava do ataque de doenças criptogâmicas como o oídio e o míldio, que podiam ser combatidos mediante novas técnicas e o uso de novos produtos químicos. A maior parte dos produtores picarotos faziam uma má cultura da vinha “que se fosse feita por igual forma no continente seria a ruína dos viticultores”. Estes faziam uma cultura mais cara, mais intensiva em mão-de-obra, em cuidados agrícolas e na utilização de novos factores. No Pico dava-se ao solo apenas uma raspagem, não se atavam nem estacavam as videiras, aplicava-se raramente o sulfato e o enxofre, e fazia-se a erguida na época da maturação, “tendo até aí a videira rastejante sobre o solo estado quase sempre abafada pelas ervas, com os cachos assentes sobre

²²⁵ Pedro Pinto Bravo (1934), *Viticultura: Fabrico de Vinhos nos Açores. Indicações aos Viticultores das Ilhas, especialmente aos do Faial e Pico...* O engenheiro agrónomo Pedro de Castro Pinto Bravo era professor na Escola Nacional de Agricultura de Coimbra e tinha várias obras publicadas sobre vitivinicultura. Seria ministro da Agricultura entre Outubro de 1928 e Julho de 1929, durante um governo da Ditadura Militar, presidido pelo Coronel José Vicente de Freitas.

²²⁶ Refere mesmo a necessidade de experimentar castas europeias mais resistentes como a Pinot Branco e Tinto, Loin d'Oeli, Chasselas, várias variedades de Fernão Pires, Esgana Cão Branco, Cornifesto e Preto Foz Dão, ver Pedro Pinto Bravo (1934), *Viticultura: Fabrico de Vinhos nos Açores*, p. 13.

terra húmida”²²⁷. Mesmo que muitas explorações do continente tivessem maior dimensão, maior capacidade de recurso a capitais, terrenos mais fáceis e adaptados à nova disposição dos vinhedos, melhores condições meteorológicas e colheitas mais abundantes e regulares, não era razão para não tentar melhorar os vinhedos e os vinhos do Pico, bem como as suas técnicas de fabrico, tratamento e conservação.

Se bem que a sua estada no arquipélago tenha coincidido com os prejuízos causados pelo sismo, o retrato que nos deixa da vitivinicultura do Faial e do Pico não é lisonjeador, aproximando-se bastante do que Jácome de Ornelas Bruges havia traçado para a Terceira, em 1915²²⁸. A produção era pequena, as castas americanas maioritárias e desadequadas, os porta-enxertos pouco adaptados e utilizados sem critério ou conhecimento; as práticas culturais como as podas, a empa e o levantamento das cepas não eram feitas da forma mais moderna e tida como correcta e produtiva; o uso de adubos químicos e os tratamentos com enxofre e sulfato de cobre insuficientes. Tal como na viticultura reinava ainda um grande atraso nos processos de vinificação: o fabrico dos vinhos ressentia-se da não utilização de apetrechos técnicos e de novas substâncias químicas que permitiam corrigir ou retardar a acção dos micro-organismos, dando origem a um produto final mais equilibrado e uniforme²²⁹. A produção era tradicional, destinava-se a um mercado interno pouco exigente, que procurava sobretudo produtos baratos. As explorações eram normalmente muito pequenas, de base camponesa e com poucos factores tecnológicos. Pedro Pinto Bravo não tinha grandes esperanças que o seu pequeno opúsculo fizesse um grande escol de discípulos. Ele escreveria, referindo-se à vinificação, que uns desconfiariam da utilização das novas substâncias químicas, enquanto que outros vendo que era necessário gastar mais dinheiro, responderiam que sabiam fazer vinho à mesma com menos custos. Pragmático, Pedro Pinto Bravo, pedia aos mais inovadores que experimentassem os seus conselhos e que fizessem espalhar lentamente o bom exemplo e os bons resultados. Talvez com o tempo a fraca qualidade dos vinhos do arquipélago melhorasse.

²²⁷ O que segundo Pedro Pinto Bravo acabava por favorecer o aparecimentos dos fungos. Este agrónomo achava excessiva a interpretação do senso comum local que referia que a erguida das vinhas as prejudicava ao aumentar a exposição da planta aos ventos marítimos, cf. (1934), *Viticultura: Fabrico de Vinhos nos Açores*, pp. 11 e 15-16.

²²⁸ Jácome de Ornelas Bruges (1915), *A Ilha Terceira...*

²²⁹ sobre os processos de vinificação cf. Pedro Pinto Bravo, *idem*, pp. 18-30.

Um dos aspectos mais curiosos que este agrónomo ressaltaria seria o facto das videiras americanas necessitarem de maior área de expansão para as suas raízes, não se desenvolvendo com tanta força nos antigos mistérios, exigindo antes terrenos mais soltos e profundos. Se tivermos em atenção o crescimento da produção de vinho em ilhas como São Miguel e a Terceira, onde as áreas de *biscoito* eram menos extensas, menos áridas e pedregosas, assim como a baixa produtividade por hectare registada no distrito da Horta em 1903, talvez possamos encontrar aqui a origem de mais um factor que influenciou negativamente a trajectória da viticultura nas diferentes ilhas. As áreas do arquipélago onde anteriormente se concentravam as maiores produções teriam agora uma desvantagem face às novas castas. Nos seus terrenos tradicionais as plantações de vinhas enxertadas em americano não atingiam a pujança quer das outras áreas, quer das antigas castas europeias²³⁰.

9. Conclusão

Na segunda metade do século XIX a cultura da vinha era, provavelmente, aquela que garantia um maior rendimento líquido ao agricultor. No entanto, era também uma das mais exigentes e intensivas e assim permaneceu durante largos anos. De uma vitivinicultura tradicional, empírica e rotineira, muitas regiões da Europa se orientaram para uma produção em grande escala baseada em princípios agronómicos e científicos. Estes implicavam quer uma nova organização do plantio e das explorações, quer a utilização de adubos artificiais e de factores fito-sanitários que envolviam sempre custos acrescidos para o agricultor. Enquanto que no continente as vinhas plantadas sem ordem, em terrenos declivosos e difíceis foram sendo substituídas pela replantação em terrenos baixos, feita por alinhamentos, com uma disposição rugosa no terreno, nos Açores as coisas correram de outra forma. Aqui, as áreas de *biscoito* não permitiam esta linearidade geométrica, nem a utilização de máquinas, nem de estrumes ou de adubos e químicos em quantidade que poderiam aumentar o rendimento por hectare. A reconversão do sector vinícola exigia explorações de razoável dimensão, modernizadas e com capitais abundantes, capazes de fazer face aos elevados custos de replantação e aos novos cuidados e produtos que o combate

²³⁰ Pedro Pinto Bravo, *idem*, pp. 6-7.

às pragas passou a exigir. Se a plantação das vides pôde continuar no continente e até se desenvolver bastante no final do século vindo a ocupar de forma crescente os terrenos mais baixos, nos Açores este tipo de reconversão revelou-se impraticável. As novas técnicas vitícolas não estavam ao alcance do pequeno proprietário que continuou a apostar nas técnicas tradicionais (mais económicas, mas menos remuneradoras) de cultivo e preparação do vinho que passavam de geração em geração. No arquipélago mesmo os casos de sucesso foram alcançados através de uma recorrente e teimosa replantação tradicional com castas americanas e não do aumento da produção em grande escala ou da utilização massiva das novas técnicas e produtos fito-sanitários.

Como escreve Maria Carlos Radich o oídio, a filoxera e o míldio formam a trindade patológica que, sequencialmente, mais alterações produziu nos vinhedos nacionais²³¹. Nos Açores, qualquer uma destas doenças foi ajudada pelas condições meteorológicas, pelas formas de cultivo e pela configuração ecológica das áreas de biscoito, que não só ajudavam à propagação das doenças como dificultavam as hipóteses de se proceder ao seu combate e reconversão de forma rentável. O clima do arquipélago favorecia o aparecimento e propagação de fungos como o oídio, a antracnose, a erinose, a clorose e a podridão das raízes, necessitando alguns deles de constantes cargas de enxofre e de sulfato de cobre para o seu combate²³². Qualquer uma destas praga era aqui mais difícil de debelar que noutras regiões de clima mais mediterrânico. Enxofar, enxofar bem e a tempo e horas não era tarefa fácil nem barata, para mais quando se produzia um vinho de inferior qualidade. Com efeito, esta técnica nunca ganhou grande amplitude nas ilhas do arquipélago e não terá sido, apenas, por desleixo ou incúria. Enxofar numa região onde os aguaceiros eram uma constante era um pesadelo acordado para os viticultores, obrigados a repetir várias vezes as operações para que estas pudessem ter algum sucesso. Para produzir um vinho de fraca qualidade e com um mercado reduzido estes seriam gastos compensadores? A nosso ver tudo indica que não.

Para avaliar por que é que a vinha não retomou o relativo destaque que havia manifestado na agricultura do arquipélago até à chegada do oídio,

²³¹ Maria Carlos Radich (1996), *Agronomia no Portugal Oitocentista: uma discreta Desordem*, Lisboa: Celta, pp. 37 e 41.

²³² Cf. "Relatório do agrónomo subalterno da 12ª Região Agronómica, sobre serviços agrícolas e filoxéricos no ano de 1891", *BDGA*, nº 12, 1892, p. 1230-1231.

não basta invocar o arcaísmo ou a falta de inovação. É sobretudo necessário pensar nos constrangimentos provocados pelas condições meteorológicas, pelos contextos ecológicos das áreas de vinha, pela orografia, pela inserção periférica do arquipélago, pelas dificuldades e preços dos transportes, pela estreiteza e fraca integração do mercado regional, e pelas condições de conjuntura dos mercados externos. Pensar se, dada a fraca qualidade do vinho produzido, os elevados custos de repovoamento e o acréscimo de despesas com os cuidados culturais eram compensadores é fulcral para perceber os constrangimentos que se colocaram às exportações açorianas, ainda para mais numa conjuntura internacional desfavorável, com os preços do vinho relativamente baixos e uma elevada concorrência entre as diferentes regiões produtoras do continente europeu²³³.

A nosso ver, a replantação e a resposta ao ataque das pragas teve, apesar de tudo, efeitos positivos no arquipélago, à excepção, como vimos, da ilha de São Jorge que se especializou de forma crescente no sector pecuário e nos lacticínios. Num relatório da junta autónoma do distrito de Angra, datado de 1933, afirmava-se mesmo que nesta ilha “não há vinho que chegue para o seu consumo” e que se deveria ponderar ou o aumento da área plantada ou apenas melhorar a vinha existente²³⁴. Numa terra que durante séculos exportou vinho e onde esta produção teve um peso elevado na sua economia e na sua agricultura, tratava-se de uma alteração de monta. A Terceira conseguiu desenvolver e equilibrar a sua produção local, a Graciosa depois da quebra causada pelo oídio recuperou rapidamente, o mesmo acontecendo, em mais dilatado período temporal, na ilha do Pico. A mais vasta e próspera São Miguel conseguiu um salto significativo e passou a auto-abastecer a sua laboriosa população em vinho²³⁵. No entanto,

²³³ A localização e os sectores de produção agrícola dominantes num dado período não são directamente determinados por vocações naturais de regiões, particularmente especializadas nesta ou naquela produção por critérios meramente biofísicos. Igualmente importantes na determinação do que se cultivava são as alterações nos mercados que absorvem a produção, as transformações no sistema social e na distribuição da propriedade, na estrutura das explorações agrícolas, bem como a mudança no leque de técnicas disponíveis.

²³⁴ *Relatório da Visita do Presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral Autónoma de Angra do Heroísmo às Ilhas de São Jorge e Graciosa* (1933). Angra do Heroísmo: Tip. do Governo Civil, p. 21.

²³⁵ Para os vinhedos do Pico cf. “Relatório do agrónomo subalterno da 12ª Região Agronómica, sobre serviços agrícolas e filoxéricos no ano de 1891”, *BDGA*, nº 12, 1892, p. 1231-1239.

ao dizermos que houve mudanças, investimento e algum crescimento, não estamos a tentar dizer que foram realizadas todas as acções necessárias para desenvolver as ilhas, ficando os fracos resultados alcançados quase que fruto de uma invencível fatalidade. O que queremos vincar é que a realidade era bem mais complexa e que os factores do atraso têm que ser procurados noutras áreas, associando igualmente novos problemas e novas interrogações. Ao mesmo tempo, este esforço é impossível sem se procurar avançar na quantificação das produções e das actividades vizinhas, sem tentar entender a racionalidade por detrás da actuação dos agentes económicos e sem se perceber o novo papel que as instituições estatais iam tomando no incremento das actividades produtivas e no sector do vinho em particular. Depois de anos de uma interpretação que nos dava uma imagem de grandes permanências e arcaísmos, convém não cair num revisionismo contrário que apenas encontra mudanças e progressos, ou identifica contínuos obstáculos, aparentemente inultrapassáveis. Muito trabalho há ainda a fazer para o mais profundo conhecimento da história rural dos Açores.

Na verdade, e tal como no resto da Europa, a trajectória da produção açoriana no último quartel do século XIX foi influenciada pelas várias pragas, sendo a filoxera apenas uma delas, pelo movimento de replantação de vinhas, pela forte concorrência e instabilidade nos mercados e pelos sucessivos pacotes legislativos que vieram enquadrar a produção de álcool industrial e vínico. A superfície cultivada aumentou e, ao longo de mais de 50 anos, o arquipélago foi capaz de ir recuperando, mesmo que parcialmente, das destruições que o oídio e as pragas seguintes provocaram quer nas castas europeias, quer depois nas americanas. Por exemplo, nas últimas décadas do século XIX as principais zonas vinícolas terceirenses localizavam-se nos Biscoitos, Porto Martim, São Mateus e São Bartolomeu. Mas, apenas em São Mateus ocupavam terras lavradas de melhor qualidade, ficando nos outros lugares confinadas aos pequenos currais dos terrenos pedregosos de biscoito. Era não só a permanência da tradição, mas a melhor forma de aproveitar, com uma cultura rentável, áreas agrícolas de produtividade marginal. Em 1915, Ornelas Bruges referia que o Verdelho se espalhava pelas zonas dos Biscoitos e Porto Martim, enquanto que a casta Isabelita ocupava as terras de São Mateus e São Bartolomeu. Esta última casta, apesar de produzir um vinho de pior qualidade era maioritária. Contudo, Jácome de Ornelas Bruges alertava os agricultores terceirenses para as dificuldades de escoamento da produção de vinho – restrita ao pequeno mercado insular –, referindo que esta cultura se devia cingir aos

terrenos de biscoitos, devendo-se caminhar progressivamente para o cultivo maioritário de castas europeias, capazes de produzir melhores vinhos²³⁶. No entanto, a produção de Verdelho era bastante mais cara que a de castas americanas, que não necessitavam de constantes cuidados para resistir aos ataques do míldio e do oídio, registando, igualmente, colheitas muito superiores.

Segundo Ornelas Bruges, o fabrico do vinho também continuava a não ser realizado dentro dos moldes mais correctos. Entregue a muitos pequenos produtores, cada um apresentava um vinho diferente do seu vizinho, dificultando a criação de um tipo regional definido, capaz de concorrer nos mercados exteriores. Contudo, nas primeiras décadas do século XX a trituração mecânica era já a mais comum. Além de mais rápida era mais económica que a feita a pés ou à força de braços, adequando-se também melhor às muito pequenas produções dos agricultores locais²³⁷.

Estas críticas eram semelhantes às que, poucas décadas mais tarde, se fizeram em relação ao Pico. Em 1932, um relatório oficial sobre a agricultura desta ilha dizia que aqui a produção de vinho oscilava entre as 1000 e 1500 pipas, sendo quase todo ele composto por “vinho de cheiro”. A produção de Verdelho reduzia-se a uma quantidade insignificante. Apesar deste vinho, quando bem preparado, se confundir com o Madeira e poder ter uma venda assegurada e um preço superior ao do “vinho de cheiro” a realidade não se havia alterado muito. A casta Isabela produzia quatro vezes mais sem qualquer outro tratamento que não fosse a poda e duas redras. O seu vinho, se bem que fosse de uma qualidade duvidosa, tinha consumidores em número suficiente para escoar a produção, sendo capaz de remunerar os viticultores e de aumentar o valor da propriedade, permitindo ocupar terrenos que, de outra forma, pelas suas características ecológicas, ficariam entregues à voragem dos matos. Pelo contrário, o Verdelho e outras castas europeias exigiam repetidos, senão constantes, tratamentos para resistir aos ataques permanentes do míldio e do oídio, cuja enorme proliferação era favorecida pela acção conjunta do calor e da humidade peculiares às zonas litorais do arquipélago²³⁸. Contudo, dado o grande

²³⁶ Jácome de Ornelas Bruges (1915), *A Ilha Terceira...*, pp. 74-75.

²³⁷ Idem, p. 78.

²³⁸ José Augusto Fragoso, Joaquim Tiago Ferreira, Jácome de Ornelas Bruges (1932), “A Agricultura no Distrito da Horta, Subsídios para o seu Estudo”, Separata do *Boletim do Ministério da Agricultura*, ano XIII, nº 1-4, pp. 29 e 34.

desenvolvimento do “vinho de cheiro” noutras ilhas açorianas, como Santa Maria, São Miguel e Terceira, o mesmo relatório de 1932 aconselhava os viticultores do Pico a optar pelo regresso às mais prestigiadas castas europeias, num esforço que apenas o futuro poderia compensar²³⁹.

Entretanto, na mesma ilha do Pico, a cultura da figueira, do pessegueiro e da nespereira substituíam o vinho na produção de aguardentes e álcool, facto que, de igual modo, sucedeu, em menor escala, em São Jorge. Apesar dos desenvolvimentos e re-orientações, nem estas culturas, nem a pesca da Baleia (que sempre teve pouca expressão no concelho da Madalena do Pico) conseguiriam preencher a lacuna provocada na riqueza pública pela decadência da vinha e do vinho.

Durante a primeira metade do século XX a produção picarota continuou a ser esmagadoramente obtida com castas americanas, sem que as técnicas de plantação e os amanhos culturais se tivessem modernizado. Em 1950, os amanhos reduziam-se, segundo o agrónomo Manuel Ribeiro da Silva, ao levantamento da vinha e a uma desfolha parcial no começo da maturação, a uma poda defeituosa, à execução de uma ou duas cavas, ou mais frequentemente “raspagens” das mondas. Os tratamentos anti-criptogâmicos constavam de duas aplicações de enxofre ou da pulverização com calda bordalesa duas ou, menos frequentemente, três a quatro vezes. Os adubos eram muito pouco utilizados, continuando a fazer-se sementeira de tremço para grão e mesmo de milho e batata, entre as cepas. Repetiam-se as críticas feitas por Pedro Pinto Bravo cerca de 25 anos antes. A produção, segundo o mesmo Manuel Ribeiro da Silva, rondaria umas escassas 200 pipas de vinho branco, não excedendo o vinho americano as 3000. A zona ocupada pelo Verdelho estava agora muito reduzida, apenas aparecendo em maior quantidade nas localidades da Areia Larga e Criação Velha. Apesar de um fabrico que os técnicos consideravam defeituoso, estes continuavam a considerar boas as matérias-primas originais e a aproximar em aroma, paladar e aspecto os vinhos licorosos do Pico aos vinhos Madeira²⁴⁰. Manuel Ribeiro da Silva concluía a sua pequena monografia sublinhando que a área cultivada era reduzida, o critério quanto à escolha das castas e da sua mistura inexistente, a produção fraccionada em inúmeras pequenas adegas rudimentares e sem higiene que laboravam de forma empírica e sem

²³⁹ Idem, pp. 34-35.

²⁴⁰ Manuel Ribeiro da Silva (1950), “A Ilha do Pico sob o ponto de vista vitivinícola”, pp. 50-52 e 54.

qualquer recurso a métodos modernos. O vinho licoroso existente era excessivamente lotado com aguardente, não tinha fácil colocação no mercado interno, e o seu custo de produção elevado não permitia preço compensador de venda. Pelo contrário, o vinho americano tinha em anos normais boa colocação, por pior que fosse a sua qualidade. O viticultor, embora mantendo alguma produção das castas brancas, apostava sempre mais nas castas americanas, acentuando a decadência do vidonho europeu. Para a maior parte dos açorianos as recentes castas americanas e o seu vinho passaram a constituir o produto autêntico e original das ilhas, o seu verdadeiro vinho. Manuel Ribeiro da Silva concluiria que no Pico, o futuro do sector, deveria ser ditado pela maior intervenção do Estado no sector, criando um posto vitivinícola e uma cooperativa, a ser instalada na Madalena. Com estes apoios, então ainda em projecto, pretendia-se, por um lado, retomar o velho plano da melhoria e expansão do Verdelho, por outro, avançar com o processo de substituição das castas americanas tintas por castas europeias adaptadas ao meio²⁴¹.

Em 1951-1952 não existia nenhuma região vinícola classificada no arquipélago dos Açores, o mesmo sucedendo numa região posteriormente tão importante e prestigiada como o Alentejo. As regiões vinícolas demarcadas por lei ficavam-se pelo Douro (Vinho do Porto), Vinhos Verdes, Colares, Bucelas, Carcavelos, Setúbal e Madeira. Das restantes regiões produtoras do país eram destacadas as zonas de vinhos de mesa de Lafões, Dão, Pinhel, Águeda-Bairrada, Alcobaça, Torres Vedras e Ribatejo (Almeirim e Cartaxo). Do mesmo modo, em 1952 e 1955 a Lista Oficial dos Exportadores de Vinhos Portugueses compilada pela Junta Nacional do Vinho não continha um único exportador ou viticultor-exportador açoriano. Em Portugal a maior parte deles permanecia ligada ao comércio de Vinho do Porto, de Vinho Madeira e mais secundariamente de vinho de pasto da Beira Alta e do Oeste²⁴².

Apesar de muito secundários relativamente aos seus congéneres continentais, sem terem sido capazes de criar nichos de mercado próprios no sector dos produtos de qualidade, a vinha e o vinho açorianos não deixa-

²⁴¹ Idem, pp. 56-58. Para melhor compreender a importância da vitivinicultura durante o Estado Novo ver o excelente trabalho de Dulce Freire (1997), *Produzir e Beber: A vinha e o vinho em Portugal (1929-1939)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa: FCSH-UNL.

²⁴² *Lista Oficial dos Exportadores de Vinhos Portugueses*, Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1952 e 1955, 16 pp.

ram de se desenvolver. Nas décadas de 1950 e 1960 surgiriam adegas cooperativas no Pico e na Graciosa, com o auxílio da Junta Nacional do Vinho e da Junta de Colonização Interna. No caso do Pico, seria primeiro imposto à produção um tipo único de vinho licoroso aperitivo que tentava recuperar a fama do antigo e esquecido Verdelho. Porém, rapidamente, sem capacidade para concorrer nos mercados externos, restritos ao pequeno espaço económico do arquipélago, os viticultores picarotos tiveram que se lançar na diversificação e na produção de vinhos de mesa brancos e tintos. Estes não conseguiriam competir com as áreas produtoras continentais e penetrar nos mercados exteriores à região, onde mesmo o antigo Verdelho fora esquecido. No entanto, o seu mercado regional potencial era bem maior que o restrito, caro e difícil nicho dos prestigiados vinhos licorosos, onde, de facto, os produtos do Pico não foram capazes de criar duradouramente um lugar ao lado de outros grandes vinhos, como o Madeira, o Marsala, o Málaga ou mesmo o Moscatel de Setúbal. Se, como vimos, no século XVIII e durante a primeira metade do século XIX o vinho fino do Pico era tido como um concorrente secundário, ou mesmo um substituto mais barato, do Madeira, a sua notoriedade e fama nunca se haveriam de consolidar, afectadas de forma decisiva pelo ódio a partir de 1852-1853 e pela reconversão que se seguiu. O Verdelho do Pico permaneceu sobretudo uma referência simbólica, recorrente quando alguém se quer referir aos vinhos açorianos, mas sobre o qual pouco ainda se sabe de concreto e de quantificável. Continua-se assim a repetir velhas frases e títulos de glória que passam sem ser testadas quer na sua veracidade quer na sua origem, de trabalho em trabalho, de artigo em artigo, de boca em boca²⁴³. Muito trabalho resta por fazer nos velhos papéis da Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Horta, nos periódicos das duas ilhas e noutros núcleos de documentação depositados noutros arquivos dos Açores e do continente.

Em 1977 a adega cooperativa do Pico possuía uma capacidade útil de 5800 hectolitros, tinha maquinaria adequada ao enchimento, rotulagem, rolhagem e capsulagem, estando em curso a ampliação de uma bateria de depósitos. Os processos de vinificação atravessavam, igualmente, um período de novas experiências, o que não impedia que muitos produtores

²⁴³ veja-se, por exemplo, a ritual afirmação de que Tolstoi referencia o vinho do Pico nas suas obras, sem que nunca se diga exactamente em que romance, conto ou novela esta surge; veja-se também as referências a garrafas de vinho fino do Pico encontradas nas adegas dos Czars depois da Revolução de Outubro de 1917.

continuassem a laborar em pequenas adegas e lagares individuais com deficientes condições higiénicas e de transformação tecnológica. Nesse mesmo ano avaliava-se a área vinícola do Pico em cerca de 4632 hectares, sendo 103 respeitantes a vinha branca e o resto a castas americanas e a híbridos, como a Isabela e a Seibel. Se compararmos estes mais de 4 mil hectares com os 1738 que eram atribuídos como área vitícola ao distrito da Horta em 1885, pouco menos de 100 anos antes, e se nos recordarmos que em 1903 a área cultivada com vinha era avaliada em 3022 hectares, podemos ver como, apesar de tudo, houve transformação, crescimento e investimento. Porém, as continuidades eram também evidentes. Em 1977 novamente se aconselhava o abandono quer da casta Isabela, quer da Seibel cuja introdução e expansão havia sido mais recente. Para as substituir eram propostos híbridos europeus mais resistentes e produtivos, necessitando, por isso, de menos intensidade no uso da mão-de-obra e de menores trabalhos culturais. Os frutos viriam nas décadas seguintes, mas o vinho do Pico continuou preso ao mercado insular e ao mercado da emigração açoriana²⁴⁴.

Em 1962, na Graciosa, o edifício da adega-cooperativa estava já concluído, tendo capacidade para laborar 1500 pipas, destinando-se à produção de vinho branco. Nesse primeiro ano de laboração estavam inscritos 99 associados, tendo entregue uva apenas 58. A produção seria correspondente a 257 pipas de 500 litros de capacidade (ou seja 1285 hectolitros). Nos anos seguintes, a produção teve ligeiros aumentos, assim como o número de associados. Contudo, o vinho branco e o Verdelho engarrafados não tinham grande aceitação num mercado saturado, onde eram pouco conhecidos e onde a concorrência com produtos mais baratos e de boa qualidade se afigurava difícil²⁴⁵. A partir de 1971 a adega cooperativa da Graciosa passou a produzir igualmente vinho tinto. Em 1972 a produção de vinho branco e tinto atingiu as 852 pipas, subindo para 1111 pipas de 500 litros em 1976 (5555 hectolitros)²⁴⁶. Em 1977 estavam em curso ensaios de vinha europeia que continuavam a enfrentar os velhos problemas dos ataques das doenças criptogâmicas, da falta de mão-de-obra especializada e dos maio-

²⁴⁴ *Açores: breves informações sobre a vitivinicultura (Pico e Graciosa), a cultura do ananás, o tabaco e a sua industrialização, o chá*, pp. 5-6.

²⁴⁵ Nestes anos a maior parte do vinho Verdelho da Graciosa era vendido e exportado a granel para a Terceira e São Miguel, cf. *Açores: breves informações sobre a vitivinicultura (Pico e Graciosa), a cultura do ananás, o tabaco e a sua industrialização, o chá*, pp. 115-16.

²⁴⁶ *Idem*, pp. 10-13.

res custos em trabalho e factores de produção. Mesmo assim, seria por esses anos feita a instalação, por iniciativa de particulares, de uma vinha de castas europeias, brancas, tintas e de mesa, em cordão filateral, ou seja aramada. Era uma novidade. Nas décadas posteriores a vitivinicultura da Graciosa continuaria a desenvolver-se e a apostar nas castas europeias. Contudo, a sua produção só muito dificilmente conseguiria ultrapassar os limites do pequeno mercado regional, tal como de resto sucederia no Pico.

O mais interessante e o mais importante na vitivinicultura açoriana, e na picarota em particular, área em que atingiu a sua maior expressão, não foi nem a quantidade nem a qualidade da sua produção. Impressionante foi antes o esforço sobre-humano que as populações locais foram capazes de realizar, ao longo de séculos, para transformar terrenos aparentemente improdutivos em torrões úberes, ricos e muito valorizados. Foi assim criada uma nova área de paisagem de características únicas que recentemente foi classificada pela UNESCO como Património Mundial. O conhecimento da História do vinho, de todas as actividades, interesses e saberes que lhe estão associados é pois uma excelente forma de ensinar os açorianos a amar e a respeitar o seu passado. Tanto mais que este, aos olhos de muitos, surge como uma recordação dolorosa e desvalorizada, a ser esquecida ou apagada pelos símbolos da modernidade triunfante. O património natural, rural e agrícola, essencial à preservação equilibrada das paisagens e das suas edificações, no fundo a base da memória colectiva e da autenticidade das ilhas, é muitas vezes olhado como sendo de pouco valor, ou como representando, apenas, um obstáculo às novas demonstrações de riqueza e de conforto que quer particulares, quer autoridades locais e organismos públicos procuram espalhar pelo arquipélago. Escrever a História da Agricultura de uma região como os Açores é pois uma forma de recuperar uma memória colectiva e de fornecer aos seus habitantes uma imagem positiva do seu património e de um passado em que quase todos eram pobres ou remediados.

A FAMÍLIA FREDERICO DE VASCONCELOS NA ECONOMIA AÇORIANA E NO MUSEU DE ANGRA*

Valdemar Mota

Breves palavras:

É naturalmente com o maior e o mais vivo aprazimento que assistimos a este acto, em que é inaugurada oficialmente a sala designada por da Família Frederico Vasconcelos.

E fazemo-lo em nome da empresa que durante mais de 140 anos tem o nome desta ilustre família da nossa terra.

A abertura desta sala no Museu da Cidade, decorre de uma alínea do testamento cerrado¹ com que faleceu o Dr. Frederico João de Freitas e Vasconcelos, último sócio gerente consanguíneo desta Família, no qual expressa, alínea c), a vontade de instituir um legado a favor do Museu de Angra do Heroísmo, cujos termos recordamos:

“No que respeita ainda à minha residência em Lisboa, lego ao Museu de Angra do Heroísmo, com exclusão de todos os objectos de carácter pessoal, as peças do respectivo recheio que a sua Direcção considerar dignas daquele Museu, sob condição de figurar em sala ou dependência adequada com a denominação expressa “Família Frederico Vasconcelos”, cabendo sempre à gerência da firma Frederico A. Vasconcelos (Herdeiros), Ld.^a a verificação do cumprimento deste legado, nas condições acima indicadas.”

São passados 10 anos sobre o óbito deste benemérito testador, ocorrido em 4 de Dezembro de 1993, e se cumpre assim a sua última vontade hoje 5 de Dezembro de 2003, nesta dependência do Museu de Angra, em que se inaugura oficialmente a Sala Família Frederico de Vasconcelos.

Fica assim este espaço preenchido na base do valioso e variado legado com que o senhor Dr. Frederico João de Freitas e Vasconcelos contemplou o Museu da Cidade.

O Dr. Frederico João, embora intimamente ligado aos Açores e sobretudo a esta ilha, onde tinha o seu núcleo de amizades e se fixava o património fami-

* Inauguração da sala Família Frederico de Vasconcelos no Museu da cidade de Angra.

¹ Depositado no Cartório Notarial da Praia da Vitória à data de 21 de Dezembro de 1988.

liar, só não nasceu de facto nesta cidade, pois nasceu por mera circunstância em Lisboa, na freguesia de S. Sebastião da Pedreira. Mas, considerava-se de alma e coração açoriano, como se neste torrão tivesse efectivamente nascido.

Contribuíram para isso, factores importantes, como o da sua família aqui se ter fixado ou refixado através do seu remoto ascendente Luís José de Vasconcelos.

Na verdade, este veio viver e estabelecer-se nesta ilha, no declinar do séc. XVIII, há portanto mais de duzentos anos, ligado aos negócios da exportação da laranja açoriana, lançando deste modo à terra que escolheu a semente negocial de uma familiar que haveria de se tornar parceira no âmbito dos projectos e da economia dos Açores.

Luís José de Vasconcelos, trisavô do testador que tornou esta sala realidade, foi, além de mercador de grosso, um homem de sociedade, cidadão benquisto e um político activo, que pôs os seus dotes a favor da política liberal da época, assinando sem reboço, com outras individualidades, o Auto de Defesa dos Direitos do Senhor D. Pedro IV, Imperador do Brasil e Duque de Bragança, e de sua filha D. Maria da Glória que veio a subir ao trono com o nome de D. Maria II.

Mas se o Dr. Frederico João não seguiu totalmente a linha dos negócios a exemplo dos seus antepassados, deu-lhes contudo seguimento e o maior apoio. A sua vocação estava, porém, noutra área, muito mais distante e radicalmente diferente. Após concluir em Coimbra a sua licenciatura em Direito e cumprido o serviço militar como alferes de cavalaria, optou pela atractiva carreira diplomática exercendo as suas primeiras funções na Europa e depois nos Estados Unidos na Embaixada de Portugal em Washington, DC, como Conselheiro ao tempo em que ali foi Embaixador o Dr. Franco Nogueira.

Nesta sala, tratada com gosto para receber um tal espólio, não há dúvida de que se esmerou bastante e criativamente o Museu de Angra, expondo ao público este documento do passado recente: o recriar da ambiência e privacidade do viver do seu generoso doador.

Era essa sensibilidade artística que distinguia o Dr. Frederico João e o individualizava perante o contemporâneo, sorvendo os efeitos da Arte, vivendo com os seus pensamentos, as suas memórias e recordações, a sua música e os seus quadros, tão próximo familiar do mundo intrínseco do espírito que preferia a outro qualquer.

Não se dão estas breves e simples palavras por findas, sem o agradecimento adequado aos seus promotores, com um agradecimento muito reconhecido por parte da Firma Frederico A. Vasconcelos (Herdeiros), Lda., e dos seus actuais continuadores, pela obra aqui realizada. A nossa gratidão pelas facili-

dades desde o princípio concedidas pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, às dignas direcções que se sucederam no Museu e a quantos deram o melhor do seu esforço imaginativo em prol desta tão nobre causa. Aos seus dinâmicos técnicos especializados e a todos os funcionários que intervieram, e, de modo especial, pela dedicação e entusiasmo demonstrado pela estagiária*, autora da planificação ou *design* do espaço adaptando-o à criação da sala, tornando-a acolhedora e realçando o recheio aqui exposto. Recheio que não poderia, até por razões limitadas por este próprio espaço, comportar e muito menos expor com qualidade estética todo o acervo que constituiu o legado, representado por mobiliário, ourivesaria, esculturas, cerâmica, pintura artística, gravura, brinquedos, fotografia, objectos decorativos, livros e tapeçaria, miniatura e sobretudo o “comboio” mas com capacidade para ser renovada, com frescura e novidade, periodicamente e sempre que se queira retirar aspectos específicos do seu conjunto, ora como um modo de vida social e requintado, ora como instrumento didáctico e abrangente de todas as idades etárias.

Caberá assim à direcção museológica retirar forma e conteúdo desta exposição, enquadrando-a no espírito cultural dos Açores.

Também uma palavra de vivo reconhecimento aos senhores Advogados e testamenteiros, Drs. Gonçalves Lourenço e Luís Filipe Cota Monis, cujos contributos foram inestimáveis.

Finalmente a todas as pessoas que tomaram parte neste acto inaugural, a nossa gratidão pela honra que nos deram.

De mencionar ainda o empenho e boa vontade de todos os actuais sócios da firma Frederico A. Vasconcelos em colaborar, apoiando e dotando o Museu de Angra, já fora do testamento, doando vários objectos do passado empresarial, incluindo fotografias, maquinaria antiga e outras peças, documentos de informação e elementos retirados dos arquivos pessoais e da firma, para melhor proporcionar um quadro realista no espaço e no percurso de uma Família que nos últimos duzentos anos acompanhou a *paripassu* as múltiplas e profundas transmutações económicas ocorridas nos Açores.

Angra, Cidade Património da Humanidade, 5.XII.2003

Valdemar Mota

² Olívia Marcus, natural de Toulouse. Diplomas: Mestrado em Património pela Universidade de Toulouse – Le Mirail (2002); realizou exposição itinerante da pintura religiosa do séc. XIX; Licenciatura em Arqueologia pela Universidade de Toulouse – Le Mirail (2000); relatório sobre um estudo numa colecção pré-histórica; Bacharelato em Arqueologia (1998) pela Universidade Paris I’Panthéon-Sorbonne.

O Mundo do Dr Frederico João



O Dr. Frederico João não foi um negociante como os seus maiores, era um diplomata de carreira, amante das Letras e das Artes. Celibatário por opção, levou uma vida solitária e ausente, repartindo-a pelos salões das embaixadas onde trabalhou e pelo seu confortável apartamento da Avenida da República em Lisboa, onde estavam instalados os ambientes aqui recriados. Melómano, apreciador de música clássica e sobretudo de jazz, passava também muito tempo contemplando os quadros que adquiria regularmente. Frequentava os antiquários, onde comprava mobiliário de linhas sóbrias e clássicas. Nas horas livres era também um assíduo jogador de bridge.

Lady Margaret Beaufort (1443-1509)

Este Retrato foi pertença do espólio artístico doado ao Museu de Angra pelo diplomata dr. Frederico João de Freitas e Vasconcelos.

Segundo parecer obtido à data de 7 de Junho de 1961 pela *Frick Art Reference Library*, galeria novaiorquina, é uma pintura atribuída à escola flamenga do séc. XVI, tratando-se de Margaret Beaufort (1443-1509).

Efectuado exame por especialista através de fotografia, este concluiu haver realmente semelhanças com um quadro existente na *National Portrait Gallery*, de Londres, quadro esse que foi, entretanto, retirado da exposição museológica, por não se confirmar a sua autenticidade.

Esta Lady Margaret Beaufort, foi casada com Edmundo Tudor, conde de Richmond. Deste consórcio nasceu um filho que subiu ao trono inglês com o nome de Henrique VII (V.M.)

***E**sta é uma história que começa, nos Açores, em finais do Séc. XVIII e segue, depois, ao longo dos dois séculos seguintes, os percursos da industrialização e do comércio nestas ilhas.*

É também, uma certa história da Revolução Industrial possível no Arquipélago, vista através dos modos de ser e estar de uma família; das mudanças de percurso, das novas aquisições, dos abandonos de ramos menos lucrativos da empresa que surgira entretanto.

Desde cedo a firma FAV teve de se decidir entre o ser grande num ramo - e ter de sair em busca do espaço e da escala - ou o ser sensível aos fluxos e refluxos do pulsar ilhéu, e preencher os seus nichos de necessidade, transformando-os em nichos de oportunidade.

Optou!

Sem deixar de ter o que se pode chamar um espaço âncora - os combustíveis, nas suas diversas formas, evoluções e sucedâneos - a FAV procurou, preencher a cada momento os vazios e as necessidades da sua envolvente, numa girândola de negócios variada mas que buscava sempre a coerência.

É exactamente porque foi esse o caminho escolhido, por essa família e por essa firma, que esta sala se revela interessante.

Testemunho e parte activa de dois séculos de vida dos Açores centrais, a FAV é um espelho da vida e da industrialização possíveis, do comércio e da escala viáveis, aqui, nestes lugares e tempos.

Que o visitante não se fique pela história, pelo bonito das imagens, pela nostalgia dos objectos.

Perante este exemplo de dois séculos de vida:

São estes os horizontes? Esta é a história possível?

Poderia não ter sido assim? Pode não ser assim?

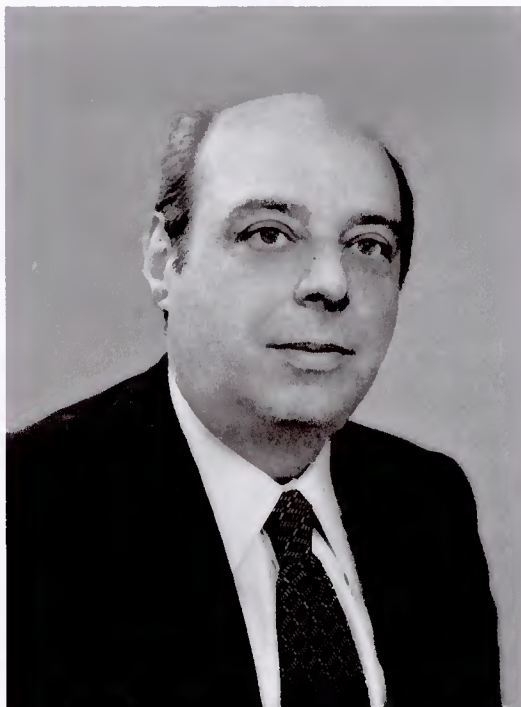
A flexibilidade importa? A escala é fundamental?

Que escala? Que modo?

Que modelo?

Que lições de futuro podemos retirar destes dois séculos?

Francisco MADURO DIAS
Director do MAH



Frederico João de Freitas e Vasconcelos,
licenciado em Direito, diplomata de carreira do corpo diplomático
do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
(1921-1993)

Verbalemente N.º 1. O testador faleceu aos
4 de Dezembro de 1993, e conforme regista-
do do Acto n.º 2876, da Séstima Causa, ratificadora
do Registo Civil do Camellho de Lisboa.
Praia da Vitória, 10 de Dezembro de 1993.
O Juiz do Cart. em exercício,

[Signature]

[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

TESTAMENTO CERRADO

Eu, Frederico João de Freitas e Vasconcelos, solteiro,
maior, natural da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, de
Lisboa, residente na Avenida da República n.º 28-10.º B, em
Lisboa, e tendo também residência na Rua Rio de Janeiro
n.º 3, em Angra do Heroísmo, filho de Frederico Pereira de
Vasconcelos e de Emília Adelaide de Freitas e Vasconcelos,
ambos já falecidos, faço o meu testamento cerrado como
disposição de última vontade pela forma seguinte: —

— c) no que respeita ainda à minha residência em Lisboa,
e ao "Museu de Angra do Heroísmo", com inclusão de todos
os objectos de carácter pessoal, as peças do respectivo acervo que
a Direcção considerar dignas do qual Museu, sob condi-
ção de figurarem em sala ou dependência adequada com
denominação exposta "FAMÍLIA FREDERICO VASCONCELOS",
alando sempre à guarda da firma "Frederico A. Vasconcelos
Herdeiros" Lda a verificação do cumprimento desta legada,
mas, condições, como indicadas;

Recebo com este todo e qualquer testamento con-
tenciosamente feito, designadamente o testamento cerrado e
autenticado em 27 de Abril de 1988 no 8.º Cartório Notarial
(Rua da Horta Seca), em Lisboa, e ali depositado.

Resolvo a entulharia "sócio" na página 5.

Praia da Vitória, 21 de Dezembro de 1988

Frederico João de Freitas e Vasconcelos

Testamento legando ao Museu de Angra do Heroísmo as antiguidades da sua casa
de Lisboa para constituir a Sala Família Frederico de Vasconcelos.

DOAÇÃO

Em complemento do legado feito pelo Excelentíssimo Senhor Dr. Frederico João de Freitas e Vasconcelos, faz-se doação ao Museu de Angra do Heroísmo de diversos quadros, documentação, fotografias, máquinas e equipamentos vários, tudo devidamente relacionado e entregue no Museu, com vista a permitir uma melhor identificação pessoal, da vida e actividades industriais e comerciais desenvolvidas nos Açores pela família Frederico de Vasconcelos.

Angra do Heroísmo, 25 de Setembro de 2001

Os Sócios-Gerentes da empresa
Frederico A. Vasconcelos (Herdeiros), Lda.



Frederico João e sua mãe

Era Frederico João, filho único do casal Frederico Pereira de Vasconcelos e de D. Emília Adelaide de Freitas, na intimidade e para os amigos mais chegados apenas e só *Lia*. Esta senhora nascera na freguesia de Arroios, Lisboa, a 6.10.1894³. Provinha de distinta família portuense, filha de um médico ilustre que ficaria tristemente famoso, o Dr. Vicente Urbino de Freitas e de D. Maria das Dores Basto Sampaio. Ele era irmão de Freitas Fortuna, homem de grandes recursos financeiros, que acedeu a que fosse sepultado no seu jazigo do cemitério da Lapa, no Porto, o cadáver do seu grande amigo e excepcional romancista, Camilo Castelo Branco, após o tresloucado acto de suicídio. D. Lia era, na verdade uma senhora de sociedade, educada nos antigos e são princípios da tradição. Tocava e estudava música e piano com o grande mestre, professor José Viana da Mota.

Viana da Mota, exortava a sua aluna D. Lia a prosseguir os seus estudos de música e piano, recomendando-lhe em recados escritos de 10 e 11 de Novembro de 1946 a obtenção ou compra de músicas em segunda mão, provavelmente peças esgotadas, de que se destacam os *Prelúdios* de Borkienich, *Fileuse de Pelleas et Melissanda* (transcritos por Alfredo Cortot) de Fauré, *Ballet de Alceste* de Camilo Saint-Saens, compositor

³ À data do seu nascimento foi-lhe oferecido um crucifixo de marfim em que se vê pela gravação, em pequena medalha de prata, que o seu nome era então o de Adelaide Urbino de Freitas (peça da colecção do autor).

francês e aluno de Gounod, a *Valse Caprice* em lá maior também de Fauré, *Jeux d'eau*, obra composta em 1901, por Maurice Ravel e *Reflets dans l'eau* de Debussy ou o *Nocturno* de Giovanni Sgambati em ré bemol, reconhecendo ser “boa peça e cômoda”, a deste compositor e músico italiano, aluno do célebre Listz.

Em 1938, Viana da Mota foi homenageado pelos seus discípulos com um bronze artístico da sua pessoa, de que D. Lia foi uma das entusiastas contribuintes e que o mestre não deixa de expressar em simpático cartão por ele autografado: “À sua estimada discípula D. Lia de Vasconcelos, recordação de J. Vianna da Motta – 1938”.

Viana da Mota insiste nas obras de Fauré, de quem foi discípulo Joseph Maurice Ravel no conservatório de Paris, talvez por admirar aquele autor em particular, já que era considerado um dos grandes veneradores de Beethoven e discípulo espiritual de Chopin. De notar que também o filho de D. Lia, Frederico João, nutria grande admiração por Ravel.

Para os possíveis biógrafos do Mestre Viana da Mota saiba-se que tinha uma caligrafia arrevezada, como aquela em que descreve as obras musicais recomendadas, cuja exactidão na sua leitura nos merece algumas dúvidas.

D. Lia executava os melhores trechos no seu excepcional piano alemão de meia cauda, um Bechstein (legado pelo filho à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo)⁴, cuja sonoridade encantou a célebre pianista Maria João Pires, que o experimentou nesta cidade, adquirindo preciosos conhecimentos linguísticos e literários, sabendo seleccionar boas leituras, como as *Fables de La Fontaine*, uma preciosa edição de Paris, Librairie Hachette et Cie., do Boulevard de Saint German, 79, do ano de 1872, ou as obras romanizadas de Rebelo da Silva, com relevo para a *Mocidade de D. João V* na sua quarta edição, saída do prelo em 1907. D. Lia interessava-se com não menos convicção pelo *Diário*, que se tornou famoso, saído da pena juvenil de um

⁴ A 25.11.1994, um ano após a entrega deste legado, foi endereçada ao Presidente da edilidade angrense a carta do seguinte teor:

“A Administração desta firma (Frederico A. Vasconcelos (H.ºs), Ld.º) tomou conhecimento do concerto promovido por essa Autarquia, no seu Salão Nobre, no qual foi utilizado pela primeira vez o piano *Bechstein* legado a essa Câmara Municipal pelo falecido Sr. Dr. Frederico João de Vasconcelos. Tal evento teve lugar no passado dia 18 do corrente e teve a gentileza de prestar pública homenagem à memória do testador, Ilustre Angrense, Diplomata distinto e destacado empresário desta Região Autónoma, o que se regista com reconhecimento.”

estudante de nome Edmundo de Amicis, na sua versão italiana e pelas obras publicadas na *coleção António Maria Pereira*, de que se pode lembrar o *Amor à Antiga*, de Cail (1894), obra que autografou, e datou de 3.2.1911. Possuía seleccionada variedade de livros na sua não muito extensa biblioteca, mas o que tinha era selecto e de bom gosto, obras de autores portugueses e estrangeiros, e muitos dicionários nas línguas francesa, italiana e inglesa. Costumava autografar os seus livros, passava apontamentos de autores célebres e conhecia os requintes da arte culinária de que teve ocasião de demonstrar os seus dotes nesta cidade de Angra do Heroísmo nos anos trinta. Das poucas vezes que esteve nesta cidade nunca deixou de se exercitar num pequeno piano (também legado no testamento do filho à Academia de Música da Ilha Terceira) em cujo instrumento tocava alguns textos virtuosos da música clássica.



D. Emília Adelaide de Freitas

Frederico Pereira de Vasconcelos

Quanto a seu pai, já antes referido, o Sr. Frederico Pereira de Vasconcelos, o “Frederiquinho”, assim tratado na gíria dos mais chegados da geração do seu tempo, nasceu na freguesia de S. Roque em Lisboa a 7.5.1897, mas foi desejo da família que o baptizado se efectuasse na Sé de Angra a 14 de Junho do mesmo ano, vindo a falecer aos 81 anos em Lisboa a 5.3.1979. Foram padrinhos do baptismo seu tio materno Francisco Henrique Xavier Pereira, 1.º tenente de Artilharia e D. Virgínia Leite Machado Faria e Maia Xavier Pereira.



Frederico Pereira de Vasconcelos

Como descendente que era de verdadeiros homens de negócio, mercadores de grosso, investindo em vários ramos para o fortalecimento de uma economia de fracos recursos como era a açoriana, o Sr. Frederico Pereira de Vasconcelos, estava desde o nascimento destinado a ser o continuador dos negócios da sua família instalada nesta cidade desde seu bisavô Luís José de Vasconcelos com negócios em Angra desde a última década do século XVIII. Assim, após conclusão do 3º ciclo liceal (7º ano), estudou em Gand e na *École Centrale Technique de Bruxelles* cursando Ciências Contabilísticas, o que veio a suspender devido ao rebentar da I Grande Guerra, regressando a Portugal. Todavia, a sua permanência escolar superior na Bélgica não foi infrutífera, pois contribuíra grandemente para fazer desabrochar nele os dotes de cavalheiro distinto e o empresário de fino trato que os seus contemporâneos admiraram e apreciaram.

Na década de trinta, estamos a falar do século XX, geriu temporariamente a casa comercial e industrial de seu pai, voltando mais tarde à capital portuguesa a convite de Vasco Bensaúde para desempenhar importantes cargos, como o de administrador da *Fábrica Lusitana de Álcool* e da *Companhia de Fiação e Tecidos de Torres Novas*, em que a administração se dividia por António de Medeiros e Almeida, grande impulsionador da economia micalense e açoriana e o Eng. Cancela de Abreu, ministro do Estado Novo. Deste notável complexo viria a desligar-se em 1963 para voltar a exercer na Ilha Terceira a administração da já então firma registada como sociedade por quotas de responsabilidade limitada *Frederico A. Vasconcelos (H.ºs.)*, *Ld.*⁵, designação que tomou após a morte de seu pai, facto que se ligou à partilha dos bens individuais em razão do falecimento de sua mãe D. Georgina Adelina Levy Pereira ou D. Georgina Pereira de Vasconcelos, como era mais conhecida depois do casamento, negociando então com as irmãs⁶ as quotas que estas possuíam na sociedade.

Foi assim até à sua morte o continuador desses antigos mercadores e negociantes que deram vida ao comércio desta ilha, legando-lhes dina-

⁵ Sociedade constituída por escritura de 2.7.1948, lavrada nas notas do notário de Lisboa Dr. Pedro Augusto dos Santos Gomes.

⁶ A mais velha, D. Amélia Pereira de Vasconcelos, nasceu na Sé de Angra a 23.8.1889 e faleceu em Lisboa a 28.12.1965, foi casada com Raul de Távora e Araújo Meireles do Canto e Castro, alferes de Cavalaria, e a mais nova, D. Georgina Pereira de Vasconcelos, nasceu também na Sé de Angra a 2.9.1892 e faleceu em Lisboa a 11.10.1974, sendo casada com o tenente-coronel Francisco Xavier da Cunha Aragão, herói de Naulila, irmão do Comodoro António da Cunha Aragão, da Marinha de Guerra portuguesa e que se notabilizou na Índia.

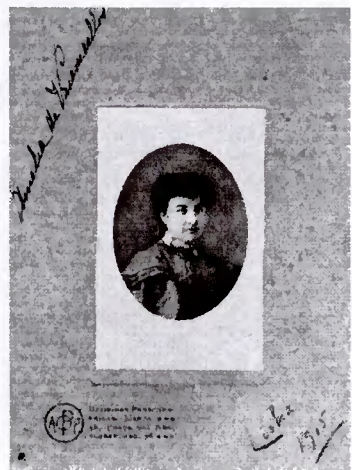


Filhos de Frederico Augusto Júnior: Frederico Pereira, Amélia e Georgina de Vasconcelos

mesmo, reputação e prestígio, através do seu trabalho honesto e dos conceitos que fizeram a sua filosofia de vida e a ética dos seus empreendimentos.

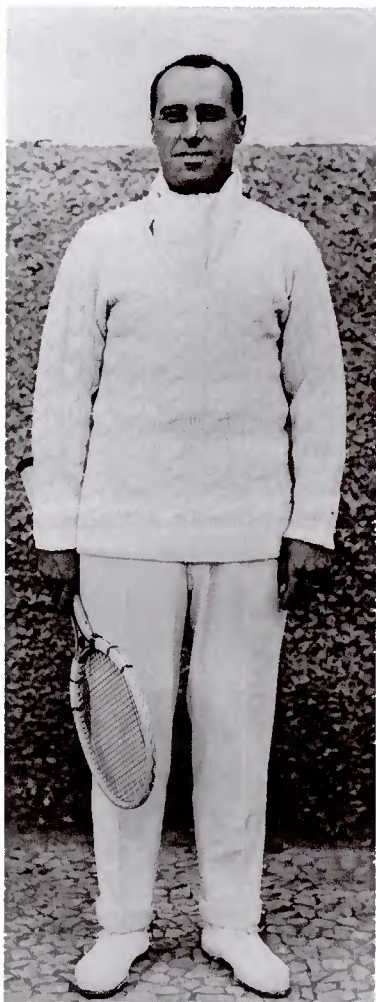
Da temporada que passou na Terceira foi ajudante de ordens do Comandante da Legião Portuguesa, exercendo o posto de Comandante de Lança, possuidor de diploma que lhe conferiu a “Medalha de Dedicção da Classe Prata”, com louros e direito ao uso de insígnias. Possuía o cartão n.º 493, da mesma instituição, datado de Lisboa, aos 20.9.1939, concedendo-lhe licença de uso de porte de arma na qualidade de comandante de lança⁷.

O Sr. Frederico Pereira tinha todas as condições para que fosse um desportista de renome, que honrasse, como honrou a sua terra e o desporto de ténis nacional, pois foi campeão de



D. Amélia Pereira de Vasconcelos

⁷ Docts. Pessoais. O seu último passaporte teve o n.º 1257/70, emitido pelo Governo Civil de Angra do Heroísmo.

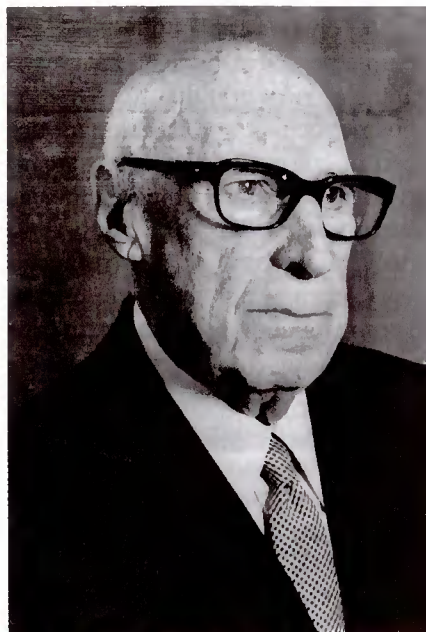


Frederico Pereira de Vasconcelos
Campeão de ténis

Portugal em ténis, o que ia entremeando com o jogo de *bridge* com o que satisfazia o seu “hobbie” nos clubes da modalidade, inclusivé no *Lawn Tennis Club*, desta cidade, de que foi sócio benemérito. Os seus negócios embora múltiplos deram-lhe sempre azo a outras actividades e assim, foi presidente da Assembleia Geral da Associação Comercial desta cidade e procurador à Junta Geral do ex-distrito de Angra do Heroísmo. Mas o seu nome, como empresário, ficaria também ligado aos empreendimentos do seu tempo, investindo na hotelaria, tentando o aproveitamento da água da Serreta, para engarrafar, fundando com outras personalidades representativas do Faial e S. Miguel, sobretudo graças à dinamização da antiga CIDLA, hoje GALP/Energia, o enchimento de gás butano nos Açores, dotando numa primeira fase as ilhas de três estações que garantiram o consumo público deste novo combustível doméstico e industrial, que substitui com limpeza e vantagem a lenha e o petróleo. Foi, por isso, com justa razão o segundo presidente do Conselho de Administração da *Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás*, de que a empresa *Frederico A. Vasconcelos (H.ºs.), Ld.ª*, detém um pacote de acções, resultado dos capitais investidos para dar incremento também

nessa área à economia açoriana, como o fez na indústria de Carnes da ilha Terceira, *Carnaçor*, ligando-se como accionista ao *Hotel de Angra* e à exploração da *Estalagem da Serreta*, à reformulação e modernização da antiga e popular *fábrica dos pirolitos* da sua empresa, produto tradicional activo e actualmente ainda no mercado.

O seu retrato ilustra a sala de reuniões da SAAGA – Sociedade de Armazenagem de Gás, com sede na Nordela, ilha de S. Miguel⁸. Igualmente foi descerrado um óleo, autoria do pintor açoriano Eovaldo Monis, em simpática homenagem que lhe foi prestada pelo pessoal da sua própria empresa, testemunhando-lhe reconhecimento e dedicação, tal como, mais tarde, o mesmo sentimento colectivo procedia em relação a seu filho, o diplomata dr. Frederico João de Freitas e Vasconcelos, que, não nutrindo embora do mesmo espírito comercial dos seus antepassados, sempre respeitou a firma de seus pais e avós, esforçando-se por mantê-la viva e actualizada, dotando-a de meios e capacidades que lhe permitissem os desafios e incertezas do futuro.



Frederico Pereira de Vasconcelos
(Foto Património da Empresa)



D. Emília Adelaide de Freitas
e Vasconcelos
(Foto Património da Empresa)

⁸ Constituída por escritura de 13.5.1968. Exarada no L.º n.º 558-C. Cartório Notarial de Ponta Delgada. Notário lic. Hermano Alcântara de Mendonça Dias.

Frederico Augusto de Vasconcelos



Frederico Augusto de Vasconcelos
Júnior

Pela linha varonil, o diplomata dr. Frederico João de Freitas e Vasconcelos era neto de Frederico Augusto de Vasconcelos, Júnior, industrial, que, além de homem de negócios, era uma figura pragmática no meio pelos seus dotes de bondade e altruísmo, pela sua experiência e conhecimentos, e de D. Georgina Levy Pereira, oriunda da comunidade judaica desta cidade e convertida ao catolicismo. O *Senhor Frederico*, como era conhecido, foi sempre uma pessoa voltada ao progresso da sua terra, procurando incrementar pequenos negócios e indústrias para dar ocupação operária, de que se destacam as fábricas de vassouras, blocos, mosaicos, refrigerantes, notabilizando-se o “pirolito”⁹. Desenvolveu a torrefacção de cereais, cevada e chicória de que se fazia o empacotamento, foi também proprietário da *Chicória Açoriana*, lacticínios, em que teve de parceria instalada

em prédio próprio da Rua da Palha a *Lacticínia Insular, Ld.^a*, na qual se fabricava manteiga, marca “Insular”, gelados (sorvetaria), gelo em pedra, muito utilizado nas unidades hospitalares, e se procedeu às primeiras experiências na Ilha Terceira da fabricação do queijo “Flamengo”, para o que esteve cá um técnico belga, com o fim de melhorar as condições do leite e a qualidade da água utilizada. Essa parceria foi feita entre Frederico Augusto de Vasconcelos Júnior e Francisco Alves Moimenta, cuja quota foi mais tarde integrada nos *Lacticínios da Ilha Terceira*, primeiro por participação e depois por venda. Uma das mais lucrativas explorações comerciais era a que possuía na *Parceria das Lanchas de Carregação da Ilha*

⁹ Além de outros refrigerantes, dos quais, muito deles, chegaram à actualidade.

Frederico A. Vasconcelos [H.os] L.da
AGENTES AUTORIZADOS
das
S.A.T.A. -- Pan American World Airways (P.A.A.)
Trans World Airline (T.W.A.)

Viagem de ida e volta a ROMA
 Lagens-Santa Maria-Lisboa-Roma-Lagens
 (com transbordo em Santa Maria e Lisboa)
Custo do bilhete de ida e volta
(válido por 90 dias)
Esc. 9.447\$20
 (incluindo todas as taxas de Aeroporto).
 Pedir informações no :
 Escritório: Rua de S. João, n. 25
 Telefone 6:
 Angola

Outra importante actividade foi a representação da SATA¹², Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, da qual eram agentes autorizados, inicialmente a funcionar nas instalações da firma *Frederico A. Vasconcelos (H.ºs.)*, *Ld.ª*, na Rua de S. João n.º 25, assegurava o expediente, sendo nessa altura oficial de tráfego José Pinto Enes e mais tarde Henrique de Castro Parreira, que movimentavam os passageiros e as cargas rigorosa-

¹² No L.º de Contabilidade *Contas Diversas – Sata despesas recuperáveis*, 28.6.1947, de Frederico A. Vasconcelos, nomeado *Agente Autorizado da Sata, Pan American e Trans World Airline*, se indicam os primeiros encargos com a “instalação da Agência Sata”, em Angra do Heroísmo, em que já figura o primeiro chefe de tráfego, fardado. A Transportadora aérea açoriana (segundo Pedro de Merelim, *Freguesias da Praia*, edição da Direcção Regional de Orientação Pedagógica, da Secretaria da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1982, p. 290), foi fundada a 15.6.1947, colocando em tráfego dois aviões *Beachcraft*, a três meses escassos após a morte de Frederico Augusto de Vasconcelos que já não assistiu ao evento representado pela sua firma na Ilha Terceira.

mente ali pesados. Em 1953 ainda existia este serviço para o qual era destacado um escriturário desta firma.

Era o sr. Frederico grande conhecedor das técnicas de contabilidade no seu tempo, que adaptou à sua empresa. Era muito contactado localmente por quem necessitasse de resolver problemas contabilísticos, dando sempre aos casos as melhores soluções. António Ramos, seu contemporâneo, escreveu¹³ “... nas suas amiúdes viagens à capital, frequenta assiduamente os mestres, os mais autorizados, para os consultar, para discutir com eles, para esclarecer dúvidas, para resolver os mais árduos problemas, para criticar métodos, para apreciar sistemas”. Tudo o que fosse inovação nessa área contabilística merecia desde logo a sua atenção muito especial. Apaixonado da matéria possuía vasta bibliografia de escrituração comercial, mas o seu nome é sobretudo lembrado como o introdutor na sua empresa – a firma *Frederico A. Vasconcelos* – de meios de subsistência e pequenas reformas e pensões com que contemplava os seus empregados, e, por vezes, as viúvas destes, e até filhos que deixavam de tenra idade, muito antes ainda de ser instituída a previdência nacional, que nos Açores só atingira concretização em 1955. Vice-cônsul de Espanha¹⁴, vereador municipal¹⁵. Viu, pesaroso, ainda em vida de seu pai, destruir-se na baía de Angra, numa noite de tremendo temporal e mar alteroso, o lugre *Príncipe da Beira*¹⁶, que pertencia à *Nova Empresa Angrense de Destilação*, co-propriedade de Henrique de Castro e Frederico A. Vasconcelos (sénior). A perda do navio, diz-se que o abalou muito, dada a sua paixão pelo mar e pelos barquinhos, mas também é referido que em casa, as Senhoras, louvaram a Deus por o veleiro ter desaparecido do convívio diário, pois era fonte de constantes medos e apreensões familiares.

¹³ A União, 3.6.1914.

¹⁴ *Almanack Açores, corpo consular*. Tip. Sousa Andrade, Angra do Heroísmo, p. 8, 1905.

¹⁵ Referenciado como *grande negociante e capitalista* em dois mandatos municipais: na presidência do 2º conde Sieuve de Meneses (1893-1895) e na presidência de Cândido de Meneses Pacheco de Melo Forgaz de Lacerda, advogado e notário (1905-1907). *Elites e espaços políticos locais na segunda metade do séc. XIX: um estudo sobre os concelhos do distrito de Angra do Heroísmo (quadro n.º 6, composição das vereações da Câmara de Angra do Heroísmo 1860-1907*. Bol. do Instituto Histórico da Ilha Terceira, A.H., vol.LXI, 2003.

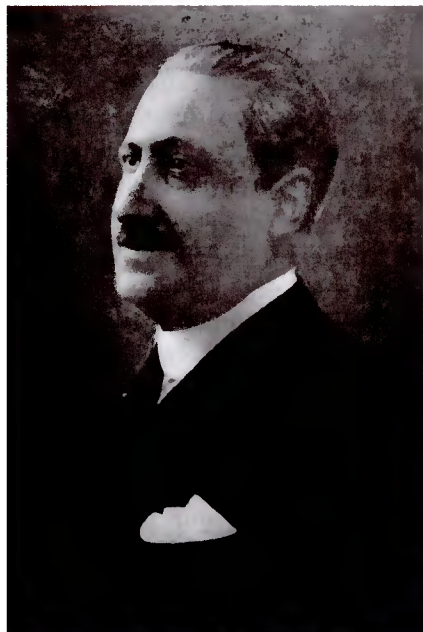
¹⁶ A União 3.6.1914 – 275 ton. de arqueação, sete tripulantes. Naufragado na baía de Angra do Heroísmo, a 13.10.1896, esta embarcação veleira fazia o tráfego das mais diversas mercadorias entre o continente e a Terceira, do comércio dos seus proprietários.

Este sr. Frederico Júnior tinha também os seus *hobbies*, sobretudo por embarcações. No alto da torre da sua mansão da Carreira dos Cavalos, onde amiúde se sentava para olhar o mar, era nesse quadrilongo recinto que recriava o seu espírito olhando a sua colecção de barquinhos, uns de guerra, outros à vela, pequenas chalupas, um paquete, tudo feito em madeira, à navalha, por curiosos que lhe ofereciam a peça acabada em troca de uma boa gorjeta. Sempre que embarcasse ou desembarcasse nas suas muitas viagens para o Continente, nos paquetes da Empresa Insulana de Navegação, lá estava sempre para o levar do cais da cidade a bordo ou vice-versa, o bote da alfândega com a sua marinhagem perfilhada a rigor. Uma tal deferência, como se fosse uma homenagem prestada por quem tanto ajudava os pobres, era, no fundo, monetariamente bem recompensada aos marítimos do Corpo Santo. Também o nosso poeta e prosador Gervásio Lima, sempre que lhe saía do prelo nova produção literária autografava-a e enviava-a ao sr. Frederico, que o incentivava e lhe pagava a obra com redobrada generosidade. Os seus prédios, e muitos eram, considerava o vulgo o espelho da cidade: sempre limpos e tratados, o que era publicamente notório.

Ainda da pena de António Ramos, que insere ampla homenagem que ocupa toda a 1ª página da edição desse dia. Ele traça nas primeiras linhas o bastante para dar a perceber o perfil do sr. Frederico Augusto. Dizia ele: “Homem de comércio e da sociedade, capitalista e industrial, e, ao mesmo tempo, homem de apurado gosto artístico, o sr. Frederico de Vasconcelos ocupa hoje um lugar primacial no meio açoriano, dotado de uma extraordinária actividade e de um admirável método de trabalho, a que se juntava uma inconfundível gravidade de porte e uma sã distinção de maneiras, generoso e franco, S. Ex.^a tem o condão de atrair simpatias à primeira vista, de inspirar considerações ao primeiro encontro”¹⁷.

Em Lisboa abriu por volta dos anos de 1916-1917, nos Restauradores, n.º 13, um escritório de representações e consignações, cujo principal papel era o acompanhamento do embarque das mercadorias destinadas à sua empresa em Angra do Heroísmo, e a recepção de pedidos da sede, em que utilizava a correspondência ou o endereço telegráfico de *Frelas*.

¹⁷ A União, 30.6.1914.



Frederico Augusto de Vasconcelos Júnior

Óleo, s/d nem autor

66 x 56 cm.

(Foto Património da Empresa)

Para a confidencialidade ou delicadeza de certos negócios fazia uso de um dicionário criptónimo. Esse escritório foi dirigido por seu filho Frederico Pereira de Vasconcelos e pelo genro Raul de Távora e Araújo Meireles do Canto e Castro, natural da Terceira, dono das Quintas do *Senhor Bom Jesus da Salga* e da *Candelária*, em S. Mateus, esta já vendida¹⁸, desligado do Exército devido a um acidente quando era alferes de cavalaria, o que o impossibilitou de continuar no serviço militar activo.

Ainda recentemente houve conhecimento, através do *Açoriano Oriental*, que se publica em Ponta Delgada, de uma referência aos principais clientes do artista-encadernador Ernesto Augusto Xavier, de personalidades conhecidas que utilizavam os seus serviços de encadernação à inglesa e francesa com doura-

mento das lombadas, tais como o Almirante Botelho de Sousa, Marquês Jácome Correia, Dr. João Hickling Anglin e Dr. José Bruno Carreiro, em cujo reduzido número figurava também o industrial terceirense Frederico Augusto de Vasconcelos.

Nasceu o Sr. Frederico a 18.4.1865 na Sé de Angra, onde faleceu a 23.3.1947, de *infartus do miocárdio*, aos 82 anos. O seu corpo foi trasladado para o jazigo de família no cemitério do Alto de São João, em Lisboa. Ali se sepultou também a consorte, com a qual se casou a 28.7.1888, na Basílica da Estrela, cidade de Lisboa, D. Georgina Adelina Levy Pereira, nascida na Sé de Angra a 27.1.1870 e cujo passamento ocorreu também em Lisboa a 23.2.1963, tinha então a propecta idade de 93 anos. Era filha de Francisco Maria Xavier Pereira e de D. Adelina Alegria Levy Pereira.

¹⁸ Após o sismo de 1.1.1980.

Frederico Augusto de Vasconcelos sénior

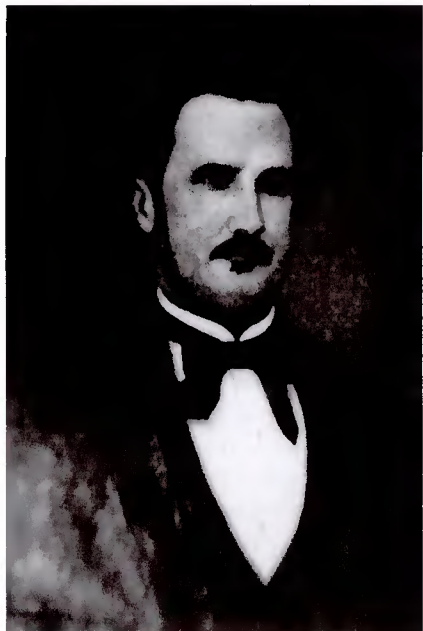
O pai do sr. Frederico Augusto de Vasconcelos, Júnior, tinha igual nome e diferenciava-se do filho apenas pelo atributo *sénior*. Foi grande amigo e sócio do sr. Henrique de Castro e ambos empreenderam juntos vários negócios e concorreram não pouco para a expansão económica não só da Terceira, mas, também, da ilha de S. Miguel com os álcoois e os açúcares, além de outros investimentos, que se tornaram fonte de riqueza para os Açores. O surto agrícola foi enorme com a indústria de destilação do fabrico de álcool a partir da batata-doce, numa laboração a que já não chegava a fábrica de Vale de Linhares, iniciada por outro grande empreendedor e sócio, o morgado Manuel Monis Barreto do Couto, construindo-se outra unidade fabril no lugar dos Remédios, na freguesia das Lajes, Terceira, em pleno coração do Ramo Grande, e de outras freguesias produtivas situadas a nascente. Os carros de bois, chiando com o peso da batata-doce, na subida da Rua do Galo, formavam filas enormes e despertavam protestos dos moradores devido à barulheira.

Mais tarde, as fábricas foram transferidas para a Lagoa, em S. Miguel, e um novo empreendimento surge ali, sustentado por capitais terceirenses e micalenses: a fábrica do açúcar de beterraba¹⁹, que ainda subsiste, trazendo novas esperanças com o cultivo de beterraba por todo o arquipélago, reanimando assim uma vez mais em tão curto período as fontes económicas dos Açores. A implementação dessa unidade fabril de açúcar, em S. Miguel, veio animar bastante a agricultura insular com a produção desse tubérculo sacarino, envolvendo esse projecto todas as ilhas dos Açores. A Terceira toma defesa propondo “substituir o álcool pelo açúcar extraído da beterraba”²⁰. A lei que havia de reger a produção do açúcar nas ilhas dos Açores, é entretanto, interpelada sobre o “número de fábricas que ficariam autorizadas”, mas desde logo previstas, “pelo menos, uma na Terceira e outra em São Miguel”²¹. A lei, porém, não explicitou

¹⁹ *A União das Fábricas Açoreanas de Álcool* foi constituída por escritura de 15.12.1902.

²⁰ Reis Leite, *Política e administração nos Açores de 1890 a 1910 – 1.º movimento autonomista*, ed. Jornal de Cultura, Publicações e Artes Gráficas, Lda., Ponta Delgada, 1995, ps. 424/425 em que cita a representação da comissão de vigilância dos interesses do distrito de Angra do Heroísmo, in *Arquivo Parlamentar*, secção VI, Cx. 61.

²¹ *Ibidem*. Telegrama do Conde do Rego Botelho, Jacinto Cândido da Silva, in *Relatório da comissão distrital* de Novembro de 1910. A.H., 1910, p.19.



Frederico Augusto de Vasconcelos Sênior,
o fundador

Óleo, s/d nem autor

66 x 56 cm.

(Foto Património da Empresa)

quanto ao número de fábricas a criar, pelo que os capitalistas terceirenses e micaelenses, certamente sopesando os elevados custos, decidiram pela associação conjunta já referida pelos interesses a consubstanciar em S. Miguel, não só pela maior capacidade em termos de extensão agrícola para o cultivo da beterraba, como pela exploração da fábrica de Santa Clara e, portanto, na União das Fábricas Açoreanas de Álcool, produtora do açúcar de beterraba nos Açores. Julgamos que a visão global dos empresários açorianos associados terá sido baseada na prudência económica, por um lado tendo em conta a reduzida dimensão territorial das ilhas, por natureza muito repartida e, por outro, o receio de acarretar custos duplos que viessem a revelar-se in comportáveis.

Aliás, o mesmo se dava com a própria indústria de vassouras que o Sr. Frederico Júnior detinha em

Angra, pois embaratecia as rendas aos próprios rendeiros das suas terras com largos lotes (moios), na Canada da Ribeirinha e na Ponta Ruiva, para que os mesmos rendeiros semeassem determinada percentagem de painço, assim obtendo matéria-prima para o fabrico das vassouras que exportava para S. Miguel (Domingos Dias Machado) e para a Madeira.

Com o vinagre também beneficiavam os produtores que possuíam vinho perdido, que comprava para com ele fazer um excelente vinagre que era utilizadíssimo nos curtumes caseiros, tendo de parceria ainda uma vinagreira que funcionava em Ponta Delgada, se a memória não nos falha, com Domingos Dias Machado, Sucr., Ld.^a.

O Sr. Frederico Augusto de Vasconcelos sênior nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Conceição a 17.5.1830 e faleceu na Sé a 25.5.1906, sepultando-se no cemitério público do Livramento. Casou na Sé com D. Margarida Augusta Bettencourt, filha de um advogado de provisão desta

cidade de nome Manuel José Pereira de Vasconcelos e de D. Maria José de Bettencourt. Sentia, tal como o pai dele, fervilhar-lhe nas veias o calor da política. Contava-nos o Sr. Frederico Pereira que o pai lhe dizia que em pequeno ía com o avô pela noitinha num trem visitar certos influentes políticos das freguesias rurais a “negociar” votos e simpatias para o seu partido.

Foi um dos fundadores, no ano de 1896, da Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, unidade de crédito que se tornaria importantíssima no meio financeiro terceirense e no recurso das grandes transacções bancárias dentro e fora do arquipélago dos Açores, ele e o seu inseparável sócio Henrique de Castro, além de outras personalidades do meio como Guilherme Martins Pinto, António Pedro Simões, José Luís de Sequeira²².

Luís José de Vasconcelos

O tronco de todos estes senhores Fredericos²³, já não se chamou tal, mas sim, Luís José de Vasconcelos, que residia já fixado nesta ilha Terceira, designadamente nesta cidade, à data de 1795. Para aqui viera certamente atraído pela actividade dos veleiros e pelos rendáveis negócios da exportação da laranja açoriana para os mercados do Continente, América e Europa. Foi ele o esteio e o iniciador, que havia de fazer prevalecer esta família no mundo dos negócios açorianos até aos nossos dias. Foi mercador, político, síndico do Recolhimento de Jesus Maria José (Mónicas), o que fazia dele um homem de credibilidade e influência para o exercício de tal cargo, vindo a ser um dos subscritores do Auto em defesa dos direitos ao trono da Senhora D. Maria II.

Devido às sedições políticas dessa época turbulenta em Angra, Luís José de Vasconcelos aparece como preso político com outras figuras liberais nos dias 3 e 4 de Agosto de 1823, conforme relação inserta nos *Anais*

²² cf. *Recordar 100 anos 1896/1996*. Edição comemorativa da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, 1999, ps. 29/32. A escritura de constituição de sociedade anónima de responsabilidade limitada foi datada de 26.4.1896.

²³ O primeiro assim chamado foi *Frederico Augusto de Vasconcelos* sénior, filho deste, que, aos 31 anos de idade, perpetua o nome e a data da fundação da sua firma individual em 1861, confirmada documentalmente há muitos anos.

da *Ilha Terceira*²⁴. Cinco anos depois, a 22.6.1828, subscreve com outros influentes liberais o referido Auto da Proclamação dos direitos de D. Pedro IV, Duque de Bragança, e de sua filha D. Maria II²⁵.

Baptizou-se na paroquial de Nossa Senhora das Mercês, cidade de Lisboa, faleceu na Conceição de Angra a 23.11.1833. Casou a 7.10.1807, na mesma igreja da Conceição de Angra, com D. Antónia Ludovina da Fonseca, filha de Vicente Rodrigues Lontra e de D. Rosa Maria de Jesus Fonseca, baptizada na igreja de N.^a Sr.^a da Lapa em Lisboa. Foram padrinhos Domingos Ramos Pimentel da Silva e Manuel Lourenço Viana, “homem de negócios da praça desta cidade”. Foram pais de três filhos e duas filhas²⁶. Em Angra, Luís José de Vasconcelos foi morador na freguesia de Santa Luzia onde nasceu o primeiro filho a quem deu o nome de Vitorino, como o avô, legalizado à data do casamento dos pais, e na freguesia da Conceição, onde nasceram os restantes filhos.

Vitorino José de Vasconcelos

Por sua vez, aquele Luís José de Vasconcelos, era filho de Vitorino José de Vasconcelos, residente na freguesia das Mercês, Lisboa, e de D. Ana Joaquina, ambos, “naturais do reino”. Este, era também mercador instalado numa das freguesias de Lisboa, a de Santa Marta²⁷, onde recebia remessas de laranja encaixotada da exportação açoriana que o filho lhe remetia para comercialização e distribuição no mercado do Continente.

Voltemos, porém, ao princípio, à figura do dr. Frederico João de Freitas e Vasconcelos. Na cidade de Angra do Heroísmo, onde a família então se encontrava, frequentou o liceu cujo curso, terceiro ciclo e último ano, terminaria já no liceu de Passos Manuel, na cidade de Lisboa, no ano de 1939. Tinha então 18 anos. Licenciado em Direito pela Universidade de

²⁴ Cf. Drumond, vol. IV, pp. 339-340.

²⁵ Cf. Alfredo da Silva Sampaio, *Memória sobre a Ilha Terceira*, 1902, p. 652).

²⁶ De quem o autor não tem mais notícias.

²⁷ Salvo erro, sem possibilidade de confirmação de momento.

Coimbra em 1945, foi alferes miliciano de Cavalaria, ingressando depois no quadro diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Colocado nos meios da diplomacia portuguesa na Europa, nomeado Adido de Legação (14.11.1951), do quadro diplomático e consular, dali transitou para a Embaixada de Portugal nos Estados Unidos, foi secretário de legação e conselheiro de Embaixada em Washington, DC, no tempo em que ali era embaixador o Dr. Franco Nogueira, cujas ausências substituíra. Nos Estados Unidos adquiriu grande parte daquilo que constituiu em termos artísticos o recheio do seu apartamento de Lisboa e que após a sua morte foi integrado em sala própria do Museu de Angra, peças adquiridas nos antiquários norte-americanos, sobretudo nova-iorquinos e nas casas de especialização de obras de arte, que faziam não só a sua recuperação, mas também a emissão de pareceres científicos para validação dessas peças por especialistas competentes.

Dáí que, a sua residência, à altura que ficava, no décimo andar, já por si encerrava o maior aconchego e constituía até através dos grandes janelões envidraçados uma miragem feliz para o exterior nocturno, de onde se via passar todo o tráfego aéreo que piscando luzes se destinava ao aeroporto da Portela. Nessa residência calma e acolhedora, fazia o dr. Frederico João o seu mais recôndito lugar de sossego, distraíndo-se com as suas músicas predilectas, relanceando à luz morna dos candeeiros os quadros de arte suspensos nas paredes, com o seu universo, as suas cores, os seus traços, a sua inspiração, as suas quietudes ou desassossegos de espírito.

Gostava de admirar as suas pinturas em óleo ou aquarela ou lápis ou carvão cujos quadros gostava de ver colocados em altura conveniente, nem muito baixos nem muito altos, como antigamente, mas sim à altura dos olhos, bem dependurados, com simetria, com que se entretinha a estudá-los artística e psicologicamente, descobrindo neles, nas suas cores e tonalidades, nos seus contextos, reminiscências e profundidades da alma sempre diferentes em cada momento. Admirava e convivia com a pintura e também com a música, na sua eloquente e sempre misteriosa expressividade. Os temas usados na pintura constituíam para ele um estudo sério e uma meditação profunda e dimensionava os autores sempre sob uma perspectiva psicológica e interpretativa, envolvendo, na subtilidade da análise, esta maneira de ser como outras peculiaridades como as obras de porcelana, as peças da Companhia das Índias, por exemplo, à estrutura e estilo dos móveis, sempre vistos do ângulo da simplicidade, mas com certos requintes de pormenor, tudo isso bem adaptado à luz sombreada das

salas do 10º andar do prédio n.º 28 esquerdo da Avenida da República em Lisboa. Era esse o seu pequeno mundo e ao mesmo tempo o seu grande universo, onde dava largas aos sonhos da sua imaginação sob a influência de acordes musicais e da quietude de espírito que obtinha nesse ambiente, rodeado por todos os ingredientes que constituem o belo e a plenitude do espírito.

O seu viver era simples e recatado onde quer que se encontrasse, fosse no mundo polido das embaixadas europeias, fosse no das galas e luzes resplandcentes dos Estados Unidos, na privilegiada Washington DC, na grande Embaixada de Portugal, fosse, depois, nos Açores onde se estreou nos anos sessenta nos complexos assuntos empresariais da família, numa divisão de bens que daria lugar à reformação da empresa familiar fazendo-a regressar às origens varonis, fosse ainda no seu viver metropolitano e cosmopolita, fosse, finalmente, nas suas extensas viagens através de Bangkok percorrendo as belezas da milenária civilização oriental, o dr. Frederico João não se desligava do seu ego de homem só. Por todo o lado foi adquirindo nos quiosques exóticos, nos mercados da arte e da antiquária as suas colecções e miniaturas só dignas de bons coleccionadores. Tinha de tudo – automóveis minúsculos, comboios e locomotivas, brinquedos pintados em folha-de-flandres. Era um místico na sua contemplação. Tinha uma certa idolatria pela música, mas não toda, só uma certa música, embora tivesse muita e variada composição musical, assim como na pintura, de formas enigmáticas e abstractas o que se dava até com a música que acarinhava, sobretudo o *jazz*. Mas não desdenhava, os clássicos da literatura e da música, que estava constantemente a ouvir.

Mas nada suplantava a sua suprema admiração pelo *jazz*, como já se disse, e neste campo, possuía enorme colecção em disco e cd's. Admirava, por exemplo, a complexidade musical de Béla Bartok, assim como Stravinski na pintura abstracta. Mas preferia sempre o abstracto ao real. Era, em suma, um coleccionador e um apaixonado pela música, gravava constantemente e mantinha-se a par das novidades que iam saindo dos estúdios e de gravações musicais. Quando faleceu era significativo o acervo em disco, cd's e cassetes de fita.

Dos mais representativos autores do classicismo musical a seu gosto, permitimo-nos citar sucintamente os *Nocturnos* de Debussy, as *Sonatas* de Brahms, os concertos para violino de Tchaikowsky, de Rachmaninof e os de Vladimir Ashkenazy e Berbard Haitrink, as peças para piano e concerto, de Ravel, os *Quartetos* de Béla Bartok, de Mozart e as *Metamorfoses* de Richard Strauss, os *Concertos* para piano como o céle-

bre Vivaldi, o *Magnificat* de J. S. Bach, sonetos para piano de Schubert, as *Sonatas* de Scarlatti e de Beethoven, os *Quartetos* de Antonin Dvůřák, Chopin, Verdi e os cantos líricos mundialmente famosos com as vozes de Plácido Domingo, Schenker, Vladimir Horowitz, tudo isto muito resumidamente aqui referido, perante a grandeza constituída por tantas e tantas composições musicais, sendo ainda de referir, pelo menos, as composições apresentadas pela Orquestra Filarmónica de Nova Iorque; mas, o *Jazz*, era o seu dia a dia... nítida influência americana nos seus hábitos culturais europeus e onde ocupava lugar ímpar a voz inconfundível de Louis Armstrong.

Quer na música, quer na pintura, denotava sempre um estilo e um gosto intrinsecamente enigmáticos e abstractos, os mesmos que se sentem quanto a pecinhas de arte e até aos móveis e recheio da sua casa. Era daltónico, o que não o invalidava totalmente de escolher cores. Das suas predilecções literárias, se dá aqui uma amostra muito sucinta pelas obras que tinha na ampla estante do salão de estar: obras completas, em português, francês e inglês. Dá-se conta da versão inglesa, de William Shakespeare, dos poemas seleccionados de Robert Browning, Walt Whitman e Omar Khayyam, das obras de Lucrécio, Thomas More, Crotius, Daniel Defoe, Cícero, Benjamin Franklin, Aristóteles e Samuel Butler. Isto, por exemplo, a par de uma *História das ideias políticas*, de Raymond G. Gentell, numa tradução e nota final de Eduardo Salgueiro, da Editorial Inquérito (Lisboa, 1936), o que, aliás, parece querer comprovar a sua ligação intelectual com o mundo moderno e actual do pensamento universalista. Possuía *Ex-libris* com a legenda latina *Age Gnod Agis*²⁸, apenso em alguns dos seus livros²⁹.

Ao falecer no Hospital de Santo António dos Capuchos, em Lisboa, era Ministro Plenipotenciário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na situação de aposentado.

Do seu testamento constam vários legados, entre os quais as peças “consideradas de interesse museológico” existentes no seu apartamento de Lisboa, o que constitui o legado deixado ao Museu de Angra do Heroísmo, sujeito a exposição permanente. Com os seus quadros, músi-

²⁸ Tradução grosso modo: Faz correcto o que estás a fazer.

²⁹ Como, p. ex., na colecção “oferta dos editores”, da obra *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 19.º. O *ex-libris*, foi colocado não na contra capa, como é normal, mas na folha do rosto, no canto superior direito, dos primeiros volumes.

cas e recordações, se abriu uma sala, como era seu desejo, com o nome de “*Sala Família Frederico Vasconcelos*”.

Embora lhe desejássemos, como todos os seus amigos, longa vida, o seu destino fora diametralmente traçado e o seu óbito sobreveio no decurso de um mês – nesse triste 4 de Dezembro de 1993 – vítima de leucemia galopante. Só nos resta dizer como o piedoso latino: *Quiescat in pace!* Que a sua memória perdure no futuro e o seu exemplo simbólico e altruísta traga à instituição museológica de Angra do Heroísmo o precioso contributo de outras memórias igualmente ilustres, que as há.

Foi seu desejo que, ao falecer, o seu corpo fosse depositado no jazigo da família no Cemitério de Nossa Senhora do Livramento nesta cidade de Angra do Heroísmo, junto de seus pais que ali repousavam no seu eterno descanso. Assim, foi tudo, escrupulosamente cumprido pelos seus herdeiros e testamenteiros.

O comércio, algumas indústrias e empreendimentos financeiros da Casa Frederico A. Vasconcelos

Comércio por grosso e a retalho ***Consignações-exportações***

Os produtos e as actividades mercantis da Casa Frederico A. Vasconcelos durante um período de mais de 200 anos de operações nos mercados açorianos, madeirenses e continentais, são muito vastos, como é óbvio e quase impossível de os enumerar e quantificar a todos em pormenor e rigor. A nossa investigação sucinta neste preciso momento circunscreveu-se apenas ao possível, com buscas aos livros e papéis mais antigos do seu arquivo, que, aliás, ficou muito afectado pelo sismo de 1 de Janeiro de 1980, como é evidente.

Dessa variedade comercial, havia muitos negócios com os lavradores, comprando e exportando gado vivo, para o que construiu um alpendre nas traseiras de outro edifício, cujo conjunto até ao presente ficou conhecido pelo nome de *Arribana*, situado na antiga rua do Mota, actualmente da Boa Nova. Estas negociações com gado vacum já vinham, pelo menos, desde 1891, prolongando-se por 1892-1893 e progressivamente, continuando, pois encontram-se referências aos fluxos da exportação em embarques pelo navio *Açor*.

No ano de 1889³⁰ movimentam-se várias e curiosas rubricas de produtos que comercializava nos seus armazéns, para venda por grosso e a retalho, tais como, a compra de batata doce, a compra e exportação de milho, recebe petróleo em barris, em largas partidas, naturalmente destinado a mover os pesados engenheiros na destilação do álcool ou então na iluminação pública³¹, sebo em barricas, cera bela, vinhos branco e tinto em cascos, vinho do Porto em barris, azeite doce, fermento em barricas, vinho da Madeira, sabão, velas, melão em coco, trigo, azeite em pipas, óleo de linhaça, cimento, trevo, café, sal, tremoço, chá verde em folha, queijo, sardinhas em caixas, azeitonas, erva da casta, alvaiade, cevada pura e de mistura. Num dos lançamentos dos livros de *Caixa* mais antigos encontramos esta curiosa e incrível narrativa: “depósito na alfândega por conta dos direitos do carvão”, o que quer dizer que, além do mais que fica dito e não certamente tudo, ainda negociava em carvão.

Para escoamento desta vasta mescla de produtos variadíssimos, montara uma rede para o comércio da sua venda nas ilhas. E assim fazia consignações, por ex., no Faial onde trabalhava com Amaro José Teixeira e nas Velas de São Jorge com Tomás Pereira da Silva. O mesmo processo utilizava para o gado exportado. Uma dessas remessas na condição de consignação refere-se a 40 cabeças de gado que remete a Manuel Nunes Parreira pelo navio *Funchal* em 30 de Outubro do ano que tratamos de 1890, que, por infeliz acaso lhe trouxe prejuízos. Fazia-o também em relação a porcos de que damos fé de uma exportação pelo navio *Açor*, em número de 6, por intermédio de José Luís de Sequeira, lavrador conhecido e homem de negócios nesta praça.

Pelos seus movimentos em 1917 e 1918, vê-se que continuava a negociar com grande variedade, juntando chá, aguardente, gesso, ácido em botijões, mantendo a exportação de chicória em pó em barricas e tenta o desenvolvimento desta semente na sua quinta de São Carlos.

Passados alguns anos, já entre 1928 e 1930, vemo-lo a reapetrechar o seu armazém com figos em ceira, sabão (da Sociedade de Sabões, Ld^a.),

³⁰ L^o. *Caixa* daquela data.

³¹ Pedro de Merelim, *Memorial Histórico dos serviços municipalizados de Angra do Heroísmo*, 1979, p. 13. Este autor dá informações de que a iluminação da cidade com petróleo se iniciou em 1861, utilizando-se lampeões, e que por deliberação camarária da presidência de Parreira Fagundes em 4.1.1895 lançando a concurso público a *iluminação eléctrica*, esta só veio a aparecer em 1908.

álcool fino e desnaturado que já vendia do antecedente, vinho de marca *Sanguinhal* em cascos, renova a sua qualidade de semente de painço com importação de semente seleccionada dos Estados Unidos, vende bacalhau, arroz, café, chocolates (da Sociedade Industrial de Chocolates). Nos seus seguros de mercadorias utiliza apólices das companhias seguradoras *Tagus*, *Ultramarina*, *Fidelidade* e *Douro*. Curiosamente e dado o espírito preventivo desta família, já possuía na *União Patronal* seguro para cobrir riscos com o pessoal assalariado ao seu serviço. Nesta altura as transacções de crédito eram efectudas através da Caixa Económica do Montepio Terceirense e da Caixa Económica de Angra do Heroísmo. Os navios que normalmente empregava nas suas cargas eram os mesmos, *Mutualita Açoriana*, o *San Miguel* e os vapores da carreira da linha Açores – Madeira, *Lima* e *Carvalho Araújo*³².

A conhecida e proverbial generosidade da família Vasconcelos patenteia-se, já em 1929, com alguns favorecimentos de ordem social, destacando-se a rubrica pensões³³, o subsídio à Confraria de São Pedro Gonçalves, onde se incorporava toda a classe marítima do bairro do Corpo Santo, com a grossa quantia de 10 contos de réis e à Casa de Saúde de São Rafael, destinada ao tratamento de doenças mentais, a importância ainda assim elevada de um conto de réis³⁴.

Durante os últimos sessenta anos esta casa comercial vai dedicar-se à comercialização dos combustíveis líquidos e gasosos, representando como agência central as antigas empresas *Sacor* – *Cidla*, de que se desenvolverá mais larga informação na parte final deste breve estudo de sondagem à economia açoriana nas duas últimas centúrias³⁵.

Em 1917 os escritórios de Frederico A. Vasconcelos sofreram grande remodelação, passando do primeiro andar do prédio da rua de São João, nºs.

³² L.^a. *Caixa*, n.º 19.

³³ Detectámos 4 pensionistas em 1928.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ Estes negócios eram apoiados por um conjunto de prédios do foro pessoal do empresário que os punha ao serviço comercial da sua firma, rendabilizando-os. Pelo que se descreve neste apanhado e através desta imensa diversidade de produtos, é confirmável a intuição natural desta família para os negócios, fossem eles grandes ou pequenos, nunca desperdiçando ocasião de obter rendimento, fosse ele qual fosse. Numa rubrica dos seus livros encontramos um título *Valores Flutuantes*, que servia para empregar as suas sobras de tesouraria no *Fundo Externo Português*, que lhe rendia 3% em 1905, numa noção clara de que dinheiro puxa dinheiro.

29 a 39³⁶, para o rés-do-chão com os n.ºs. 29 a 31. Com o terramoto de 1980 este prédio ficou bastante danificado, funcionando os escritórios provisoriamente na mesma rua mas no prédio n.ºs. 16-18. Recuperado o primeiro edifício em 1988, voltaram os serviços da administração, contabilidade e expediente a ocupar o primeiro andar do número 33 como antes de 1917.

O mobiliário no estilo em uso na época (séc. XX), muito sóbrio e clássico, aparece também renovado nessa altura e assim permanece durante quase noventa anos. Em 2005 esses serviços por melhor funcionalidade vão ocupar o gaveto na Zona Industrial ou dos Combustíveis, na Rua João Vaz Corte Real, n.º 7, freguesia da Conceição de Angra, ocupando prédio próprio adaptado às exigências funcionais e visuais coincidentes com o dealbar do 3.º. Milénio.

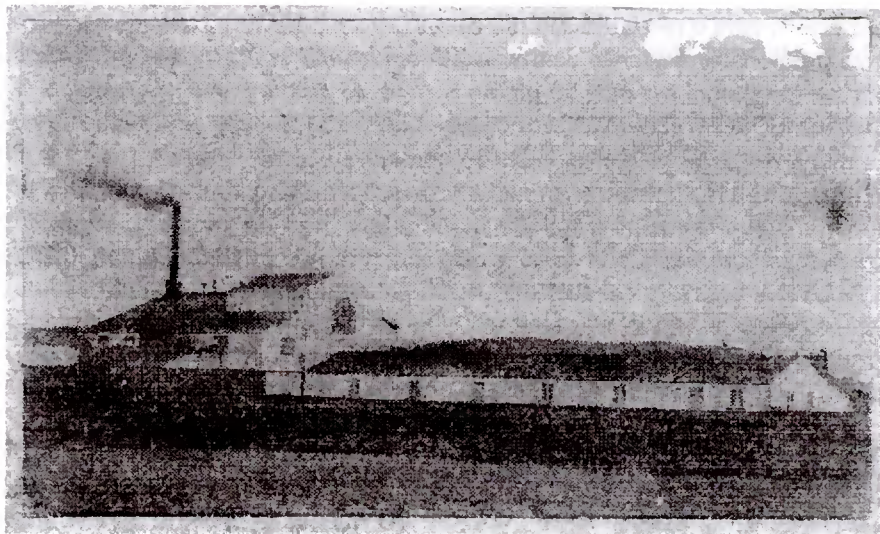
Fábrica do Álcool

Instalada numa área de terreno com cerca de 3 alqueires, que fazia parte da antiga Quinta de Vale de Linhares, de que eram proprietários ao tempo o Morgado Manuel Monis Barreto do Couto e sua mulher D. Rita Pulquéria de Ornelas Bruges, propriedade herdada de Egas Monis Barreto do Couto. À data de 8.3.1882 foi feito arrendamento de longo prazo do chão da fábrica por 99 anos e pela renda anual de 60\$000, com a cláusula de que “findo o arrendamento serão pagas as benfeitorias existentes, segundo o valor que lhes for atribuído nesse tempo, e que nestas se compreendem o edifício já construído onde está montada a fábrica de destilação e suas dependências”.

Na segunda metade do século XIX houve um enorme incremento para a criação da indústria de álcool na Terceira e em S. Miguel. Foi por sua própria natureza e pela extinção da laranja de exportação considerado um empreendimento de “grande alcance não só nos campos agrícola e industrial, mas também no económico”.³⁷

³⁶ Adquirido por Frederico A. Vasconcelos sénior por título de arrematação em hasta pública de 19.5.1870, extraído do processo de falência instaurado contra Abraão Benarus, negociante que foi desta praça (L.º. *Tombo geral de prédios e domínios directos*, n.º 1, fólio 17, arq. da empresa).

³⁷ *O álcool e os interesses insulares*, Comissão Reorganizadora da Indústria de Fabricação de Álcool, organizado pelo vogal António de Medeiros e Almeida, 1948.



Fábrica do Álcool em Vale de Linhares.
Angra do Heroísmo. Fins do século XIX.



Ruínas da antiga *Fábrica do Álcool*, em Vale de Linhares,
freguesia de S. Bento, Angra do Heroísmo.

Existiam 5 fábricas nos Açores – 3 em S. Miguel e 2 na Terceira. O total produtivo em alguns anos chegou a atingir os dez milhões de litros, o Estado chegou a cobrar oitocentos contos ouro (cerca de 36.000 contos de imposto anual, nos anos quarenta).

A matéria-prima empregada nas destilações de álcool nos Açores era de batata doce e milho. Pouco álcool se consumia no arquipélago açoriano, mas o continental empregava-o em grandes quantidades, sobretudo no “tratamento dos Vinhos do Porto, o que revela a sua qualidade promíscua”. Diz a mesma fonte que se cita, haver quem atribuisse “as extraordinárias características que tornaram célebres as produções de vinho do Porto de alguns anos (década de 1890) ao facto desses vinhos terem sido tratados com álcoois açorianos extraídos da batata doce, de pureza incedível”.³⁸

A crise vinícola no continente seguida do decreto de 14 de Julho de 1901, “quase paralisou totalmente a indústria álcooleira açoriana em proveito da viticultura continental, passando os vinhos baixos a serem destilados para, exclusivamente com esse álcool, serem tratados os vinhos finos”.³⁹

Uma série de perturbações nesta indústria e do surgimento de focos de crise económica, fizeram encerrar algumas unidades industriais como as duas fábricas da Terceira e a sua transferência para o mercado micaelense, por via de embaratecimento de produto e consequentes benefícios financeiros.

Depois de vencidas muitas resistências acabou por fim de ser autorizada pela lei de 15.7.1903 a transformação de uma das fábricas de álcool em indústria de açúcar de beterraba. Era, nada mais, nada menos, do que uma compensação da proibição da entrada de álcool puro açoriano no continente.

Foram então convidados alguns técnicos de origem francesa e alemã a apresentarem os seus pareceres sobre a eventual cultura da beterraba sacarina nos Açores. As opiniões não foram unânimes, mas a fábrica de açúcar surgiu nesse vultoso empreendimento cujos capitais foram totalmente açorianos e esta indústria – a do açúcar de beterraba – teve começo em 1906.

Um Relatório sobre o trabalho das fábricas da Nova Empresa Angrense de Destilação na colheita de 1895 a 1896, peça manuscrita e laborada pelo Engenheiro químico Gaston Dejonghe, aponta quatro ques-

³⁸ Relatório cit., p. 4.

³⁹ *Ibidem*.

tões essenciais sob os títulos 1.º *Batata doce*, 2.º *Lavagem das batatas*, 3.º *Estraçamento das batatas*, 4.º *Sacarificação*, e mais outras, 5.º *Arrefecimento dos líquidos*, 6.º *Neutralização*, 7.º *Fermentação* e 8.º *Destilação*.⁴⁰ Este documento consiste numa espécie de formulário onde se indicam as sequências técnicas desde a recepção da batata nas fábricas até à destilação final.

Houve mesmo uma paralização substancial nas fábricas açorianas de álcool. Não só pelos enormes capitais investidos, mas também por uma forçada limitação da cultura da batata doce.

A Fábrica de Destilação Ribeira Grandense resolvera efectuar a cedência do capital que possuía na União das Fábricas Açoreanas de Álcool à Sociedade Ribeira Grandense – sociedade particular civil – o que foi objecto de concordância por parte da Nova Empresa Angrense de Destilação, reunida sob a presidência de Frederico Augusto de Vasconcelos⁴¹. Esta, votou favoravelmente as modificações previstas na fábrica de Santa Clara, em S. Miguel, que teriam por finalidade obter economias substanciais no carburante.

Foi pretensão das fábricas açorianas de álcool arrematar em praça pública a fábrica de Destilação de Montijo. Com esta medida eliminava-se um prejudicial concorrente e anulavam-se os prejuízos já sofridos devido à competição nos preços de venda do álcool desnaturado, o que foi aprovado em reunião presidida por Frederico Augusto de Vasconcelos e sob proposta de Tomé de Castro.

Na ordem das participações financeiras foi proposto por Frederico Augusto de Vasconcelos em assembleia geral da N.E.A.D. entrar com uma quota de 200 contos na sociedade *Terra Nostra* em organização na ilha de S. Miguel a que a União das Fábricas Açorianas de Álcool já havia anuído entrar com capital⁴².

A recepção do açúcar da União na ilha Terceira e a sua distribuição pelos atacadistas foi cometida, segundo proposta de Frederico Augusto de Vasconcelos, a Tomé de Castro, então gerente da Nova Empresa Angrense de Destilação, o que teve efeitos imediatos no carregamento a enviar de S. Miguel/Terceira pelo vapor *Lima*, aos 13 de Abril de 1934, ressalvadas

⁴⁰ Doc. em arquivo pessoal. Pela sua extensão não o incluímos nesta monografia.

⁴¹ N.E.A.D. Actas, L.º n.º 1. Sessão de 17.1.1930.

⁴² N.E.A.D. Sessão de 16.1.1934.

as comissões destinadas à N.E.A.D.⁴³. Foi informado pelo presidente da Assembleia Geral Frederico Augusto de Vasconcelos que terminava em 31.12.1941 a escritura da sociedade N.E.A.D. com a União das Fábricas Açoreanas de Álcool, pelo que foram tomadas medidas relativas ao seu prolongamento através de nova escritura⁴⁴.

A escritura de prorrogação e alteração da N.E.A.D. foi lavrada a 20.12.1941, nas notas do notário do Cartório de Angra do Heroísmo, dr. Henrique Ferreira Brás ao que se refere a acta de reunião de sócios de 22.2.1942, à qual assistiu Frederico Pereira de Vasconcelos, filho de Frederico Augusto de Vasconcelos Júnior, já na “qualidade de um dos gerentes”⁴⁵.

Segundo protocolo contratual estabelecido com a União das Fábricas Açoreanas de Álcool, transferiram-se em 1942, por mais de uma vez, das fábricas da Terceira para S. Miguel, 50 autoclaves e diversos materiais e utensílios⁴⁶. Também o Comando Militar dos Açores, através do Comando Militar da Terceira adquiriu por compra algum material e utensílios das fábricas de Vale de Linhares e do Ramo Grande, desde há muitos anos inactivas⁴⁷.

Em 1943 sentem-se os primeiros efeitos da II Grande Guerra, afectando os produtos e os negócios da Nova Empresa, como, aliás, se vinham acentuando em toda a Europa.

Em Outubro de 1943 o sócio Tomé de Castro convocou uma assembleia geral extraordinária, informando que fora procurado pelo tenente de engenharia Manuel Barbedo de Magalhães, comandante interino da 1ª Companhia Expedicionária do Regimento de Engenharia n.º 1, que o pôs a par da sua nomeação de delegado do Comando Militar da Terceira, para com a “Nova Empresa de Destilação acordar na melhor forma de se expropriar a Fábrica do Ramo Grande que esta empresa possui na freguesia das Lajes, desta ilha, cuja demolição urgente se impõe para satisfação do pedido do Comando das tropas inglesas estacionadas nos Açores, afim de poder ser ampliado, como convém aos Serviços de Aviação do comando do aeródromo das Lajes, onde as ditas tropas têm as suas instalações”⁴⁸. Dados estes factos e por constituir a fábrica do Ramo Grande uma das

⁴³ Idem. Sessão de 5.4.1934.

⁴⁴ Idem. Sessão de 2.12.1941.

⁴⁵ Idem. Actas L.º n.º 1. Sessão de 22.2.1942.

⁴⁶ Idem. Actas L.º n.º 1. Sessão de 17.2.1943.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ N.E.A.D. Actas L.º n.º 1. Sessão do 09.10.1943.



Ruínas da Fábrica do Álcool, em Angra do Heroísmo.

“garantias da participação desta empresa na União das Fábricas Açoreanas de Álcool, de Ponta Delgada, por consequência, só pelos motivos muito imperiosos que levam o Comando Militar da Terceira a tomar a decisão de a demolir, se vê a mesma empresa forçada a aceitar a sua alienação. Verificando-se que esta é inevitável, a solução mais conveniente seria a do Estado tomar o compromisso de construir um novo edifício na freguesia das Lajes em local escolhido de comum acordo, instalando-se nele as máquinas existentes e procedendo ao desvio da canalização de águas para essa nova construção. Na impossibilidade, porém, de se conseguir esta solução, dada a urgência requerida para a demolição, esta empresa deveria procurar a realização de um acordo a estabelecer harmonicamente com o delegado do Comando Militar da Terceira e que no auto a lavrar fiquem ressalvados, como inalteráveis, os direitos industriais pertencentes à fábrica actualmente instalada no prédio a expropriar, para demolição”⁴⁹.

Todavia, a ideia de uma nova fábrica para substituir a do Ramo Grande, não morreu com a expropriação da antiga, para acrescentamento das pistas do aeródromo das Lajes, onde acabavam de se instalar as forças britânicas, pois a empresa criou um fundo precisamente com este objectivo que, infelizmente, não teve realização⁵⁰.

⁴⁹ Idem. Actas L.º n.º 1. Sessões de 9.10.1943 e 16.10.1943.

⁵⁰ Idem. Actas L.º n.º 1. Sessão de 31.12.1943.



Outro aspecto das ruínas da Fábrica do Álcool, após o sismo de 1980, em Vale de Linhares, freguesia de S. Bento, Angra do Heroísmo.

Falecera Frederico Augusto de Vasconcelos Júnior, presidente da Assembleia Geral da Nova Empresa Angrense de Destilação. Coube ao sócio Tomé de Castro, filho do fundador Henrique de Castro prestar à memória deste importante industrial a devida homenagem: “... o sócio Tomé de Castro disse que era com o maior pesar que tinha de se referir à morte do sr. Frederico Augusto de Vasconcelos, ocorrida a 23 de Março findo, e que com o seu também saudoso pai, sr. Henrique de Castro foram os fundadores desta sociedade⁵¹. Desejava prestar uma merecida homenagem de profundo sentimento a tão bom e leal amigo, com quem privara durante largos anos, e afirmar o enorme desgosto que sentia por esse facto. Com a sua larga experiência e ponderação dispensou à nossa sociedade o melhor do seu esforço, sempre com comprovada dedicação e competência”⁵².

Dificuldades em obter adequada produção da beterraba dos campos açorianos, a União importou açúcar colonial suspendendo, por isso, o dividendo de 1947, devido aos altos custos assumidos com a importação⁵³.

A Nova Empresa de Destilação exarou um voto de muito pesar pelo falecimento de Armando Domingues “cidadão prestante e de carácter

⁵¹ O fundador foi Frederico Augusto de Vasconcelos Sénior, pai deste falecido a 23.3.1947, o qual fora sócio com Henrique de Castro.

⁵² N.E.A.D. Actas L.º n.º 1, Sessão de 27.4.1947.

⁵³ Idem. Sessão de 16.5.1949.

probo que durante muitos anos foi o representante da nossa sociedade na União das Fábricas Açoreanas de Álcool, em Ponta Delgada⁵⁴. Ainda no que respeita à União, ficou assente a nomeação, de facto, do tenente-coronel Francisco Xavier da Cunha Aragão, genro de Frederico Augusto de Vasconcelos Júnior, casado com a filha e sócia D. Georgina de Vasconcelos Aragão, ao tempo gerente da firma do sogro⁵⁵.

Motivos económicos, muito tempo antes, fizeram encerrar esta fábrica, assim como a dos Remédios, nas Lajes, passando a sua laboração a fazer-se na Lagoa, ilha de S. Miguel. Na década de sessenta do século passado foi totalmente desmantelado o que restava do seu equipamento e vendido como sucata de ferro e cobre, torneiras de metal, grelhas de ferro e até uma âncora, assim como alguns milheiros de telha de Marselha. Depois de inactiva esta indústria, os granéis em Vale de Linhares estiveram arrendados à Comissão Reguladora dos Cereais e do chão da fábrica, já de outros proprietários, pagava-se 48\$00 pelo menos desde a década de 1930 até à sua entrega muito após o prazo estipulado de 99 anos.⁵⁶

No ano de 1985 deflagrou um incêndio no antigo *Engenho do Álcool*, cujo espaço se disse na imprensa ser destinado à instalação de um hotel⁵⁷.

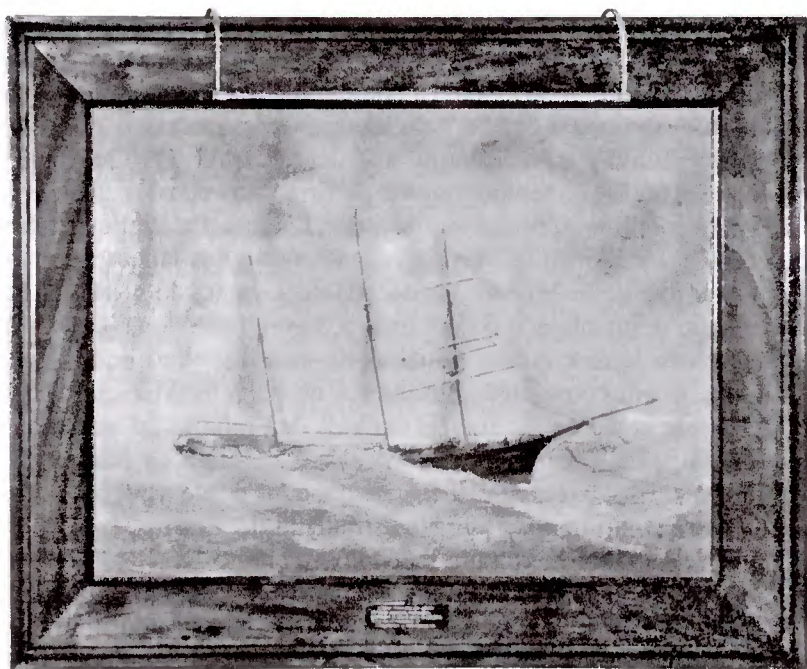
No chão da fábrica de Vale de Linhares está construído um edifício novo de moradia e o da fábrica do Ramo Grande foi incorporado nas pistas do aeroporto das Lajes na conformidade dos acordos entre o Estado Português e as Forças Britânicas nos Açores.

⁵⁴ Idem. Sessão de 1.7.1952.

⁵⁵ Idem. Sessão de 1.7.1952. Este livro de Actas n.º 1 – 18.1.1930 a 1.7.1957 – ficou com as restantes folhas em branco.

⁵⁶ Escritura de arrendamento a longo prazo de 8.3.1882, nas notas do tabelião Nicolau Monis de Bettencourt. Em 1887 a Nova Empresa Angrense de Destilação adquiriu ao morgado Manuel Monis Barreto do Couto, por dois contos de reis, todo o gado e trem de lavoura desta. Escritura de 14.6.1887 do tabelião Nicolau Monis de Bettencourt.

⁵⁷ *A União*, Angra do Heroísmo, 6.8.1983 insere notícia nestes termos: “O vasto edifício da antiga fábrica do álcool, no Arco (Vale de Linhares), foi pasto de fogo, ali ocorrendo a corporação dos Bombeiros Voluntários desta cidade. A acção de extinção dos focos de incêndio não foi das mais fáceis e determinou trabalho cauteloso. A propriedade havia sido, recentemente, transaccionada e, ao que se supõe, seria eventualmente destinada à instalação de uma unidade hoteleira”.



Veleiro *Príncipe da Beira*. Pintura a óleo, não datada nem assinada. Colecção do autor.

Trata-se do lugre *Príncipe da Beira*, que tinha as seguintes características: 275 toneladas de arqueação e sete tripulantes. Naufragado na baía de Angra a 13.10.1896, devido a grande temporal. Copropriedade de Frederico Augusto de Vasconcelos e de Henrique de Castro, pertencente à sociedade Nova Empresa Angrense de Destilação, seguro na Companhia Loyds em mil e quinhentos libras⁵⁸.

Os salvados do navio foram arrematados por 433.000 réis e o capitão foi o último a salvar-se como manda o estatuto marítimo.

Chicória

Datas encontradas apontam para a sua existência já em 1894. Desse tempo ficaram 2 semeadores com probabilidades de serem os mesmos comprados ao Conde do Rego a 2.9.1918, e 1 pedra de amolar. A secagem

⁵⁸ A *União*, Angra do Heroísmo, 14.10.1896.



Lá no alto: a antiga “Fábrica da Rocha”, na Rua dos Canos Verdes, n.º 1.

Ali foi alambique, torrefacção de cereais e fábrica de refrigerantes.

de chicória fez-se em anos transactos em duas estufas situadas na Fábrica da Rocha e mais tarde nos quintais da Rua da Boa Nova, pertencentes ao Sr. Frederico, de que existem ainda vestígios.

Nas Lajes, se produzia e secava chicória, no ano de 1916, mas certamente teria maior antiguidade, pois naquele ano se adquiriu semente de chicória, ensacada, para semear. A seguir, em 1918, aparece nas compras do Continente uma taxa de agravamento designada *seguro de guerra* sobre 150 sacos de chicória vindos pelo navio *Funchal*. Mas no Livro de Saídas 1904/1905, as vendas atingiram: seca 457 400 kg e torrada 24 914 kg. A actividade até 1939 mantém uma constante tendência decrescente. Após esta data, o livro em referência não regista mais qualquer saída de chicória, o que, cronologicamente, coincide com o período da II Guerra Mundial.

Por volta de 1928 e 1930 são construídas estufas para secagem de chicória, em dependências da *Fábrica da rocha* e nas traseiras da garagem na rua da Boa Nova.

Esta firma produzia na sua torrefacção da Fábrica da Rocha cevada moída e cevada de mistura com chicória⁵⁹, o que embaratecia o seu custo.

⁵⁹ No princípio do séc. XX, em Inglaterra e na Alemanha a chicória foi fonte de alimento como sucedâneo do café. *A União*, 31.8.1901.

Torrefacção de Cereais

Este edifício, designado por *Fábrica da Rocha* e sito na Rua dos Canos Verdes, n.º 1, de configuração estranha e antigo, com a sua alta chaminé, fora em tempos uma das muitas indústrias alambiqueiras, produzindo aguardente. No ano de 1917 já funciona como alambique *Devory*.

Em 2.12.1922 foi elaborado um “cróquis”, em vegetal, escala 1/250, assinado por Abraão Abobot⁶⁰, para remodelações internas na *Fábrica da Rocha*, que previam ocupar o corpo do edifício com a construção de estufas para secagem de chicória e a introdução de equipamento no mesmo referenciado, tal como:

- Caldeira a vapor;
- Torrador de chicória;
- Moinho para chicória;
- Motor;
- Serpentinhas;
- Aparelhos destiladores.

Quatro anos depois, a 30 de Abril de 1926, parece haver o desejo de que o empreendimento do “croquis” viesse a ser posto em prática, mas ampliado. Surgem assim desenhos mais elaborados com o título de *Planta da Fábrica pertencente a Frederico Augusto de Vasconcelos, de bebidas gasosas e refrigerantes com os maquinismos que deseja montar no mesmo estabelecimento*⁶¹ sob o título n.º 244 de registo que consta do alvará de licença n.º 2003.

⁶⁰ Filho da comunidade judaica terceirense. N. em Lisboa a 29.7.1871. Frequentou o liceu de Angra e fez exame de desenho. Director efectivo das Obras do Município Angrense. Autor de imensos trabalhos em desenho e pintura, de que se destacam o pano de boca de cena e outras pinturas no Teatro Angrense, os excepcionais vitrais da escadaria dos Paços do Concelho e os retratos pintados a óleo do prelado diocesano D. Francisco José Ribeiro Vieira de Brito e do dr. António Monis Barreto, destinado à Sala do Concelho do liceu de Angra (cf. Pedro de Merelim, *Hebreus na Ilha Terceira*, 2ª. Ed., Angra do Heroísmo, 1995, p. 111), que insere outros pormenores familiares. Para o industrial Frederico A. Vasconcelos jr. elaborou, além deste projecto, outros, pelo menos, um esboço elaborado em 27.5.1925 para a vivenda chamada *dos Dois Caminhos*, no Largo da Silveira, e outro da casa e Jardins da Quinta de São Carlos.

⁶¹ Prédio adquirido por escritura de aforamento perpétuo de 10.2.1868 que fez Teotónio de Ornelas Bruges a Frederico Augusto de Vasconcelos de 2 ares e 42 centiares de terreno pelo foro anual de 10\$000 rs. no lugar da Rocha, notas do tabelião António Leonardo



A antiga fábrica dos pirolitos, na Rua dos Canos Verdes, n.º 2
Uma das viaturas de distribuição⁶².

Já nesta planta aparecem novos requisitos e solicitações, e novos desenhos, a saber:

1. Máquina para o fabrico de bebidas gasosas e refrigerantes.
2. Lavadouro de garrafas para engarrafar as bebidas gasosas e refrigerantes.
3. Um alambique de destilação de aguardente.
4. Uma caldeira de vapor que é destinada a aparelhos de lavagem e cortagem de chicória.
5. Um torrador de chicória.
6. Um moinho de moer chicória.
7. Um maquinismo de lavar e cortar chicória.
8. Duas estufas de secar chicória.
9. Casa de balança.
10. Casa de despejo.
11. Pátio de entrada.

Pires Toste. O edifício construído neste terreno era designado por *Fábrica da Rocha* onde havia uma fábrica de destilação, mais tarde uma indústria alambiqueira, sistema “Dero” e material para secagem de chicória, *Livro geral de prédios e domínios directos*, n.º 1, fólio 20, Arquivo da firma Frederico A. Vasconcelos.

⁶² Julgamos tratar-se das três viaturas iguais adquiridas em 1917 (L.^a. Caixa, n.º. 3, 15.11.1917, arq. da empresa). Em 1918 compra ao genro Raul de Távora um automóvel *Overland* para uso pessoal. *Idem*, 8.1.1918.

12. Confrontações⁶³:

Norte – Rua da Boa Nova.

Sul – Rua da Rocha.

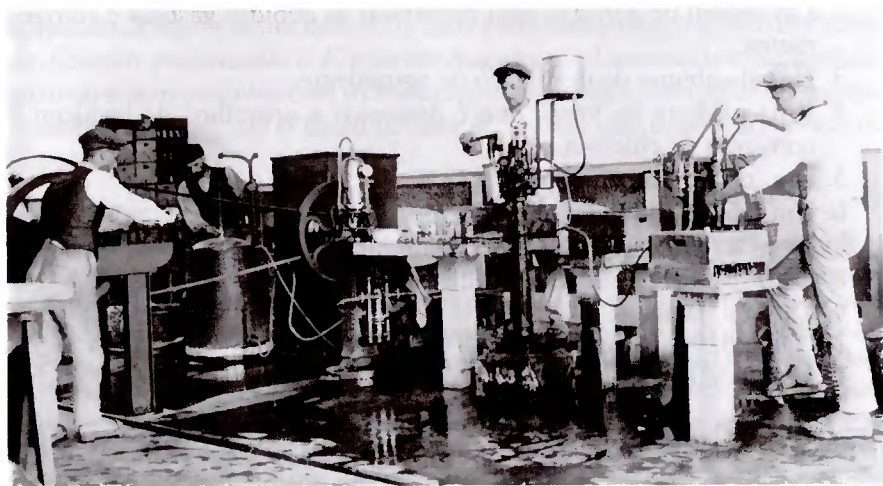
Nascente – Rua da Rocha e D. Afonso VI.

Poente – Terras.

Não se confirmam, porém, estas introduções de melhoramentos no exterior como mostram os elementos desenhados. O edifício manteve-se com a antiga traça até ficar arruinado pelo sismo de 1.1.1980 e posteriormente alienado.

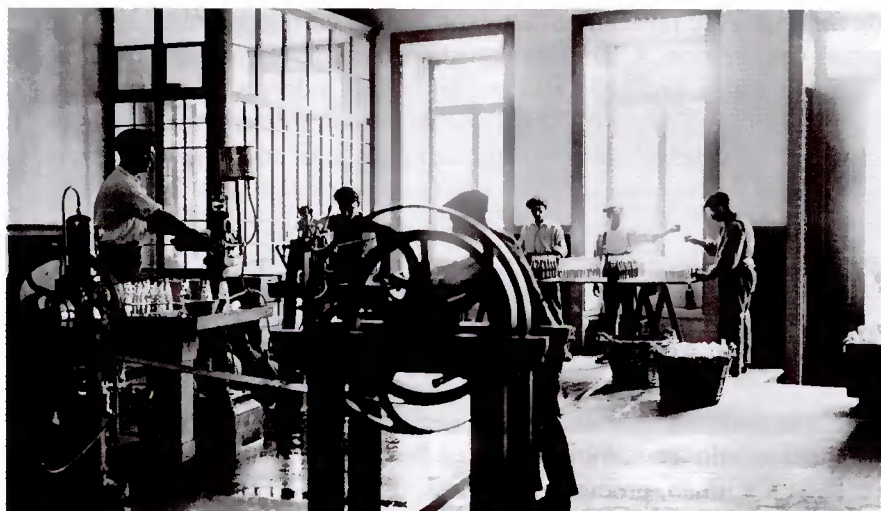
É também crível que tanto em 1922 como em 1926 ali continuassem apenas os alambiques e a torrefacção de cereais, provavelmente melhorados em algum equipamento e da construção de estufas para a secagem de chicória; mas, quanto à laboração de pirolitos e refrigerantes, essa não chegou, com certeza, a efeitos, pois só muitos anos volvidos, por volta de 1955 terá sido transferida para aquele local a fábrica que lhe ficava defronte, ao outro lado da Rua dos Canos Verdes.

Nos anos cinquenta (gerência do tenente-coronel Francisco Xavier da Cunha Aragão), mais propriamente em 1953, foi todo este edifício adap-



Espaço destinado ao enchimento de produtos gaseificados, marca FAV, ainda na Rua dos Canos Verdes, n.º 2.

⁶³ Actualizadas, temos: Norte, Rua da Boa Nova; Sul, Rua Conselheiro José Silvestre Ribeiro; Nascente, Rua dos Canos Verdes e Poente, terras (hortas e espesso canavial).



Laboração do pirolito na Rua dos Canos Verdes, n.º 2.

tado à instalação da *Fábrica de Pirolitos*, permitindo a transferência desta (que, como se disse, ficava defronte, na Rua dos Canos Verdes, n.º 2) para este novo e mais amplo espaço, extinguindo-se assim o período da torrefacção já então sofrendo forte concorrência do mercado continental. Nas suas remodelações mais profundas foi instalado um sistema de fabrico semiautomático, constituído por equipamento inglês fornecido pela Barnett Foster & Bratby, Ld^a. e, mais tarde, pelos anos de 1956 e 1966 novas transformações lhe foram introduzidas. Cinco anos depois, em 1971, este complexo industrial de refrigerantes terceirense passa por nova fase de reapetrechamento e automatização completa com linha de enchimento alemão debitando 12.000 garrafas/hora, o que foi acompanhado de um sistema de saturação de gás carbónico do mais moderno e de eficientes características, equipado ainda com tratamento e refrigeração da água. Mais recentemente, nos fins de 1976, é-lhe imprimido novo melhoramento, desta vez com uma lavadora automática também de fabricação e técnica alemã adaptada para lavagem de garrafas de litro, considerada a embalagem para uso doméstico e familiar, lançada para acompanhar o surto concorrencial, e de quarto de litro, este o tipo de vasilhame mais divulgado e destinado ao mercado de loja, cafés, pastelarias, restaurantes, quiosques e esplanadas, e que melhor se vendia nas tardes de toiros à corda e durante as festas populares na ilha Terceira. Esta nova lavadora estava preparada para tratamento térmico intensivo às garrafas por meio

de uma série de lavagens e jactos de água com temperaturas de 12 a 75 graus centígrados. A laboração média diária desta fábrica foi além das 25.500 garrafas, produção esta que tem vindo a decrescer constantemente pela introdução de enorme variedade de produtos de enorme variedade de produtos do exterior e do mercado europeu, asfixiando as já de si fracas esperanças do mercado açoriano. Será de mencionar que as embalagens foram sempre de vidro, adquiridas nas vidreiras da Marinha Grande, que actualmente reflectem grandes problemas e incertezas no seu fornecimento normal.

A *Fábrica dos Refrigerantes*, na nova designação, sofreu uma pesada baixa por ocasião do sismo de 1 de Janeiro de 1980, ficando completamente inoperante durante sete meses, o tempo suficiente para a transferir para a então chamada “Zona Industrial” da Cidade, onde ainda se encontra funcionando em edifício próprio e produzindo o “Pirolito” nos sabores de laranja e limão, produtos populares, com boa aceitação local.

Em dependência da antiga fábrica se serrava e torneavam os cabos das vassouras da marca registada “FAV”, com rótulo muito vistoso da fábrica dominado pela simbologia do Açor e em outra dependência se procedia ao conserto das caixas de madeira utilizadas na venda dos pirolitos.

Nas fábricas de refrigerantes e produtos gaseificados de Frederico Augusto de Vasconcelos se produziram produtos de vários sabores e qualidade inegável, não só o *pirolito*, como refrigerantes.



Viaturas à entrada da fábrica da Rocha



Um acidente com uma das viaturas distribuidoras

Em Julho de 1981 a fábrica recomeça o seu “Pirolito”

Depois de várias e profundas diligências junto da Câmara Municipal, dos Serviços de Saúde, dos Serviços de Sanidade e dos Serviços Industriais, foi possível a mudança para este novo edifício, com garantia de todas as condições preceituais e defesa da saúde pública de exigência legal. Este novo edifício situa-se na zona industrial da cidade, antigo armazém de adubos, depois de devidamente remodelado e adaptado ao bom funcionamento da indústria de sumos e refrigerantes. Toda a maquinaria e laboratório foi transferida e montada, assim como e também nessa altura uma nova máquina de encher, da linha alemã, que se encontrava ainda encaixotada quando se deu o sismo de 1 de Janeiro de 1980, não tendo sofrido qualquer dano.

Esta unidade fabril tem trabalhado com produtos de importação, nomeadamente concentrados (polpa) de laranja e maracujá, de transformação industrial e exportação suíça e também da produção em estufas da ilha de São Miguel, nunca deixando desde a origem de manter no mercado da Terceira o *Pirolito*, refresco composto à base de essências de laranja e limão e ligeiramente gaseificado, que assumiu várias formas e apresentações, seja com o frasco de bola, seja, tal como ainda hoje, da garrafa branca, lisa ou pirogravada, ou rotulada, além do período vivido com uma garrafinha verde, alienada pelos americanos, vendida em grades de 10 e 24 garrafas de madeira, ferradas com a marca *F.A.V.*, posteriormente, em plástico atendendo a custos mais baixos.

Não há dúvida de que os produtos hoje em dia internacionalizados da *Coca-Cola*, da *Fanta*, do *Seven Up*, que fazem o comércio das grandes *holdings* que dominam o mundo dos negócios sobre a velha e tradicional Europa, facto é que o *pirolito* ainda é marca do nosso mercado industrial e a saudade daqueles que emigram.

Esta fábrica além do pirolito ou frasco de bola, fabricava produtos gaseificados de *laranjada* e *limão*, *champ cola*, *ginger ale*, *soda*, mais recentemente *água tônica* e sumos de *maracujá* e *laranja*. Ainda em época mais recuada teve o produto chamado “guaraná” e utilizou muitas outras essências, como de banana e tangerina.

Primitivas instalações da Fábrica dos Pirolitos (cerca dos anos 30, séc. XX). Possivelmente é de data anterior; mas, formalmente, como fábrica adequada, cumprindo preceitos bacteriológicos, sanitários e evolutivos, terá sido esta a primeira unidade na rigorosa expressão do termo. Possuía nessa altura duas viaturas para distribuição.

Os produtos desta unidade fabril sempre tiveram boa aceitação e o seu consumo fez-se em larga escala na ilha Terceira, através de distribuições e cobertura diária do mercado da ilha. Também a sua exportação se fazia para as outras ilhas do grupo central e houve até uma experiência com o “mercado da saudade” nos Estados Unidos, onde a comunidade açoriana os recebeu com agrado.

Durante meses o seu abastecimento foi assegurado através das viagens regulares do navio *Pauline Marie*, que mensalmente escalava o porto de Angra do Heroísmo, com destino a Nova Bedford, dali seguindo um circuito terrestre em viaturas do recebedor até à Califórnia, enquanto se previa a sua extensão ao mercado açoriano no Canadá, principalmente o de Toronto.

Tal como se encarou na ocasião, as exportações que se efectuaram foram sempre, desde o início, tidas apenas como experiência e deixado ao futuro os efeitos da sua viabilidade económica regional.

Na exportação foram utilizadas embalagens de cartão duro e tara de vidro em regime perdido. Os sumos de preferência nos mercados açorianos da América do Norte, foram três – *maracujá*, *laranja* e *ananás*.

Estatisticamente a produção desta unidade terceirense rondava por esse tempo, anos oitenta, anualmente, os 3,5 milhões de garrafas 0,25. Foi lançado quase em simultâneo a garrafa familiar de um litro, de vidro, para os produtos mais populares, desde longos anos, como sejam a laranja e o limão.

Pirolito

O que é o pirolito?

Bebida gasosa, constituída de sabores à base de essências naturais. Os sabores mais vulgares são os de *laranja* e *limão*, que ainda hoje se fabricam na fábrica de Frederico A. Vasconcelos em Angra do Heroísmo.

Esteve muito em voga nos anos 30/40 com a garrafinha de bola, pois tinha no seu gargalo uma bolinha de vidro que o rapazio ia pedir de garrafas que rebentavam no enchimento da fábrica e com as quais se jogava ao berlinde.

O “pirolito” enchia-se numa máquina de pedal, garrafa por garrafa. Ao dar a volta a *bolinha* ocupava com a pressão o gargalo da garrafa, fechando-a.

Houve tempo que o pirolito se misturava com vinho de cheiro fazendo uma bebida agradável e muito popular. Era uso pedir-se *um pirolito com vinho*.

Etnografia

Estrilho Popular

Pirolito, que bate, que bate;

Pirolito que já bateu:

Quem gosta de mim é ela

Quem gosta dela sou eu.

* A uma pessoa de estatura baixa e franzina costuma chamar-se-lhe *pirolito*.

* *Pirolito* foi título de um jornal portuense, entre 1854 e 1855.

Fábrica de Refrigerantes que Frederico A. Vasconcelos pretendeu montar na Praia da Vitória

Este foi o título dado à planta que chegou a ser elaborada com vista ao empreendimento industrial que esta firma pretendeu desenvolver na então Vila da Praia da Vitória. Desconhece-se a data em que este projecto foi concebido e estudado, nem tão pouco se sabe quem foi o projectista, pois não está assinado, dando assim a impressão de se ter desistido da ideia por



Produtos apresentados nos últimos anos.

razões que não constam dos arquivos, mas que terão necessariamente a ver com a logística e implantação naquela hoje cidade da Praia da Vitória.

Ficaram, porém, expressas na planta à escala 1:50 quais as pretensões industriais e consequentemente comerciais para aquela vila, cabeça de concelho. Assim, temos a planta de localização apontando para um sítio abaixo da Matriz, junto ao mar. O corpo de laboração da fábrica com a colocação das peças a fixar em número de seis elementos, estes estão descritos na legenda e constam de: motor eléctrico, saturador manual, balão, saturador mecânico, máquina enchedora de pirolitos e máquina enchedora e capsuladora de gasosas.

Estavam em causa, ao que parece, dois tipos de produtos: o *pirolito* apresentado em frasco de bola, como existia na fábrica de Angra do Heroísmo nos anos vinte, trinta e quarenta do passado século, e a *gasosa* que, por sua vez, seria apresentada em outro tipo de garrafa e com cápsula.

Avançando com uma mera suposição pode-se quase dar como certa que esta proposta industrial seria de antes dos fins de 1947, ano em que faleceu o Sr. Frederico Augusto de Vasconcelos (Júnior), um dos grandes dinamizadores desta Casa Comercial.

Regista-se o facto, apenas por curiosidade histórica.

Panificação

A casa Frederico A. Vasconcelos possuía a facilidade de diversificar negócios, procurando quase sempre a via industrial, certamente por ser aquela que mais viria no futuro a contribuir para o desenvolvimento e economia da terra. Os registos antigos dão-nos conta de em 1916 estar ligada a uma panificadora que era denominada *Empresa de Panificação Terceirense, Lda.*, da qual terá vindo a retirar-se por reembolsos parcelares do seu capital investido. É o que se conclui dos 10% sobre o valor da quota de 500\$00 que possuía naquela sociedade e logo no ano seguinte de 1918 cede a Francisco Martins Felisberto e a Manuel Augusto da Silva o direito de 10% naquela indústria⁶⁴.

Lacticínia Insular, Ld.^a na Rua da Palha

Parceria com F. Alves Moimenta. Funcionou nos baixos do prédio da Rua da Palha, com os n.^{os} 14-14 A, prédio que era propriedade da Família de Frederico Vasconcelos.

Aqui se fabricava manteiga que era enlatada com a marca *Insular* para exportação, queijo tipo flamengo, gelo em pedra que fornecia para os hospitais e vendia a Salomão Alves Levy para actividades do próprio. Uma das especialidades eram os sorvetes sendo muito apreciados os nevados de fabrico desta indústria. Lançou várias experiências com o queijo tipo flamengo, de produção local, o que exigiu a deslocação e presença de especialista holandês.

Indústria inaugurada em 3.4.1933⁶⁵.

Dissolvida oficialmente em 1962, passados relativamente a esta data, cinco anos de inactividade⁶⁶.

⁶⁴ L.^o *Caixa* – Lançamento em *Liquidações*, 28.7.1917, arq. da empresa.

⁶⁵ Por escritura pública desta data.

⁶⁶ A sua dissolução foi feita por escritura lavrada de fls. 79 a 81, L.^o 704-C de notas do 14.^o Cartório Notarial de Lisboa, pelo notário Dr. José de Abreu, a 31.5.1962.

Desde o início da sua fabricação houve que tomar medidas para a compra do leite, sua desnatação e respectiva venda à Lacticínia da nata produzida. Deparou-se a nova unidade industrial de lacticínios com a escassez da matéria-prima, situação esta superada com a distribuição de desnatadeiras por diversos pontos da ilha Terceira, estabelecendo-se assim uma rede de recolha de natas, o que veio a dar resultados positivos. Os pontos principais foram a Serreta, obtendo 150 litros; a Canada da Cruz Dourada, outros 150 litros; Canada dos Folhadais, 100 litros; e outra na Vila Nova que daria também 100 litros. Como os objectivos deram certo, previu-se uma segunda fase de colocação de desnatadeiras, seleccionando-se os pontos mais essenciais à recolha das natas. Seguiram-se assim a Ribeirinha, que operava 150 litros; a Terra-Chã, também 150 litros; o Pesqueiro, 100 litros. Outros sítios como Belém, Espigão, Fonte do Bastardo, Biscoitos, Regatos, Ribeira da Areia, Fontinhas, Dois Caminhos na Terra-Chã e S. Sebastião, fizeram parte desta rede que cobria toda a ilha.

Esta inovação essencial sortiu os seus efeitos do ponto de vista do crescimento económico, mas foi necessário sustentá-la através de financiamento, que foi concedido através da Caixa Económica do Montepio Terceirense, “com novas garantias às operações de crédito, que também foram feitas na Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo”. Os resultados ao fim de um ano foram de 25.085\$06, o que permitiu efectuar obras de adaptação⁶⁷.

Passados alguns, em 1947, dá-se a integração da cota desta unidade fabril nos Lacticínios da Ilha Terceira, sociedade por quotas de responsa-



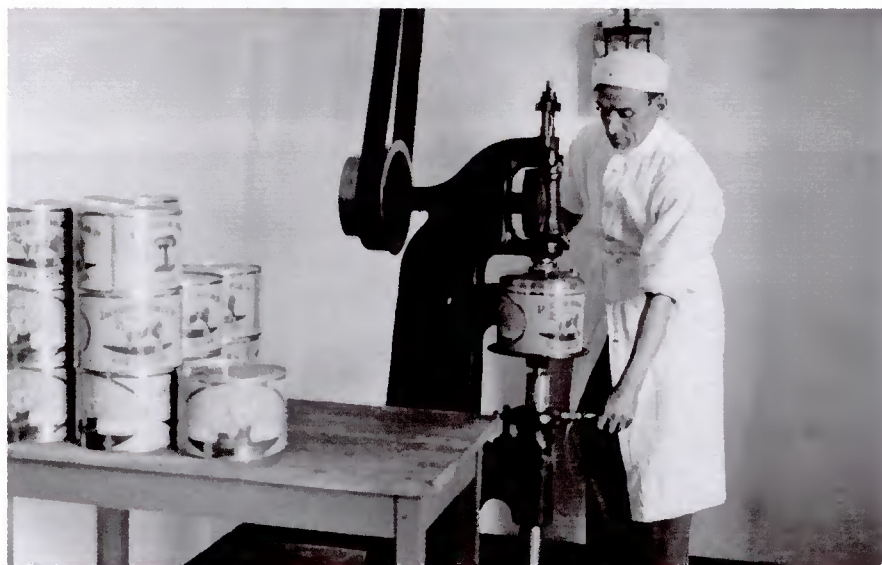
Prédio que foi de Frederico Augusto de Vasconcelos Júnior, adquirido por escritura de 27 de Junho de 1918 e em cujos baixos funcionou a Lacticínia Insular, Lda. fundada por ele em 1933.

⁶⁷ Actas *Lacticínia Insular, Lda.*, n.ºs. 2,38/1933.

bilidade limitada que se funda nesta ilha sob a designação de *Lacticínios da Ilha Terceira*⁶⁸.

De 8 de Outubro de 1947 até 18 de Junho de 1954, há um interregno prolongado nas sessões, e só após se expressa a deliberação unânime de *alienar* a quota que a Lacticínia Insular, Lda. possuía nos Lacticínios da Ilha Terceira, submetendo-se à responsabilidade de Luís António de Sousa, procurador, a outorga da competente escritura pública⁶⁹.

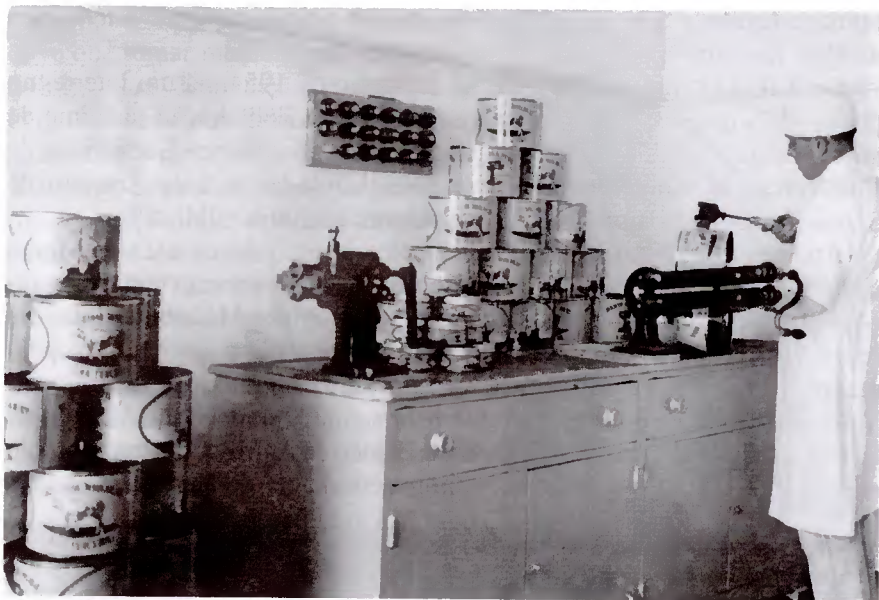
Atente-se que Frederico A. Vasconcelos júnior faleceu a 23 de Março de 1947, o que originaria esta omissão de actas e consequentes deliberações durante sete anos. Desde o início que F. Alves Moimenta, Lda. era representada na *Lacticínia* por Amadeu Monjardino e uma vez, pelo menos, pelo filho deste, José Monjardino, enquanto Frederico A. Vasconcelos júnior era representado pelo seu procurador Luís António de Sousa, que, antes de ingressar na Casa Frederico A. Vasconcelos foi sócio da Tipografia Sousa & Andrade, editores em Angra do Heroísmo.



Lacticínia Insular, Lda. – Secção de enlatar manteiga

⁶⁸ L.º de Actas *Lacticínios da Ilha Terceira, Ld.º*, nº. 88, 5.3.1947, que, além do mais, dá poderes de outorga da escritura, ficando na mesma como sócia-gerente.

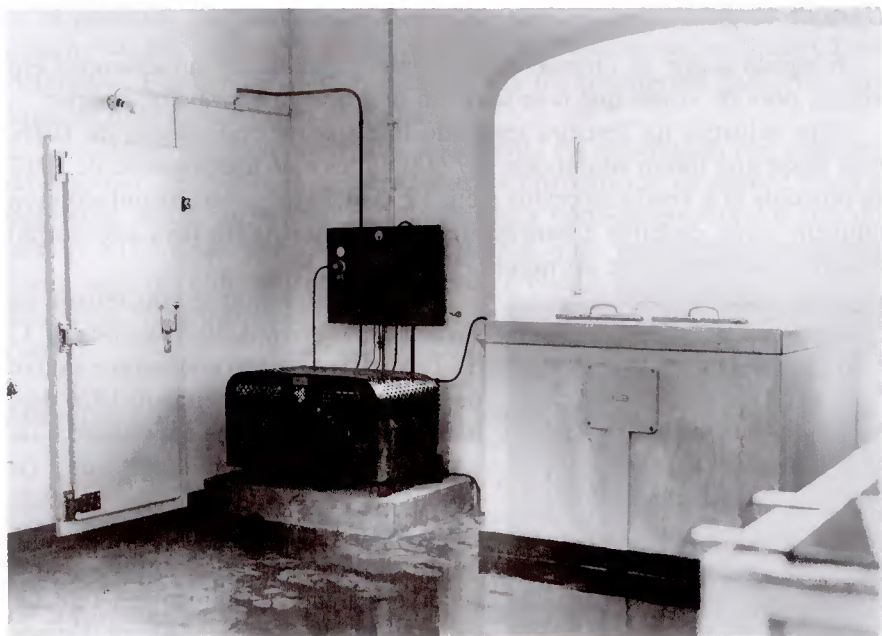
⁶⁹ *Idem*, nº. 198, sessão extraordinária de 18.6.1954. Luís António de Sousa foi dedicado gerente da Casa Frederico A. Vasconcelos durante dezenas de anos, figura conceituada no meio.



Lactifícia Insular, Lda. – Manteiga em latas para exportação



Laboratório da Lactifícia Insular, Lda.



Lacticínia Insular, Lda. – Refrigeração

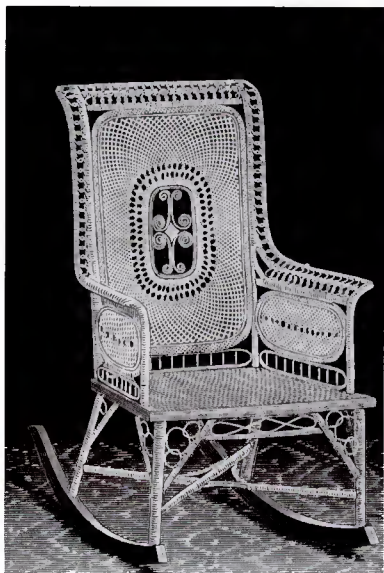


Lacticínia Insular, Lda. – Produção de queijo bola, tipo flamengo

Obra de Verga

É aquilo a que se chama vulgarmente mobílias manufacturadas em vimes, obra de vimes que teve também muita voga aqui pelos Açores.

Esta indústria na Terceira terá sido iniciada mesmo no ano de 1916, pois nesse ano foram adquiridos 147.600 vimes e no ano seguinte de 1917 se procedia já à venda de cestos e em 1930 além de cestos manufacturava também sofás, cadeiras e bancas, de que fez mostruário para exportação destinada ao continente *português*⁷⁰.



Peça do catálogo norte-americano.
Manufatura em 1883.

Uma indústria que se concretizou na *Casa de Frederico A. de Vasconcelos*. O Sr. Frederico Augusto contratou e trouxe da Madeira para a Terceira em 1926 dois madeirenses entendidos em trabalhos de vimes, com a finalidade de os executar. Certamente pelo seu elevado custo as mobílias de vimes não tiveram muita duração no seu fabrico, aparecendo em grande quantidade na Terceira as oriundas da ilha da Madeira. Desses madeirenses, o que veio primeiro, João Quental, trabalhou em Angra cerca de sete anos e o segundo Valentim Flor ainda o conhecemos, mas já em 1953, extinta que era a oficina das mobílias de vimes e executando tarefas de servente no armazém de vinhos e cerveja que pertencia à firma Frederico A. Vasconcelos e onde nos anos sessenta se criou uma

cantina de géneros alimentícios destinada ao pessoal e suas famílias, mas que estava longe de ser privada e pelo contrário as suas portas abriam-se ao público em geral.

Conta-se que o Valentim vestiu primorosamente de vime com decoração uma garrafa de vidro que ofereceu ao Sr. Frederico Augusto. Ora, o Valentim tinha umas mãos enormes, deformadas, com dedos exageradamente grossos, o que levou o Sr. Frederico a fazer este comentário: “Parece mentira que de mãos tão grosseiras tenha saído esta preciosidade”.

⁷⁰ L°. *Caixa*, nº. 19, anos 1928-1930, arquivo da empresa.

A primeira oficina ficava estabelecida na Rua de S. João, nas lojas da casa n.º 40-44, mais tarde doada pela família Vasconcelos ao Sport Clube Angrense. Em data posterior, esta oficina foi transferida para uma das lojas de uma casa da Rua da Palha.

O catálogo da peça que a foto documenta foi encontrado nos arquivos da empresa. É composto de peças extraordinariamente de grande nível e pormenor de execução manual, manufatura norte-americana dos fins do século XIX. É de obra de Junco e parece que nunca aqui foi utilizado, servindo apenas e eventualmente como instrumento de consulta e inspiração⁷¹.

Mosaicos e Blocos

Devido à escassez de materiais para construção durante e no pós guerra 1939/45, esta firma foi uma das pioneiras no fabrico artesanal de blocos de saibro e cimento, assim como de mosaicos de diferentes matizes. Esta pequena indústria extinguiu-se nos começos da década de 50 do século passado.

Mais tarde, faz também importação de cimento ensacado, que distribuía localmente por atacadistas e clientes, assim como comercializou a pozolana, empregada nas obras de acrescentamento do cais do Porto de Pipas.



Vaso de Jardim:
Mosaicos do Fabrico de
Frederico A. Vasconcelos
– 1939 (col. do autor)

Engarraamento de cerveja

Durante mais de 50 anos, uma amizade firme e um relacionamento comercial saudável ligaram os interesses de João de Melo Abreu, um continental dinâmico, que em S. Miguel criara a Fábrica de Cervejas e Refrigerantes, e os de Frederico Augusto de Vasconcelos Júnior, que o representava na Terceira como distribuidor de cerveja. As necessidades locais de consumo e o embaratecimento de custos, fizeram que a cerveja viesse de S. Miguel em cartolas para ser engarrafada e pasteurizada, na

⁷¹ *Illustred catalogue*. Manufactured by Heywood Bros. & Cº. Rattau and Reed Fumiture and Children's Carriages. Gardener, Mass., 1883.



Pasteurização da cerveja

Terceira, cujas instalações ficavam no tardo do edifício onde estava instalada a Lacticínia Insular, Ld.^a, na Rua da Palha, n.ºs 14-14-A.

A par da cerveja em quartolas de 200 litros para pasteurizar, vinham remessas de centenas de barris por semana nos barcos de cabotagem e desse tráfego semanal se encarregavam os iates *Santo Amaro*, *Ribeirense* e a chalupa *Helena*. As capacidades dos barris eram de 14,5 e 16 litros, destinados à venda ao copo, com grande propensão nos arraiais das touzadas à corda.

Vinagre

Desta utilíssima e necessária indústria apenas resta como recordação um pote de madeira, com aros de cobre para evitar a corrosão pela acidez, que era utilizado para a trasfega do vinagre. O seu fabrico deverá ter ocorrido em data anterior a 1916⁷².

⁷² Livro Caixa, n.º 13, de 1917/1919, onde se vê um registo de vinagre com data de 30.9.1916.

A um conjunto de cascos dava-se o nome de *Vinagreira*. Assim, havia uma Vinagreira antiga, constituída por 3 grupos, 18 cascos em madeira de carvalho. Funcionava esta vinagreira nos baixos do edifício de propriedade da empresa, designado *Arribana*, sito na Rua da Boa Nova (antiga Rua do Mota), aos Quatro Cantos.

No fabrico do vinagre eram utilizados vários produtos, a saber:

- Vinho branco, de cheiro ou tinto.
- Aparas de madeira de faia.
- Mosto de uvas (para lhe dar cor).
- Barro espanhol (para purificação).

Por outro lado, o vinagre implicava determinadas análises, para o que havia todo o necessário equipamento laboratorial, empregando-se regra geral a fenoltaleína e o metassulfito de potássio.

Outra vinagreira era a que constituía parceria (1941) com Domingos Dias Machado, Sucrs., uma conceituada firma micaelense, à conta da qual existia a *Nova Vinagreira*, de 6 cascos de carvalho, cuja extinção terá ocorrido por volta de 1960.

Foi, como não podia deixar de ser, mais um produto de fabrico local batido em preço pela indústria continental. O *preço* que regula todas as vontades fez que este produto de qualidade viesse a extinguir-se, e, com ele, o fabrico caseiro de curtumes, que nunca mais foi o mesmo.

Os arquivos antigos da empresa Frederico A. Vasconcelos, puseram a descoberto uma curiosidade em matéria de compromissos entre estas duas firmas. De uma simplicidade extrema, sem outros formalismos legais ou notariais, que não fosse a palavra dos intervenientes, bastou o documento abaixo transcrito, uma simples folha A-4 e a vermelho a palavra triplicado, para obrigar ao cumprimento de obrigações e deveres entre industriais que se prezavam, que nem assinatura contém, por certamente ser cópia, na realidade um triplicado. Leia-se o seu teor:

Triplicado

SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO A MEIO

DE

FREDERICO A. VASCONCELLOS COM DOMINGOS DIAS MACHADO, UCOF.

9

DOMINGOS DIAS MACHADO, SUCCESSOR de Ponta Delgada e FREDERICO A. VASCONCELLOS de Angra do Heroísmo convencionaram entre si - o primeiro na qualidade de sócio ostensivo e o segundo na de sócio oculto - associarem-se na conta de participação para exercerem a indústria de fabrico de vinagre em Ponta Delgada nas condições seguintes:

PRIMEIRA - A firma Frederico A. Vasconcellos porá á disposição da Firma Domingos Dias Machado, Successor em Ponta Delgada o material necessario para o fabrico, procederá, igualmente de sua conta, á montagem e instruirá o pessoal destinado ao referido fabrico do mesmo.

SEGUNDA - Incumbe á Firma Domingos Dias Machado, Successor a instalação do referido material e o financiamento da industria sem encargo de juros.

TERCEIRA - Os lucros serão repartidos anualmente em partes iguais, e os prejuizos, havendo-os, serão suportados na mesma proporção.

QUARTA - Para que a sociedade se dissolva bastará que uma das partes assim o deseje.

QUINTA - Em caso de liquidação a firma Domingos Dias Machado, Successor restituirá em bom estado de funcionamento, á outra firma, todo o material que esta lhe tiver fornecido conforme nota assinada pelas associadas.

PONTA DELGADA, 24 de Novembro de 1941

Vassouras

De fabrico artesanal, a sua oficina situava-se na Rua da Palha, ocupando três unidades de trabalho. Os livros da empresa apontam a sua existência fabril já em Setembro de 1916⁷³.

⁷³ Livro Caixa n.º 13. Anos de 1917/1919.

Em 1930 adquiriu a Francisco Ferraz de Meneses, da Praia da Vitória, duas máquinas de amarrar e coser e 2742 vassouras já manufacturadas.

O seu apetrechamento era simplesmente reduzido, tosco e artesanal e constituíam-no uma máquina de guilhotina, cuja função era a de aparar as vassouras de escovar os fatos, duas máquinas de coser, duas de amarrar e uma dobadoira onde passavam os fios que iam completar e dar segurança à amarração das vassouras. Havia evidentemente um torno, onde eram arredondados os prumos de madeira da terra, passados a lixa e levando no final um vistoso rótulo da manufactura. Esse torno ainda vinha do tempo em que era movimentado a vapor, adaptado mais tarde a um motor eléctrico. Por último os ripansos, por onde passava o painço para lhe retirar algumas sementes que permanecessem. Um deles tinha roda a vapor e um outro sem roda, que veio a beneficiar já de motor eléctrico. Existiria provavelmente como substi-



Vistoso Rótulo utilizado no cabo das vassouras manufacturadas por Frederico A. Vasconcelos Júnior

tuto até que o aumento produtivo da manufactura vassoureira tomasse proporções maiores. O rótulo do *Açor*, muito em voga após o movimento autonómico açoriano é uma peça atraente de cores vivas. A sua impressão, na tipografia do sr. Cruz à rua de Santo Espírito, era feita por quatro gravuras cada qual de sua cor, desconhecendo-se quem fosse o seu autor.

Nesta oficina de vassouras, certamente a mais bem apetrechada, comparadamente a outras individuais, até por não se dedicar apenas ao mercado da Terceira, mas às exportações que fazia para as outras ilhas, S. Miguel, S. Jorge, Faial e para a Madeira e continente português, e até fornecia para bordo do navio Lima, então na carreira dos Açores⁷⁴. O pes-

⁷⁴ No ano de 1928 forneceu a este navio 30 vassouras. L.^o. *Caixa*, nº. 19, anos 1928 – 1930, arq. da empresa.

soal ali empregado no fabrico das vassouras – os vassoureiros, por as fabricarem e alguns ocuparem-se da sua venda, era em número restrito, percebendo à hora ou à peça. Manufacturavam-se vassouras de criança, de retelho, de fato, de varrer nº. 14 e de varrer especial nº. 14-A.

A semente do painço começou por ser semeada à mão, o que era além de moroso muito mais trabalhoso, passando então o empresário a dispor de dois semeadores que emprestava a todos aqueles que pretendessem sementeira. Como o proprietário dispunha de terras de semeadura na Ribeirinha, os rendeiros, que beneficiavam de rendas baixas, assumiam em contrapartida semearem uma percentagem em relação ao volume de terra arrendada. Uma forma, aliás, de garantir a indústria e beneficiar o agricultor com incentivos atraentes, pois o painço⁷⁵ dava também muito trabalho e parte dele não germinava devido à depradação dos canários.

As máquinas artesanais desta pequena indústria estão todas no Museu de Angra, por oferta dos actuais sócios da empresa.

Vinhos e Licores

No armazém da Rua de S. João vendia-se aí pelos anos de 1950 cerveja, vinhos tinto e branco, álcool fino e desnaturado em bidões e a retalho.

A cerveja, nessa altura era “Melo Abreu”, que atravessou um período extraordinário de colocação na Terceira. Quanto aos vinhos, de boas castas, com muita qualidade, vinham do continente às dezenas de pipas. O branco, pelas festas do Espírito Santo, não havia Império na ilha que o não quisesse. O tinto era reservado à venda em barris de quinto e vendido em armazém aos garrafões de cinco litros. Era na altura uma qualidade de vinho que ainda não tinha entrado totalmente nos hábitos terceirenses, onde imperava o vinho de cheiro, da uva conhecida por Santa Isabel.

Ao tempo da II Guerra Mundial, com a vinda das tropas inglesas, estas deliravam com o Vinho da Madeira, que esta firma vendia em larga profusão, mais do que o antigo e afamado vinho do Porto. A completar este conjunto de bebidas refira-se ainda uma marca de licores representada por esta empresa, que era a dos *Licores Âncora*, que era uma firma muito antiga, fornecedora da Casa Real Portuguesa, e que possuía na sua vasta gama licoreira, verdadeiros néctares, que não mais voltaram.

⁷⁵ Os agricultores chamavam-lhe *milho de vassoura* e alguns *piço*.

Teatro Angrense

O único documento que se nos deparou nos arquivos da empresa Frederico A. Vasconcelos (Herdeiros), Ld^a., foi um memorando, com data do correio de Angra do Heroísmo de 1.7.1955, registo n.º 19822, cujos dizeres são os seguintes:

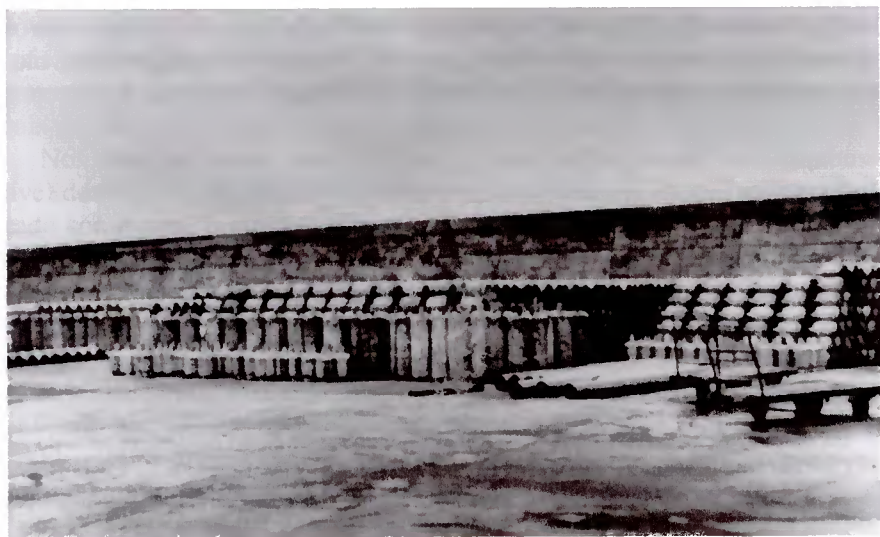
Acção e Título do Teatro Angrense

Enviados ao Senhor Vasconcelos em 1 de Julho de 1955, acompanhado de uma carta de Marcelo Pamplona, em que propõe a compra dos referidos título e acção.

É convicção do autor, que a proposta compra nunca se efectuou e que seus títulos se ficaram por Lisboa, na residência dos sócios de então.

Gás Butano

Era assim a visão do cais do Porto de Pipas em dia de embarque, antes da estação de enchimento da *Saaga* nos Açores. Grandes carregamentos de garrafas cheias desembarcadas juntavam-se às remessas das garrafas vazias para embarque no mesmo navio, para reenchimento nas instalações da então Cidla (hoje Galp Energia), em Lisboa.



Carnaçor – Empresa Açoriana de Carnes, limitada

Foi esta empresa instalada no Lameirinho, cidade de Angra do Heroísmo, com o objectivo da actividade industrial e comercial respeitante à exploração de matadouro industrial com câmaras frigoríficas, congelação de produtos alimentícios e respectiva exportação⁷⁶.

Desta sociedade por quotas de responsabilidade, Ld^a., que teve por envolvimento vários capitais terceirenses, foram sócios em nome individual o industrial Frederico Pereira de Vasconcelos e seu filho Dr. Frederico João de Freitas e Vasconcelos.

Esta empresa iniciou a sua laboração a 2.1.1970, vindo a extinguir-se alguns anos depois.

Secção Agrícola

Foi importante para o desenvolvimento agrícola a abertura de uma secção desta natureza que movimentava tudo quanto necessário ao cultivo das terras, desde os adubos aos nitratos, dos tractores de grande potência às pequenas motocultivadoras, possuía uma gama complexa desde as sementes, às flores, à jardinagem. Foi um contributo muito bem orientado para a renovação da lavoura, não só na Terceira, mas em outras ilhas, através de representantes, com a demonstração de equipamentos e métodos modernos e o apoio da tecnologia adequada. Refira-se a introdução das ordenhas mecânicas e novos apetrechos destinados à agricultura, que veio a constituir uma grande evolução nesta actividade produtiva e económica da Região Autónoma dos Açores.

Informática

Com vista à criação de meios inovadores e informáticos, quatro empresas da ilha Terceira, associaram-se para em conjunto darem concretização ao desenvolvimento contabilístico das suas unidades comerciais. Foi assim fundada a *Dataçor – Organização e Informática dos Açores, Ld^a*⁷⁷,

⁷⁶ Escritura lavrada de fls. Uma, – v.º a folhas sete, do L.º de Notas número B, doze do 2.º Cartório Notarial, em 31 de Dezembro de 1969 – notário Dr. Henrique da Costa Brás.

⁷⁷ Foi criada por escritura pública de 6.1.1983, lavrada nas notas do notário Lic. António Neves Dinis Ribeiro, do 2.º Cartório Notarial de Angra do Heroísmo, L.º 246-D, fls. 6 a 7 v.º..

com os objectivos perfeitamente definidos para processamento de dados e comercialização de equipamentos do processo contabilístico.

Inicialmente, no ano de 1983, começou os seus serviços nas dependências do escritório da firma *Frederico A. Vasconcelos (Herdeiros)*, Ld^a. e só mais tarde, para usufruir de maior independência e desenvolvimento dos meios comerciais para que fora criada, se instalou na Praça Velha, utilizando equipamento *Datassab* da série D-16/20, com cinco estações de trabalho sendo duas locais e três remotas.

Durante anos operou esta empresa até cumprir os objectivos previstos para a independentização completa de cada uma das quatro empresas associadas. Foram elas, além de *Frederico A. Vasconcelos (Herdeiros)*, Ld^a., *Adalberto Martins & Filhos*, Ld^a., *União das Cooperativas de Lacticínios Terceirense* e a *Empresa Ideal de Panificação Terceirense*, Ld^a.

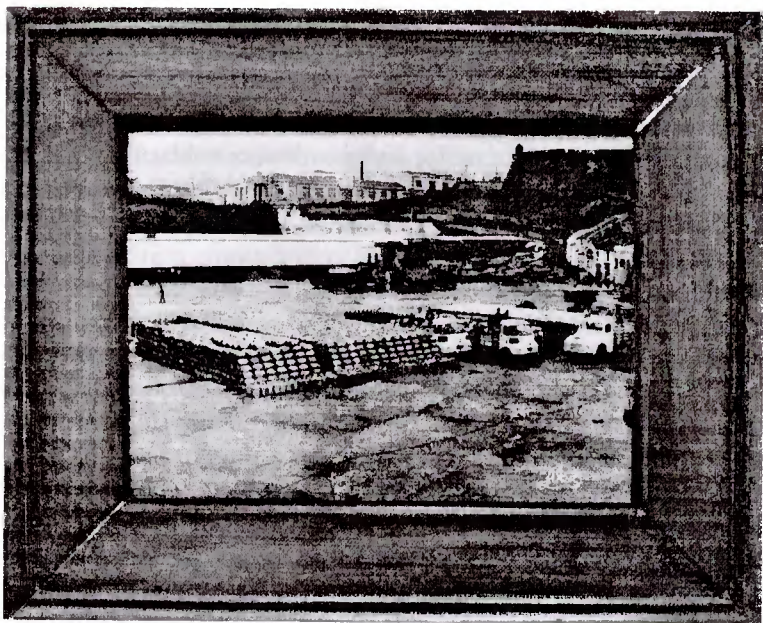
Esta primeira fase, embora fosse importante, deu lugar a uma nova convergência de produtos em expansão de um novo sector comercial desenvolvido pela firma *Frederico A. Vasconcelos (H^os.)*, Ld^a, com a formação de um *Centro de Cópia*, que permaneceu e evoluiu nos Açores sendo deveras notável, dando ainda livre curso a modalidades integradas como o mobiliário de escritório, a estantaria, a venda de máquinas para diversos fins, num acompanhamento constante da técnica informática nos Açores.

Ainda o Gás Butano

As viaturas de *Frederico A. Vasconcelos (Herdeiros)*, Ld^a, agentes centrais na ilha Terceira desde 1955, movimentando em viaturas próprias da empresa os muitos milhares de garrafas de gás butano que passavam pelo cais do Porto de Pipas em Angra do Heroísmo.

Nos anos cinquenta desenvolve-se a comercialização do novo combustível doméstico que vai conquistar os Açores, como já acontecera no mercado continental português. Dera-se início ao gás butano que inicialmente é recebido com uma certa precaução por parte do público consumidor mas que em breve teria grande incremento deixando para trás os antigos fogões primos a petróleo. Durante os últimos cinquenta anos a combustão a lenha praticamente desapareceu, assim como o petróleo no uso doméstico e a electricidade neste sector é quase nula. Prevalece actualmente o gás butano utilizado na cozinha, no banho e no calor dos ambientes interiores.

O tráfego do gás, cheias e vazias, era feito entre o continente e os Açores, em garrafas G-26 e G-110, designadamente de 13 quilos de peso líquido e de 55 quilos destinadas as desta última tipologia à restauração.



As viaturas de Frederico A. Vasconcelos (Herdos.), Ld^a, agentes centrais na ilha Terceira desde 1955, movimentando em viaturas próprias da empresa os muitos milhares de garrafas de gás butano que passavam pelo cais do Porto de Pipas em Angra do Heroísmo.

A sua venda obedecia a uma caução que correspondia à participação do consumidor nas despesas de reparação e beneficiação do vasilhame. O primeiro contrato assinado em Angra do Heroísmo para consumo de butano no domicílio foi efectuado em 14.2.1955 e o seu titular foi o cliente Dr. António M. Ferraz.

Foi constituída uma rede de revenda com representantes praticamente em todas as freguesias que por sua vez, se encarregavam da revenda e da assistência.

Algum tempo após a introdução deste produto que veio revolucionar os hábitos tradicionais dos açorianos, eliminando as lenhas dos matos e dos terrenos baldios, vieram outros segmentos do petróleo como os óleos lubrificantes, as massas e os produtos asfálticos, assim como os combustíveis líquidos, fomentando postos de abastecimento ao público.

Todos estes negócios foram representados por Frederico A. Vasconcelos (Herdos.), Ld^a que receberam a denominação de Agentes Centrais, explorando o parque construído pela *Sacor* na Zona dos

Combustíveis⁷⁸, com alguma tancagem para reservas de combustíveis líquidos e armazenagem dos produtos de gás.

Houve curto período (1955) em que o gás em garrafas vinha de Lisboa (da CIDLA) mas com facturação de José Cymbron.

Pouco depois passou a vir, também da mesma forma em garrafas, mas em facturação CIDLA-LISBOA, desde Janeiro de 1955 a Maio de 1971.

Posteriormente ainda o gás foi fornecido em garrafas pela “SAAGA-NORDELA”, sendo as garrafas vazias enviadas da Terceira para enchimento, desde Junho de 1971 a Dezembro 1975.

Só a partir de Janeiro 1976 até ao presente é que o gás tem sido fornecido pela Saaga – Angra do heroísmo.

Asfaltos

Com a fusão das Companhias SONAP – SACOR e com o aparecimento da PETROGAL, E.P., foi decidido que os únicos representantes desta empresa nesta Ilha (Terceira), fosse esta firma (FAV).

Em 14.12.1979 a Petrogal, E.P. deliberou que a “área de distribuição concedida a “F.A.V.”” fosse confinada ao antigo Distrito de Angra do Heroísmo, ou seja, as Ilhas Terceira, Graciosa e S. Jorge.

Em 1982, é confirmada esta mesma área, nos seguintes termos: “Informamos que a vossa área para e só asfaltos mantém-se no ex-distrito de Angra”.

Óleos

Em 1.1.1972 a SACOR assume a comercialização dos lubrificantes com esta marca, dos Ramos Automóvel, Industrial e Marinha, que expande directamente, mantendo-se provisoriamente no Ramo Marinha as suas tabelas CIDLA.

⁷⁸ Em 1947 Frederico A. Vasconcelos, por anteriores negociações, recebe da *Sacor* 6 tambores de 200 litros de gasolina, que o ministério da Defesa confiscou para uso das tropas aquarteladas na Terceira na II Grande Guerra.

Sala da Família Frederico de Vasconcelos

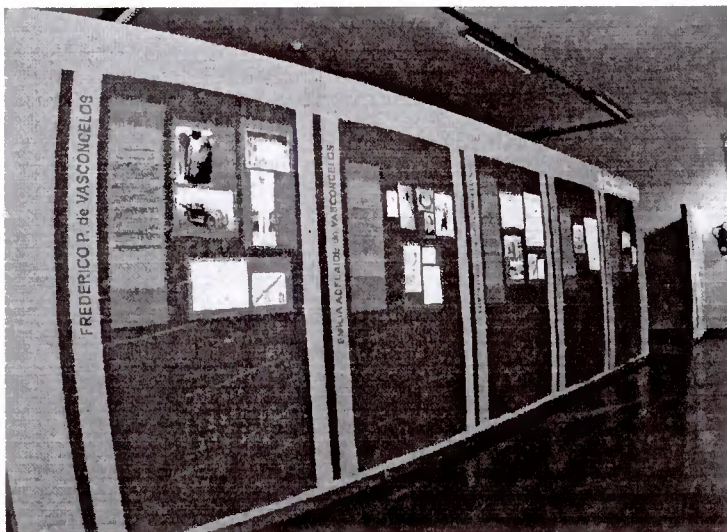
Inaugurada a 5 de Dezembro de 2003 no Museu de Angra de Heroísmo



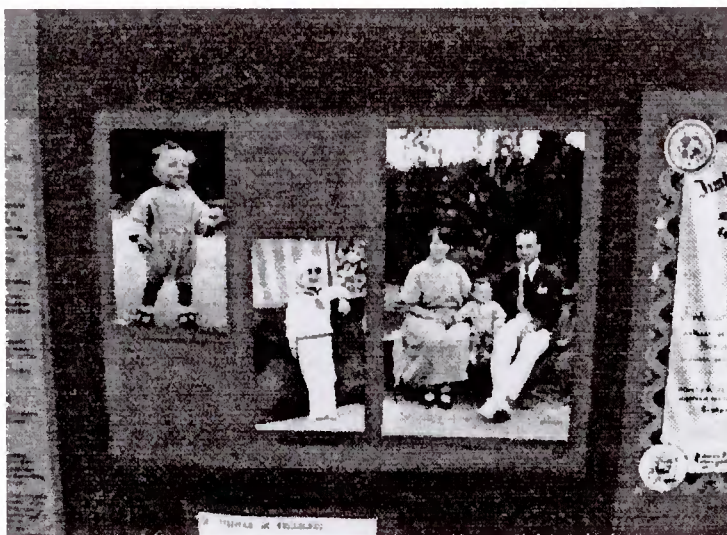
Painel do fundo da entrada



Corredor da entrada



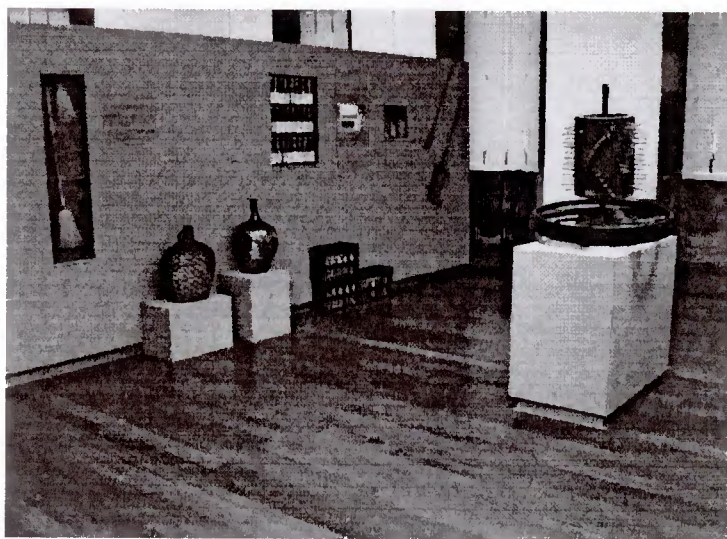
Percurso fotográfico do industrial Frederico Pereira de Vasconcelos



Frederico João e seus Pais



Máquinas que compunham a antiga Fábrica de Vassouras de Painço



Uma roldana da antiga torrefacção de cereais Á Rocha
e outros apetrechos



Quadros de arte e mobiliário doado ao Museu de Angra



Cómoda estilo D. Maria
com peças da Companhia das Índias e Porcelanas Finas

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL E COMPOSIÇÃO SOCIAL DAS COMPANHIAS DE ORDENANÇAS NOS AÇORES

Manuel Augusto de Faria

Nota Introdutória

A primeira estrutura militar formal com função defensiva do arquipélago dos Açores tem a sua expressão na formação de corpos milicianos junto das capitanias de São Miguel e Terceira, no início da segunda metade de quinhentos¹, corpos estes verdadeiramente precursores da criação de forças com idênticos objectivos, base social e orgânica, tornados extensivos ao Reino pelo *Regimento dos Capitães-mores e mais Capitães e Oficiais das Campanhias da gente de cavalo e de pé e da ordem que terão em se exercitar*, de 10 de Dezembro de 1570, vulgarmente designado por Regimento das Ordenanças de 1570, de D. Sebastião. Em sumarássima síntese, o Regimento instituía a prestação de serviço militar obrigatório e, por norma, gratuito², a todos os homens válidos dos 18 aos 60 anos, por

¹ Para que conste, registre-se a criação anterior do corpo de bombeiros da Provedoria das Armadas, especificamente destinado à defesa dos navios da Carreira das Índias, mas, episodicamente, envolvido na defesa territorial (Cf. Leite, J. G. R. e Faria, M. A. (ed.) (2005), *Livro do Tombo do Concelho da Vila da Praia*, Praia da Vitória, Instituto Histórico da Ilha Terceira: 208; Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, “Carta do Governador da Ilha Terceira – 1642”, *Ministério do Reino*, Maço 614). No verbete *Exército* da Enciclopédia Açoriana, procurei fazer uma síntese breve do desenvolvimento da organização militar nos Açores até 1820 (Cf. <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx>). Eventualmente ainda esclarecedores deste tema, poderão ser os textos *Infantaria*, *Exército Libertador*, *Fortificação*, *Regimento de Guarnição N.º 1*, *Regimento de Guarnição N.º 2* e *Marinha de Guerra*, igualmente na Enciclopédia Açoriana.

² Os cargos de estado-maior, principalmente os de sargento-mor e ajudante, foram, em alguns casos, remunerados, pois pressupunham um empenhamento permanente. Não existe, porém, qualquer padrão de contexto ao longo dos anos ou nas diversas capitanias-mores (Cf. Macedo, A.L.S. (1981), *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, [Reimp fac-simil de Ed. de 1871], Angra do Heroísmo, DRAC: 80 e

concelho, obrigados a ter armamento, arrolados em livro próprio, por norma geral reunidos em esquadrões de 25 combatentes enquadrados por um cabo, formando companhias de 250 homens, sob o comando de um capitão assistido por um alferes e um sargento, todas as companhias subordinadas ao capitão-mor, ou seja, ao senhor ou alcaide-mor da terra ou, na sua ausência, a um capitão-mor directamente provido pelo rei. Eram os capitães-mores coadjuvados por um sargento-mor, igualmente provido pelo rei, com funções essencialmente administrativas e de instrução, que assumia o comando da capitania-mor na ausência, no impedimento ou na falta de capitão-mor. Todos os oficiais – capitães, alferes, sargentos, incluindo o capitão-mor e o sargento-mor, não os havendo designados nos termos atrás descritos³ –, seriam eleitos em sessão da câmara do concelho⁴. A capitania-mor tinha, pois, por zona de acção, o território ou distrito do concelho, cuja defesa deveria assegurar. Competia ao capitão-mor e aos capitães de companhia o conhecimento das infracções ao Regimento, em total autonomia das justiças comuns⁵, instituindo-se, assim, o foro militar, só extinto recentemente. O Regimento instituía, ainda, o adestramento desta força, desde o treino semanal das esquadras⁶, até à reunião de todo

Arquivo Histórico Ultramarino, *Açores*, Cx. 49, doc. 16 e Cx. 67, doc. 43). Os serviços de polícia, no âmbito da ordem interna, eram, também, normalmente, recompensados.

³ Como exemplos de nomeação de oficiais de estado-maior das Ordenanças pela Coroa, veja-se Leite, J. G. R. e Faria, M. A. (ed.) (2005), *Ibidem*: 313, 325, 355, 362 e 423.

⁴ Mesmo quando a nomeação do capitão-mor era feita por iniciativa régia, competia à câmara conferir a respectiva posse: a defesa do território é, em primeira instância, uma responsabilidade autárquica (Cf. Leite, J. G. R. e Faria, M. A. (ed.) (2005), *Ibidem*: 411). Estando a defesa incumbida às câmaras, a estas cabia, também, suportar os respectivos encargos, procedendo à cobrança e gestão de impostos específicos, sendo o do *Regimento dos dois por cento*, o mais conhecido (Cf. Leite, J. G. R. e Faria, M. A. (ed.) (2005), *Ibidem*: 43 a 54. Macedo, A.L.S. (1981), *Ibidem*: 69. Drummond, F. F. (1981), *Anais da Ilha Terceira*. [Reimp. fac-simil. da ed. de 1859], Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, I: 147. Frutuoso, G. (1998), *Saudades da Terra*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, IV: 312). As faltas disciplinares punidas pelo Regimento das Ordenanças, frequentemente traduzidas em multas, também originavam receitas que os comandos geriam directamente (AHU, *Açores*, Cx. 56, doc 16).

⁵ Leite, J. G. R. e Faria, M. A. (ed.) (2005), *Ibidem*: 387 a 394 e 425 a 444.

⁶ Creio ter encontrado ecos desse exercício das Ordenanças no jogo do pau que, ainda na primeira metade do século XX, todos os fins-de-semana reunia os homens do Porto Martins, no forte de São Fernando. A violência do exercício levava a que fosse interdita a presença e crianças (Cf. “Ilha Terceira – A Fortaleza do Atlântico”, *Diário Insular*, 27/28.9.1997).

o contingente em dois alardos anuais – oitavas da Páscoa e dia de São Miguel de Setembro.

Durante dois séculos e meio vigorou o Regimento, sofrendo, apenas, alterações marginais, as mais significativas introduzidas pelo Alvará de 18 de Outubro de 1709. Porque as disputas nas eleições para os postos de comando das Ordenanças originavam graves distúrbios sociais, foi, em síntese, determinado que, para capitão-mor, sargento-mor e capitão as câmaras proporiam três nomes ao Geral ou Cabo que governasse as armas da Província, o qual escolheria um deles, propondo-o, através do Concelho de Guerra, ao rei, que passaria a devida patente; os ajudantes das Ordenanças, posto entretanto criado para apoio ao sargento-mor, antes providos por eleição, passaram a ser nomeados pelo capitão-mor; os alferes e os sargentos, pelos comandantes das respectivas companhias⁷.

Não cabe no propósito destas notas introdutórias traçar o percurso de dois séculos e meio da vigência das Ordenanças, nem desenvolver o modelo comum de organização e gestão a nível nacional⁸, mas apenas realçar algumas especificidades no Arquipélago.

Falta, ainda, o conhecimento de fontes que permitam historiar a implementação efectiva da estrutura das Ordenanças nos diversos concelhos dos Açores⁹. Cedo terá sido, porém, pilar que foram do exercício da autoridade,

⁷ Este modelo de provimento encontra-se profusamente ilustrado no *Livro da Guerra e Ordenança de Vila Franca do Campo*, e terá aplicação plena com a criação da Capitania-Geral.

⁸ Como textos recentes de referência, poderão ser consultados Borrego, N. G. P. (2006), *As Ordenanças e as Milícias em Portugal*, Lisboa, Guarda-Mor, Edição de Publicações Multimédia. Costa, F. D. (2004), “Milícia e Sociedade”, in *Nova História Militar de Portugal*, Círculo de Leitores e Autores, II: 71 a 74.

⁹ Provavelmente, as diligências para levantar os corpos de Ordenanças ter-se-ão iniciado logo que a legislação sebástica chegou ao Arquipélago, como faz crer a eleição dos primeiros capitães das Velas, em Dezembro de 1570 (a data é de difícil enquadramento nas disposições sebásticas do mesmo mês) e do capitão-mor em Julho de 1571 (Cf. Rodrigues, J. D. (2004) “A Guerra nos Açores” in *Nova História Militar de Portugal*, Círculo de Leitores e Autores, II: 248. Ainda a carta enviada por D. Sebastião ao capitão-donatário da Praia, datada de 22 de Janeiro de 1571, ordenando-lhe a aplicação do Regimento das Ordenanças, in Leite, J. G. R., e Faria, M. A., (ed.), (2005), *Ibidem*: 55. Sobre as primeiras décadas da organização das Ordenanças no Faial, ver Faria, M. A., Relatório do Capitão Francisco de la Rua sobre a Incursão do Conde de Essex na Horta, em 1597, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 2007, em preparação. Para a orgânica militar do Pico, ou seja, a organização das Ordenanças, veja-se Costa, Susana G. (1997), *Pico. Séculos XV – XVIII*. Ponta Delgada, Associação de Municípios da Ilha do Pico: 118 a 132.

do controlo social e do prestígio das elites locais¹⁰; sempre presentes em actos e cerimónias públicos – aclamações, aniversários reais, festividades religiosas, policiamento, gestão autárquica etc. A insularidade, a dispersão territorial, a distância ao Reino, as necessidades específicas de defesa do Arquipélago na rota da principal via do comércio marítimo intercontinental, infestada por corsários e piratas, ditaram para estes corpos militares, nos Açores, uma relevância única. Logo em 1581 os vemos apoiando Ciprião de Figueiredo na batalha da Salga; e dois anos depois, para além de registarmos a sua presença na batalha da baía das Mós e na defesa da Horta¹¹, são os capitães-mores das ilhas de São Jorge, Pico, Graciosa e Flores¹² que reconhecem pacificamente a soberania de D. Filipe I¹³; ou seja, a estrutura militar suportada nas Ordenanças já está, então, implantada em todo o Arquipélago¹⁴.

¹⁰ Rodrigues, J. D. (1995), *Orgânica militar e estrutura social: Companhias e Oficiais de Ordenanças em São Jorge (séculos XVI-XVII). O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Núcleo Cultural da Horta: 527-550. Idem (2005-2006), *As elites locais nos Açores em finais de Antigo Regime. Arquipélago – História, 2.ª Série*, Ponta Delgada, IX-X: 374 a 376.

¹¹ Entre outros, Macedo, A.L.S. (1981), *Ibidem*: 80 e 102.

¹² Informação que nos é transmitida por Drummond acerca dos capitães-mores das Flores e Corvo nos *Apontamentos Topográficos* deve ser interpretada com alguma cautela. O cargo de capitão-mor desempenhado por Gomes Dias Rodovalho, não é, obviamente, pela época, um comando de Ordenanças. Exerce-o como lugar-tenente do donatário, como tal, responsável pela defesa da capitania. Embora o autor não seja explícito, o primeiro capitão-mor das Ordenanças das Flores e Corvo terá sido Roberto Pimentel de Mesquita, na sequência da formação de duas companhias, uma em Santa Cruz, a outra na Lajes. Este capitão-mor não é, porém, elencado por Frei Diogo das Chagas, o que dificulta uma datação, mesmo que relativa, do levantamento das companhias (Cf. Drumond, F. F. (1990), *Apontamentos Topográficos...* Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira: 437; Chagas, D. (1989), *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*. Secretaria Regional da Educação e Cultura/Universidade dos Açores: 542). A força destas companhias de Ordenança não, deveria, porém, ser grande: relatando a incursão de corsários ingleses nas Flores em 1587, Gaspar Frutuoso ignora completamente as companhias de Ordenanças e o seu capitão-mor, Mateus Coelho da Costa, referindo tão só a intervenção do ouvidor, Diogo (?) Pimentel (Cf. Frutuoso, G. (1998), *Ibidem*. VI: 133)

¹³ Maldonado, M. L. (1989), *Fenix Angrence*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, I: 363, 364.

¹⁴ Apesar de não terem tido visibilidade relevante no processo de reconhecimento, em São Miguel, da soberania de D. Filipe I, as Ordenanças da Ilha evitaram, ainda no século XVI, a entrada em Ponta Delgada, dos corsários do conde de Essex, uma acção eficaz, reconhecida pelo comandante do destacamento espanhol então sediado na cidade (Archivo General de Simancas. *GYM-LEG*, 560, 244 e 245).

A implantação territorial das Ordenanças nos Açores seguiu, naturalmente, o modelo fixado pela legislação sebastica: uma capitania-mor em cada concelho. No entanto, Flores e Corvo formavam uma única capitania-mor¹⁵; esta capitania-mor, pelo menos até 1759 – excepto entre 1583 (?) e 1594, período em que foi capitão-mor Mateus Coelho da Costa, e durante o mandato do capitão-mor Pedro de Fraga Coelho, no período que se seguiu à nomeação de um governador militar português para os Açores (1642), ou seja, em situações de indefinição administrativa, em que houve nomeação régia ou directamente em seu nome – esteve junta à ouvidoria, pelo que a atribuição do cargo de capitão-mor terá dependido, de facto, mas irregularmente¹⁶, da escolha do ouvidor pelo donatário¹⁷; na Terceira,

¹⁵ Dois cronistas referem a existência de duas capitanias-mores nas Flores. O P.^o António Cordeiro informa que, quando escreve, existiam duas capitanias-mores, e desenvolve ampla argumentação sobre o mérito deste governo duplo, permitindo intuir ser esta, então, uma questão controversa e actual. (Cf. Cordeiro, A. (1981), *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceanno Occidental*. Reimpr. da ed. de 1717, Secretaria Regional da Educação e Cultura: 486). Segundo o P.^o José António Camões, até 1770 houvera dois capitães-mores, um nas Lajes e outro em Santa Cruz, tendo, neste ano, o Capitão-General Dinis Gregório de Melo unificado o comando (Cf. Leite, J. G. R. (1993), “Um Retrato da Ilha das Flores no Final do Antigo Regime – A Memória do Padre José António Camões”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, XLVIII: 491). Teriam, assim, coexistido duas capitanias-mores, desde inícios de setecentos até 1770. Outras fontes, porém, aconselham alguma prudência nesta continuidade. Em 1721, morreu Agostinho de Fraga Pimentel que fora capitão-mor das Flores e do Corvo. Antes ou depois de Chagas escrever a *História Insulana*? E se atendermos aos dados biográficos – nomes, locais (de residência?), datas – dos capitães-mores das Flores, datados da 1.^a metade do século XVIII e apresentados por Francisco Gomes, as interrogações aumentam. Particularmente intrigantes são os dados biográficos trazidos por este autor a respeito do Capitão-Mor António Joseph Pimentel de Masquita que terá sido capitão-mor de Santa Cruz, pelo menos entre 1755 e 1771. Ora, no acto da reforma e de registo em livro próprio das posturas da Câmara desta Vila, em 1767 – inédito cuja publicação o IHIT prepara pelos sócios José Guilherme Reis Leite e Manuel Augusto de Faria –, António Mesquita está presente na qualidade de *capitão-mor da Vila das Lajes*, assistente em Santa Cruz. Ainda o texto da mercê dada por D. João V ao donatário D. Martinho de Mascarenhas para confirmar os capitães-mores das Flores e Corvo (1712), parece sugerir a existência de uma única capitania-mor. (Cf. Gomes, F. A. N. (1997), *A Ilha das Flores – Da redescoberta à actualidade (Subsidios para a sua História)*, Câmara Municipal de Lajes das Flores: 184 a 201 e 423).

¹⁶ Gomes, F. A. N. (1997), *Ibidem*: 422 e 423.

¹⁷ Chagas, D. (1989), *Ididem*: X. e 542 e 543.

a capitania-mor de São Sebastião, certamente por razões operacionais, foi integrada na de Angra, por sentença do corregedor de 1618¹⁸; o concelho de Ponta Delgada estava dividido em dois distritos, o primeiro subordinado directamente ao governador do Castelo de São Brás¹⁹, o segundo formando a capitania-mor dos Lugares do Norte; o capitão-mor da Horta tinha a superintendência ou o governo militar do Faial e Pico²⁰ – sem prejuízo da existência de capitanias-mores nos concelhos desta última ilha – mas, tal como o governador do forte de São Brás, aqui com o comando militar de toda a Ilha, sem nenhuma jurisdição civil, política ou económica, ou poder que excedesse a mera inspecção sobre Milícias e Ordenanças, e limitando-se no *castelo* ao que os regulamentos militares dispunham acerca dos governadores das praças²¹.

Enquanto, em Portugal continental, a estrutura organizativa das Ordenanças praticamente desapareceu durante a administração filipina, nos Açores veio a ser estimulada – apesar do sustento que, na Terceira e Faial, deu à causa de D. António –, incapaz que era o governo filipino de prover de forma diversa à defesa do Arquipélago²². Estímulo fatal que determinou a expulsão dos espanhóis do Castelo de São Filipe do Monte Brasil, em 1643, obra das tropas das Ordenanças que, para o efeito, patrioticamente a Angra acorreram vindas de todas as Ilhas.

¹⁸ Drummond, F. F. (1981), *Ibidem*, I: 445.

¹⁹ Sob o comando do alcaide-mor da cidade, o capitão-donatário. Veio, mais tarde, a ficar sob o comando do governador do *castelo* de São Brás, quando este forte passou a ter governo próprio (Cf. AHU, *Açores*, Cx. 71, doc. 6 e Cx. 74, doc. 19).

²⁰ Macedo, A.L.S. (1981), *Ibidem*:: 188, 189, 200 e 382.

²¹ Foi primeiro governador militar de São Miguel, Gonçalo Vaz Coutinho, por patente régia de 1588 (Cf. AHU, *Açores*, Cx. 67, doc. 43). O posto de governador militar era exercido na ausência do donatário o qual, quando a residir na Ilha, na sua qualidade de alcaide-mor do Castelo de São Brás e de Ponta Delgada, tinha o governo militar da capitania. Talvez por respeito aos condes quando ausentes, e na incerteza de uma próxima vinda, a Câmara de Ponta Delgada nunca elegeu ou propôs nome para capitão-mor (Cf. AHU, *Açores*, Cx. 68, doc. 34). No entanto, a disciplina, ou seja, a administração e treino das Ordenanças da cidade competia ao comandante da guarnição do castelo, quando ambas as funções coexistiram (AHU, *Açores*, Cx. 71, doc. 7 e Cx. 72, 6). AHU, *Açores*, Cx. 49, doc. 26 e Cx. 51, doc 27.

²² Meneses, A. F. (1987), *Os Açores e o Domínio Filipino (1580 – 1590) II – Apêndice Documental*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira: 280 e 282. Drummond, F. F. (1981), *Ibidem*, I: 376/377.

A reestruturação da milícia²³ nacional na sequência da Restauração de 1640, relegando os corpos das Ordenanças para a 3.^a linha²⁴, pouco diminuiu a sua importância nos Açores; salvo para as guarnições dos castelos de São Brás, em Ponta Delgada, e de Santa Cruz, na Horta, providos de tropa paga, tal como já o era o Castelo de São Filipe do Monte Brasil, antes com soldados espanhóis, a partir de agora com contingente português. A defesa efectiva das Ilhas, exceptuando a dos três maiores centros urbanos, continuou a ser encargo exclusivo dos corpos de Ordenanças.

A criação da Capitania-Geral na segunda metade de setecentos, para além de ter trazido a Angra um corpo militar de 1.^a linha – Regimento do Porto –, destinado, essencialmente, à guarnição do Castelo de São João Baptista, levou à organização de corpos de 2.^a linha – terços auxiliares de infantaria – no Faial, São Jorge, Terceira e São Miguel. Na génese desta reorganização das forças de milícia está a consciência de que a estrutura militar do Arquipélago, pela dispersão dos corpos e de comandos, e pela deficiente formação militar, nomeadamente no que se reporta à vertente de infantaria, não tinha condições para prover à segurança efectiva das Ilhas²⁵. A responsabilidade das Ordenanças pela defesa das ilhas onde passou a haver terços auxiliares, ficou substancialmente reduzida, mantendo-

²³ Para melhor compreensão do âmbito de aplicação do termo, poderá ser consultada a entrada *milícias*, na Enciclopédia Açoriana

²⁴ As companhias de Ordenanças passaram a constituir, fundamentalmente, depósitos de recrutamento para a tropa de linha e auxiliares (Cf. Selvagem, C. (1931). *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional: 385). Essa função vem, por exemplo, consagrada no Alvará de 7 de Julho de 1764, e no Alvará de 21 de Outubro de 1807. A continuação da vertente operacional nos Açores resulta, primeiro porque a legislação emanada para o território continental – Reino – necessitava de diploma específico para aplicação nos Açores, face ao seu estatuto político-administrativo, depois pela insularidade, dispersão geográfica, posição estratégica na rota marítima intercontinental, quase o seu único recurso valorado e motor de mais-valias. Ou seja, a defesa do Arquipélago, a natureza da ameaça – corso e pirataria –, não justificavam, nem a economia regional nem a demografia suportavam em todas ou só em algumas ilhas, o levantamento de corpos de linha (ou de 1.^a linha) e de terços auxiliares (2.^a linha). As Ordenanças bastavam para marcar soberania nacional, sem perdas significativas, quer materiais, quer em homens, excepto para as pequenas comunidades locais, quando e se fossem atacadas e vencidas. Na verdade, quando não se eclipsaram, sempre terão sido uma presença dissuasora, principalmente na guarnição dos fortes marítimos. Importantes foram, sim, nas tarefas de manutenção da ordem interna, e como suporte da autoridade e prestígio das elites locais.

²⁵ AHU, Açores, Cx. 5, doc. 52.

-a, porém, nas restantes. Igualmente, os seus recursos humanos foram afectados, em número e qualidade, pois da mesma base social passaram a sair para os terços auxiliares – regimentos de Milícias a partir de finais do século – os soldados e comandos, com eventual excepção para os mestres-de-campo e sargentos-mores. O *status* militar superior dos terços auxiliares, traduziu-se na transferência de capitães-mores e outros oficiais das Ordenanças para aqueles corpos²⁶. É exemplificativa desta mobilidade a nível local, a dificuldade sentida pelo governador de São Miguel em prover os lugares de capitão das companhias de Ordenanças com pessoas de “maior qualidade”, porque estas recusavam esses postos, pois que em alguns deles haviam sido providas pessoas de baixo estatuto social²⁷, recurso presumivelmente imposto pela conjuntura, mas contrário à tradição e ao próprio Regimento. O cometimento pela Coroa das competências de natureza militar ao seu directo representante em todo o Arquipélago, criou, ainda, uma situação, em termos funcionais, muito semelhante à que se verificava no Brasil. Nestas circunstâncias, as disposições específicas para a gestão dos corpos de Ordenanças no Brasil, mandou a coroa, em tempos diferentes, que também tivessem aplicação na Capitania-Geral dos Açores; nomeadamente, na intervenção dos capitães-generais no provimento dos lugares de oficial²⁸, os Açores passaram a regular-se pelo Regimento das Ordenanças do Brasil²⁹. Situação que, em termos institucionais, se manteve até à extinção destes corpos pelo regime liberal.

Durante a segunda metade de setecentos, não pôs a Capitania-Geral grande empenho no desenvolvimento operacional dos corpos de Ordenanças, quando nem capaz foi de levantar os terços auxiliares com o mínimo de credibilidade. Faltava armamento, os quadros não tinham formação específica, situação esta a que não era estranho o modelo de provimento nos postos de comando, reservados aos maiores da terra³⁰, bus-

²⁶ AHU, *Açores*, Cx. 13, doc. 10.

²⁷ Mais tarde, quando os terços de auxiliares passam a regimentos e os mestres-de-campo a coronéis, é frequente vermos capitães-mores a pedirem a distinção do posto de coronel (Cf. AHU, *Açores*, Cx. 39, doc. 28).

²⁸ A nomeação passou a ser feita pelo Capitão-General, confirmada posteriormente por carta régia.

²⁹ AHU, *Açores*, Cx. 89, doc 8.

³⁰ Veja-se o caso do Capitão-mor João Marcelino Mesquita, das Flores. Fora alferes das Ordenanças, tenente do forte do Cais, capitão das Ordenanças e sargento-mor, postos que serviu sempre sem soldo; além dos serviços militares fora juiz, administrador da alfân-

cados como acrescentamento de prestígio social³¹, de privilégios e regalias, transitando para membros da mesma família, mantidos, quantas vezes, até à morte, frequentemente em condições de completa invalidez³². Em 1797, havia em São Miguel *mais de quatro mil homens* das Ordenanças, *sem que tenham outras armas mais que lanças*³³ *que não servem no presente tempo para a guerra*³⁴. Em 1801, a capitania-mor de Angra tem 1682 homens, distribuídos por 20 companhias; 52 eram inválidos, 78 tinham arma de fogo, 38 estavam desarmados, os restantes muniam-se de dardos³⁵. Ou seja, continuavam as Ordenanças armadas como há mais de três séculos, espelho da sua desadequação à conjuntura operacional. E os exemplos multiplicam-se na documentação da época. Faltam informações sobre a exercitação, neste período, das diversas companhias nos seus respectivos distritos, nomeadamente perante a ameaça de ataque às Ilhas por forças francesas, no final do século XVIII e princípios do século XIX. Parece, porém, que, conscientes da sua incapacidade para opor resistência a inimigo detentor de treino e de armamento manifestamente superiores, as populações se preparavam, antes, para, em caso de ataque, se refugiarem no interior das ilhas, salvando a vida e alguns haveres³⁶. A estrutura das Ordenanças serviu, no entanto, para alimentar o

dega e direitos reais, dos dízimos e mais rendas fiscais das Flores e Corvo e estabeleceu a compra da Urzela naquela ilha. Em 1799 pediu para se reformar como coronel das Milícias e com o hábito da ordem de Cristo. A gratuidade das funções de natureza militar, normal, mas com exceções, deve ser relativizada, pois a nomeação para os postos de comando nas Ordenanças, mesmo quando feita “sem soldo da Fazenda”, concedia o gozo “de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que direitoamente lhe pertencerem”, e outros proventos inerentes a tarefas específicas da função, como, para o capitão-mor, os emolumentos devidos pela visita a navios entrados no porto. (Cf. AHU, *Açores*, Cx. 56, doc. 16, of. 24; Cx. 62, doc. 17 e Cx. 104, doc. 24)

³¹ AHU, *Açores*, Cx. 39, doc. 14.

³² AHU, *Açores*, Cx. 49, doc. 16.

³³ O armamento dos soldados das Ordenanças era, por norma, responsabilidade pessoal.

³⁴ AHU, *Açores*, Cx. 26, doc. 13.

³⁵ AHU, *Açores*, Cx. 39, doc. 16.

³⁶ “Sobre o Estado em que se Encontram as Ilhas dos Açores – 1797”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 1998, LVI: 365/6. Com os escassos recursos existentes, ainda se tomaram algumas medidas defensivas, principalmente na fortificação costeira (Cf. Drumond, F. F. (1981), *Anais da Ilha Terceira*. [Reimp. fac-simil. da ed. de 1859], Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, III: 92).

recrutamento exponencial que se verificou na segunda metade do século XVIII, para os corpos nacionais e ultramarinos de 1.^a linha.

O século XIX inicia-se com uma série de diligências administrativas tendentes a avaliar o estado efectivo das Ordenanças no Arquipélago, quer na vertente da organização funcional, quer nos efectivos e armamento³⁷. A inspecção³⁸ ordenada pelo Capitão-General à Praia, em 1806, porque *é a dita vila, e quase todo o seu distrito, o lugar mais exposto desta ilha a desembarques*, encontra o corpo de Ordenanças na maior desorganização e *deplorável estado*:

- Para as 15 companhias de infantaria, apenas dois comandantes têm patente régia – os outros foram apenas eleitos pela câmara e capitão-mor;
- Faltam todos os tambores;
- Apenas três companhias têm bandeira, nenhuma tem caixa;
- Espingardas, há 34 dos próprios, e 740 chuços;
- Tem uma companhia de artilheiros com 102 homens³⁹ e 38 soldados da ronda a cavalo; estes sem comandante, e com apenas 20 bestas com sela!
- O Capitão-mor António Borges da Silva, quando empossado em 1779, por patente régia, já vivia em Angra.

E o rosário de deficiências e irregularidades poderia continuar a ser desfiado⁴⁰... Embora não tenham sido feitas inspecções a outras capitânias-mores, por falta de meios, não é crível que o panorama geral fosse muito diferente⁴¹. (Aliás, uma inspecção feita, no mesmo ano, ao único corpo de tropa de linha então existente no Arquipélago – Batalhão de Infantaria com exercício de Artilharia, do Castelo de São João Baptista – não o encontra em muito melhor situação!⁴²)

³⁷ Carta Régia de 20 Julho 1802 (Cf. AHU, *Açores*, Cx. 42, doc. 34.) VER NO CÓDICE

³⁸ AHU, *Açores*, Cx. 56, doc. 16.

³⁹ Entre eles, 14 tenentes dos fortes.

⁴⁰ AHU, *Açores*, Cx. 58, doc. 11 e Cx. 61 doc. 21.

⁴¹ Gomes, F. A. N. P. (1997), *Ibidem*: 177 a 201. O testemunho que temos do capitão-mor da Lagoa é de total demissão das suas competências em matéria de defesa (AHU, *Açores*, Cx. 47, doc. 1).

⁴² AHU, *Açores*, Cx. 61, doc. 12.

A partir de então, voltamos a encontrar com alguma frequência a presença das Ordenanças em relatórios de cariz militar, planos de defesa para o Arquipélago⁴³. No plano prático, porém, pouco mais se conhece que a redução do número das companhias de Ordenanças, nomeadamente em Santa Maria e no Faial (1813)⁴⁴, grande parte delas com escasso contingente (*havia companhias em que os postos de oficiais, sargentos e cabos eram mais que os soldados, como especialmente acontecia na ilha de Santa Maria*), todas com efectivos inferiores ao regulamentar. Redução, esta, que parece traduzir o reajustamento da importância social dos cargos de comando militar para as elites regionais, e a limitação da função das companhias de Ordenança, há muito, no plano operacional⁴⁵, tornadas obsoletas pela evolução dos corpos militares de 1.ª linha, à vertente de recrutamento⁴⁶.

Excepção para os artilheiros, que mantêm a sua valência operacional até à sua extinção, mesmo, quantas vezes, só nominalmente, face à falta endémica de artilharia⁴⁷. De facto, a situação geográfica periférica dos Açores relativamente ao Reino, a dispersão territorial, a centralidade na rota atlântica, fizeram da fortificação das costas das Ilhas e da sua guarnição, uma preocupação central ao longo dos séculos. Ora, exceptuando o Castelo de São Filipe construído de raiz para acolher uma guarnição per-

⁴³ AHU, *Açores*, Cx. 66, doc. 7/41 e Cx. 76, doc 40.

⁴⁴ Nomeadamente no Faial, a Horta ficou com três companhias, as duas primeiras de 10 esquadras cada uma, a terceira com 4 esquadras da vila e 3 da Praia do Almoxarife; os Flamengos passam a ter apenas uma companhia, a 4.ª; 5.ª companhia na da Feteira, com 9 esquadras; 6.ª companhia de Castelo Branco, com sete esquadras; 7.ª companhia do Capelo, com 8 esquadras; as 3 companhias dos Cedros formaram uma companhia de 10 esquadras – 8.ª companhia; juntando o pessoal sobranete dos Cedros ao do Salão é constituída a 9.ª companhia, com 5 esquadras de cada uma das freguesias; a companhia da Ribeira junta-se às duas de Pedro Miguel, formando a 10.ª companhia, com 5 esquadras de cada freguesia. A redução das companhias deveria ser feita gradualmente, ou seja, à medida que os postos de comando fossem vagando, principalmente o de capitão, “porque não é justo que se tirem os postos a quem os houve legal” (AHU, *Açores*, Cx. 80, doc. 21).

⁴⁵ Pelo menos até meados do século XVIII, assiste-se à criação de companhias de Ordenanças, sem dependência do número de moradores, invocando objectivamente interesse operacional. Não é de excluir, porém, situações ditadas por prestígio social (Cf. Dias, M. N. G. C. M. M. (1997) (Ed.), *Livro da Guerra e Ordenança de Vila Franca do Campo*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada: 49, 69, 123).

⁴⁶ Drummond, F. F. (1981), *Ibidem*, III: 273 e 274, e 120 a 124 de “Documentos”.

⁴⁷ AHU, *Açores*, Cx. 39. doc 16.

manente de tropa profissional, os fortes até ao século XIX foram construídos para serem servidos por bombardeiros ou artilheiros das Ordenanças. O forte de São Sebastião, em Angra, esse só a partir da ocupação espanhola, passou a ser guarnecido por efectivos do presídio⁴⁸; para a guarnição dos fortes de Santa Cruz da Horta e de São Brás, em Ponta Delgada, apenas foram criados corpos de tropa paga – pés-de-castelo –, na sequência da Restauração de 1640, sem prejuízo da existência anterior de alguns bombardeiros pagos, insuficientes em número para o manejo de toda a artilharia, como ocorreu, nomeadamente, na Horta⁴⁹. Mas a mais de centena e meia de pequenos fortes marítimos que defendiam as costas açorianas, para além de em grande parte terem sido construídos por elas, estiveram, praticamente até ao seu abandono, sob responsabilidade das Ordenanças. Nas capitánias-mores com maior número de fortes foram constituídas companhias de artilharia⁵⁰; normalmente cada forte tinha o seu tenente⁵¹, mesmo quando simples abrigos para peças de artilharia e respectiva palamenta em portos de pesca – muitas vezes, sem qualquer peça –, ou rudimentares barreiras defensivas em pedra seca ou terra batida que os capitães-mores entendiam poderem ser guarnecidos em situações de invasão da ilha e a que, pomposamente, também denominavam *fortes*. Fica-se com a impressão que a nomeação destes tenentes perseguia, em muitos casos, a atribuição de títulos de distinção e a aquisição de condições para ascender na estrutura hierárquica das Ordenanças e Milícias, propondo-se, algumas vezes, os distinguidos, realizar à sua custa as necessárias obras de reedificação ou manutenção dos seus fortes⁵²; noutros casos, ainda, a função traduzia-se na percepção de um soldo, mesmo com o forte em ruínas⁵³! Acresce que a designação para funções na artilharia

⁴⁸ Após a rendição da guarnição espanhola do forte de São Sebastião, em 1641, esta praça voltou a ser guarnecida por soldados das Ordenanças, até que tropas pagas do castelo de São João Batista os substituíram (Cf. Dummond, F. F. (1981), *Anais da Ilha Terceira*. [Reimp. fac-simil. da ed. de 1856], Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, II: 62 a 71).

⁴⁹ Criado para guarnecer o forte de Santa Cruz, este pequeno corpo de bombardeiros pagos – artilheiros do moio – subsistiu até 1811 (Cf. Macedo, A.L.S. (1981), *Ibidem*: 69 e 246; AHU, *Açores*, Cx. 71, doc. 7).

⁵⁰ AHU, *Açores*, Cx. 136, doc. 38 e Cx. 145, doc. 40.

⁵¹ AHU, *Açores*, Cx. 49, doc. 16.

⁵² AHU, *Açores*, Cx. 35, doc. 10.

⁵³ AHU, *Açores*, Cx. 169, doc. 34.

de costa dispensava os nomeados das obrigações de treino da infantaria, mais penalizantes. Podemos hoje questionar, se não a eficácia, sobretudo a eficiência desse sistema defensivo, nomeadamente, a competência dos artilheiros das Ordenanças. Vemos, por exemplo, em 1615, que a vila da Praia recebe quatro dos doze bombardeiros pertencentes à Provedoria das Armadas para cuidarem da artilharia que guarnecia os fortes do respectivo distrito⁵⁴; e uma relação enviada (1801) pelo Capitão-General, conde de Almada, a D. Rodrigo de Sousa Coutinho a pedir a Lisboa armamento de artilharia, elaborada de acordo com as necessidades registadas pelos capitães-mores das diversas ilhas, para além de documentar a falta de um conceito estratégico de defesa do Arquipélago, contem tal diversidade de calibres, que traduz bem a falta de critérios sobre a valência táctica do armamento, e, pior ainda, a ignorância do general nesta matéria que, acriticamente, a remete⁵⁵. Em 1815, o governador de S. Miguel propõe ao Capitão-General a colocação de oficiais de 1.^a linha no comando dos principais fortes da ilha, *pois que a experiência tem mostrado, que eles serem comandados por oficiais das Ordenanças, em vez de economizar despesa ao Estado, aumentam-na, pela negligência e falta de cuidado tanto das munições e apetrechos de guerra, como das mesmas obras de fortificação que sendo reparadas em tempo se conservariam séculos com a milésima parte da despesa que ordinariamente se faz no actual sistema*⁵⁶. É assim que, durante as lutas liberais, vemos militares de linha assumirem lugares na defesa marítima, lugares esses até então da responsabilidade das Ordenanças.

Tal como na artilharia, mas aqui com maior incidência, a cavalaria⁵⁷ das Ordenanças, com função primordial de servir de correio⁵⁸, era pretexto para fugir às obrigações dos conscritos de infantaria: chegamos a

⁵⁴ Leite, J. G. R. e Faria, M. A., (ed.) (2005), *Livro do Tombo da Câmara da Vila da Praia*, Praia da Vitória, Instituto Histórico da Ilha Terceira: 207.

⁵⁵ AHU, Açores, Cx. 39, doc. 28.

⁵⁶ AHU, Açores, Cx. 88, doc. 19.

⁵⁷ O serviço a cavalo vinha previsto no Regimento das Ordenanças, de 1570, na sequência de legislação anterior que o reservava ou impunha a diversos estratos da população, de acordo com o seu estatuto social e económico. Já em 1597, a cavalaria das Ordenanças acompanhou o governador Gonçalo Vaz Coutinho, nas deslocações que fez para coordenar a defesa de São Miguel, contra os corsários do conde de Essex (Archivo General de Simancas, GYM-LEG, 560, 245 – inédito).

⁵⁸ AHU, Açores, Cx. 76 Cx. 136, doc 40.

encontrar corpos de cavalaria com mais cavaleiros que cavalos. Tentativas houveram, quer na Terceira, quer em São Miguel⁵⁹, únicas ilhas em que estavam formalmente organizadas, para, a partir das companhias de cavalaria das Ordenanças, se constituírem, também de cavalaria, companhias de Milícia, tal como no Brasil. Sem sequência, porém.

Ainda vemos as Ordenanças presentes em episódios relacionados com a implantação do regime liberal, por norma, apoiando os capitães-generais, representantes do regime absolutista, contra os movimentos constitucionistas de 1821 e 1828, e na batalha do Pico Celeiro⁶⁰, neste mesmo ano e já formalmente desarmadas na Terceira. Nos planos de defesa de S. Miguel, elaborados pelo general Prego, o último Capitão-General dos Açores considera a utilização das tropas de Ordenanças, nomeadamente para funções de sapadores⁶¹; e levantou os corpos de Ordenanças de acordo com o alvará de 18 de Outubro de 1709, e reservou-lhes a guarnição dos fortes⁶². Contrariamente ao que se verificou com corpos de Milícias, já não se conhece qualquer relevância das Ordenanças contra o desembarque das tropas liberais em São Miguel, em 1831.

Criada a nível nacional nova legislação para o recrutamento, os corpos de Ordenanças cedo foram extintos, primeiro pelas Cortes Gerais de 1822⁶³, por fim, depois do seu restabelecimento por carta de lei de 13 de Junho de 1823⁶⁴, pela Regência no Porto⁶⁵, com início na Terceira pela Junta Provisória que, em 1828, os mandou desarmar⁶⁶, bem como aos regimentos de Milícias, passando pela suspensão, nos Açores, em 1831⁶⁷, do Serviço das Milícias e Ordenanças.

⁵⁹ AHU, Açores, Cx. 74, doc. 19.

⁶⁰ Drummond, F. F. (1981), *Anais da Ilha Terceira*. [Reimp. fac-simil. da ed. de 1864], Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, IV: 164.

⁶¹ AHU, Açores, Cx. 187, doc. 75.

⁶² AHU, Açores, Cx. 189, doc. 28.

⁶³ AHU, Açores, Cx. 112, doc. 54.

⁶⁴ AHU, Açores, Cx. 115, doc. 12.

⁶⁵ Decreto de 20 de Julho de 1832. Cf. Borrego, N. G. P. (2006), *Ibidem*: 953.

⁶⁶ Drummond, F. F. (1981), *Ibidem*, IV: 128, 140, 150, 158, 175 e 176.

⁶⁷ Maia, F. A. M. F. (1994). *Novas Páginas da História Micaelense*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura: 83; Decreto de 25 de Abril de 1831; Decreto de 7 de Setembro de 1831, *Collecção de Decretos e Regulamentos Publicados Durante o Governo da Regência do Reino Estabelecida na Ilha Terceira*, 1.ª Série, Lisboa, Imprensa Nacional: 85. Por Decreto de 25 de Abril de 1831, com o governo em Angra e numa tentativa de levantamento dos Corpos de Voluntários Nacionais, forças armadas não sujeitas à hierarquia do

Muita documentação já é conhecida sobre as Ordenanças, se bem que quase toda inédita⁶⁸; muita outra faltará conhecer, nomeadamente nos arquivos camarários, nos códices do Arquivo Histórico Ultramarino e na documentação da Capitania-Geral do Arquivo Regional de Angra do Heroísmo. O Instituto Histórico da Ilha Terceira aqui deixa a transcrição de oito documentos guardados no Arquivo Nacional Ultramarino, com a implantação territorial das companhias de Ordenanças pelas diversas capitánias-mores do Arquipélago e com os respectivos efectivos, datados do início do século XIX. Para uma análise da origem social desses efectivos, se bem que só por amostragem, transcreve, ainda, dois documentos do mesmo Arquivo – *Mappa Geral do Estado actual em que se achão os sete terços das Ordenanças, e das duas Companhias de Cavalos das mesmas Ordenanças, da qualidade de Armas, que há em cada Destrito; para nelle se ver o numero de homens que há em toda a Ilha, respectivamente para a sua defensiva, e para a guarnição dos fortes, que esta Tropa das Ordenanças deve defender, a fim de fazer respeitavel este dominio de Sua Alteza Real; como he percizo, no fim do Anno de 1802 e Mapa dos habitantes que existem na Ilha de São Miguel no ano de 1804* – e um do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, todos aqueles do início o século XIX quando a operacionalidade das Ordenanças já pouco pesava no sistema de forças defensivo do Arquipélago, este anterior à criação da Capitania-Geral. Implantação territorial a composição social: duas vertentes incontornáveis no estudo do sistema das forças da defesa militar que, por séculos, vigorou no Arquipélago⁶⁹.

Exército, disponibilizando-lhes fontes de recrutamento, foram extintos nas ilhas dos Açores todos os batalhões de Milícias e Ordenanças. No entanto, terá sido sentida a necessidade de reforçar essas medidas legislativas com novo diploma legal, com o governo já sediado em Ponta Delgada.

⁶⁸ A documentação citada nas presentes notas de rodapé, assim como a bibliografia, está longe de esgotar as fontes que fundamentam as afirmações do texto. São tão só um contributo, uma *ilustração*. *Os Açores em finais do regime da Capitania-Geral – 1800 – 1820*, trabalho do Doutor Madruga da Costa, editado em 2005 pelo Núcleo Cultural da Horta, partindo, em grande parte, do mesmo acervo documental do Arquivo Histórico Ultramarino, mas com metodologia e objectivos distintos dos que orientam este texto introdutório, dá-nos mais alguma informação para o conhecimento da estrutura das Ordenanças nos Açores nas duas primeiras décadas de oitocentos.

⁶⁹ Sobre o estatuto social dos oficiais da Milícia e das Ordenanças, ver Costa, R. M. M. (2006), “Desempenho de Postos Militares e Cargos da Administração nos Açores em Finais do Regime de Capitania-Geral. Alguns Aspectos”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta* 15: 139 a 150.

Devido a qualquer circunstância que se desconhece, o mapa de São Jorge não incluiu a capitania-mor do Topo. Sabe-se, porém, que ainda em 1826 esta capitania-mor tinha três companhias, correspondentes aos distritos das suas freguesias, enquanto nas Velas o número de companhias fora reduzido a nove, e na Calheta, a cinco⁷⁰. Aliás, o estudo da muita documentação existente encontrará outras discrepâncias, nomeadamente quando emitida pela Capitania-Geral, não só por falta de conhecimento da situação no terreno, como até da própria geografia física e humana dos Açores; quando não mesmo manipulações intencionais dos responsáveis dos corpos, preocupados em manifestar méritos que não têm, ou em ocultar insuficiências ou irregularidades incômodas ou inconfessáveis.

O mapa das Ordenanças do Pico e Faial também apresenta erros detectáveis na soma das colunas “Fogos” (820 – 811) e “Menores” (4738 – 4739), o primeiro, provavelmente, por uma troca de números nos valores reportados a São Roque ou Candelária.

Por facilidade de paginação, os mapas ou quadros foram trabalhados de forma diversa da original – as capitanias-mores, juntas no mesmo mapa em cada uma das ilhas do Pico, São Jorge, Graciosa, Terceira e São Miguel, são publicadas em páginas autónomas, e o mapa de 1746, das Ordenanças do Faial e do Pico fica seccionado –, salvaguardando-se, porém, a integridade da informação.

Ainda dentro da mesma temática, mas de natureza iconográfica, publica-se, por fim, os figurinos do uniforme dos oficiais das Ordenanças⁷¹, anexos ao ofício n.º 70, de 24 de Novembro de 1806, do Capitão-General dos Açores, dirigido ao Visconde de Anadia⁷².

Agradeço ao consócio e amigo Doutor Reis Leite, para além do incentivo, as questões que me levantou e as referências bibliográficas para que me remeteu sobre este tema, que me permitiram uma orientação mais esclarecida no tratamento das diversas vertentes abordadas nesta nota introdutória.

⁷⁰ AHU, *Açores*, Cx. 152, doc. 33.

⁷¹ AHU, *Figurinos Militares*, Códice 1505.

⁷² AHU, *Açores*, Cx. 53, doc. 23.

Estado actual das Ordenanças das Ilhas Flores e Corvo; Ano de 1803												
Situações	Estado-Maior			Companhias	Oficiais			Oficiais Inferiores		Soldados	Todos	Observações
	Capitão-Mor	Sargento-Mor	Ajudante		Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos				
	1		2									
	Na Vila de Santa Cruz			1. ^a	1	1	2	4	94	102	Acham-se mais nove na ilha das Flores um capitão comandante de Artilharia o qual tem patente assinada por Sua Alteza Real e com ela vence de soldo 10\$000, por mês. Este capitão tem debaixo das suas ordens 100 soldados Ordenanças os quais servem com o título de artilheiros. Há mais 54 tenentes empregados no governo dos fortes das duas ilhas e também estes tenentes como o dito capitão são sujeitos às Ordenanças.	
	Na Caveira e Ribeira do Barqueiro			2. ^a		1	2	4	137	144		
	No Pampilhal e Fazenda			3. ^a		1	2	4	105	112		
	Nos Cedros e Ponta Ruiva			4. ^a		1	2	4	87	94		
	Na Ponta Delgada do Porto			5. ^a	1	1	2	4	52	60		
	Na Ponta Delgada do Quarteiro			6. ^a		1	2	4	60	67		
	Na Ponta Delgada do Portinho			7. ^a	1	1	2	4	42	50		
	Na Ilhéu do Corvo			8. ^a	1	1	2	4	146	154		
	Na Vila das Lajes			9. ^a	1	1	2	4	154	162		
	Na Fazenda, Lajedo, Morros			10. ^a	1	1	2	4	140	148		
	Na Lomba			11. ^a	1	1	2	4	96	104		
	Na Fajã Grande			12. ^a	1	1	2	4	233	241		
	Estado Afectivo			3	8	12	24	48	1 346	1 441		
	Vagas nos Oficiais e Oficiais Inferiores			1	4					5		
	Estado Completo nos Oficiais e Oficiais Inferiores			4	12	12	24	48	1 346	1 446		
Joze Joaquim da Silva												

Joze Joaquim da Silva

AHU – Açores – Cx. 44, doc. 5

Estado actual das Ordenanças de toda Ilha do Pico nas três Capitânias-Mores, em que se dividem; Ano de 1803									
Capitania-Mor da Jurisdição da Vila das Lajes									
Situações	Companhias				Oficiais		Oficiais Inferiores		Observações
	Estado-Maior				Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos	
	Capitão-Mor	1							
	Sargento-Mor	1							
	Ajudante	1							
Na Vila			1. ^a			1	2	4	121
Na Ribeira do Meio			2. ^a			1	2	4	81
Em Almagreira			3. ^a		1	1	2	4	106
Na Silveira e Ribeira do Meio			4. ^a			1	2	4	46
No Soldão			5. ^a			1	2	4	87
			6. ^a		1	1	2	4	148
Em São João			7. ^a			1	2	4	78
Nos Ribeiros e Arrife			8. ^a		1	1	2	4	104
Em Santa Cruz			9. ^a		1	1	2	4	84
Na Ponta Negra dos Ribeiros			10. ^a		1	1	2	4	72
Na Ponta Negra e Foros			11. ^a		1	1	2	4	97
Na Calheta			12. ^a			1	2	4	77
			13. ^a			1	2	4	81
Na Calheta e Piedade			14. ^a				2	4	57
			15. ^a			1	2	4	81
			16. ^a		1	1	2	4	54
Na Piedade			17. ^a		1	1	2	4	76
			18. ^a		1		2	4	63
Na Ribeirinha			19. ^a			1	2	4	71
Estado Efectivo		3			9	17	38	76	1 581
Vagas dos Officiaes e Officiaes Inferiores					10	2			12
Estado Completo nos Officiaes e Officiaes Inferiores		3			19	19	38	76	1 438 1 593

Acham-se mais 20 tenentes empregados no governo dos diferentes fortes desta Capitania-Mor os quaes são sujeitos às Ordenanças.

Capitania-Mor da Jurisdição da Vila da Madalena										
Situações	Estado-Maior		Companhias	Oficiais		Oficiais Inferiores		Soldados	Todos	Observações
	Capitão-Mor			Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos			
	Sargento-Mor	1								
	Ajudante	1								
Na Vila			1. ^a	1	1	2	4	107	115	Acham-se mais 14 tenentes empregados no governo dos defrenes fortes desta Capitania-Mor os quaes são sujeitos às Ordenanças.
No Valverde			2. ^a		1	2	4	39	46	
Na Criação			3. ^a	1	1	2	4	95	103	
Nos Toledos			4. ^a		1	2	4	94	101	
			5. ^a		1	2	4	43	50	
No Cabeço Chão			6. ^a	1	1	2	4	48	56	
			7. ^a	1	1	2	4	54	62	
			8. ^a			2	4	73	79	
O Pé do Monte			9. ^a		1	2	4	144	151	
Em São Mateus			10. ^a		1	2	4	144	151	
Na Terra do Pão			11. ^a		1	2	4	71	78	
Estado Efectivo		2		4	10	22	44	864	946	
Vagas nos Officiaes e Officiaes Inferiores		1		7	1				9	
Estado Completo nos Officiaes e Officiaes Inferiores		3		11	11	22	44	864	955	

Acham-se mais 14
tenentes empregados
no governo dos dife-
rentes fortes desta
Capitania-Mor os
quais são sujeitos às
Ordenanças.

Capitania-Mor da Jurisdição da Vila de São Roque											Observações
Situações	Estado-Maior		Companhias	Oficiais		Oficiais Inferiores		Soldados	Todos		
	Capitão-Mor	Sargento-Mor		Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos				
Na Vila		1	1. ^a		1	2	4	86	93		
No Cais da Vila			2. ^a	1	1	2	4	63	71		
Em Santo Antônio			3. ^a	1	1	2	4	85	93		
Na Ribeira Nova			4. ^a	1	1	2	4	144	152		
Em Santa Luzia			5. ^a	1	1	2	4	132	140		
Em São Miguel Anjo			6. ^a	1	1	2	4	94	102		
Na Praia de Cima			7. ^a	1	1	2	4	99	107		
Nos Castanheiros			8. ^a	1		2	4	72	79		
Em Nossa Senhora d'Ajuda			9. ^a		1	2	4	117	124		
Em Santo Amaro			10. ^a		1	2	4	83	90		
			11. ^a		1	2	4	61	68		
Estado Efectivo		2		7	10	22	44	1 036	1 121		
Vagas nos Oficiais e Oficiais Inferiores		1		4	1				6		
Estado Completo nos Oficiais e Oficiais Inferiores		3		11	11	22	44	1 036	1 127		

Resumo das três Capitánias								
Gradações	Estado-Maior			Oficiais		Oficiais Inferiores		Total
	Capitães-Mores	Sargentos-Mores	Ajudantes	Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos	
Estado Efectivo	2	2	3	20	37	82	164	3 338
Faltam	1	1		21	4			27
Estado Completo	3	3	3	41	41	82	164	3 338
Joze Joaquim da Silva								
Aham-se mais 20 tenentes na Capitania-Mor da Vila das Lajes e 14 ditos na Vila da Madalena os quais são empregados no governo dos diferentes fortes das duas vilas, e são sujeitos às Ordenanças.								

Estado actual das Ordenanças de toda Ilha de São Jorge nas duas Capitánias-Mores em que se dividem; Ano de 1803										
Capitania-Mor da Jurisdição da Vila das Velas										
Situações	Estado-Maior			Companhias	Oficiais			Oficiais Inferiores		Total
	Capitão-Mor	Sargento-Mor	Ajudantes		Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos		
Na Ponta dos Rosais			2	1. ^a	1		2	4	100	107
Na Ribeira da Areia				2. ^a	1	1	2	4	72	80
Nos Rosais				3. ^a	1	1	2	4	94	102
Em Santo António e Vila				4. ^a	1	1	2	4	94	102
No Norte Grande				5. ^a	1	1	2	4	56	64
Nos Terreiros				6. ^a	1		2	4	40	47
Na Urzelina				7. ^a	1	1	2	4	94	102
Na Vila, Ribeirinho e Sarroa				8. ^a	1	1	2	4	99	107
Na Vila, Sarroa e Rosais				9. ^a	1	1	2	4	86	94
Nas Manadas				10. ^a	1	1	2	4	45	53
Na Fajã, Ribeira do Nabo e Toledo				11. ^a	1	1	2	4	75	83
Na Vila e Beira				12. ^a	1	1	2	4	92	100
Em Santo Antonio do Norte				13. ^a	1	1	2	4	104	112
Estado Efectivo			3		13	11	2	52	1 051	1 156
Vagas nos Oficiais e Oficiais Inferiores			1			2				3
Estado Completo nos Oficiais e Oficiais Inferiores			4		13	13	26	52	1 051	1 159

Capitania-Mor da Jurisdição da Vila da Calheta									
Situações	Estado-Maior			Companhias	Oficiais			Oficiais Inferiores	
	Capitão-Mor	Sargento-Mor	Ajudantes		Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos	Soldados
Na Vila			1						
			2						
				1. ^a		1	2	4	41
				2. ^a		1	2	4	43
Lugar dos Biscoitos				3. ^a		1	2	4	51
Na Ribeira d'Areia				4. ^a		1	2	4	49
No Norte Pequeno				5. ^a	1	1	2	4	46
Em Santo Bartolomeu				6. ^a	1	1	2	4	53
Na Ribeira Seca				7. ^a	1	1	2	4	54
Em o Caminho da Ribeira e Silveira				8. ^a	1	1	2	4	66
Na Beira, Aveiro e Morro				9. ^a		1	2	4	76
Na Fajã dos Vimes									
Estado Efectivo			3		4	9	18	36	479
Vagas nos Oficiais e Oficiais Inferiores			1		5				
Estado Completo nos Oficiais e Oficiais Inferiores			4		9	9	18	36	479
									6
									555

Resumo das duas Capitánias									
Gradações	Estado-Maior			Ajudantes	Oficiais			Oficiais Inferiores	
	Capitães Mores	Sargentos-Mores	Sargentos-Mores		Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos	Soldados
Estado Efectivo		2		4	17	20	44	88	1530
Faltam	2				5	2			
Joze Joaquim da Silva									
									9
									1 705

Estado actual das Ordenanças de toda Ilha Graciosa, nas duas Capitánias-Mores em que se dividem; Ano de 1803.													
Capitania-Mor da Jurisdição de Santa Cruz													
Situações	Estado-Maior			Companhias	Oficiais			Oficiais Inferiores			Soldados	Total	Observações
	Capitão-Mor	1			Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos					
	Sargento-Mor	1											
	Ajudante	1											
Em Afonso do Porto				1. ^a	1	1	2	4	102	110			
Em Santa Catarina				2. ^a	1	1	2	4	99	107			
No Corpo Santo				3. ^a	1	1	2	4	102	110			
Na Barra				4. ^a	1		2	4	104	111			
Nas Fontinhas				5. ^a		1	2	4	84	91			
No Barro Vermelho				6. ^a	1	1	2	4	99	107			
Na Victória				7. ^a	1	1	2	4	99	107			
Estado Efectivo			3		6	6	14	28	689	746			
Vagas dos Officiaes, e Officiaes Inferiores					1	1				2			
Estado Completo nos Officiaes e Officiaes Inferiores			3		7	7	14	28	689	748			

Capitania-Mor da Jurisdição da Vila da Praia									
Situações	Estado-Maior			Companhias	Oficiais			Soldados	Total
	Capitão-Mor	Sargento-Mor	Ajudante		Capitães	Alferes	Sargentos		
Nos Fenais		1	1	1. ^a	1	1	2	4	77
No Carapacho				2. ^a	1	1	2	4	91
Em São Sebastião				3. ^a	1	1	2	4	85
Na Arrochela				4. ^a	1	1	2	4	101
Em João Dias				5. ^a	1	1	2	4	94
Na Folga				6. ^a	1	1	2	4	101
Estado Effectivo			2		6	6	12	24	551
Vagas nos Officiaes e Officiaes Inferiores			1						1
Estado Completo nos Officiaes e Officiaes Inferiores			3		6	6	12	24	552
Observações									Acham-se mais doze tenentes empregados no governo dos diferentes fortes desta Capitania Mor os quais são sujeitos às Ordenanças.

Resumo das duas Capitánias											
Gradações	Estado-Maior			Oficiais			Oficiais Inferiores		Soldados	Total	Observações
	Capitães-Mores	Sargentos-Mores	Ajudantes	Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos				
Estado Efectivo	2	1	2	12	12	26	52	1 190	1 297	Acham-se mais na Capitania Mor da Vila da Praia 12 tenentes empregados no governo dos diferentes fortes da	
Faltam		1		1	1				3	Jurisdicção, os quais são sujeitos as ordenanças.	
Joze Joaquim da Silva											

Acham-se mais na Capitania Mor da Vila da Praia 12 tenentes empregados no governo dos diferentes fortes da

Jurisdição, os quais são sujeitos as ordenanças.

Estado actual das Ordenanças de toda esta Ilha Terceira, nas duas Capitánias-Mores, em que se dividem; Ano de 1802										
Capitania-Mor da Jurisdição da Cidade										
Situações	Estado-Maior			Companhias	Oficiais			Oficiais Inferiores		Total
		Capitão-Mor	1		Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos		
		Sargento-Mor							1	
		Ajudante								
Na Cidade				1. ^a	1		1	2	33	37
				2. ^a	1	1	1	2	53	58
				3. ^a	1		2	2	76	81
				4. ^a		1	1	4	60	66
				5. ^a		1	1	4	15	21
				6. ^a		1	2	2	98	103
Em Vale de Linhares				7. ^a		1	2	4	162	169
Em São Pedro				8. ^a		1	1	2	53	57
Na Terra Chã				9. ^a		1	2	4	162	169
Em São Mateus				10. ^a	1		2	4	86	93
Em São Bartolomeu				11. ^a	1		2	4	86	93
Nas Cinco Ribeiras				12. ^a	1		2	4	55	62
Em Santa Barbara				13. ^a	1	1	2	4	53	61
Nas Doze Ribeiras				14. ^a	1		1	4	46	52
No Raminho				15. ^a	1	1	2	4	180	188
Na Vila de São Sebastião				16. ^a	1	1	2	4	64	72
No Porto Judeu				17. ^a	1		2	2	41	46
Na Ribeirinha				18. ^a		1	1	2	36	40
Estado Efectivo			3	19. ^a		1	2	4	105	112
Vagas dos Officiais e Officiais Inferiores				20. ^a	1	1	2	4	184	192
Estado Completo nos Officiais e Officiais Inferiores					12	13	32	66	1 555	1 741
					8	7	8	14		
			3		20	20	40	80	1 555	1 778

Capitania-Mor da Jurisdição da Vila da Praia									
Situações	Estado-Maior			Companhias	Oficiais			Oficiais Inferiores	
	Capitão-Mor	Sargento-Mor	Ajudante		Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos	Soldados
Na Fonte Bastardo	1		1	1. ^a	1	1	2	4	61
No Cabo da Praia				2. ^a	1	1	2	4	50
Em Belo Jardim				3. ^a	1	1	2	4	78
Em Valfarto				4. ^a	1	1	2	4	95
Nas Fontinhas				5. ^a	1	1	2	4	118
Ao Mar				6. ^a	1	1	2	4	79
Às Pedreiras				7. ^a	1	1	2	4	53
Nas Lajes				8. ^a	1	1	2	4	77
Na Caldeira				9. ^a	1	1	2	4	128
Em Vila Nova				10. ^a	1	1	2	4	133
Na Agualva				11. ^a	1	1	2	4	179
Nas Quatro Ribeiras				12. ^a		1	2	4	90
Nos Biscoitos				13. ^a	1	1	2	4	141
Na Arrochela				14. ^a	1	1	2	4	134
Nos Altares				15. ^a		1	2	4	110
Estado Efectivo	3				13	15	30	60	1 526
Vagas nos Officiaes e Officiaes Inferiores					2				
Estado Completo nos Officiaes e Officiaes Inferiores	3				15	15	30	60	1 526
									1 646

Resumo das duas Capitánias									
Gradações	Estado-Maior			Oficiais			Oficiais Inferiores		Total
	Capitães Mores	Sargentos-Mores	Ajudantes	Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos	Soldados	
Estado Efectivo	2	2	2	25	28	62	126	3081	3 328
Faltam				10	7	8	14		39
Joze Joaquim da Silva Secretario do Governo									

Estado actual das Ordenanças de toda Ilha de São Miguel nas sete Capitanias em que se dividem: Ano de 1803											
Jurisdição da Cidade de Ponta Delgada											
Situações	Estado-Maior		Companhias	Oficiais			Oficiais Inferiores		Soldados	Total	Observações
	Sargento-Mor	1		Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos				
	Ajudante	3									
Na Cidade			1. ^a	1	1	2	7	212	223		
			2. ^a	1	1	3	4	221	230		
			3. ^a	1		2	4	141	148		
			4. ^a	1	1	3	3	171	179		
			5. ^a		1	2	4	189	196		
Nos Arrifes			6. ^a	1	1	2	5	329	338		
Na Fajã			7. ^a		1	2	4	304	311		
No Rosto do Cão			8. ^a	1	1	3	4	54	63		
			9. ^a	1	1	3	4	101	111		
Na Relva			10. ^a	1	1	2	4	126	134		
			11. ^a	1	1	3	5	131	141		
Nas Feteiras			12. ^a	1	1	2	4	73	81		
			13. ^a	1	1	1	4	81	88		
Em Candelária			14. ^a		1	5	4	136	146		
Na Várzea			15. ^a		1	2	4	87	94		
NoS Ginetes			16. ^a		1	2	5	146	154		
Nos Mosteiros			17. ^a		1	2	4	203	210		
Estado Efectivo		4		11	16	41	73	2 706	2 851		
Vagas dos Oficiais e Oficiais Inferiores				6	1				7		
Estado Completo nos Oficiais e Oficiais Inferiores		4		17	17	41	73	2 706	2 858		

Capitania-Mor da Jurisdição dos Lugares do Norte										
Situações	Estado-Maior			Companhias	Oficiais			Oficiais Inferiores		Observações
	Capitão-Mor	Sargento-Mor	Ajudante		Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos	Soldados	
Na Bretanha		1	1	1. ^a	1	1	2	4	130	138
				2. ^a		1	2	4	97	104
				3. ^a	1	1	2	4	63	71
				4. ^a	1	1	2	4	74	82
				5. ^a	1	1	2	4	64	72
Em Santo António				6. ^a	1	1	2	4	76	84
				7. ^a		1	2	4	93	100
				8. ^a	1	1	2	4	86	94
				9. ^a	1	1	2	4	63	71
				10. ^a		1	2	4	67	74
Nos Fenais				11. ^a		1	2	4	89	96
					7	11	22	44	902	988
					4					5
					11	11	22	44	902	993
Estado Efectivo		2								
Vagas dos Officiaes e Officiaes Inferiores		1								
Estado Completo nos Officiaes e Officiaes Inferiores		3								

Capitania-Mor da Jurisdição da Vila d'Água de Pau											
Situações	Estado-Maior			Companhias	Oficiais		Oficiais Inferiores		Soldados	Total	Observações
	Capitão-Mor	1			Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos			
	Sargento-Mor	1									
	Ajudante	2									
Na Vila				1. ^a	1	1	2	4	61	69	
				2. ^a	1	1	2	4	79	87	
				3. ^a		1	2	4	57	64	
				4. ^a		1	2	4	57	64	
Estado Efectivo		4			2	4	8	16	254	288	
Vagas nos Oficiais e Oficiais Inferiores					2					2	
Estado Completo nos Oficiais e Oficiais Inferiores		4			4	4	8	16	254	290	

Capitania-Mor da Jurisdição da Vila da Ribeira Grande											
Situações	Estado-Maior			Companhias	Oficiais			Oficiais Inferiores		Total	Observações
	Capitão-Mor	Sargento-Mor	Ajudante		Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos			
Na Vila		1		1. ^a	1	1	2	4	100	108	Acham-se mais nesta Capitania-Mor três tenentes dos fortes da sobredita Capitania e há mais uma companhia de Ordenanças a cavalo composta de 1 tenente 1 alferes 1 furriel e 4 cabos e 69 soldados que o total fazem 76 homens, e acha-se vago o posto de capitão da sobre-dita companhia.
				2. ^a	1	1	2	4	100	108	
				3. ^a	1	1	2	4	100	108	
				4. ^a	1	1	2	4	109	117	
				5. ^a	1	1	2	4	76	84	
Na Ribeira Seca e Lomba				6. ^a	1	1	2	4	80	88	
				7. ^a	1	1	2	4	105	113	
				8. ^a	1	1	2	4	115	123	
				9. ^a	1	1	2	4	118	126	
Em Rabo de Peixe, e Pico da Pedra											
Nas Calhetas											
Estado Effectivo			5		9	9	18	36	903	980	
Vagas dos Officiais e Officiais Inferiores			1							1	
Estado Completo nos Officiais e Officiais Inferiores			6		9	9	18	36	903	981	

Acham-se mais nesta Capitania-Mor três tenentes dos fortes da sobredita Capitania e há mais uma companhia de Ordenanças a cavalo composta de 1 tenente 1 alferes 1 furriel e 4 cabos e 69 soldados que o total fazem 76 homens, e acha-se vago o posto de capitão da sobredita companhia.

Em Santa Ana das Furnas	24. ^a	1		2	4	123	130
Em Nossa Senhora da Graça do Faial	25. ^a	1	1	2	7	70	81
Em Nossa Senhora da Anunciação	26. ^a	1	1	2	4	70	78
Em Nossa Senhora do Rosário da Achada	27. ^a	1	1	2	3	63	70
Em Nossa Senhora da Anunciação	28. ^a	1	1	2	4	81	89
	29. ^a	1	1	1	2	39	44
Estado Afectivo	6	28	26	55	122	1 900	2 137
Vagas dos Officiais e Officiais Inferiores	4	1	3	3			11
Estado Completo nos Officiais e Officiais Inferiores	10	29	29	58	122	1 900	2 148

Capitania-Mor da Jurisdição da Vila da Lagoa													
Situações	Estado-Maior			Companhias			Officiais		Officiais Inferiores		Soldados	Total	Observações
	Capitão-Mor	1		Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos						
	Sargento-Mor	1											
	Ajudante	1											
Na Vila				1. ^a	1	2	4	99	106				
				2. ^a	1	2	4	119	126				
				3. ^a	1	2	4	85	92				
Na Atalhada, e Socas				4. ^a	1	2	4	98	105				
No Cabouco				5. ^a	1	2	4	101	108				
Estado Efectivo		3			5	10	20	502	540				
Vagas dos Officiais e Officiais Inferiores		1		5					6				
Estado Completo nos Officiais e Officiais Inferiores		4		5	5	10	20	502	546				

Capitania-Mor da Jurisdição da Vila do Nordeste												
Situações	Estado-Maior			Companhias	Oficiais			Oficiais Inferiores		Soldados	Total	Observações
	Capitão-Mor	1			Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos				
	Sargento-Mor	1										
	Ajudante	1										
Na Vila				1. ^a	1	1	2	4	108	116		
Na Pedreira				2. ^a	1	1	2	4	96	104		
Na Lomba da Cruz				3. ^a	1	1	2	4	130	138		
Na Fazenda e Nordestinho				4. ^a	1	1	2	4	95	103		
Na Senhora da Alegria				5. ^a	1	1	2	4	120	128		
Estado Efectivo		3			5	5	10	20	549	592		
Vagas dos Officiares e Officiais Inferiores		1								1		
Estado Completo nos Officiais e Officiais Inferiores		4			5	5	10	20	549	593		

Resumo das sete Capitánias												
Gradações	Estado-Maior				Oficiais			Oficiais Inferiores		Soldados	Total	Observações
	Capitães-Mores	Sargentos-Mores	Ajudantes	Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos					
Estado Afectivo	5	5	17	62	76	166	381	7 716	8 376	Na Capitania-Mor da vila da Ribeira Grande há três tenentes dos fortes da sobreditá Vila e há mais uma companhia de cavalos composta de 76 praças, como se vê no seu respectivo mapa.		
Faltam	1	2	5	18	4	3			33			
Joze Joaquim da Silva												

Estado actual das Ordenanças de toda ilha de Santa Maria; Ano de 1803										
Situações	Estado-Maior				Companhias			Oficiais		Total
	Capitão-Mor	Sargento-Mor	1	1	Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos	Soldados	
Na Vila			1	1	1. ^a	1	1	3	4	58
					2. ^a		1	2	4	40
					3. ^a		1	2	4	35
					4. ^a	1		2	4	65
No Lugar da Praia					5. ^a		1	2	4	56
					6. ^a		1	2	4	68
					7. ^a	1	1	2	4	94
					8. ^a	1	1	2	4	146
Na Maia					9. ^a	1	1	2	4	43
					10. ^a		1	2	4	17
					11. ^a	1		2	4	32
					Estado Efectivo	2	6	9	23	44
Vagas dos Officiaes e Officiaes Inferiores			1			5	2			654
Estado Completo nos Officiaes e Officiaes Inferiores			3			11	11	23	44	746

Joze Joaquim da Silva

AHU – Açores – Cx. 44, doc. 5

O capitão da 4.^a companhia é também governador do castelo de São João Baptista da dita Ilha e há mais na sobredita companhia o posto de condestável o qual tem soldo por uma provisão e o dito posto; na 2.^a companhia também há um condestável porém não tem soldo; e a 1.^a companhia tem um tenente porém todos às Ordenanças.

Estado actual das Ordenanças de toda ilha do Faial; Ano de 1803

Situações	Estado-Maior			Companhias				Oficiais		Oficiais Inferiores		Soldados	Total
	Capitão-Mor	Sargento-Mor	Ajudante					Capitães	Alferes	Sargentos	Cabos		
Na Vila			1						1	2	4	60	67
			1					1	1	2	4	217	225
									1	2	4	42	49
								1	1	2	4	40	48
Nos Flamengos								1	1	2	4	70	78
								1	1	2	4	72	80
								1	1	2	4	120	128
								1	1	2	4	76	84
Na Feteira								1	1	2	4	44	52
								1	1	2	4	36	44
								1	1	2	4	46	54
								1	1	2	4	83	91
Em Castelo Branco								1	1	2	4	67	74
								1	1	2	4	103	111
								1	1	2	4	118	126
								1	1	2	4	90	98
Nos Cedros								1	1	2	4	104	112
								1	1	2	4	71	79
								1	1	2	4	106	114
								1	1	2	4	120	127
No Salão								1	1	2	4	66	73
								1	1	2	4	70	78
								1	1	2	4	88	1 995
								1	1	2	4	1 821	2 000
Na Ribeirinha								19	20	44	88	1 821	2 000
								3	2	44	88	1 821	2 000
								22	22	44	88	1 821	2 000
								22	22	44	88	1 821	2 000
Em Pedro Miguel								19	20	44	88	1 821	2 000
								3	2	44	88	1 821	2 000
								22	22	44	88	1 821	2 000
								22	22	44	88	1 821	2 000
Na Praia								19	20	44	88	1 821	2 000
								3	2	44	88	1 821	2 000
								22	22	44	88	1 821	2 000
								22	22	44	88	1 821	2 000
Estado Efectivo								19	20	44	88	1 821	2 000
								3	2	44	88	1 821	2 000
								22	22	44	88	1 821	2 000
								22	22	44	88	1 821	2 000
Vagas dos Officiaes e Officiaes Inferiores								19	20	44	88	1 821	2 000
								3	2	44	88	1 821	2 000
								22	22	44	88	1 821	2 000
								22	22	44	88	1 821	2 000
Estado Completo nos Officiaes e Officiaes Inferiores								19	20	44	88	1 821	2 000
								3	2	44	88	1 821	2 000
								22	22	44	88	1 821	2 000
								22	22	44	88	1 821	2 000
Joze Joaquim da Silva													

Mapa dos habitantes que existem na Ilha de São Miguel no ano de 1804							
Idades	Casados		Solteiros		Viúvos		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
0 a 5			4.371	4.180			8.551
5 - 10			3.308	2.866			6.174
10 - 20	95	235	4.950	4.710	5	18	10.013
20 - 30	1.522	1.826	1.937	2.572	27	67	7.951
30 - 40	2.363	2.433	731	1.548	62	201	7.338
40 - 50	2.284	2.458	429	1.089	106	355	6.721
50 - 60	2.007	1.802	308	1.121	187	726	6.151
60 - 70	1.203	916	206	655	312	864	4.156
70 - 80	342	244	85	305	271	497	1.744
80 - 90	61	47	19	39	72	103	341
90 - 100	5	2	2	3	3	5	20
Soma	9.882	9.963	16.346	19.088	1.045	2.836	59.160
					Mulatos		
					Pretos		
					66		
					129		
					195		
					59.355		

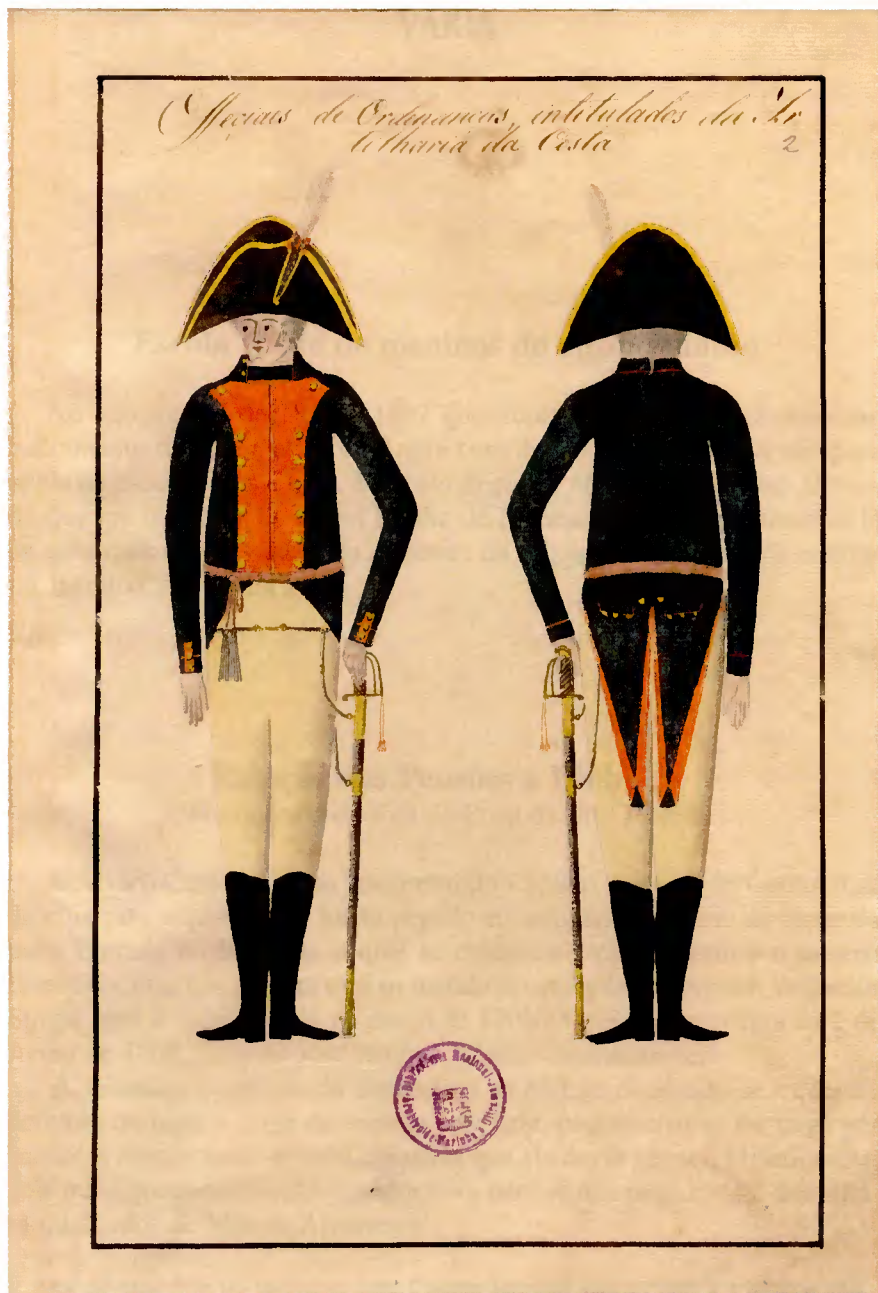
Somam todos os habitantes

Subscrito pelo Governador de São Miguel, Coronel de Artilharia Inácio Joaquim de Castro
AHU. Açores, Cx. 48 doc 19

Dos Oficiais, e Soldados pagos, e Ordenanças das Ilhas do Faial, e Pico de que é Capitão-Mor Superintendente Jerônimo Brum da Silveira											
Oficiais da Ilha do Faial							1746	Oficiais da Ilha do Pico			
1	Capitão-Mor que governa as duas Ilhas										
1	Sargento-Mor das Ordenanças								3	Capitães-Mores	
1	Capitão de Infantaria de cem homens pagos e mais Oficiais respectivos								3	Sargentos-Mores	
1	Capitão de Artilharia com um condestável e oito artilheiros, pagos para o manejo de cento e uma peças que se acham montadas em 26 fortalezas e fortins								41	Capitães	
21	Capitães de Ordenança								3	Ajudantes	
2	Ajudantes hum pago para assistir as Ordenanças do Faial, e Pico, e o outro supra								41	Alferes	
21	Alferes de Ordenança								82	Sargentos	
42	Sargentos de Ordenança										
12	Cabos de fortaleza da Ordenança										
Ilhas	Vilas	Lugares	Freguesias	Fogos	Maiores	Menores	Todos	Companhias	Armas de Fogo	Piqueiros	Oficiais e todos
Ilha do Fayal	Vila de Horta		Matriz do Salvador	531	2 205	425	2 630	2	218	19	447
			N. S. da Conceição	321	1 017	152	1 169	1	103	66	174
			N. S. das Angustias	193	696	145	841	1	80	59	144
		Ribeira dos Flamengos	N. S. da Luz	366	1 068	227	1 295	2	124	53	187
		Praia do Almocharife	N. S. da Graça	140	457	88	545	1	57	63	125
		Pedro Miguel	N. S. da Ajuda	241	867	138	1 005	2	100	86	196
		Ribeirinha	S. Mateus	196	553	138	691	1	89	56	159
		Salão	N. S. do Socorro	185	534	114	648	1	62	69	136
		Cedros	S. Barbara	421	1 251	294	1 545	3	236	135	386
		Capelo	S.ma Trindade	253	758	136	894	2	154	45	209
Castelo branco	S. Catarina	301	1 050	202	1 252	3	145	73	233		
	Feteira	Espírito Santo	331	1 195	192	1 387	3	146	76	237	
	1	9	12	3 479	11 651	2 251	13 902	22	1 514	800	2 633

Ilhas	Vilas	Lugares	Freguesias	Fogos	Maiores	Menores	Todos	Companhias	Armas de Fogo	Piqueiros	Oficiais e todos
Ilha do Pico	Vila das Lajes		Matriz da S.ma Trindade	480	1 647	198	1 845	5	196	155	376
		S. João	S. João	164	529	95	624	2	140	65	215
		Ribeiras	S. Barbara	332	1 062	130	1 192	3	135	128	278
		Calheta de Nesquim	S. Sebastião	244	781	131	912	3	122	83	320
		Ponta	N. S. da Piedade	527	1 725	209	1 934	6	242	139	411
	Vila de S. Roque		S. Roque	323	1 152	181	1 333	2	121	100	231
		Praia	N. S. da Ajuda	362	1 072	202	1 274	3	172	126	313
		S. Amaro	S. Amaro	155	475	65	540	2	78	77	161
		Furna	S. Antonio	352	1 052	275	1 327	2	92	88	200
		S. Luzia	S. Luzia	174	564	79	643	2	125	74	209
Vila da Madalena			Matriz de S. Maria Madalena	569	1 826	354	2 180	5	306	203	534
		Bandeiras	N. S. da Boa nova	261	916	148	1 064	3	158	77	250
		Candelária	N. S. da Candelária	201	660	120	780	1	50	44	99
		S. Mateus	S. Mateus	388	1 223	301	1 524	2	186	164	360
2	4	20	26	8 020	26 335	4 738	31 074	63	3 637	2 323	6 590





VÁRIA

Escola Régia de meninas do ensino mútuo

No ano lectivo de 1836 – 1837 contribuía a confraria do Santíssimo Sacramento da Sé Catedral de Angra com dois mil e quinhentos réis para ajuda de papel, penas e tinta, à *Escola Régia de Meninas de Ensino Mútuo*, de que era directora D. Isabel Emília de Meneses Ameno. É quanto se lê de uma quitação passada pela directora da escola ao tesoureiro da confraria Jacinto Cândido da Silva.

V. M.

Relação das Pensões a Dinheiro

(Misericórdia da Vila da Praia da Ilha Terceira)

A Álvaro Camelo, como tesoureiro do Capitão António do Couto, foro de uma casa e quintal que havia pagado ao cemitério no canto ao Norte da nova Entrada do Hospital, a qual se comprou para acrescentar o mesmo cemitério, mas que por ora está só metido no quintal do Hospital. Vendedor Simão José Borges Toledo no preço de 120\$000 réis por escritura de 2 de Junho de 1806. Tabelião José Borges Toledo. Oitocentos réis.

À sobredita Confraria do Santíssimo da Matriz, decidindo-se a questão do moio de trigo a favor da mesma confraria, pois que só se lhe paga por encontro em um moio e trinta alqueires que ela devia pagar à Misericórdia, dois mil e quatrocentos réis que por hora (**sic**) se não pagam até à dita decisão. Legados de Mor de Alvarenga¹:

¹ Mor de Alvarenga foi mulher de João Correia, tabelião, que fez deixas à Misericórdia.

Cem réis a fl. 54

De D. Catarina mil réis a fl. 141

Do Reverendo Sebastião Alves Rebolo quatrocentos réis a fl. 67

De Belchior Gonçalves Ávila quatrocentos réis a fl. 70.

De Iria Fernandes 100 réis a fl. 143.

De Diogo de Barcelos Machado quatrocentos réis a fl. 81

O que tudo faz a sobredita quantia

V. M.

Parecer

Cinco maneiras ortográficas de escrever
Nossa Senhora da Conceição

Em 20. 3. 1990, pediu-me o meu bom amigo reverendo Padre Adão Teixeira, já falecido, pároco da igreja da Conceição desta cidade, alguns elementos sobre a seguinte matéria, que, logo que pude, os enviei, com a seguinte nota de antecedência:

Na sequência da conversa, havida entre nós, no sentido de ser encontrada uma solução gráfica do século XVII, que servisse os desígnios histórico -arquitecturais a uma inscrição mariana de “Nossa Senhora da Conceição”, permito-me vir indicar-lhe alguns exemplos colhidos em documentos e autores do século Dezassete.

- | | |
|---------------------------------------|-----|
| 1. nossa snora da Concepcão | (a) |
| 2. Nossa S. ^a da Concepção | (b) |
| 3. N. Snra da Concepção | (c) |
| 4. N. S. da Concepção | (d) |
| 5. Nosa Sr. ^a da Concepção | (e) |

Notas documentais:

- a) Registo de Baptismos, Conceição, ano 1626, Arquivo e Biblioteca de Angra do Heroísmo.
- b) Idem, 1630.
- c) Idem, 1638.

d) Idem, (termo de abertura, assinado pelo Vigário Simão Roiz Fagundes) ano 1638.

e) Registo de Casamentos (termo de abertura), Conceição, ano 1654.

O nominativo *Concepção*, no exemplo apontado em 4, é a forma usada por João Hugo de Linschoot na planta da cidade de Angra, nos fins do séc.XVI.

A mesma grafia, apenas sem a cedilha na segunda sílaba, ou seja *Conceção* (exemplos 3. e 5.) é muito usual durante o séc. XVII nos registos paroquiais da própria freguesia da Conceição desta cidade, como se viu acima, e dela nos fornece dois exemplos (anos de 1644 e 1646) o “Álbum de Paleografia”, referenciado na nota bibliográfica que apresento na parte final desta carta.

Por outro lado, o historiador Padre Manuel Luís Maldonado, no seu manuscrito seiscentista recentemente impresso, utiliza a grafia *Conceição*.

Outro autor, o Padre António Cordeiro, insigne jesuíta, professor e historiador da mesma época, escreve *Conceção*. O “Álbum de Paleografia”, já citado, apresenta também esta grafia, que nos aparece ainda no séc. XVIII, referente a registos paroquiais não respeitantes embora à Região dos Açores.

Finalmente, dos cinco exemplos retro-indicados da abreviatura de “ Nossa Senhora “, acrescente-se mais este:

– N.S.ra

Esta forma de abreviatura, também curiosa, foi perfilhada mais de uma vez na obra do Padre Leonardo de Sá Soto Mayor, que descreveu o cerco ao Castelo então designado de São Filipe do Monte Brasil, aquando da Restauração de 1640, autor este que foi coevo de tais acontecimentos.

Bibliografia consultada:

- Pe. Manuel Luís Maldonado, *Fénix Angrense*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1989.
- Pe. António Cordeiro *História Insulana*, edição facsimilada de 1717, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1981.
- João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques, Teresa F. Rodrigues, *Álbum de Paleografia*, Editorial Estampa, Lisboa, 1987.

Pe. Leonardo de Saa Soto Mayor, **Alegrias de Portugal ou Lágrimas dos castelhanos**, publicação do original com introdução e apêndice pelo Dr. Manuel C. Baptista de Lima, Lisboa 1947.

São estes os elementos de que dispomos e que espero lhe possam ser úteis. Com eles, se poderão formar interessantes conjugações, que não deixarão de ser genuínas, baseadas nas várias formas ortográficas de escrever as mesmas palavras, abreviadas ou por extenso, no séc. Dezassete.

V. M.

Costumes

Isto de costumes tem muito que se lhe diga. Num periódico local¹ de 1895 ainda se assinalava uma antiga costumeira nas celebrações matrimoniais ocorridas na freguesia dos Biscoitos, freguesia que se prezava não só nos verdeselos como também nos vinhateiros, pois foi essencialmente e ainda é dos lugares mais apreciados de vinho verdeiro que adquiriu justa fama.

Conta-se então que por volta de 1860 «ninguém se casava de entre os principais do lugar que não fosse de sobrecasaca de pano fino azul e chapéu alto; mas um fato assim era caro e não havia meios para o obter: tudo se remediava, porém, pedindo-se emprestada a sobrecasaca e o chapéu alto de uso de certo indivíduo da freguesia, que de boa vontade emprestava esses aprestos dos noivos. De sorte que raro era o noivo em que não servisse aquela sobrecasaca e aquele chapéu. Era engraçado, caricato mesmo, mas não ofendia».

Para tal traje masculino só não encontrámos ainda notícia de como seria o da noiva, naturalmente mais castiço e gracioso, mas, duvida-se, que emprestado!...

V. M.

¹ *A União*, 1895.

Carreiras

Tal como em Angra existia noutro tempo, de que ficaram lembranças na toponímia citadina – cf. *Carreira dos Cavalos* – no título *Carreira do Portugal Restaurado*, por D. Gregório de Almeida, diz-se *que neste dia à tarde saíram a cavalo muitos fidalgos vestidos de cor e deram muitas carreiras no terreiro da universidade e praças da cidade*.

V. M.

Praça de toiros de Nossa Senhora dos Remédios, na antiga freguesia das Lajes

Existiu esta praça na freguesia do Arcanjo – Miguel das Lajes, na Ilha Terceira, por volta de 1886 a 1893, em terrenos da canada do Lopes, antiga canada da Pedreira.

Foi construída a expensas de uma sociedade, formada pelos aficionados José do Canto Pinto de Meneses, Padre Agostinho Vieira da Areia e Júlio Augusto de Ávila, pelo prazo de 18 anos, a contar desde 1 de Dezembro de 1885 e com término em 30 de Novembro de 1903.

Foi esta praça, para mal da festa brava, de uma duração bastante exígua, pois logo adiante, em 1893, aqueles terrenos eram já propriedade da Nova Empresa Angrense de Destilação, que os ía utilizar para chão de uma fábrica de álcool de batata doce, que ali se manteve por alguns anos, até à expropriação do terreno e unidade fabril que integrou o aeródromo das Lajes ao tempo da II Guerra Mundial.

No ouvido das gentes ficou apenas o chiar dos carros de bois que íam chegando de todo o Ramo Grande, carregados daquele doce tubérculo para ser destilado e transformado em álcool puro e ali formavam intermináveis filas, P aguardando vez, e que se estendiam, quantas vezes, até bem longe, passante a Ribeira da Areia¹.

V. M.

¹ Notas extraídas de uma escritura antiga do ano de 1886.

Luís Ribeiro e o seu tempo com Francisco de Lacerda

Por Valdemar Mota

Talvez não seja de todo despropositado neste cinquentenário do falecimento do dr. Luís da Silva Ribeiro, o grande mestre do conhecimento, fundador do Instituto Histórico da Ilha Terceira e seu presidente durante muitos anos, apreciar o modo como ele falava dos seus contemporâneos, neste caso de um açoriano que veio a tornar-se um nome de grande referência no mundo da Música, o maestro Francisco de Lacerda, eminente director de orquestras e compositor.

Luís Ribeiro também fora músico amador e conheceu quando estudante liceal, em casa de familiar seu, o célebre Francisco de Lacerda que em França fazia o percurso da sua actividade musical e da sua inolvidável inspiração, estudando com grandes nomes como Vincent d'Indy. Para Lacerda Paris foi a grande oportunidade da sua vida, depois de haver estudado no Porto com António Maria Soler, professor de piano e compositor, e mais tarde com o grande maestro e concertista, também seu professor, e depois com uma grande figura da música portuguesa Bernardo Moreira de Sá já no Conservatório Nacional de Lisboa e com outros nomes de enorme craveira musical como José António Vieira, insigne pianista e professor do Conservatório, Francisco de Freitas Gasul e Frederico Guimarães, maestro e compositor, 1º violino da orquestra do Teatro Nacional de São Carlos e músico da real câmara.

Passados anos, Luís Ribeiro volta a vê-lo outra vez na cidade de Angra num camarote da Praça de Toiros e inquirindo quem era aquela personagem com ares a estrangeiro, lhe disseram logo: É o Francisco de Lacerda que vem doente de França e vai passar algum tempo a São Jorge (L.R. Obras III, Vária – recordações do grande desaparecido).

Mais tarde teve Luís Ribeiro muitas ocasiões na Terceira, S. Miguel e Lisboa de conversar com esse génio jorgense. Era tal a sua admiração pelo famoso maestro, que o adjectivava de poliglota, pelo vasto conhecimento que tinha das línguas francesa, inglesa e alemã e dizia-se surpreendido com os conhecimentos literários dele e do seu versejar com extrema facilidade, fazendo ainda como que um depoimento da sua “cultura especializada”, toda ela colhida naquela verdadeira cátedra musical, que foi a Schola Cantorum de Paris, genial criação para o ensino da música, nascida da vocação e do génio de Vincent d'Indy. Esta famosa instituição daria ao músico das ilhas o cultural convívio com figuras da qualidade de um

Charles Border, Pierre Aubri e Romain Rolland, ao mesmo tempo proporcionando uma íntima relação com jovens músicos como Louis Lealoy. A vocação musical de Lacerda não se cinge apenas e só aos autores clássicos, mas insere-se na música da sua contemporaneidade exercida já por nomes como Fauré, Chauson, Debussy e tantos outros, incluindo o próprio d'Indy, seu mestre e amigo.

Os conhecimentos de música de Lacerda na opinião ribeiriana eram tais que se estendiam às obras-primas de todos os tempos e de todos os países, o que lhe permitiu mais de quinhentos programas de concertos da orquestra (Obras). Não admira esta admiração pelo maestro de S. Jorge, porque também outro genial músico e compositor, um terceirense, o Padre Tomás de Borba, não teve dúvidas algumas em apoiar musicalmente Lacerda perante os seus compatriotas e outro ainda, este, o famoso romancista, Eça de Queirós, que o tinha na conta de “artista de elevado espírito que concebeu a restauração da música religiosa em Portugal e dela quer fazer a obra da sua vida.” E, na verdade, Lacerda bastante se dedicou à pesquisa folclórica e ao estudo das raízes da música religiosa em Portugal e nos Açores, quando por aqui estadeava.

Conta o dr. Luís Ribeiro alguns episódios ocorridos com Lacerda, referindo ele que “uma vez em Angra, falava das Beatitudes de César Frank com grande entusiasmo, salientando as belezas da obra. Como alguém lhe disse que nenhum dos presentes as conhecia, sentou-se ao piano e foi acompanhando os seus comentários pela execução quase integral de toda a peça”.

Em outra ocasião, mas agora em Lisboa e na casa que lhe servia de residência, na Rua Bernardino Ribeiro, regressando Luís Ribeiro da Alemanha, confidenciou este que tinha tido a boa sorte de ouvir em Leipzig a Hohe Messe de João Sebastião Bach. Então Lacerda perguntou-lhe quais as suas impressões, ao que respondeu com a maior franqueza que, numa única audição, lhe tinham passado despercebidas muitas das suas belezas, mas que o triunfal Hosana lhe tinha impressionado, a ele Luís Ribeiro, tão vivamente pela sua grandeza, ao mesmo tempo que o encantara o contraponto admirável a três partes, tenor, violino e contrabaixo de Sanclus.

De repente, como que transportado pelas próprias recordações, o famoso maestro correu ao piano e de memória fez-lhe ouvir não só aquele como outros trechos da obra-prima do universal Bach.

Diga-se ainda, porque tem real interesse para a avaliação da forte personalidade do eminente maestro, esta outra passagem das recordações tra-

zidas a lume pela memória do grande etnógrafo Luís Ribeiro. Dizia este: “Contou-me alguém que, presenciou o caso, que numa noite de Natal, na Urzelina, Francisco de Lacerda, fez executar um coro, para crianças, pequenos cânticos que para esse fim escrevera e depois se sentou ao velho órgão da igreja da freguesia, que ele por suas mãos consertara, a improvisar. Era tão grande o seu entusiasmo, que, terminada a Missa do Galo, sem ele dar por isso, continuou a improvisação, com grande pasmo de toda a gente que se deixou ficar na igreja para a ouvir”.

Não há dúvida de que Lacerda tinha um verdadeiro entusiasmo, uma propensão mesmo, para a arte musical popular na sua ingenuidade, agradava-lhe ouvir as filarmónicas de aldeia e o empenho que recomendava para Angra sobre um “ ignorado mestre de música de S. Jorge “ que ele dizia tocava pela música, pois sem nada saber, tudo adivinhava e tudo compreendia (Obras).

Estando o maestro em S. Jorge por lá apareceu um certo Francisco Ceguinho com a sua viola. Não foi preciso mais nada, este homem popular, foi hóspede de Lacerda que se regalava a ouvi-lo entoar as canções regionais da Terceira. Para Angra escreveu no desejo de possuir uma viola de arame e invocava o Ceguinho e as suas canções populares e a sua música.

Por vezes, os grandes astros, como era Lacerda, descem às pequenas estrelas, como era o caso do Francisco Ceguinho e a sua admiração pelo simples e popular parece não ter limites.

Estou-me a lembrar de outro grande e refulgente astro da literatura não só insular, mas internacional, Vitorino Nemésio, que também admirava o Zé da Lata, cantador de modas e pastor de gado bravo e por força queria dedilhar a viola regional de arame.

Luís Ribeiro, aprendiz de música e senhor do conhecimento, também como tal se comprazia com aquilo que era genuinamente popular e os três – Luís Ribeiro, Francisco de Lacerda e Vitorino Nemésio – foram na verdade uma das muitas trindades de excepcional grandeza e brilho que, através das suas obras, muito contribuíram para o prestígio açoriano.

A Expedição de Drake aos Açores nos “Anais da Ilha Terceira”

Por Manuel Faria

Ferreira Drummond, no I volume dos “Anais da Ilha Terceira”, página 378 e 379, escreve que no ano de 1589, após o fracasso da tomada de Lisboa, *de volta para Inglaterra, quiz Francisco Drak tentar um desembarque na ilha Terceira, no sentido de se apoderar della, ou pelo menos saquear o porto, no qual se achavam alguns navios carregados d’importantes drogas, vindas das possessões ultramarinas. Todavia apparecendo em frente da ilha, sentiu nella tocar a rebate com muita força; e vendo os grandes preparativos que o governador João d’Horbina tinha feito para o receber, principalmente na bahia do porto d’Angra, onde estava o castello de S. Sebastião, resolveu dar as costas á empreza, antes que acabasse de perder todo o conceito que no corso e com gente desarmada tinha por vezes alcançado.* Provavelmente a partir desta informação, alguns anos depois, Alfredo Sampaio refere-se a este episódio na sua “Memória sobre a Ilha Terceira”, página 498: *voltaram para a Inglaterra, á excepção de Drake que aprobeu á ilha Terceira com o fim de a conquistar.* Eu próprio, nos textos que publiquei na vã tentativa de valorizar o *Castelinho* como memória material estruturante da Cidade Património Mundial, face ao projecto, entretanto concretizado, de nele instalar uma unidade hoteleira que pressupunha a construção no seu interior de edifícios que o descaracterizariam gravemente, **como descaracterizaram**, invoquei o nome do célebre corsário, internacionalmente conhecido como um dos mais relevantes vultos da criação do Império Britânico.

Ferreira Dummond foi buscar a sua informação ao Livro do Tombo do Concelho da Vila da Praia (página 229 da edição que dele acaba de fazer o Instituto), como confessa expressamente.

Um recente trabalho que fiz para o Boletim do Núcleo Cultural da Horta sobre o saque da Horta, no mesmo ano de 1589, pelo conde de Cumberland, levou-me a confrontar o que rezava a historiografia terceirense sobre Drake, com a documentação sobre o episódio que investigava. Assim:

A documentação desta época existente no Arquivo Geral de Simancas, publicada pelo consócio Avelino Meneses em “Os Açores e o Domínio Filipino (1580 – 1590), II Volume, Apêndice Documental”, edição do

Instituto Histórico da Ilha Terceira, não refere a vinda aos Açores de Francis Drake;

A mesma documentação testemunha a presença de corsários ingleses em frente da baía de Angra, em 1589, sob o comando do conde de Cumberland;

Lischoten, em 1589, chegou a Angra num navio da Carreira da Índia, acossado, precisamente, pelos navios corsários do conde de Cumberland. No capítulo 10.º do seu “Itinerário”, publicado no nosso primeiro Boletim, em que relata este impressionante e paradigmático episódio das actividades do curso nos mares açorianos, não cita, como seria natural, na sua preocupação de registar informação diversa sobre as Ilhas, a presença nelas, de Drake;

Uma breve pesquisa sobre a vida do famoso corsário, não confirma a sua passagem pelos Açores, após o fracasso do desembarque de Peniche.

O nome de Drake surge no Livro do Tombo do Concelho da Vila da Praia, na relação dos serviços prestados pelos angrenses à coroa – entre outros, a protecção aos navios da Carreira da Índia, em 1589, perseguidos pelos corsários, comandados por aquele corsário –, para fundamentar uma contestação redigida pela câmara de Angra, datada de 1615, em que procura escusar-se às imposições lançadas sobre todas as ilhas dos Açores para financiarem a reconstrução da Praia, após o terramoto de 1614. Vinte e seis anos mais tarde!

Perante todas as fontes que citei, só posso concluir que, em 1589, Drake não esteve com os seus navios em frente a Angra. A câmara de Angra citou-o erradamente, usando do prestígio do seu nome (também ela!), provavelmente fundada em tradição corrompida.

Não sei se esta reflexão já foi, por outros, feita. Mas aqui fica, que mais não seja para explicar a origem das afirmações indevidas que, a propósito do *Castelinho*, fiz no passado.

VIDA DO INSTITUTO

Acta da primeira reunião ordinária de dois mil e quatro

Aos dezanove dias do mês de Janeiro de dois mil e quatro, na cidade de Angra do Heroísmo e na sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Convento de São Francisco, pelas dezoito horas e em segunda convocatória por à hora marcada para a primeira não se encontrar presente a maioria dos sócios, realizou-se a primeira reunião ordinária convocada pelo Presidente nos termos do artigo sétimo do Estatuto e para os fins presentes no artigo primeiro, números um e dois do Regulamento. Estiveram presentes os seguintes sócios: Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino João Dias Afonso, TCoronel António Jerónimo, em representação do Governador do Castelo de São João Baptista, Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt; Doutor José Guilherme Reis Leite, presidente, Eng. José Henrique dos Santos Correia Guedes, Dr. José Leal Armas, Dr. José Mendonça Brasil e Ávila; TCoronel Manuel Augusto de Faria, secretário, Dr. Rui Ferreira Ribeiro de Meireles, Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves, tesoureiro.

Os sócios Dr. António Bento Barcelos, Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias e Dr. João Maria de Sousa Mendes comunicaram previamente não poderem comparecer à reunião.

Foram lidas e aprovadas a actas da terceira reunião ordinária, e das primeira e segunda reuniões extraordinárias, todas elas de dois mil e três.

Passou-se de seguida à ordem de trabalhos que constava dos seguintes pontos:

Apresentação, discussão e votação do Relatório do Presidente e Contas relativos às actividades de dois mil e três;

Apresentação, discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para dois mil e quatro;

Outros assuntos.

Apresentados o Relatório de Actividades e as Contas de dois mil e três, foram ambos aprovados e vão em anexo à presente acta.

Aprovados foram, também, o Plano de Actividades e o Orçamento para o corrente ano.

Em “outros assuntos”, o Sr. Presidente referiu que já existem trabalhos suficientes para o boletim de 2003. Os sócios, porém, ainda poderiam fazer entrega de qualquer trabalho que pretendessem publicar neste boletim. Algumas secções, nomeadamente a “Vária”, ainda não tinham qualquer texto para publicar. Era sua intenção convocar a médio prazo uma reunião específica para apreciação dos textos recebidos.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram vinte horas, de que lavrei acta que vai por mim, Secretário, assinada e pelo Presidente.

O Secretário

O Presidente

Manuel Augusto de Faria José Guilherme Reis Leite

Relatório do Presidente

Actividades do Instituto durante o ano 2003

I. Reuniões

1. O Instituto realizou durante o ano de 2003 as três reuniões ordinárias estatutárias e duas reuniões extraordinárias.
2. Na primeira reunião ordinária, a 17 de Janeiro, foram discutidas e aprovadas, nos termos estatutários, o Relatório do Presidente e as Contas de Gerência transacta e o Plano de Actividades.
Na segunda reunião ordinária, a 23 de Março, foi feito um balanço da execução do plano, conforme o estatuto.
Na primeira reunião extraordinária, a 12 de Dezembro, procedeu-se à eleição de um sócio honorário e três sócios correspondentes.

Na terceira reunião extraordinária, na mesma data, procedeu-se à eleição da Mesa para o mandato de 2004/2005.

Na segunda reunião extraordinária, a 12 de Dezembro, discutiu-se o parecer do Instituto, a pedido da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional, nº 30/2003.

3. Para tratar de assuntos de expediente e administração, a mesa do Instituto reuniu semanalmente às segundas-feiras, pelas dezassete horas e trinta minutos.

II. Execução do Plano de Trabalho.

Nota prévia – a capacidade de execução do plano pelo Instituto, apesar do renovado interesse dos consócios, nomeadamente nos trabalhos de investigação e das solicitações de instituições congéneres, ficou profundamente limitada pela escassez de meios provocada pela decisão da Direcção Regional da Cultura de reduzir em 50% o seu apoio financeiro, no concorrente à actividade estatutária, e não ter contemplado qualquer outro projecto.

1) Boletim.

O boletim referente ao ano de 2002 encontra-se a aguardar instrução para impressão na tipografia, e não foi ainda possível acabá-lo devido à tardia recepção do subsídio financeiro da Direcção Regional da Cultura, que só foi recebido pelo Instituto em Janeiro de 2004, e ainda à sua exiguidade.

O Boletim de 2003 tem já os trabalhos reunidos e encontra-se completo, sendo brevemente posto à consideração dos sócios efectivos para dar entrada na tipografia.

Os índices dos boletins a cargo do consócio Avelino Rocha estão concluídos e serão entregues para publicação no final do mês de Janeiro de 2004, ficando a sua publicação, tal como a do boletim de 2003, pendente do montante do subsídio que vier a ser atribuído.

O programa de digitalização da colecção dos boletins ainda não se concretizou por haver da parte da Secretaria Regional da Educação e Cultura a decisão de o fazer directamente com material técnico adquirido por aquele departamento, e não como inicialmente se previa por encomenda a uma firma privada, através do Instituto.

2) *Edições.*

Foi já distribuída a 2ª. Edição da obra de João Ilhéu *Notas Etnográficas*.

O Secretário Manuel Faria continua a trabalhar na edição das *Posturas Camarárias*, que despertaram interesse por parte da comunicação social, o que se regista com agrado.

Foram recebidas já respostas positivas de apoio financeiro à transcrição paleográfica das posturas por parte das Câmaras Municipais (Santa Cruz Graciosa, Nordeste, Vila do Porto, Madalena, Velas, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo), e aguarda-se resposta das restantes. Contudo, até ao momento só a Câmara das Velas concretizou a atribuição de subsídio.

Estão disponíveis na Internet as posturas da Madalena, Lajes do Pico, Santa Cruz e Praia da Graciosa, Ponta Delgada, Nordeste e Vila Franca do Campo.

O consócio José Mendonça Brasil e Ávila continua a trabalhar na recolha da obra do Major Luís Ferreira Drumond, havendo sido solicitada a colaboração da Biblioteca Pública de Angra, para se fotocopiar a parte referente a publicações em jornais.

O consócio Carlos Enes respondeu favoravelmente ao pedido para o levantamento dos escritos de Luís da Silva Ribeiro, ainda não publicados pelo Instituto, tendo já entregue a listagem referente ao *Correio dos Açores*. Foi solicitada a colaboração da Biblioteca Pública de Ponta Delgada para se fotocopiar esses artigos.

O consócio José Guilherme Reis Leite continua a preparar a edição do *Livro do Tombo da Câmara da Praia*, com apoio da Autarquia daquela cidade.

Da edição de gravuras e mapas de interesse cultural só foi possível editar e distribuir o desenho dos Biscoitos, não tendo a Câmara da Praia da Vitória aceitado apoiar a edição da planta da Praia do séc. XVIII que era nossa intenção publicar.

O Instituto vai candidatar-se aos apoios da Direcção Regional da Cultura para a publicação, quer da planta referida, quer da do Castelo de São João Baptista, de Rodrigo Almeida.

III. Centro UNESCO e Internet.

Por iniciativa do Centro UNESCO, foi levada a efeito uma palestra no dia 29 de Maio intitulada “Mudança e Construção de Identidade: desafios e perspectivas da educação ambiental” pelo especialista brasileiro, Dr. José Matarezi, coordenador do Laboratório de Educação Ambiental da Universidade do Vale de Itapai.

IV. Biblioteca e depósito

O depósito das edições do Instituto está organizado, o que se conseguiu com a dedicação o trabalho do nosso secretário e do colaborador.

A biblioteca continua em organização, sendo aqui talvez possível levar a bom termo a tarefa com a colaboração com o Museu de Angra, que continua a apoiar o Instituto na manutenção da limpeza da sede.

V. Colaboração com outras instituições.

A colaboração do Instituto com outras instituições congêneres, apesar das muitas solicitações, tem sido fortemente prejudicada pela falta de meios financeiros, o que não nos permite corresponder aos convites.

É o caso nomeadamente e a título de exemplo do colóquio sobre realidades insulares, levado a efeito pelo Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina, ou as VI Jornadas Luso-Caboverdianas, da Universidade Portucalense, Infante D. Henrique.

Não foi, também, possível aceder ao convite para uma representação do Instituto no lançamento do Portal Cultural *e-cultura.pt*, pelo Centro Nacional de Cultura, que teve a simpatia de incluir o Instituto, apesar de termos comunicado a nossa impossibilidade financeira para participar nesse importante projecto.

Contudo, continuamos a colaborar para projectos de interesse comum.

Com o Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia, da Universidade dos Açores, com o fim de dar continuidade ao circulo de conferências por especialistas que se deslocam à Terceira integrados no Mestrado em Relações Internacionais. Assim, em Fevereiro de 2003, o Professor António José Telo, também nosso consócio, proferiu uma con-

ferência, seguida de debate, na sede do Instituto, intitulada “Guerra e Paz”.

No desenvolvimento do acordo entre o Instituto e o Núcleo de Estudos da População e Sociedade da Universidade do Minho, prosseguiu o projecto de levantamento de fontes paroquiais da Sé de Angra no séc. XVIII.

VI. Acompanhamento do Património Cultural e sua Valorização.

Este importante sector da nossa actividade continua a ser uma preocupação central da nossa agremiação, e o Instituto continua interessado em colaborar com as autoridades competentes nas acções de preservação patrimonial.

A mais importante colaboração foi, por sugestão do Instituto, o parecer dado sobre a proposta do Decreto Legislativo Regional intitulado; Bases de Protecção e Valorização do Património Cultural da Zona Classificada de Angra do Heroísmo. Foi convocada uma reunião extraordinária, a 12 de Dezembro, para discussão desta matéria e em sequência elaborado um parecer, cuja redacção ficou a cargo do consócio Álvaro Monjardino.

O Presidente participou numa audiência da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional sobre esta matéria, esperando-se agora o aproveitamento das nossas sugestões na redacção final da Lei.

A colaboração com a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo para a concretização de uma homenagem aos Corte-Real com a colocação de uma estatua na cidade tem prosseguido através dos consócios, Jorge Forjaz, João Maria Mendes e Eduardo Rosa, com os desenvolvimentos inscritos na acta da reunião extraordinária de 12 de Dezembro.

Espera-se no ano de 2004 concretizar, apesar das dificuldades já enumeradas pelo consócio Francisco Maduro Dias, em colaboração com o Museu de Angra e Biblioteca Pública, a celebração do centenário do Mestre Maduro Dias.

VII. Efemérides

Ao longo do ano de 2003, passaram várias e importantes efemérides directamente relacionadas com sócios do Instituto que merecem destaque:

- a) o consócio Emanuel Félix celebrou cinquenta anos de vida literária, tendo sido homenageado por diversas instituições e tendo a Direcção Regional da Cultura organizado uma exposição sobre a vida e obra daquele poeta, com elaboração de um importante catálogo.
- b) O consócio João Afonso celebrou o seu 80º aniversário, a 27 de Agosto, sendo também homenageado por diversas instituições a que se associou o Instituto que o elegeu seu sócio honorário.
A Câmara de Angra atribuiu ao ilustre consócio a medalha de ouro de mérito municipal.
- c) Foi distinguido com a medalha de ouro de mérito municipal o nosso consócio Francisco Ernesto de Oliveira Martins, conhecido coleccionador de peças fundamentais do património Açoriano.
- d) O consócio Jorge Forjaz foi condecorado com o grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, pelo Presidente da Republica, na sessão solene comemorativa do dia dez de Junho na Cidade de Angra do Heroísmo.
Este mesmo consócio publicou duas obras, a *Correspondência para o Dr. Eduardo Abreu*, na Academia Portuguesa de História e *Luso-Descendentes da Índia Portuguesa*, na Fundação Oriente, tendo ambas as obras sido premiadas.
- e) O consócio Avelino de Freitas de Meneses foi eleito Reitor da Universidade dos Açores.
- f) Durante o ano 2003, tivemos a lamentar a morte dos seguintes consócios:
Padre Dr. Jacinto Monteiro da Câmara Pereira
Pedro da Silveira
Doutora Mary Therese Vermette
Tomaz Duarte
Professor José Almeida Pavão

VIII. Presença e intervenção cultural dos Sócios do Instituto

O Presidente do Instituto, nesta qualidade, ao longo do presente ano participou nos seguintes eventos culturais:

No Colóquio “O Tempo de Manuel de Arriaga”, organizado pela Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta e pelo Centro de História da Universidade de Lisboa, que decorreu na Faculdade de Letras

da Universidade de Lisboa entre 24 e 26 de Setembro, com uma comunicação intitulada *Manuel de Arriaga como Presidente da República: uma Missão Impossível*.

No Colóquio “As Ilhas e a Economia do Atlântico”, organizado pelo Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, da Universidade dos Açores e Centro de História de Além Mar da Universidade Nova de Lisboa, que decorreu na Câmara Municipal da Praia da Vitória de 23 a 25 de Outubro, com uma comunicação intitulada *Por entre as Leis e os Interesses. O Comércio Legal dos Açores com o Brasil na 1ª metade do sec. XVIII*.

No “Colóquio Internacional Portugal e o Atlântico – 60 anos dos acordos das bases dos Açores”, organizado pela Fundação Humberto Delgado, que decorreu na Assembleia da República a 28 e 29 de Outubro, com uma comunicação intitulada *A Defesa dos Açores; uma História por contar*.

No colóquio “Açores – Que Futuro? – 10 Anos de Debate”, organizado pelo Fórum Açoriano, que decorreu na Universidade dos Açores, Pólo de Ponta Delgada, a 21 e 22 de Novembro.

No “I Encontro de Santuários Marianos Portugueses”, organizado pelo Santuário de N.ª. S.ª da Conceição de Angra do Heroísmo, que decorreu de 14 a 16 de Novembro.

Apresentou, na Sede do Centro Juvenil Beato João Baptista Machado, a 8 de Junho o livro de Valdemar Mota (nosso consócio) *A Irmandade de Nossa Senhora do Livramento nos seus 150 anos*.

O consócio Álvaro Monjardino proferiu uma conferência na sessão comemorativa do 20º Aniversário da Classificação de Angra do Heroísmo como Património Mundial, no dia 13 de Dezembro, no Centro Cultural e de Congressos.

O Presidente
José Guilherme Reis Leite

Relatório de contas do ano de 2003**RECEITAS**

Saldo do ano anterior		€ 6.895,90
Quotas	€ 839,80	
Venda de livros e plantas	€ 4.238,64	
Subsídio Câmara Municipal	€ 400,00	
Juros	€ <u>107,53</u>	€ <u>5.585,97</u>
		€ <u>12.481,87</u>

DESPESAS

Água	€ 90,28	
Luz	€ 125,84	
Gratificações	€ 250,00	
Expediente	€ 1.319,41	
Impressão estampas (Biscoitos)	€ 1.857,59	
Internet	€ 748,61	
Despesas bancárias	€ 6,65	
Tipografia- Notas Etnográficas	€ 7.308,00	
Posturas camarárias	€ <u>400,00</u>	€ <u>12.106,38</u>
Saldo para 2004		€ <u>375,49</u>
		€ <u>12.481,87</u>

Desdobramento do saldo:

Caixa Económica da Misericórdia	€ 297,21
Caixa Geral de Depósitos	€ 50,40
Banco Comercial dos Açores	€ <u>27,88</u>
	€ <u>375,49</u>

Angra, 31 de Dezembro de 2003

O Presidente
José Guilherme Reis Leite

Plano de Actividades para 2004

Boletim

- Publicação e distribuição do Boletim referente ao ano de 2002;
- Publicação do Boletim referente ao ano de 2003;
- Preparação do Boletim referente ao ano de 2004;
- Publicação dos índices dos boletins a partir de 1982.

Continuar a participar activamente em acções de sensibilização e preservação do património cultural regional.

- Propor à SREC a classificação das estruturas existentes dos fortes açorianos ainda não classificados.

Dar continuidade ao plano editorial nos moldes aprovados pelo Instituto.

- Prosseguir a transcrição ainda em falta das Posturas Camarárias;
- Prosseguir na recolha das Posturas Camarárias, (nomeadamente na localização em arquivo das da Praia, São Sebastião, S. Roque, Lajes das Flores e Água de Pau) e na preparação da edição conjunta.;
- Preparar a edição do Livro do Tombo da Câmara da Praia com o apoio da Câmara Municipal daquela cidade;
- Preparar a edição do V volume das Obras de Luís Ribeiro;
- Preparar a edição dos trabalhos etnográficos do Major Luís Machado Drumond.

Apoiar a comemoração da passagem do centenário do nascimento do antigo sócio do Instituto, Maduro Dias.

Apoiar a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na concretização das suas deliberações referentes à homenagem ao Corte-Reais, nomeadamente na colocação de uma estátua na cidade.

Prosseguir a publicação de gravuras com interesse histórico.

Planta da Praia no séc. XVIII;

Carta do Castelo da Cidade de Angra, de Rodrigo de Almeida.

Manter e melhorar a página do Instituto na Internet.

Animar o Centro UNESCO. Reactivar a página UNESCO de “A União”.

Dar continuidade aos protocolos de colaboração com outras instituições, nomeadamente com o Centro de Relações Internacionais da U.A. e com o núcleo de Estudo da População e Sociedade, da Universidade do Minho.

Continuar o trabalho de organização da biblioteca.

O Presidente

José Guilherme Reis Leite

Previsão orçamental para 2004

Receitas

Caixa em 31/12/2003	€ 375,49	
Quotas dos sócios	€ 1.000,00	
Venda de edições	€ 2.000,00	
SREC – Subsídio ordinário	€ 30.000,00	
SREC – Subs. para reprodução de gravuras	€ 6.706,84	
Câmaras Municipais – Leitura das Posturas	€ 8.300,00	€ 48.382,33
Défice previsto		€ 12.124,79
TOTAL		€ 60.507,12

Despesas

Boletim de 2002	€ 12.500,00	
Boletim de 2003	€ 12.500,00	
Notas Etnográficas	€ 7.307,12	
Centro UNESCO	€ 1.800,00	
Internet – Manutenção	€ 600,00	
Reformulação da página da Internet	€ 600,00	
Processo de classificação dos fortes açorianos	€ 2.500,00	
Leitura paleográfica das posturas municipais	€ 8.300,00	
Edição de gravuras	€ 6.800,00	
Edição dos índices em falta do Boletim	€ 5.000,00	
Despesas correntes	€ 2.600,00	€ 60.507,12

O Presidente
José Guilherme Reis Leite

Acta da segunda reunião
ordinária de dois mil e quatro

Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e quatro, na cidade de Angra do Heroísmo e na sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Convento de São Francisco, pelas dezoito horas e em segunda convocatória por à hora marcada para a primeira não se encontrar presente a maioria dos sócios, realizou-se a segunda reunião ordinária convocada pelo Presidente nos termos do artigo sétimo do Estatuto e para os fins presentes no artigo primeiro, números um e três do Regulamento. Estiveram presentes os seguintes sócios: Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino, Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias, Coronel Joaquim Manuel Carreto Cuba, Governador do Castelo de São João Baptista, Dr. João Maria de Sousa Mendes, Doutor José Guilherme Reis Leite, presidente, Dr. José Mendonça Brasil e Ávila; TCoronel Manuel Augusto de Faria, secretário, Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves, tesoureiro.

O Sr. Presidente começou por saudar o Sr. Governador do Castelo, pela primeira vez presente às sessões do Instituto. Esclareceu que a actual reunião não se realizou em Maio por, então, não estar nem poder deslocar-se à Terceira, tendo sido entendimento da Mesa adiar a reunião para o corrente mês. Passando à análise do Plano de Actividades para o corrente ano, informou que o subsídio atribuído pela Direcção Regional da Cultura para o presente ano, correspondente a metade do habitual e a menos de um sétimo da Previsão Orçamental, não permite ao Instituto cumprir minimamente o referido Plano. Das acções planeadas:

Já se encontra publicado e em distribuição o Boletim de 2002. Pretende convocar ainda este ano uma reunião extraordinária para apreciação dos trabalhos a publicar no próximo Boletim; ainda não existe qualquer trabalho para a Vária. O sócio José Avelino já entregou os índices do Boletim de 1982 a 2001; foi-lhe pedido que neles incluísse o Boletim de 2002, marcando-se, assim, vinte anos sobre a publicação do primeiro índice, e sessenta anos da publicação do Boletim; o Instituto não dispõe de verba para a respectiva impressão, procurando-se um patrocinador; entretanto, será incluído na página da Internet do Instituto.

Os critérios de conservação do património defendidos pelo Instituto e conformes com os textos internacionais, não estão em conformidade com os seguidos pelos poderes locais. Daí que a intervenção do Instituto neste

âmbito não tenha sido solicitada, nem as suas iniciativas valorizadas. Apesar do acolhimento favorável que o PARECER do Instituto sobre a PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 30/2003 – BASES DE REGIME DE PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DA ZONA CLASSIFICADA DE ANGRA DO HEROÍSMO, publicado em anexo à acta da segunda reunião extraordinária de dois mil e três, mereceu junto da comissão da Assembleia Legislativa Regional formada para trabalhar este diploma, as propostas feitas, na generalidade, não obtiveram merecimento no texto final.

O sócio Álvaro Monjardino sugeriu a intervenção do Instituto para que, nas obras em curso no Castelinho, seja considerada a colocação de uma ponte levadiça sobre o fosso, à entrada, projecto a que o Secretário Regional da Educação e Cultura não se terá mostrado receptivo; e ainda a colaboração na redacção de um texto sobre a história do forte, para distribuição aos futuros utentes da estalagem. O sócio João Maria Mendes sugeriu, ainda, que o Instituto tome posição sobre a transferência para o domínio da Região, dos edifícios do antigo Hospital da Boa Nova e da Guarda Fiscal, este nas Cinco Ribeiras. O sócio Maduro Dias propôs diligências para que as estelas antes colocadas no monumento “Em Louvor De...”, caso não esteja prevista a sua recolocação, recolham ao Museu de Angra.

Foram entregues na DRC as propostas de classificação dos fortes do concelho de Angra e estão prontas para entrega as do concelho da Praia da Vitória. A falta de disponibilidade financeira não permite, para já, a continuação do projecto.

Face à redução drástica do subsídio concedido pela DRA, não é possível dar seguimento aos projectos de edições identificados no Plano de Actividades. Continua, no entanto, a transcrição das posturas camarárias, e diligencia-se no sentido de obter financiamento para a leitura do Tombo da Câmara da Praia da Vitória. Entretanto, a Universidade Federal do Paraná, tendo tomado conhecimento do projecto de publicação das posturas camarárias, veio mostrar o seu interesse em colaborar nela, porque está também a desenvolver um projecto neste âmbito, extensivo a todos os antigos domínios portugueses. Em relação aos trabalhos etnográficos do Major Luís Machado Drumond, foi aventada a hipótese de se proceder, tão só, à publicação da sua elencagem, solução que foi aceite pelo sócio José Mendonça, que a ela procedeu. Espera-se resposta favorável do Arquivo de Ponta Delgada ao pedido de cedência ao Instituto das reproduções dos textos a incluir no V volume das Obras de Luís Ribeiro.

Já foram realizadas pelo Arquivo e Biblioteca Pública, e pelo Museu de Angra do Heroísmo exposições comemorativas do centenário de Mestre Maduro Dias. Da primeira foi publicado catálogo que se distingue quer pela pobreza da apresentação, quer pela elevada qualidade de conteúdo; da segunda, está prevista, igualmente, a publicação de catálogo. O sócio Maduro Dias, na qualidade de Director do Museu, informou ser sua intenção promover, no âmbito do centenário, encontros culturais, esperando a intervenção do Instituto.

A página da Internet do Instituto está em remodelação. Entende-se serem importantes a sua manutenção e enriquecimento, pelo intercâmbio que vem proporcionando, nomeadamente com o Brasil.

O Centro UNESCO não tem tido actividade. Registe-se, no entanto, a colaboração com o Centro Nacional de Cultura, em cuja página da Internet – “Culturgest” – o Instituto está presente. Por falta de tempo para proceder à tradução de artigos do “Courier”, ou de disponibilidade financeira para a pagar, não foi reactivada a página da UNESCO em “A UNIÃO”.

Não houve ocasião para celebrar protocolos com outras instituições. Continua em desenvolvimento a recolha de informação para o trabalho “Estudo da População e Sociedade”, no qual o Instituto colabora com a Universidade do Minho.

A digitalização dos boletins do Instituto, sugerida pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, está parada por falta de financiamento. Não foi aprovado o orçamento apresentado por uma firma local. Apesar da Secretaria ter disponibilizado, para o efeito, um *scanner*, o Instituto, também com óbvio interesse neste trabalho, não tem os necessários recursos humanos, face à sua dimensão e à disponibilidade que ele implica. Saliente-se, aliás, que o trabalho desenvolvido pelo Instituto, nomeadamente a elaboração dos textos publicados no Boletim, resulta de contribuições graciosas dos sócios.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram dezanove horas e trinta minutos, de que lavrei acta que vai por mim, Secretário, assinada e pelo Presidente.

O Presidente

José Guilherme Reis Leite

O Secretário

Manuel Augusto de Faria

Acta da reunião extraordinária
de dois mil e quatro

Aos dez dias do mês de Setembro de dois mil e quatro, na cidade de Angra do Heroísmo e na sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Convento de São Francisco, pelas dezoito horas e em segunda convocatória por à hora marcada para a primeira não se encontrar presente a maioria dos sócios, realizou-se a primeira reunião extraordinária de dois mil e quatro convocada pelo Presidente, ao abrigo do Artigo 7.º do Estatuto e para efeitos do disposto nos Artigos 13.º e 14.º do Regulamento Interno. Estiveram presentes os seguintes sócios: Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino, Dr. António Bento Fraga Barcelos, Tenente-Coronel António Jerónimo, em representação do Governador do Castelo de São João Baptista, Dr. Eduardo Manuel Ferraz da Rosa, Jácome de Bruges Bettencourt, Dr. João Maria de Sousa Mendes, Doutor José Guilherme Reis Leite, presidente, Eng. José Henrique dos Santos Correia Guedes, Dr. José Mendonça Brasil e Ávila; Luís Manuel Conde Vieira Pimentel, Tenente-Coronel Manuel Augusto de Faria, secretário, Doutor Miguel Corte-Real da Silveira Monjardino, Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves, tesoureiro.

Aberta a sessão, foi lida a acta de segunda reunião ordinária do corrente ano. Sobre ela o sócio João Maria Mendes esclareceu que a recusa do Secretário Regional da Educação e Cultura à colocação de um portão levado na entrada do Castelinho teve por fundamento a natureza dos materiais que nele se pretendia empregar – acrílico. O sócio Álvaro Monjardino propôs a intervenção do Instituto para que seja equacionada em tal obra a utilização de madeira. Apesar desta questão não ser consensual entre todos os sócios presentes, o Presidente comprometeu-se a diligenciar nesse sentido. A acta foi aprovada por unanimidade.

Antes da ordem do dia, o Presidente manifestou as congratulações do Instituto pelo fim da recuperação da Igreja dos Jesuítas, em Ponta Delgada, e do palácio Silveira e Paulo, em Angra do Heroísmo.

Passando à ordem do dia – apresentação dos trabalhos a publicar no boletim 2003 –, foram aceites os seguintes:

- Actas da Associação Comercial de Angra do Heroísmo, 25 anos, de Valdemar Mota
- O Tempo do Espírito Santo em Joaquim de Fiora, de Helder Fonseca Mendes
- A Forma Canónica nas Constituições Sinodais do Bispado de Angra (1559), de João Maria Mendes

- A Distribuição do Poder: o Centro, a Periferia e o Papel das Elites nos Açores, de Paulo Silveira e Sousa
- Fotografia e Fotografos nos Açores, de Francisco Ernesto Oliveira Martins
- Angra e os seus Portões, de Francisco Ernesto de Oliveira Martins
- O Projecto do Canal do Panamá e as Expectativas Açorianas, de Carlos Cordeiro
- Integração das Lajes na Estratégia Americana (1991-1992), de Armando Mendes
- Simão Gomes, um Terceirense que desviou Ouro do Brasil, de Paulo Drumond Braga
- A Defesa Militar de Santa Maria, de Miguel Figueiredo Corte-Real
- A Bibliografia do Major Luís Machado Drumond, de José Mendonça e Ávila
- Vária – A Ilha de Santa Catarina, de Délia Nunes;

Graças às diligências efectuadas pelo Presidente e pelo Tesoureiro, a Câmara de Comércio de Angra vai suportar os custos correspondentes à publicação das *Actas da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, 25 anos*, das quais será feita uma edição geminada com o boletim de 2003, de 300 exemplares destinados àquela Câmara.

A Bibliografia do Major Luís Machado Drumond.

O Presidente pediu aos sócios que se comprometeram a redigir notas necrológicas, a sua entrega. Manifestou, ainda, a sua intenção de fazer publicar todas as notas necrológicas de sócios falecidos anteriormente a 2004, no boletim de 2003.

Os sócios Bento Barcelos, Miguel Monjardino e Ferraz da Rosa comprometeram-se a entregar trabalhos para o boletim de 2004.

A solicitação do sócio Ferraz da Rosa, a Mesa informou que a página da Internet já se encontra reformulada, e pediu, como já fizera anteriormente, a colaboração de todos os sócios no seu enriquecimento. Foi sugerida pelo referido sócio, e secundado pelo sócio Miguel Monjardino, a criação de um grupo informal para desenvolver a referida página.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram dezanove horas, de que lavrei acta que vai por mim, Secretário, assinada e pelo Presidente.

O Presidente

José Guilherme Reis Leite

O Secretário

Manuel Augusto de Faria

ÍNDICES

AUTORES

BARCELOS, António Bento Fraga

O Município de Angra nos Meados do Século XIX: Poder e Constrangimentos – Uma Leitura Histórica (1844-1859)	25
---	----

FARIA, Manuel Augusto de

Distribuição Territorial e Composição Social das Companhias de Ordenanças nos Açores – Nota Introdutória	291
A Expedição de Drake aos Açores nos “Anais da Ilha Terceira”	343

MONJARDINO, Álvaro

Vinte Anos no Património Mundial	9
--	---

MOTA, Valdemar

A Família Frederico de Vasconcelos na Economia Açoriana e no Museu de Angra	219
Escola Régia de Meninas do Ensino Mútuo	335
Relação das Pensões a Dinheiro (Misericórdia da Vila Praia da Ilha Terceira)	335
Parecer – Cinco Maneiras Ortográficas de Escrever Nossa Senhora da Conceição	336
Costumes	338
Carreiras	339

Praça de Toiros de Nossa Senhora dos Remédios, na Antiga Freguesia das Lajes	339
Luís Ribeiro e o Seu Tempo com Francisco de Lacerda	340
<i>PIMENTEL, Luís Conde</i>	
A Velha da Manta	87
<i>ROSA, Eduardo Ferraz da</i>	
Poder, Tradição e Utopia: Nemésio e a Autonomia dos Açores.....	69
<i>SOUSA, Paulo Silveira e</i>	
Para uma História da Vinha e do Vinho nos Açores.....	115

ASSUNTOS

ARTIGOS

Vinte Anos no Património Mundial – <i>Álvaro Monjardino</i>	9
O Município de Angra nos Meados do Século XIX: Poder e Constrangimentos – Uma Leitura Histórica (1844-1859) – <i>António Bento Fraga Barcelos</i>	25
Poder, Tradição e Utopia: Nemésio e a Autonomia dos Açores – <i>Eduardo Ferraz da Rosa</i>	69
A Velha da Manta – <i>Luís Conde Pimentel</i>	87
Para uma História da Vinha e do Vinho nos Açores – <i>Paulo Silveira e Sousa</i>	115
A Família Frederico de Vasconcelos na Economia Açoriana e no Museu de Angra – <i>Valdemar Mota</i>	219

DOCUMENTOS

Mapas das Companhias de Ordenanças das Capitanias-Mores dos Açores (Arquivo Histórico Ultramarino, Açores, Cx. 43, 10; Cx. 44, 5, 19; Cx. 47, 1. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Ministério do Reino, Maço 614, <i>Dos Oficiais, e Soldados pagos, e Ordenanças das Ilhas do Faial, e Pico... 1746</i>). Mapa dos habitantes que existem na Ilha de São Miguel no ano de 1804 (AHU, Açores, Cx. 48, 19). Figurinos dos Oficiais de Ordenanças (AHU, Códice 1505) – Recolha e Nota Introdutória de <i>Manuel Augusto de Faria</i>	291
--	-----

VÁRIA

Escola Régia de Meninas do Ensino Mútuo – <i>Valdemar Mota</i>	335
Relação das Pensões a Dinheiro (Misericórdia da Vila Praia da Ilha Terceira) – <i>Valdemar Mota</i>	335
Parecer – Cinco Maneiras Ortográficas de Escrever Nossa Senhora da Conceição – <i>Valdemar Mota</i>	336
Costumes – <i>Valdemar Mota</i>	338
Carreiras – <i>Valdemar Mota</i>	339
Praça de Toiros de Nossa Senhora dos Remédios, na Antiga Freguesia das Lajes – <i>Valdemar Mota</i>	339
Luís Ribeiro e o Seu Tempo com Francisco de Lacerda – <i>Valdemar Mota</i>	340
Expedição de Drake aos Açores nos “Anais da Ilha Terceira” – <i>Manuel Faria</i>	343

VIDA DO INSTITUTO

Actas de 2004.....	345
--------------------	-----

Concepção gráfica
SerSilito - Empresa Gráfica, Lda./Maia

Tiragem
350 exemplares

Junho 2007

Depósito Legal
158131/00

